

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA

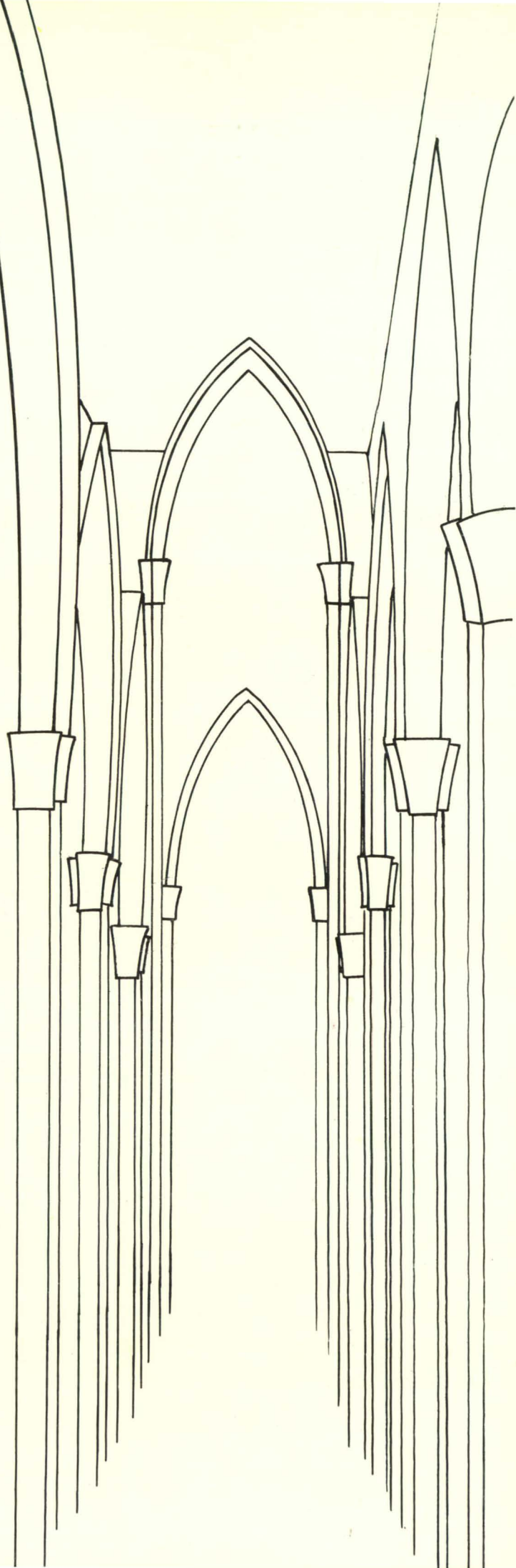
IN MEMORIAM
PROF. DOUTOR
D. FERNANDO DE ALMEIDA



SÉRIE X • VOLUME I / II (I)

1984 — 1988

LISBOA



NA CAPA:

Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses

Grupo representado num baixo-relevo visigótico de Chelas - Lisboa

ISBN 972-9451-31-1

Patrocínio da

Fundação Calouste Gulbenkian

IN MEMORIAM

PROF. DOUTOR D. FERNANDO DE ALMEIDA



ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA

IN MEMORIAM
PROF. DOUTOR
D.FERNANDO DE ALMEIDA



SÉRIE X • VOLUME I/II (1)

1984 — 1988

LISBOA

Solicita-se permuta. On prie de bien vouloir établir l'échange.
We would like exchange

Correspondência:

Associação dos Arqueólogos Portugueses

Largo do Carmo

1200 LISBOA

S U M Á R I O

O Professor Doutor D. Fernando de Almeida — <i>Eduardo da Cunha Serrão</i>	9
À Memória do Mestre e Amigo Prof. Doutor D. Fernando de Almeida — <i>Mário Pires Bento</i>	15
—————	
Les amas coquilliers mesolithiques de Muge (Portugal). Chronologie, milieu naturel et leurs incidences sur le peuplement human — <i>Jean Roche</i>	21
Motivações religiosas do megalitismo pré-histórico europeu. Tentativa de focagem antropológica — <i>Vitor Oliveira Jorge</i>	29
Nota sobre os ídolos oculados do Vale d'Ouro (Ferreira do Alentejo) — <i>José Morais Arnaud</i>	43
Campaniforme e Bronze — Um dualismo cultural na Península Ibérica — <i>Konrad Spindler</i>	51
Castros da zona dentre Zêzere, Tejo e Ocreza; Topónimos indicativos de antiguidades; Uma visita aos Penedos Longos — <i>Henrique da Silva Louro</i>	63
Povos do Sul de Portugal nas Fontes Clássicas: Cónios — <i>Manuel Maia</i> ...	71
Uma colecção de fíbulas húngaras — <i>Saete da Ponte</i>	81
Un vaso calado ibérico con escena guerrera — <i>E. Cuadrado</i>	89
Grafito doliar da villa romana de St. ^a Vitória do Ameixial, Estremoz — <i>Maria Manuela Alves Dias e Luís Coelbo</i>	93
Um exemplo invulgar de epitáfio lusitano-romano — <i>Justino Mendes de Almeida</i>	97
Aureliano homenageado em Miróbriga — <i>José d'Encarnação</i>	103
Las <i>cupae</i> de Barcino. Contribución al estudio de un tipo de monumento funerario romano — <i>Alberto Balil</i>	109
Mausoléus do Cerro da Vila — <i>José Luís de Matos</i>	117

O edifício de culto do complexo de ruínas romanas perto de Estoi, na província da Lusitania — <i>Theodor Hauschild</i>	121
Um triente visigodo de Salamanca — <i>José Rodrigues Marinho</i>	151
Escavações no antigo Hospital da Confraria do Espírito Santo dos Pesca- dores e Mareantes de Sesimbra — <i>Gonçalo Lyster Franco, Eduardo</i> <i>da Cunha Serrão, Marília Guerreiro e Aniceto Afonso</i>	155
Gaspar Barreiros ou Fr. Francisco da Madre de Deus, curioso admirador de antiguidades — <i>Durval Pires de Lima</i>	187
O que sabiam os cristãos das práticas e costumes judaicos: Um curioso processo na Inquisição de Lisboa — <i>Isaias da Rosa Pereira</i>	193
A introdução da máquina a vapor em Portugal — <i>Francisco Santana</i>	201

Eduardo da CUNHA SERRÃO
Presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses

O PROFESSOR DOUTOR D. FERNANDO DE ALMEIDA

*Homenagem prestada pela Associação dos Arqueólogos Portugueses ao seu falecido Presidente,
Professor Doutor D. Fernando de Almeida, em Assembleia Geral extraordinária
de 22 de Fevereiro de 1979. Discurso proferido pelo então 1.º Vice-Presidente*

O PROFESSOR DOUTOR D. FERNANDO DE ALMEIDA

Eduardo da CUNHA SERRÃO

Não foi possível manifestarmos, publicamente, o nosso reconhecimento ao Professor Doutor D. Fernando de Almeida e Silva Saldanha, enquanto vivo, pela obra que desenvolveu nesta Associação dos Arqueólogos Portugueses, assim como no âmbito da investigação arqueológica nacional. A morte surpreendeu-o em plena actividade, quando nos prometia mais contribuições, pelas quais esperávamos para um dia lhe darmos essa merecida satisfação.

Não quis o destino que assim fosse. Mas impõe-se que o façamos agora, prestando homenagem de expressivo reconhecimento por toda a dedicação e actuação da maior eficiência que, durante 24 anos, dedicou à Associação como sócio efectivo, dos quais quase 16 anos desempenhando o cargo máximo admitido pelas nossas disposições regulamentares.

A Direcção, ao reconhecer quanto esta homenagem lhe era devida, e ao decidir concretizá-la, em muito também para tal efeito se sentiu motivada pelo *factor saudade* do companheiro e amigo que perdemos para sempre.

Alguns dos que neste momento estão presentes certamente exprimirão, se pretenderem fazê-lo, os seus sentimentos pessoais, através dos prismas dos seus temperamentos, da maior ou menor intimidade que com o ilustre falecido mantinham, do conhecimento de factos particulares que motivem especiais formas de visão. Se nos permitimos anteceder-lhes, exprimindo, como nos compete, o sentir da Direcção — é certamente que o de todos nós desta Associação —, também o fazemos pessoalmente como admiradores sinceros que ficámos sendo do Professor D. Fernando de Almeida.

E o que lhe ficou devendo a nossa Associação? O muito que tentamos exprimir nesta síntese, talvez incompleta:

1.º — Um apreciável período de cerca de 16 anos, como referimos, de uniformidade de cri-

térios de orientação, durante os quais foi o agente moderador dos embates, por discretos que fossem, resultantes de diversas tendências temperamentais, de pontos de vista inevitavelmente divergentes, conforme as orientações preferidas pelas várias gerações de sócios, e até dos pontos de vista particulares de cada grupo de investigadores, consoante as suas especialidades estimulados a ver as coisas pelos seus ângulos *sui generis*. Ora, creiam que não é fácil coordenar tantas linhas de problemática.

2.º — Um equilibrado ambiente de boas relações entre a Associação e as outras instituições congéneres portuguesas e estrangeiras, as autarquias locais (estando a Câmara Municipal de Lisboa em primeiro plano) e o Estado.

3.º — Uma acção estimulante do progresso da investigação arqueológica, exercida sobre os sócios da Associação que tal merecessem, qualquer que fosse a sua especialidade — Pré-História, Epigrafia, Numismática, Heráldica, etc.

4.º — A realização de três jornadas arqueológicas vinculadas à própria Associação, aspecto este em que oportunamente nos deteremos.

5.º — Os resultados das suas próprias investigações que enriqueceram o activo científico da Associação, resultados apresentados em sessões da Assembleia Geral, das secções, e nas referidas Jornadas.

6.º — O prestígio que a sua personalidade dava a esta Casa, pelas posições que ocupava noutras esferas culturais portuguesas a que estava ligado, como a Faculdade de Letras de Lisboa, a Academia Portuguesa da História, o Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, etc.

E poderíamos ir mais longe ainda, se referíssemos casos pontuais em que a sua acção, imediata e decidida, travou o agravamento de problemas de várias ordens, acabando por resolvê-los

sempre construtivamente; assistimos a alguns desses momentos, que preferimos omitir.

Portanto, e cremos que todos estão de acordo, o Professor D. Fernando de Almeida orientou, com a maior eficiência, os destinos da Associação durante um longo período e, se assim aconteceu, foi porque os sócios desta Casa o quiseram livremente, democraticamente, exercendo o seu direito de opção dentro das regras regulamentares, baseados na confiança que depositavam nos seus valores de ordem intelectual, cultural e moral.

Do que ficou dito, transparece o essencial da nossa maneira de ver o Prof. D. Fernando de Almeida, em nada influenciados por antigas e estreitas relações pessoais, pois só a partir de 1977 passámos a fazer parte da Direcção, crescendo que os nossos campos de investigação em Arqueologia eram muito diferentes.

Perdemos portanto uma figura cujo vazio que deixou não é fácil de preencher. Mas também a *Arqueologia Portuguesa* perdeu um investigador que, nos horizontes em que se tinha especializado, nos deixou uma obra marcante, não sendo fácil encontrar de imediato quem o possa substituir, particularmente em matéria da arqueologia da época visigótica.

Se vos apresentasse uma relação exaustiva das suas contribuições na investigação arqueológica, tornar-nos-íamos muito extensos, e repetiríamos o que quase todos conhecem e se encontra registado na bibliografia acessível.

Só pretendemos sublinhar agora como o seu brilhante *curriculum* exprime quanto, com inteligência, cultura e persistente labor, se dedicou a este ramo da investigação.

Em 1962, defende e vence brilhantemente uma tese de doutoramento em Arqueologia e História de Arte (o primeiro doutoramento nesta especialidade em Portugal) e, em 1968, atinge o grau de Professor Catedrático da Faculdade de Letras de Lisboa, da qual vem a ser Director; é incumbido pelo Estado de escavações em estações-chaves como S. Miguel de Odrinhas, Egitânia, Mirobriga e Tróia, ao mesmo tempo que assume a direcção de museus como o Nacional de Arqueologia e Etnologia, de Francisco Tavares Proença (Castelo Branco), de S. Miguel de Odrinhas (Sintra) e de Idanha-a-Velha; e é-lhe ainda possível valorizar este feixe de posições destacadas no âmbito da investigação arqueológica, com cargos tais como o de Presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses que

ocupou durante tanto tempo — insistimos —, de Vice-Presidente da Academia Portuguesa da História e de consultor da Fundação Calouste Gulbenkian em Arqueologia. Na realidade, poucos arqueólogos portugueses terão desempenhado uma actividade tão intensa e diversificada.

Medita-se ainda na acção estimuladora que o Professor D. Fernando de Almeida exerceu, seleccionando os novos de mais de uma geração dos seus alunos e colaboradores, e lançando-os na investigação arqueológica, talvez desvanecido por transmitir às gerações seguintes a obra da sua geração e das anteriores, isto por avaliar quanto a Ciência só se desenvolve pela acumulação dos resultados obtidos através do tempo.

Talvez tivesse contribuído para mais esta valorizante faceta do espírito do Prof. D. Fernando de Almeida a sua formação em Medicina, na qual convergem ramos de investigação em que só têm lugar o rigor e a eficiência, onde a observação fria dos fenómenos naturais é que marca, incompatibilizando o investigador com a tentação das pseudo-soluções subjectivas.

Hoje, a investigação arqueológica é considerada tão positiva como a Biologia, a Física, a Química e outras ciências; mas não seria assim, ou não estariam de tal ainda plenamente consciencializados, entre nós, os mestres do Professor D. Fernando de Almeida, os quais, obviamente, ainda se enquadravam numa Arqueologia misto de antiquarismo, arte e ciência, com limites imprecisos.

E, já que abordámos a sua formação em Medicina, mas nem por sombras tencionando penetrar num campo que nos é inacessível, apenas ousamos manifestar a nossa admiração quando tomámos consciência do seu *curriculum* profissional nesta matéria. Os estudos que realizou, os cargos que exerceu, a sua acção clínica durante largos anos, os galardões que lhe foram atribuídos, tudo isto demonstra que no muito e transcendente âmbito destoutra ciência, evidenciou as mesmas qualidades.

E ainda mais é digno de admiração ter conseguido acumular, compatibilizar, sem perda de nível em qualquer dos dois campos, duas actividades científicas tão divergentes nos métodos e nas responsabilidades.

É volumosa a bibliografia que produziu em Medicina. Seria exorbitar o âmbito desta homenagem referi-la, mas compete-nos sim recordar

as suas mais marcantes produções arqueológicas, que são, sem dúvida:

Arte Visigótica em Portugal, esta a mais destacada obra, tendo constituído a sua tese de doutoramento, e merecido o «Prémio de Arqueologia» concedido pela Fundação Calouste Gulbenkian, quando pela primeira vez tal galardão foi disputado pelos arqueólogos, que a ele concorreram; foi publicada na «Nova Série» de *O Arqueólogo Português* em 1962.

O tema escolhido era transcendente por se tratar de um dos capítulos da História de Arte peninsular menos documentado e, até então, menos abordado entre nós. É Vergílio Correia quem, em 1928, na *História de Portugal* dita «de Barcelos», declara caber a essa obra — comemorativa do 8.º centenário da fundação da Nacionalidade — a primazia de um trabalho de conjunto das artes desenvolvidas no nosso país, durante o domínio visigótico. São apenas 24 páginas, em que as gravuras muito reduzem o texto da autoria de Vergílio Correia. É pois fácil avaliar o esforço de investigação desenvolvido pelo Prof. D. Fernando para tratar exaustivamente este tema entre nós tão pouco desbravado ainda, recolhendo elementos obtidos, como escreveu, «em sucessivas peregrinações por toda a parte da terra portuguesa». E escolheu-o certamente por verificar quanto era indispensável preencher essa lacuna da História da Arte em Portugal.

Egitânia – História e Arqueologia, publicada em 1956 nas «Publicações da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa» e prefaciada pelo também já falecido Prof. Scarlat Lambrino, que abertamente enaltece o valor dos trabalhos de campo e gabinete de que descolou a obra, onde o autor aborda a Pré-História, a História, a Arquitectura, a Epigrafia e a Numismática, nos aspectos em que estas especialidades se relacionam com o complexo arqueológico egitaniense.

Não resistimos à tentação de vos ler estas curtas linhas da autoria do Prof. Scarlat Lambrino constantes do «*Avant-Propos*» de *Egitânia*, que bem merecem ser hoje meditadas: «Tive a oportunidade de o ver» (ao Prof. D. Fernando) «entregue ao trabalho» (no campo, recordamos) «e foi-me possível admirar o grande cuidado que pôs na reunião dos mínimos vestígios arqueológicos e documentos úteis, assim como a minúcia e a prudência aplicadas ao respectivo estudo. O seu

método, e a sua paciência, tiveram um excelente resultado»; ... «o de nos mostrar que Idanha-a-Velha é um centro arqueológico romano e visigótico particularmente importante».

Ruínas de Miróbriga dos Célticos, obra editada em 1964 pela Junta Distrital de Setúbal, onde também desenvolve, com competência, os seus conhecimentos sobre a Arte romana, a Epigrafia, a Numismática e a Toponímia, constituindo um bom exemplo do estímulo que costumava dar aos jovens interessados pela Arqueologia o facto de a ter dedicado, como escreveu, «As raparigas e aos rapazes dos Campos Internacionais de Trabalhos de Santiago do Cacém – 1959-1962».

Ainda dentro da sua especialidade, são de destacar estudos como:

Escavações em Odrinhas; O mosaico romano de Odrinhas; Três inscrições igeditanas inéditas dedicadas a Marte; O templo de Marte em Idanha-a-Velha; Pedras visigóticas de Vera Cruz de Marmelar; Igreja românica de S. Pedro das Águias; César, príncipe da juventude, honrado em Idanha-a-Velha; Pedras visigodas de Lisboa; Terminus Augustalis entre Talabriga e Lango-briga; Marcos miliários entre Aeminium e Cale; Inscrições paleo-cristãs de Odrinhas; Primeiras escavações no balneário romano de Idanha-a-Velha; O templo de Vénus em Idanha-a-Velha; etc., etc.

Passamos sobre muitas monografias que produziu no âmbito da Pré-História, de colaboração com outros arqueólogos, versando o Megalitismo, a Arte rupestre e outros temas, porque seria extenso fazê-lo, e se impõe que não esqueçamos uma iniciativa de grande relevo que assumiu tanto no âmbito da Associação dos Arqueólogos Portugueses, como no da Arqueologia Nacional. Referimo-nos à realização de três Jornadas Arqueológicas que vieram preencher certa inacção do Estado em continuar a promover reuniões sobre Arqueologia a nível nacional e até internacional, como víamos e vemos acontecer noutros países.

De 15 a 20 de Dezembro de 1958, tinha-se realizado em Lisboa o I Congresso Nacional de Arqueologia, tendo sido escolhido para exercer as funções de Secretário-Geral o Prof. D. Fernando de Almeida.

A partir de certa altura, o nosso meio arqueológico começou sentindo a necessidade de que se repetissem reuniões desse nível, pois o Estado tardava em promover o II Congresso, que só se veio a concretizar 13 anos depois.

Numa tentativa de atenuar a deficiência, antecipara-se o Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Porto realizando alguns colóquios de Arqueologia, o IV em 1965.

Decorridos 10 anos sobre o I Congresso Nacional, e quase 5 sobre o IV Colóquio Português, em reunião de Direcção da A. A. P. de Abril de 1969, presidida pelo Prof. D. Fernando, decidiu-se realizar as I Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses, jornadas que se repetiram em 1974 e 1978.

As duas primeiras Jornadas não levantaram nesta Associação problemas de vulto, especialmente do ponto de vista financeiro; mas as terceiras, de 1978, processaram-se já num ambiente de austeridade que a persistência do Prof. D. Fernando de Almeida conseguiu resolver habilmente, passando até sobre certo pessimismo de muitos de nós, resultante da escassez de fundos indispensáveis para um empreendimento deste vulto.

Proporcionou-se-nos já acompanhar de perto o dinamismo que o nosso Presidente desenvolveu, resultando da sua persistência terem as III Jornadas decorrido com a dignidade requerida, embora com algumas limitações inevitáveis.

Os seus resultados constam do vol. I das respectivas actas (Dezembro de 1978).

E foi esta a sua última realização de vulto como Presidente desta Instituição; e a luta que travou para que as coisas corressem com pres-tígio, traduzia uma advertência tácita dirigida aos mais cépticos, e que seria algo como: «A Associação dos Arqueólogos ainda está de pé».

O Prof. D. Fernando de Almeida merecia que tivéssemos desenhado o seu perfil mais convincentemente. Ao menos que se acredite na sinceridade das nossas apreciações a seu respeito, em nada influenciadas, insistimos, por factores de ordem que não seja considerá-las *merecidas*.

Antes de concluir, só nos resta manifestar que vislumbramos qual seria o seu maior desejo se, neste momento, pudesse comunicar connosco. Estimular-nos-ia a prosseguirmos numa contínua e crescente valorização da obra que a Associação dos Arqueólogos Portugueses tem vindo a realizar até hoje, durante os seus 116 anos de existência, impondo-se entre as instituições congêneres, mesmo a nível peninsular, diremos até internacional, pela antiguidade, pelo seu património museológico, pela dignidade científica e moral das várias gerações dos seus sócios, de entre os quais tanto se evidenciou o Prof. D. Fernando de Almeida.

Mário PIRES BENTO

À MEMÓRIA DO MESTRE E AMIGO
PROF. DOUTOR D. FERNANDO DE ALMEIDA

ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA
Sér. X - Vol. I/II (1) - 1984/88

À MEMÓRIA DO MESTRE E AMIGO PROF. DOUTOR D. FERNANDO DE ALMEIDA

Mário PIRES BENTO

Quando em 1959 nos matriculámos na cadeira de Pré-História da Faculdade de Letras de Lisboa, por conselho do seu director de então, Prof. Manuel Heleno, mal sabíamos nós que, no ano seguinte, haveríamos de ter como professor da cadeira de Arqueologia o Dr. D. Fernando de Almeida, que só conhecíamos como médico ilustre, filho do grande amigo dos pobres da Cova da Beira, o Dr. D. Fernando de Almeida, também médico, no Fundão, e conhecido em toda aquela região, pelas suas excepcionais virtudes e competência, só pelo nome de D. Fernando.

No ano lectivo de 1960-61, em que frequentei a cadeira de Arqueologia, ministrada pelo Prof. D. Fernando de Almeida, fomos integrados, na qualidade de seu aluno, nas campanhas de escavações arqueológicas, que ele vinha efectuando, em Idanha-a-Velha, procurando pôr a descoberto o que restava da velha Egitânia, que fora antes visitada pelo velho mestre de Arqueologia e Etnografia Dr. Leite de Vasconcellos, também médico como o seu par, D. Fernando de Almeida.

Pois foi nessa campanha de escavações em 1961, que tomámos parte nos respectivos trabalhos em Idanha-a-Velha, integrados no grupo dos seus discípulos e, como tal, para ali nos deslocámos em princípio de Setembro desse ano.

O grupo era constituído por seis jovens estudantes portugueses, um holandês, o Dr. Dethmer e nós, já rondando os 52 anos e com alguma experiência, colaborávamos com os colegas nos trabalhos arqueológicos e nos de manutenção e instalação do grupo, na ausência do Mestre.

Nessa e nas seguintes duas campanhas em que fomos dirigidos e acarinados pelo Prof. D. Fernando, os trabalhos decorreram com muito interesse e satisfação para todos, tendo-se descoberto a Porta de Entrada da Cidade, do lado Norte da «Via Cardo»; cabeceiras de sepultura; inscrições; moedas; um cemitério e diversas

peças de cerâmica, etc., que constam dos relatórios que na altura apresentámos.

Mas não foi só o grandioso e importante trabalho das escavações em Idanha-a-Velha que tornaram o Prof. D. Fernando de Almeida digno do nosso maior reconhecimento e gratidão, sobretudo para os beirões da Beira-Baixa.

A vinte e um anos de distância, será interessante recordar, aqui, como viviam os estudantes, numa pequena aldeia como Idanha-a-Velha, com carências de toda a ordem — desde a água potável às instalações e sanitários —, para poderem realizar trabalho útil, acompanhando e orientando os trabalhadores que conosco procediam às escavações, sob a orientação do Prof. D. Fernando.

As quatro raparigas estavam alojadas na escola primária; nós, os quatro «rapazes», ocupávamos as dependências da casa do sr. professor Tomé e o Prof. D. Fernando de Almeida ocupava, na «Casa Grande» do seu parente Frederico de Pádua Marrocos, um quarto que lembrava uma cela conventual.

As refeições eram confeccionadas e servidas no alpendre da Escola Primária já referida, tendo para o efeito sido contratada uma cozinheira da aldeia, a qual, sob a direcção da colega Maria de Lourdes Ribeiro, nos confeccionava bons pratos regionais, compartilhados pelo Prof. D. Fernando, que presidia aos repastos.

Devido às elevadas temperaturas que se faziam sentir na região, no mês de Setembro, só podíamos trabalhar das 7 às 11,30 h. porque, depois dessa hora, o calor era insuportável, tanto para nós como para os próprios trabalhadores que nos coadjuvavam nos movimentos de terras. Por isso, reservávamos as tardes para a sesta, limpeza e classificação de objectos encontrados e coordenação de apontamentos, etc.

Aos domingos o Prof. D. Fernando proporcionava-nos passeios, no seu carro e no nosso, a Espanha, Monfortinho e Medelim e, duma vez

em que ele estava ausente num domingo, levei os sete colegas, no meu «Taunus», a uma festa, em Atalaia do Campo, para que havíamos sido convidados pelo Eng.º Vaz, dos Monumentos Nacionais e amigo do nosso Prof. D. Fernando.

Era assim que ele nos pretendia compensar das incomodidades em que vivíamos durante o mês dos trabalhos das escavações em Idanha-a-Velha.

Mas não foram só as manifestações desta natureza que caracterizavam a louvável actuação do Prof. D. Fernando, em prol da descoberta e valorização do património arqueológico e cultural da Beira-Raiana, pelo menos das que nós acompanhámos de perto e das que só tivemos conhecimento por outras vias.

Assim, foi a sua intervenção atempada junto da Câmara Municipal de Penamacor que salvou, da perda total, a velha Ponte Romana de Bemposta, que estava a ser desmantelada pelo empreiteiro das obras de reparação e alargamento da Estrada Municipal de Pedrógão-Bemposta, para utilizar, nos trabalhos, as cantarias de granito que constituíam as grades da ponte, deixando-a reduzida ao seu arco principal.

Também em 1962, na segunda campanha de escavações, nos autorizou e orientou numa escavação a que procedemos, na nossa aldeia de Meimoa, onde pusemos a descoberto uma «casa romana», talvez do século III, que depois foi por ele visitada, acompanhado por todos os nossos colegas estudantes que trabalhavam em Idanha-a-Velha. Nesta escavação recolhemos uma urna cinerária, duas moedas romanas de bronze e um anel do mesmo metal, além de pesos de tear e cerâmica fragmentada.

A construção, de quatro divisões, que pusemos a descoberto, na segunda campanha, na estação do «Vale da Canadinha» de Meimoa, era constituída por baixas paredes de xisto azulado e de grauvaque; pavimento de barro vermelho cozido e moído e depois batido a maço, com cantos em meia cana à romana e soleiras em granito róseo alterado com sulcos para encaixe de portas.

Infelizmente, a «casa» foi mais tarde entulhada e na sua maior parte destruída.

Mas o que viria a ser, em nossa modesta opinião, a coroa de glória da acção do Prof. D.

Fernando de Almeida, porque está relacionada com a Arqueologia e o Património Cultural da Beira-Baixa, foi não só a publicação do seu trabalho, de grande valor científico, sobre a Egitânia, mas também a aquisição, para o Estado, por seu intermédio, do célebre Tesouro Funerário de Aldeia do Bispo – Penamacor. Era, então, o Prof. D. Fernando de Almeida Director do Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos, quando teve conhecimento de que aquele Tesouro, da época da ocupação romana, ia ser vendido a um coleccionador americano, pela quantia de 1200 contos.

Imediatamente entrou em contacto com o Ministro da Educação Nacional, ao tempo o Prof. Veiga Simão, convencendo-o a adquirir, para aquele Museu, o Tesouro pela mesma quantia, usando do direito de opção e evitando, assim, que essa pequena maravilha de arte e de inestimável interesse arqueológico saísse de Portugal.

O Tesouro de Aldeia do Bispo tinha sido descoberto em 19 de Abril de 1907 e foi descrito pelo arqueólogo Santos Rocha, em artigo publicado n' *O Archeologo Português*, vol. X, 1909, no qual se relacionam as suas peças, sendo as principais uma pátera de prata dourada, em forma de «discus», com ornamentos magníficos, obra de um período avançado da arte grega, dois jarros, uma garrafa de vidro, uma taça, etc.

Pela sua intervenção decisiva na aquisição do Tesouro, no salvamento da Ponte Romana de Bemposta e pelo auxílio que nos prestou na descoberta da «Casa Romana» de Meimoa, foi aprovado por aclamação, no I Colóquio de Arqueologia e História de Penamacor, realizado nesta vila em 1979, um voto, por nós apresentado, de homenagem ao cientista Prof. Doutor D. Fernando de Almeida, conforme consta do respectivo livro de Actas e Memórias, há pouco publicado.

O que deixamos exposto constitui a nossa modesta contribuição na merecida homenagem póstuma ao Mestre, Amigo e Prof. Doutor D. Fernando de Almeida, que a Associação dos Arqueólogos Portugueses tão louvavelmente lhe quis prestar.

ARQUEOLOGIA

E

HISTÓRIA

abbé Jean ROCHE

LES AMAS COQUILLIERS MESOLITHIQUES DE MUGE
(PORTUGAL). CHRONOLOGIE, MILIEU NATUREL
ET LEURS INCIDENCES SUR LE PEUPLEMENT HUMAIN

ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA
Sér. X - Vol. I/II (1) - 1984/88

LES AMAS COQUILLIERS MESOLITHIQUES DE MUGE (PORTUGAL).
 CHRONOLOGIE, MILIEU NATUREL ET LEURS INCIDENCES
 SUR LE PEUPLEMENT HUMAIN

abbé Jean ROCHE

The Muge middens (concheiros) are situated on the confluence of the Muge River and the Tagus, within 80 km at the North-East of Lisbon, in an area where the conditions of life were very propitious for the Man. From 1952 to 1967, during new excavations we had the opportunity to study the stratigraphy, the anthropology, the typological evolution of the industries, the traces of dwelling, the funerary ritual and to fix absolute chronology of the sites. The C 14 method makes possible the fixing of an absolute chronology: from 5.400 ± 350 years B.C. to 3.200 ± 300 years B.C. The concheiros have been heaped during the Atlantic period, after the climatic optimum. The fauna includes shells from salt, briny and fresh water, Crustacea, Fishes, Birds and Mammalia. Most of these species still live in the area. By studying them, we noticed that the saltiness and the temperature of water were slightly higher than nowadays. The pollens are too rare to make an analysis possible but the study of charcoals have given the opportunity to prove the being of Pinus, probably Pinus pinea. The stratigraphy of concheiros, like the one of all the middens, is very complicated because the heterogeneity of the infilling and the existence of local sequences which are difficult to connect. We are been able to determine for Cabeço da Amoreira and for Cabeço da Arruda different periods of occupation which are parted by more or less spread levellings of the infilling. The most noteworthy remainders of dwelling were found at Moita do Sebastião: vestiges of semi-circular hut around which are gathered fire-places, kitchen-holes, children burials and a rectangular pit with pavement and low wall. The habitat being bounded to the surface of the middens, we can say that they have been inhabited by few human groups, probably semi-sedentary ones. The geographical situation of the Muge middens helps us to understand the constituents of this culture: on autochthonal groundwork are grafted influences come from Spanish Levante and from the Atlantic coast.

Les amas coquilliers (*concheiros*) mésolithiques qui font l'objet de cette étude sont situés de part et d'autre de la Rivière de Muge, soit à 80 km au Nord-Est de Lisbonne, dans la basse vallée du Tage.

Signalés dès 1863, ils firent l'objet de fouilles par la Comissão Geológica de Portugal durant le dernier quart du XIX^{ème} siècle et par l'Institut d'Anthropologie de l'Université de Porto entre 1930 et 1937. De 1950 à 1967, j'ai eu la possibilité de continuer ces travaux en collaboration avec les Services Géologiques du Portugal, sous les auspices de l'Instituto de Alta Cultura dans le cadre d'une Mission archéologique de la Direction Générale des Relations Culturelles, Scientifiques et Techniques. Il fut ainsi possible d'étudier la stratigraphie, la chronologie, la faune, la flore, l'anthropologie, l'évolution des industries, les vestiges d'habitat et les sépultures de trois gisements: Moita do Sebastião, Cabeço da Amoreira et Cabeço da Arruda ⁽¹⁾.

I — CHRONOLOGIE

Les *concheiros* de Muge constituent l'ensemble de gisements mésolithiques le mieux daté de la Péninsule ibérique ⁽²⁾. Nous possédons, en effet, six datations par le Carbone 14:

Moita do Sebastião. Brèche de base:
 5.400 ± 350 ans A.C.

Moita do Sebastião. Brèche de base:
 5.130 ± 130 ans A.C.

Cabeço da Amoreira. Niveau 39:
 5.080 ± 350 ans A.C.

Cabeço da Amoreira. Niveau 3-4:
 4.100 ± 300 ans A.C.

Cabeço da Arruda. Niveau 83:
 4.480 ± 300 ans A.C.

Cabeço da Arruda. Niveau 3:
 3.200 ± 300 ans A.C.

⁽¹⁾ ROCHE, J., 1951, L'industrie préhistorique de Cabeço da Amoreira (Muge). *Instituto para a Alta Cultura*, Porto, 161 p.
 ROCHE, J., 1966, Balance de un siglo de excavaciones en los concheros mesolíticos de Muge. *Ampurias*, XXVIII: 13-48.
 ROCHE, J., 1972, Les amas coquilliers (*concheiros*) mésolithiques de Muge (Portugal). «Die Anfänge des Neolithikums vom Orient bis Nordeuropa. Westliches Mittelmeergebiet und British Inseln», *Fundamenta*, VII: 72-107.
 ROCHE, J., 1972-1975, Le gisement mésolithique de Moita do Sebastião. Muge. Portugal I: Archéologie. *Instituto de Alta Cultura*, Lisboa, 174 p.

⁽²⁾ DELIBRIAS, G. et ROCHE, J., 1965, Chronologie absolue des amas coquilliers mésolithiques de Muge (Portugal). *C. R. Acad. Sci., Paris*, 260: 2005-2006.

ROCHE, J. et VEIGA FERREIRA, O. da, 1972-1973: Seconde datation par le C 14 de l'amas coquillier mésolithique de Moita do Sebastião (Muge). *Com. Serv. Geol. Port.*. LVI: 471-474.

Ces chiffres appellent les remarques suivantes:

1 — Ces mesures sont cohérentes et fournissent une chronologie des gisements de Muge qui paraît raisonnable.

2 — Les gisements auraient été occupés par l'Homme dans l'ordre suivant: d'abord Moita do Sebastião, puis Cabeço da Amoreira, enfin Cabeço da Arruda. Cette chronologie relative concorde avec les observations faites tant sur la composition de la faune que sur l'évolution des industries.

3 — Les trois *concheiros* auraient connu des occupations simultanées mais décalées les unes par rapport aux autres: Moita do Sebastião et Cabeço da Amoreira, Cabeço da Amoreira et Cabeço da Arruda.

4 — Ces occupations se sont effectuées durant la période atlantique, postérieurement à l'optimum climatique mais à une période où, comme nous le verrons plus loin, la température des eaux du Tage était légèrement supérieure à celle de nos jours.

5 — Dans la mesure où il est possible de comparer des datations obtenues dans des sites assez éloignés, il semblerait que la culture des amas coquilliers de Muge, apparue plus tardivement que celle des *concheiros* asturiens, serait contemporaine de l'occupation de certains d'entre eux, Coberizes ou Bricia⁽³⁾.

6 — Il est possible que la dernière occupation de Cabeço da Arruda, phase terminale de la culture des *concheiros* de Muge, soit contemporaine des débuts de la culture mégalithique occidentale. En effet, la sépulture à corridor de Orca dos Castenaios à Fragoas (Beira Alta) daterait de 3.100 ± 50 ans A.C. et le dolmen de Carapito I à Aguiar da Beira (Beira Alta) de 2.900 ± 40 ans A.C.⁽⁴⁾.

7 — Le Mésolithique de Muge est un phénomène tardif qui a évolué sans être apparemment influencé par des apports allochtones. Ainsi, si l'on admet que la datation du niveau III de la grotte de Salemas, située à 50 km au Sud-Ouest de Muge, qui est de 4.730 ± 350 ans A.C., nous fournit une indication sur l'âge du Néolithique ancien de la région, on constate qu'il est contemporain de l'occupation de Cabeço da Amoreira et des débuts de celle de Cabeço da Arruda⁽⁵⁾. Durant cette période le Néolithique ancien à céramique imprimée s'est largement diffusé dans la Péninsule ibérique et dans la basse vallée du Tage où on l'observe sur la rive nord du Tage, en face de Muge⁽⁶⁾. Or, dans les *concheiros* de Muge on n'a jamais trouvé trace d'influences néolithiques dans les industries récoltées en place. Cet isolement s'explique très vraisemblablement par un contexte géographique très particulier.

II — CADRE GEOGRAPHIQUE

La région de Muge est un lieu privilégié qui a été fréquenté par l'Homme depuis les temps les plus anciens, qu'il s'agisse des terrasses de la Rivière de Muge riches en industries paléolithiques, des amas coquilliers mésolithiques, des stations de l'Age du Bronze, d'installations romaines ou de vestiges du Moyen-Age. Cette fréquentation s'explique par des facteurs géographiques.

A Tancos, situé à 50 km au Nord-Est de Muge, le Tage quitte le massif cristallin, forme un coude en direction du Sud-Ouest et pénètre dans une large vallée alluvionnaire qui se termine en amont de Lisbonne. Cette vallée est le vestige d'un ancien golfe d'où la mer s'est retirée progressivement à partir du Miocène⁽⁷⁾. Au Pléistocène, Muge se trouve au fond d'un important estuaire, subit les contrecoups des transgressions

⁽³⁾ CLARK, GEOFFREY, A., 1971, The Asturian of Cantabria. Subsistence Base and the Evidence for Post-Pleistocene Climatic Shifts. *Amer. Anthropol.*, 73: 1244-1257.

⁽⁴⁾ VOGEL, J. C. et WATERBOLK, H. T., 1967, Groningen Radiocarbon Dates, VII. *Radiocarbon*, 9: 132-133. LEISNER, V. et RIBEIRO, L., 1968, Die Dolmen von Carapito. *Madrid Mitteilungen*, 9: 11-62.

⁽⁵⁾ ROCHE, J. et VEIGA FERREIRA, O. DA, 1970, Stratigraphie et faunes des niveaux paléolithiques de la grotte de Salemas (Ponte de Lousa). *Com. Serv. Geol. Port.*, LIV: 263-269.

DELIBRIAS, G.; GUILLIER, M. T. et LABEYRIE, J., 1965, Saclay Radiocarbon Measurements II. *Radiocarbon*, 7: 237-238.

⁽⁶⁾ GUILAINE, J. et VEIGA FERREIRA, O. DA, 1970, Le Néolithique ancien au Portugal. *Bull. Soc. Préhist. Fr.*, 67, Etudes et Travaux: 304-322.

⁽⁷⁾ ZBYSZEWSKI, G., 1946, Etude géologique de la région d'Alpiarça. *Com. Serv. Geol. Port.*, XXVII: 145-267. ZBYSZEWSKI, G., 1947, Etude géologique de la région d'Almeirim. *Com. Serv. Geol. Port.*, XXVIII: 217-264.

et régressions marines: ainsi se sont formées les terrasses de la Rivière de Muge. A l'Holocène, lorsque les oscillations du niveau de la mer devinrent moins importantes, le confluent de la Rivière de Muge et du Tage était à la limite des eaux salées et des eaux douces. De petits groupes humains vivant de chasse, de pêche et de collecte de coquillages s'installèrent sur les bords de la Rivière de Muge, soit sur des avancées de la terrasse de 10-20 mètres (Moita do Sebastião, Cabeço da Amoreira), soit sur la très basse terrasse (Cabeço da Arruda). La rivière était particulièrement riche en espèces d'eau salée, saumâtre ou douce et devait être fréquentée, comme de nos jours, par des bandes d'oiseaux migrateurs. De plus, les broussailles qui couvraient les sables des terrasses étaient habitées par du gros gibier, en particulier des Bovidés et des Cervidés. En contrepartie, cette région très marécageuse a favorisé l'isolement des groupes humains qui y vivaient, phénomène qu'il était encore possible d'observer il y a quelques années (isolat de Gloria, près de Muge).

III — FAUNE ET FLORE

La faune des *concheiros* comprend de nombreuses espèces d'Invertébrés (coquillages d'eau salée, saumâtre et douce, coquillages terrestres, crustacés) et des restes de Vertébrés (poissons, oiseaux et mammifères).

La faune de Moita do Sebastião a fait l'objet d'une étude d'O. da Veiga Ferreira pour les Invertébrés et de G. Zbyszewski pour les Vertébrés⁽⁸⁾. Une liste des Invertébrés de Cabeço da Amoreira a été dressée par O. da Veiga Ferreira. La faune de Cabeço da Arruda, peu abondante, est en cours d'analyse. On peut affirmer que ces trois séries ne présentent aucun signe d'évolution du peuplement animal, ce qui laisse penser que le milieu naturel est demeuré pratiquement stable durant la période d'édification des *concheiros*.

Sur la nature de ce milieu naturel, l'étude des Vertébrés nous laisserait penser qu'elle est très voisine de celle que nous rencontrons actuellement. Outre quelques espèces que l'on trouve encore (*Sus scropha*, *Vulpes vulgaris*, *Meles taxus*, *Lutra vulgaris*, *Erinaceus europaeus*, *Lepus*

timidus...), on note la présence d'autres qui ont disparu du fait de l'Homme (*Cervus elaphus*, *Cervus capraeolus*, *Felis pardina*) on qui étaient en voie d'extinction (*Bos primigenius*). Les précisions les plus intéressantes sont fournies par l'étude des invertébrés. Ainsi, la prédominance de *Cardium edule*, de *Scrobicularia plana*, de *Neritina fluviatilis* indique que la salinité des eaux de la Rivière de Muge était supérieure à celle de nos jours. L'examen des Crustacés est également plein d'intérêt: si *Carcinus moenas*, espèce vivant actuellement sur le littoral, est bien représentée, la fréquence relative de *Gelasimus tangeri* (10 % à Cabeço da Amoreira), espèce que l'on ne rencontre plus maintenant qu'en Algarve et en Afrique du Nord, indiquerait une température moyenne des eaux un peu plus élevée que celle observée de nos jours.

En ce qui concerne la flore, des prélèvements de sédiments ont été effectués par Mlle F. Diniz et étudiés au Laboratoire de Palynologie du Muséum d'Histoire Naturelle de Paris. Ces analyses n'ont abouti à aucun résultat satisfaisant en raison de la rareté des pollens, rareté qui s'explique, à notre sens, par un lessivage des sédiments au cours de pluies abondantes.

Des échantillons de charbons de bois récoltés à Cabeço da Amoreira et à Cabeço da Arruda ont été déterminés par le Professeur Dr. W. R. Muller-Stoll, du Botanisches Institut de Postdam. Ce sont des charbons de Pins de plaine de type méditerranéen. Parmi eux, il faut exclure *Pinus halepensis* qui réclame un sol calcaire que l'on ne rencontre pas dans les terrains silico-argileux de la région de Muge et *Pinus maritima* qui n'est pas autochtone. Il s'agit selon toute vraisemblance de *Pinus pinea* qui croît spontanément dans le pays.

IV — PEUPELEMENT HUMAIN

Au début de la période atlantique, pour des motivations qui nous échappent actuellement, le mode de vie de certaines populations du Portugal occidental subit une brusque mutation. Des groupes de chasseurs nomades, venant très vraisemblablement des massifs calcaires de l'Estremadura, s'installent en bordure de zones marécageuses des basses vallées du Tage et du Sado. Ces

(8) ROCHE, J., 1972-1975, *op. laud.*: 135-137.

zones avaient été très fréquentées par l'Homme au Paléolithique ancien et moyen mais paraissent avoir été désertées par la suite car nous n'avons jamais trouvé de vestiges d'occupation datant du Paléolithique supérieur ou de l'Épipaléolithique. Ces groupes de chasseurs nomades deviennent pêcheurs, collecteurs de coquilles et tout laisse à penser qu'ils devinrent plus ou moins sédentaires. Par contre, nous ne possédons aucun indice qui permette d'affirmer qu'ils se soient livrés à l'élevage ou à l'agriculture.

Ce mode de vie très particulier a amené les Mésolithiques de Muge à accumuler des buttes artificielles faites de déchets de cuisine, sur lesquelles ils ont vécu, ce qui explique la nature très composite de leur remplissage: alternances de terres noires riches en charbons et matières organiques, de foyers, de terres grises souvent durcies, litées, mélangées de sables fins et de petits débris de coquilles, de lits de coquilles généralement écrasées par piétinement, de poches de coquilles intactes, de lentilles de sables jaunes, de cordons de brèche, de vestiges d'anciens sols qui se manifestent sous forme de trainées charbonneuses⁽⁹⁾. Ce remplissage s'ordonne suivant une stratigraphie complexe, le plus souvent localisée. Ces buttes artificielles dont la formation à Muge a demandé une dizaine de siècles conservent encore des dimensions importantes malgré l'érosion ou les remaniements apportés postérieurement par l'Homme: ainsi Cabeço da Amoreira a 90 mètres de longueur, 50 mètres de largeur et la hauteur moyenne des dépôts est de 2,50 mètres, celle-ci atteignant 5 mètres à Cabeço da Arruda.

Les fouilles que j'ai entreprises depuis 1952 dans ces sites ont permis de préciser les modalités de leur occupation par les Mésolithiques. A Cabeço da Amoreira et à Cabeço da Arruda, il a été possible de déceler trois phénomènes liés à l'habitat: des arasements périodiques des buttes, tantôt limités, tantôt étendus, afin de faciliter l'implantation de nouvelles installations, le creusement de fosses et de trous (fosses-cuisine, fosses à détritiques, silos à coquillages, trous de pieux) et la présence de foyers parfois étendus.

C'est à Moita do Sebastião que les observations les plus complètes ont pu être faites. A la

différence des deux autres sites où la base du remplissage est constituée par des sables de terrasses très meubles, c'est ici une brèche blanche qui a parfaitement conservé toutes les traces d'habitat. On a pu ainsi relever 94 trous ou fosses dont le dégagement a permis de présumer l'usage pour 90 d'entre eux: 61 trous de poteaux, 12 fosses plates, 7 fosses profondes qui sont soit des fosses-cuisine, soit des fosses à détritiques, 2 silos remplis de coquilles non ouvertes et 8 fosses funéraires de jeunes enfants.

Les trous de poteau sont disposés suivant un plan en demi-cercle dont l'ouverture est orientée vers le Sud. Ils sont le vestige d'une hutte semi-circulaire, de 7 à 8 mètres de diamètre, qui protégeait ses occupants contre les vents du Nord-Ouest soufflant en bourrasques pendant l'hiver et qui amènent avec eux des pluies abondantes. C'était un abri léger pouvant recevoir une famille au sens large du terme, disposé à même la surface du sol. Une charpente de pieux enfoncés dans le sable soutenait des branchages qui, eux-mêmes, devaient supporter des joncs ou des herbes enduits d'argile afin de les imperméabiliser. Cette hypothèse s'appuie sur la présence de nombreuses boulettes d'argile tout autour de la hutte et qui portent des empreintes de tiges de graminées ou de joncs. On peut également supposer que ces boulettes sont les restes de vases très primitifs.

Cette hutte fut rapidement abandonnée et son emplacement recouvert par des déchets de cuisine. Au-dessus, on a dégagé une fosse rectangulaire, longue de 11,60 m et large en moyenne de 3,20 m, bordée sur un côté par une murette de galets. Son plancher était constitué par un lit de galets formant un dallage grossier. Dans quel but cette fosse a-t-elle été creusée? Nous l'ignorons car elle a été décapitée lors d'un arasement récent du site et nous ne pouvons savoir quelle était sa profondeur et la hauteur de la murette. Si l'on suppose qu'elle a servi d'habitat, il reste à expliquer pourquoi les habitants du lieu ont adopté une grande hutte de forme rectangulaire après avoir vécu dans une autre de plan semi-circulaire et de dimensions bien plus restreintes. Un point est certain: cette fosse a été creusée avant l'abandon du site par les Mésolithiques.

⁽⁹⁾ ROCHE, J., 1965, Données récentes sur la stratigraphie et la chronologie des amas coquilliers d'âge mésolithique de Muge (Portugal). *Quartenaria*, VII: 155-163.
ROCHE, J., 1972, Récentes observations sur la stratigraphie des amas coquilliers de Muge. «*Frühe Menschheit und Umwelt, Archäologische Beiträge*», *Fundamenta*, I: 392-396.

Il faut enfin noter l'existence de fosses ayant servi de sépultures pour de très jeunes enfants. Ces fosses peu profondes sont groupées et disposées selon deux arcs de cercle qui se recoupent. Il est intéressant d'observer que les sépultures de très jeunes enfants ont été regroupées à proximité de l'habitat, isolées de celles des adultes également regroupées mais plus à l'écart.

La situation géographique des gisements de Muge nous aide également à mieux comprendre quelles sont les influences qui se sont exercées lors de l'apparition de la culture des *concheiros*. Sur un fond de traditions autochtones héritées vraisemblablement du Paléolithique final de l'Estremadura se sont gréffées des influences du Levant et d'autres venues du littoral atlantique.

On peut penser que les influences du Levant, décelées grâce aux similitudes constatées entre l'industrie lithique de Moita do Sebastião

et celle des niveaux XI à XVII de la grotte de la Cocina, située à une quarantaine de kilomètres au Sud-Ouest de Valencia, sont parvenues jusqu'à Muge en suivant la vallée du Tage qui, comme celle de l'Ebre, a été une voie de pénétration à travers la Péninsule⁽¹⁰⁾. Ce rôle de la vallée du Tage avait déjà été mis en évidence au Paléolithique supérieur⁽¹¹⁾.

L'outillage osseux des *concheiros* n'a pas d'équivalent dans la Péninsule ibérique⁽¹²⁾. Les techniques utilisées sont proches de celles observées dans les gisements épipaléolithiques du littoral de l'Europe occidentale. On les retrouvera plus tardivement dans les *kjoekkenmoeddings* bretons⁽¹³⁾. On peut supposer qu'il s'est créé des courants d'échange le long du littoral atlantique entre des groupes humains dont les conditions de vie présentaient des analogies.

(10) ROCHE, J., 1972-1975, *op. laud.*: 148-149.

(11) ROCHE, J., 1972, L'industrie du gisement de Monte da Fainha (Évora Monte, Alto Alentejo, Portugal). *Bull. Soc. Préhist. Fr.*, 69: 49-54.

(12) ROCHE, J., 1967, Les collections mésolithiques du Musée des Services Géologiques du Portugal. Cabeço da Arruda. *Muge. Com. Serv. Geol. Port.*, LI: 221-242.

ROCHE, J., 1972-1975, *op. laud.*: 149-150.

(13) PECQUART, M. et St. J.; BOULE, M. et VALLOIS, H., 1937, Tévéc. Station-nécropole mésolithique du Morbihan. *Arch. Inst. Paléont. hum.*, 18, 267 p.

PECQUART, M. et St. J., 1954, Hoëdic. 2ème station-nécropole du Mésolithique côtier armoricain. *De Sikkel*, 92 p.

Vítor OLIVEIRA JORGE

MOTIVAÇÕES RELIGIOSAS DO MEGALITISMO
PRÉ-HISTÓRICO EUROPEU.
TENTATIVA DE FOCAGEM ANTROPOLÓGICA

MOTIVAÇÕES RELIGIOSAS DO MEGALITISMO PRÉ-HISTÓRICO EUROPEU. TENTATIVA DE FOCAGEM ANTROPOLÓGICA (*)

Vítor OLIVEIRA JORGE

1. INTRODUÇÃO

O megalitismo é um fenómeno que se integra obviamente no comportamento simbólico do homem das sociedades arcaicas e, mais particularmente, no comportamento religioso. Falamos realmente aqui de religião mais num sentido genérico e comportamental — conjunto de actos que se reflectiram, e deixaram os seus vestígios, na matéria — uma vez que não podemos aceder às religiões pré-históricas como sistemas ideológicos senão de forma indirecta, através dos restos materiais existentes no solo. Sentido que Leroi-Gourhan exprimiu bem, ao escrever que «o comportamento religioso (...) é tão prático como o comportamento técnico, assegura como este último a integração do homem num mundo que o ultrapassa e com o qual ele negocia física ou metafisicamente. A cada etapa desta integração deve ter correspondido um estágio do comportamento religioso. Talvez mais exactamente, e uma vez que os estádios antigos se prolongaram até ao homem actual, em cada etapa juntou-se um estágio novo, que se sobrepôs a todos os outros»⁽¹⁾.

Ao procurar definir a que estágio evolutivo da consciência religiosa (sem que com isso alinhemos inteiramente com a escola antropológica neo-evolucionista) corresponde o megalitismo pré-histórico, como manifestação arquitectónica inteiramente ligada à ideia de morte e de perenidade, teremos evidentemente de, procurando apoio nos conhecimentos que a antropologia cultural nos fornece, esboçar primeiro as grandes linhas do «pensamento selvagem», isto é, da cosmovisão do homem das sociedades arcaicas. Utilizaremos, ao falar das sociedades «primiti-

vas», arcaicas ou tradicionais, um sentido voluntariamente genérico, para abarcar todas as sociedades sem escrita, embora muitas das concepções a que nos referiremos sobrevivam largamente em culturas posteriores. Evidentemente que, ao projectarmos na Pré-história, cujos documentos são mudos, concepções existentes em culturas actuais de estágio técnico-mental semelhante, teremos sempre de ter presente, por um lado, a auréola de hipótese que rodeia tal método e, por outro, o facto de ele só se poder justificar nos termos gerais em que o usaremos.

Em seguida, deveremos particularizar que formas especiais assume essa cosmovisão nas culturas agrárias primitivas, procurando explicar por que razão algumas dessas sociedades se exprimiram nas construções megalíticas, ou, por outras palavras, qual a razão religiosa pela qual estas foram um elemento tão importante da inserção coerente dessas sociedades no seu cosmos organizado. Neste sentido, procuraremos também alguma luz em sociedades construtoras de megalitos ou de monumentos equiparáveis que puderam ainda ser objecto da análise e descrição dos antropólogos.

Ao longo de todo este tentame de integração (infelizmente raro esboçado pelos arqueólogos), será necessário ter sempre presente, por um lado, o carácter organizado, estruturado, de todo o pensamento e actividade humanos, incluindo os «primitivos» (o homem é por definição um organizador, um transformador do caos em cosmos, uma pequena «ilha» de negantropia que se pretende — ilusoriamente — opôr à entropia universal) e, por outro, o facto de, de uma maneira geral, a consciência primitiva da morte se opor frontalmente à das sociedades industrializadas.

(*) Adaptação, resumida, de um subcapítulo da dissertação de doutoramento do autor, intitulada *Megalitismo do Norte de Portugal: o distrito do Porto — os monumentos e a sua problemática no contexto europeu* (Porto, Fac. Letras, 1982).

(1) *Les Religions de la Préhistoire*, Paris, P. U. F., 1964, p. 6.

Enquanto que, para estas, os mortos são objecto de uma exclusão — como os loucos, ou todos os elementos que se furtam à lógica produtiva em que essas sociedades assentam —, nas culturas primitivas os mortos fazem parte da comunidade dos vivos, intercambiam permanentemente com eles de maneira tranquilizante ou assustadora, por outras palavras, são uma presença actuante com um lugar bem especificado na coerência do todo social.

2. O PENSAMENTO RELIGIOSO «PRIMITIVO»

Malinowski e Lévy-Bruhl deram, no nosso século, passos significativos no sentido da ciência antropológica admitir a noção de que o pensamento arcaico é uma forma, embora específica, de pensamento organizado, racional, base imprescindível para o seu entendimento e estudo em termos científicos.

Esse processo de evolução culminará no trabalho estruturalista de Lévi-Strauss, cuja obra parte desde logo do princípio de que o pensamento selvagem é tão sistemático como o nosso. O que estava ao nível do inferior passa definitivamente para o plano do diferente. Lévi-Strauss irá mesmo mais longe, ao considerar o pensamento mágico como um modo distinto de pensamento científico, baseado, não na distanciação, por meios lógico-matemáticos, da natureza, mas na sua compreensão por via da intuição sensível. E escreve: «Longe de serem, como se pretendeu muitas vezes, produto de uma 'função efabuladora' que voltasse as costas à realidade, os mitos e os ritos tiveram o principal valor de preservar até à nossa época, sob forma residual, modos de observação e de reflexão que estavam (e sem dúvida continuam a estar) adaptados de forma exacta a descobertas de um certo tipo: as que a natureza permitia, a partir da organização e da exploração especulativas do mundo sensível em termos de sensível. Esta ciência do concreto devia estar, por essência, limitada a resultados diferentes dos que são possíveis às ciências exactas e naturais, mas ela não foi menos científica, nem os seus resultados menos reais. Atingidos dez mil anos antes dos outros, eles continuam a ser o abstracto da nossa civilização»⁽²⁾.

Precisamente porque a mentalidade «primitiva» é uma forma de pensamento racional, organizado, que escapa à lógica do nosso (mas nem por isso é menos «lógico»), uma vez que se relaciona com formas diferentes de apropriação material e espiritual do mundo, impor-lhe as dicotomias e os quadros de classificação da nossa própria cultura é de certo modo um abuso metodológico. É assim até certo ponto erróneo falar de «religião» numa sociedade arcaica, isolando-a arbitrariamente das outras esferas de actividade em que ela, muito mais do que na nossa sociedade, tão profundamente penetra.

A cosmovisão das sociedades «primitivas» baseia-se num modo particular de decomposição significativa do espaço e do tempo. Realmente, lembra-nos Leroi-Gourhan, «o facto humano por excelência é talvez menos a criação do utensílio do que a domesticação do tempo e do espaço, isto é, a criação de um tempo e de um espaço humanos»⁽³⁾.

O espaço encontra-se organizado em torno de um eixo ou centro, em volta do qual se dispõem concentricamente as zonas de habitação e de movimentação habitual, quer dizer, as regiões conhecidas ou Cosmos, rodeadas das áreas inóspitas, desconhecidas, de onde pode vir o perigo, ou Caos. Esta dicotomia pode entender-se em termos meramente profanos, mas encontra-se assente em última análise na ordem religiosa: é que o mundo familiar é um espaço onde se manifestou a intervenção divina, a qual criou a realidade, «fundou o mundo», como diz Mircea Eliade⁽⁴⁾, através da transformação primordial do Caos em Cosmos, que deve ser regularmente repetida pelo homem, quando ocupa uma nova região, constrói uma nova casa ou ergue um local de culto.

Assim, pois, a oposição cosmos-caos sobre põe-se à de sagrado-profano, na medida em que todo o mundo organizado pressupõe uma intervenção divina, uma hierofania. Essa intervenção criadora, ao organizar «horizontalmente» o espaço, estabeleceu nesse ponto uma ruptura vertical de níveis, susceptíveis de comunicação entre si através de um «axis mundi», centro ou umbigo («omphalos») do mundo (v. M. Eliade, op. cit. na nota 4).

(2) *La Pensée Sauvage*, Paris, Plon, 1962, p. 25.

(3) *Le Geste et la Parole*, Paris, Albin Michel, vol. II, 1965, p. 139.

(4) *O Sagrado e o Profano*, Lisboa, Livros do Brasil, s/d, pp. 33-35.

O tempo, tal como o espaço, apresenta também descontinuidades. Se é a irrupção do sagrado no mundo que o constitui como cosmos, que o funda como um mundo real, carregado de sentido, por oposição ao caos desordenado, de existência «larvar», então o momento em que isso acontece (ou se reactualiza através do rito, da repetição do gesto exemplar, feito «in illo tempore») é que é verdadeiramente significativo. É na medida em que elimina a duração, o fluir incessante do tempo «histórico», que o homem se aproxima da realidade por excelência, a realidade das origens. É através das festas religiosas — onde, não raro, há uma componente de orgia, de regresso temporário ao caos primordial — que o primitivo reactualiza os gestos passados nesse «tempo atemporal» mítico, do qual se torna assim contemporâneo. A realidade perfeita é pois a que mais se aproxima dos modelos fixados no mito, a que imita os gestos dos deuses no início dos tempos (*v.* Eliade, *op. cit.* e «O Mito do Eterno Retorno»).

É neste contexto que poderemos compreender a importância dos mortos nas sociedades primitivas, e em particular nas de base agrária, tema que desenvolveremos adiante; ao morrer, o indivíduo como que perde a sua individualidade, integrando-se no «arquétipo impessoal do antepassado» (M. Eliade) ⁽⁵⁾.

3. A RELIGIÃO DAS SOCIEDADES AGRÁRIAS PRIMITIVAS

O que fica exposto tornava-se necessário como enquadramento genérico do que focaremos agora, num âmbito que se encontra já mais próximo do espírito com que trabalha o paleoantropólogo ou, se quisermos, o pré-historiador.

Sabemos hoje que aquilo a que Gordon Childe chamou «revolução neolítica» foi um longo processo de transformação económica e social, que permitiu ao homem criar novas adaptações, decisivas, ao ambiente pós-glaciário. Esse processo complexo, feito de uma série de factores que tiveram incidência e cronologia diferentes conforme as regiões do mundo, em várias das quais o fenómeno surgiu de forma mais ou menos

independente, implicou também uma alteração profunda das concepções da realidade.

Escreveu Leroi-Gourhan que «o nómada caçador-recolector abarcar a superfície do seu território através dos seus trajectos; o agricultor sedentário constrói o mundo em círculos concêntricos em torno do seu celeiro» ⁽⁶⁾; de facto, «os cereais, as tâmaras ou as azeitonas imobilizam o grupo em torno das suas reservas alimentares» ⁽⁷⁾.

Na verdade, a sedentarização, a concentração de um número maior de pessoas, que passam a ser co-residentes, numa área bem delimitada, a existência de excedentes armazenados cobichados por outros grupos, vão desenvolver o sentido territorial do homem, a sua profunda fixação ao solo, e toda uma nova relação com este; a observação dos ciclos naturais escalonados ao longo do ano, em relação com as actividades agrícolas (muito mais absorventes, em termos de tempo, do que os esforços mais episódicos ou intermitentes da caça), e a dependência em relação à fertilidade dos campos, vão dar ênfase à ideia de fecundidade cónica, de manifestação cíclica, porquanto o indivíduo, quando morre, volta, como as sementes, à terra a que pertence, permitindo assim o nascimento de uma nova vida. A terra é valorizada simbolicamente como elemento vivo, vivo porque nela germinam as sementes, mas também porque nela habitam os mortos, os antepassados, sementes de novas vidas ⁽⁸⁾.

O facto de o homem basear a sua alimentação no trabalho agrícola, cujos produtos só lhe são dados pela natureza ao fim de uma determinada sequência de tarefas escalonadas ao longo do tempo, com um resultado sempre imprevisível, faz com que ele se torne mais atento ao tempo, que decompõe em unidades significativas (em termos funcionais e rituais), base dos futuros calendários. A capacidade de previsão é aqui de importância fundamental. O caçador, sujeito ao que a natureza lhe dá, mais disponível, come quando caça a sua presa, que às vezes tem de perseguir porfiadamente ao longo de dias; o agricultor, mais seguro devido aos alimentos acumulados, apenas os consegue, porém, à custa de um trabalho diário e ritmicamente planeado.

(5) *O Mito do Eterno Retorno*, Lisboa, Ed. 70, s/d, p. 61.61.

(6) *Op. cit.* na nota 3, p. 157.

(7) *Id., ib.*, I, 1964, p. 238.

(8) *V.*, por ex., B. BERNARDI, *Introdução aos Estudos Etno-Antropológicos*, Lisboa, Ed. 70, s/d, pp. 403-406.

Se bem que a caça continue a ser uma actividade mais ou menos importante, e sempre complementar da agricultura, na civilização dos paleocultivadores o trabalho dos campos (na sequência da simples colheita dos cereais em searas naturais) faz emergir a importância social da mulher; esta, obrigada pela procriação e tratamento dos filhos a estacionar em torno do habitat, sempre esteve em relação predominante com o mundo vegetal, tanto nas sociedades de colectores, como nas de agricultores. A fertilidade da terra é assim associada à própria fertilidade feminina. O campo é uma entidade feminina por natureza, e mesmo a origem do mundo é frequentemente ligada à união fecunda do céu e da terra, através, por exemplo, das propriedades seminais da chuva. Até o arado, de invenção relativamente tardia, será visto falicamente como o elemento que abre a terra, permitindo a sua fertilidade. São frequentes, nas sociedades agrárias, os mitos e os ritos relacionados com a fecundidade da terra, como, por exemplo, no segundo caso, a prática de relações sexuais sobre o campo lavrado, o parto sobre o solo, e a deposição de recém-nascidos no mesmo, entre tantos outros, que formam um substracto antigo da «weltanschauung» de muitas culturas posteriores, presente na arte e literatura até aos nossos dias. O culto da deusa-mãe, comum a todas as grandes culturas mediterrânicas antigas, assenta aqui as suas raízes; essas «deusas ctónicas e agrícolas são, simultaneamente, divindades da fecundidade e da morte, do nascimento e da reintegração no seio maternal»⁽⁹⁾. Projectada cosmogónica e cosmologicamente, esta concepção é responsável pelo frequente simbolismo ginecológico e obstétrico da origem dos homens⁽¹⁰⁾.

Assim, pois, o Neolítico operou uma transformação fundamental da posição — social e religiosa — da feminilidade. Esta parece associada, no Paleolítico superior da Europa Ocidental, ao espaço íntimo da caverna, e integrada numa mitologia dualista baseada nas oposições de animais de conotação masculina e feminina (Leroi-Gourhan, «Préhistoire de l'Art Occidental»), enquanto que nas sociedades imediatamente posteriores essa posição surge conotada com os ciclos vitais

da vegetação e do cosmos, que se renova de forma periódica, circular, como cíclica é também a concepção da existência humana. À caverna escura onde o caçador penetra, realizando assim a clivagem entre as áreas do sagrado e do profano, sucede uma visão mais circular, centralizada e territorial do espaço, organizado em torno do habitat, microcosmos e «imago mundi» a que a mulher preside.

Evidentemente que todas as noções gerais que temos exposto representam uma grande simplificação da realidade — tanto das sociedades actualmente observáveis, como, obrigatoriamente, das culturas neolíticas que só nos deixaram os resíduos materiais do seu funcionamento, estes mesmos triados pela acção do tempo. Um modelo ou esquema é sempre muito pobre em relação à realidade multifacetada e complexa. Mas ele tira dessa abstracção toda a sua eficácia, criando uma síntese coerente cujos aspectos pontuais podem ser negados neste ou naquele exemplo concreto, ou assumirem noutros uma variedade ou complexidade que ele não contempla, o que não impede a sua clareza e a sua base de motivação para novas pesquisas. Por isso um modelo ou esquema só se justifica como plataforma de análise, plataforma que esta se encarregará de demolir, permitindo sínteses mais compreensivas.

Um outro aspecto importante, nas religiões «agrícolas», é a tendência para a predominância de divindades ligadas à natureza e aos antepassados sobre as entidades mais gerais, supremas ou celestes; se, por um lado, esse facto representa a valorização de forças directamente actantes na vida do homem, por outro relaciona-se, sem dúvida, com a projecção, ao nível do sobrenatural, do carácter segmentário da sociedade⁽¹¹⁾. A «correlação de diferentes seres espirituais» encontra-se aí articulada «com níveis distintos da hierarquia segmentária»⁽¹²⁾. Trata-se de um caso exemplar de aplicação da máxima de Durkheim (simplista em si mesma, como todas as máximas) segundo a qual «Deus é um outro nome para a sociedade» ou, se quisermos, de «que as crenças espirituais espelham a estrutura da sociedade; que os deuses, mitos e práticas rituais simbolizam

(9) M. ELIADE, *Mythes, Rêves et Mystères*, Gallimard, 1957, p. 224.

(10) *Id., ib.*, pp. 198 e 199.

(11) M. SAHLINS, *Sociedades Tribais*, Rio de Janeiro, Zahar Ed., 2.ª ed., 1974, pp. 153-162.

(12) *Id. ib.*, p. 154.

os valores e relações sociais básicos, de que tudo isso funciona para integrar a sociedade, prover coesão, promover solidariedade e manter a continuidade»⁽¹³⁾. À medida, porém, que das sociedades tribais, grandemente igualitárias, forem emergindo organismos sociais mais hierarquizados, à medida que for sendo necessário, ao sistema, abarcar unidades sociais e territoriais mais amplas, e portanto uma maior coesão interna, as grandes divindades gerais terão tendência para preponderar, projectando e justificando ao nível do imaginário o próprio poder crescente dos chefes. É o que verificamos na Pré-história recente europeia, no processo de transição do Neolítico para o Calcolítico e Idade do Bronze, cujo imaginário abstracto exprime bem o carácter também «abstracto» que o poder e as formas ideológicas com ele relacionadas vão assumindo.

O complexo religioso das sociedades agrárias não se confina porém às entidades religiosas «de nível mais baixo» citadas; a preocupação pelo tempo, pela sucessão das estações e dos ciclos de vegetação exprime-se também na observação astral, e principalmente na valorização da lua, astro cujas diferentes aparências, ciclicamente repetidas, se ligam à fertilidade, à recriação permanente da vida. Assim, o conjunto de conceitos lua – chuva – fertilidade – mulher – serpente – morte – regeneração periódica surge com frequência nas sociedades agrícolas, com numerosas variantes⁽¹⁴⁾. Ora, as observações astronómicas, em particular da lua, manifestam-se muito provavelmente no megalitismo, de acordo com as investigações de A. Thom⁽¹⁵⁾. A serpente, animal de conotação feminina, mas também lunar, aparece frequentemente na arte megalítica.

A profunda ligação da lua à ideia de morte («a lua é o primeiro morto», Eliade)⁽¹⁶⁾ lembra-nos uma outra componente da concepção religiosa das sociedades agrárias: o facto de toda a criação, incluindo a das plantas alimentares, estar normalmente ligada à noção de morte, de imolação primordial de uma divindade (como, por

exemplo, se observa em Ceram, na Nova Guiné)⁽¹⁷⁾. Daí derivam numerosos sacrifícios e outras cerimónias cujo sentido radica na «rememoração do assassinio primordial»⁽¹⁸⁾. Ao contrário das culturas de caçadores-recolectores, que associam o sangue ao osso como símbolos da sacralidade da vida, as sociedades de agricultores ligam esse mesmo sangue ao esperma, isto é, a ideia de morte e a de fecundidade aparecem estreitamente associadas⁽¹⁹⁾.

4. O LUGAR DOS MORTOS

Uma simples visão geral da documentação pré-histórica basta para mostrar o peso que, a partir do Paleolítico médio, tiveram as práticas funerárias na vida das sociedades arcaicas. Tal facto liga-se, sem dúvida, a passos importantes dados pelo homem na aquisição da consciência de si mesmo, na consciência do trauma que a perda da individualidade provoca⁽²⁰⁾. A «prodigiosa importância da *economia da morte* no seio da humanidade arcaica»⁽²¹⁾ prova precisamente a vontade de estigmatizar, humanizando-o, integrando-o na vida, o mal-estar que deriva da consciência da morte, e em particular da presença do cadáver em putrefacção, elemento perturbante por excelência (por oposição à «limpeza» do esqueleto, definitivamente libertado da decomposição das partes moles)⁽²²⁾. O peso obsessivo dos espíritos dos mortos no imaginário arcaico nota-se, não só nas formidáveis construções que lhes foram erguidas (Bachofen: «construiu-se mais para os mortos do que para os vivos»)⁽²³⁾, como na sua presença em todos os actos da vida quotidiana, incluindo os sonhos⁽²⁴⁾. O espírito dos mortos, nas suas diversas manifestações, universalmente espalhadas, funciona como um «duplo», um «alter ego» perturbante, que importa a todo o custo (precisamente através das práticas funerárias) integrar na comunidade dos vivos, na lógica da vida. A este aspecto paradoxal da morte

(13) *Id. ib.*, p. 150.

(14) M. ELIADE, *Traité d'Histoire des Religions*, Paris, Payot, 1974, p. 151.

(15) V., por ex., KRUPP, *In Search of Ancient Astronomies*, Londres, Chatto & Windus, 1979, pp. 62-68.

(16) *Op. cit.* na nota 14, p. 125.

(17) ELIADE, *Histoire des Croyances et des Idées Religieuses*, Paris, Payot, vol. I, 1978, p. 50.

(18) *Id., ib.*

(19) *Id., ib.*, p. 51.

(20) E. MORIN, *L'Homme et la Mort*, Paris, du Seuil, 1970, p. 41.

(21) *Id., ib.*, pp. 37 e 38.

(22) V. L.-V. THOMAS, *Le Cadavre*, Bruxelles, Ed. Complexe, 1980.

(23) Cit. por E. MORIN, *op. cit.* na nota 20, p. 38.

(24) E. MORIN, *op. cit.* na nota 20.

São numerosos, em todo o mundo, os ritos de fertilidade ligados à pedra⁽³⁵⁾.

Este tipo de práticas representa, sem dúvida, a sobrevivência de concepções e ritos extremamente arcaicos que, apesar de condenados pelo Cristianismo, puderam chegar até nós, embora por vezes se tenha perdido ou adulterado a sua razão primitiva⁽³⁶⁾. Uma das tendências, aliás, das grandes religiões históricas, foi a de desvincular a matéria da divindade com a qual ela originalmente se confundia, para, por um processo de abstracção e de recuo do divino para níveis superiores, a tornar um mero símbolo ou signo dessa mesma divindade, conteúdo que poderia já estar em germén mesmo nas concepções mais arcaicas.

Sendo a fertilidade um «atributo do centro» e os seus «emblemas» «frequentemente sexuais⁽³⁷⁾, não admira que a pedra marque muitas vezes o espaço sagrado, que ela seja o «ponto de interferência do mundo dos mortos, do dos vivos e do dos deuses», ou seja, um «axis mundi» ou «omphalos» da Terra⁽³⁸⁾.

Poderíamos citar muitas outras manifestações do culto da pedra, dirigidas, de uma maneira geral, na expressão de Eliade⁽³⁹⁾, a algo «que a pedra incorpora e exprime». Tais manifestações verificam-se relativamente a rochedos naturais na sua posição original⁽⁴⁰⁾ ou a blocos implantados verticalmente no solo, em estado bruto ou sumariamente afeiçoados (menires), a rochedos cuja forma natural os particulariza⁽⁴¹⁾, a meteoritos (representantes da sacralidade celeste)⁽⁴²⁾, a cristais, nomeadamente de quartzo hialino (frequentes em muitas sepulturas pré-

históricas), e, mesmo, em relação a pedras trabalhadas pelo homem — como as «pedras de raio», lâminas de machados polidos — que são apresentadas miticamente como tendo origem natural. A este último caso podemos associar as «Nakirere» dos Fataleka da Melanésia, enxós polidas de obsidiana, quartzo ou basalto, que não são funcionais, mas ocupam uma importante posição no ritual funerário, e são associadas, no respectivo mito de origem, às mulheres, ao céu, ao oceano, e à trovoadas⁽⁴³⁾.

Mas, para lá de todos os exemplos que poderíamos aduzir, o que importa é frisar o facto de, em numerosas culturas primitivas, estar presente o culto da pedra bruta, não trabalhada. Essa noção é um dos vectores explicativos do megalitismo, dada a importância que nele teve a utilização de pedras nesse estado, utilização voluntariamente escolhida, e não resultante de qualquer atraso tecnológico, uma vez que nos megálitos ela aparece frequentemente associada a processos construtivos evolucionados, inclusivamente, nalguns casos, com recurso a pequenas lajes previamente afeiçoadas para formarem muros, falsas cúpulas, etc.

É neste sentido (que nos faz retornar às citações bíblicas do início desta alínea) que Pausânias escreve na sua obra (VII, 22,4)⁽⁴⁴⁾: «Se recuarmos ainda mais no tempo, vemos os Gregos prestar honras divinas, não a estátuas, mas a pedras não trabalhadas ('argoi lithoi')». E Eliade (*id.*, *ib.*) dá-nos como exemplo a figura do deus Hermes, que resultaria da personificação de uma antiga teofania da pedra. É no sentido contrário a esta evolução, remontando, contra a maré do

(35) Relativamente a Portugal, L. DE VASCONCELOS refere-se várias vezes a eles (*v.*, por ex., *De Terra em Terra*, vol. II, p. 205. O costume das mulheres grávidas encorregarem ao longo de uma pedra — «glissade» — aqui referido, foi aliás também detectado em relação a monumentos megalíticos, como, por exemplo, nos restos do dólmen do Senhor da Serra, Belas). J. P. GONÇALVES, ao descrever a «Rocha dos Namorados», pedra em forma de útero existente a c. de 6 km a NE de Reguengos de Monsaraz, que considera um menir, escreve que «segundo arcaica tradição, ainda hoje persistente, as raparigas solteiras da região, cumprindo um rito pagão de fertilidade, vão ali, pela segunda-feira da Páscoa, na primavera, lançar uma pedra (ou várias) para cima da umbela do menir e consultá-lo em matéria do seu próximo casamento. Cada lançamento falhado significa um ano de esperas práticas fertilizantes do casamento (...). O terreno circundante do menir encontra-se, por isso, literalmente juncado por pedras (...).» (Roteiro de alguns megálitos da região de Évora, *A Cidade de Évora*, 58, 1975, p. 15 separata).

(36) ELIADE, *op. cit.* na nota 14, pp. 191-195.

(37) *Id.*, *ib.*, p. 201.

(38) *Id.*, *ib.*, p. 200. Terá sido essa função (eventualmente em acumulação com outras, como veremos) a de certos menires pré-históricos, alguns claramente fálicos, como por exemplo o Menir do Outeiro, em Reguengos de Monsaraz (cuja extremidade distal figura o meato uretral)? (J. P. GONÇALVES, *op. cit.*, p. 15). Esta hipótese de trabalho já foi por nós exposta noutro lado (Menhirs du Portugal, *L'Architecture Mégalithique*, Vannes, Soc. Polym. Morbihan, 1977, pp. 104 e 105).

(39) ELIADE, *op. cit.* na nota 14, p. 188.

(40) Afloramentos, cultuados como tal, ou como suporte, por ex., de insculturas rupestres, de que são exemplos famosos os grandes complexos de Val Camonica, no N. da Itália. ou do vale do Tejo, em Portugal.

(41) Lembrando, por exemplo, uma mulher grávida, como em Maidu, no N. da Califórnia — ELIADE, *op. cit.*, pp. 191 e 192 — ou no caso português citado.

(42) FITAUF *Forgerons et Alchimistes*, Paris, Flammarion, 2.^a ed., 1977, p. 15.

(43) GUIDIERI, *op. cit.* na nota 33, pp. 296 ss.

(44) Cit. por ELIADE, *op. cit.* na nota 14, p. 202.

tempo, à época em que a face da «persona» ainda não tinha emergido da pedra, que vai o nosso inquérito.

6. OS MEGALITOS E A MORTE

Como é bem sabido, o megalitismo é um fenómeno universal, no tempo e no espaço: para lá da Europa, as suas manifestações interessam o Próximo e Médio Oriente, a África (sobretudo o Norte deste continente), a Índia, a Coreia, o Japão e a Oceânia (Polinésia e Melanésia), para só citarmos os núcleos mais importantes. Se bem que, como vimos, ele não possa ser reduzido a um fenómeno funerário — longe disso —, a sua ligação à morte não deixa de estar presente em todas essas vastas regiões do mundo em que ocorre.

Uma das regiões do mundo em que o megalitismo funerário persistiu até aos nossos dias é a Índia Central, onde habitam povos como os Bhil, os Korku, os Munda e os Gond.

Estes últimos pertencem à família linguística dravídica e vivem a sudeste de Naguepur, dividindo-se em diversos grupos, entre os quais os Múria. Estes têm uma agricultura baseada no corte e queimada; antes de cada nova desarborização e sementeira, são feitos sacrifícios aos «espíritos da aldeia», à «mãe-terra» e aos antepassados. Tradicionalmente, cada grupo gentílico em que os Múria se subdividem tinha o seu território próprio, com um centro de culto, onde se venerava o deus do grupo; era para lá que se levavam os mortos. A partir da puberdade, os indivíduos dos dois sexos abandonam os pais e passam a viver numa casa comunitária («gotul»), onde são facilitadas as relações sexuais; após o casamento, porém, «a fidelidade conjugal é estreitamente vigiada e colocada sob a protecção dos antepassados. Estes velam pelo 'gotul', dão fecundidade ao matrimónio, protegem os recém-nascidos, fazem prosperar as colheitas e asseguram o bom êxito da caça e da pesca. São invocados em todas as cerimónias e encontram-se sempre muito perto da família, num grande vaso de barro, que é guardado na despensa ou no celeiro»⁽⁴⁵⁾.

Na «casa do defunto» — tradicionalmente nas imediações do centro colectivo de culto — ergue-se um menir comemorativo. «A procura e colocação destas pedras é feita ao mesmo tempo que um sacerdote do grupo gentílico, aparentado com quem dá a festa, celebra sacrifícios. Mata-se um bovino e a cauda é dependurada do menir. Diante deste levanta-se uma morada para os espíritos, formada por três pedras mais pequenas que servem de altar para os sacrifícios. Há a crença de que guardar a memória dos antepassados, preocupadamente, faz crescer os menires e atrai a bênção daqueles antepassados sobre os seus descendentes. Nas regiões fortemente influenciadas pelo hinduísmo esta 'cultura megalítica' encontra-se em declínio (...)»⁽⁴⁶⁾.

Também M. Eliade se refere aos Gond e a outras tribos arcaicas da Índia Central⁽⁴⁷⁾, para apoiar a opinião de Hutton e de Koppers segundo a qual os monumentos funerários que tais tribos constroem «têm por fim 'fixar' a alma do morto e proporcionar-lhe um alojamento provisório que a mantenha na vizinhança dos vivos e que, permitindo-lhe influenciar a fertilidade dos campos pelas forças que a sua natureza espiritual lhe confere, a impeçam de deambular ou de se tornar perigosa»⁽⁴⁸⁾.

Esses monumentos megalíticos relacionados com o culto dos mortos e com «o apaziguamento da alma do defunto», não se encontram junto dos túmulos, mas a uma distância considerável destes; apenas no caso de morte violenta por acidente, o monumento é erigido no local da respectiva ocorrência. E conclui Eliade: «A pedra funerária torna-se assim um instrumento protector da vida contra a morte», uma vez que, «fixada» numa pedra, a alma é obrigada a agir unicamente no sentido positivo: «fertilização»⁽⁴⁹⁾. Esta crença de que a pedra é o «habitat simbólico», como diz Eliade, dos antepassados, encontra-se muito espalhada; por exemplo, na Polinésia, são frequentes os lugares de culto cuja parte central é constituída, segundo Layard, por «um monólito acompanhado por um dólmen de proporções mais reduzidas, representando os antepassados»⁽⁵⁰⁾.

(45) LORENZ LOFFLER, in *Etnologia*, dirig. por H. Tischner, Lisboa, Ed. Meridiano, 1972, p. 294.

(46) *Id., ib.*, pp. 294-295.

(47) ELIADE, *op. cit.* na nota 14, pp. 189 e 190.

(48) *Id., ib.*, p. 189.

(49) *Id., ib.*, p. 190.

(50) *Id., ib.*, p. 191.

Entre os Paleo-indonésios, por exemplo, também o levantamento de monólitos está intimamente ligado ao culto dos «espíritos dos mortos» e dos «espíritos dos antepassados»; e diz-nos H. Nevermann que esta «cultura megalítica» ainda perdura na ilha de Nias, a ocidente de Samatra⁽⁵¹⁾; como, aliás, perdura em Timor Leste, segundo o testemunho de R. Cinatti⁽⁵²⁾.

De novo mais para leste, entre os melanésios da ilha de Malekula, nas Novas Hébridas, estudada por John Layard na sua célebre obra «Stone Men of Malekula» (1942), vamos encontrar também a associação entre monumentos megalíticos e um complexo ritual funerário⁽⁵³⁾.

A complexidade desse ritual avisa-nos mais uma vez, ao pensarmos nas manifestações megalíticas que só conhecemos pela via arqueológica, de quão fragmentário é o nosso registo em relação à riqueza dos actos passados, de que essas manifestações arquitectónicas foram teatro. Quaisquer que tenham sido as «peças» aí representadas pelo homem pré-histórico, e cujo conteúdo se perdeu para sempre, é bom que a estaticidade do cenário e a sua aparente uniformidade não nos façam esquecer o reverso sombrio da medalha, reverso que, embora só possa ser imaginado por nós, nos ajuda a compreender o fantástico esforço construtor que essas edificações representam. Através do seu destino funerário, e apesar dele, os túmulos são sobretudo para os vivos...⁽⁵⁴⁾.

7. AS RELIGIÕES MEGALÍTICAS

«Poder-se-ia interpretar os monumentos megalíticos» — escreve Eliade — «como uma resposta ao já citado mito indonésio (mito da pedra e da banana)⁽⁵⁵⁾: uma vez que a vida do homem é semelhante à dos cereais, a força e a perenidade tornam-se acessíveis *através da morte*. Os mortos regressam ao seio da Terra Mãe, com a esperança de partilhar a sorte das sementes; mas são por outro lado misticamente associados aos blocos de

pedra e, por consequência, tornam-se poderosos e indestrutíveis como os rochedos»⁽⁵⁶⁾. Através da sua sobrevivência, os mortos passam à categoria de antepassados, associados à perenidade da pedra, que se torna o seu novo corpo, tanto sob a forma de menir — substituto desse corpo — como sob a forma do dólmen, seu «cofre». E, assim, eles podem tornar-se uma fonte inesgotável de vitalidade, de fertilidade. E Eliade conclui: «na linguagem do mito indonésio, eles teriam conseguido apropriar-se simultaneamente da pedra e da banana...»⁽⁵⁷⁾.

Realmente, como vimos ao longo deste trabalho, as formas de religiosidade ligadas ao megalitismo deveriam em parte ser esclarecidas pelos dados de etnografia, uma vez que esta pôde ainda analisar, sobretudo na Oceânia e no subcontinente indiano, culturas com expressão «megalítica», que se mantiveram quase intactas até à nossa época. Pena é que a maioria dos pré-historiadores tema seguir esta via, dando mostras de uma «timidez» que, como também escreve Eliade, «é lamentável, pois o 'megalitismo' constitui um assunto de estudo exemplar e, provavelmente, único. Com efeito, uma pesquisa comparativa seria capaz de mostrar em que medida a análise das numerosas culturas megalíticas, ainda florescentes no séc. XIX, pode contribuir para a compreensão das concepções religiosas perfilhadas pelos autores dos monumentos pré-históricos»⁽⁵⁸⁾.

Esta via de pesquisa, aqui claramente seguida, a contracorrente de toda a tradição da Pré-história das últimas décadas, não assenta em qualquer noção redutora do megalitismo a um fenómeno único, nem simples, como o tentaram certos autores como Elliott Smith ou Heine-Geldern, muito ao contrário. Nem pretende articular o megalitismo pré-histórico europeu (ele próprio, como veremos, mais fácil de encarar como um processo complexo, com múltiplas raízes possíveis e desenvolvimentos regionais, do que como um fenómeno único) com quaisquer outras culturas «megalíticas» de outros pontos do mundo. Não é

(51) *Op. cit.* na nota 45, p. 337.

(52) *V. Lucerna*, vol. V, Porto, 1966, p. 357.

(53) *V. também J. CAMPBELL, The Masks of God: Primitive Mythology*, Harmondsworth, Penguin Books, 1976, pp. 445 ss.

(54) A. FLEMING, *Tombs for the living*, *Man*, 8, 1973, pp. 177-193.

(55) Este mito refere-se ao facto de, no princípio do mundo, os homens terem preferido, entre as dádivas de Deus, a banana, à pedra, renunciando assim, sem o saberem, à imortalidade, de que a pedra é símbolo.

(56) ELIADE, *op. cit.* na nota 17, p. 129.

(57) *Id., ib.*, p. 131.

(58) *Id., ib.*, p. 135.

esse «comparatismo sumário», como lhe chamou Leroi-Gourhan⁽⁵⁹⁾, e redutor, o nosso método; este consiste apenas em ordenar, lado a lado, os factos ao nosso dispor, os da Pré-história e os da Antropologia Cultural, procurando ver se estes últimos poderão iluminar os primeiros, mesmo que em termos gerais. E, se tal não for inteiramente possível, pelo menos ficar-nos-á um questionário mais rico para interrogar os dados arqueológicos. Não se trata, caricaturalmente, de «mascarar» os construtores de megálitos europeus com uma roupagem de primitivo indonésio, indiano ou africano, mas de ver em que é que o seu comportamento comum, se o foi e no que o foi, exprime tendências gerais do homem, em certas fases culturais, dos pontos de vista conceptual, simbólico, e funcional. Construir modelos, estabelecer, em suma, o «quadro dos possíveis», para tentar ver quais desses «possíveis», em cada tempo e lugar, foram concretamente realizados. Só assim entendemos a Pré-história, sempre o dissemos, como um primeiro patamar da Paleoantropologia cultural⁽⁶⁰⁾.

Mas revertendo ao nosso assunto, torna-se evidente que, nas religiões megalíticas, se associam duas linhas de força: a crença na vida após a morte, relacionada com o culto dos antepassados, e a ligação da pedra à ideia de eternidade e de continuidade da vida. Tais linhas de força, que decorrem quase imediatamente do nosso conhecimento dos monumentos, adaptam-se bem ao que sabemos das sociedades «megalíticas» recentes. «Na maior parte destas», escreve Eliade, os monumentos «são construídos no decurso de cerimónias destinadas a defender a alma da sua viagem para o além; mas eles asseguram igualmente uma pós-existência eterna aos que os erguem durante a sua vida, ou àqueles para quem são construídos após a morte. Por outro lado, os megálitos constituem a ligação por excelência entre os vivos e os mortos; pensa-se que eles perpetuam as virtudes mágicas das pessoas que os construíram ou para quem eles foram construídos, assegurando assim a fertilidade dos homens, do gado e das colheitas». E continua o mesmo autor: «Os monumentos servem de morada às almas dos mortos, quando este re-

gressam para visitar a aldeia, mas são igualmente utilizados pelos vivos. O local em que se encontram os megálitos é simultaneamente o espaço cultural por excelência (coreografia cerimonial, sacrifícios, etc.) e o centro da actividade social. No culto dos mortos de tipo megalítico, as genealogias desempenham um papel importante. (...) Importa sublinhar este facto: *o homem espera que o seu nome seja lembrado por intermédio da pedra*; por outras palavras, a ligação com os antepassados é assegurada pela memória dos seus nomes e dos seus feitos, memória 'fixada' nos megálitos»⁽⁶¹⁾.

Uma outra componente que nos parece ser comum às religiões «megalíticas» é realmente a valorização sagrada do espaço, a marcação, com os próprios túmulos, ou com grandes blocos de pedra (menires), de uma geometria simbólica, seja ela a do círculo (círculos líticos), ou a da linha recta (alinhamentos). A organização religiosa do espaço, com as suas dicotomias, próprias de toda a geografia simbólica, do centro e da periferia, do dentro e do fora, é uma marca do poder da cultura sobre a natureza, introduzindo-lhe descontinuidades, impondo-lhe um sentido, fundando talvez mesmo as bases de um cálculo, em torno do qual se orquestram todas as modalidades do tempo e do espaço. É o que nos diz Eliade em relação a um monumento como Stonehenge, que aproxima de outros tipos de «complexos megalíticos»: «Estamos aqui perante a mesma valorização do espaço sagrado enquanto 'Centro do mundo', lugar privilegiado em que se realiza a comunicação com o céu e o mundo subterrâneo, quer dizer, com os deuses, as deusas ctónicas e os espíritos dos mortos»⁽⁶²⁾. A pedra, geometricamente disposta, fixa uma leitura do espaço, que é ctónica, mas é também cósmica, ordena a realidade na horizontal e na vertical, decompondo-a em unidades repetíveis, permitindo ao homem apor ao caos desorganizado que o rodeia uma ordem durável, associada às virtudes da rocha e à memória perdurável dos seus mortos. E, nesse espaço simbolicamente marcado, o homem e a sociedade a que pertence encontram, materializada, toda a sua coerência.

(59) A. LEROI-GOURHAN, *Les Religions de la Préhistoire*, Paris, P.U.F., 1964, p. 4.

(60) V. O. JORGE, *Ensaio sobre Paleoantropologia Cultural*, Porto, Centro Universitário, 1977, pp. 11-25.

(61) ELIADE, *op. cit.* na nota 17, pp. 136-137.

(62) *Id., ib.*, p. 131.

José MORAIS ARNAUD

NOTA SOBRE OS ÍDOLOS OCULADOS
DO VALE D'OURO (FERREIRA DO ALENTEJO)

ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA
Sér. X - Vol. I/II (1) - 1984/88

NOTA SOBRE OS ÍDOLOS OCULADOS DO VALE D'OURO (FERREIRA DO ALENTEJO)

José MORAIS ARNAUD

In this paper two cylindrical idols of marble, with representation of the eyes and of the so-called facial tattooing, found at the Chalcolithic settlement of Porto Torrão (near Ferreira do Alentejo, in the District of Beja) and its surroundings, are published and compared with 12 others of the same type previously found at several places of the Iberian SW, using an analytical table. In the last section the origins and meaning of these idols are discussed, and it is suggested that they are specifically Iberian, probably representing an owl, symbolizing a nocturnal deity, connected with the cult of the dead, rather than a local version of the East European «Mother-Goddess», as most Iberian prehistorians have pretended.

1. HISTÓRIA DO ACHADO

O primeiro dos ídolos que são objecto deste trabalho (fig. 1), com o qual tenho a honra de contribuir para a homenagem ao Prof. D. Fernando de Almeida, foi encontrado pelo Sr. Fernando Guerreiro Carvalho, de Ferreira do Alentejo, num terreno situado junto à ribeira do Vale d'Ouro, a cerca de 3 km a Noroeste da sede do concelho, no qual se encontraram abundantes vestígios de ocupação da época romana, e chegou ao meu conhecimento através do Sr. Diogo Patrício, Vereador da C. M. de Ferreira, a quem muito agradeço.

A proximidade do local do achado em relação ao vasto povoado calcolítico de Porto Torrão, situado apenas a cerca de 1 km para Este, onde também haviam sido encontrados alguns ídolos cilíndricos de mármore, embora sem qualquer gravura (Arnaud 1982: fig. 7), permite levantar a hipótese de este ídolo ter sido levado para o local de achado ou pelos próprios habitantes calcolíticos daquele povoado ou pelas populações que posteriormente se estabeleceram no Vale d'Ouro e que o teriam achado no local do povoado calcolítico, presumivelmente na época de dominação romana. Esta deslocação aparente do ídolo em relação ao seu presumível local de origem, torna-o para todos os efeitos mais um achado isolado do seu contexto, à semelhança de todos os outros ídolos deste tipo anteriormente encontrados quer no Baixo Alentejo e Algarve quer na Andaluzia Ocidental (Almagro Gorbea,

M. J. 1973: 122-8; Gonçalves 1978), como veremos mais adiante.

Quanto ao segundo ídolo que agora se publica (fig. 2), foi achado em Maio de 1983 no próprio povoado calcolítico de Porto Torrão, por António Hugo Santos, aluno da Faculdade de Letras de Lisboa, no decurso da prospecção sistemática de um campo que acabara de ser lavrado, efectuada pelo signatário e por um grupo de alunos da cadeira de Pré-História. Trata-se assim do primeiro ídolo deste tipo a ser encontrado num contexto bem definido, dando maior força à hipótese acima referida quanto à proveniência do primeiro ídolo, embora o facto de se tratar de um achado de superfície não permita especificar a fase do calcolítico a que este ídolo pertence. No entanto, o facto deste objecto, à semelhança de todos os outros ídolos e almofarizes de mármore até agora encontrados neste povoado (Arnaud 1982: figs. 7 e 8), apresentar um dos lados cobertos por uma espessa e rija camada de concreções calcárias, tal como todo o espólio encontrado no estrato calcolítico pré-campaniforme no decurso das escavações efectuadas naquele povoado no Verão de 1982, sugere que este ídolo seja proveniente desse estrato.

2. DESCRIÇÃO DOS ÍDOLOS

2.1. O primeiro ídolo foi talhado em mármore branco, encontra-se fracturado na parte inferior, e tem algumas mossas superficiais que

destruíram parte da representação da sobrancelha esquerda, da órbita e das pestanas do olho esquerdo, e da tatuagem facial do lado direito, permitindo no entanto a reconstituição completa das gravuras. Estas foram feitas com um utensílio de ponta romba, com cerca de 1 mm de largura e têm idêntica fundura máxima. Incluem a representação dos dois olhos, com as pupilas, órbitas e pestanas bem gravadas. No olho direito contam-se 15 pestanas, enquanto no olho esquerdo só se conservaram 10 pestanas, embora seja muito provável que tivesse tido aproximadamente o mesmo número. Quanto às sobrancelhas estão representadas apenas por dois arcos. A chamada «tatuagem facial» apresenta a forma mais comum neste tipo de ídolos — três arcos de circunferência, um ângulo quase recto e outro agudo — e é constituída apenas por duas fiadas. Este ídolo apresenta a particularidade de ter uma ligeira concavidade no topo, cuja finalidade se desconhece. A forma geral do ídolo é aproximadamente cilíndrica, tendo 4,9 cm de diâmetro. O seu comprimento original é difícil de calcular, mas a julgar pelas proporções dos ídolos deste grupo que se encontram inteiros deveria ser de cerca de 15 cm.

2.2. O segundo ídolo foi igualmente talhado em mármore branco, encontra-se inteiro, apenas com algumas fracturas superficiais no topo e na base. Devido à espessa camada de concreções que cobria a sua face anterior, não era possível, quando do achado, distinguir senão as extremidades das gravações da tatuagem facial, mas após a remoção das referidas concreções foi possível observar as gravações faciais na sua totalidade. Estas incluem a representação das pupilas, escavadas em *fossette*, e da iris, mas não das pestanas. As sobrancelhas estão também representadas, mas apenas por dois arcos de circunferência, e a tatuagem facial, na forma habitual, em três fiadas. A forma geral deste ídolo é aproximadamente cilíndrica, mas com a secção transversal ovalóide. Tem 7,3 cm de comprimento, 3,0 cm de largura, e 2,7 cm de espessura.

3. PARALELOS

Os dois ídolos de Ferreira do Alentejo integram-se perfeitamente na variante B do tipo IV da classificação elaborada por M.^a José Almagro

Gorbea para os ídolos calcolíticos da Península Ibérica (Almagro Gorbea, M. J. 1973: 122-8), cuja distribuição se restringe ao Baixo Alentejo e sobretudo ao Algarve, no território português, e às províncias de Huelva, Sevilha e Cadiz, no território espanhol. O número total de ídolos deste tipo até agora identificados é de 8 em Portugal e 6 em Espanha. A fim de permitir uma comparação sistemática entre os atributos destes ídolos e o estudo da homogeneidade existente entre eles, elaborou-se um quadro analítico dos mesmos tendo em consideração os atributos considerados mais importantes para este efeito, sem a pretensão de fazer uma análise exaustiva, que aliás não se justificaria para o tratamento de uma população tão reduzida de artefactos.

Uma observação do quadro mostra que apesar da considerável uniformidade apresentada pelos ídolos deste tipo, que permite distingui-los sem qualquer dúvida quer dos ídolos cilíndricos cuja representação dos olhos, quando existente, se limita a dois pontos incisivos, e a tatuagem facial a um ou dois arcos de circunferência de cada lado, característicos da Estremadura portuguesa (variante B do tipo IV de Almagro Gorbea, M. J. 1973: 122-8), quer dos ídolos mais elaborados, com representação pormenorizada do cabelo, característicos da Andaluzia ocidental, de que apenas se encontrou um exemplar em Portugal (variante D do tipo IV de Almagro Gorbea, M. J. 1973: 134-44). Verifica-se, no entanto, a existência de uma certa variabilidade nalguns dos atributos dos 14 exemplares deste tipo de ídolo até agora encontrados.

O atributo A, representação da «pupila», está presente em todos os casos, e o atributo B, representação da «iris», só parece não se observar no caso do ídolo de El Coronil (n.º 13), tanto quanto a descrição e a fotografia apresentadas por M. J. Almagro Gorbea permitem afirmar. Quanto aos atributos C e D, representação e número de «pestanas», verifica-se que só em três casos (n.ºs 4, 8 e 11) as mesmas não estão representadas, e quanto ao seu número só em dois casos (n.ºs 9 e 13) é este idêntico em ambos os olhos, variando entre um mínimo de 13 e um máximo de 24, sendo a média de 17.44 — 3.2, o que sugere que, embora a sua presença seja um elemento importante, se bem que não indispensável na iconografia deste tipo de ídolo, o número concreto de «pestanas» não tinha aparentemente um significado especial. Por outro

lado, nos atributos E, F e G, referentes à configuração das «sobrancelhas», representadas em todos os casos em que a parte superior do ídolo se conservou intacta, verifica-se um predomínio da representação mais simples, apenas por meio de dois arcos de circunferência, por vezes encimados por um número variável de traços radiais. Mais raros são os casos em que as sobrancelhas surgem unidas (estado de atributo 3), enquanto a representação só dos traços radiais apenas parece surgir num caso (n.º 2).

Quanto à chamada «tatuagem facial» (atributos H e I), sem dúvida um dos componentes essenciais destes ídolos, verifica-se uma considerável uniformidade na forma dos seus componentes (só com a aparente excepção do ídolo n.º 9, em que se verifica uma maior angulosidade na parte frontal), embora o número de traços varie entre 1 e 4, sendo 2 o caso mais comum, o que, mais uma vez, sugere que a forma geral das representações seria mais importante, ou mais rigidamente estabelecida, do que o número dos seus componentes.

No que respeita à forma geral dos ídolos (atributos J, K e L) verifica-se um predomínio dos lados ligeiramente convexos sobre os lados direitos, os quais são em geral ou paralelos ou ligeiramente divergentes, mas só num caso (n.º 10) convergentes, e um predomínio nítido da secção ovalóide sobre a secção subcircular. Quanto à matéria-prima utilizada na sua feitura verifica-se um claro predomínio do mármore, mas 3 exemplares são aparentemente de calcário (n.ºs 1, 2 e 3, todos do Algarve) e 2 outros de alabastro (n.ºs 10 e 14, de Huelva e Cadiz, respectivamente).

Finalmente, no que respeita às dimensões, apesar de 4 exemplares se encontrarem fracturados (n.ºs 1, 2, 6 e 7), pode-se observar também uma considerável variabilidade; o mais comprido destes ídolos mede 22,5 cm (n.º 13), e o mais curto apenas 7,3 cm (n.º 8), sendo a média de 14.11 – 5.14, verificando-se variações da mesma ordem nas outras dimensões. O índice de alongamento (atributo Q), obtido pela relação largura/comprimento, mostra também uma amplitude considerável, entre 0.227 (n.º 9) e 0.410 (n.º 8), sendo o seu valor médio 0.293 – 0.050.

O quadro pode ainda ser utilizado para procurar verificar a existência ou não de uma variação significativa entre os 8 ídolos do território português e os 6 do território espanhol. Os atri-

butos que denotam maiores diferenças sob esse ponto de vista parecem ser o E, verificando-se que a forma n.º 3 predomina em Portugal, onde também se verifica o único caso da forma n.º 4, enquanto em Espanha predominam as formas n.ºs 1 e 2; os atributos F e G (sobrancelhas raiadas), que ocorrem com maior frequência em Portugal, e ainda o atributo I (n.º de traços da tatuagem), verificando-se que enquanto em Portugal os ídolos têm entre 2 e 4 traços, em Espanha têm apenas 1 ou 2 traços de cada lado. Quanto à matéria-prima verifica-se nas duas áreas o predomínio do mármore, mas enquanto em Portugal as únicas excepções parecem ser de calcário, em Espanha são de alabastro. Finalmente, quanto às dimensões absolutas e à forma geral, não se verificam quaisquer diferenças entre as duas áreas. Uma conclusão geral desta breve comparação parece apontar para uma maior profusão e variedade das gravações feitas nos ídolos encontrados no território português, embora a amostragem até agora disponível seja demasiado reduzida para tal tipo de comparações. Aliás essa conclusão contrasta claramente com a profusão de pormenores manifestada nos ídolos da acima referida variante D, bem como nos ídolos dos tipos VII e VIII, da classificação elaborada por Victor Hurtado para a notável colecção de ídolos de La Pijotilla (Hurtado, 1980: 176-189).

4. INTEGRAÇÃO CRONOLÓGICO-CULTURAL

O ídolo n.º 8 foi o primeiro deste tipo a ser encontrado num contexto arqueológico bem definido, embora, como foi observado no ponto 1 deste trabalho, se trate de um achado de superfície. Com efeito, todos os outros ídolos quer provenientes do Baixo Alentejo, como é o caso do ídolo de S. Francisco da Serra (n.º 4) (Almagro Gorbea 1966), do Algarve, como é o caso dos ídolos de Moncarapacho (Leite de Vasconcelos 1903), de um outro (n.º 3) proveniente de local indeterminado do Algarve, pertencente à colecção do Arq.º Gonçalo Lyster Franco (Paço e Lyster Franco 1959), e dos dois ídolos recentemente publicados, provenientes da Lezíria e de Salir (n.ºs 5 e 6) (Gonçalves 1978), ou dos ídolos provenientes da Andaluzia Ocidental, como é o caso dos dois exemplares da província de Huelva (n.ºs 9 e 10) (Almagro, M. 1952; Almagro Gorbea, M. J. 1973: pág. 134, est. XIII, 1), dos

n.º 11, 12 e 13, provenientes de diferentes lugares da província de Sevilha (Almagro Gorbea, M. J. 1973: pág. 133-4, est. XIV e XV e fig. 22, num. 3; Leisner, G. e V. 1943: est. 95-7), ou finalmente do n.º 14, proveniente da Serra de Gamaza, na província de Cadiz (Mora Figueroa, J. 1965), não foram encontrados em contextos arqueológicos bem definidos.

No entanto, mesmo antes do achado de Porto Torrão a incerteza quanto ao contexto cronológico-cultural destes ídolos era mais aparente do que real, dada a sua clara filiação no grupo mais vasto dos ídolos cilíndricos ou «bétilos» do calcólítico do Sul da Península, muitos dos quais, sobretudo os que apresentam representações mais esquematizadas, integráveis na variante B do tipo IV da classificação de M. J. Almagro Gorbea (1973: 122-8), têm sido encontrados em numerosos povoados e sepulcros calcólíticos de vários tipos, nomeadamente nos «Castros» de V. N. de S. Pedro e Zambujal, nas grutas artificiais de Alapraia e Palmela, nos sepulcros de falsa cúpula de Praia das Maças e Barro, ou ainda nas grutas naturais de Cascais. No entanto, não deixa de ser importante notar que os ídolos mais elaborados, com representação não só da face como também do cabelo, integráveis na variante D de Almagro Gorbea, cuja distribuição se restringe ao território espanhol, com a única excepção de um ídolo encontrado perto de Aljustrel, têm sido sempre encontrados fora de qualquer contexto bem definido (Almagro Gorbea, M. J. 1973: 134-44). Esta consistência aparente do padrão de achado destes dois tipos de ídolos poderia sugerir que o mesmo não fosse meramente casual, mas sim o resultado de circunstâncias pré-deposicionais bem determinadas. No entanto, o recente achado de uma vasta gama de ídolos calcólíticos de tipos semelhantes no povoado de La Pijotilla, perto de Badajoz (Hurtado, V. 1980), por exemplo, além dos achados de Ferreira do Alentejo, sugerem que os restantes ídolos deste tipo — que nunca foram achados directamente pelos arqueólogos que os estudaram, mas sim por trabalhadores do campo, a quem outros objectos pré-históricos eventualmente existentes nesses locais de achado poderiam ter passado despercebidos — só na aparência são achados isolados. Lembre-se que o ídolo n.º 4 foi achado perto do lugar da Salema, onde anos mais tarde viriam a ser identificadas várias estações pré-históricas, se bem que estas tenham aparente-

mente sido apenas ocupadas durante o Neolítico Antigo (Silva e Soares 1981: 187-193) Na mesma zona foi escavado há anos um sepulcro megalítico, reutilizado durante o período calcólítico, mas sem qualquer ídolo de calcário (Ferreira, O. da V. *et alii* 1975).

No que respeita aos ídolos encontrados na zona de Sevilha refira-se que um deles, o n.º 12, provém de Valencina de la Concépcion, povoação junto da qual se encontrou há poucos anos o mais vasto povoado calcólítico até agora conhecido na Península (Ruiz Mata, D. 1975), além de vários sepulcros megalíticos e de falsa cúpula, cujo espólio incluía ídolos calcólíticos de vários tipos (Fernandez Gomez, F. e Oliva Alonso, D. 1981). Quanto ao ídolo n.º 11, proveniente de Itálica, importante estação romana situada escassos kms a Norte de Valencina, pode muito bem ter sido originário do povoado calcólítico acima referido, à semelhança do que se sugeriu acima em relação ao ídolo do Vale d'Ouro.

Em conclusão, embora tal nem sempre se verifique, o aparecimento deste tipo de ídolos, aparentemente isolados, sugere a existência ou no próprio local de achado, ou nas suas proximidades, de um povoado ou um sepulcro com uma ocupação do período calcólítico pré-campâniforme, datável entre 3000 e 2500 BC.

5. ORIGEM E SIGNIFICADO

Os ídolos deste tipo têm sido considerados pelos investigadores peninsulares como uma das múltiplas formas de que se revestiria uma mesma divindade, conhecida na Europa Oriental por «Grande Deusa Mãe» (cf., por exemplo, M. J. Almagro Gorbea 1973: 11; e V. Gonçalves 1978). É certo que essa divindade, como salientou Marija Gimbutas, se reveste de uma grande complexidade, apresentando-se não só como a «Deusa-Mãe», que controla a fertilidade dos seres humanos, mas também como «Senhora dos Animais», governando a fecundidade do reino animal e de toda a natureza selvagem, ou ainda como «Mãe-Terrível», compondo-se de características originárias quer das eras agrícolas quer das eras pré-agrícolas (Gimbutas 1982: 152). No entanto, todas as representações atribuídas a esta complexa divindade — que aliás é apenas uma das muitas que faziam parte do vasto panteão criado pelos povos neolíticos e calcólíticos da

Europa Oriental, magistralmente estudadas por Gimbutas — apresentam os caracteres sexuais femininos ligados à procriação particularmente destacados. Ora no caso dos ídolos calcolíticos peninsulares raros são os exemplares em que é possível determinar com um mínimo de segurança o sexo feminino dos ídolos, e nenhum deles se assemelha, mesmo de forma remota, às «Deusas-Mães» da Europa Oriental. Em contrapartida, a natureza fálica dos ídolos «bétilos» e cilíndricos em geral afigura-se bastante óbvia.

Por outro lado, é inegável que as características iconográficas mais significativas destes ídolos — aliás igualmente presentes em alguns dos chamados ídolos-falange, nos ídolos sobre ossos longos de Almizarraque (tipos VI e VII da classificação de M. J. Almagro Gorbea) e ainda nos ídolos achatados de mármore de La Pijotilla recentemente publicados (Hurtado 1980) — são o grande relevo dado à representação dos olhos, que assumem uma configuração remanescente da dos olhos de uma coruja, ou à das representações esquemáticas mais comuns do Sol, encimando as chamadas «tatuagens faciais». Tais características são de tal modo distintivas destes ídolos que levaram um conhecido pré-historiador britânico a considerá-los como representações de uma divindade específica, designada por «Deusa dos Olhos», associada ao culto oriental da fertilidade, tal como o da «Deusa-Mãe» originário do Mediterrâneo Oriental e difundido por via

marítima por todo o Mediterrâneo e parte da Europa Atlântica, à qual dedicou uma extensa obra (Crawford 1957). Como é evidente, a validade desta teoria hiper-difusionista é hoje mais que duvidosa, e embora Crawford tenha coligido uma vasta gama de objectos em que a representação dos olhos surge de forma mais ou menos destacada, provenientes das mais variadas épocas e regiões, o certo é que nenhuma delas se pode considerar como iconograficamente idêntica à dos ídolos calcolíticos peninsulares.

Em conclusão, os ídolos do tipo dos encontrados no Vale d'Ouro, bem como os de outros tipos em que a representação dos olhos e a tatuagem facial apresentam as mesmas características, parecem dever ser considerados como representações de uma mesma divindade, específica do calcolítico do Sul da Península Ibérica, a qual tem fortes possibilidades de simbolizar uma coruja e de ter um significado «nocturno», relacionável com o culto dos mortos, tal como defende Victor Hurtado (1980: 182-3). Numa fase posterior, essa divindade teria sofrido um processo de antropomorfização, patente nos ídolos do tipo VIII de La Pijotilla, os quais conservam a «tatuagem facial» e a representação do «cabelo», assumindo quer a forma feminina quer a forma masculina, embora esta última seja claramente predominante, pelo menos entre os exemplares até agora recolhidos.

BIBLIOGRAFIA

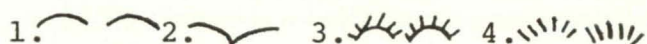
- ALMAGRO, M., 1952, A propósito de un idolo cilindro de marmol, *Ampurias*, 14.
- ALMAGRO GORBEA, M. J., 1966, Algunos ídolos cilindros megalíticos desconocidos, *Ampurias*, 28.
- ALMAGRO GORBEA, M. J., 1973, *Los ídolos del Bronce I Hispano*, Madrid.
- ARNAUD, J. MORAIS, 1982, O povoado calcolítico de Ferreira do Alentejo no contexto da bacia do Sado e do Sudoeste peninsular, *Arqueologia*, 6: 48-64.
- CRAWFORD, O. G. S., 1958, *The Eye Goddess*, London.
- FERNANDEZ GOMEZ, F. e OLIVA ALONSO, D., 1981, Los ídolos Calcólíticos del Cerro de la Cabeza (Valencina de la Concépcion, Sevilla), *Madrider Mitteilungen*, 21: 20-44.
- FERREIRA, O. da VEIGA, ZBYSZEWSKY, G., LEITÃO, M., NORTH, C. T. e REYNOLDS DE SOUSA, H., 1975, Le monument mégalithique de Pedra Branca auprès de Montum (Melides), *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, 59: 107-192.
- GIMBUTAS, M., 1982, *The Goddesses and Gods of Old Europe 6500-3500 BC - Myths and Cult Images*, London.
- GONÇALVES, V. dos SANTOS, 1978, Dois Novos Ídolos Tipo Moncarapacho, *Setúbal Arqueológica*, 4: 47-60.
- HURTADO, V., 1981, Los ídolos calcólíticos de «La Pijotilla» (Badajoz), *Zephyrus*, 30-31: 165-203.
- LEISNER, G. e V., 1943, *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel I - Der Süden*, Berlin.
- LEITE DE VASCONCELOS, J., 1903, Antiguidades do Museu de Faro, *O Archeologo Português*, 8: 171-172.
- MORA FIGUEIROA, L., 1965, Nuevo cilindro oculado, Gamaza (Cádiz), *Noticiario Arqueológico Hispano*, 7: 105-107.
- PAÇO, A. e LYSTER FRANCO, G., 1959, Ídolo cilíndrico de calcário, oculado, do Algarve, *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia*, vol. I: 361-370.
- RUIZ MATA, D., 1975, Cerámicas del Bronce del Poblado de Valencina de la Concépcion (Sevilla), *Madrider Mitteilungen*, 16: 80-110.
- SILVA, C. TAVARES DA e SOARES, J., 1981, *Pré-História da Área de Sines*, Lisboa.

CHAVE DO QUADRO ANALÍTICO

ATRIBUTOS

- A — PUPILA
- B — ÍRIS
- C — N.º PESTANAS DO OLHO DIREITO
- D — N.º PESTANAS DO OLHO ESQUERDO
- E — FORMA DAS SOBRANCELHAS:
- F — N.º RAIOS DA SOBRANCELHA DIREITA
- G — N.º RAIOS DA SOBRANCELHA ESQUERDA
- H — FORMA DA TATUAGEM FACIAL:
- I — N.º TRAÇOS DA TATUAGEM FACIAL
- J — FORMA GERAL DO ÍDOLO:
- K — FORMA GERAL DO ÍDOLO:
- L — SECÇÃO TRANSVERSAL:
- M — MATÉRIA-PRIMA:
- N — COMPRIMENTO (em cm)
- O — LARGURA (em cm)
- P — ESPESSURA (em cm)
- Q — O/N

ESTADOS

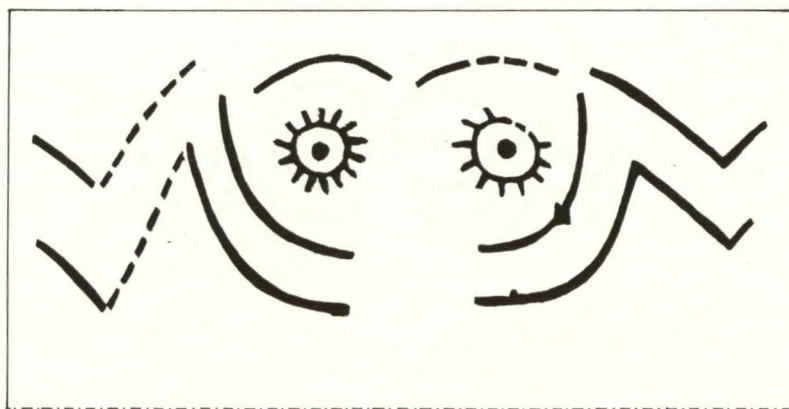
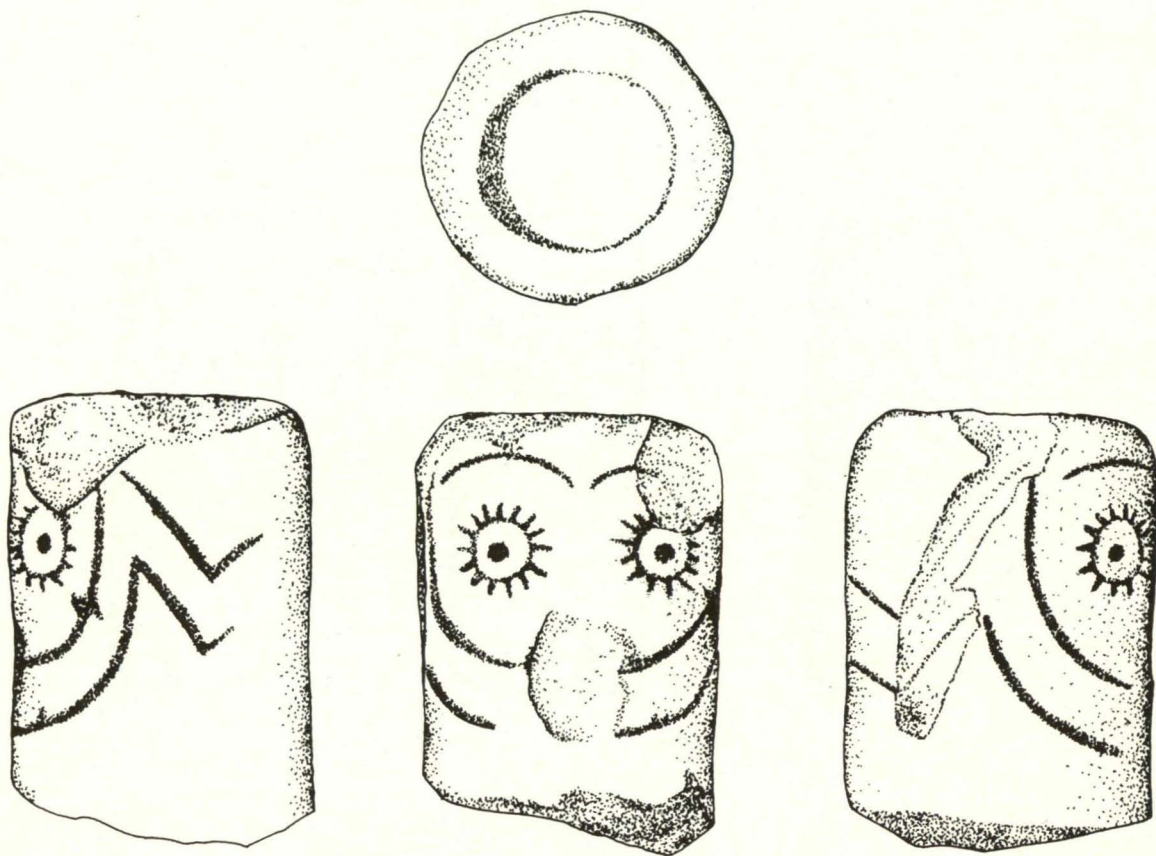


- 1. LADOS CONVEXOS 2. LADOS RECTOS

- 1. LADOS PARALELOS 2. LADOS DIVERGENTES
- 3. LADOS CONVERGENTES

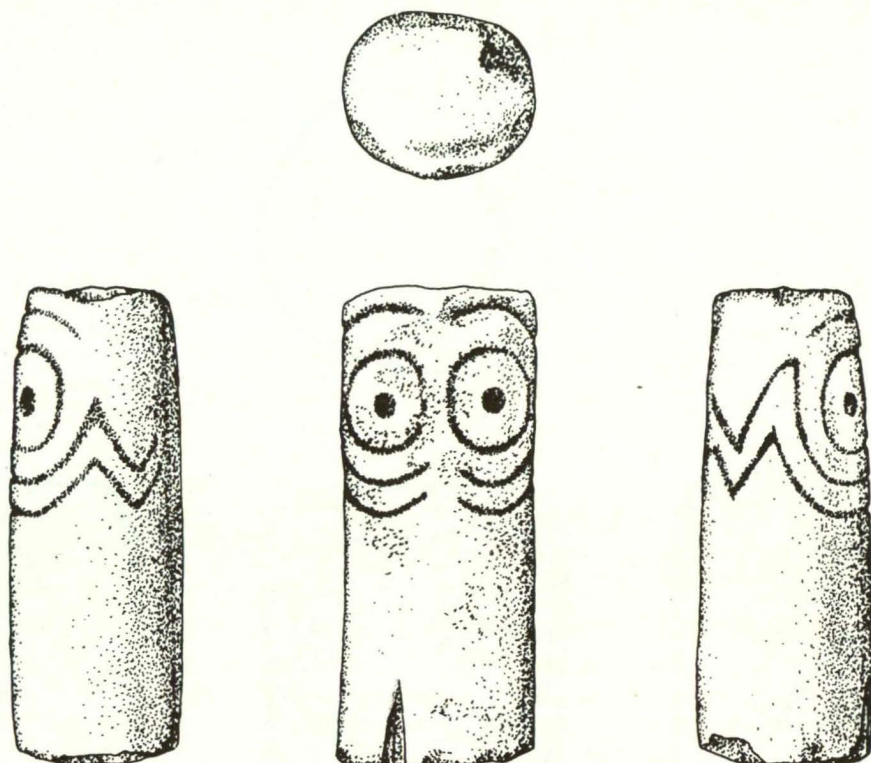
- 1. OVALOIDE 2. SUBCIRCULAR

- 1. MÁRMORE 2. CALCÁRIO 3. ALABASTRO



0 5cm

Fig. 1 — Ídolo oculado da Ribeira de Vale d'Ouro (Ferreira do Alentejo)



2

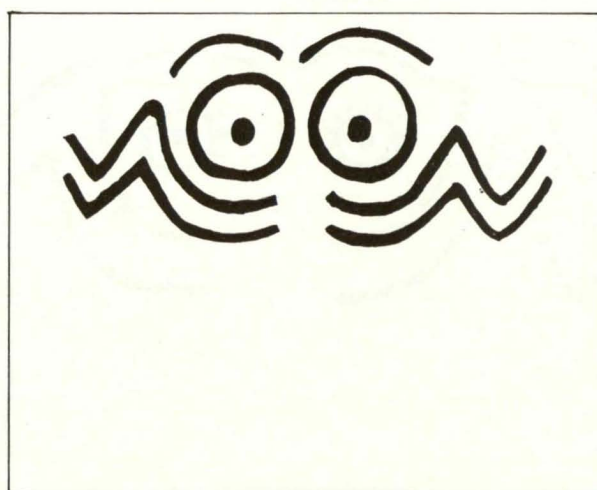
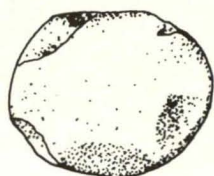


Fig. 2 — Ídolo oculado do povoado calcolítico de Porto Torrão (Ferreira do Alentejo)

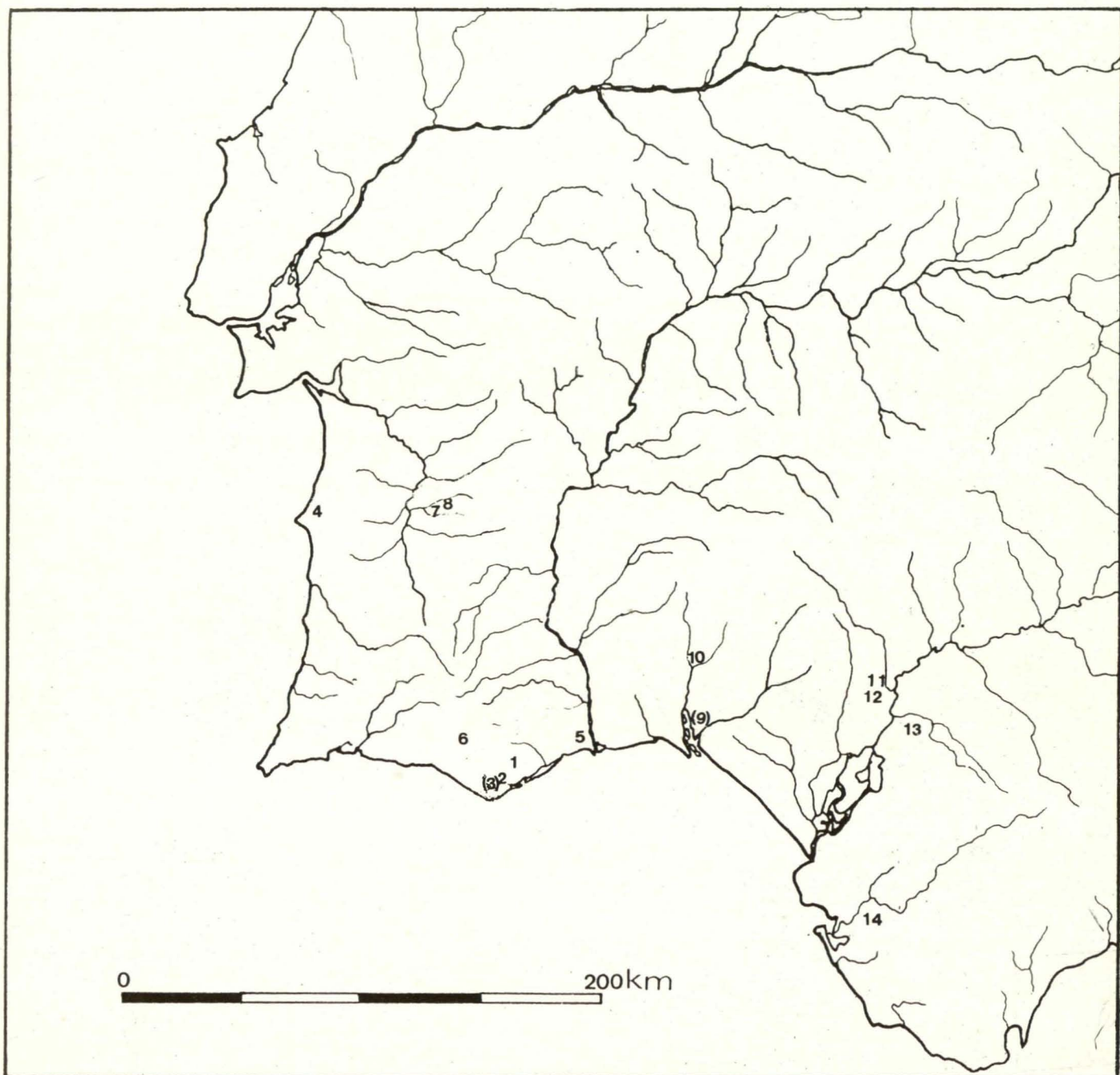


Fig. 3 — Localização dos ídolos oculados no Sudoeste Peninsular.

QUADRO ANALÍTICO

Nº PROVENIÊNCIA PORTUGAL	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	BIBLIOGRAFIA
1 Moncarapacho 1	+	+	20	19	3	11	10	1	2	2	2	1	2	(15)	5.6	?	—	PAÇO e LYSTER FRANCO 1959
2 Moncarapacho 2	+	+	(12)	19	4	10	10	1	3	2	1	1	2	(4.5)	3.2	2.5		”
3 Col. G. Lyster Franco	+	+	24	21	3	9	8	1	4	1	1	1	2	11.7	3.7	?	316	”
4 S. Francisco da Serra	+	+	—	—	2	—	—	1	2	2	1	2	1	16.5	5.0	5.0	303	ALMAGRO GORBEA, M. J. 1966
5 Leziria	+	+	16	(13)	3	9	—	1	4	1	2	1	1	10.6	3.2	2.0	301	GONÇALVES, V. 1978
6 Salir	+	+	(7)	(8)	(—)	(—)	(—)	2	4	1	2	1	1	(11.3)	4.6	(3.7)	—	”
7 Vale d'Ouro	+	+	15	(10)	1	—	—	1	2	2	1	2	1	(7.0)	4.9	4.9	—	
8 Porto Torrão	+	+	—	—	1	—	—	1	2	2	1	1	1	7.3	3.0	2.7	410	
ESPAÑHA																		
9 Huelva (col. Prats)	+	+	13	13	2	—	—	1	2	1	1	2	1	22	5	5	227	ALMAGRO, M. 1952
10 Bollullos del Condado (Huelva)	+	+	18	(18)	1	—	—	1	1	1	3	1	3	10.5	3	2	285	ALMAGRO GORBEA, M. J. 1973
11 Itálica (Sevilha)	+	+	—	—	1	—	—	1	1	1	2	1	1	8	2.6	2.1	325	”
12 Valencina (Sevilha)	+	+	19	(?)	3	6	6	1	1	1	2	1	1	14.5	4.1	3	286	”
13 El Coronil (Sevilha)	+	—	18	18	1	—	—	1	2	1	2	2	1	22.5	5.6	?	251	”
14 Gamaza (Cadiz)	+	+	14	15	2	—	—	1	2	2	1	1	3	17.5	4	3.6	228	MORA FIGUEIROA L. 1965

() Valor ou dimensão incompleta, ou incerta

— Atributo ausente

? Atributo desconhecido

Konrad SPINDLER

CAMPANIFORME E BRONZE — UM DUALISMO
CULTURAL NA PENÍNSULA IBÉRICA

ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA
Sér. X — Vol. I/II (1) — 1984/88

A Cultura Campaniforme pertence aos poucos fenómenos pré-históricos que se expandiram por vastas regiões da Europa. Achados do Campaniforme foram encontrados desde a costa setentrional da África até à Dinamarca, e desde Portugal até à Planície Baixa da Hungria ⁽¹⁾. Geralmente a Cultura Campaniforme é considerada como um elemento básico do Neolítico-final; outras correntes citam-na como pertencente à Idade do Cobre ou à época inicial da Idade do Bronze ⁽²⁾.

Na exposição que se segue, e que trata das relações entre o Campaniforme e as Culturas do Bronze da Península Ibérica, empregaremos o sistema actualmente vigente na pesquisa alemã para esta região. Este prevê uma divisão periódica em Neolítico, Idade do Cobre — com as Culturas de Los Millares e Vila Nova de São Pedro — e Idade do Bronze, sendo o Campaniforme classificado como pertencente ao período mais recente do Cobre — correspondente a LM II e VNSP II ⁽³⁾.

O Campaniforme recebeu o seu nome da forma característica dos respectivos vasos. Na Península Ibérica distingue-se o chamado vaso marítimo, com as suas faixas ponteadas oblíqua e alternadamente, e o vaso da Meseta, cuja decoração é formada por duas ou três listas largas e horizontais. O vaso da Meseta é parecido com o de bordo dobrado encontrado nas regiões mais litorais, e ornamentado da mesma maneira. Além destes, há taças em forma de calote, como a taça de Palmela, tão significativa para o Campaniforme Ibérico, e cujo lado superior do bordo alargado também apresenta ornatos.

Como outras formas importantes devem ser mencionadas as taças de bordos dobrados, vasos em forma de garrafa e taças de pé.

No decorrer das nossas considerações teremos de voltar ao especial significado das três formas que acabámos de mencionar, para precisar a posição cronológica do Campaniforme. Somente devemos adiantar o facto de as formas do Campaniforme ibérico tanto poderem ser ornamentadas como não ⁽⁴⁾.

A capacidade dos portadores do Campaniforme no que se refere a actividade metalúrgica tem, com razão, sido posta em destaque, ainda que apenas estejam documentadas duas diversas formas de artefactos de cobre: o punhal de lingueta, e a ponta de Palmela, que apenas é conhecida na Península Ibérica ⁽⁵⁾.

Os vestígios do Campaniforme Ibérico compõe-se principalmente de achados em túmulos e em povoados; ocupar-nos-emos mais tarde do único punhal de lingueta até agora achado em depósito ⁽⁶⁾. Como ritual funerário praticava-se a deposição singular e o enterro colectivo. Infelizmente, poucos túmulos singulares foram estudados de forma a constituírem testemunhos de um conjunto completo. Contudo os poucos achados intactos fornecem por certo provas suficientes quanto ao aspecto de tipos, o qual é estranhamente limitado no Campaniforme Ibérico. Assim o demonstram, por exemplo, os achados dos túmulos singulares de Pago de la Peña, e de Los Pasos, na província espanhola de Zamora ⁽⁷⁾, que à cerâmica e às formas de metal específicas somente acrescentam o botão de osso perfurado em V, o braçal e diversos adornos de ouro. Além

(1) A. del Castillo Yurrita 1928.

(2) A. del Castillo Yurrita 1928. – E. Sangmeister 1975, 498-504. – L. Pauli 1980, 36-37.

(3) E. Sangmeister 1965. – E. Sangmeister 1966 (1967). – E. Sangmeister 1974 (1976). – H. Schubart 1975. – K. Spindler 1969. – K. Spindler 1980.

(4) K. Spindler 1975.

(5) B. Blance 1971.

(6) Roufeiro, Nocela da Pena, Sarreaus (Orense): P. Harrison 1967.

(7) J. Maluquer de Motes 1960.

destes, não existem outros objectos que possam ser postos em conexão com o Campaniforme.

O anel de osso de Pago de la Peña é único na Espanha; no Sul da Europa Central este tipo faz parte, sem dúvida, das formas-padrão frequentes na Idade do Bronze inicial, de modo que este túmulo fornece poucas indicações quanto à posição cronológica relativa do Campaniforme Ibérico, em referência ao sistema da Europa Central⁽⁸⁾.

Em oposição aos poucos túmulos singulares ibéricos, existe um grande número de achados campaniformes em túmulos colectivos. Na Península Ibérica, o enterramento em túmulo colectivo possui uma tradição muito antiga. Teve início no começo do Neolítico e conservou-se mesmo em algumas regiões até ao fim da Idade do Bronze. São utilizadas tanto grutas naturais⁽⁹⁾, como túmulos megalíticos e de falsa-cúpula, nos quais a Península é tão rica⁽¹⁰⁾. Todavia, os homens do Campaniforme não tomaram parte na construção destes edifícios, muitas vezes de enormes dimensões. O exame minucioso de várias construções megalíticas — como, por exemplo, o túmulo de falsa-cúpula do Pai Mogo, na Estremadura portuguesa — comprova que a ocupação do monumento pelos homens do Campaniforme se encontra sobreposta a fases mais antigas⁽¹¹⁾. Este sistema está também atestado, por exemplo, no túmulo de falsa-cúpula do Barro, perto de Torres Vedras (a norte de Lisboa), em que elementos da cultura campaniforme — como o punhal de lingueta, a ponta de Palmela, adornos de ouro e braçais —, juntamente com formas mais antigas da Idade do Cobre da cultura de Vila Nova de São Pedro — como utensílios de pedra, contas de calaíte, vasilhas de calcário e ídolos cilíndricos —, coexistem num mesmo monumento. Este túmulo foi ainda usado durante a Idade do Bronze, como prova o achado de vários anéis fechados, em bronze⁽¹²⁾.

Em oposição nítida às demais regiões abrangidas pela sua difusão, a Cultura Campaniforme

na Península Ibérica permanece atestada por complexos de achados surpreendentemente ricos, em numerosas povoações⁽¹³⁾. Também aqui se pode constatar que os homens do Campaniforme obviamente não produziram trabalhos arquitectónicos próprios, porquanto os seus vestígios aparecem sempre em camadas estratigráficas contendo ainda objectos de outras culturas. Tem-se mesmo a impressão que os grupos regionais foram a cultura-base, autóctone, na qual o Campaniforme exerce apenas o papel de «hóspede», não deixando por isso camadas culturais próprias. Assim, por exemplo, os Campaniformes aparecem na fortificação da Idade do Cobre do Zambujal só numa fase relativamente tardia⁽¹⁴⁾; enquanto nas instalações principais, como no chamado «baluarte» — equipado com seteiras —, não encontramos quaisquer formas do Campaniforme, estas surgem em número avultado na fase final da povoação, assinalada por torres redondas e bastiões — isto é, já com características de cidade.

Os estilos ornamental e formal da cerâmica campaniforme ibérica não deixam de apresentar certas diferenciações regionais. Assim, por exemplo, o vaso da Meseta e a taça de bordo dobrado concentram-se no interior, enquanto que o vaso de bordo dobrado e a taça Palmela se encontram principalmente distribuídos nas regiões costeiras do Atlântico. Distingue-se também um segundo centro menor, na zona da Bacia do Guadalquivir⁽¹⁵⁾.

Talvez seja conveniente tratar agora, ainda que de forma breve, da expansão e respectiva densidade da Cultura Campaniforme na Península Ibérica. Embora a falta de investigação e publicação distorçam bastante o quadro actual de achados relativos à Península Ibérica — de modo que um mapa de distribuição total requereria interpretação muito subtil e demorada —, podemos todavia constatar, com todas as reservas, vários pontos de maior densidade⁽¹⁶⁾. Um deles situa-se na parte catalã da Bacia do Ebro. Vários outros grupos, menores, destacam-se na Espanha Cen-

(8) R. Christlein 1964. — H.-J. Hundt 1958. — P. Schröter 1973.

(9) G. Gally e K. Spindler 1970. — K. Spindler 1980. — K. Spindler e O. da Veiga Ferreira 1974. — K. Spindler e G. Gally 1973.

(10) G. e V. Leisner 1943. — V. Leisner 1965.

(11) G. Gally, K. Spindler, L. Trindade e O. da Veiga Ferreira 1973. — V. Leisner, G. Zbyszewski e O. da Veiga Ferreira 1969. — L. Monteagudo 1966. — K. Spindler e G. Gally 1972.

(12) V. Leisner 1965, 4-6.

(13) A. do Paço e E. Sangmeister 1956. — E. Sangmeister e H. Schubart 1965. — W. Schüle e M. Pellicer 1966. — K. Spindler 1969. — K. Spindler e G. Gally 1973.

(14) E. Sangmeister 1974 (1976).

(15) R. J. Harrison 1977.

(16) A. del Castillo Yurrita 1928. — R. J. Harrison 1977.

tral. Já tínhamos mencionado o grupo do Vale do Guadalquivir, pelo que apenas resta citar a excepcionalmente rica província campaniforme da zona costeira atlântica de Portugal Central. Nas demais regiões da Península Ibérica o Campaniforme também se encontra⁽¹⁷⁾, mas a rede dos achados revela-se muito mais ténue; no norte de Portugal e na Galiza conhecem-se poucas ocorrências⁽¹⁸⁾; também convém particularmente assinalar as raras descobertas na zona costeira do Levante — que está bastante explorada —, bem como o facto de no Sudoeste os fragmentos cerâmicos do Campaniforme não perfazerem, até agora, mais que um punhado⁽¹⁹⁾. Nesta região, cujo limite a Norte é o Rio Sado, e a Leste a Ría de Huelva, podem distinguir-se alguns elementos campaniformes, como — por exemplo — o botão com perfuração em V, alguns braçais, uns fragmentos de taças Palmela, ainda algumas pontas de Palmela e punhais de lingueta de forma pouco nítida, campaniformes sem ornamentação e, finalmente, uma ou outra tumulação isolada em caixa de pedra, verificando-se assim que o Campaniforme não alcança aqui o quadro de uma cultura própria, como em Portugal Central, ou no vale do Guadalquivir; cor razão se denomina esta ocorrência como do fim da Idade do Cobre, do Horizonte Ferradeira⁽²⁰⁾ — segundo uma estação epónima escolhida neutralmente. É nossa intenção expressar de forma clara que o Campaniforme não conseguiu deixar raízes nesta região onde, quando muito, se manifesta por mínimas influências.

Tendo em consideração a abundância de locais de achados do Campaniforme na Península Ibérica, resulta realmente espantoso que a elaboração de uma cronologia interna provoque dificuldades consideráveis. Mas as poucas descobertas completas de túmulos isolados não são suficientes para uma avaliação gradual de tempo, com base por exemplo na combinação estatística. Nos túmulos colectivos os diferentes espécimens de inventário estão sempre inextricavelmente misturados, e na maioria das escavações em povoados não foi tomada em linha de conta a diferenciação estratigráfica dos achados. A situação

só começou a melhorar quando, numa sondagem feita no Cerro de la Virgen, perto de Orce, na Província de Granada, foi escavada uma camada de cerca de 3 m de espessura que continha vestígios campaniformes⁽²¹⁾. Entretanto este achado foi complementado por mais uma estratigrafia campaniforme obtida no povoado da Rotura, que fica a sul de Lisboa⁽²²⁾. A camada campaniforme mais antiga de Rotura apenas contém vasos do tipo marítimo, enquanto que no Cerro de la Virgen o povoamento pelos homens do Campaniforme só começa quando o estilo Meseta já ali era conhecido. Em ambas as estações falta o vaso marítimo nas camadas superiores, tornando-se assim possível distinguir as seguintes fases do Cobre da Cultura Campaniforme: uma fase inicial, em que somente se encontra o vaso marítimo; uma fase mais antiga, em que ambos os estilos estão presentes; e uma fase mais recente, em que — por fim — prevalece o estilo Meseta. No Cerro de la Virgen, a camada mais recente do Campaniforme encontra-se sobreposta por vários estratos da Cultura do Bronze da região, sobre cujos pormenores nos debruçaremos mais adiante. Na Rotura, o Campaniforme encontra-se na camada superior, já humosa, de maneira que desta estação não podem ser deduzidas conclusões quanto ao final da Cultura Campaniforme. Mesmo assim torna-se evidente que em ambas as estações consideradas só existem vasos, taças em forma de calote e taças de bordos dobrados, enquanto que faltam completamente taças Palmela, vasilhas em forma de garrafa e taças com pé.

Interrompamos agora as nossas considerações sobre a Cultura Campaniforme e passemos às Culturas da Idade do Bronze na Península Ibérica, em primeiro lugar apenas à mais antiga e à média, que aproximadamente correspondem, na Europa Central, à Idade inicial do Bronze e à Idade do Bronze dos túmulos de falsa-cúpula, no sentido de Reinecke Bz A-C⁽²³⁾.

A Idade do Bronze na Península Ibérica está estreitamente ligada ao topónimo El Argar. Esta estação foi escavada nos anos oitenta do século

(17) G. Delibes de Castro 1977.

(18) F. Bouza Brey, X. Martínez López e M. C. García Murtínez 1973 (1974).

(19) H. Schubart 1971. — K. Spindler 1980.

(20) H. Schubart 1971. — H. Schubart 1975.

(21) W. Schüle e M. Pellicer 1966. — K. Spindler 1975.

(22) V. dos Santos Gonçalves 1971. — K. Spindler 1980.

(23) P. Reinecke 1965.

passado pelo engenheiro-ferroviário belga Louis Siret, e publicada não muito tempo depois através de ampla monografia, ilustrada pelo seu irmão Henri⁽²⁴⁾. A estrutura da obra e a sua apresentação estavam muito adiantadas para a época, de forma que o trabalho conservou-se válido até aos nossos dias, não tendo aparecido desde então nada de comparável sobre El Argar. Não se pode mesmo evitar a impressão de que o estudo exemplar da estação de El Argar efectuado pelos irmãos Siret, fez parar por completo a investigação, como se mais nada houvesse a tratar sobre o capítulo da Idade do Bronze Peninsular. Não é pois de admirar que, no decorrer das décadas que se seguiram, praticamente todas as ocorrências da Idade do Bronze na Península Ibérica fossem identificadas com a Cultura de El Argar. Sabe-se porém que o cientista espanhol M. Tarradell, desde meados deste século — e tal como o fizeram já os irmãos Siret —, teve o mérito de chamar a atenção, com ênfase, para o facto de que El Argar deve ser considerado apenas como um grupo cultural regional, limitado ao Sudoeste da Península. O mesmo sábio reconheceu também e sistematizou, no decorrer do seu trabalho, o chamado «bronze valenciano», que ao Norte se avizinha de El Argar, constituindo todavia uma Cultura própria. Considerou também o Bronze do sul de Portugal influenciado pela Cultura de El Argar, mas dentro de um quadro inteiramente próprio⁽²⁵⁾.

A estação de El Argar, na Província de Almeria, está situada sobre a lezíria, num planalto que cai de forma abrupta em direcção ao rio e, lentamente, em direcção às terras do interior. Trata-se de um povoado em que o lugar de *habitat* — e isto revela-se típico da Cultura de El Argar — era usado ao mesmo tempo para enterramentos. Também no já mencionado Cerro de la Virgen se encontra, entre estratos da Idade do Bronze com casas feitas de tijolos de barro e com elementos do Campaniforme, uma camada da Idade do Bronze da Cultura de El Argar, na qual foram abertas sepulturas⁽²⁶⁾. Os enterramentos situam-se quer nas próprias casas, por baixo do chão, como nos espaços vazios entre as casas. São praticados vários ritos funerários,

tanto a inumação simples na terra, como a deposição do morto em posição fetal, como o túmulo raso com protecção solta e densa de pedra, como ainda caixas regulares de pedra. Especialmente característico e somente usado na Península Ibérica pela cultura de El Argar, surge-nos o enterramento do morto — ou dos mortos — em grandes recipientes de barro. Tal facto revela de antemão de onde vieram as influências que formaram esta Cultura: da região Oriental do Mediterrâneo, onde a deposição em *pitthos* era praticada desde o Neolítico⁽²⁷⁾. A Cultura de El Argar divide-se numa *fase A*, mais antiga, e numa *fase B*, mais recente⁽²⁸⁾. A fase mais antiga ainda usa, do Campaniforme, o braçal e o botão com perfuração em forma de V; típica é também a cerâmica de bordos dobrados; e, em formas metálicas, a alabarda e o punhal de rebites, bem como adornos de argolas. Na fase mais recente encontram-se em primeiro lugar novas formas cerâmicas, principalmente os chamados pocais e taças com pé, que já vimos existirem com forma semelhante no grupo campaniforme de Portugal Central, bem como no do Oeste da Andaluzia; há também uma forma desenvolvida de alabarda; os punhais são complementados por uma espada comprida; surgem ainda a acha plana, assim como um diadema quase sempre fabricado em prata, um *tritulus*, e contas de vidro ou faiança.

A fase portuguesa correspondente a El Argar constitui a Idade do Bronze do Sudoeste⁽²⁹⁾. Esta apresenta também, no seu conjunto de formas, muita cerâmica carenada, com tipos tão marcantes como as taças de Odiveias, ou as de Santa Vitória. Ao contrário da Cultura de El Argar, que só conhece cerâmica sem decoração, no Sudoeste surgem por vezes ornatos, como — por exemplo — copos com desenhos triangulares, ou os motivos gravados no interior das taças de Santa Vitória. Do mesmo modo os vasos de barro, que obviamente foram copiados de modelos de metal, mostram temas decorativos verticais e horizontais. Característica do Sul de Portugal revela-se uma estranha persistência dos tão típicos túmulos colectivos, desde o Neolítico até ao Cobre. Embora os mortos sejam sepultados

(24) H. e L. Siret 1887.

(25) M. Tarradell 1965. — M. Tarradell 1969.

(26) W. Schüle e M. Pellicer 1966.

(27) H. Schubart 1973.

(28) H. Schubart 1974.

(29) H. Schubart 1975.

separadamente em caixas de pedra, o conjunto de sepulturas surge reunido numa espécie de formação em favo, que vai crescendo no sentido da periferia, de molde a constituir uma única necrópole. O sistema de favos IV de Atalaia⁽³⁰⁾ apresentou uma óptima estratigrafia-horizontal, que ajudou decididamente a esclarecer a sucessão de ocupações da jazida. A Cultura da Idade do Bronze do Sudoeste só é conhecida até agora pelos achados de túmulos. Desconhecem-se povoados, com poucas excepções. Ou, melhor, não são reconhecidos, como — por exemplo — no caso dos materiais recolhidos em algumas zonas de povoado nas dunas de Possanco, perto da Comporta, na foz do Sado, que inicialmente foram classificados como neolíticos⁽³¹⁾; no entanto, os perfis da olaria revelam aqui, sem dúvida, formas do Bronze⁽³²⁾; esta ideia surge reforçada pela existência de um fragmento de vaso com nervuras⁽³³⁾, que constitui a forma-padrão da *fase II* do Bronze do Sudoeste. Uma estatística combinatória de campos de sepultura ricos em cerâmica possibilita a subdivisão do Bronze do Sudoeste numa *fase I*, mais antiga, e numa *fase II*, mais recente⁽³⁴⁾. Formas-padrão da fase mais antiga são principalmente as taças de Atalaia, outras cerâmicas com bordos dobrados, e vasos altos bojudos; as formas da *fase II* compreendem os vasos de zonas e nervuras, bem como as taças de Odivelas e Santa Vitória. A *fase I* é equiparável, quanto a cronologia — baseada em achados de contacto — à *fase B* da Cultura de El Argar mais recente. A difusão do Bronze do Sudoeste limita-se ao Sul de Portugal, assim como à província espanhola de Huelva.

Um grande número de vasos, que provêm de túmulos colectivos megalíticos do Alentejo, revelam-se formalmente bastante equiparáveis às cerâmicas do Sudoeste. Este facto é demonstrado por comparação entre os respectivos achados, como K. Spindler e O. da Veiga Ferreira revelaram⁽³⁵⁾. Com este achado surge-nos uma província da Idade do Bronze que em substância até

agora não tinha sido reconhecida, e que se estende principalmente pela peneplanície do Alentejo. Essa cultura utiliza os túmulos megalíticos, isto é, preserva a tradição mais antiga do túmulo colectivo; já tínhamos comprovado que os megá-litos foram realmente ainda usados durante a Idade do Bronze, como demonstra a recolha de um anel no túmulo de falsa-cúpula do Barro, perto de Lisboa, embora nessa região tais ocorrências só possam ser tomadas como casos isolados. Não se conhecem até agora povoações atribuíveis ao Bronze do Alentejo.

Outra cultura do Bronze na Península Ibérica consiste no Bronze Valenciano da costa do Levante⁽³⁶⁾, mas não queremos aprofundar aqui este tema.

No Norte de Portugal é ainda possível individualizar outros dois grupos da Idade do Bronze. Um deles caracteriza-se por vasilhas em forma de vasos de flores e por vasos com asa, e estende-se principalmente pela região serrana entre Mondego e Douro⁽³⁷⁾. Outra possui como forma-padrão um tipo de cerâmica ainda mais peculiar: a vasilha com bordo bem alargado⁽³⁸⁾; este grupo só aparece na região costeira de entre Douro e Minho e deve provavelmente, em grande parte, a sua formação a influências atlânticas, talvez oriundas da Bretanha e das Ilhas Britânicas, como se poderia verificar pelo ritual funerário de enterramento em túmulo isolado.

Apreciando agora de forma global a difusão de grupos culturais da Idade do Bronze na Península Ibérica, surge-nos em primeiro lugar o Bronze Valenciano na Costa do Levante, depois a Cultura de El Argar no Sudeste, e finalmente a Idade do Bronze no Sudoeste da Península⁽³⁹⁾. Deve-se acrescentar ainda a Idade do Bronze do Alentejo entre os cursos médios dos rios Tejo e Guadiana, bem como os dois grupos portugueses de entre Mondego e Douro e de entre Douro e Minho. Nas demais regiões ibéricas não permanecem identificáveis grupos culturais importantes atribuíveis ao Bronze. Certamente que será possível explicar tal ausência através da constatação

(30) H. Schubart 1965.

(31) L. Ribeiro e E. Sangmeister 1967.

(32) K. Spindler 1980.

(33) L. Ribeiro e E. Sangmeister 1967 Abb. 6 d.

(34) H. Schubart 1975.

(35) K. Spindler e O. da Veiga Ferreira 1974. — H. Schubart 1973a.

(36) Nota 25.

(37) V. Leisner e L. Ribeiro 1968, 58.

(38) O. da Veiga Ferreira 1971.

(39) H. Schubart 1975 mapa 37.

de condições desfavoráveis ao povoamento. E, em certas regiões, terão que ser ainda levadas em linha de conta consideráveis lacunas subsistentes nas pesquisas; especialmente mal esclarecida, por exemplo, continua a situação na Galiza (Espanha), e em toda a costa Norte até aos Pirinéus; também no interior, sobretudo nas duas Castelas, se mantêm algumas manchas em branco no mapa de distribuição, as quais poderão vir a ser preenchidas. Contudo, estas razões não justificam a quase total inexistência de testemunhos culturais da Idade do Bronze patente em territórios relativamente bem explorados e que, além disso, se revelam favoráveis pelo clima e pelo tipo de solo, tais como a bacia do Ebro, o Vale do Guadalquivir, a região da foz do Tejo, e a Espanha Central em volta de Madrid.

Voltando ao quadro de distribuição da Cultura Campaniforme na Península Ibérica⁽⁴⁰⁾, notamos que as regiões acima mencionadas coincidem com aquelas onde o Campaniforme sofreu um considerável florescimento. É o caso, por exemplo, do grupo português nas Penínsulas de Lisboa e Setúbal, do grupo em volta de Carmona no vale do Guadalquivir, e ainda dos grupos da Espanha Central e da Catalunha. Além disso, nas regiões onde existem Culturas do Bronze, permanecem ausentes grupos Campaniformes notáveis. No Sudoeste, por exemplo, só estão atestados elementos campaniformes relativamente escassos. No Sudeste de Espanha a Cultura Campaniforme é substituída, pouco tempo depois, pela Cultura do Bronze. Muito poucas formas campaniformes, como o botão com perfuração em V e o braçal, conseguem manter-se até à fase inicial de El Argar. Nas demais regiões, como em Valência, no Alentejo, e na parte norte de Portugal, onde também surgem identificáveis grupos culturais do Bronze, não estão atestadas ocorrências do Campaniforme ou, se por vezes estão, revelam-se pouco significativas, como no caso do *Horizonte da Ferradeira*.

Tais observações conduzem forçosamente à pergunta, se — e quanto tempo — o Campaniforme se manteve nas regiões em que o Bronze ou não conseguiu penetrar, ou o fez de forma

insignificante, ou apenas muito tarde. Por outras palavras, se grupos campaniformes poderosos foram de facto capazes de retardar a penetração da Cultura e das formas materiais da Idade do Bronze. Considerando que as áreas de difusão do Campaniforme e as dos grupos culturais do Bronze parecem excluir-se mutuamente, resta averiguar se existirão quaisquer vestígios que mesmo assim suportem a hipótese de uma possível coexistência. Uma observação mais minuciosa deixa reconhecer, realmente, uma série de testemunhos que indicam sobrevivência do campaniforme durante as Idades antiga e média do Bronze.

Como na Península Ibérica, durante o Neolítico e o Cobre, os enterramentos colectivos constituem o ritual funerário, parece possível que a Cultura de El Argar, sob a influência mediterrânica oriental, tenha adoptado a prática da tumulação isolada, transmitindo-a não só aos grupos vizinhos do Bronze, mas também à Cultura Campaniforme. Com efeito, os túmulos isolados do Campaniforme até agora conhecidos não forneceram formas mais antigas que as de El Argar, enquanto que, por outro lado — e por exemplo —, o braçal e o botão com perfuração em V que aparecem no túmulo de Pago de la Peña⁽⁴¹⁾ ainda estão associados às formas-padrão da fase mais antiga de El Argar⁽⁴²⁾.

Também pela análise das formas metálicas do Campaniforme achamos indícios destas se manterem até à Idade do Bronze médio, visto que — por sua vez — as formas metálicas do Campaniforme e do Bronze antigo se assemelham muito entre si. Ambas as culturas usam principalmente cobre arsenical, enquanto que a liga de estanho só começa a aparecer na Idade média do Bronze⁽⁴³⁾.

O esconderijo de Roufeiro, na Galiza⁽⁴⁴⁾, constitui para o caso um testemunho importante, pois aí aparece, juntamente com punhais de rebites e achas planas do Bronze, um punhal de lingueta do Campaniforme. Contudo, a sobrevivência do Campaniforme revela-se ainda mais nítida no que diz respeito às espadas; estas surgem pela primeira vez na Península Ibérica durante a fase mais recente de El Argar⁽⁴⁵⁾; no Sudoeste aparecem mais tarde ainda, isto é, du-

(40) R. J. Harrison 1977.

(41) Notas 7 e 17.

(42) H. Shubart 1974.

(43) S. Junghans, E. Sangmeister e M. Schröder 1968 e 1974. — K. Spindler 1971.

(44) Nota 6.

(45) H. Schubart 1974.

rante a *fase II* da Idade do Bronze⁽⁴⁶⁾. Em concordância com este facto temos a esporádica — mas notável — existência de armas em regiões exteriores à área de difusão das culturas da Idade do Bronze ibéricas, as quais se assemelham muito, quanto à forma, aos punhais de lingueta do Campaniforme⁽⁴⁷⁾. Estas armas deverão ser denominadas espadas devido ao seu avantajado comprimento, que chega a ultrapassar meio metro — o exemplar de Pinhal dos Melos, em Portugal Central, atinge 58 cm⁽⁴⁸⁾. O uso de espadas na Cultura Campaniforme só pode ser deduzido através de formas semelhantes de culturas da Idade do Bronze.

Também para a cerâmica campaniforme se torna possível encontrar indubitáveis paralelismos. Por um lado, convém relacionar o gosto pelos vasos de perfis salientes, como os do Campaniforme evoluído, com os vasos de bordos dobrados da Idade do Bronze, visto que a forma dos utensílios cerâmicos das culturas do Cobre — como Los Millares e Vila Nova de São Pedro, respectivamente na Espanha e em Portugal — apresentam sempre paredes direitas, arredondadas ou, quando muito, um pouco encurvadas. Assim, por exemplo, as taças de Santa Vitória, do Bronze do Sudoeste, *fase II*⁽⁴⁹⁾, permanecem facilmente equiparáveis, mesmo em termos de detalhes de ornamentação, como os vasos baixos de perfil dobrado do tipo El Guadalperal⁽⁵⁰⁾, do Campaniforme. Também os vasos em forma de garrafa da Cultura Campaniforme⁽⁵¹⁾ quase não podem ser explicados sem os modelos do Bronze⁽⁵²⁾, porque as Culturas do Cobre desconhecem tais formas⁽⁵³⁾. No entanto, o facto das taças com pé, cuja área de difusão se restringe ao centro de Portugal⁽⁵⁴⁾ e ao Oeste da Andaluzia⁽⁵⁵⁾, se filiarem em vasos com a mesma forma mas, logicamente, não ornamentados — vasos que são formas-tipo da *fase B* de El Argar⁽⁵⁶⁾ —, ainda mais reforça a convicção de que

a cerâmica Campaniforme se prolonga pela Idade do Bronze Médio.

As provas mencionadas, às quais se poderiam juntar algumas outras, demonstram claramente que a Cultura Campaniforme sobreviveu em certas regiões da Península Ibérica durante grande parte da Idade do Bronze, mesmo para além das estratigrafias de Orce e Rotura. Isto quer dizer que à Cultura Campaniforme da Idade do Cobre se liga, nas regiões em que faltam elementos culturais do Bronze propriamente dito, uma nítida cultura do Campaniforme da Idade do Bronze.

Parece que, pelo menos na região da foz do Tejo e na bacia do Guadalquivir — nas outras regiões o estado das investigações não permite análises mais exactas —, esta cultura pôde manter-se até meados da Idade do Bronze. Ela é substituída, ao que tudo indica, somente por grupos culturais da Idade do Bronze evoluído, como os que surgem representados no Oeste, por exemplo, pelo horizonte da cerâmica de ornatos brunidos de tipo Lapa do Fumo e Alpiarça⁽⁵⁷⁾; este grupo cultural pode ser bem descrito devido à identificação de povoados, túmulos, depósitos e achados isolados, e abrange exactamente a mesma área de difusão que antes ocupava o grupo da Cultura Campaniforme; pode ainda ser entendido, com certas reservas, como sucessor da Cultura Campaniforme que, nesta região, tivera fortíssima implantação. O mesmo permanece demonstrado através de um conjunto de achados de cerâmica de retícula brunida na bacia do Guadalquivir⁽⁵⁸⁾. Aceitando-se esta sequência de raciocínios já não causa espanto que, entre os achados de Alpiarça e ao lado de cerâmica típica da Idade do Bronze final, se encontrassem também uma taça Palmela e uma taça com pé da Cultura Campaniforme⁽⁵⁹⁾.

Como resultado das considerações acima expostas podemos, sob certas condições prévias, admitir que a Cultura Campaniforme consegue

(46) H. Schubart 1975.

(47) M. Almagro Gorbea 1973.

(48) A. do Paço e M. E. Ferreira 1956 (1957).

(49) H. Schubart 1975.

(50) G. e V. Leisner 1960.

(51) K. Spindler 1975. — K. Spindler 1980.

(52) H. Schubart 1975.

(53) K. Spindler 1969, 91.

(54) K. Spindler 1980.

(55) R. J. Harrison, Th. Bubner e V. A. Hibbs 1976.

(56) H. Schubart 1974.

(57) H. Schubart 1971a. — K. Spindler 1980.

(58) H. Schubart 1971a.

(59) G. Marques 1972.

sobreviver, em várias regiões da Península Ibérica, até final da Idade do Bronze Médio. Estas regiões revelam-se justamente aquelas nas quais não é possível comprovar a existência de grupos culturais do Bronze propriamente ditos. A coexistência regional e cronológica dos Grupos Campaniformes e do Bronze constitui um fenómeno que torna a Cultura Campaniforme — que em geral apresenta grande uniformidade — mais variada e enriquecida por este outro aspecto. Devemos ainda observar que essa Cultura, para sobreviver, não necessita de se retirar para regiões afastadas; pelo contrário, ela persiste — criando bolsas — nos mesmos povoados, defendendo-se de culturas da Idade do Bronze em formação mediante a aceitação de elementos do Bronze, que integra de modo campaniforme e conservando a sua posição até meados da Idade do Bronze — correspondente à Idade do Bronze do Sudoeste, *fase II* e recente, bem como a El Argar, *fase B* — na região da foz do Tejo e na bacia do Guadalquivir.

Nas demais províncias campaniformes da velha Europa não é possível observar um dua-

lismo semelhante no sistema cultural das antigas Idades dos Metais. Assim, por exemplo, o Campaniforme do sul da Alemanha constitui um substrato da Cultura do Bronze inicial que, juntamente com estímulos recebidos do Sudeste europeu, a princípio — isto é, durante Reinecke A1 — mantém, quanto ao acervo de tipos, um componente campaniforme bastante acentuado, sendo que, o mais tardar na sua fase recente — correspondente a Reinecke A2 — já não acusa vestígios de elementos formais da Idade do Cobre⁽⁶⁰⁾. A problemática exposta talvez contribua, por um lado, para a compreensão de um novo aspecto da Cultura Campaniforme — muitas vezes tão enigmática —, mas, por outro, ela demonstra que o advento da Idade do Bronze pode variar muito cronologicamente, mesmo em províncias culturais vizinhas. Parece pois necessário considerar o fenómeno da Cultura Campaniforme não tanto quanto à sua difusão total paneuropeia, mas sim tentar compreender o sistema cultural durante as Idades Iniciais dos Metais na Europa através da análise e estudo dos seus diversos facies locais e regionais.

BIBLIOGRAFIA

- ALMAGRO GORBEA, M., 1973, La espada de Santiago, Cuadernos de Estudios Gallegos 28, fasc. 84, 70-79.
- BLANCE, B., 1971, Die Anfänge der Metallurgie auf der Iberischen Halbinsel, Studien zu den Anfängen der Metallurgie 4, Berlin.
- BOUZA BREY, F., MARTÍNEZ LÓPEZ, X. e GARCÍA MARTÍNEZ, M. C., 1973 (1974), Novos exemplares de cerâmica campaniforme na Galiza, Actas do 3.º Congresso Nacional de Arqueologia 1, Porto, 53-66.
- CASTILLO YURRITA, A. DEL, 1928, La cultura del vaso campaniforme - Su origen y extensión en Europa, Barcelona.
- CHRISTLEIN, R., 1964, Beiträge zur Stufengliederung der frühbronzezeitlichen Flachgräberfelder in Süddeutschland, Bayerische Vorgeschichtsblätter 29, 25-63.
- DELIBES DE CASTRO, G., 1977, El vaso campaniforme en la Meseta Norte Española, Studia Archaeologica 46, Valladolid.
- FERREIRA, O. DA VEIGA, 1971, Algumas considerações sobre os chamados vasos de largo bordo horizontal ou chapéu invertido e sua distribuição em Portugal, Arqueologia e História 9, sér. 3, 9-20.
- GALLAY, G. e SPINDLER, K., 1970, Archäologische und anthropologische Betrachtungen zu den neolithisch-kupferzeitlichen Funden aus der Cova da Moura/Portugal, Madrider Mitteilungen 11, 35-58.
- GALLAY, G., SPINDLER, K., TRINDADE, L. e FERREIRA, O. DA VEIGA, 1973, O monumento pré-histórico de Pai Mogo (Lourinhã), Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa.
- GONÇALVES, V. DOS SANTOS, 1971, O castro da Rotura e o vaso campaniforme, Ed. da Junta Distrital de Setúbal.
- HARBISON, P., 1967, Mediterranean and Atlantic Elements in the Early Bronze Age of Northern Portugal and Galicia, Madrider Mitteilungen 8, 100-122.
- HARRISON, R. J., 1977, The bell beaker cultures of Spain and Portugal, American School of Prehistoric Research. Peabody Museum. Harvard University Bulletin 35, Cambridge/Massachusetts.
- HARRISON, R. J., BUBNER, Th. e HIBBS, V. A., 1976, The beaker pottery from El Acebuchal, Carmona (Prov. Sevilla), Madrider Mitteilungen 17, 79-141.
- HUNDT, H.-J., 1958, Katalog Straubing I, Die Funde der Glockenbecherkultur und der Straubinger Kultur, Materialhefte zur Bayerischen Vorgeschichte 11, Kallmünz.

(60) W. Torbrügge 1958 (1961).

- JUNGHANS, S., SANGMEISTER, E. e SCHRÖDER, M., 1968 e 1974, Kupfer und Bronze in der frühen Metallzeit Europas, Studien zu den Anfängen der Metallurgie 2, 1-4, Berlin.
- LEISNER, G. e V., 1943, Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel – Der Süden, Römisch-Germanische Forschungen 17, Berlin.
- LEISNER, G. e V., 1960, El Guadalperal, Madrider Mitteilungen 1, 20-73.
- LEISNER, V., 1965, Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel – Der Westen, Madrider Forschungen 1, 3, Berlin.
- LEISNER, V. e RIBEIRO, L., 1968, Die Dolmen von Carapito, Madrider Mitteilungen 9, 11-62.
- LEISNER, V., ZBYSZEWSKI, G. e FERREIRA, O. DA VEIGA, 1969, Les monuments pré-historiques de Praia das Maças et de Casinhos, Memórias dos Serviços Geológicos de Portugal N. S. 16, Lisboa.
- MALUQUER DE MOTES, J., 1960, Nuevos hallazgos de la cultura del vaso campaniforme en la Meseta, Zephyrus 11, 119-130.
- MARQUES, G., 1972, Arqueologia de Alpiarça. As estações representadas no Museu do Instituto de Antropologia do Porto, Trabalhos do Instituto de Antropologia «Dr. Mendes Corrêa», Porto.
- MONTEAGUDO, L., 1966, Versuch einer chronologischen Gliederung der portugiesischen Kupferzeit, Madrider Mitteilungen 7, 61-78.
- PAÇO, A. do e FERREIRA, M. E., 1956 (1957), Espada de cobre do Pinhal dos Melos (Fornos de Algodres), 23. Congresso Luso-Espanhol 7, 7.ª Secção – Ciências Históricas e Filológicas, Coimbra, 357-364.
- PAÇO, A. do e SANGMEISTER, M. E., 1956, Vila Nova de S. Pedro – eine befestigte Siedlung der Kupferzeit in Portugal, Germania 34, 211-230.
- PAULI, L., 1980, Die Alpen in Frühzeit und Mittelalter, München.
- REINECKE, P., 1965, Mainzer Aufsätze zur Chronologie der Bronze- und Eisenzeit Bonn.
- RIBEIRO, L. e SANGMEISTER, E., 1967, Der neolithische Fundplatz von Possanco bei Comporta/Portugal, Madrider Mitteilungen 8, 31-45.
- SANGMEISTER, E., 1965, Die Bronzezeit im Westmittelmeer, Saeculum Weltgeschichte 1, Freiburg, 551-566.
- SANGMEISTER, E., 1966 (1967), Die Datierung des Rückstroms der Glockenbecher und ihre Auswirkung auf die Chronologie der Kupferzeit in Portugal, Palaeohistoria 12, 395-407.
- SANGMEISTER, E., 1974 (1975), Das Verhältnis der Glockenbecherkultur zu den einheimischen Kulturen der Iberischen Halbinsel, Glockenbecher Symposium Oberrierr (Bussum/Haarlem), 423-436.
- SANGMEISTER, E., 1975, Das Neolithikum der Iberischen Halbinsel; Die kontinentale Glockenbecherkultur; Spätes Neolithikum und Kupferzeit der Iberischen Halbinsel, Handbuch der Urgeschichte 2, Jüngere Steinzeit und Steinkupferzeit, ed. K. J. Narr, Bern und München, 277-291, 498-504, 545-557.
- SANGMEISTER, E. e SCHUBART, H., 1965, Grabungen in der Kupferzeitlichen Befestigung von Zambujal/Portugal 1964, Madrider Mitteilungen 6, 39-63.
- SCHRÖTER, P., 1973, Neue frühbronzezeitliche Flachgräberfelder bei Regensburg (Mangolding und Mintraching, Ldkr. Regensburg), Bayerische Vorgeschichtsblätter 38, 14-51.
- SCHUBART, H., 1965, Atalaia – Uma necrópole da idade do bronze do Baixo Alentejo, Arquivo de Beja 22, 7-136.
- SCHUBART, H., 1971, O horizonte de Ferradeira – Sepulturas do eneolítico final no sudoeste da Península Ibérica, Revista de Guimarães 81, 189-215.
- SCHUBART, H., 1971a, Acerca de la cerámica del bronce tardío en el sur y oeste Peninsular, Trabajos de Prehistoria 28, 153-182.
- SCHUBART, H., 1973, Mediterrane Beziehungen der El Argar-Kultur, Madrider Mitteilungen 14, 41-59.
- SCHUBART, H., 1973a, Tholos-Bauten von Colada de Monte Nuevo bei Olivenza (Prov. Badajoz), Madrider Mitteilungen 14, 11-40.
- SCHUBART, H., 1974, Zur Gliederung der El Argar-Kultur, Studien zur vor- und frühgeschichtlichen Archäologie – Festschrift für Joachim Werner zum 65. Geburtstag, Münchner Beiträge zur Vor- und Frühgeschichte, Ergänzungsband 1, München, 35-48.
- SCHUBART, H., 1975, Die Kultur der Bronzezeit im Südwesten der Iberischen Halbinsel, Madrider Forschungen 9, Berlin.
- SCHÜLE, W. e PELLICER, M., 1966, El Cerro de la Virgen – Orce (Granada) 1, Excavaciones Arqueológicas en España 46, Madrid.
- SIRET, H. U. L., 1887, Les premiers ages du métal dans le sud-est de l'Espagne, Anvers.
- SPINDLER, K., 1969, Die kupferzeitliche Siedlung von Penedo/Portugal, Madrider Mitteilungen 10, 45-116.
- SPINDLER, K., 1971, Zur Herstellung der Zinnbronze in der frühen Metallurgie Europas, Acta Praehistorica et Archaeologica 2, 199-253.
- SPINDLER, K., 1975, Bemerkungen zu einigen portugiesischen Glockenbecherfunden, Madrider Mitteilungen 16, 56-79.
- SPINDLER, K., 1980, Cova da Moura. Die Besiedlung des Atlantischen Küstengebietes Mittelportugals vom Neolithikum bis an das Ende der Bronzezeit, Madrider Beiträge 7, Mainz.
- SPINDLER, K. e FERREIRA, O. DA VEIGA, 1974, Das vorgeschichtliche Fundmaterial aus der Gruta do Carvalhal/Portugal, Madrider Mitteilungen 15, 28-76.
- SPINDLER, K. e GALLAY, G., 1972, Die Tholos von Pai Mogo/Portugal, Madrider Mitteilungen 13, 38-108.
- SPINDLER, K. e GALLAY, G., 1973, Kupferzeitliche Siedlung und Begräbnisstätten von Matacães in Portugal, Madrider Beiträge 1, Mainz.
- TARRADELL, M., 1965, El problema de las diversas áreas culturales de la Península Ibérica en la Edad del Bronce, Miscelánea Homenaje al Abate Henri Breuil (1877-1961), Barcelona 11, 423 ss.
- TARRADELL, M., 1969, La Cultura del Bronce Valenciano. Nuevo ensayo de aproximación. Miscelánea Pericot. Papeles Valencia 6, 7 ss.
- TORBRÜGGE, W., 1958 (1961), Terminologische Mißverständnisse als Fehlerquellen der Bronzezeit – Chronologie im südlichen Mitteleuropa, Bericht über den 5. Internationalen Kongress für Vor- und Frühgeschichte, Hamburg (Berlin), 818-823.

P.º Henrique da SILVA LOURO

CASTROS DA ZONA DENTRE ZÊZERE, TEJO E OCRESA;
TOPÓNIMOS INDICATIVOS DE ANTIGUIDADES; UMA
VISITA AOS PENEDOS LONGOS

ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA
Sér. X - Vol. I/II (1) - 1984/88

CASTROS DA ZONA DENTRE ZÊZERE, TEJO E OCRESA;
TOPÓNIMOS INDICATIVOS DE ANTIGUIDADES;
UMA VISITA AOS PENEDOS LONGOS

P.º Henrique da SILVA LOURO

A região a que nos referimos não está ainda inteiramente estudada, mas o que vamos dizer dará ideia da sua importância sob o ponto de vista pré-histórico.

Assim, em *Abrantes* foram recolhidos objectos das idades da pedra e do ferro.

Almaceda in *Estudos de Castelo Branco*, n.º 24, pp. 13-25.

Amêndoa: *Cafede*, em cuja área há vestígios de castros, *Caratão* (Mação), *Mouriscas* (no sítio chamado Castelo); *Orvalho* (no Cabeço Mosqueiro), *Pedrogão Pequeno*, *Penhascoso*, *Peral*, *Pracana*, *Cimeira*.

São Pedro (na confluência da Isna com o Zêzere), *São Vicente da Beira*, *Serra de St.ª Maria - Madalena* - cota 484 (Sertã), *Souto - Pico do Castelo - Vale do Grou* (Evendos), *Vale do Junco* (Ortiga), *Vale da Zimbreira* (Evendos), *Vilar da Lapa* (idem), etc.

Referências a antiguidades tiradas do *Dicionário Geográfico* do P.º Luís Cardoso, segundo as informações paroquiais de 1758:

Alvaro

Perto desta vila, em distância duma légua, onde se chama a Serra da Rasca, está uma concavidade feita por obra manual, a picão e em pedras, cuja altura se não pode saber por estar já quase entupida.

Amêndoa

«Amêndoa não é murada; só tem pegado à vila um grande penhasco, guarnecido de paredes velhas, que se chama o Castelo. Doutra parte tem um monte que se chama o Campo de S. Mi-

guel onde se acham vestígios de que algum dia foi fortaleza.»

Nota: ainda vimos estas paredes do lado norte, de aparelho ciclópico, hoje desaparecidas.

Belver

«Há no termo desta vila no sítio da ribeira de Cavas uma cova chamada Lapa de Moniz com boa entrada; porém vai-se estreitando da parte de dentro e não há memória que alguém lhe chegue ao fim, por causa do grande escuro, e estar cheio de bichos que se presume habitarem dentro.

Há por tradição que, fazendo-se uma grande fogueira à porta, fará sair fumo perto duma légua para o nascente.

Há também defronte da mesma cova, para o norte, um algarão que estando em lugar alto e maneia (?) sempre está cheio de água clara e excelente.»

Cafede

«Há nesta terra uma torre antiga que terá seis ou oito côvados em altura.»

Pedrigão Pequeno

«Toda a planície do cimo deste monte se acha cercada dum muro de pedra todo já arruinado, e pela sua antiguidade mostra ser feito antes que os mouros entraram nas Hispanhas para propugnáculo ou defesa das gentes que ali estavam aquarteladas, pois mostra que dentro dele houvesse casas; porém ainda se conhece onde estava a porta do dito muro.»

Peral

«No sítio desta freguesia se acham os vestígios duma antiga fortaleza em volta dum monte e este

circundado dum grande ribeiro chamado Estevês que se diz ser dos romanos era murado com duas portas de que ainda há vestígios e se mostra ser dos mesmos porque sempre na cultura das terras se acharam algumas moedas de prata e todas são dos romanos; haverá quarenta anos em pouca distância da dita povoação se acharam dentro duma pedra bitumadas trezentas moedas de prata e cada uma tinha o peso dum tostão do nosso dinheiro e todas tão novas que pareciam feitas daqueles dias, e muitas eram feitas no ano em que Cristo nasceu e outras antes, e outras depois, sendo o dito monte por natureza circundado do tal ribeiro que só resta uma entrada para o dito monte que vulgarmente se chama o Castelo e por antiga tradição se diz chamar-se o castelo do chão do trigo.»

São Vicente da Beira

«Na serra se tem achado alguns inventos que constam de peças de ouro e prata em várias partes dela que bem pela notícia que delas se dá mostrarem ser thesouros escondidos dos Mouros por ser deles povoada em algum tempo. E nela se acham os vestígios de hum castelo que ainda hoje conserva o nome de castelo velho situado no cume da mesma serra que ainda mostra pelos seus alicerces o ser de cantaria lavrada.

No fundo da mesma serra se acha um forte dilatado que conserva somente os alicerces que são de cantaria lavrada e dele nasce uma calçada muito bem feita de cantaria que chamam calçadinha dos mouros, em parte demolida e que tem feito curiosidade de alguns ambiciosos por se dizer que naquele sítio está um grande thesouro.»

A região compreendida entre os três rios mencionados está longe de ser bem estudada sob o ponto de vista arqueológico.

Por outro lado a toponímia, que nos poderia fornecer elementos preciosos, não tem merecido a atenção que seria de desejar.

Referindo-nos por exemplo à vila do Sardeal, de que temos elementos muito aproveitáveis para a sua história que até hoje, que nós saibamos, ninguém ainda tentou fazer, não encontramos

nada que justifique a inclusão do lagarto no seu brasão de armas.

Em nossa opinião, a palavra Sardeal deriva de sardão, sim, mas não no sentido de réptil, mas no ainda hoje usado em Trás-os-Montes. Sardão é uma carrasqueira (azinheira ou sobreiro).

Os topónimos derivados do *quercus* latino — carvalho, azinheira e sobreiro — abundam em todo o país e deram origem ao maior número de lugares em Portugal, inclusive àquela simpática vila.

São vulgares as lendas dos tesouros encantados, covas da moura, etc.

É tradição corrente que na Serra da Ladeira, concelho de Vila de Rei junto de Amêndoa, houve um buraco, hoje ignorado, que lançando-se nele um galo e um gato, este veio aparecer ao chão do Lopes, enquanto o galo não mais se viu!

Topónimos que indicam ou podem indicar a presença de antiguidades:

Abóbada (S. Marcos da, etc.)

Aivado = buraco, gruta

Alcaria = aldeia (árabe) equivalente ao vilar romano

Algar, algorão = cova, barranco, caverna

Alicerce (estrada do) = carril

Amêndoa — em nossa opinião significa pedra branca, ou esbranquiçada, seixo; de *men* na língua celta, que quer dizer pedra ⁽¹⁾

Amendoeira — além da árvore, pode significar local de pedras brancas ou seixos

Amimoo = o mesmo que mamoo = anta

Anta = dólmen pré-histórico, topónimo muito vulgar em Portugal com seus derivados e familiares: antão, antinha e talvez antanhol, corja das antas, vale das antas, etc.

Arca, arcão = anta

Arcos = arcos velhos, aqueduto

Argamassa = muro de construção antiga ou romana

Arganil = Campo de arcas ou antas

Atalaia = pequena torre de vigia ou fortaleza

(1) Em Évora existe a travessa *D'Amêndoa*, A amêndoa pode significar a «mulher do Mundo».

Buraca da Serpe ⁽²⁾ = caverna pré-histórica
Cabeça = cabeça, cabeção, elevação de terreno grande ou pequena própria para defesa

Cabeço Mosqueiro = Castro não estudado, no concelho de Oleiros.

Cabeço do Mouro = elevação de terreno onde habitou um mouro ou viveram homens antigos

Cadouço = buraca, gruta, esconderijo

Caixão do Mouro, na serra da Latuada, que ainda não identificámos

Calçada, calçadinha, pode indicar restos de via romana ou antiga

Carreira = estrada, caminho, carril, caminho antigo ou moderno

Casa(s) velha(s), moradas antigas que podem atingir a época romana

Castelão = *castelejo, castelinho, castelo velho* = designativo de construções pré-históricas, romanas ou lusitanas

Castelo também se pode chamar por analogia, porém menos frequentemente

Castro = povoação castreja e também apelido

Catacomas = catacumbas, cemitérios subterrâneos

Cerca = propriedade murada

Corona = coroa (de muralhas)

Cornado = corneada, coroado

Coroado = circundado de muralhas

Cova da Moura = buraco, gruta, caverna

Crato = castro ou crasto

Falperra = pedra oscilante

Ferraria(s), lugar de extracção de ferro, oficina de ferreiro

Fojo = cova funda, gruta, caverna, mina, precipício

Maceira = macieira, ou sepultura cavada na rocha

Mamoas, mamões (analogia com protuberância mamilar) = antas, que noutro tempo estiveram envoltas em montículos de terra

Mara = rocha, dique, muro, valada

Marachique = antiga povoação árabe e freguesia da arquidiocese de Évora

Marmoeiras, marmoural, marmourais = monumentos funerários = terrenos alagadiços

Marvas = marva

Marvão = rocha grande

Mencova = pedra funda, buraco, cavidade, caverna. Em S. Miguel de Machede está a herdade de *Mencoveiro*, que também pode ser de *Mem* ou *Mensocoveiro* (que faz covas ou abre sepulturas)

Mesquita = lugar onde normalmente se encontram vestígios romanos. Apelido de família

Mina = caverna, exploração de metais

Mougadouro = terra de mógãos

Mógão ⁽³⁾ = *mogo, mogos* = marcos, pedras levantadas em recintos pré-históricos

Mogueira ⁽⁴⁾ = terra onde abundam os mógos

Moimenta = monumentos sepulcrais

Moncanche, do latim *monsquercus* = local abundante de carvalhos, azinheiras ou sobreiros

Monforte = cabeço ou monte fortificado

Monfurado = monte perfurado para extracção de minério

Monte cercado, monte muro = elevação de terreno circundado de paredes

Moradeia = lugar onde houve casas

Mosteiros, pode significar edifícios antigos de grande porte

Mouraria = região, local onde habitaram mouros, ou gente de eras remota

Môa = anta

Muro = topónimo indicativo de construções romanas ou medievais

Muradal (serra do), abundância de muros, casas, etc.

Orca = o mesmo que arca ou anta

Orgueira = lugar de orcas, ou de urzes (planta)

Padrão ou *pedrão* = pedra grande

Paracana = *peracana, peraquane*, etc., actualmente *pracana* = pedra branca, seixo, quartzito

Para D'anta = pedra D'anta

Paredais = restos de construções de pedra (época romana)

Parede = topónimo vulgarmente ligado a construções romanas

Pedra alçada = Menhir levantado

Pedra furada, pedra da Mua (da Maruoa)

⁽²⁾ Conforme ao que se tem escrito, é muito provavelmente uma caverna pré-histórica. Fica situada na Serra do Bando Maior, concelho de Mação. Ainda a conhecemos com um muro de pedra seca a resguardar a entrada. A Câmara mandou fechá-la com uma porta, a fim de evitar possíveis abusos. Valia a pena tentar uma exploração científica.

⁽³⁾ *Mogos Cimeiros* e *Mogos Fundeiros*, entre Alcaravela e São Domingos, indicam muito provavelmente monumentos pré-históricos.

A *Herdade dos Mogos*, na freguesia da Graça do Divor (Évora), indica o mesmo. Conhecemos pessoalmente o recinto. *Serimógão*, no Concelho de Proença-a-Nova, pode estar igualmente relacionado.

⁽⁴⁾ Há uma povoação com este nome na freguesia da Sertã; e uma herdade em São Mateus (Montemor-o-Novo).

Pedra das garnelas (em Santana do Mato) — Arraiolos — coberta de hieroglifos

Pedras tanchadas = fixas no chão por mão humana = marcos

Penedo furado ⁽⁵⁾ = pedra com orifício

Penedos longos = compridos. Podem significar menhires tombados

Pera fita = pedra fixa; *pera manca* = oscilante

Pia = sepultura cavada na rocha

Pipa = sepultura cupiforme

Porca (cabeço da), revela existência de castro pré-histórico. Encontra-se neles figurada a porca ou o porco (Porca de Murça, «berrões» de Trás-o-Montes, e nos Castros do norte da Espanha). Em Cardigos há o *Cabeço da Porca*, outro no Vesgão e ainda outro junto às Tosgas

Presa = construção para reter as águas (época romana, medieval ou moderna)

Represa = o mesmo

Sancha Ladra = sancha, planura, onde existiram tijolos (*later*). Freqüente no Alentejo. Colonização romana

Serra Murada = sinal evidente de castro

Serro da aresta = pequena elevação coroada por monumento dolmênico

Talha = pedra arredondada, mogo

Telhada = local abundante de restos de telha de casas desaparecidas

Torrão = *torre*, *torreão*, *torrejão*, *torrinha*, significativos de construções já desaparecidas

Vale D'arca, *vale D'anta*, *vale de mua*, *vale de mu* = referentes a dólmenes

Vilar = Propriedade romana, aldeia, etc. Há em Portugal centenas de vilares. Daí vem as nossas «vilas» ou freguesias.

Não temos a pretensão de esgotar a lista dos nomes; outros haverá ainda a acrescentar, neste momento por nós desconhecidos.

Um ou outro pode ter significado diferente noutras regiões.

UMA VISITA AOS PENEDOS LONGOS

Na folha 15E da Carta Corográfica de Portugal na escala de 1/50 000 — número mo-

derno 28 A —, cota 450, deparámos com o topónimo supra dito e quisemos vê-lo pessoalmente, o que fizemos em 23-8-1981.

Não achámos vestígios pré-históricos, porém não demos por mal empregado o nosso tempo.

Os ditos Penedos Longos ficam situados a meio do caminho em linha recta entre o Monte Cimeiro de Alcaravela e a Louriceira, à distância dum bom quilómetro da estrada de Abrantes a Castelo Branco, na divisória das freguesias de Aboboreira e Alcaravela, respectivamente dos Concelhos da Mação e Sandoal.

São afinal afloramentos rochosos, mais ou menos prolongados, de quartzito, que continuam noutras terras vizinhas como as de Amêndoa e Vila de Rei.

A partir da dita estrada a ascensão é suave e na parte mais alta vê-se ainda um velho moinho, sem tecto, nem velas, nem mós, sobre o qual se ergue o ponto geodésico referido. Junto a ele, do lado do nascente, houve outrora um olival, actualmente substituído pelo pinheiro.

A cerca de 3 km para o lado do Chão de Codes fica a cota 461, onde nasce o pequeno ribeiro da Louriceira, com os seus poéticos moinhos.

A vista panorâmica, abrangendo longas distâncias, já foi mais bela.

O horizonte é actualmente de cinzas e desolação, porque os bárbaros do séc. xx, que aguardam a vergastada dum novo Átila, vêm destruindo criminosamente e sistematicamente a riqueza florestal do nosso país e numa terra onde os seus habitantes trabalham sem horários nem reivindicações para mourejarem o pão de cada dia.

Durante séculos, talvez, pacíficos jumentos carregavam os cereais transformados em farinha para alimento das populações vizinhas.

Tempos difíceis, mais felizes em comparação com os de hoje, de técnica avançadíssima, porém frequentemente usada na destruição e na morte!

O dito moinho, isolado no cimo do monte, envolto no ar puro dos campos e a contemplar as estrelas do céu, fez-me lembrar humilde casa de ermitão devoto, onde os gemidos das suas velas se calaram há muito, talvez para chorar agora, em silêncio, as cinzas da floresta!

⁽⁵⁾ Entre o *Penedo Furado* e a *Bicha Pintada* (Vila do Rei) há um bezerro de ouro escondido, segundo a lenda. O *Penedo do Mosgado*, em Adães (Barcelos), é monumento pré-histórico.

BIBLIOGRAFIA

Monografia de Cardigos

Vila de Rei e o seu Concelho — Dr. J. M. Félix

O Concelho de Proença-a-Nova — P.^e M. A. Catarino

Memórias do Concelho de Oleiros — D. João Pimentel

Monumentos Hist. do Concelho de Mação — M.^a A. Horta Pereira

Elementos hist. e etnográficos de Mação — Francisco Serrano

Monografia do Concelho de Mação — Ant.^o de Oliveira Matos

O esconderijo pré-histórico do Porto do Conc.^o — P.^e Eugénio Jalhay

O Castro de S. Miguel — P.^e Eugénio Jalhay

Roteiro dos Mon. Militares Portugueses — Gen. João de Almeida

Dicion.^o Geogr. — P.^e Luís Cardoso



No meio de cinzas e pinheiros queimados ergue-se ainda arruinado o velho moinho dos Penedos Longos

Manuel MAIA

POVOS DO SUL DE PORTUGAL
NAS FONTES CLÁSSICAS — CÓNIOS

ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA
Sér. X - Vol. I/II (1) - 1984/88

Podemos remontar ao final do século VIII a.C. as mais antigas referências, na literatura clássica, ao extremo ocidente peninsular. A análise dessas notícias não tem, porém, sido, entre nós, objecto de um estudo crítico e aprofundado. Desde Leite de Vasconcelos, nos primeiros anos deste século, nenhum investigador se voltou a debruçar seriamente sobre as primeiras fontes escritas referentes ao território que actualmente constitui o Sul de Portugal, nem ao modo como os dados por elas transmitidos se articulam com os que nos fornece a arqueologia, o que dificulta qualquer tentativa séria de interpretar a proto-história do território português e o modo como aqui se processa o complexo fenómeno da romanização.

Não são, contudo, demasiado escassas as referências ao território que, das margens do Tejo, se prolonga para sul até ao litoral algarvio.

Embora correndo o risco a que se sujeita quem procede a uma selecção, escolhi entre os autores clássicos as passagens que, em meu entender, mais luz podem trazer a este problema.

Por as considerar demasiado vagas e nebulosas não vou examinar detalhadamente duas passagens de Homero nas quais Schulten (*Tartessos* 98) pretende ver as primeiras referências na literatura grega ao extremo ocidental da *oikumene*. Não me parece correcto omiti-las, por isso as citarei.

Em determinado passo da *Iliada* (16, 149) narra-se a fecundação da Harpia Podarge por Zéfiro, quando pastava numa pradaria, no Oceano. Desta relação nasceram Xanthos e Balios, os dois cavalos de Aquiles, velozes como o vento, seu progenitor.

A associação desta passagem com a descrição que Plínio faz na sua *História Natural* (IV-116 e VIII-166) da região de *Olisippo*, onde as éguas ao respirar o vento favónico eram por ele fecun-

dadas, parindo, assim, cavalos extraordinariamente velozes, é imediata e tentadora.

Também na *Odisseia* (11, 13 ss.) se refere a terra nebulosa dos Cimérios onde se situaria a entrada dos infernos. Schulten (*Tartessos* 99-100) compara esta passagem com o passo de Avieno (223) em que se descreve a terra da névoa junto da desembocadura do *Anas*. Imprecisa e pouco segura seria, igualmente, a descrição da costa Ocidental da Península Ibérica no Périplo Massaliota do século VI que serviu de base à *Ora Maritima* de Avieno. Na realidade, as descrições dos povos e acidentes geográficos são de tal modo vagas que nos é difícil fazer fé nessas informações para localizarmos a paleotoponímia do litoral oeste da Península Ibérica.

A este propósito cito apenas dois exemplos, um que pode alterar o sentido geral da obra e outro de âmbito mais restrito. O primeiro é a localização das colunas de Hércules que segundo Müllenhoff (*Deutsch Altertumskunde*) ficariam no estreito de Gibraltar — acidente que na Antiguidade recebe, geralmente, esta designação —, e segundo Martins Sarmiento (*Ora Maritima*) se localizavam no canal da Mancha. O outro exemplo será o problema levantado pela ubicação do *Latus Patulusque Portus* que Martins Sarmiento e Schulten afirmam poder ser identificado com o estuário do Sado, o já citado Müllenhoff (*op. cit.*) diz corresponder à desembocadura do Tejo e que Leite de Vasconcelos (*Religiões* II) coloca na foz do Mira.

Apesar da controvérsia gerada pela interpretação da *Ora Maritima* é o Périplo Massaliota a primeira obra que refere os povos que habitavam o Sul do território hoje português: Saefes, Cempses e Cynetes.

Se, porém, através do poema de Avieno quisermos localizar estes povos voltamos a defrontar-nos com problemas de difícil resolução.

(*) Comunicação apresentada ao IV Congresso Nacional de Arqueologia, que decorreu em Faro em Maio de 1980.

Vejamos o que nos diz o texto:

Poetanium Autem Est Insula Ad Saefum Latus Patulusque Portus; Inde Cempsis Adjacent Populi Cynetum. (199-201)

Nestes versos temos assinalados dois acidentes geográficos importantes, a ilha de *Poetanium* e o porto grande e largo, e três povos, Saefes, Cempses e Cynetes.

Começemos pela ilha, que o autor latino diz pertencer aos Saefes.

Se a ilha ficar, como pretende Müllenhoff (*op. cit.*), no estuário do Tejo, então teremos aqui localizados os Saefes e o porto ficará no mesmo estuário. Porém, em minha opinião e seguindo, neste caso, Martins Sarmiento (*op. cit.*), levanta-se novo problema porque o *Latus Patulusque Portus* separaria os Cempses dos Cynetes. A margem Sul do Tejo seria, portanto, território *Populi Cynetum*. Os Cempses ocupariam a margem Norte, os Cynetes a Sul e os Saefes ficariam algures numa ilha situada neste vasto Estuário.

Leite de Vasconcelos (*Religiões II*), porém, identifica o Cabo Espichel com o *Cempsicum Jugum*, o que nos leva a colocar os Cempses na Península da Arrábida. A identificação de Müllenhoff fica, assim, afastada.

Para Martins Sarmiento, como vimos, e ainda para Schulten, o Grande Porto seria a foz do Sado e a ilha de *Poetanium*, como a de *Achalaie*, localizar-se-ia neste Estuário. O Sado seria, assim, o limite entre Cempses e Cynetes. Este rio, porém, não é um acidente geográfico de suficiente envergadura para constituir uma fronteira natural, mesmo no século VI a. C.; por outro lado, se *Achalaie* se pode identificar com Tróia, dificilmente poderemos localizar *Poetanium* no estuário do Sado.

Poetanium seria, portanto, a ilha do Pessegueiro e o *Latus Patulusque Portus* a desembocadura do Mira, como pretende Leite de Vasconcelos (*Religiões II*).

A foz deste rio reúne as condições necessárias para, atendendo ao tipo de navios da Antiguidade, ser considerada no século VI a. C. um grande e largo porto. As suas altas margens podiam, na região a ocidente da Serra do Cercal, constituir uma fronteira natural.

Os Cempses, em minha opinião e segundo a identificação de Leite de Vasconcelos, estender-se-iam no século VI pelo litoral entre a Serra do

Cercal, o rio Mira e o Oceano, possivelmente até ao Tejo.

Em Avieno temos, portanto, a primeira referência a povos do Sul do território português, Saefes, Cempses, Cynetes. Somente os últimos serão objecto deste trabalho.

Heródoto, em meados do século V a. C., ao descrever o extremo ocidente da Europa, diz que junto ao Oceano vivem os Celtas, mas coloca os Cynetes na zona que hoje corresponde ao Algarve.

É, porém, Herodoro de Heracleia quem, cerca de 420 a. C., nos dá a primeira noção do parentesco existente entre os diversos povos do Sudoeste Peninsular, ao afirmar: «Este povo ibérico, que habita a costa próximo do Estreito, recebe vários nomes, sendo um só povo composto por várias tribos. Primeiro os habitantes da parte mais ocidental chamam-se Cynetes (depois destes, mais para norte, encontram-se os Gletes), depois vêm os Tartéssios, logo a seguir os Elbisinios, depois os Mastienos, depois os Celcianos e depois já o Estreito» (*Fontes II* 37-38).

Em minha opinião, tem sido dada pouca atenção a esta passagem de Herodoro e quando é referida — veja-se, por exemplo, a obra de Julio Caro Baroja (*Pueblos* 110) — é para ilustrar o desconhecimento que os autores Gregos alegadamente teriam sobre o Sul da Península, o que os levaria a confundirem as etnias e a sua distribuição geográfica. Este total desconhecimento, porém, parece ser negado por Schulten (*Tartéssos*).

Entre nós, Leite de Vasconcelos (*Religiões II* 72) referiu este passo mas, curiosamente, não foi tocado pela afirmação de que os Cynetes e Tartéssios seriam tribos do mesmo povo. Interessou-o mais a referência aos Gletes, que identifica com os Saefes.

Esta informação parece-me, contudo, de grande importância porque este parentesco tem vindo a ser confirmado pela arqueologia.

É certo que em Portugal não têm sido recolhidos tesouros tartéssicos como os de Carambolo, La Aliseda, etc., e que os espólios preciosos têm sido muito mais insignificantes. Contudo, o tesouro do Gaio e as poucas jóias recolhidas nas necrópoles do Baixo Alentejo e Algarve, além do restante espólio metálico e cerâmico, faz pensar numa relação muito estreita entre os povos que, nos séculos VIII-VI, habitavam o Sudoeste Peninsular.

Além dos materiais mencionados convém não esquecer as estelas epigrafadas numa escrita a que já se chamou Ibérica, mas que os filólogos hoje designam por Tartéssica. Esta escrita, se tem sido recolhida com mais abundância no Sul de Portugal, é já também conhecida nas regiões de Sevilha, Badajoz e Cáceres. Digamos que a área definida pelo padrão cultural que esta escrita constitui corresponde à zona metalífera do Sudoeste Peninsular.

Julgo que podemos perfeitamente admitir no Sudoeste da Península Ibérica a existência de uma civilização brilhante nos séculos VIII-VI a.C., cujo poder económico, de que as fontes nos dão notícia, se basearia na posse dos mais ricos jazigos cupríferos da Europa, a faixa piritosa que da Serra da Caveira se estende até Huelva, zona onde, além do cobre, do ouro e da prata, era igualmente extraído o ferro. Esta civilização expande-se até à região de Cáceres, fronteira das fontes do estanho do centro da Península.

Em apoio da afirmação de Herodoro de Hircânia parece vir a obra de Trogo Pompeu, no que dela nos chegou através de Justino, que diz habitarem os Cynetes o *Saltus Vero Tartessiorum*. Como não parece provável viverem os Cynetes no território de um povo com o qual não estivessem intimamente relacionados, também esta notícia poderá ser interpretada no sentido de Cynetes e Tartéssios serem grupos do mesmo povo.

Apesar de os etnónimos Tartéssios e Cónios já não estarem presentes em fontes dos séculos I a.C e d. C., esses mesmos povos são mencionados, mas com diversos nomes. Cuneus, designando os Cónios; e Turdetanos, referindo os Tartéssios.

Sobre a identidade Cónios-Cuneus tratarei noutra parte deste artigo.

Quanto ao facto de os Turdetanos mais não serem que os Tartéssios que passaram a ser assim designados após a ocupação Barcida, julgo o problema suficientemente resolvido com as obras de Schulten (*Tartessos*), Caro Baroja (*Pueblos*), Bosch Gimpera (*Prehistória*) e José Maria Blázquez (*Tartessos*), pelo que não me deterei na discussão deste ponto.

A argumentação de Schulten no sentido de os Cónios pertencerem ao reino de Tartessos, parece-me perfeitamente concludente: segundo

Ptolomeu a Turdetânia chegava até ao Sado e a Área de distribuição da escrita Tartéssica corresponde a este mesmo território.

Analisarei seguidamente os textos clássicos acima referidos.

Em Estrabão (III-2-1) temos mais uma informação que, ainda que vaga e imprecisa, parece demonstrativa da relação Cónios-Tartéssios: «também podem juntar-se a ela os Bastetanos, dos quais disse já que habitavam na Turdetânia, assim como as gentes que ocupam o outro lado do Anas...». O outro lado do *Anas*, a margem direita, pertence ao *Cuneus Ager* de Mela e Plínio.

Por serem ainda mais fluidas não analisarei aqui outras passagens de Estrabão, que indicarei por serem talvez passíveis de uma interpretação semelhante à do passo anterior. São os casos de III-2-4 e III-2-5.

Ao descrever a cidade de *Balsa* como turdetana Ptolomeu (II-V) dá-nos mais um contributo para esta identificação.

Data do período da ocupação romana, mesmo de uma época em que o território que hoje constitui o sul de Portugal estava já plenamente integrado no «Império», a nova referência ao povo de que me ocupo. Este trecho, que passarei a examinar, pertence à obra de Políbio e, apesar de os Cónios serem aqui apenas referidos para localizar as forças cartaginesas, o seu significado tem, porém, uma enorme importância.

Na sua *História* (X-II-7), ao referir os acontecimentos de 210 a. C. e a chegada de Cipião à *Iberia*, diz Políbio: «Quando ele chegou à *Iberia*, pôs todos em movimento e inquiriu junto de cada um sobre os assuntos do inimigo. Soube assim que as forças cartaginesas estavam divididas em três exércitos, que Magão se encontrava com um entre os Cónios, *para dentro* das colunas de Herácles, Asdrúbal, filho de Giscão, ao pé da desembocadura do Tejo, na Lusitânia, enquanto que o outro Asdrúbal se preparava para cercar uma cidade no território dos Carpetanos, não se encontrando nenhum deles portanto a menos de dez dias de marcha de Nova Cartago».

Esta referência a um exército cartaginês no país dos Cónios levanta, para já, um problema de localização e interpretação. Políbio diz «que Magão se encontrava com um (exército) entre os Cónios, *para dentro* das colunas de Herácles». Como não temos mais nenhuma referência a

Cónios para Leste das Colunas, podemos interpretar esta passagem de três modos:

1.º — Como uma confirmação da descrição de Herodoro que diz serem os habitantes do Sul várias tribos do mesmo povo, embora nos pareça estranho designar todo um povo pelo nome da mais distante das suas tribos.

2.º — Trata-se de um *lapsus calami* do historiador.

3.º — Trata-se de um erro dos copistas.

A confusão gráfica entre *ἐκτός* = *para fora* e *ἐντός* = *para dentro* é fácil e não será para admirar que um copista que não conhecesse a geografia da Ibéria alterasse o significado de uma frase pela troca de um κ em ν .

Esta é a minha opinião e parece ser igualmente a hipótese defendida por Leite de Vasconcelos (*Religiões* II 72). Políbio conhecia pessoalmente a Península e dificilmente cometera este erro. Além disso, se o exército de Magão se encontrasse estacionado a Oriente das colunas não seria verdadeira a afirmação de que «...nenhum deles se encontrava portanto a menos de dez dias de marcha de Nova Cartago». *ἐντός* será, pois, um lapso de Políbio ou, mais certamente, um erro de copista.

Fica-nos assim uma notícia de extraordinária importância. Dos três exércitos que os Cartagineses conservam na *Hispania*, dois encontravam-se estacionados no extremo Ocidente da Península.

Se considerarmos que o perigo romano se apresentava no extremo oposto, torna-se necessário esclarecer o motivo para esta permanência militar numa zona onde, segundo as fontes, habitavam povos pacíficos.

O exército de Magão está estacionado numa das mais ricas regiões cupríferas da bacia do Mediterrâneo e as forças comandadas por «Asdrúbal, filho de Giscão, na desembocadura do Tejo, na Lusitânia». Este general cartaginês encontrava-se, portanto, algures na margem direita do Tejo, talvez na região da actual Lisboa, como parece inferir-se da menção à *Lusitania*, visto nenhum autor clássico, à excepção de Apiano (*Ibérica* 57), referir a presença de lusitanos na margem esquerda, em época tão recuada. Mesmo esta menção é um pouco controversa porque o que se lê no texto de Apiano é *ἐπὶ θαλάσσεια τοῦ Ταγγυ*

ποταμοῦ, frase interpretada por Leite de Vasconcelos (*Religiões* III 114 e nota 2) como referindo a outra margem do Tejo. No entanto, esta interpretação não me parece correcta; segundo um autor anterior a Apiano (Estrabão III-1-6), os lusitanos estabelecidos a Sul do Tejo foram para aí transladados pelos romanos.

Se tivermos, ainda, em atenção o facto de Políbio conhecer pessoalmente a Península Ibérica, julgo que não se poderá considerar excessivo interpretar a frase «na desembocadura do Tejo, na Lusitânia», como uma referência à margem Norte.

Resta-nos ainda analisar objectivamente o posicionamento dos dois exércitos Cartagineses. Como já antes ficou dito, não julgo que seja simples acaso o facto de o exército de Magão estar estacionado no País dos Cónios, povo que domina o território metalífero do Sul de Portugal. A posse desta região, onde se extraía o cobre, a prata, o ouro e o ferro, era fundamental para um povo em guerra com um adversário tão poderoso como Roma. O exército de Magão estaria neste território para impedir qualquer tentativa de sublevação, que seria fatal para Cartago, a qual ficaria privada dos metais estratégicos de que o Sudoeste Peninsular era rico. Por outro lado, o exército de Asdrúbal, filho de Giscão, protegeria o Sul de incursões dos aguerridos povos do Norte e, ao mesmo tempo, controlaria o acesso do estanho ao Mediterrâneo, no que seria secundado pelo outro Asdrúbal, que se encontrava na Meseta, que também era produtora daquele minério.

As principais fontes literárias clássicas dos séculos I a. C. e d. C. referentes à Península, como Estrabão, Mela e Plínio, não mencionam já Kónioi, Cynetes ou Cinetes, mas a região correspondente surge-nos designada por *Promuntorium Cuneus*.

Estrabão (III-1-4) tenta mesmo dar um significado para o termo *Cuneus* no seguinte passo: «daí o nome que designa o referido confim, que em língua latina chamam 'Cuneus', com o que querem designar *Sphén*».

Leite de Vasconcelos (*Religiões* II 9) rejeita esta explicação «filológica» e aponta a hipótese de uma mera confusão provocada pela semelhança de sons entre *Cynetes*, povo que habitava o *Cyneticum*, e *Cuneus* = cunha.

Um filólogo actual, Roland Blondin, acerca do topónimo *Conimbriga* (*Conimbriga* - XVI),

identifica o radical CON- dessa palavra com o de *Conii*, e escreve, em determinado passo: «mais les *Conii* étant alors cantonnés dans l'angle sud-ouest de la péninsule, ils désignèrent leur territoire sous le nom de *Cuneus ager* ...». Para este investigador *Cuneus* não passa de uma contaminação do primitivo nome *Cynetes*, compartilhando assim a opinião de Leite de Vasconcelos.

Leite de Vasconcelos, porém, comete em meu entender um erro, no que é seguido pela maior parte dos historiadores que se têm debruçado sobre este problema. Em determinada passagem da sua obra (*Religiões* II 9) escreve este investigador, referindo-se aos Cabos do Algarve: «... o de Santa Maria, que tem em Mela e Plínio a designação, quanto a mim, inexacta, de *Cuneus*».

A passagem de Mela que refere o actual Cabo de Santa Maria com o nome de *Cuneus* diz o seguinte (Mela III-7): «esta saliência divide-se entre promontórios...: o mais próximo do Anas chama-se *Cuneus Ager*, porque partindo de uma larga base avança a pouco e pouco, aproximando-se os seus lados; segue-se o chamado *Sacrum*, e o mais afastado tem por nome *Magnum*. No *Cuneus* situam-se *Myrtilis*, *Balsa*, *Ossonoba*; no *Sacrum*, *Lacobriga* e o *Portus Hannibalis*». São aqui mencionados no *Cuneus Ager* três cidades, sendo duas da metade Leste do Algarve e uma, Mértola, do Sudeste Alentejano.

Plínio, que segue Mela, refere os *oppida* de *Ossonoba*, *Balsa* e *Myrtilis*, mas não tenta explicar o nome de *Cuneus*.

É minha opinião que Mela, sendo natural de *Tingintera*, sabia da existência de dois cabos distintos no Algarve, conhecia os seus nomes e não confunde os dois acidentes, como geralmente se afirma, mas ao tentar justificar o nome de *Cuneus* comete um erro que já não está presente em Plínio, que também conhece directamente a Península.

Julgo não ser de tomar em conta a explicação de Mela tanto mais que o cabo que corresponde a este território não tem, na verdade, a forma de «cunha».

Voltando à afirmação de Roland Blondin — com a qual estou inteiramente de acordo — de que os Cónios designaram o seu próprio território de *Cuneus Ager*, parece-me evidente que o *Promuntorium Cuneus* não pode ser outro senão o Cabo de Santa Maria, cuja zona adjacente, designada no século I d. C. por *Ager Cuneus*, apenas compreendia já, nessa época, o território em que

se situavam as cidades ou «*oppida*» de *Ossonoba*, *Balsa* e *Myrtilis*.

Os topónimos *Lacobriga* e *Portus Hannibalis*, designativos de cidades correctamente colocadas por Mela no *Sacrum*, são de formação mais recente que os das terras do *Cuneus*, e se *Portus Hannibalis* é um topónimo que se pode datar do último período da dominação Cartaginesa — e tudo o leva a crer —, do século III, *Lacobriga*, que aparece pela primeira vez referida em relação com as Guerras Sertorianas (Plutarco, *Sertório* XIII), terá sido um nome formado no século IV ou o mais tardar no século III, período em que no seu movimento de expansão os *Celtici* atingiram o Ocidente Algarvio, expulsando daqui os Cónios (Maia 1980).

Quando, pois, Mela e Plínio limitam ao Sudeste do nosso país o *Cuneus Ager*, mais não fazem, portanto, que constatar o facto de que aos Cónios, que tinham dominado um vasto território, apenas restava esta reduzida área.

Vimos, portanto, que os *Cynetes* nos surgem localizados, no século VI a. C., numa região relativamente bem determinada. Tentámos igualmente provar a ligação com os seus vizinhos ou «irmãos» Tartéssios e referimos que no século I d. C. eles se encontram confinados a um pequeno território. Vejamos, para finalizar, quem é este povo.

Se fôssemos tomar em linha de conta tudo quanto se escreveu acerca da origem dos Tartéssios, muito haveria a dizer sobre os Cónios. Tentarei, porém, na medida do possível, referir apenas as teses mais relevantes sobre o tema.

Ao estudar a *Ora Maritima*, Martins Sarmiento (*Ora Maritima* 89 ss.), depois de dizer que os Tartéssios e Cónios são o mesmo povo, afirma que estas populações se podem identificar com os Lígures — que, segundo Tucídides (VI-2), teriam conquistado a Península até ao Rio Sicano —, opiniões que não são, porém, retomadas por Schulten.

Martins Sarmiento, seguindo os conhecimentos do seu tempo, data esta invasão do século XV, e descreve a movimentação dos Lígures, da Europa Central até à Costa Ocidental da Península, onde infletem para Sul, progredindo depois novamente para Leste pelo Algarve e Andaluzia até ao rio Sicano. Desta passagem fica-nos a ideia de um povo europeu, os lígures, que no II milénio teria emigrado para Ocidente.

Caro Baroja (*Pueblos* 80) não adianta cronologias mas afirma que o povo *pré-celta* que invadiu a Ibéria não é o Lígure mas sim o *Indo-Europeu Ilírico*.

Para Martin Almagro (*Estelas* 204 ss.) os Cónios são um povo Pré-Indo-Europeu que entre 1000-800 a. C., durante o Bronze II, terá dominado todo o Alentejo e Algarve, onde deixaria as estelas decoradas do tipo alentejano como um dos seus mais importantes padrões culturais.

Varela Gomes e Pinho Monteiro (*Estelas do Pomar* 323) recuam a cronologia destes monumentos para o II milénio, ao proporem a data de 1200 para o seu início.

Sob o ponto de vista da crítica histórica, possível de fazer através da análise dos materiais arqueológicos, não parece evidente que o povo que produziu as estelas decoradas de tipo II ou estremenho, a que Martin Almagro atribui uma cronologia de 800-600, expulso do Alentejo e até do Algarve os Cónios que, inseridos na civilização Tartéssica, estão, neste período, em pleno apogeu.

Almagro Gorbea (*Nuevas Fechas*), porém, coloca o início do uso destas estelas em época anterior e Varela Gomes e Pinho Monteiro (*Estelas do Pomar* 324) dizem mesmo, referindo-se a este fenómeno, que «uma cronologia em todo o século X parece de momento razoável admitir, muito embora existam sintomas que poderão fazer recuar a datação».

Julgo de interesse fazer notar que esta cronologia se aproxima muito das datas em que, no extremo Leste da Europa, se produzem os últimos movimentos de povos Indo-Europeus em deslocação para o Mediterrâneo, Dórios, Frígios e Ilírios.

Contra a origem Indo-Europeia do conjunto étnico Cónio-Tartéssio, poder-se-á argumentar que os Cempses teriam invadido este território e expulso ou dominado os Cónios durante o período posterior à fundação de Cadiz em que, no dizer de Schulten (*Tartessos* 74-76), os fenícios dominaram Tartessos. Mas não deixa de ser estranho o facto de a área de distribuição das estelas decoradas do tipo II corresponder *grosso modo* àquela onde têm sido recolhidas as estelas epigrafadas de tipo tartéssico. Apesar de ainda não serem conhecidos aparecimentos simultâneos na mesma necrópole, não podemos estar perante uma evolução cultural?

A data de 600 a. C., adiantada por Almagro como baliza cronológica final para este tipo de estelas, está já dentro do período da existência da escrita tartéssica. Além disso, no século VI, o Périplo Massaliota assinala os Cempses a Norte dos Cynetes. Terão já sido expulsos por estes do seu território, ou nunca o chegaram a dominar? A segunda hipótese parece-me a mais plausível. Os Cynetes terão, portanto, ainda no II milénio, ocupado uma vasta área que iria da região do Mondego, onde o topónimo *Conimbriga* é um testemunho da sua passagem ou fixação (a relação *Conimbriga-Conii* parece ser demonstrada pela inscrição de Numão – *C.I.L. II 432* – onde se lê *Coniumbric.*), até ao Sul, por hipótese à zona de Murcia, onde o povoado de Coimbra Del Barranco Ancho (Molina) poderá talvez atestar (se se não tratar de contaminação toponímica «moderna») também a presença deste povo.

A contracção territorial ter-se-á dado pouco depois, talvez contemporânea da fundação fenícia de Cadiz, que Schulten diz ser causa de um retrocesso na expansão tartéssica. A este respeito escreve aquele autor (*Tartessos* 77): «Aquele guerra entre Gades e Tartessos teve lugar, segundo Justino, pouco tempo depois da fundação de Gades, a que chama *Nova Urbs*, depois de 1100 a. C. Por outro lado, devia já Gades possuir um certo poderio porque, de contrário, não teria despertado a inveja de Tartessos (*invidentibus incrementis urbis*). Isto coincide com Estrabão (III-2-14), que diz que Tartessos foi submetida pelos Fenícios «antes de Homero», quer dizer, de 700 a. C. Teremos, pois, um retrocesso ou paralização entre a fundação de Cadiz e a queda de Tiro.

A este período corresponderá o início da orientalização do Sudoeste da Península, patente nas estelas decoradas do tipo II — onde se introduzem elementos não europeus, como a «fíbula de cotovelo», o pente e o espelho —, e no início do fabrico da cerâmica de ornatos e retícula bruñida.

Mesmo após a queda de Tiro, o Sudoeste Peninsular jamais se libertará da influência do Próximo Oriente, originando uma simbiose de culturas que produziu no Sudoeste da Ibéria uma civilização, a tartéssica e suas ramificações, que é necessário ter em conta para o estudo do Mediterrâneo Proto-Clássico, e que será o factor dominante do modo como a civilização romana, também ela uma aglutinação de culturas, penetrará no Sul do território que hoje é Portugal.

FONTES CLÁSSICAS

- APIANO, *Iberica*, in *Roman History*, Tradução e Notas de Horace White, The Loeb Classical Library, Cambridge University Press, London, 1964.
- AVIENO, *Ora Marítima*, Tradução de J. Rius y Serra, Análise e Comentários de A. Schulten, *Fontes Hispaniae Antiquae*, I, 2.ª edição, Barcelona, 1955.
- ESTRABÃO, *Geografia*, Tradução e Comentários de A. Schulten, *Fontes Hispaniae Antiquae*, VI, Barcelona, 1952.
- HERODORO DE HERACLEIA, *Fragmentos*, in *Fontes Hispaniae Antiquae*, vol. II, Barcelona, 1925.
- HOMERO, *Iliada*, Tradução, Prefácio e Notas de M. Alves Correia, Col. Clássicos Sá da Costa, Ed. Sá da Costa, Lisboa.
- HOMERO, *Odisséia*, Tradução, Prefácio e Notas pelos Padres E. Dias Palmeira e M. Alves Correia, Col. Clássicos Sá da Costa, Ed. Sá da Costa, 5.ª ed., Lisboa, 1980.
- JUSTINO, *Epitoma Historiarum Philippicarum Pompei Trogi*, Prefácio e Notas de Otto Seel, Stutgardiae in Aedibus, B. G. Teubneri, 1972.
- PLÍNIO, *Natural History*, vol. II, H. Rackam, Ed. M. A. William Heinemann Lda., London, 1961.
- PLUTARCO, *Sertorio*, in *Vidas Paralelas*, Tradução de A. Rang Ramanillos, Col. Austral, ed. Espasa-Calpe, Argentina, 2.ª ed., Buenos Aires, 1951.
- POLÍBIO, *The Histories*, Tradução e Notas de W. R. Paton, The Loeb Classical Library, Cambridge University Press, London, 1960.
- POMPÓNIO MELA, *Chorographia*, Libri tres, Recognovit Carolus Frick, Stutgardiae in Aedibus, B. G. Teubneri, 1968.
- PTOLOMEU, *Geografia*, Comentário e Notas de Carolus Müllerus, Ed. Alfredo Firmin Didot, Paris, 1883.

BIBLIOGRAFIA

- ALMAGRO, MARTIN, 1966, *Las Estelas Decoradas del Suroeste Peninsular*, Biblioteca Prehistorica Hispana, vol. VIII, Madrid.
- ALMAGRO GORBEA, MARTIN, 1973, «Nuevas Fechas para la História y Arqueología Peninsular», *Trabajos de Prehistoria*, (Nueva Serie), vol. 30, Madrid.
- BLÁZQUEZ, JOSÉ MARIA, 1975, *Tartessos y los Orígenes de la Colonización Fenicia en Occidente*, Salamanca.
- BLONDIN, ROLAND, 1977, «Le Toponime Conimbriga», *Conimbriga*, XVI, Coimbra, pp. 1-14.
- BOSCH GIMPERA, 1973, *Prehistoria de Europa*, Col. Colégio Universitario, Ed. Istmo, Madrid.
- CARO BAROJA, JULIO, 1975, *Los Pueblos de España*, Col. Fundamentos, Ed. Istmo, Madrid.
- GARCIA Y BELLIDO, 1968, *España y los Españoles hace dos mil años*, Col. Austral, Ed. Espasa-Calpe, 4.ª ed., Madrid.
- GARCIA Y BELLIDO, 1947, *La España del siglo I de Nuestra Era*, Col. Austral, Ed. Espasa-Calpe, Argentina, Buenos Aires.
- LEITE DE VASCONCELOS, JOSÉ, 1905-1913, *Religiões da Lusitânia*, vol. II-III, Lisboa.
- MAIA, MANUEL 1985, «Celtici e Turduli nas Fontes Clássicas», *Actas do III Colóquio sobre Línguas e Culturas Paleohispánicas*, Salamanca, pp. 165-177.
- MOLINA GARCIA, J.; MOLINA GUNDE, M. DE LA C.; NORDSTROM, S., 1976, «Coimbra del Barranco Ancho (Jumilla-Murcia)», *Trabajos varios*, n.º 52, Valencia.
- MARTINS SARMENTO, 1896, *Ora Marítima – Estudo d'este Poema na parte respectiva às Costas Occidentaes da Europa*, 2.ª ed., Porto.
- MÜLLENHOFF, 1890, *Deutsch Altertumskunde*, I, Berlim.
- SCHULTEN, ed. 1972, *Tartessos*, Col. Austral, Ed. Espasa-Calpe, Madrid.
- VARELA GOMES, MÁRIO; MONTEIRO, PINHO, 1977, «Las estelas decoradas do Pomar (Beja-Portugal) – estudio comparado», *Trabajos de Prehistoria*, vol. 34, Madrid, pp. 165-214.

SALETE DA PONTE

UMA COLECÇÃO DE FÍBULAS HÚNGARAS

ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA
Sér. X - Vol. I/II (1) - 1984/88

UMA COLECÇÃO DE FÍBULAS HÚNGARAS

SALETE DA PONTE

Publicamos 22 fíbulas que pertenceram à colecção particular do rei D. Luís ⁽¹⁾.

As fichas de inventário do M. N. A. E. não fazem qualquer referência ao local do achado, nem tão pouco aludem à forma como D. Luís obteve estas peças ⁽²⁾.

A colecção enquadra-se em dois períodos cronológicos bem distintos: um (n.ºs 1-13) coloca-se entre os finais da Idade do Bronze e a 1.ª Idade do Ferro; outro (n.ºs 14-22) entre os finais do século I a. C. - v d. C.

O n.º 1 corresponde ao tipo de fíbulas de «arco simples e em espiral» ⁽³⁾; é também designado por fíbula de «arco não serpentiforme» ⁽⁴⁾.

Esta forma caracteriza-se, essencialmente, por apresentar um arco ora elevado ora abatido e de secção semicircular; a mola é sempre unilateral e consta de uma ou duas voltas; o descanso é, por sua vez, curto e estreito. O pé, nas formas mais recentes, converge para o ponto intermédio do descanso, que assume a forma de estribo.

Este tipo aparece com abundância na Itália e Europa Central no Bronze Final III (950-750 a. C.) ⁽⁵⁾. Para o nosso exemplar conhecemos alguns paralelos achados nas palafitas de Grésine (França) e de Chiusi (Itália), que os autores datam do Bronze Final ⁽⁶⁾.

O n.º 2 corresponde ao grupo de fíbulas de «arco pouco engrossado», que apresenta, nomeadamente, um arco elevado e de secção semicir-

cular; a sua decoração consta quase sempre de incisões transversais; a mola é unilateral e apresenta uma ou duas voltas bastante dilatadas; o descanso, em forma de estribo, é curto e simétrico.

Esta forma é frequente na Itália Central e Meridional, nomeadamente em Roma e Cumas ⁽⁷⁾ nos séculos IX - VIII a. C.; em França, encontra-se nos depósitos de Mulhouse e Argenton-sur-Creuse no século VIII a. C., ou seja, no limiar da Idade do Bronze-inícios da 1.ª Idade do Ferro ⁽⁸⁾.

Os n.ºs 4-9 pertencem ao grupo de fíbulas de «arco pouco engrossado com descanso em disco» ⁽⁹⁾.

Esta forma difere do n.º anterior no arco e no descanso; o arco é bastante mais delgado e de secção semicircular; o descanso apresenta a forma de um disco plano que se une ao arco por um anel duplo; a mola é unilateral e consta de duas voltas.

Os protótipos desta forma encontram-se com frequência na Itália, desde Bolonha a Cumas, entre o século IX-inícios do VIII a. C. ⁽¹⁰⁾.

Os n.ºs 4-9 pertencem ao grupo de fíbulas de «arco engrossado» ⁽¹¹⁾ ou de «arco em sanguessuga» ⁽¹²⁾. Os n.ºs 4-5 apresentam um arco elevado, largamente aberto e de secção semicircular; a sua decoração é exuberante e ocupa quase todo o arco; a mola é unilateral e possui

(1) Esta colecção que pertenceu ao rei D. Luís, transitou, em primeiro lugar para os Serviços Geológicos de Portugal, e depois, entre 1940 e 1945, estes serviços ofereceram-na ao Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia (M. N. A. E.), onde ela se encontra actualmente. Agradecemos ao Sr. Dr. Georges Zbyszewski a informação dada sobre este assunto.

(2) Estas peças foram desenhadas em tamanho natural e depois reduzidas a metade.

(3) Cf. ALAIN DUVAL, CHRISTIANE ELUÈRE et JEAN-PIERRE MOHEN, *Les fibules antérieures au VI^e siècle avant ère, trouvées en France*, «Gallia», 32, 1974, pp. 1-61 (=DUVAL, *Fibules antérieures au VI^e siècle*), p. 9.

(4) Cf. OSCAR MONTELIUS, *La Civilisation primitive en Italie*, Estocolmo, 1895 (=MONTELIUS), p. I.

(5) Cf. DUVAL, *Fibules antérieures au VI^e siècle*, p. 9.

(6) Id., *ibidem*, p. 9, fig. 4, n.º 4; cf. MONTELIUS, p. IV, Est. VI, n.º 49.

(7) Cf. J. SUNDWALL, *Die älteren italischen fibeln*, Berlim, 1943 (=SUNDWALL, *Italischen fibeln*), pp. 109-110, fig. 101-102.

(8) Cf. DUVAL, *Fibules antérieures au VI^e siècle*, pp. 13 e 42, fig. 6, n.º 1.

(9) Id., *ibidem*, p. 13.

(10) Cf. SUNDWALL, *Italischen fibeln*, figs. 139-140.

(11) Cf. DUVAL, *Fibules antérieures au VI^e siècle*, p. 15.

(12) Cf. MONTELIUS, p. II.

uma ou duas voltas; o descanso, em forma de goteira, é alongado.

Os n.ºs 6-7 diferem dos n.ºs anteriores no arco e no descanso; o arco é bastante espesso, fechado e cavado; possui, na sua parte inferior e a meio da curvatura, um pequeno orifício circular; o descanso, em forma de estribo, é muito curto.

A primeira modalidade ocorre com frequência na Itália do Sul, nomeadamente em Cumas, nos finais do século VIII - VII a. C. ⁽¹³⁾; a segunda encontra-se na Itália Central e, particularmente, em Vetulonia e Roma, no séc. VII a. C. ⁽¹⁴⁾.

Os n.ºs 8-9 pertencem à categoria de fíbula de «arco losangonal com apêndices laterais» ⁽¹⁵⁾; a mola é unilateral de duas ou três voltas; o descanso é medianamente longo. Os apêndices laterais são geralmente botões decorados com molduras anelares (n.º 8) ou com decoração em gomos (n.º 9).

Este grupo ocorre, por sua vez, na Itália e Europa Central nos finais do século VII-inícios do VI a. C. ⁽¹⁶⁾. Porém, os exemplares da Europa Central, contrariamente aos da Itália, não são em regra decorados ⁽¹⁷⁾. O nosso n.º 8, ao apresentar uma decoração exuberante, aproxima-se dos modelos italianos.

As fíbula de «arco engrossado» são feitas por moldagem-arco, martelagem-mola e descanso.

É curioso notar que estas peças apresentam com frequência fracturas ou reparações antigas nas extremidades do arco, devido à fragilidade do metal que une aquele à mola e ao descanso. Estas reparações são habitualmente efectuadas ou por rebitagem ou por encaixe. Os nossos exemplares (n.ºs 4-9) apresentam apenas fracturas.

O n.º 10 pertence ao grupo de fíbula de «arco em cotovelo com mola» ⁽¹⁸⁾ ou de «arco

serpenteante» ⁽¹⁹⁾. Apresenta um arco côncavo com os seus extremos a formarem, lateralmente, voltas que, por sua vez, geram o pé e o fusilhão; este descreve uma curva bastante acentuada; o descanso é alongado.

Esta forma é de origem italiana, se bem que aparente semelhanças com o tipo «Cassible» ou «ad occhio» ⁽²⁰⁾.

A fíbula de «arco serpenteante» surge na Itália no século XI - X a. C., conforme o atesta um modelo achado na Hungria ⁽²¹⁾. Os modelos mais antigos, que se caracterizam por um descanso curto, proliferam na Itália e em toda a bacia mediterrânea oriental (Meggido, Kourion) nos finais do século X - IX a. C. ⁽²²⁾; os modelos mais recentes, que apresentam um descanso mais evoluído ⁽²³⁾, situam-se entre os séculos X - VII a. C. ⁽²⁴⁾. O nosso exemplar situa-se na primeira modalidade. A presença desta forma na França (Grésine, Vénat e Nôtre-Dame-d'Or, Amiens) verifica-se entre a 2.ª metade do século IX - VIII a. C. ⁽²⁵⁾.

O n.º 11 enquadra-se na classe F de Guzzo ⁽²⁶⁾ que apresenta um arco serpentiforme e mola unilateral de duas voltas. Esta forma apresenta algumas semelhanças com as fíbula ditas de «arco serpentiforme» ⁽²⁷⁾; porém, o nosso exemplar acusa já duas diferenças fundamentais de estrutura: uma, no fusilhão e outra, no descanso. Na primeira, o fusilhão torna-se recto e não curvo; na segunda, o descanso lateraliza-se e termina ou num botão ou num pequeno apêndice caudal. Acresce ainda que o fusilhão, nesta modalidade, provém directamente da mola unilateral e não do arco.

Nos modelos mais antigos possuem um descanso alto e quadrangular; nos mais recentes, o pé torna-se longo e, ao lateralizar-se, forma um descanso menos alto; aquele, por sua vez,

⁽¹³⁾ Cf. DUVAL, *Fibules antérieures au VI^e siècle*, p. 26.

⁽¹⁴⁾ Id., *ibidem*, p. 17; cf. MONTELIUS, pp. I-II, VI.

⁽¹⁵⁾ Cf. DUVAL, *Fibules antérieures au VI^e siècle*, pp. 26-30.

⁽¹⁶⁾ Id., *ibidem*, p. 30.

⁽¹⁷⁾ Id., *ibidem*, p. 28; cf. MONTELIUS, Est. IX, 103, 105-106.

⁽¹⁸⁾ Cf. DUVAL, *Fibules antérieures au VI^e siècle*, p. 31.

⁽¹⁹⁾ Cf. MONTELIUS, p. I.

⁽²⁰⁾ Cf. DUVAL, *Fibules antérieures au VI^e siècle*, p. 33; cf. EMETERIO CUADRADO, *Precedentes y protótipos de la fibula anular hispanica* (= CUADRADO, *Precedentes*), p. 9.

⁽²¹⁾ Cf. CUADRADO, *Precedentes*, p. 25, fig. 3, l.

⁽²²⁾ Cf. SUNDWALL, *Italischen fibeln*, pp. 44-45, figs. 192 a 194.

⁽²³⁾ Cf. MONTELIUS, pp. III-IV, Est. XVII, 235-237.

⁽²⁴⁾ Cf. SUNDWALL, *Italischen fibeln*, p. 44.

⁽²⁵⁾ Cf. DUVAL, *Fibules antérieures au VI^e siècle*, p. 33, fig. 19, 1-2, 4-6.

⁽²⁶⁾ Cf. PIERO G. GUZZO, *Le fibule in Etruria dal VI al I secolo*, Firenze, 1972 (=GUZZO, *Fibule in Etruria*), p. 122.

⁽²⁷⁾ Cf. DUVAL, *Fibules antérieures au VI^e siècle*, pp. 37-38, fig. 22, n.ºs 9-10; cf. MONTELIUS, Est. IX, 112-113; cf. SUNDWALL, *Italischen fibeln*, fig. 378.

termina num pequeno apêndice caudal⁽²⁸⁾. Esta modalidade é frequente no Piceno e Sul da Itália nos finais do século VII - VI a. C.⁽²⁹⁾. O nosso exemplar, porém, não deverá ser anterior à 1.^a metade do século VI a. C.

O n.º 12 enquadra-se no grupo de fíbulas halstáticas de pé alto⁽³⁰⁾. Caracteriza-o, nomeadamente, o pé alto ou apêndice caudal e a mola unilateral; aquele termina muitas vezes num botão e raramente numa crista ou mão estilizada⁽³¹⁾; a mola unilateral consiste, pelo menos, em duas voltas.

Esta forma surge na Europa Central e nomeadamente na Itália nos fins do século VII a. C. ou inícios do século VI a. C.⁽³²⁾. O nosso exemplar não deverá situar-se antes da 1.^a metade do século VI a. C.

O n.º 13 pertence certamente a uma fíbula halstática, dado apresentar uma mola bilateral de 16 voltas e uma corda interior ao arco. Este tipo de mola aparece na Europa Central em certos modelos halstáticos do século VII a. C.⁽³³⁾.

O n.º 14 enquadra-se no grupo de fíbulas de aletas⁽³⁴⁾ que corresponde ao tipo 238 de Almgren-«Flügel-fibel»⁽³⁵⁾. Caracteriza-se por um arco maciço e largo; uma mola bilateral de 6 ou 8 voltas, um disco volumoso entre o arco e o pé e duas aletas curtas ou em arco de círculo. A corda interior ou exterior ao arco é travada por um gancho do arco; a mola, por sua vez, é protegida por uma placa rectangular ou trian-

gular. O descanso é longo e frequentemente recortado.

Esta modalidade é muito frequente nas margens do Reno entre a 2.^a metade do século I d. C. e a 1.^a metade do século II d. C.⁽³⁶⁾. Para o nosso exemplar conhecemos dois paralelos aproximados de Mähren⁽³⁷⁾ e de Straubing-Sorviodurum⁽³⁸⁾; estes datam dos fins do século I-inícios do século II d. C.

O n.º 15 corresponde ao tipo 19 de Almgren-«Knickfibel»⁽³⁹⁾. Apresenta um arco abatido que, por intermédio de um disco, forma um cotovelo e se prolonga no pé; os restantes elementos — mola, corda e descanso — são de estrutura e funcionamento idênticos aos do nosso n.º 14.

Esta forma é datada dos fins do século I a. C.-1.^a metade do século I d. C.⁽⁴⁰⁾. Conhecemos para o nosso exemplar alguns paralelos aproximados de Aislingen⁽⁴¹⁾, Cambodunum⁽⁴²⁾ e de Rheingönheim⁽⁴³⁾, datáveis do século I d. C.

O n.º 16 pertence ao tipo 239 de Almgren-«Kragenfibel»⁽⁴⁴⁾, que apresenta um arco triangular e uma placa semicircular a separá-lo do pé longo, estreito e curvo; a mola bilateral e o descanso são de estrutura idêntica à dos n.ºs 14-15.

Este tipo agrupa diversas modalidades que resultam, essencialmente, da interpretação do fabricante perante modelos importados do vale do Reno.

Esta forma ocorre com frequência no vale do Reno, na 1.^a metade do século I d. C.⁽⁴⁵⁾.

(28) Cf. GUZZO, *Fibule in Etruria*, pp. 122-123, Est. XIV, tipos I-III.

(29) Id., *ibidem*, pp. 122-123, carta n.º 7.

(30) Cf. MONTELIUS, Est. X, 120; cf. CUADRADO, *Precedentes*, fig. 9, f-h.

(31) Cf. GUZZO, *Fibule in Etruria*, Est. III, classe B, tipos I-II e Est. XV, classe H, tipo I.

(32) Cf. GÜNTER MANSFELD, *Die fibeln der Heunburg 1950-1966*, Berlim, 1973 (=MANSFELD, *Heunburg*), p. 90; cf. GUZZO, *Fibule in Etruria*, p. 122; cf. MONTELIUS, p. VI.

(33) Cf. QUADRADO, *Precedentes*, fig. 9; cf. MONTELIUS, p. VI.

(34) Cf. MICHEL FEUGÈRE, *Les fibules gallo-romaines du Musée Denon à Chalon-sur-Saône*, (*Memoirs de la Société d'Histoire et d'Archéologie de Chalon-sur-Saône*), vol. XLVIII, 1977, pp. 77-158 (=FEUGÈRE, *Musée Denon*), p. 109.

(35) Cf. OSCAR ALMGREN, *Studien über Nordeuropäische fibelformen*, Bona, 1973 (=ALMGREN), p. 108, Est. XI, 238.

(36) Id., *ibidem*, pp. 108-109; cf. IVAN PESKAR, *Fibeln aus der örmischen Kaiserzeit in Mähren*, Praga, 1972 (=PESKAR, *Mähren*), pp. 74-75; cf. ELISABETH ETTLINGER, *Die Römischen fibeln in der Schweiz*, Berna, 1973 (=ETTLINGER, *Fibeln in der Schweiz*), p. 59.

(37) Cf. PESKAR, *Mähren*, p. 63, Est. 5,1.

(38) Cf. NORBERT WALKE, *Das Römische Donaukastell Straubing-Sorviodurum*, Berlim, 1965 (=WALKE, *Straubing-Sorviodurum*), p. 147, Est. 93, 10.

(39) Cf. ALMGREN, p. 107, Est. I, fig. 19.

(40) Cf. ETTLINGER, *Fibeln in der Schweiz*, p. 70, Est. 6, 7-13.

(41) Cf. GÜNTER ULBERT, *Die römischen Donau-Kastelle Aislingen und Burghöfe*, Berlim, 1959 (=ULBERT, *Aislingen und Burghöfe*), pp. 64 e 93, Est. 14, n.º 11.

(42) Cf. WERNER KRÄMER, *Cambodunumforschungen 1953-I*, 1957 (=KRÄMER, *Cambodunumforschungen*), p. 63, Est. 13, n.º 10.

(43) Cf. GÜNTER ULBERT, *Das frühromische Kastell Rheingönheim*, Berlim, 1969 (=ULBERT, *Rheingönheim*), pp. 36-37, Est. 21, n.ºs 1-11.

(44) Cf. ETTLINGER, *Fibeln in der Schweiz*, p. 71, Est. 6, 16; cf. ALMGREN, p. 108, Est. XI, 239.

(45) Cf. ETTLINGER, *Fibeln in der Schweiz*, pp. 29, 71-72; cf. KRÄMER, *Cambodunumforschungen*, p. 63, Est. 13, n.ºs 19-20; cf. ULBERT, *Rheingönheim*, p. 35, Est. 19, n.º 12.

O n.º 17 corresponde ao tipo 21 de Ettlenger⁽⁴⁶⁾, ou seja, ao grupo de fíbulas de arco não interrompido e mola bilateral protegida⁽⁴⁷⁾.

Esta modalidade apresenta uma estrutura similar à dos n.ºs 14-16, com excepção para a placa tubular que protege completamente a mola bilateral. Encontrámo-la com frequência na Alemanha⁽⁴⁸⁾, Inglaterra⁽⁴⁹⁾ e França⁽⁵⁰⁾ entre 10 a 65 d. C.⁽⁵¹⁾.

O n.º 18 corresponde ao tipo 35 de Ettlenger⁽⁵²⁾, ou seja, ao vasto grupo de fíbulas de charneira⁽⁵³⁾.

Esta modalidade difere do tipo clássico de Aucissa por apresentar diferenças na técnica de ornamentação e de composição do arco; naquela, a decoração é tratada de várias maneiras: a buril, à ponta, ou então, aplicando incrustações de nielo ou utilizando a técnica de esmaltagem; o arco, por sua vez, é dividido em duas ou três partes equivalentes por molduras ou caixilhos de diverso recorte; o pé e o descanso tornam-se mais desenvolvidos e assumem um perfil oblíquo; aquele, tanto termina num botão circular como num pequeno travessão ou numa série de molduras transversais.

Esta forma ocorre em diversos acampamentos romanos — Vindonissa, Camulodunum, Rheingönheim, Aislingen e Burghöfe nos finais do século I d. C. ou nos inícios do século II d. C.⁽⁵⁴⁾.

Os modelos que utilizam quer a técnica de incrustação do nielo, quer a de esmaltagem, situam-se, como o exemplar que ilustramos, no

século II d. C., ou, quando muito, nos começos do III d. C.⁽⁵⁵⁾.

Os n.ºs 19-22 enquadram-se no vasto grupo de fíbulas vulgarmente designadas de tipo «Cru-ciforme»⁽⁵⁶⁾ — a cabeça do arco transforma-se numa barra perpendicular cilíndrica e oca; o fusilhão e os botões que a decoram são fixados por um eixo que a atravessa; o pé é estreito e o descanso tubular.

Esta modalidade resulta da evolução de um outro grupo de fíbulas, vulgarmente designadas por «Armbrustfibeln» no século II-III d. C.⁽⁵⁷⁾.

Estas fíbulas aparecem quase exclusivamente nos acampamentos romanos. É por essa razão que alguns autores a consideram uma das peças obrigatórias do equipamento militar⁽⁵⁸⁾.

Os modelos mais antigos datam da 1.ª metade do século III d. C. e caracterizam-se por uma decoração sóbria e um pé bastante curto. Está neste caso o nosso n.º 19, que corresponde ao tipo 56 de Ettlenger-«Armbrustscharnierfibel»⁽⁵⁹⁾, datado pela autora da 1.ª metade do séc. III d. C.; os modelos mais evoluídos apresentam um pé mais longo e biselado; a barra perpendicular torna-se rendilhada e sublinhada por olhais simples ou duplos; o arco é decorado parcial ou totalmente. Estão neste caso os n.ºs 20-22, que correspondem ao tipo 57 de Ettlenger-«Zwiebelknopffibel», datado pela autora do século IV ao V d. C.⁽⁶⁰⁾.

Estas fíbulas ocorrem em todo o mundo romano, nomeadamente nos Países-Baixos⁽⁶¹⁾, na Alemanha⁽⁶²⁾, Panónia⁽⁶³⁾ e África do Norte⁽⁶⁴⁾.

(46) Cf. ETTLINGER, *Fibeln in der Schweiz*, p. 74.

(47) Cf. L. LERAT, *Catalogue des Collections archéologiques de Besançon II. Les fibules gallo-romaines* (Annales Littéraires de l'Université de Besançon, Archéologie, 3), Paris, 1956 (=LERAT, *Les fibules gallo-romaines de Besançon*), p. 13; cf. FEUGÈRE, *Musée Denon*, pp. 111-112.

(48) Cf. ETTLINGER, *Fibeln in der Schweiz*, pp. 74-75; cf. ULBERT, *Aislingen und Burghöfe*, p. 66, Est. 16, n.º 1-2 — o autor data-o da 1.ª metade do século I d. C.

(49) Cf. HAWKES-HULL, *Camulodunum. First Report on the excavation at Colchester 1930-39*, Oxford, 1947 (=HAWKES-HULL, *Camulodunum*), pp. 310-311, Est. XCI, 36-46.

(50) Cf. LERAT, *Les fibules gallo-romaines de Besançon*, pp. 14-17, Est. V, 93, 96, 103, 116-119, 122, 124-127; cf. FEUGÈRE, *Musée Denon*, pp. 89-90, Est. 5, n.ºs 33-34 e Est. 6, n.ºs 35-38.

(51) Cf. ETTLINGER, *Fibeln in der Schweiz*, pp. 29 e 75.

(52) Id., *ibidem*, pp. 29 e 30.

(53) Cf. LERAT, *Les fibules gallo-romaines de Besançon*, p. 19.

(54) Cf. ETTLINGER, *Fibeln in der Schweiz*, p. 103; cf. HAWKES-HULL, *Camulodunum*, p. 323, Est. XCVIII, n.º 161; cf. ULBERT, *Rheingönheim*, pp. 38-39, Est. 25, n.º 16; cf. ULBERT, *Aislingen und Burghöfe*, pp. 68, 93, Est. 15, n.ºs 12-18 e Est. 50, n.ºs 12-14.

(55) Cf. LERAT, *Les fibules gallo-romaines de Besançon*, p. 34.

(56) Id., *ibidem*, pp. 41-42.

(57) Cf. ETTLINGER, *Fibeln in der Schweiz*, p. 136; cf. PESKAR, *Mähren*, pp. 125-127; cf. FEUGÈRE, *Musée Denon*, p. 126.

(58) Cf. FEUGÈRE, *Musée Denon*, p. 126.

(59) Cf. ETTLINGER, *Fibeln in der Schweiz*, p. 138.

(60) Id., *ibidem*, pp. 139-141; cf. PESKAR, *Mähren*, p. 139.

(61) Cf. FEUGÈRE, *Musée Denon*, p. 126.

(62) Cf. ETTLINGER, *Fibeln in der Schweiz*, pp. 139-140.

(63) Cf. FEUGÈRE, *Musée Denon*, p. 126.

(64) Cf. J. BOUBE, *Fibules et garnitures de ceinture d'époque romaine tardive*, «Bulletin d'Archéologie», vol. IV, 1960, pp. 319-379.

Na ausência de dados mais concretos sobre em que condições se deu a descoberta de cada uma das peças que aqui publicamos, resolvemos

estudá-las de acordo com as tabelas tipológicas mais citadas.

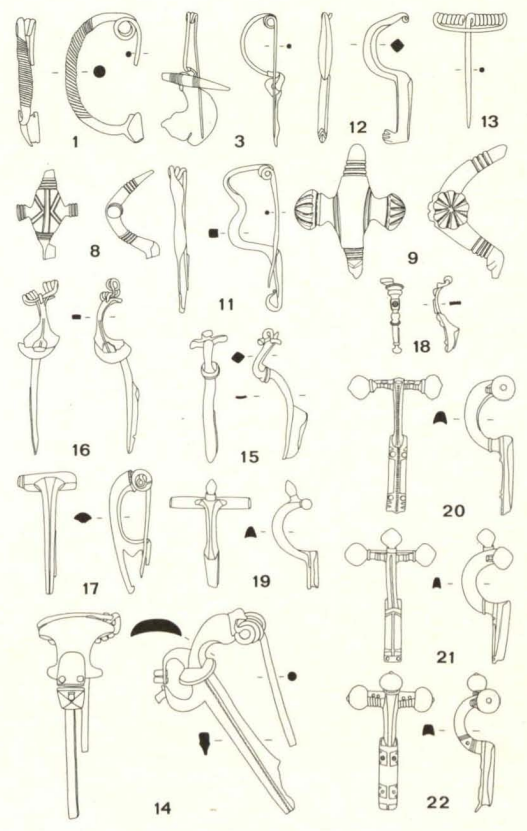
CATÁLOGO

1. Fíbula tipo «Arco simples em espiral». Inv. n.º 20 957. O arco é abatido e de secção semicircular; é decorado a meio por molduras oblíquas que descrevem uma espiral; a mola é unilateral e de duas voltas; o descanso é curto e de feição semicircular.
2. Fíbula tipo «Arco pouco engrossado». Inv. n.º 20 998. O arco bastante largo, cavado, semicircular é profusamente decorado com várias séries de traços transversais que alternam com molduras de diversos tamanhos; a mola é unilateral e consta de uma grande volta; o descanso alto e largo é de feição triangular.
3. Fíbula tipo «Arco pouco engrossado com descanso em disco». Inv. n.º 20 956. O arco é delgado e de secção quadrangular; une-se ao disco por um duplo anel que funciona de descanso. Este é de forma tubular e decorado com incisões paralelas; a mola é unilateral e consta de duas voltas.
4. Fíbula tipo «Arco engrossado». Inv. n.º 20 998. O arco bastante largo, cavado, é de secção semicircular; é decorado com traços incisivos longitudinais, transversais e oblíquos; a mola é unilateral e consta de duas voltas; o descanso é longo e de feição tubular.
5. Id. Inv. n.º 20 047. O arco é mais largo que o anterior; um dos seus extremos ao adelgaçar-se forma exageradamente um gancho longo, que, por sua vez, criava a mola unilateral; desta, apenas resta o arranque de uma volta; o descanso é idêntico ao anterior.
6. Id. Inv. n.º 20 832. O arco elevado e mente, por faixas lisas ou decoradas com feição semicircular; é dividido, alternadamente, por faixas lisas ou decoradas com sulcos transversais e oblíquos; a mola é unilateral e consta de duas voltas; o descanso é curto.
7. Id. Inv. n.º 20 946. O arco elevado e exageradamente bojudo, torna-se fechado e cavado; tem na sua face inferior e convexa um pequeno orifício central. A sua ornamentação consta de faixas alternadamente preenchidas por frisos e galões exuberantes; a mola é unilateral e consta de duas voltas; o descanso é curto.
8. Fíbula tipo «Arco losangonal com apêndices laterais». Sem n.º Inv. O arco em forma de losango é de secção semicircular; possui, lateralmente, dois apêndices que ao acompanharem a espessura do arco formam um botão com molduras anelares; o arco é sublinhado com finas ranhuras transversais e longitudinais; o descanso está partido.
9. Id. Inv. n.º 20 944. O arco é losangonal e de secção semicircular; os apêndices laterais do arco são botões cónicos com decoração em gomos; os extremos do arco são ornados com sulcos transversais. O pé está partido.
10. Fíbula tipo «Arco em cotovelo com mola». Inv. n.º 20 953. O arco é côncavo e de secção octogonal; ambas as extremidades do arco ao dobrarem-se formam, cada uma delas, uma volta lateral que originam, por sua vez, o pé e o fusilhão; este, descreve uma curva bastante acentuada; aquele é côncavo e forma um descanso longo.
11. Fíbula de «Arco serpentiforme». Inv. n.º 20 955. O arco é de secção semicircular; a mola é unilateral e consta de duas voltas; o pé é longo e termina num pequeno apêndice caudal que, dobrado sobre si mesmo, desenha a cabeça estilizada de um ofídio. O descanso é longo e de feição triangular.

12. Fíbula de «Arco simples e mola unilateral». Inv. n.º 20 961. O arco é semicircular e de secção losangonal; o pé é longo e termina num apêndice caudal que sugere a forma de uma mão estilizada; o descanso é longo e de feição quadrangular.
13. Fragmento de fíbula que conserva o fúsilhão e a mola bilateral de 16 voltas. Inv. n.º 20 959.
14. Fíbula tipo Almgren 238. Inv. n.º 20 985. O arco, em forma de harpa, é de secção semicircular; a meio da cabeça, o arco bifurca-se em duas pontas: uma, origina a mola e a corda exterior ao arco; a outra forma uma placa triangular que cobre parcialmente a corda. A mola é bilateral e de 8 voltas; o pé separa-se do arco por um disco; entre eles, articulam-se, superiormente, duas placas em arco de círculo ou duas aletas afrontadas com três botões a decorá-las. O pé e o descanso são rectos e longos; este último era recortado, mas encontra-se bastante partido.
15. Fíbula tipo Almgren 19. Inv. n.º 20 969. O arco é de secção losangonal; a cabeça do arco é constituída por um gancho central e dois apêndices ou orelhas laterais: o pé é longo e acentuadamente côncavo; o descanso é de feição triangular.
16. Fíbula tipo Almgren 239. Inv. n.º 20 960. O arco largo e recortado é de secção semicircular; a cabeça do arco é constituída por um gancho e duas orelhas laterais que cobrem inferiormente parte da mola bilateral. Esta é de corda exterior ao arco e consta de oito voltas. A corda é fixada pelo gancho central. O arco e o pé estão separados por uma placa semicircular, o pé é longo e estreito; superiormente descreve um perfil côncavo, para depois se tornar recto; o descanso tem lateralmente seis pequenos orifícios e é de feição triangular.
17. Fíbula tipo Ettliger 21. Inv. n.º 20 958. O arco é ligeiramente alteado no ombral e ao prolongar-se a direito forma o pé; a cabeça do arco consta de uma caixa tubular que envolve a mola bilateral; esta é de corda exterior ao arco e consta de seis voltas. O descanso é largo, de feição triangular e univariado.
18. Fíbula tipo Ettliger 35. Inv. n.º 20 975. O arco alongado e de secção semicircular é decorado com molduras transversais; o mesmo motivo se repete no pé; a meio do arco destaca-se uma pequena placa rectangular decorada com um círculo circunscrito e inciso. O pé termina num pequeno travessão. O descanso é largo e de feição triangular.
19. Fíbula tipo «Cruciforme». Inv. n.º 20 981. O arco e a secção são semicirculares; a cabeça do arco termina num botão cónico e a forma uma barra perpendicular cilíndrica. O pé é curto e espatulado; o descanso tem a forma tubular.
20. Id. Inv. n.º 20 980. O arco é semicircular e decorado longitudinalmente por uma estreita faixa de óvulos; a barra perpendicular é recortada e decorada com dois olhais; os seus extremos terminam em botões cônicos. O pé é espatulado e decorado com círculos e óvulos.
21. Id. Inv. n.º 20 982. É idêntico ao anterior, à excepção da decoração que é mais sóbria e possui a meio da barra perpendicular mais um botão cónico.
22. Id. Inv. n.º 20 983. A barra perpendicular do arco e o pé possuem uma decoração mais exuberante que os n.ºs 20-21. A placa é rendilhada e possui dois orifícios decorativos de ambos os lados. O pé em bisel é decorado por quatro cartelas com pequenos círculos circunscritos e incisos.



Estampa I Escala 1:2



Estampa II Escala 1:2

E. CUADRADO

UN VASO CALADO IBERICO CON ESCENA GUERRERA

ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA
Sér. X - Vol. I/II (1) - 1984/88

UN VASO CALADO IBERICO CON ESCENA GUERRERA

E. CUADRADO

En la capa superficial, removida por las labores agrícolas, de la necrópolis de El Cigarralejo (Mula, Prov. de Murcia), y entre la abundancia de restos cerámicos procedentes de tumbas superficiales destruidas, recogimos unos fragmentos destrozados de un vaso que componían un trozo de escena guerrera, que parece interesante dar a conocer.

El vaso original era cilíndrico, con un diámetro de 20,10 cm. y altura desconocida. La estructura del vaso, de grosor superior al normal para este diámetro (1 cm.), presenta un barro superficialmente rojizo, que va haciéndose gris hacia el centro de sus paredes. Sobre este barro se ha dado un engobe blanco, bastante desaparecido. El borde inferior del total del fragmento conservado constituye un paralelo horizontal por tanto del vaso, en el que se advierten zonas de rotura y de cortes realizados con el barro fresco antes de la cocción. Las zonas de rotura denuncian que la parte inferior desaparecida de la pieza estaba calada, dejando elementos de unión que parecen formar triángulos, aunque no podría asegurarse que no fueran más bien verticales.

El borde superior de lo encontrado estaba recortado en dientes de sierra y vuelto hacia fuera. Los restos de este borde no nos dan más datos observables. La decoración (figs. 1 y 2) está limitada por dos fajas paralelas de color marrón rojizo (como el resto de la decoración) bajo el borde dentado superior, y otras dos (la inferior más ancha) sobre el borde superior de los calados.

Esta zona así limitada se divide en metopas por series verticales de líneas onduladas que encierran un guerrero cada una, en actitud de marcha, formando un conjunto de tropas atacantes. La parte conservada contiene parte de dos metopas que permiten conocer la representación completa de los soldados ibéricos del vaso. Estos están realizados con la técnica de silueta maciza, aunque el pincel un tanto tosco empleado

y la densidad algo pastosa de la pintura, nos dejó señales de la dirección que llevaba el pincel y de algunos detalles de la vestimenta.

La cabeza del guerrero de la derecha, que monta sobre la faja inferior de la parte alta del vaso, carece de casco y su cara tiene una nariz muy gruesa, labios y mentón de perfil, como toda ellas, mientras que el pecho se presenta de frente. A partir de la cintura, el cuerpo y piernas recobran la posición de marcha, con las rodillas dobladas y adelantada la pierna izquierda, llevando el desfile dirección izquierda-derecha. El centro del pecho queda sin pintar, lo que parece querer indicar un jubón corto, como vemos en otras pinturas ibéricas, sujeto en la cintura con un cinturón ancho representado con pinceladas verticales.

Con la mano izquierda, empuña el guerrero un escudo que es grueso en el centro, representado de perfil, con extremos planos. Pudiera tratarse de la «caetra», ó el «scutum», pues no puede decidirse si es redondo o alargado. En ambos casos, no se abraza sino que se empuña como ocurre en estas defensas indígenas, con abundantísimas representaciones en los ajueres metálicos de las tumbas de la necrópolis.

Con la mano derecha empuña un arma, que por su forma triangular nos inclinamos a creer se trata de un puñal o espada de antenas atrofiadas, igual a los dos encontrados en la necrópolis, arma no corriente en sus tumbas, donde predomina casi en exclusiva la falcata, arma peculiar de los iberos del S. E.

El calado del vaso indica que no estaba concebido para contener líquidos. En nuestra necrópolis no son abundantes los vasos calados, pero se encuentran algunos que posiblemente tenían el mismo destino que el que estudiamos. Este tratamiento se usó preferentemente en los pies de copa, como adorno. La parte preparada de las mismas para contener el líquido, naturalmente no tenía calados. Es decir que se usaba

este técnica para adorno. Pero en el caso del vaso estudiado y de otros ejemplares de la misma necrópolis, también incompletos, los calados iban en la parte destinada a un uso determinado. En otros yacimientos se han encontrado vasos con el mismo objeto, como por ejemplo en Los Villares (Caudete de las Fuentes) ⁽¹⁾, en que sus excavadores los consideran braseros. Creemos pues que podrían tener el objetivo de quemadores de perfumes, ó de sosten de vasos, por su

gran analogía al de Liria del Mus. de Valencia, de estructura muy parecida ⁽²⁾ (fig. 3).

En cuanto a su datación, sabemos, por una parte, que la decoración antropomorfa no aparece hasta el s. II a. C.; y, por otra, que las cerámicas destruidas de la capa superficial de la necrópolis de El Cigarralejo proceden del estrato alto de los siglos II-I a. C., en que se inicia la romanización del mundo ibérico.

⁽¹⁾ *Museo de Prehistoria de la ciudad de Valencia*. D. FLETCHER, Publicaciones del Círculo de Bellas Artes, p. 143, Valencia, 1974.

⁽²⁾ Op. cit., p. 156.

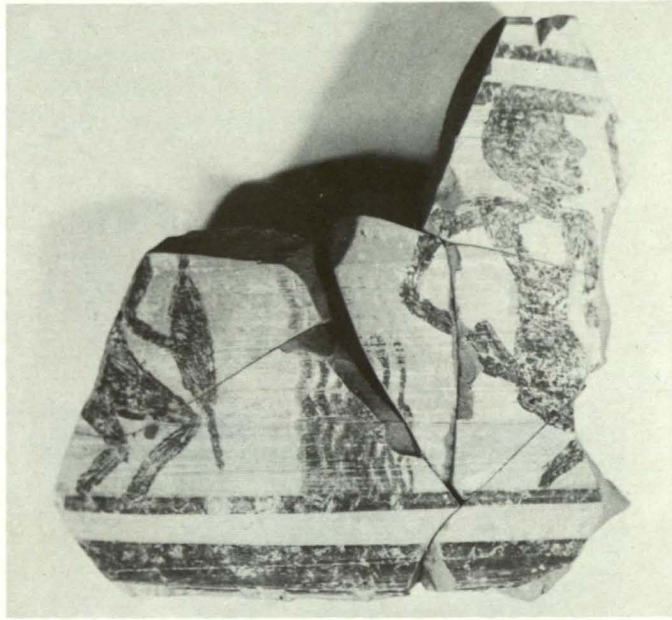


Fig. 1 — Vaso calado de la necrópolis de El Cigarralejo



Fig. 2 — Escena guerrera del vaso calado de la necrópolis de El Cigarralejo



Fig. 3 — Quemador de perfumes iberico de Liria (Museo de Valencia)

Maria Manuela ALVES DIAS
Luís COELHO

GRAFITO DOLIAR DA *VILLA* ROMANA
DE ST.^A VITÓRIA DO AMEIXIAL, ESTREMOZ

ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA
Sér. X - Vol. I/II (1) - 1984/88

GRAFITO DOLIAR DA VILLA ROMANA
DE ST.^A VITÓRIA DO AMEIXIAL, ESTREMOZ

Maria Manuela ALVES DIAS
Luís COELHO

O conjunto de grafitos que é objecto desta breve nota foi identificado, num achado cerâmico (um fragmento de *dolium*), pelo arqueólogo Arq. Gustavo Marques que, há tempos atrás, o comunicou numa das sessões de trabalho da secção de Pré-História da Sociedade de Geografia de Lisboa ⁽¹⁾.

Trata-se de um conjunto, certamente incompleto, de oito signos, alfabéticos e silábicos, cuja associação levanta alguns problemas de identificação do sistema de escrita ibérica em que se devem integrar; e este não é um dos menores problemas que suscitam: inicialmente, nós mesmos, tal como G. Marques na referida comunicação à Sociedade de Geografia, pensámos estar diante dum texto com dois grupos de grafitos — um em latim (*RANB*, com leitura sinistrorsa) e outro em ibérico —; depressa pusemos de parte esta maneira de ver o problema, sobretudo pelas seguintes razões:

- a) o traçado dos hipotéticos *R* e *B* (em latim) de leitura sinistrorsa não ser, num caso e noutro, paleograficamente admissível em qualquer cursivo latino sobre que suporte seja, por maior dureza que este tenha;
- b) a inclinação da barra mediana do hipotético *A* latino sinistrorso só raramente aparecer documentada em grafitos latinos;
- c) a ausência do paralelismo geométrico das duas hastes verticais, sem ultrapassagem, do hipotético *N* latino sinis-

trorso não ser também frequente em grafitos latinos;

- d) não ser facilmente integrável no léxico latino o grupo *-RaNB-*, mesmo admitindo, como uma insuficiência de latinização do autor do grafito, a flagrante incorrecção ortográfica *-nb-*;

também a localização do achado é um problema considerável, como iremos ver.

O suporte é a face externa de um fragmento da parede da ansa superior de um *dolium*, situável quase junto à gola que antecede imediatamente a boca. Na fig. 1 damos o perfil do fragmento da boca deste *dolium*, que se conservou.

O fragmento esgrafitado tem as seguintes medidas máximas: 19,2 cm alt.; 17,9 cm larg.; 2,4 cm espes.; os caracteres medem 2,2/5,1 cm de altura.

A observação directa da peça revela que a esgrafitação dos caracteres foi enérgica e que, assim, estes, de um modo geral, não oferecem dúvidas quanto ao seu traçado, nem se confundem com alguns riscos e arranhadelas muito superficiais mas bem visíveis. A fig. 2 representa o texto.

Ora, como as diversas escritas ibéricas se agrupam em sistemas (de alfabetos e semi-silábicos) muito definidos, este conjunto de signos vem levantar-nos, pelo menos, as seguintes questões:

- a) a associação dos caracteres 1, 4 e 5 só aparece na epigrafia ibérica do Sudeste catalão ⁽²⁾;

⁽¹⁾ Agradecemos ao Arq. Gustavo Marques todas as informações que nos deu bem como ter-nos permitido fazer a fotografia, medições e estudo deste grafito; a sua comunicação à secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia teve lugar no dia 6 de Fevereiro de 1969 e vem noticiada no *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 87, Lisboa, 1969, p. 147. O achado de campo deve-se a Aníbal Falcato Alves e G. Marques.

⁽²⁾ Cf. EMILIO JUNYENT, «Los materiales del poblado ibérico de Margalef, en Torregrossa (Lérida)», *Pyrenae*, 8, Barcelona, 1972, p. 125 e JUAN MALUQUER DE MOTES, «Nuevas inscripciones ibéricas en Catalunya: A) Ostrakon ibérico del poblado

- b) na epigrafia ibérica do Sudeste catalão estes caracteres encontram-se sempre em posição de leitura dextrorsa;
- c) o signo 6, apesar de incompleto, parece ser iniludivelmente uma letra conhecida apenas na epigrafia ibérica do Sudoeste português⁽³⁾.

Donde parecer, *aparentemente*, que este texto nos conduzirá a um diagnóstico de absurdidade.

Também o local do achamento põe as seguintes questões:

- a) do que conhecemos da estrutura arquitectónica da *villa* romana de St.^a Vitória do Ameixial e do seu espólio arqueológico, presentemente no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa, nada nos autoriza a pensar em datas mais recuadas que os séculos II e III⁽⁴⁾;
- b) mesmo os pequenos machados e martelos-percutores neolíticos (?) que se encontraram no *balnearium*, com presumíveis funções de *ceraunia*⁽⁵⁾, segundo o escavador, de nada servem para uma atribuição cronológica consentânea com estes grafitos: pecariam por antiguidade excessiva.

Portanto, igualmente, o local do achamento reforça a ideia de insólito que o achado deste grafito motiva. *Aparentemente*.

No entanto, porque:

- 1.º O traçado dos caracteres é indiscutivelmente genuíno; repare-se na autenticidade paleográfica de 4 e 5;
- 2.º Sabemos, por Tácito e Cornélio Fronto, que as línguas ibéricas foram faladas na Hispânia nos séculos I e II d. C., pelo menos até meados do reinado de Antoino Pio⁽⁶⁾;
- 3.º A disposição sinistrorsa dos caracteres ser a que é característica da epigrafia do Sudoeste peninsular português e o signo 6 se integrar no sistema alfabético desta epigrafia;
- 4.º Existe, por enquanto, um como que «vazio» documental dum sistema de escrita ibérica, sucedâneo, mais ou menos próximo, de muitas das características da escrita da epigrafia ibérica do Sudoeste peninsular português, quase só reconhecido no alfabeto monetário de *Salacia*⁽⁷⁾.

Parece-nos que este grafito doliar achado na *villa* romana de St.^a Vitória do Ameixial, Estremoz, se deve provisoriamente incluir (pelo suporte, pelas características paleográficas e morfológicas dos seus caracteres, e mesmo pela localização do seu achamento) no mesmo sistema (certamente de tardia e efémera duração) de escrita ibérica a que pertencem os textos das legendas monetárias «ibéricas» de *Salacia*⁽⁸⁾.

de Pontós (Girona)», *Pyrenae*, 12, Barcelona, 1976, pp. 183-186. A epigrafia ibérica do Sudeste catalão corresponde, em muitos autores que assumem o termo Ibéria em sentido etno-linguístico ou geográfico estrito, à epigrafia ibérica do Nordeste peninsular.

⁽³⁾ Cf., *v.g.*, J. MALUQUER DE MOTES, *Epigrafia prelatina de la Peninsula Ibérica*, Barcelona, 1968, p. 44.

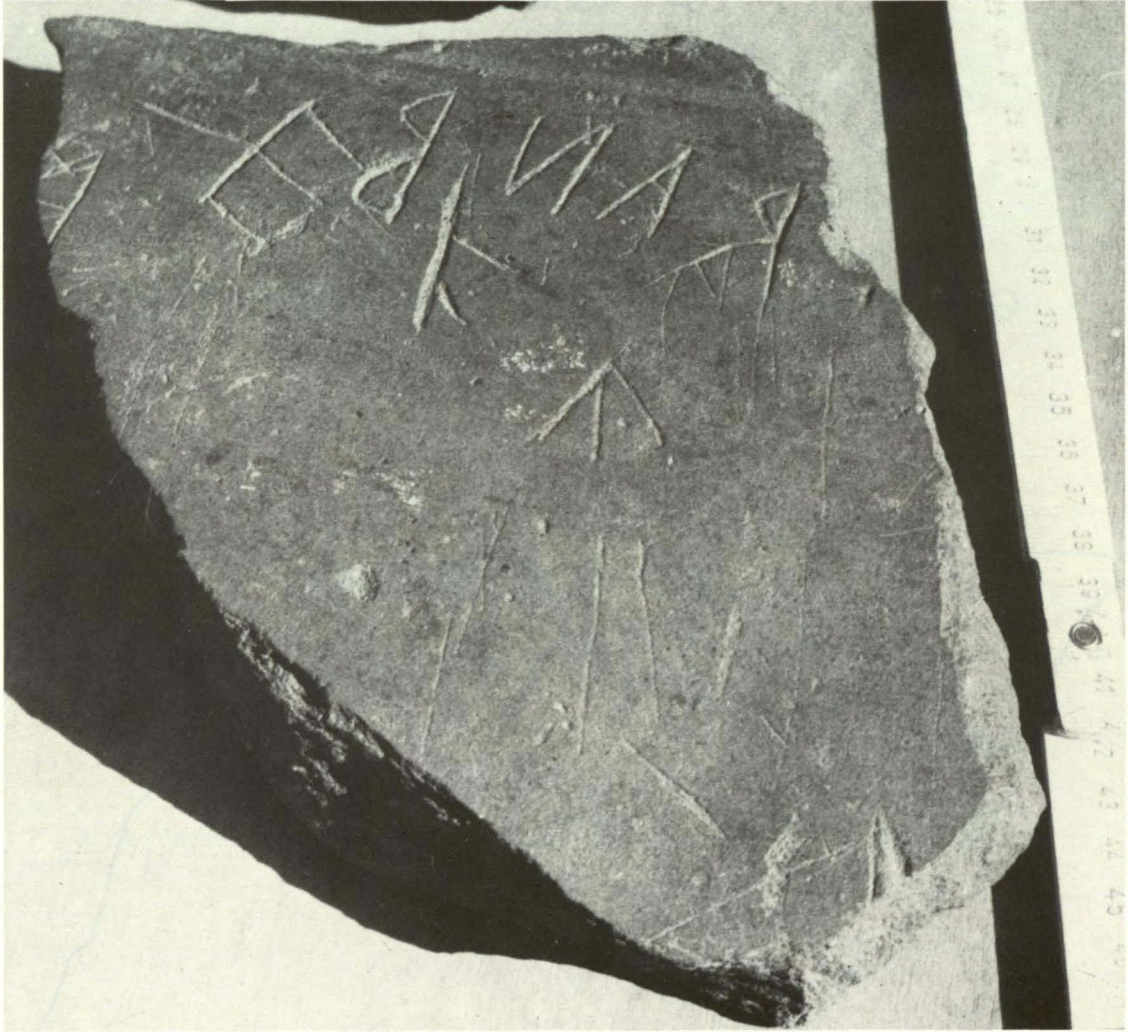
⁽⁴⁾ LUIS CHAVES, «Estudos lusitano-romanos. I—A “Villa” de Santa-Vitória do Ameixial (Concelho de Estremoz). Escavações em 1915-1916», *O Archeologo Português*, XXX, Lisboa, 1956, pp. 14-117.

⁽⁵⁾ *Idem, ibidem*, p. 114.

⁽⁶⁾ Cf. *Fontes Hispaniae Antiquae*, VIII, ed. Robert Grøtse, Barcelona, 1959, p. 299.

⁽⁷⁾ A primeira grande chamada de atenção para este importante problema foi feita por JOSÉ A. CORREA, «Singularidad del letrero indígena de las monedas de Salacia (A.103)», *Numis ma*, XXXII, Madrid, 1982, pp. 69-74.

⁽⁸⁾ Os AA. agradecem ao Prof. Jürgen Untermann, da Universidade de Colónia, o ter-se ocupado, conjuntamente com eles, dos complexos problemas de integração epigráfica e histórica que este grafito de St.^a Vitória do Ameixial levanta; sobre as moedas de Alcácer do Sal têm entre mãos um pequeno estudo que muito brevemente será publicado numa revista da especialidade.



O grafito doliar de Sta. Vitória do Ameixial (Estremoz)

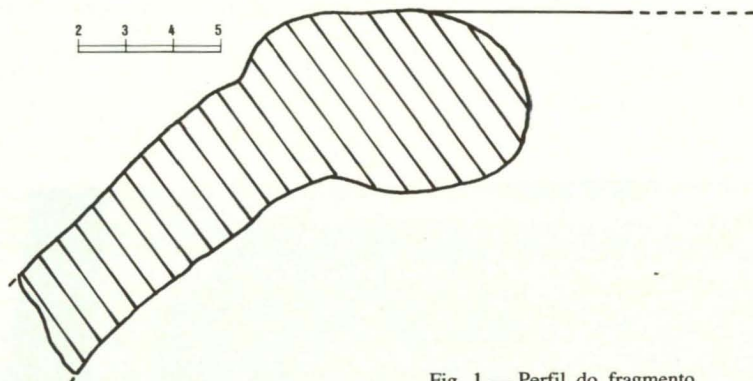


Fig. 1 — Perfil do fragmento

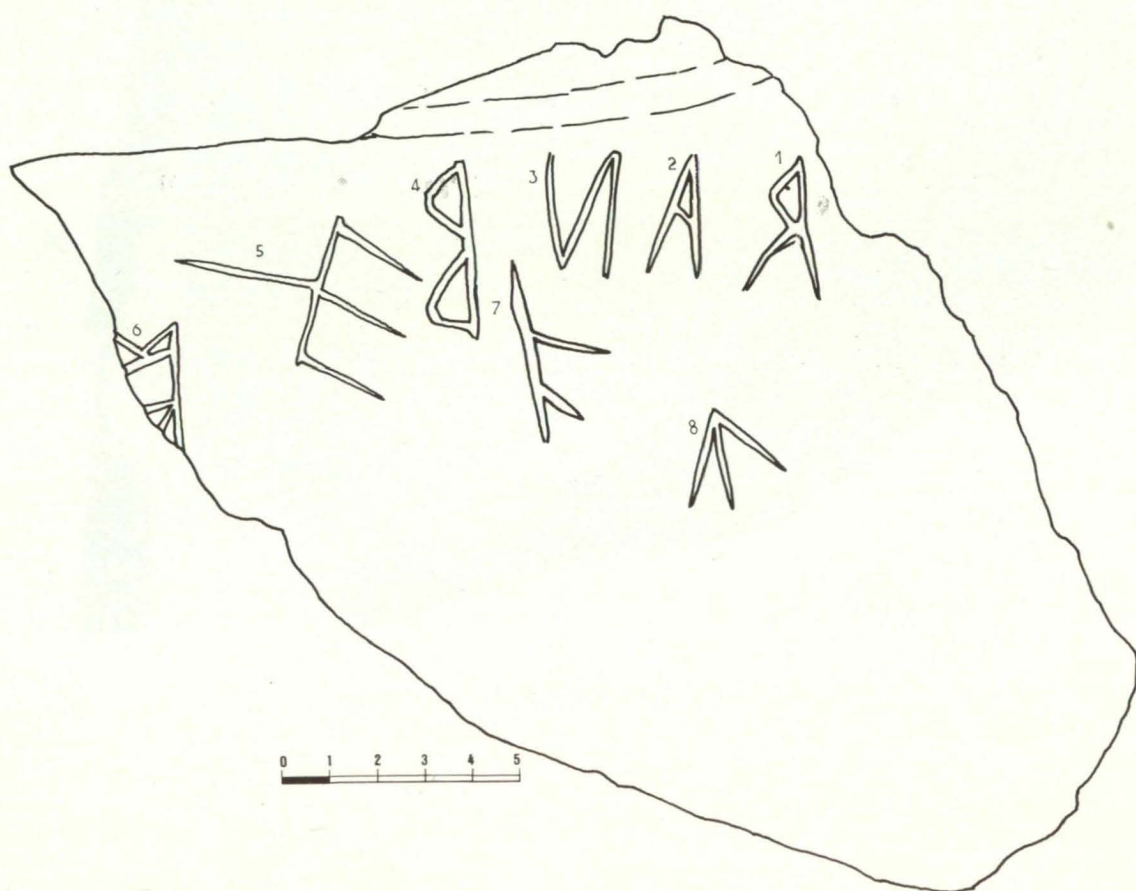


Fig. 2 — Texto

Justino MENDES DE ALMEIDA

UM EXEMPLO INVULGAR DE EPITÁFIO
LUSITANO - ROMANO

ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA
Sér. X - Vol. I/II (1) - 1984/88

UM EXEMPLO INVULGAR DE EPITÁFIO LUSITANO-ROMANO ⁽¹⁾

Justino MENDES DE ALMEIDA

A MEMÓRIA DO PROF. DOUTOR D. FERNANDO DE ALMEIDA
CUJOS PRIMEIROS PASSOS NOS ESTUDOS EPIGRÁFICOS
ACOMPANHEI COM A PUBLICAÇÃO DA SUA TESE DE LICEN-
CIATURA EGITÂNIA, E DE QUEM GUARDO UMA SAUDOSA
LEMBRANÇA DE EDUCAÇÃO, COMPETÊNCIA E DINAMISMO

O notável estudioso da epigrafia lusitano-romana que foi Emílio Hübner, ao ocupar-se dos *Monumentos de Balsa*, no vol. I, p. 33, da *Revista Archeologica e Historica*, dirigida por Borges de Figueiredo (publicação, aliás, muito útil, mas de duração efémera, em razão da morte prematura do seu fundador), consignou o seguinte comentário, que não passa despercebido a quem dedique alguma atenção aos estudos epigráficos:

«Deixo de parte as inscrições simplesmente funerárias, cujo valor científico é pequeno...»

É possível que tal atitude se justificasse relativamente aos epitáfios balsenses; é até natural que um comentário, como este, tenha brotado espontâneo da pena de quem pôde analisar mi-

lhares e milhares de riquíssimas inscrições, e para quem, portanto, os simples epitáfios teriam reduzido valor.

Diferente, e bem diversa, é, porém, a nossa posição. Estudiosos da epigrafia lusitano-romana, hemos de convir em que os testemunhos dessa época não são em número assim tão excessivo, em território hoje português (em comparação com outras regiões do Império, embora se contem por milhares), que possamos desprezar os meros epitáfios; além disto, sempre defendemos que não há um só destes monumentos que não ofereça algum interesse, seja de ordem epigráfica, histórico-social, linguística, literária, ou outras.

Estas reflexões ocorrem-nos na altura em que o Senhor Adolfo da Silveira Martins, jovem estu-

(1) Acerca deste monumento e de outros materiais conjuntos, tivemos oportunidade de redigir, em 19 de Julho de 1978, o seguinte parecer:

«O Dr. José Olívio da Silva Caeiro participou à Direcção-Geral do Património Cultural a existência na Herdade da Salsa, freguesia de Brinches, concelho de Serpa, dos seguintes materiais lusitano-romanos: cipo cupiforme, hoje anepígrafo, de "pedra calcária", com cerca de 1 metro de comprimento e 50 cm de altura; peça imitando um telhado, de calcário, com cerca de 1 metro de comprimento, e "que poderá ter servido como tampa de sepultura na necrópole anexa à riquíssima estação arqueológica romana da Herdade da Salsa"; cipo cupiforme, de calcário, com 1 metro de comprimento, meio metro de largura e cerca de 35 cm de altura. Tem gravada a seguinte inscrição: D. M. S. / C. VALERIAE / C. M. AMME / ANNOR. LI / H. S. E. S. T. T. L.

Esta peça constitui, por motivos óbvios, um raro exemplar de epitáfio lusitano-romano.

Os Serviços Técnicos competentes da Direcção-Geral propõem a inventariação dos três monumentos, doutrina que a Comissão Organizadora do Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural e a Subcomissão de Arqueologia perfílham, recomendando ainda que a Câmara Municipal de Serpa tome à sua guarda as referidas peças, com destino ao futuro Museu Municipal de Serpa.»

O monumento foi, de facto, inventariado, ao abrigo do art. 1.º do Decreto-Lei n.º 38906, de 10 de Setembro de 1952; a respectiva declaração foi publicada no *Diário da República*, de 29.III.79.

Este monumento tinha sido já referenciado, e em certa medida estudado, por Abel Viana e Scarlat Lambrino, a p. 6-7 do vol. XII do *Arquivo de Beja* (Beja, 1955), cujo texto, pela sua importância, aqui se transcreve:

«D. M. S. / C. VALERIAE / C. M. AM(MA)E / ANNOR. L. I / H. S. E. S. T. T. L.

A cupa tem um metro de comprimento e 0,40 de altura máxima. A inscrição está contida em um rectângulo de 0,340x0,250. A altura das letras é de 0,035 e 0,040...

A meu pedido, o Prof. Doutor Scarlat Lambrino, sob as justificadas reservas impostas pela falta de exame directo, deu-me a seguinte lição:

«L'inscription que vous voulez bien me communiquer présente des difficultés que l'on ne peut résoudre que par des hypothèses. Je me demande, d'ailleurs, si la lecture est exacte, bien que j'aie pu constater que, dans la grande majorité des inscriptions du catalogue de Beja, vos lectures sont justes.

Après le D. M. S. du début, il y a, à la ligne 2, C. VALERIAE qui me semble un peu insolite car les femmes, comme vous le savez, ne portent pas d'habitude le praenomen. Il y a cependant des exemples de cet usage même dans la péninsule

dioso, entusiasta dos estudos arqueológicos, nos dá notícia e nos traz umas excelentes fotografias de um monumento lusitano-romano, cupiforme, ou em forma de tonel, por ele referenciado e analisado *in loco*, no Monte da Salsa, da freguesia de Brinches, no concelho de Serpa ⁽²⁾ (cfr. fig. 1).

Os caracteres dimensionais e paleográficos, pelo Senhor Silveira Martins obtidos, não diferem, substancialmente, dos mencionados pelo Prof. Abel Viana, e que transcrevemos na nota 1 deste trabalho. O texto não parece oferecer dificuldades de leitura; o mesmo não diremos do desenvolvimento de certas siglas (cfr. fig. 2):

D(iis) M(anibus) S(acrum) / C(aiae) VALE-
 RIAE / C(aii) M(ulieri) AMME / ANNOR(um)
 LI / H(ic) S(ita) E(st) S(it) T(ibi) T(erra)
 L(euis).

Como se deduz à primeira vista, trata-se de um epitáfio sepulcral, de estilo invulgar e de grande interesse, por mais de uma razão, que passamos a apresentar, e em que a nossa lição, caracterizada pela simplicidade, se afasta em muito das que apresentámos na já referida nota 1:

a) Na 2.^a linha, temos, ao que pensamos, um raro exemplo de prenome, na forma feminina: *Caia*. É sabido que, em regra, o prenome das mulheres não é consignado nas inscrições, sobretudo a partir do Império (Batlle Huguet, 31). A este propósito, ouçamos o que nos diz René Cagnat, *Cours d'Épigraphie Latine* (4.^a ed., Paris, 1914), p. 47:

«Les femmes, en effet, ne portent point de prénom sur les monuments. Elles en avait

pourtant, du moins dans les temps anciens: «Antiquarum mulierum frequenti in usu praenomina fuerunt, Rutilla, Caesellia, Rodacilla, Murrula, Burra a colore ducta. Illa praenomina a uiris tracta sunt: Gaia, Lucia, Publia, Numeria. Ceterum Gaia usu super omnes celebrata est.» Et, de fait, on en trouve un certain nombre d'exemples dans les inscriptions antérieures à l'empire. Mais postérieurement, le prénom n'ayant pour elles aucune importance civile, les femmes cessèrent d'en recevoir un et l'on n'en rencontre sur les monuments que par exception».

Não me parece que se deva procurar outro desenvolvimento para o C, recorrendo a expedientes de reconstituição de um nome ou de um cognome, usado como prenome, de que, aliás, conhecemos exemplos, como se fez no caso da inscrição de Alcáçovas (Lambrino, 75): L. AMA = =Laelia Ama(*ta*), pois as situações são totalmente diferentes: no nosso caso, temos abreviatura + *nomen*; na inscrição de Alcáçovas, abreviatura + *cognomen*. Talvez seja conveniente recordar também que não desconhecemos a existência da sigla O para exprimir o feminino *Gaia*, no significado comum de *mulier* (Batlle Hug., 22-23): M. ARRIVS. O L. DIOMEDES = M. Arrius Gaiae (= mulieris = Arriae) libertus Diomedes (Sandys, *A Companion to Latin Studies*, 746); aliás, este mesmo símbolo pode ter outras significações (*caput, conductor, contra, corona*, etc.: Cagnat, 406). Seria ainda caso para recordar a tradicional fórmula de devoção da mulher ao marido, nas cerimónias nupciais: *ubi tu Gaius, ego Gaia* (Sandys, 179).

(CIL II 3372: *Ap(pia) Aurelia*; 2945: *Quinta Fabia*; 3680 [*Q*]uinta *Caecilia*), mais je me demande s'il n'y a pas, sur la pierre, la ligature VALER1(AN)E (geminadas, car, dans ce cas, en pourrait lire: *C(aeciliae) Valerian(a)e*, ce qui serait plus orthodoxe. Mais, bien entendu, on peut admettre la lecture *C(aiae) Valeriae*, c'est-à-dire praenomen + nomen gentile, comme dans les exemples que je vous ai cités.

La ligne 3: C. M. AM(MA)E, est plus difficile à expliquer. Il est vrai que *Ammae* pourrait être le cognomen de la défunte, *C. Valeria Amma*; le nom de *Amma* existe en latin, quoique que je ne l'ai pas rencontré dans la péninsule. Mais alors les lettres C. M. resteraient sans explication, car on l'attendrait à trouver, à cette place, la filiation, *C(aii) f(ilia)*, ou *C(aii) L(ibera)*. Pour cette raison, je croirais plutôt que la fin de la ligne doit être lue ainsi: *Ammae(ensis)*, ce qui indiquerait que la défunte est originaire d'*Ammaia* (Aramenha). Dans ce cas, les lettres C. M. pourraient être complétées ainsi: *C(larissimae) M(emoriae)*; il y a cependant la difficulté que la formule complète serait *C(larissimae) M(emoriae) F(eminae)*, pour indiquer que la défunte appartient à la classe sénatoriale au Portugal, mais ils sont beaucoup riches et plus monumentaux (*sic*).

Je serais donc d'avis de lire: *D(is) M(anibus) S(acrum) / C(aiae) Valeriae / c(larissimae) m(emoriae) f(eminae), Ammae(ensis)*, ou bien: *C(aiae) Valerian(a)e, c(larissimae) f(eminae), Ammae(ensis)*, etc.

L'inscription présente, comme vous voyez, beaucoup de difficultés et je ne pourrais me prononcer d'une façon définitive sans avoir examiné l'inscription ou une photographie, pour voir d'abord si la lecture est vraiment exacte et, d'autre part, si le monument est digne d'une matrone de l'aristocratie locale».

Não conseguí enviar a tempo uma fotografia ao Sr. Prof. Lambrino, mas posso garantir que a minha leitura está certa, salvo o poder duvidar-se de haver um leve traço transversal no 2.^o M de AMME, na 3.^a linha. Quanto à pedra, está longe de ser monumental. Suponho, contudo, que estas tampas sepulcra's em forma de pipa, e que cobriram sepulturas de incineração, de tijolo, com o feitio de caixas rectangulares, quase sempre com menos de um metro de comprimento interno, eram já de certo modo luxuosas».

⁽²⁾ Sobre este assunto, apresentámos uma comunicação à Secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa, em 17 de Março de 1978.

Assim, se outras razões não houvesse, que as há e de importância não somenos, esta só bastaria para considerarmos este monumento como um exemplar que merece estudo e divulgação.

b) De salientar também a existência, na 3.^a linha, das siglas C.M., para designarem o parentesco, ou seja, uma das chamadas «partes acessórias» das inscrições funerárias (Cagnat, 289). Não cremos que sejam a representação de qualquer fórmula do tipo de, p. ex., *clarissima mulier, clarissima memoria* (no caso respectivo, é evidente), que não tem aqui justificação. Não é vulgar, no entanto, o uso de *mulier* por *uxor* (Lambrino, *Myrtilis*, 48: *uxor merentissima et pientissima*) ou *coniux* ou *femina* (raro: Vives, n.º 4594. *Contubernallis*, com sentido de *uxor*, já é diferente). Mas não teremos nós aqui um exemplo do emprego da palavra *marita*, que vemos em 7 inscrições registadas por José Vives, *Inscripciones Latinas de la España Romana* (Barcelona, MCMLXXI, pp. 424-425, 4 das quais são do Alentejo? Inclinamo-nos para esta hipótese.

c) O cognome AMMA (com a desinência *-ae* reduzida a *e*: perguntar-se-á se não seria caso de restituir *-e* em *-(a)e*, como fez Lambrino numa inscrição de Mírtilis, mas não nos parece de proceder assim, dada a tendência para a redução do ditongo manifestada na evolução da língua latina), não sendo raro, não é, contudo, dos mais correntes, merecendo, por isso, um comentário.

Em nosso entender, há que distinguir entre *Ama*, nome indígena (*Safa Ama* e *F(ulua)? Ama*: Cárquere) e o latim *Amma*. As formas seriam ao princípio distintas, mas rapidamente se teriam confundido, sendo difícil separá-las, e muito mais os vocábulos que com elas parecem estar relacionados: *Amena* (para Leite de Vasconcelos «gramaticalmente» ligado a *Ama*) (Cárquere), *Ammaia* (5002, Lisboa), *Ammaea* (5222, Conu. Scallab.), *Amia* (3061, Madrid), *Ammia* (2676, 3172, 5687), *Ammo* (2797, Peñalva de Castro), *Ammi* (5763, Paredes de Nava).

A palavra latina *Amma* aparece como nome comum em Santo Isidoro, e, como topónimo, na *Vulgata*, para designar uma cidade da Judeia.

Na epigrafia, é-nos possível, de momento, apresentar os seguintes exemplos: *A[m]ma* (5694, León), *Amma* (2668, León), *Sempronia Amma* (5696, León); *Amme* (880, Torrecilla de Aldeatejada, Salamanca: *Amme Festi f.*). Mais recentemente, pois aqueles exemplos são do *CIL*, foi registado mais um da Germânia Inferior (*L'Année Épigraphique*, 1968, n.º 383). Perguntar-se-á, ainda, se na inscrição de Alcáçovas (Lambrino, 75), já referida, *AMA* se deverá efectivamente desenvolver em *AMA(ta)*, ou se não se tratará, antes, do cognome *AMA*: «*D(is) M(anibus) S(acrum) / L(aelia) Ama(ta) / (uixit annis) XXXV / p(onendum) c(urauit) T(itus) LAE(lius) S(euerus).*»

d) Digamos, por último, que a abreviatura, por suspensão, ou por apócope, do vocábulo *ANNOR(um)* (tamb., p. ex., Lambrino, *Baesuris*, 36) não é a mais vulgar. Usuais são, sim, *AN* (Lambrino, *Balsa*, 34) e *ANN* (*id. ib.*, 35); *ANNO* (*id.*, Ossónoba, 24) dá à inscrição um certo carácter de antiguidade; a forma plena *ANNORVM* (*id. ib.*, 23 e 25, e Alcoutim, 37) é relativamente corrente; *ANNORO*, por *ANNORVM*, em inscrição de Serpa (*id.* 58), é forma aberrante.

★

Para finalizar: em vez da lição, que apresentámos antes, e que nos parecia possível, ou antes, a mais aceitável, de acordo com o que acabámos de expor cremos que o nosso texto se deva ler:

D(iis) M(anibus) S(acrum) / C(aiae) VALERIAE / C(aii) M(aritae) AMME / ANNOR(um) LI / H(ic) S(ita) E(st) S(it) T(ibi) T(erra) L(euis).

Se quiséssemos oferecer uma versão portuguesa do epitáfio, que estudámos, diríamos: «Consagração⁽³⁾ aos deuses Manes. A Gaia Valéria Ama, mulher de Gaio, [falecida] aos 51 anos.

Aqui está sepultada. A terra te seja leve!»

(3) Não se estranhe este caso de concretismo da língua latina.



Fig. 1 — Monumento lusitano-romano cupiforme do Monte da Salsa

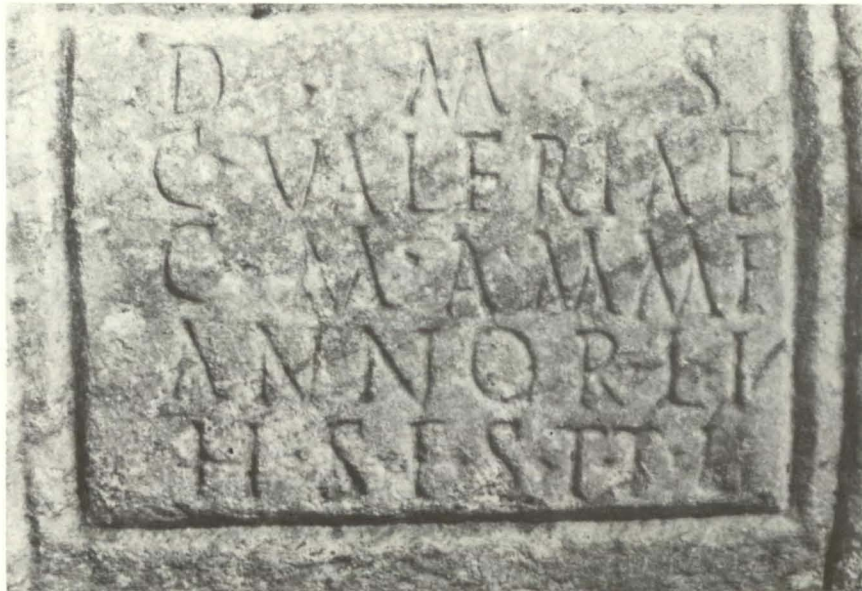


Fig. 2 — Inscricção do monumento lusitano-romano cupiforme do Monte da Salsa

José D'ENCARNAÇÃO

AURELIANO HOMENAGEADO EM MIRÓBRIGA

ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA
Sér. X - Vol. I/II (1) - 1984/88

AURELIANO HOMENAGEADO EM MIRÓBRIGA

José D'ENCARNAÇÃO

Dentre as estações arqueológicas que afinadamente estudou, dentro das suas possibilidades de tempo e de meios, foi decerto Miróbriga dos Célticos (Santiago do Cacém) aquela que, depois de Idanha-a-Velha, maior carinho mereceu a D. Fernando de Almeida.

Nosso devotado Mestre de Epigrafia, que sempre nos acalentou na investigação e nos deu a honra de prefaciá-la a tese de licenciatura *Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal*, publicada na Imprensa Nacional graças ao seu grande empenho — associarmo-nos a esta homenagem à sua memória constitui para nós o cumprimento de um dever de justiça e, acima de tudo, o preito de sincera gratidão.

Fazemo-lo com esta breve nota sobre uma epígrafe que, em nosso entender, dá a Miróbriga importância relevante no contexto da epigrafia peninsular.

★

Na sua síntese sobre Miróbriga (ALMEIDA 1964), inclui D. Fernando, sob os números 28 (pág. 57) e 29 (pp. 57-58), diversos fragmentos, em mármore branco, de um texto que ele próprio considerou datável do tempo do imperador Aureliano (pág. 18).

Reencontrámos boa parte deles no Museu Municipal de Santiago do Cacém e o primeiro problema que põem é serem demasiado pequenos e terem sido gravados de ambos os lados: como estão em sentidos inversos, crê-se de afastar a hipótese de um texto ser a continuação do outro; mas como, por outro lado, os dizeres duma face parecem coincidir, aqui e ali, com os da outra, é de supor a existência de uma primeira versão que, por incorrecta, se abandonou e se corrigiu na outra face, onde se encontraria, portanto, o texto definitivo — atitude que também não deixa

de se estranhar, atendendo a que se nos afigura estarmos efectivamente em presença de uma inscrição imperial.

Se partirmos, pois, dessa hipótese de texto repetido, haverá de considerar-se *a priori* que, por detrás da linha 1, se encontrarão as palavras da última linha e assim sucessivamente. Tal não acontece, porém, em rigor, devido também, em parte, à irregularidade e pequenez dos fragmentos e ao facto de várias letras terem desaparecido na fractura.

Sem nos determos em pormenores descritivos, vejamos, por conseguinte, o que se lê em cada um dos fragmentos:

Fragmento A (perdido)

	Verso
IM	CV
PI	RO
M	MIRBC
TR	

Fragmento B (N.º de inventário: 460) (fotos 1, 2)

	Verso
VRELIA	
ONTIFE	NTIO
AXIMV	PROV.
NSVL I	
NTI . ORO	
S MIROC	

Fragmento C

	Verso
VS	...
VIC[O?]	VXI

Fragmento D

NV X P A T	Verso VSI
------------------	--------------

Fragmento E

'S...	Verso VS
-------	-------------

O texto do verso é o mesmo que D. Fernando, por lapso, repete com o n.º 32 (pág. 58). Por consequência, parecem coincidir em alguns pontos os textos dos fragmentos:

B (l. 5) com B verso (l. 1)
C (l. 1) com E verso

O que é, francamente, pouco, nomeadamente no fragmento B verso, onde seria de esperar muito mais letras.

Há, no entanto, um outro dado a ter em conta, aqui: Hübner considera como pertencentes ao texto CIL II 25, também de Miróbriga, dois fragmentos, porventura ajustáveis entre si, já perdidos ao seu tempo. Neles se leria:

III
MVLO
ENSIVM

Não tendo, realmente, nada a ver com a referida epígrafe, parecem-nos mais fragmentos desta mesma inscrição.

Portanto, mercê da comparação das dimensões das letras e dos espaços (interlineares e interliterais) e da minuciosa observação do pouco que resta legível em cada um dos fragmentos, de um lado e doutro, desejaríamos propor, como hipótese de trabalho, a seguinte reconstituição:

IM[P CAESAR DOMITIVS A]VRELIANVS
PI[VS FELIX AVGVSTVS P]ONTIFE[X]
M[AXIMVS PARTHI]CVS MAXIMVS PAT
ER [PATRIAE TR.POT.] VI CONSVL III

5 [...]NTI. ORO[...]MVLO
[...]IS. ? PROV. ?][...]S MIROC[... ?]ENSIVM

Desdobrando:

IMP(erator) CAESAR DOMITIVS AVRELIANVS / PIVS FELIX AVGVSTVS PONTIFEX / MAXIMVS PARTHICVS MAXIMVS PAT/ER PATRIAE TR(ibunicia) POT(estate) VI (sexta) CONSVL III (tertium) / ⁵ ... NTI ORO ... MVLO / ... IS ? PROV(inciae) ? ... S MIROC ... ? ENSIVM

Traduzindo:

Imperador César Domício Aureliano Pio Félix Augusto; Pontífice Máximo, Pártico Máximo, Pai da Pátria, no sexto poder tribunício, cônsul pela terceira vez...

O fragmento B, o maior, aponta claramente, na l. 3, para o nominativo: AXIMV é, fora de dúvida, reconstituível em MAXIMVS; de forma que, à primeira vista, a ideia de dedicatória ao imperador parece de afastar-se, por postular o dativo. Sendo assim, mais obscuro se torna ainda o significado das duas últimas linhas, onde seria de esperar, naturalmente, a identificação do dedicante e, talvez até, o motivo da dedicatória. Se se confirmasse a presença do vocábulo PROV(inciae), poderíamos pensar num cargo provincial: a homenagem (se de homenagem se trata) teria sido prestada com a intervenção, por exemplo, do flâmen provincial. Agora também a terminação -ensium, mormente se estiver em relação com Miro-, é sedutora: apeteceria reconstituir-se *Mirobricensium, civitas Mirobricensium* — clara manifestação pública da dedicação do povo mirobrigense ao imperador Aureliano. Simplesmente, na pedra não se lê MIROB...

Aguardemos, pois, que a continuação das escavações permita achar os demais fragmentos desta placa, trazendo mais luz à sua interpretação.

Na reconstituição proposta, seguimos os títulos por que habitualmente é identificado este imperador. Incluímos *Parthicus* por ser o cognome que mais se quadrava com o número de letras pensado para cada linha.

★

Aureliano teve o sexto poder tribunício a partir de 10 de Dezembro de 274 e assumiu em 275 o seu terceiro consulado, pelo que o

texto se deve datar desse ano. Aliás — frise-se bem — apesar de todas as dúvidas, essa certeza permanece: o epígrafe refere-se ao imperador Aureliano, facto tanto mais relevante quanto são mui escassas as inscrições a ele consagradas na Península Ibérica; no território que é hoje o Sul de Portugal apenas se registou, até ao momento, mais um testemunho; é a inscrição EE IX 1, proveniente de Faro e hoje no museu dessa cidade, datada possivelmente do ano 274, dedicada oficialmente pela *Respublica Ossonobensium*, por devoção ao génio e majestade imperiais (*devota numini maiestatique eius*).

Além deste texto de Faro, Robert Étienne (1958 pág. 508) regista cinco outros testemunhos:

- 1 — CIL II 2201, de Córdoba, *devotio* da própria cidade;
- 2 — CIL II 3832, de Sagunto, de dedicante desconhecido;
- 3 — CIL II 4506, de Barcelona, *devotio* da *ordo*;
- 4 — AE 1930, 150, de Tarragona, *devotio* de um funcionário imperial;

5 — AE 1938, 24, de Valência, dedicada pelos habitantes (*Veterani et Veteres*).

Note-se, para já, a grande predominância de inscrições do tipo *devotio* — são provas claras de fidelidade a Roma, num momento em que ao Imperador começa a ser atribuído um carácter divino (ÉTIENNE 1958 pág. 517), por influência das religiões orientais, principalmente do mitraísmo (GAGÉ 1964 p. 262 e 303). Aureliano intitulou-se, em 274, *deus et dominus*, e das três inscrições do Império Romano, que se conhecem documentando o uso epigráfico da palavra *deus*, duas são da Península Ibérica — os números 2 e 5 indicados acima (cfr. PEREIRA 1979, pág. 38).

*

Aqui fica, pois, registado mais um exemplo do culto a este controverso imperador, sobre cujo reinado tanto se tem escrito (cfr. SOTGIU 1975) — e, conseqüentemente, um novo testemunho da importância assumida pela comunidade que habitou Miróbriga dos Célticos, na segunda metade desse longínquo século III da nossa era.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA (D. Fernando), *Ruínas de Miróbriga dos Célticos (Santiago do Cacém)*, Junta Distrital de Setúbal, 1964.
AE = *Année Epigraphique*, Paris.
EE = *Ephemeris Epigraphica* IX 1913 pp. 12-185: HÜBNER (E.), *Additamenta Nova ad Corporis Volumen II*.
ÉTIENNE (R.), *Le Culte Impérial dans la Péninsule Ibérique d'Auguste à Dioclétien*, Paris, 1958 (reimpressão em 1974).
GAGÉ (Jean), *Les Classes Sociales dans l'Empire Romain*, Paris, 1964.
PEREIRA MENAUT (Gerardo), *Inscriptiones Romanas de Valentia*, Valencia, 1979.
SOTGIU (Giovanna), *Aureliano (1960-1972)*, «Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt» II 2 1975 pp. 1039-1061.

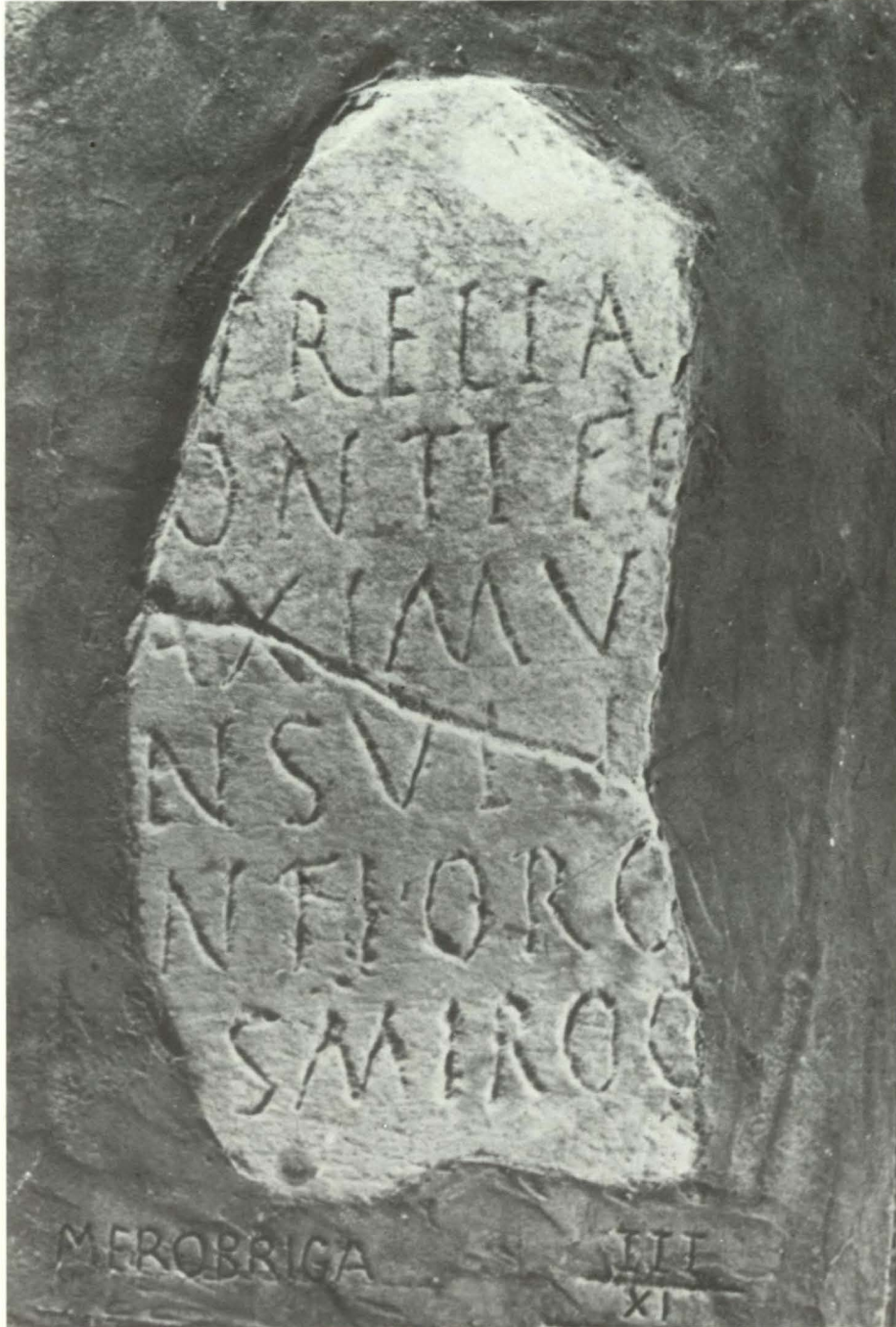


Fig. 1 — O maior fragmento da inscrição: face anterior

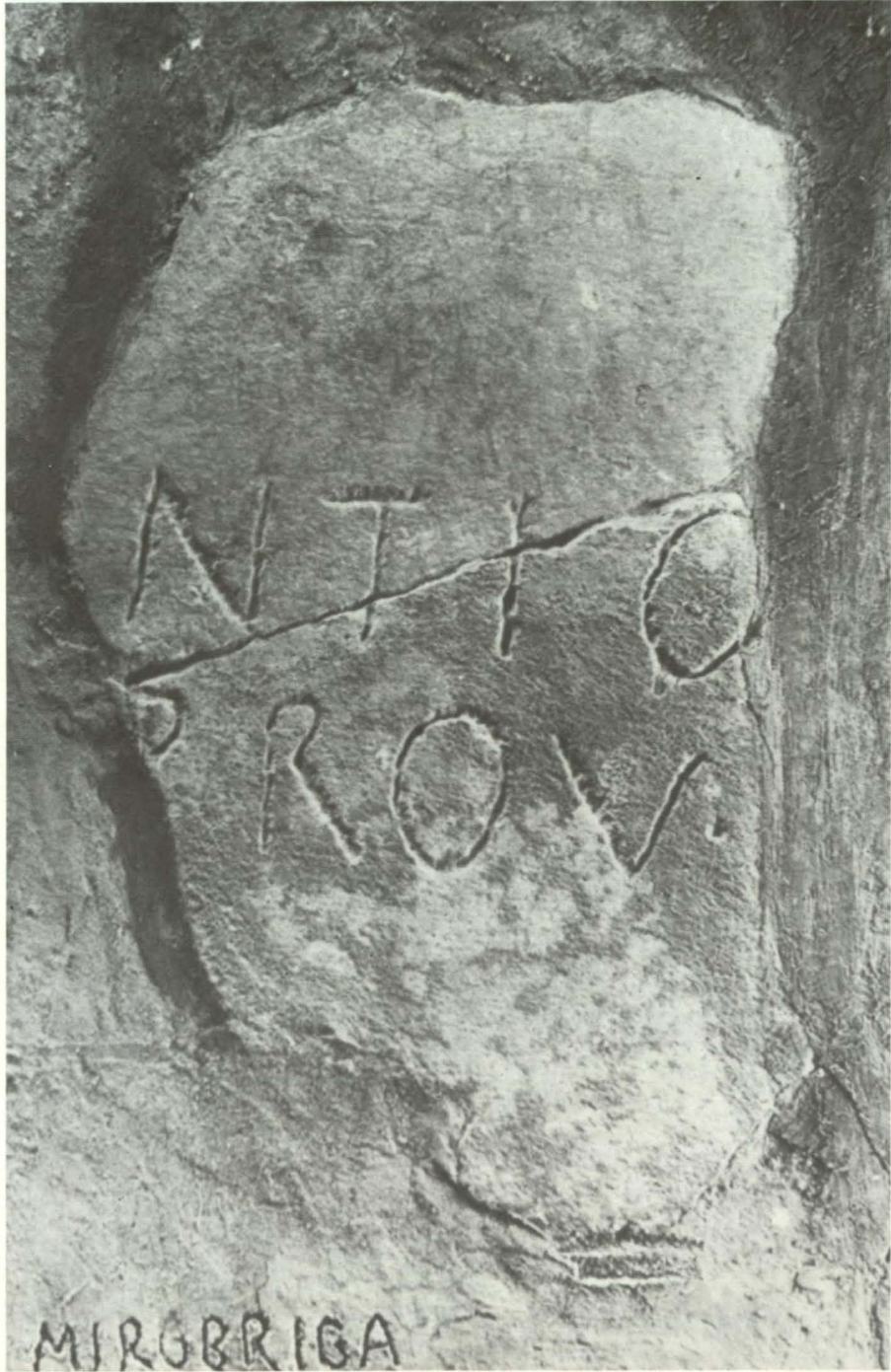


Fig. 2 — Idem: verso

Alberto BALIL

LAS *CUPAE* DE BARCINO.
CONTRIBUCIÓN AL ESTUDIO DE UN TIPO DE
MONUMENTO FUNERARIO ROMANO

ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA
Sér. X - Vol. I/II (1) - 1984/88

LAS CUPAE DE BARCINO
CONTRIBUCIÓN AL ESTUDIO DE UN TIPO DE
MONUMENTO FUNERARIO ROMANO

Alberto BALIL

Con el termino *cupa* se acostumbra a designar un tipo de monumento funerario⁽¹⁾ labrado en piedra o construido con mortero y piedra cuya característica común es presentar formas próximas a la forma del tonel que van desde la imitación del mismo hasta el paralelepípedo rematado por un semi-cilindro, o, como se ha dicho, un «semi-cilindro peraltado»⁽²⁾.

El estudio de las *cupae*, y no solo en Barcino, entra mas en el campo histórico-religioso que en el escultórico propiamente dicho. En este segundo caso, y especialmente cuando se trata de materiales de Barcelona, el interés de las *cupae* se centra, principalmente, en unas modalidades del arte popular y de las formas de producción y trabajo de determinados talleres.

Se ha dado como probable, aunque no seguro, el origen africano de este tipo de enterramiento⁽³⁾. Sin embargo la *cupa* podría ser considerada como una «miniatura» de ciertos monumentos funerarios, p.e. en «Isola Sacra», con cubrición semi-cilíndrica⁽⁴⁾ aunque también sería válida una hipótesis en sentido contrario, interpretando estos monumentos como *cupae* monumentales e intentandolos vincular con la colonia africana de Ostia o de Portus. El amplio estudio de Berciu y Wolski⁽⁵⁾ sobre las sepulturas en

forma de *cupae*, sean éstas de piedra, mampostería o ladrillo, ha permitido extender notablemente su ámbito de difusión.

Es posible que en algunos casos el tipo del monumento pueda vincularse a ciertos sarcófagos de cubierta semi-cilíndrica. Tal sería el caso de las *cupae* de Palestina probablemente relacionadas con sarcófagos de las características citadas hallados en las necrópolis helenísticas de Alejandria. Otras tumbas del mismo tipo aparecen en el arco danubiano, Mesia y Dacia, en Roma, Ostia y el grupo insular sardo con características un tanto propias pero no exclusivas. Atendiendo a lo dicho Berciu y Wolski se inclinan mas por un origen oriental que por un origen africano, aunque reconociendo que el material asequible no es aun suficiente como para intentar precisar orígenes o trazar vías de transmisión, cual sería el caso del grupo danubiano. Sin embargo es difícil establecer el significado de algunos hechos como las variaciones en la colocación del epígrafe, cuando este existe⁽⁶⁾, o su decoración⁽⁷⁾.

La *cupa*, en el caso de Barcino, aparece, atendiendo a los epígrafes, como un enterramiento de clase media modesta⁽⁸⁾. Predominan los libertos y gentes de segura, o probable, condición servil⁽⁹⁾.

(1) Sobre las *cupae* como recipientes de líquidos véase HILGERS, *Lateinische Gfässnamen*, 1969, 164 s. (con todas las fuentes escritas).

El término *cupa* aparece en las siguientes inscripciones funerarias: ILS 8103.8104.8106, CIL II 6178 (de Barcino) VIII 9071.9118.16732.18301.18427. Sobre las *cupae*, aparte la bibliografía citada mas adelante, véase también SCHMIDT, *Philologus*, XLIV, 1887, 163 ss.

(2) MARINER, *Cuadernos de Arqueología e Historia de la Ciudad*, II, 1961, 7. Sin embargo esta definición no es válida para los ejemplares sardos y portugueses en forma de tonel.

(3) Así SERRA-VILARÓ, *Les ciutats romanes de fang del Nord d'Africa*, 1934, passim. JULIÁ, *Mélanges de la Casa de Velazquez*, I, 1965, 29 ss.

(4) Cfr. CALZA, *La necropoli d'Isola Sacra*, 1932, passim. CALZA, NASH, *Ostia*, s. a., lam. CLXII.

(5) *Latomus*, XXIX, 1970, 919 ss.

(6) P.e. frontal en Barcino, lateral en una parte de las piezas portuguesas, en otras frontal, y africanas. Frontal también en Cerdeña.

(7) JULIÁ, o. c., relaciona los tipos de molduras y volutas de algunas cartelas de Barcelona con los remates de las aras.

(8) JULIÁ, o. c., passim. Lo mismo puede decirse, al menos, de dos de los ejemplares de Tarragona. No parece ser este el caso de las piezas portuguesas.

(9) Es de notar, dentro de esta modestia, la ausencia de *cupae* dedicadas a seviro augustales.

No parecen claras cuales pudieron ser las razones de la difusión de este tipo de sepultura. Es posible que fueran menos costosas, pongamos por caso, que las aras funerarias, pero no veo razones para dudar que en Barcino *cupae* y *arae* fueron utilizadas simultaneamente y, probablemente, por gentes de condición social análoga. Las relaciones, si existieron, con los tipos de *cupae* en clara forma de tonel⁽¹⁰⁾, no se advierten con seguridad. Es posible que estas piezas sean un embellecimiento de las *cupae* aunque no deba excluirse un simbolismo dionisiaco⁽¹¹⁾. Menos probable parece que las *cupae* en forma de cilindro peraltado sean una simplificación de las *cupae* en forma de tonel puesto que las mas antiguas parecen contemporáneas, e incluso anteriores, a éstas⁽¹²⁾.

Un simbolismo religioso en el caso de las *cupae* solo puede suponerse en el caso concreto y reducido de los tipos en forma de tonel. La onomástica es variada, en el caso de Barcino abundan los nombres teóforos tan frecuentes en los sectores serviles. Quizás algunos fueran adeptos a cultos orientales y las rosaceas que aparecen en los laterales de algunas *cupae* de Barcino pudieran hacer pensar en cultos isiacos pero tanto en este caso como en el de las representaciones de *asciae* no parece se pueda ir muy allá. Lo cierto es que las *cupae* aparecen tanto en tumbas paganas como cristianas⁽¹³⁾.

Tampoco cabe considerar las *cupae* ni como reflejo de un mundo religioso unitario como no cabe tampoco buscar para su origen un fondo

indígena, para el cual carecemos de documentación⁽¹⁴⁾. Sin embargo se ha aducido en este caso la existencia de dos posibles *cognomina* indígenas en las *cupae* de Barcino, Butura y Celtibera.

Tengamos en cuenta en primer lugar que el forastero se adapta a la oferta del mercado, no al revés, generalmente, y buena prueba de ello es la estereotipia de las estelas funerarias de soldados, singularmente de los pertenecientes a los *auxilia*, pese a su variado origen étnico⁽¹⁵⁾. Respecto a los citados *cognomina* geográficos cabe decir que Celtibera no es exclusivo de la Península Ibérica⁽¹⁶⁾. Buturra se documenta en la Península y podría relacionarse con nombres célticos⁽¹⁷⁾ pero Butura y Buturus, aparte Barcino, solo lo conocemos en África⁽¹⁸⁾. El elemento dionisiaco, como hemos visto, solo pudiera aducirse en muy pocos casos y en un conjunto aislado de la serie de *cupae*⁽¹⁹⁾.

Respecto a la presentación de las *cupae* monolíticas dentro de los conjuntos cimiteriales parece aclararse, en parte, por los hallazgos del cementerio de la «Plaza de la Villa de Madrid» en lo que respecta a Barcino. La *cupa* de este tipo no debía reposar, o en todo caso lo haría raramente, sobre el suelo directamente sino que se alzaría sobre un podio, provisto en ocasiones de una o dos gradas⁽²⁰⁾. El rito funerario, al igual que en África, puede ser de inhumación o de incineración. En la necropolis de la «Plaza de la villa de Madrid» se documenta mas la incineración que la inhumación aunque esta tambien se halla presente⁽²¹⁾. En ambos ritos se

(10) Las representaciones de toneles son muy escasas en Hispania Citerior, donde hasta tiempos recientes fueron preferidos otros envases, y en algunos casos, p.e. en la «pátera de Otañes», nos hallamos ante un tema de repertorio como son, en general, las distintas representaciones que decoran esta pieza de orfebrería.

(11) Al menos totalmente. Sin embargo vease mas adelante.

(12) El material reunido por JULIÁ, o. c., inclina a favor de esta prioridad.

(13) El hecho fue ya analizado por JULIÁ.

(14) Así lo sostuvo, en tiempos, LAMBRINO, *Bulletin des études portugaises*, XV, 1951, 93 ss. XVI, 1952, 167 ss. partiendo de DEONNA, *Genava*, XXIV, 1946, 120. Contra JULIÁ, o. c., 47ss. que, sin embargo, aduce los dos posibles *cognomina* indígenas de Barcino. Pese a su insignificancia dentro del conjunto de la onomástica de las *cupae* de Barcino, merecen ser tenidos en cuenta.

(15) P.e. BAICHHENSS, *Bonn und Umgebung. Die militärische Grabdenkmäler*, 1978 (= *Corpus Signorum Imperii Romani, Deutschland*, III-2).

(16) Tambien aparece en África. Cfr. KAJANTO, *The Latin Cognomina*, 1965, 198.

(17) ALBERTOS, *La onomástica personal primitiva de Hispania Tarraconense y Bética*, 1969, 64.

(18) ALBERTOS, o. c., l.c. con comentario a CIL VIII 3366.3948 s.

(19) Prescindiendo de los ejemplares que por sus duelas y aros reflejan claramente la forma de tonel (únicos que han llamado la atención de TONYNBEE, *Death and Burial in the Roman World*, 1971, 253). La interpretación, global, de un simbolismo dionisiaco ha sido sostenido por BLÁZQUEZ, *Religiones primitivas de Hispania*, I, 1967, 163. JULIÁ, o. c., 48. rechaza esta opinión pero no parece significativo como argumento lo observado por BRUHL, *Liber Pater*, 1953, 290, sobre la escasa documentación epigráfica de la Península Ibérica referente al culto de Dionysos prescindiendo de la abundante documentación escultórica y musivaria.

(20) Este hecho se observa tambien en África. Cfr. JULIÁ, o. c., 49.

(21) Para África cfr. JULIÁ, o. c., 49. Sobre los aspectos no epigráficos de la necrópolis de la «Plaza de la Villa de Madrid» cfr. DURÁN, *Miscellanea Barcinonensia*, III, 1963, 57 ss. (= *Cuadernos de Arqueología e Historia de la Ciudad*, IV, 1963, 77 ss. = *Barcelona i la seva historia*, I, 1973², 97 ss.).

documenta la existencia de un tubo o agujero para libaciones ⁽²²⁾.

Tema aparte es la presencia del símbolo del *ascia* ⁽²³⁾. Este enigmático símbolo viene preocupando a los investigadores desde el s. XVII. Es especialmente frecuente en las *cupae*, y solo en éstas, de Barcino hasta el extremo de superar todo lo conocido en la Península Ibérica ⁽²⁴⁾.

Apenas cabe aquí presentar algunas de las opiniones, más verosímiles, atendidas o, simplemente, curiosas, que se han formulado en torno al símbolo del *ascia* ⁽²⁵⁾.

Las interpretaciones más antiguas son también las más sencillas. El *ascia* sería, simplemente, una alusión a la profesión del difunto ⁽²⁶⁾, pero se trata de una de tantas opiniones ⁽²⁷⁾ ya olvidada de cuantos se preocupan hoy de la interpretación de este símbolo ⁽²⁸⁾.

También hay que tener en cuenta que ninguna de las *cupae* de Barcino, tengan o no *ascia*, muestra la fórmula H.M.H.N.S., que en ocasio-

nes se completa con N.L.S. ⁽²⁹⁾. La razón parece ser, y así lo indican los textos de las inscripciones, que las *cupae* de Barcino eran tumbas reservadas al dedicante y a la persona en cuyo honor se erigieron, observese la habitual fórmula, ... *et sibi*... Sin embargo en Barcino este hecho no excluye la presencia del *ascia* lo cual contradice la opinión de Wuilleumier ⁽³⁰⁾. Esto nos lleva a tratar de la limitación del derecho a la propiedad de la tumba a la *familia* propiamente dicha y diferenciada de extraños y parientes colaterales ⁽³¹⁾. A favor de esta interpretación pueden añadirse las formuladas sobre el significado de los términos *deasciare* y *exasciare* ⁽³²⁾ generalmente vinculadas con prohibiciones de falsear, alterar y, posiblemente, reutilizar la inscripción. Parece confirmado que el *ascia* tiene un carácter protector que se concreta o refleja en la vida de ultratumba en cuanto mantenimiento de la sepultura como *domus aeterna* ni removida ni alterada.

APÉNDICE

Cupae líticas de Barcino

N.º 1 — Hallada en el pasado siglo al destruir un sector de la muralla romana en la «calle de Cervantes» ⁽³³⁾. Junto con otras inscripciones halladas en iguales circunstancias fue conservada por el constructor y reutilizada en la decoración de una casa de su propiedad, situada en la «calle de Escipión», n.º 28, hasta 1966 en que al igual que los citados materiales fue trasladada al museo de Historia de la Ciudad ⁽³⁴⁾. Piedra local de las cateras de Montjuich. Cartela con molduras de tipo habitual. Dedicada por Aemilia Lucretia para su marido Numisius Silvanus.

Bibl. — DURÁN, *Miscellanea Barcinonensia*, III, 1963, 58 (= *Cuadernos...*, IV, 1963, 79). JULIÁ, *o. c.*, 36, n.º 20. MARINER, *Cuadernos*, XIII, 1969, 44 s. IRB, 125.

N.º 2 — Hallada en 1876 en el derribo de un sector de las murallas romanas correspondiente a la «calle de Aviñó» ⁽³⁵⁾. Piedra local de Montjuich. Cartela como la anterior. En el lateral izquierdo *ascia*. En la parte superior una perforación quizás identificable como tubo de libaciones. Dedicada a Caliste, *verna*; por Cornelius Thalió. Museo Arqueológico.

Bibl. — CIL II, 6164. JULIÁ, *o. c.*, 30, n.º 1. IRB, 136.

⁽²²⁾ JULIÁ, *o. c.*, 50 ss. considera que esta variante ritual tiene origen africano. Tengase en cuenta en este sentido el trabajo citado en nota 5.

⁽²³⁾ Es curioso que ninguna de las *cupae* del cementerio de la «plaza de la Villa de Madrid» muestra el *ascia*.

⁽²⁴⁾ Sobre las *cupae* de Barcino con *ascia* vease ya BALIL, *AEArq.*, XXVIII, 1955, 123 ss. XXXVII, 1964, 171.

⁽²⁵⁾ A la bibliografía citada en nota anterior añádase DUVAL, *REA*, LV, 1953, 398 ss. LVI 1954, 411 ss. LVII, 1955, 342 ss. LVIII, 1956, 300 ss. LX, 1958, 373 ss. LXI, 1959, 394. LXII, 1960, 432 ss. LXVIII, 1966, 372 ss. LXIX, 1967, 344. LXX, 1968, 444. LXXI, 1969, 436 ss.

⁽²⁶⁾ Esta opinión ha sido acogida en algunas publicaciones divulgativas sobre Barcino. Sin embargo el *ascia*, en sus diversas formas, puede identificarse con una notable cantidad de herramientas, desde el hache hasta las podaderas de vides pasando por las azuelas.

⁽²⁷⁾ Cfr. WUILLEUMIER, *Revue d'Histoire des Religions*, CXXVIII, 1942, 40 ss. donde se recogen unas cuatrocientas a partir del s. XVII.

⁽²⁸⁾ Entre los estudios más importantes de los últimos años habría que señalar el de HATT, *La tombe-galloromaine*, 1951, 65 ss.

⁽²⁹⁾ Sobre esta fórmula, GARCÍA-VALDECASAS, *Anuario de Historia del Derecho Español*, V, 1932, 5 ss.

⁽³⁰⁾ *o. c.*, 50.

⁽³¹⁾ DE VISSCHER, *Revue Internationale des Droits d'Antiquité*, 1954, 288. 1955, 201 ss.

⁽³²⁾ Generalmente en inscripciones de Aquileya, excepto una de Roma, otra de Ostia y una tercera de Salona.

⁽³³⁾ Para las posibles fechas BALIL, *Murallas...* cit., 43 s. BRAH, *CLI*, 1962, 270 ss.

⁽³⁴⁾ MARINER, *Cuadernos...*, XIII, 1969, 44 s.

⁽³⁵⁾ Probablemente entre «calle de Fernando» y «Bajada de San Miguel», en el antiguo solar del «Convento de la Enseñanza».

- N.º 3 — De la «calle de los Gigantes», 1889⁽³⁶⁾. Piedra de Montjuich. Cartela en forma de templete. Junto a la inscripción *ascia*. Festiva la dedica a su *conservus* Peregrinus. Museo Arqueológico.
Bibl. — CIL II 6173. ALBERTINI, n.º 184. BALIL, *AEArq.*, XXVIII, 1955, 126 ss. JULIÁ, *o. c.*, 31, n.º 2. IRB, 193.
- N.º 4 — Hallada en la muralla romana en el sector correspondiente al «convento de la Enseñanza»⁽³⁷⁾. Piedra de Montjuich. Cartela con molduras. Dedicada a Antigenides por su madre Ursulenia Aticila. *Ascia* en el lateral derecho. Museo Arqueológico.
Bibl. — CIL II 6161. JULIÁ, *o. c.*, 31, n.º 3. IRB, 130.
- N.º 5 — Hallada en 1849 en un sector de las murallas romanas correspondiente a la «calle de los Baños Nuevos», n.º 14. Piedra de Montjuich. Cartela con volutas. Dedicada a Faustulina por su *conserva* Secundina. En el lateral izquierdo *ascia*. Museo Arqueológico.
Bibl. — CIL II 4569. ALBERTINI, n.º 180. BALIL *AEArq.*, XXVIII, 1955, 126. ARRIBAS, TRIAS, *Cuadernos*, V, 1964, 66 s. (circunstancias del hallazgo). JULIÁ, *o. c.*, 31 s., n.º 4 IRB, 153.
- N.º 6 — Del «Convento de la Enseñanza». Piedra de Montjuich. Cartela con molduras. *Ascia* a la izquierda. Dedicada a Eutiquia. Museo Arqueológico.
Bibl. — CIL II 6167. JULIÁ, *o. c.*, 2, n.º 5. IRB, 146.
- N.º 7 — De igual procedencia. Piedra de Montjuich. Cartela con volutas y frontón. Dedicada a Ateneo por su *conserva* y *uxor* Ursa. Museo Arqueológico. *Ascia* en el lateral izquierdo.
Bibl. — CIL II 6163. JULIÁ, *o. c.*, 32, n.º 6. IRB, 132.
- N.º 8 — Hallada en las murallas en lugar impreciso⁽³⁸⁾. Piedra de Montjuich. Cartela con molduras en tres de sus lados. Dedicada a Cetegiana por sus hermanos Rusticus y Pisonianus. Museo Arqueológico.
Bibl. — CIL II 4579. JULIÁ, *o. c.*, 32, n.º 7. IRB, 180.
- N.º 9 — Del «Convento de la Enseñanza». Piedra de Montjuich. Cartela enmarcada por volutas. A la derecha *ascia*; a la izquierda cuhillo y espuerta⁽³⁹⁾. Dedicada a Valerius Melippus por su esposa Caelia Saturnina y sua hija Caelia Quarta. Museo Arqueológico.
Bibl. — CIL II 6178. ALBERTINI, n.º 185. BALIL, *AEArq.* XXVIII, 1955, 126. JULIÁ, *o. c.*, 33, n.º 8. IRB, 15.
- N.º 10 — Del «Convento de la Enseñanza». Piedra de Montjuich. Cartela con volutas y frontón triangular decorado con media luna. Dedicada a Porciola por Trocina Chreste. Museo Arqueológico.
Bibl. — CIL II 6175. ALBERTINI, p. 431. JULIÁ, *o. c.*, 33, n.º 9. IRB, 196.
- N.º 11 — Del derribo de los lienzos y torres de la muralla existentes en el antiguo «Palau»⁽⁴⁰⁾. Piedra de Montjuich. Cartela decorada con volutas. Dedicada a Terentius Romanus por su esposa Valeria Crescentina. Museo Arqueológico.
Bibl. — CIL II 4588. JULIÁ, *o. c.*, 34, n.º 10. IRB, 210.
- N.º 12 — Del «Convento de la Enseñanza». Piedra de Montjuich. Cartela con molduras. Dedicada a Celtibera por su amiga Valeria Crescentina. Museo Arqueológico.
Bibl. — CIL II 6188. JULIÁ, *o. c.*, 34, n.º 11. IRB, 157.
- N.º 13 — Hallada en 1959 en una de las torres de la muralla romana correspondientes a la «calle de la Tapinería». Piedra de Montjuich. Cartela decorada con molduras. En el lado izquierdo *ascia*. Dedicada a Livia Lupula por su hijo Livius Hellenicus. Museo de Historia de la Ciudad.
Bibl. — JULIÁ, *o. c.*, 32, n.º 12. IRB, 177.
- N.º 14 — Igual procedencia que la anterior. Piedra de Montjuich. Cartela decorada con molduras. Dedicada a Ceia por C. Helvius. En el lateral izquierdo *ascia*. Museo de Historia de la Ciudad.
Bibl. — JULIÁ, *o. c.*, 34, n.º 13. BALL, *AEArq.*, XXXVII, 1964, 171. IRB, 138.
- N.º 15 — Igual procedencia. Piedra de Montjuich. Cartela con volutas. En el lado derecho *ascia*. Dedicada por L. Iulius Prothenes a su *servus et alumnus* Salvanus. Museo de Historia de la Ciudad.
Bibl. — BALIL, *AEArq.*, XXXVII, 1964, 171. JULIÁ, *o. c.*, 34, n.º 14. IRB, 206.
- N.º 16 — De igual procedencia. Piedra de Montjuich. Cartela con molduras. A la derecha *ascia*. Dedicada por Pedanius Iucundus a su esposa Porcia Filetene. Museo de Historia de la Ciudad.
Bibl. — BALIL, *AEArq.*, XXXVII, 1964, 171. JULIÁ, *o. c.*, 35, n.º 15. IRB, 195.
- N.º 17 — De igual procedencia. Piedra de Montjuich. Cartela decorada con molduras. Dedicada por Fabius Crescens (?) a su hijo Fabius Rufus. Museo de Historia de la Ciudad.
Bibl. — BALIL, *AEArq.*, XXXVII, 1964, 171. JULIÁ, *o. c.*, 35, n.º 16. IRB, 153.
- N.º 18 — Hallada en el pasado siglo en la «Bajada de Santa Eulalia» (?). Piedra de Montjuich. Cartela con volutas apenas esbozadas. Dedicada a Fabia Tertulia. «Plaza de la Villa de Madrid».
Bibl. — BALL, *Las murallas romanas de Barcelona*, 1961, 98. JULIÁ, *o. c.*, 35 s., n.º 17. IRB, 150.

⁽³⁶⁾ Por error JULIÁ la atribuye a la «calle de la Tapinería».

⁽³⁷⁾ Véase plano en AZCARATE, *Cuadernos...*, V, 1964, 48. Su emplazamiento debió corresponder a la casa n.º 34 de la «calle de Fernando». Cfr. BALIL, *Murallas...*, 22.

⁽³⁸⁾ Las dos zonas más probables deben ser los lienzos correspondientes a las calles de «Tapinería», «Baños Nuevos» o el sector entre «Call» y «calle de Fernando».

⁽³⁹⁾ Se aprecia bien en la fotografía de JULIÁ, *o. c.*, lám. IV-2 aunque en el texto se niega su existencia.

⁽⁴⁰⁾ JULIÁ, *o. c.*, I. c., indica como procedencia «calle Palau», pero ésta sólo cortó la muralla en un sector muy reducido, como indica su anchura actual.

- N.º 19 — Hallada en las torres de la muralla romana en la «plaza de Berenguer el Grande». Piedra de Montjuich. Cartela decorada con volutas. A la derecha *ascia*. Dedicado a Buturate por su hijo Neon. «Plaza de la Villa de Madrid».
Bibl. — BALIL, *Las murallas romanas de arcelona*, 1961. 100. JULIÁ, *o. c.*, 36, n.º 18. IRB, 134.
- N.º 20 — Igual procedencia que la anterior. Piedra de Montjuich. Cartela decorada con volutas. Dedicada a Erotico y Erotica por su hijo y hermano Trocina Eroticus. «Plaza de la Villa de Madrid»⁽⁴¹⁾.
Bibl. — BALIL, *Murallas...* cit., 100. JULIÁ, *o. c.*, 36, n.º 19. IRB, 211.
- N.º 21 — De la necrópolis de la «Plaza de la Villa de Madrid». Piedra de Montjuich. Cartela con molduras. Dedicada por Numisia Tyche a su madre Numisia Eutique. «Plaza de la Villa de Madrid».
Bibl. — JULIÁ, *o. c.*, 36, n.º 21. IRB, 187.
- N.º 22 — Igual procedencia que la anterior. Piedra de Montjuich. Cartela decorada con volutas. Dedicada a su abuelo Faustus por Tertulina y Tertiola. «Plaza de la Villa de Madrid».
Bibl. — JULIÁ, *o. c.*, n.º 22. IRB, 155.
- N.º 23 — Igual procedencia. Piedra de Montjuich. Cartela con molduras. Anepígrafa. «Plaza de la Villa de Madrid».
Bibl. — JULIÁ, *o. c.*, 37, n.º 23.
- N.º 24 — Igual procedencia. Piedra de Montjuich. Cartela con volutas y molduras. Dedicada a Flavia Theodote por sus herederos. «Plaza de la Villa de Madrid».
Bibl. — JULIÁ, *o. c.*, 37, n.º 24. IRB, 160.
- N.º 25 — Igual procedencia. Piedra de Montjuich. Cartela rematada por un frontón triangular, decorado con una media luna, y sostenido por columnillas. En los laterales rosáceas. Dedicada a Anexius (?) por Flavonius (?) Theodorus. «Plaza de la Villa de Madrid».
Bibl. — JULIÁ, *o. c.*, 37, n.º 25. IRB, 161.
- N.º 26 — Misma procedencia. Piedra de Montjuich. Cartela decorada con molduras. Dedicada a Fabia Agatonice. «Plaza de la Villa de Madrid».
Bibl. — JULIÁ, *o. c.*, 37, n.º 26. IRB, 147.
- N.º 27 — Reutilizada como material de construcción en la muralla, sector de la «calle del Subteniente Navarro». Piedra de Montjuich. Recortada para adaptarla a sillar. Aparecen los nombres de Q. Valerius Secundus y Q. Valerius Faventinus. Museo de la Historia de la Ciudad.
Bibl. — IRB, 217.
- N.º 28 ss. — Diversos fragmentos hallados en la torre de la puerta de la muralla junto a la «Plaza Nueva» correspondiente al Palacio Arzobispal.
Bibl. — Noticias facilitadas por dn. Oriol Granados. Estudiodeña. Isabel Rodá, en prensa en *Pyrene*.
- Una segunda *cupa* de la «calle del Subteniente Navarro» es citada por DURÁN, *o. c.*. No he conseguido noticias de otra aparte de la citada en el n.º 27. Ignoro si puede tratarse de una confusión con elementos no desmontados.

ADDENDA

Ya concluido este trabajo he tenido conocimiento de la obra de DEL AMO, *Estudio crítico de la necrópolis paleocristiana de Tarragona*,

1979 (texto), donde (p. 158 ss.) se estudian las *cupae* de esta necrópolis y se discute, con conclusión negativa, la existencia de tubos de libación.

⁽⁴¹⁾ Al igual que otras no halladas en la misma, estuvo previamente en el patio del Museo de Historia de la Ciudad.

José LUÍS DE MATOS

MAUSOLÉUS DO CERRO DA VILA

ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA
Sér. X - Vol. I/II (1) - 1984/88

MAUSOLÉUS DO CERRO DA VILA

José LUÍS DE MATOS

Em escavações realizadas no Cerro da Vila antes de 1970 apareceram os fundamentos de dois edifícios, um dos quais é sem dúvida funerário e o outro possivelmente também.

Trata-se de dois maciços de alvenaria bem compactada, que pela solidez e profundidade dos alicerces parece terem pertencido a dois grandes mausoléus ou duas torres funerárias. Ambos se encontram a N. do edifício mais importante do Cerro da Vila, a «Casa Senhorial», um deles aproximadamente a 100 metros, e o outro a perto de 180 metros desta estrutura arqueológica.

O primeiro edifício é o maior e o mais significativo, já que possui um *columbarium* com dez nichos para urnas cinerárias e uma canalização, ou melhor, uma caleira em zigue-zague adossada às paredes exteriores; será designado por «mausoléu» (Fot. 1). O segundo está reduzido a um maciço quadrangular de alvenaria que apresenta um buraco feito expressamente por pesquisadores antigos, provavelmente na mira de tesouros. Será a seguir designado por «torre» (Fot. 2).

O mausoléu apresenta-se actualmente como uma estrutura de forma quadrangular tendo de comprimento máximo 13,40 m, e máxima largura 5,56 m. Mas incluindo os lanços exteriores da caleira adossada, a largura total é de 8,64 m (*vd.* planta).

O que em primeiro lugar chama a atenção nesta estrutura é o *columbarium*, uma caixa de forma rectangular de 2,92 m de comprimento, por 2,39 m de largura e 0,80 m de profundidade, aberta no interior da alvenaria, tapada primitivamente por lajes de pedra, das quais ainda resta uma delas. Adossados às paredes existem dez pequenos nichos, medindo cada um 0,58 m de profundidade por 0,44 m de largura e por 0,37 m de altura. Três dos nichos estão voltados

para NO, outros tantos para SE e dois em cada uma das paredes opostas (*vd.* planta).

O chão do columbário é forrado de grandes *lateres* medindo 0,60 m por 0,60 m, de pasta amarelada, mal cozida.

Os nichos são divididos entre si por *lateres* de menores dimensões (0,27 m por 0,20 m de superfície por 0,04 m de espessura). No chão, nos fundos e no tecto dos nichos podem ver-se *lateres* grandes, semelhantes aos anteriormente descritos, inclusivamente na pasta e cozedura, ainda que alguns apresentem uma coloração escura e pasta grosseira. No forro dos nichos vêem-se também *tegulae* grandes (de 0,51 m por 0,41 m). A laje de calcário da cobertura do *columbarium* mede actualmente 1,73 m por 0,48 m.

Este columbário foi protegido no início por uma pequena edificação, que depois foi aumentada em épocas posteriores. O primitivo mausoléu poderia não ter tido mais de 3,78 m por 5,60 m. No entanto só podemos ter plena evidência acerca de um mausoléu um pouco maior, que media 5,60 m por 5,90 m de superfície. De facto, de um lado e outro do *columbarium* é possível observar ainda (*vd.* planta) uma linha de paredes cortadas regularmente e com restos de estuque, a uma distância de 2,90 m na direcção do NO do *columbarium* e a 0,40 m para SE no sentido do comprimento. Posteriormente, o mausoléu foi acrescentado neste último sentido para SE com uma secção que mede 1,92 m e para NO com duas outras medindo respectivamente 2,56 m e 3,30 m, mantendo-se aproximadamente a largura inicial.

A alvenaria é muito consistente e emprega quase sempre pedra pequena, cal e areia, mas aparecem também alguns blocos grandes de pedra que atingem 0,30 m de comprimento.

O elemento mais estranho desta estrutura é a caleira em zigue-zague adossada às faces nordeste, sudeste e sudoeste e que desaparece apenas

na face noroeste do edifício. Nas faces nordeste e sudoeste a caleira forma quatro saliências, dando a sensação de que estaria posta em torno de quatro pilastras ou contrafortes, talvez quatro plintos de estátuas funerárias. Esta caleira foi primitivamente recoberta de *opus signinum*, de que ainda se vêem restos, e a sua altura interior rondaria os 0,20 m, por aproximadamente 0,20 m de largura. Nos pontos onde desapareceu o *opus signinum* vêem-se os tijolos do fundo e da parede exterior, sendo muitos deles certamente provenientes de outras construções, já que nos aparecem por exemplo tijolos semiesféricos que são normalmente utilizados em colunas (0,31 m de diâmetro).

A «torre» é um maciço de alvenaria de planta quadrada, que mede aproximadamente 4,60 m de lado, e actualmente está reduzida a pouco mais que os alicerces. De facto, os alicerces têm um metro de altura aproximadamente, e a base da torre mede agora sensivelmente o mesmo em altura.

Junto da parede virada a leste existia uma concavidade entulhada. A escavação mostrou que se tratava de um buraco feito em tempos antigos, com a finalidade de se chegar à câmara funerária ou a algum tesouro. Os pesquisadores que o fizeram, depois de terem chegado até 0,80 m de profundidade abaixo dos alicerces, abandonaram a busca e o local foi entulhado. Seguimos o caminho desses pesquisadores antigos e verificámos não existirem quaisquer estruturas ou materiais arqueológicos.

Este tipo de estruturas não são frequentes em território português, e têm merecido muito

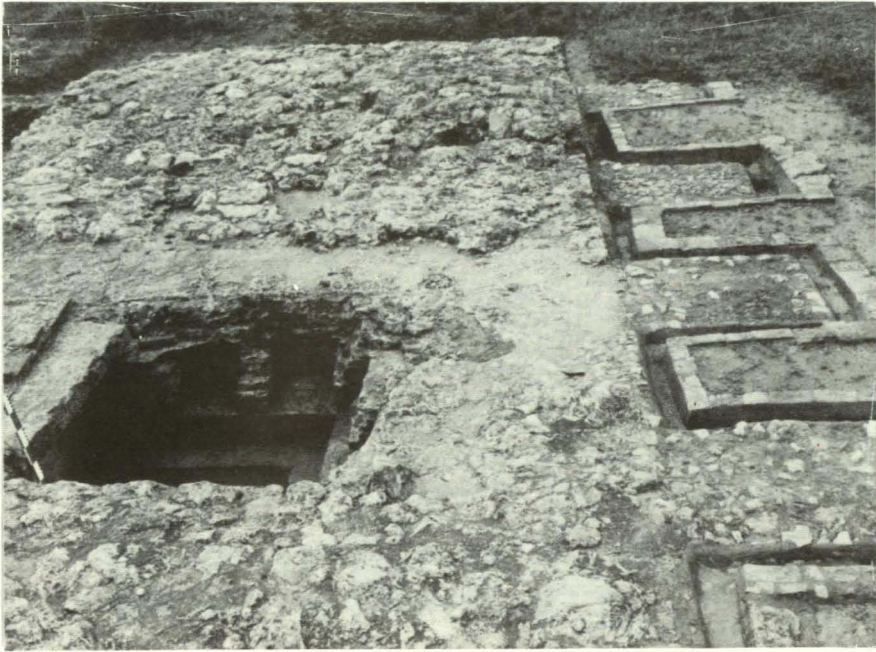
breves referências na literatura arqueológica entre nós. Conheciam-se até agora dois columbários, o de Guilhabreu, Vila do Conde e o de Tróia, Setúbal⁽¹⁾. Mas nas escavações arqueológicas realizadas na estação arqueológica do Milreu, no Algarve, durante o verão de 1982, a equipa do Instituto Arqueológico Alemão dirigida pelo Dr. Theodor Hauschild encontrou um mausoléu muito semelhante ao que aqui foi apresentado em primeiro lugar. Esta descoberta constituiu objecto de uma comunicação desse arqueólogo a um colóquio realizado no Instituto Arqueológico Alemão em Lisboa e vai ser publicada em breve numa revista arqueológica. É interessante notar desde já a coincidência da área geográfica e da tipologia dessas estruturas.

Fora de Portugal conhecem-se muitos exemplares, nomeadamente em Espanha e no Norte de África, para citar apenas duas regiões que estão mais próximo do território português e conosco têm a maior afinidade cultural no período romano⁽²⁾.

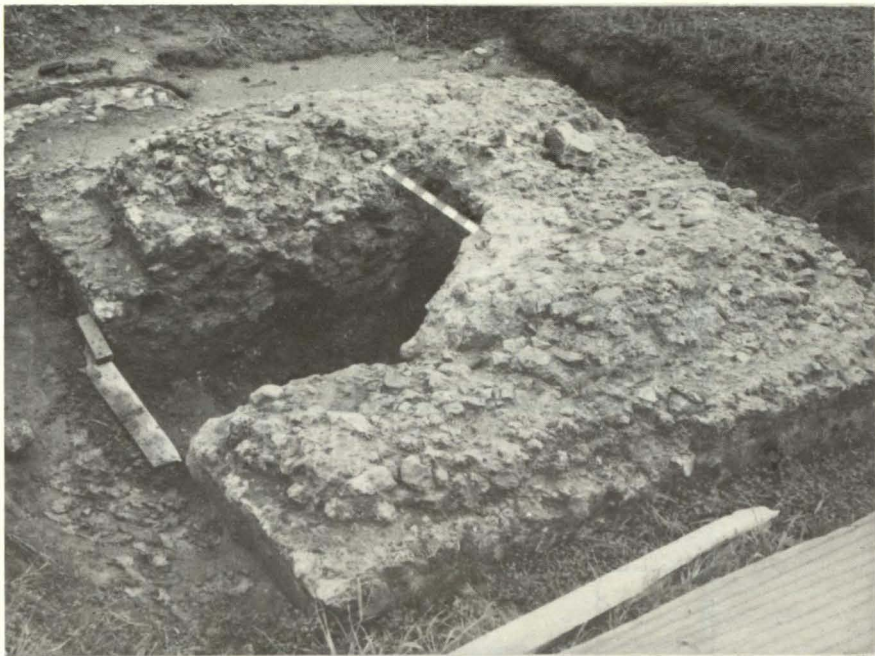
Não encontramos, contudo, memória da existência de caleiras semelhantes àquela que se vê junto do mausoléu. Quanto a nós essa canalização pode ter servido o culto funerário prestado aos mortos junto do lugar de deposição das cinzas. Seria assim uma «caleira de libações», servindo para as mesmas funções religiosas que as concavidades existentes em aras e, de um modo geral, por cima de urnas cinerárias, ou ainda por cima de algumas das sepulturas tardo-romanas que se encontram em Tróia de Setúbal, forradas de *opus signinum*, com rebordo lateral e escoadouro para os líquidos.

(1) Cf. ALARCÃO, JORGE DE, *Portugal Romano*, Lisboa, Verbo, 1973, p. 187.

(2) Cf. DAREMBERG, Ch. e SAGLIO, E., *Dictionnaire des Antiquités*, Paris, 1877-1918 (vd. *Columbarium, Sepulcrum*). MARTINEZ, ANTÓNIO BELTRAN, *Arqueologia Clasica*, Madrid, Pegaso, s. d., pp. 584 ss. BELMUNT, JUAN, GIRÓ, PEDRO, «Dos columbários en la cuenca del río Anoia», *Ampurias*, vol. XXVIII, Barcelona, 1966, pp. 255 a 261. HAUSCHILD, THEODOR, «Das Mausoleum bei las Vegas de Puebla Nueva», *Madridrer Mitteilungen* 10, 1969, Heidelberg, F. H. Kerle Verlag, 1969, pp. 296 a 316.



Fot. 1 — Mausoléu 1 (vista parcial)



Fot. 2 — Mausoléu 2 (torre funerária)

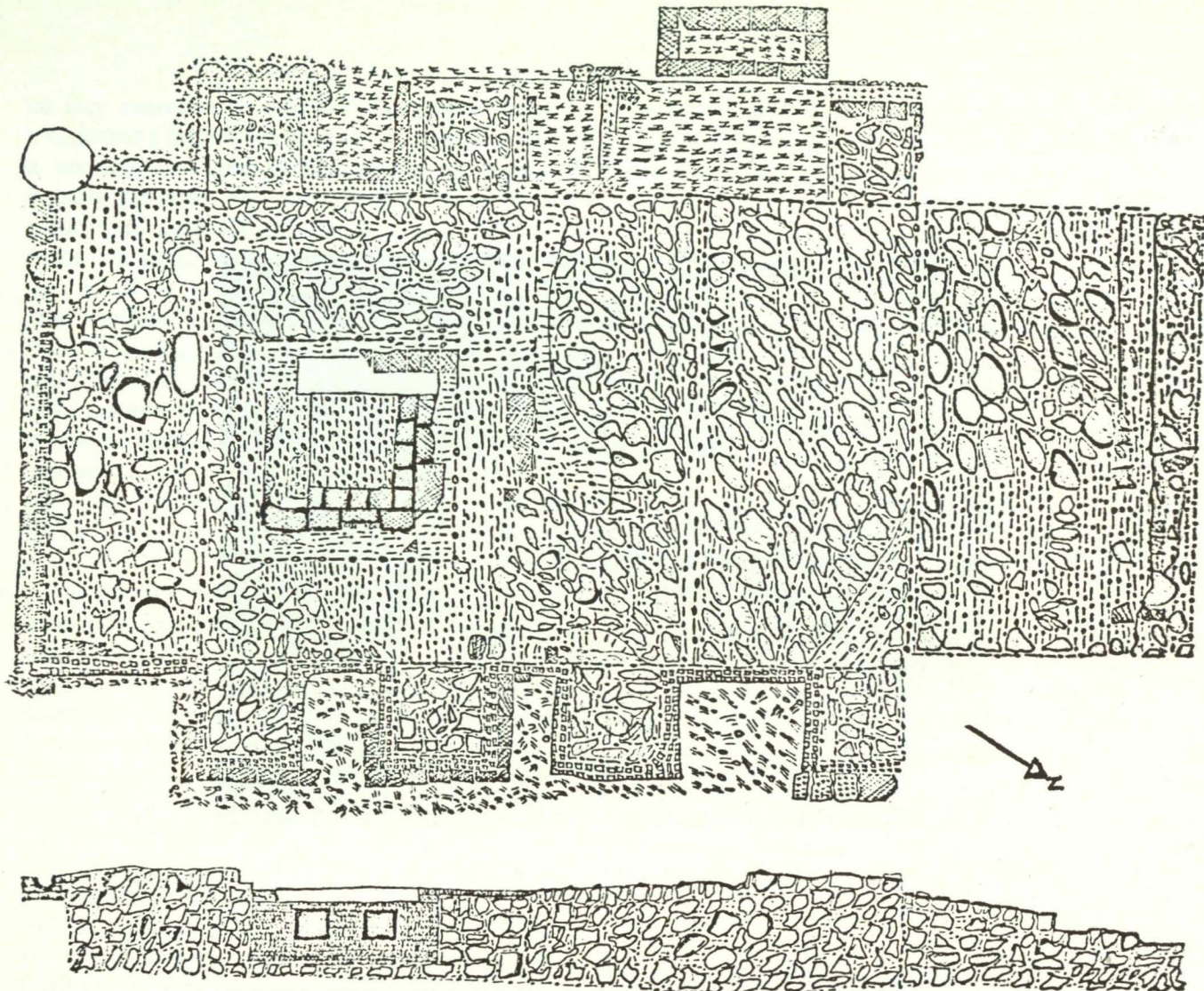


Fig. 1 — Mausoléu (planta e corte) — esc. 1:75

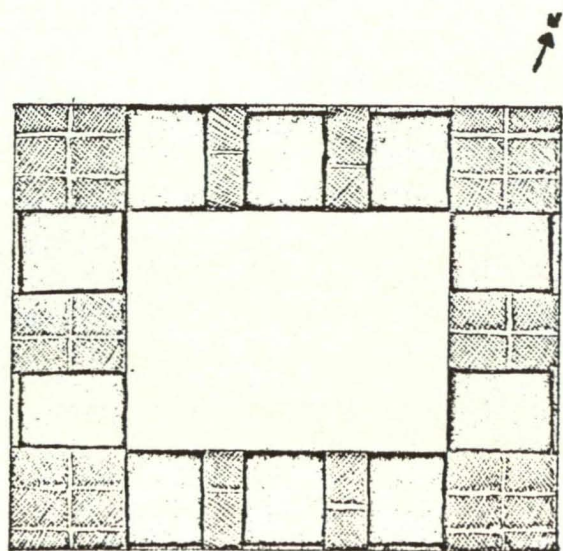


Fig. 2 — Planta do Columbarium — esc. 1:40

Theodor HAUSCHILD

O EDIFÍCIO DE CULTO DO COMPLEXO
DE RUÍNAS ROMANAS
PERTO DE ESTOI, NA PROVÍNCIA DA LUSITANIA

ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA
Sér. X - Vol. I/II (1) - 1984/88

O EDIFÍCIO DE CULTO DO COMPLEXO DE RUÍNAS ROMANAS PERTO DE ESTOI, NA PROVÍNCIA DA LUSITANIA (*)

Theodor HAUSCHILD

I — LOCALIZAÇÃO DO EDIFÍCIO. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

O edifício de culto em questão faz parte de um conjunto de ruínas antigas de razoável extensão, situado na zona de Milreu, perto da localidade de Estoi⁽¹⁾, a cerca de 9 km de Faro. A Norte elevam-se as encostas do Monte Figo e, a Sul, em direcção ao mar, estendem-se amplas hortas e campos, cuja fertilidade é conhecida desde tempos remotos⁽²⁾. Na localidade de Estoi, situada um pouco mais acima, nascem mananciais que permitem a existência de hortas e jardins de rica vegetação e cujas águas são conduzidas, através de vários canais, aos campos mais baixos. Alguns destes canais desaguam perto do conjunto de ruínas romanas de Milreu, no Rio Seco, um pequeno riacho em cuja margem oriental se situam as ruínas. Na margem oposta encontra-se a pequena povoação de Coiro da Burra, pela qual passa a moderna estrada principal. Na zona de Milreu existe um "monte" cujos limites assentam, em parte, sobre as ruínas e cuja área de exploração cobre uma grande parte das antigas instalações romanas. O campo circundante — hortas com amendoeiras e alfarrobeiras — oferece ao visitante uma paisagem romântica. Uma

ruína com muros de tijolo, de mais de nove metros de altura e com um arredondamento característico de abside (fot. 1), desperta particular atenção. Trata-se do edifício de culto que irá ser aqui analisado.

Antes, porém, devemos referir as publicações mais importantes que dizem respeito a este conjunto. Até muito recentemente supôs-se ser esta a localização da antiga cidade de Ossónoba⁽³⁾, mencionada por Estrabão e Plínio, discutindo-se também, além das próprias ruínas, a denominação do local, André de Resende, ao referir-se à crónica do Mouro Rasis⁽⁴⁾, manteve o critério de que, com base na antiga descrição e na existência das ruínas perto de Estoi, este seria sem dúvida o local da cidade de Ossónoba. Todavia, os relatos antigos não permitem a localização exacta desta cidade da velha província da Lusitânia, apesar da relativa importância que terá tido durante a época que se seguiu à Antiguidade e até no período do domínio muçulmano, em que foi sede de diocese visigótica⁽⁵⁾. Em tempos mais recentes Abel Viana pôde demonstrar de forma convincente que Ossónoba se situava no local onde hoje se encontra o bairro velho de Faro⁽⁶⁾. Achados de inscrição em Faro com o nome de

(*) A presente obra é uma tradução do trabalho publicado, como edição particular, em 1964: *Der Kultbau neben dem römischen Ruinenkomplex bei Estoi in der Provinzia Lusitania*, Diss. Technische Universität Berlin, 1964. O texto não foi alterado. Foram, entretanto, publicados trabalhos que tomam parcialmente em consideração os resultados da presente obra, apresentando também importantes informações complementares sobre a zona de ruínas de Milreu, sobretudo no âmbito das indicações bibliográficas: J. Pinheiro e Rosa, *Bol. Câmara Mun. de Faro*; L. M. Estácio da Veiga, *Arqueologia Romana do Algarve*; J. de Alarcão, *Portugal Romano*. Relacionado com as escavações mais recentes existe, até à data, um relatório sobre as campanhas dos anos de 1971 e 1979: Th. Hauschild, *Milreu/Estoi (Algarve), Untersuchun gen neben der Taufpiscina und Sondagen in der Villa - Kampagnen 1971 und 1979*.

(1) Aqui, como em todas as publicações, o nome do local é escrito «Estoi». Apenas na Carta Corográfica de Portugal, Instituto Geográfico e Cadastral, n.º 53 A, na escala de 1:50.000 e no Dicionário Chorográfico de Portugal Continental e Insular, 1938, de A. Costa, está indicado «Estoy».

(2) Citação com base em *L. Andreae Resendii Eboensis, De Antiquitatibus Lusitaniae, Conimbricensis Academiae*, Coimbra, 1790, p. 238 e ss.

(3) Estrabão III, 2, 5. Ossónoba é aqui mencionada ente as cidades situadas junto da foz de rios. Plinius, *Naturalis Historia* lib. II, 116. Ossónoba é citada entre os «oppida» na costa da Província da Lusitânia.

(4) Ver nota 2. A descrição do mouro Rasis é aí reproduzida na p. 239.

(5) Indicações bibliográficas resumidas por M. TORRES, *La Iglesia en la España visigoda*, p. 281 da *Historia de España*, III, 1963, publicada por R. MENÉNDEZ PIDAL.

(6) A. VIANA, *Ossónoba, o problema de sua localização*, «Revista de Guimarães», LXII, n.º 3-4, 1952, p. 250 e ss.

Ossónoba e escavações perto da catedral confirmam, sem margem para dúvidas, estas afirmações⁽⁷⁾. Além disso, nas inscrições epigráficas encontradas até à data em Milreu-Estoi, não figura o nome de Ossónoba⁽⁸⁾. Deste modo, para o esclarecimento e definição do local onde se encontram as ruínas, interessam somente as publicações que fazem referência às ruínas e aos achados. Um resumo dessas descrições mais antigas é-nos dado por Américo Costa no seu *Dicionário Chorográfico de Portugal*⁽⁹⁾, que inclui referências a Frei Vicente Salgado, Francisco Barreto, A. Resende e P. Lima. As breves indicações feitas sobre achados de colunas, mosaicos e um templo de tijolo não dão, contudo, quaisquer esclarecimentos sobre o tipo do complexo. Barreto supõe que o edifício de culto seja uma igreja e explica as fendas dos muros pelo grave terramoto de 1755. Nenhum dos autores deixou, porém, um desenho das ruínas que estavam, certamente, mais bem conservadas antes do terramoto.

Em 1877, Estácio da Veiga iniciou as escavações neste local e, pensando encontrar a antiga Ossónoba perto de Estoi⁽¹⁰⁾, deixou a descoberto a maior parte dos muros que se vêem actualmente. A ele se deve a elaboração de uma planta bastante pormenorizada que constitui uma base importante para a investigação posterior (fig. 3), já que nela figuram muros que hoje não existem

e sobre os quais não temos outros dados. Terei ocasião, mais adiante, de comparar os dados dessa planta com o estado actual das ruínas.

Na referida planta verifica-se a considerável extensão do conjunto dos muros, um núcleo central com pátios e instalações de banhos e, ao lado, a construção absidal que imediatamente salta à vista. A primeira descrição desta construção deve-se a Pereira Botto⁽¹¹⁾, que efectuou escavações antes de 1897 e publicou também uma planta (fig. 4). Esta é, no entanto, tão sumária que nada acrescenta à de Estácio da Veiga. Considerando que nela não figuram alguns troços de muro que constam ainda na planta de Estácio da Veiga, é de presumir que, nessa época, eles já estivessem de novo tapados. São importantes, embora lamentavelmente breves, as descrições de Botto das ruínas indicadas na planta e particularmente do edifício que designa por templo. Além disso, Botto, já em 1895, tornou pública a descoberta, em Milreu-Estoi, de uma escultura representando uma cabeça⁽¹²⁾. Nesse mesmo ano, Santos Rocha descreve alguns pormenores construtivos das ruínas de Milreu, mencionando também os mosaicos existentes no muro do chamado templo⁽¹³⁾. Descreve ainda a parede de tijolo, mostrando o desenho de um selo sobre tijolo, não indicando contudo o lugar da sua procedência na zona das ruínas. Em 1896, Pereira Botto dá conhecimento do achado, em Milreu, de uma

(7) Comparar também com as escavações efectuadas em Faro: A VIANA, *Restos de Ossónoba, no Largo da Sé, em Faro*, «Revista do Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares», Lisboa, n.º 39-46, 1949.

(8) A pedra com inscrição encontra-se no Museu de Faro. Foi tornada pública por L. WICKERT, *Bericht über einer zweite Reise zur Vorbereitung von CIL II*, supl. 2. *Sitzungsber. der Preub. Akad. der Wiss. Philos.* — *Histor. Klasse*, 1931, p. 834.

A inscrição é a seguinte:

M. Acilius -- bus
lib(ertus) (?)
pro salute
(et re)ditus aer(um).

Uma segunda inscrição provém de Guelhim, Coiro da Burra, perto de Milreu: J. LEITE DE VASCONCELOS, «Renascença», 9 de Setembro de 1934, *Dois inscrições do Algarve*.

A inscrição é a seguinte:

DMS
ACTE
ANN XXXV
HSESTTL

(9) A. COSTA, *Dicionário Chorográfico de Portugal Continental e Insular*, Villa do Conde, 1938, vol. VI, pp. 384 e ss. Na *Geografia Histórica*, de P. LIMA, há uma breve descrição das ruínas e uma menção de um templo com muros de tijolo, de termas e túmulos.

(10) S. P. ESTÁCIO DA VEIGA, *A tabula de bronze de Aljustrel, Memória apresentada à Academia Real das Ciências de Lisboa*, Lisboa 1880, pp. 64 e ss., com planta das escavações.

(11) C. PEREIRA BOTTO, *Ichnographia parcial das construções luso-romanas de Milreu (Estoi-Algarve)*, «O Arch. Port.», vol. IV, 1898, pp. 158 e ss., com esboço da planta.

(12) C. PEREIRA BOTTO, *Cabeça de uma estátua luso-romana de Milreu (Estoi)*, «O Arch. Port.», vol. 1, 1895, n.º 5, pp. 136 e ss.

(13) A. DOS SANTOS ROCHA, *Notícias de algumas estações romanas e árabes do Algarve*, «O Arch. Port.», vol. 1, n.º 8, 1895, pp. 204 e ss., figs. 5 e 6.

escultura representando uma cabeça de mulher, mas infelizmente também não refere o exacto local em que foi achada ⁽¹⁴⁾.

Leite de Vasconcelos dedica um artigo, em 1897, à descoberta em Milreu de várias moedas romanas, entre elas uma com a effigie de Constantino II ⁽¹⁵⁾. Pouco depois, em 1898 ⁽¹⁶⁾, o local é de novo mencionado por Pedro Antão de Azevedo, que supõe ter sido aqui localizada a antiga cidade de Ossónoba e que a maior parte das ruínas, isto é, o templo anteriormente citado, corresponda a uma capela da antiga catedral. Merece ainda citação especial e referência de Hübner no CIL, pela qual se vê que estava absolutamente convencido, ele e os escavadores, de que Estoi se identificava com a antiga cidade de Ossónoba ⁽¹⁷⁾.

Esta série de publicações, que estão certamente ligadas às escavações realizadas por Estácio da Veiga e Botto, dá indicações muito reduzidas sobre as circunstâncias em que foram feitos os achados. Omite todavia os achados provenientes dos túmulos descobertos ao lado do chamado templo ⁽¹⁸⁾. Actualmente, os objectos encontram-se nos museus de Faro, Lagos e Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos, em Lisboa ⁽¹⁹⁾.

É evidente que o local posto a descoberto, bem como as ruínas então existentes, de uma altura bastante considerável, caíram no esquecimento pois quando, em 1941, Mário Lyster

Franco foi encarregado de fazer uma limpeza no local, a operação assemelhou-se a uma escavação ⁽²⁰⁾. Lyster Franco ordenou sobretudo que fossem retiradas as construções modernas ao lado do edifício de culto e que o conjunto de muros, com as suas fendas e erosões, ficasse protegido na sua estrutura. A sua publicação, a este respeito, é a mais completa até à data e a que apresenta mais resultados. Trata pormenorizadamente os diferentes compartimentos e faz uma análise crítica das publicações de Estácio da Veiga e Pereira Botto.

Outras publicações seguem os resultados das investigações efectuadas por Lyster Franco, dando indicações gerais sobre os diferentes elementos das ruínas ⁽²¹⁾. O problema de Ossónoba e Estoi foi tratado com maior extensão, em 1953, por Abel Viana ⁽²²⁾. Parece que Blás Taracena se baseia apenas em descrições mais antigas quando menciona um criptopórtico ao lado do chamado templo, descrito como periptero ⁽²³⁾. García y Bellido refere-se a Lyster Franco e trata sobretudo da cabeça de Galieno ⁽²⁴⁾. Mérida menciona apenas o revestimento de mosaico no interior das termas ⁽²⁵⁾.

Há ainda uma referência a este local e ao seu espólio, depositado no museu de Lagos, numa publicação no *Archivo Español de Arqueología* em 1953 ⁽²⁶⁾.

(14) C. PEREIRA BOTTO, *Progressos do Museu Lapidario de Faro*, «O Arch. Port.», vol. II, 1896, p. 296.

(15) J. LEITE DE VASCONCELLOS, *Notícias várias. Oito moedas romanas de Milreu (Estoi)*, «O Arch. Port.», vol. III, 1897, p. 297.

(16) P. A. DE AZEVEDO, *Extractos archeologicos das Memorias parochias de 1785*, «O Arch. Port.», vol. IV, 1898, p. 145.

(17) E. HUEBNER, *CIL II*, supl. 1892, pp. 781 e ss.

(18) S. P. M. ESTÁCIO DA VEIGA, o. c., p. 64.

(19) Os achados de Lagos foram tornados públicos por A. VIANA, J. FORMOSINHO e O. DA VEIGA, *De lo preromano a lo arabe en el museo regional de Lagos*, «Archivo Español de Arqueología», XXVI, 1953, pp. 113 e ss. Referir-me-ei mais adiante aos achados que se encontram noutros museus, dos quais apenas uma parte foi tornada pública.

(20) M. LYSTER FRANCO, *As ruínas romanas de Milreu*, «Boletim da Junta de Província do Algarve», 1, 1942. Trata-se da reprodução de uma exposição feita por M. Lyster Franco por ocasião do «Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências», realizado em 1942 no Porto. As páginas da separata, que está à minha disposição, não são numeradas e serão citadas segundo uma contagem por mim efectuada.

(21) Comparar D. PERES, E. CERDEIRA, *História de Portugal*, I, 1928, p. 279. A descrição aqui é muito breve. HERCULANO, *História de Portugal*, 8.ª edição, vol. V, p. 113, menção de Ossónoba.

A. DE LACERDA, *História da Arte em Portugal*, I, Porto, 1942, pp. 77 e ss. A descrição aqui é pormenorizada e contém algumas imagens. O autor refere-se já às escavações mais recentes de M. Lyster Franco. Os achados mencionados são: Amor sobre golfinho, placa com relevo, busto de mármore de uma mulher, cabeça enfeitada com frutos, outra cabeça de mulher, mais outra cabeça de mulher, cabeça de homem (Galieno), fragmento de uma placa com relevo. As duas últimas peças encontram-se no Museu de Lagos, todas as restantes no Museu Etnológico de Lisboa. As pp. 79 e 80 mostram imagens de cabeças.

Para nenhuma das peças são referidas indicações sobre o local onde foram encontradas (ver também nota 102).

(22) A. VIANA, *Ossónoba, o problema de sua localização*, o. c.

(23) B. TARACENA, *Ars Hispaniae, Arte romano*, p. 49 e pp. 60, 79, 145, 152.

(24) A. GARCÍA Y BELLIDO, *Archaeological News, Spain and Portugal*, «American Journal of Archaeology», 52, 1948, p. 265.

(25) J. RAMON MÉLIDA, *El arte en España durante la época romana*, em *Historia de España*, II, p. 641, publicada por R. Menéndez Pidal.

(26) Comparar nota 19. A descrição aqui é muito breve, dando, no entanto, indicações bibliográficas.

Não é possível comprovar hoje, em toda a sua extensão, o conjunto das construções postas a descoberto por Estácio da Veiga em 1877. A operação de limpeza levada a cabo por Lyster Franco em 1941, incidiu apenas em parte do terreno, deixando as estruturas a descoberto⁽²⁷⁾. É essa a parte das ruínas que hoje podemos ver e estudar. Dos restantes elementos construtivos que constam da planta elaborada por Estácio da Veiga⁽²⁸⁾ (fig. 3), são apenas visíveis à superfície algumas partes dispersas entre campos e árvores. Para uma breve descrição do complexo, no seu conjunto, basear-me-ei na planta de Estácio da Veiga, pois todas as outras, incluindo a de Botto (fig. 4), lamentavelmente sob a forma de esboço, incluem muito menos pormenores (fig. 7)⁽²⁹⁾. Depois de comparar a planta de Estácio da Veiga com o que hoje resta dos muros, posso afirmar ter verificado que existem muito poucas diferenças, pelo que é lícito supor que este arqueólogo tenha de facto indicado na sua planta todos os muros por ele desenterrados.

No terreno e na direcção Leste-Oeste, ou seja, descendo ligeiramente em direcção ao rio, encontra-se um aglomerado de sistemas de muros que podem ser, de maneira geral, divididos em cinco secções distintas⁽³⁰⁾ (fig. 5):

- 1) A Leste, ou seja, na ladeira mais elevada, encontram-se partes isoladas de construções, hoje cobertas por árvores e arbustos (ver planta de E. da Veiga, n.ºs 1 a 5). Dois dos sistemas menores têm muros tão espessos que devem ser considerados como uma espécie de alicerces ou fundações, destinados a servir de suporte a pesadas estruturas. Trata-se das edificações n.ºs 1 e 2; esta última dispõe, segundo as investigações que levei a cabo no resto dos muros que ainda hoje estão à vista, de muros com uma espessura muito maior do que a indicada por Estácio da Veiga. Os restos dos muros, segundo os n.ºs 3 a 5, fazem supor que se trata de um peristilo.

- 2) O segundo grupo inclui as construções de que faz parte o grande complexo principal e caracteriza-se por uma variedade, ou melhor, por um sistema contínuo de pequenos compartimentos de muros, que na planta é assinalado pelos n.ºs 6, 7, 8 e 64 a 68. A julgar pela sua planta e situação, um pouco isolada, estes compartimentos devem ter sido instalações de serviço. Hoje, esta rede de muros só aqui e ali é visível à superfície. A planta de Botto (fig. 4) já não indica a sua totalidade, pois certamente a maioria voltara a estar coberta de terra.

- 3) O terceiro grupo de construções engloba a parte central da instalação, um outro pátio com peristilo, com compartimentos contíguos, em cujo centro se encontra um grande tanque de água. Na planta de E. da Veiga este tanque é assinalado com o n.º 25 e o pátio com peristilo com os n.ºs 24 e 23. Para Oeste, abre-se uma grande sala (n.º 22) com uma abside (n.º 37). Em torno dos restantes três lados do peristilo agrupam-se compartimentos de dimensões mais reduzidas e a Leste situam-se, em parte, num terraço mais elevado e acessível apenas por meio de escadas. A Norte seguem-se, na planta, compartimentos interiores de maiores dimensões, hoje cobertos, tornando-se impossível averiguar se alguns deles eram pátios.

- 4) A Oeste do núcleo central, com peristilo, encontra-se um grupo uniforme de divisões interiores, as termas, dele separadas pela sua localização em nível inferior. Estas termas parecem ter sido consideradas pelos escavadores como a parte essencial das ruínas de Milreu e, por essa razão, Botto chama «instalação termal» a todo o complexo das construções⁽³¹⁾. Não se deve estar a cometer um erro quando se denomina de *apodyterium* o espaço indicado como n.º 39

(27) M. LYSTER FRANCO, *As ruínas romanas de Milreu*, o. c., p. 5.

(28) S. P. M. ESTÁCIO DA VEIGA, *A tábula de bronze de Aljustrel*, o. c., com planta.

(29) Para a planta de C. PEREIRA BOTTO ver nota 11. A planta 7 é uma planta mais recente, não publicada, da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais de Lisboa, de 1950.

(30) Para uma melhor orientação, a planta de S. P. M. Estácio da Veiga foi recopiada e a sua numeração inscrita de forma mais legível. Foi ainda indicado o declive do terreno junto ao rio. Esta planta é a base para a descrição que se segue (fig. 5).

(31) C. PEREIRA BOTTO, *Ichnographia parcial das construções luso-romanas de Miureu*, o. c., p. 158.

na planta de E. da Veiga. Botto, que na planta atribui a este espaço o n.º 6, dá-lhe a mesma interpretação. Do *apodyterium*, portas dão para dois *frigidarii*, sendo um deles o compartimento n.º 62 com o tanque de água fria de forma circular, ao Norte, e o outro o compartimento n.º 43 com um tanque mais pequeno, cujo revestimento de mosaico está ainda hoje quase totalmente conservado. Mais a Oeste, seguem-se o *tepidarium* e o *caldarium* com o seu *hipocaustum*, quer dizer, o seu sistema de aquecimento debaixo do chão. Daqui resulta uma forma de planta praticamente simétrica, com dois espaços absidais virados a Oeste. Tanto do lado Norte como no centro do lado Oeste se encontra um *prae-furnium*.

- 5) Como quinto e último grupo de construções, situado a Sul da parte central com peristilo, sobressai uma instalação fechada, de planta axial simétrica, que é designada por templo por todos os autores.

Este grupo está separado do 3.º por um caminho que corre no sentido Leste-Oeste, assinado com o n.º 8 na planta de E. da Veiga. Esta instalação será estudada em pormenor mais adiante.

III — DESCRIÇÃO DO EDIFÍCIO DE CULTO

Na zona Sudoeste das ruínas, separada do conjunto de casas por um caminho, erguem-se os muros de uma construção antiga, de altura considerável (fot. 3), que formam um sistema fechado de construção, geralmente chamado «templo» nos trabalhos publicados até à data e que aqui referiremos por «edifício de culto» (fig. 8).

A entrada para a zona do edifício de culto situa-se junto ao caminho que desce a encosta e é formada pelas paredes salientes de um portão, em frente do qual se encontra um pequeno tanque semicircular. Este pertence ao conjunto do edifício de culto constituindo, na planta, o pólo oposto à abside da *cella*. O visitante encontra-se aqui no eixo de uma construção perfeitamente simétrica. Passando o portão, depara-se com um pátio que cerca todo o núcleo da construção, assente numa plataforma. Subindo três degraus, chega-se ao patamar (fot. 4), seguindo-se daí

para a *cella*, rodeada por uma galeria. A *cella* é um compartimento quadrado, com uma abside do lado Sul. Segue-se a descrição pormenorizada da construção:

Analisando a planta, sobressai o núcleo da construção, devido aos seus muros mais espessos. A *cella* forma um quadrado irregular, tendo cada um dos seus lados um comprimento médio de 7,45 m, o que corresponde a cerca de 25 pés. Nela se encontra, a Sul, a abside de forma perfeitamente semicircular, com uma largura de 5,67 m e um peraltado de 90 cm. Como todos os muros estão inclinados para o exterior, todas as medidas foram tomadas mesmo por cima do alicerce, hoje a descoberto, de modo a corresponderem às medidas antigas da construção, não obstante algumas fendas nos alicerces, causadas por terremotos. As fundações são constituídas por pedras de alvenaria de tamanho médio, assentadas com argamassa, e têm uma espessura irregular, de cerca de 1,20 m, em média. Não foi possível examinar a sua base nem o tipo de fundação. Pode no entanto supor-se, a partir de uma analogia sugerida através do poço seguidamente descrito, que as fundações assentam em terra virgem, sólida, de areia e saibro.

À mesma profundidade que as fundações dos muros da *cella* e ligada a ela, encontra-se, transversalmente diante da abside, na zona peraltada, uma construção de tijolos e pedras de alvenaria (fig. 9); constitui uma cavidade em forma de poço com uma largura de 50 cm, um comprimento de 3,97 m e uma profundidade de cerca de 1,20 m abaixo do nível geral da zona superior das fundações. O fundo do poço é de areia firme, provavelmente o solo natural. Até uma altura de 1,20 m as paredes são lisas, feitas de tijolo. Por cima delas, do lado Oeste, vê-se o arranque de uma pequena abóbada, em alvenaria, não sendo possível afirmar se ela originalmente fechava o poço ou se por cima dele haveria uma abertura. Em todo o caso, deve ter-se tratado de uma espécie de câmara. Não é possível demonstrar ter existido um acesso. Apesar de o poço tocar as fundações da abside, não deve tratar-se de um edifício feito em data posterior, pois o tipo de construção e o tijolo são idênticos aos do muro da *cella*.

Uma vez que o poço, situado a um nível mais baixo, constava da planta de E. da Veiga, conclui-se que já nessa época se tinha desenterrado todo o espaço interior até às fundações. Existe

uma diferença de nível entre a soleira da entrada e o solo actual, de cerca de dois metros. Isto torna possível o estudo não só dos alicerces, mas também da parte inferior das faces do muro originalmente situado debaixo do solo. Este muro é um *opus testaceum* com uma espessura de 91 cm e um número de pequenas pedras de alvenaria (fot. 5). O revestimento é constituído por tijolos, talhados a partir de placas quadradas, previamente marcadas, de cerca de 30 cm de largura. O seu comprimento é irregular, pois os golpes para cortá-los não foram executados com precisão. Daí resulta uma superfície exterior um pouco irregular. A sua cor é rosa-acastanhada no exterior e também no interior, o que se verifica nas faces cortadas, que são granuladas. A espessura dos tijolos oscila, geralmente, entre 3 e 4,5 cm; e a largura das juntas entre eles, entre 2 e 3 cm. No exterior e no interior vêem-se, a distâncias irregulares de cerca de 1,50 m, camadas horizontais de «bipedais», quer dizer, placas de tijolo com uma largura de 60 cm. A divisão do lado exterior numa zona inferior e outra superior, com restos de uma abóbada cilíndrica e uma cornija assente sobre consolas como remate, será descrita mais adiante.

O espaço interior era coberto, por cima do quadrado da *cella*, por uma abóbada de arestas e, por cima da abside, por uma construção de semicúpula de fiadas de tijolo e aglomerado de pedras de alvenaria. Apenas se conservaram alguns restos nos cantos da *cella* quadrada, junto da abertura da abside (fot. 5) [figs. 9 e 10]. Mantiveram-se, junto do arranque do arco frontal da abside, ao mesmo nível e com a mesma base, os encaixes de canto da abóbada de arestas original. Conclui-se daí que os cantos da abóbada foram construídos inteiramente em tijolos. Por cima da abside vê-se o arranque da abóbada em toda a sua curvatura.

Na parte superior da parede ocidental da *cella*, alguns tijolos, colocados no núcleo do muro, permitem distinguir um ângulo saliente (fot. 6) ao nível do arranque do arco e da abóbada de arestas, exactamente a 1,25 m do canto Sudoeste. Este ângulo saliente, juntamente com a superfície inclinada contígua, pode ser considerado o resto de uma janela situada a um nível elevado, com peitoril inclinado. Segundo

as minhas observações, as camadas inferiores conservadas no intradorso são formadas de maneira a que a abertura da janela se estreita para o exterior, tomando uma forma ligeiramente cónica. Não me foi possível obter provas inequívocas de toda a configuração da janela, do seu remate superior e da sua largura. Na parede oposta, do lado Leste, em simetria com o mencionado canto da janela, observam-se vestígios de uma outra janela, de forma aparentemente semelhante. Junto de um resto quase imperceptível do peitoril observa-se, nalgumas camadas de tijolos mais profundamente incorporadas no muro, o canto da janela.

Toda a superfície da parede foi remendada com tijolos modernos durante uma operação de limpeza e de reconstrução efectuada por Mário Lyster Franco e o arquitecto Baltazar de Castro, em 1941/42⁽³²⁾, sendo hoje praticamente impossível distinguir, com segurança, o novo do antigo. Não obstante estas alterações modernas, ainda se observa nas paredes interiores um sistema de orifício para grampos (fig. 9). Salta à vista que os orifícios têm início aproximadamente ao nível da soleira da entrada. Daí até às fundações não se avistam orifícios para grampos embora a superfície da parede esteja aqui especialmente bem conservada e não apresente remendos. Era certamente a esta altura que começava o revestimento de mármore. É muito provável, pois, que o pavimento antigo se encontrasse ao nível da soleira da entrada, a cerca de dois metros acima das fundações, existindo por baixo um enchimento. Na superfície inferior da parede, ou seja, debaixo do antigo nível do pavimento, encontra-se, do lado Norte, a abertura de um canal de 15 cm de largura e 19 cm de altura, que se prolonga por dentro da parede, em sentido Nordeste e ligeiramente inclinado. Na parede oposta, a Oeste da abside, existe uma abertura de canal com as mesmas dimensões. Esta situa-se, porém, a um nível 20 cm mais abaixo que a abertura anteriormente descrita e atravessa diagonalmente a parede até ao lado exterior da curva da abside. Como não se verifica um revestimento de argamassa impermeável, supõe-se que estes canais teriam sido destinados a conter uma tubagem de chumbo, da qual, no entanto, não se encontraram vestígios, quer no espaço interior

⁽³²⁾ M. LYSER FRANCO, o. c., p. 5. M. Lyster Franco não se refere pormenorizadamente aos trabalhos realizados pelo arquitecto.

quer no exterior. E. da Veiga e Botto registaram o canal, que corre no sentido Nordeste-Sudoeste⁽³³⁾. A abertura na parede do lado Sul, a saída do tubo do canal, o que corresponde também à diferença de nível das duas aberturas.

O actual vão de entrada da *cella* tem uma largura de 2,63 m; as suas paredes laterais só se elevam a uma altura muito pequena do chão e não são antigas (fot. 4). Do lado Leste foi construída outra parede, com uma espessura de 40 cm e acima da parede de tijolos, formando uma saliência para o exterior. Do lado Oeste, a parede deteriorada continua, de forma irregular, até ao nível da soleira, de modo que também aqui já não há vestígios da antiga ombreira da porta. Ainda se vê, porém, a soleira, no alinhamento horizontal do muro. Assenta sobre ela, ligada por argamassa mais recente, uma peça quadrada de placas de pedra com uma espessura de 15 cm, um comprimento de 1,44 m e uma largura de 92 cm, o que corresponde à largura da estrutura do muro. É possível que aquela placa seja uma parte da pedra original da soleira. Os três orifícios rectangulares existentes devem ter sido executados para receberem um fecho da porta. Muito perto, diante da entrada, encontra-se um bloco de pedra de 2,37 m de comprimento, 34 cm de largura e 24 cm de altura, que está apenas colocado sobre a terra. Como o seu comprimento corresponde ao que parece ter sido a largura da entrada antiga, pode tratar-se de um degrau.

O exterior das paredes da *cella* está hoje praticamente todo desenterrado, com excepção de uma pequena parte em frente da entrada. Originalmente estava coberto por terra até à altura do muro do *podium*. O lado Norte da parede não se eleva praticamente para além da soleira da entrada. Enquanto que a parede contígua, a Oeste, se eleva verticalmente até ao ponto onde começa o exterior da abóbada, a parede do lado Leste eleva-se gradualmente até ao centro Sul, ficando à mesma altura (figs. 11, 12 e 13). A divisão exterior da parede numa zona inferior e numa superior com remate em forma de cornija assente sobre consolas está, em grande parte, conservada ao longo de todo o lado exterior da abside e nos cantos contíguos do quadrado da *cella*, dando ainda hoje um carácter monumental ao lado Sul, com os restos da abóbada cilíndrica

(fot. 7). Aproximadamente ao nível da soleira da entrada, uma grande parte da parede exterior está deteriorada, o que é demonstrado pelos consertos efectuados em tempos modernos em todo o seu perímetro (fot. 9). Não é, pois, possível verificar a que altura do chão começava o pavimento. A parede, por cima, é lisa, sem orifícios para traves e, a uma altura de 5,25 m acima dos alicerces, forma a base de uma abóbada cilíndrica. A Oeste, junto da abside e de uma pequena parte do canto contíguo do lado Leste, o resto da abóbada ergue-se parcialmente e até 90 cm acima da parede. A construção em pedras de alvenaria da abóbada entra profundamente na parede e foi efectuada utilizando nervuras de tijolo sobre uma cofragem: a cerca de 75 cm acima do arranque da abóbada encontra-se, em disposição circular, uma camada horizontal de "bipedais", sobre os quais assentam arcos de tijolo de 15 cm de largura, dispostos a intervalos irregulares de cerca de 1,7 a 2,00 m (fig. 11). Por cima da abóbada, a parede de tijolo sobe ainda 1,5 m e acaba na já mencionada cornija, assente sobre consolas (fig. 14, fot. 8). Ela começa com uma moldura rectangular, ou seja, uma pequena saliência de "bipedais". Acima sobressaem grandes placas de tijolo com cantos cortados em diagonal e, após nova saliência de uma camada de tijolos, segue-se a zona vertical, da qual sobressaem consolas de tijolo. As consolas do tipo *Kyma* suportam placas muito salientes. Por cima delas, duas camadas de "bipedais" formam o perfil *Sigma*. É digno de nota que as consolas e os tijolos cortados em diagonal foram moldados antes de cozidos e que a maneira como foram feitos corresponde à dos restantes tijolos da construção.

As quatro paredes que formam o quadrado da *cella* eram rematadas, do lado exterior, por frontões, estando a cobertura cónica da abóbada da abside ligada ao frontão Sul. Vê-se nitidamente a diagonal do frontão no canto Sudoeste da *cella* (fot. 8), não havendo, no entanto, praticamente vestígios da estrutura da cornija do frontão. Somos pois forçados a supor que esta fosse semelhante à cornija assente sobre consolas.

A Norte da *cella*, a Leste e junto do patamar da escada, encontra-se, caído, o canto superior da *cella* com o arranque da abóbada de arestas interior, uma parte bem conservada da cornija

(33) Comparar notas 10 e 11, plantas anexas.

assente sobre consolas e uma parte da abóbada da galeria (fot. 3). O desenho da cornija de consolas foi executado com base neste troço. Os restos aqui encontrados permitem ainda demonstrar que a abóbada da galeria, ligada à parede, estava horizontalmente alinhada na parte superior. Nela estão presos restos de um pavimento de argamassa com declive para o exterior. Junto à parede caída da *cella*, este pavimento tem uma espessura de cerca de 45 cm mas, a um metro dela, de apenas 28 cm. O pavimento inclinado, na parede superior da *cella* que está conservada, mostra uma superfície relativamente lisa nas juntas de argamassa, enquanto que as juntas a um nível superior apresentam deterioração, provavelmente causada por água (fot. 8).

Existe também um pequeno fragmento da cornija do remate superior e exterior da abóbada da galeria (fot. 9). O perfil desta cornija é porém diferente do da cornija superior assente sobre consolas, ou seja, apresenta uma inclinação. Segue-se uma moldura rectangular e, novamente, uma inclinação (fig. 15). O fragmento não pode, portanto, pertencer à arquivada, mas apenas à sequência do perfil da cornija por cima de um friso.

A galeria que cerca toda a *cella* e que hoje está desenterrada até às fundações dos muros contíguos, com excepção da parte da entrada e junto do patamar da escada, tem uma largura de 2,42 m (fig. 6). A Leste, encontra-se um túmulo de pedras empilhadas em forma de caixa que, pelo seu tipo de construção, deve pertencer a uma época mais recente e ao qual se voltará a fazer referência mais adiante. No canto Nordeste há dois troços de muros numa posição um pouco diagonal em relação ao sistema de eixos existente, de construção certamente mais antiga, pois são atravessados pelos alicerces dos muros da *cella* e do *podium*. Estes muros, além disso, não se elevam acima do nível da zona superior das fundações dos muros circundantes, o que é também indício de que se trata de uma construção mais antiga, destruída ou demolida. A um nível um pouco inferior, existem ainda restos de um pavimento de *opus signinum*, que se relacionam com os muros mais antigos. Salta à vista que a direcção destes muros corresponde à dos da zona das casas de habitação. Para a planta é importante notar que, nos locais onde está destruído o muro do *podium*, as fundações agora desen-

terradas dão indicações sobre toda a extensão da mencionada zona.

A espessura média das fundações do muro do *podium* é de 80-90 cm, a do muro do *podium* propriamente dito de 60 cm. Foi construído em pedras de alvenaria e apresenta algumas fieiras irregulares de tijolos, que devem ter sido aí colocadas mais para nivelamento do que para reforço do muro. O muro do *podium*, com a cobertura de espessas placas de pedra (fot. 9), mantém-se intacto apenas do lado Norte e no patamar da escada. Em direcção ao Sul está a deteriorar-se (fot. 7) e, no canto Sudoeste, desaparece até às fundações.

As observações feitas nas antigas pedras de cobertura do muro do *podium* têm importância especial para a reconstituição da forma exterior do edifício de culto. Formavam o estilobato para os suportes da abóbada cilíndrica, por cima da galeria. Na superfície de algumas das placas verificam-se marcas pouco profundas, as quais poderiam ser indício da existência de pilares ou de colunas.

Estas placas de pedra calcária encontram-se no seu local primitivo apenas do lado Norte (fig. 8). São mais largas que o muro do *podium* e sobressaem 3 a 4 cm para o exterior, ou seja, para o lado do pátio. Esta medida corresponde à espessura do revestimento exterior do muro, constituído por argamassa de cal e por mosaicos murais (fot. 9). Assim, o mosaico mural forma ainda hoje, nalguns destes pontos, um plano com cerca de 14 cm de altura. O outro lado das placas, virado para a galeria, é irregular, talhado em declive. Deve ter sido aqui a ligação com o chão da galeria, do qual lamentavelmente não há vestígios. Todas as juntas das placas são lisas e formam ângulo recto. Hoje já não estão completamente fechadas devido a pressões das paredes e à penetração de raízes. O comprimento das placas oscila entre 0,80 e 1,20 m. A sua espessura é de cerca de 20 a 25 cm. As que se encontram na parte lateral do patamar da escada estão ligadas ao degrau superior, constituído por placas de igual largura. Praticamente todas as placas apresentam, na sua superfície, vestígios de terem sido pontos de apoio, ou marcas pouco profundas.

Sobre o muro do *podium*, junto do patamar da escada, as marcas nas pedras do lado Leste correspondem às do lado Oeste. Trata-se aqui, pois, de uma construção totalmente simétrica.

A sua disposição é tal, que uma depressão praticamente quadrada, de 2 cm de profundidade, está ligada a duas cavidades rectangulares, através de estreitos canais. O centro é formado pela depressão quadrada (fot. 9). O desenho (fig. 6) mostra que as cavidades rectangulares exteriores apresentam pequenos alargamentos em forma de língua, que sobressaem 3 cm. Estes voltarão a ser mencionados pormenorizadamente no capítulo «Reconstituição». Tanto as depressões rectangulares como as quadradas têm uma largura de 40-42 cm, sendo o comprimento das cavidades rectangulares apenas de 30-35 cm. A distância entre elas, descontando as larguras actuais das juntas, é de 1,07 ou 1,08 m. Os canais de ligação têm uma largura média de 4,5 cm e uma profundidade também de 2 cm. Em vários cantos das depressões encontram-se ainda restos de argamassa. Além disso, existe na cavidade a Oeste, junto do patamar da escada, um pequeno pedaço de mármore branco, ainda preso com argamassa. A posição deste fragmento de mármore é de molde a que exista uma junta com argamassa de 1,5 cm até à borda da cavidade. Estas depressões só podem, pois, ter sido pontos de apoio de peças arquitectónicas de mármore, ou seja, bases de colunas. Os estreitos canais entre as depressões maiores devem ter servido de ranhuras para placas de balaustrada. Também nas placas dos muros do patamar da escada (fot. 4) existem canais com 1,5 cm de profundidade. No lado Oeste, o canal tem uma forma ligeiramente cónica e um comprimento de 82 cm. A sua largura maior é de 7 cm, a menor de 2 cm. Salta à vista que aqui não continuam as depressões ainda que as placas de cobertura dos muros ocidentais se tenham conservado na sua totalidade. Do lado Leste falta uma placa de cobertura, existindo apenas uma parte de um canal. As observações feitas no local mostram que esta placa era simétrica relativamente à ocidental.

Fazendo-se incidir diagonalmente uma luz sobre as extremidades dos canais, verifica-se junto delas uma superfície um pouco mais áspera. Isto talvez indique terem-se erguido aí pilares de tijolo. É nesta suposição que me baseio quando descrevo o desenho de reconstituição. Penso que também aqui os canais devem ter sido pontos de apoio de placas de balaustrada.

Com a mesma incidência de luz sobre o degrau superior da escada, que tem uma largura de 62 cm, é possível ver duas saliências pouco

elevadas, quase quadradas. A sua posição axial faz supor que aqui se encontravam certamente bases de colunas. A forma quadrada, saliente, deve-se ao desgaste e à corrosão da superfície ao ar livre. Enquanto que estas últimas se medem com certa facilidade, as saliências, pouco elevadas, situadas nos lados do degrau, não são definíveis. A estrutura irregular da superfície estende-se apenas daqui para o centro das pedras, o que faz supor a existência, sobre as zonas menos erodidas, de pilastras angulares ou colunas semi-cilíndricas.

A largura total do patamar é hoje de 5,86 m e a zona saliente em relação ao alinhamento da galeria mede 2,51 m. Para se obter a medida antiga, devem descontar-se 2 a 4 cm, tomando-se em consideração deslocamentos posteriores causadas por pressões e pela deformação das juntas.

Da antiga decoração de mosaico, que cercava todo o *podium*, conservaram-se, além das grandes superfícies em ambos os lados do patamar da escada, muitos troços pequenos, sobretudo na zona inferior do muro do *podium* (figs. 11, 12, 13). Abaixo das placas de arenito cinzento, cujo rebordo frontal visível tem uma largura de 14 a 16 cm, encontra-se um friso de mosaicos com desenhos de peixes (fot. 10). Este é emoldurado, em cima e em baixo, por uma dupla fita entrançada, com uma altura de 10 a 12 cm. A fita entrançada é constituída por uma tira vermelha e outra ocre, sendo cada uma delas acompanhada por uma lista branca. No friso, entre as fitas entrançadas e sobre um fundo branco, nadam peixes de várias espécies e outros animais marinhos. Do lado Oeste, junto do patamar da escada, apesar de a superfície de mosaicos estar deteriorada, distingue-se claramente um golfinho, que nada entre peixes, compridos e redondos. Todos os peixes têm contornos escuros e os seus olhos são geralmente redondos, as barbatanas da frente frequentemente vermelhas. Um sombreado que vai até às barrigas, mais claras, dá uma ilusão de tridimensionalidade. Junto dos peixes flutuam corpos redondos, que parecem girar, e outros ovais, com um desenho interior de forma ondeante, que me parecem conchas. Também nas suas paredes exteriores do patamar da escada permanecem ainda tantos restos de mosaicos (figs. 11 e 13) que se pode afirmar ter aí existido um friso igual, com diferentes espécies de peixes.

Na parede do *podium* a Leste, junto do patamar da escada, sobressai imediatamente o desenho de um grande golfinho (fot. 10), de boca aberta e mostrando os dentes. Acima da boca, estendida para a frente e adornada com pedras vermelhas, encontra-se uma fita mais escura, que desce até às barbatanas inferiores. Divergindo dos peixes já descritos, o olho deste golfinho tem a forma de amêndoa. A parte da barriga é branca, a parte superior apresenta tons matizados de cinzento. As tesselas que representam a cauda estão danificadas. Como se vê por uma parte de uma cauda de peixe, o friso continua debaixo dos entulhos actuais, que se encontram aqui junto do muro do *podium* e mantêm coberto de terra uma parte da parede frontal do *podium*.

Exactamente como do lado ocidental do patamar da escada, conservaram-se também na parede Leste pequenos fragmentos com representações de peixes, que terminam na base da escada.

Também no muro oriental do *podium* se encontram restos de representações de peixes, que já mal se distinguem devido à deterioração e à intensa formação de líquenes. Nos lados Sul e Leste os restos de mosaicos mostram apenas o fundo branco com a fita entrançada.

As tesselas de mármore e de pedras naturais, que medem todas cerca de 1 cm², estão assentes numa camada de cal quase pura de, aproximadamente, 1 cm de espessura, que, por sua vez, cobre uma camada de 2-3 cm de argamassa sólida e de aparas de tijolo. Semelhante às superfícies do pavimento, a superfície do mosaico mural é completamente lisa. As juntas estão cheias de argamassa e niveladas com os mosaicos.

A construção do *podium* é cercada por um espaço livre de tipo pátio, que a Leste tem uma largura de 4,05 m (fig. 6, fot. 3). O limite exterior é formado por um muro, cujo sector Sul segue a forma curva da abside da *cella*, assim como o muro do *podium* em forma de arco plano.

O antigo nível do pátio parece corresponder ao da actual superfície do solo, a Norte, frente à escada que conduz ao *podium*, e ao nível a Leste e a Oeste. Enquanto que, do lado Oeste, a superfície actual se encontra a um nível tão baixo que não há vestígios de pavimento, do lado Leste estão conservadas pequenas partes de camadas de pedras do tamanho de uma mão e, por cima, uma camada de argamassa de cal. Pode tratar-se de vestígios do antigo pavimento inferior. A sua altura é aqui determinável pelo re-

bordo inferior dos mosaicos do *podium* e pelas fundações que ressaem por baixo dele. O actual nível do solo, na parte ocidental do pátio, situa-se, em média, 20 cm mais baixo.

Como se pode verificar através de uma comparação dos tipos de argamassa e das construções, todos os restantes vestígios de estruturas existentes no pátio pertencem a uma época mais recente. Assim, na parte Sul e na parte Oeste do pátio, que estão a um nível consideravelmente inferior, encontram-se túmulos abertos, cujas paredes laterais são de pouca altura e constituídas por tijolos e pequenas pedras. São de forma trapezoidal e encontram-se a cerca de 1,4 m abaixo do que calculamos ter sido o antigo nível.

No ângulo Nordeste do pátio, Estácio da Veiga desenhou uma pequena construção com um nicho de abside e, no seu interior, vários túmulos (fig. 3). Dela restam os muros até uma altura de 40 cm acima do solo (fig. 6), sendo a sua espessura muito variável. Enquanto que os muros do lado maior têm uma largura média de 56-58 cm, o lado mais estreito, a Leste, apresenta uma largura de 54 cm e, a Oeste, de 51 cm. A abside, situada a Leste, tem paredes com uma espessura de 23 cm. Todos os muros são de pedras de alvenaria e pedaços de tijolos assentes em argamassa. Esta tem uma coloração castanha e está misturada com uma pequena quantidade de cal.

A entrada da pequena construção situa-se do lado Oeste, portanto virada para a escada do edifício de culto. A sua largura é de 1,12 m. As dimensões interiores são de 2,59 × 2,76 m. No exterior das paredes longitudinais existem pequenos contrafortes, ou seja, do lado Norte um em cada extremidade e um no centro, do lado Sul apenas dois, mais centrados. Parece que esta disposição se deve a uma passagem entre a construção e o muro do *podium*. A pequena abside tem, na planta, a forma de ferradura. Junto ao exterior da parede Leste encontra-se um pavimento de pedrisco de tijolo, que se estende até ao muro exterior do pátio, formando-se no meio um rego, de curva suave, que desce em direcção ao Sul. A planta mostra que o pavimento acaba a pouca distância da pequena construção. Hoje não existem já os túmulos no interior, indicados por E. da Veiga (fig. 3). A mencionada construção deve ser considerada como datando de uma época mais recente, devido à sua posição no pátio e à sua construção de argamassa, no que

diverge consideravelmente do resto do edifício de culto. É possível que a sua razão de ser se relacione com os túmulos nela encontrados.

Uma outra construção adicional, também mais recente, encontra-se no lado Oeste do pátio (fig. 6). Trata-se de um pequeno tanque rectangular, colocado abaixo do solo, ao qual se ascende por duas escadas, situadas uma em frente da outra (fot. 12). O muro é constituído por pequenas pedras de alvenaria e pedaços de tijolos, com argamassa macia, amarelada. O tanque, que ainda hoje existe, tem uma largura interior de 0,78-0,80 m e um comprimento superior de cerca de 1,60 m. A sua profundidade, em relação à superfície actual, é de 95 cm. Como a actual borda superior do tanque apresenta estragos e não é a orla original, pode supor-se que tenham existido mais degraus e que a profundidade tenha sido maior. As paredes e os degraus são uniformemente revestidos com um reboco de argamassa de cal com 1,5 a 2,5 cm de espessura, à qual se juntaram pedaços de tijolo. Todas as esquinas e arestas dos degraus foram arredondados com este reboco. A altura dos degraus varia, sendo em média de cerca de 23 cm. O tanque, cercado por um aterro de pequenas pedras, argamassa e tijolos quebrados, que se estende até ao muro do *podium*, ao do pátio e ao resto de um muro que se destaca com nitidez a cerca de 2,10 m a Norte do tanque. Este muro tem uma largura de 54 cm e foi construído com uma pequena quantidade de argamassa. Começa junto do muro do alicerce da galeria. Um pouco mais a Sul o terreno apresenta um declive acentuado, de forma que se poderá supor que o aterro acabava originalmente onde hoje existe um pequeno amontoado de pedras. De um muro, que também a Sul limita a zona do pequeno tanque — tal como foi apresentado por E. da Veiga (fig. 3) —, não restam hoje quaisquer vestígios.

Tanto a Leste como a Oeste do patamar da escada encontram-se grandes troços da parte superior do muro da *cella*, com fragmentos da cornija de tijolo e do arranque da abóbada da galeria. Estes pormenores de construção foram mencionados na descrição da cornija superior, de tijolo. Na parte Leste do pátio existem vários fragmentos de mármore branco, provenientes de colunas. Entre eles, um fuste, mensurável em todo o seu comprimento, a que falta o rebordo superior. A superfície de apoio tem um diâmetro de 32 cm, a altura é de 2,19 m. Dos sete

restantes fragmentos de coluna, três têm um significado especial, pois tal como o fuste quase totalmente conservado apresentam, a 74 cm acima da superfície de apoio, um orifício para encaixe com uma largura de 2 cm e, mais abaixo, a superfície da coluna apresenta estrias. Trata-se de vestígios dos pontos onde estavam presas placas de balaustrada. No mesmo local encontram-se ainda dois fragmentos de colunas semiesféricas, ligadas a uma laje. Todos os fragmentos de coluna têm diâmetros semelhantes, permitindo supor que pertencem à mesma construção, provavelmente ao edifício de culto (figs. 3 e 16).

A entrada principal para a zona do edifício de culto encontra-se no muro do pátio que se situa a Norte. Trata-se do portão descrito de início, cujos muros laterais avançam até ao caminho exterior (fot. 4). Têm uma espessura de 90 cm e estão hoje à vista até uma altura de cerca de 65 cm. Por cima de uma camada inferior de pedras de alvenaria existem, nos lados exteriores, camadas de tijolos de cor vermelho-escura, assentes em argamassa sólida, avermelhada. O núcleo do muro é de *opus caementicium*. A largura da entrada é de 3,03 m, o comprimento interior dos muros laterais de 2,28 m.

Vindo da rua, atravessa-se uma soleira de 15 cm de altura, formada por blocos de arenito de 31 cm de largura. A soleira direita, interior, que tem aqui uma largura de 54 cm, apresenta vestígios da existência de gonzos. De dois orifícios circulares, com um diâmetro de 5,5 cm, que se encontram a 6 cm da parede, partem ranhuras com 1-2 cm de profundidade, 48 cm de comprimento e 5,5 cm de largura. Entre as depressões paralelamente alinhadas há uma distância de 26 cm. No lado esquerdo, ou seja, no lado Leste da soleira, não existem tais marcas.

Os muros do pátio estão ligados, no seu interior, à construção que forma a porta. A Oeste, o muro tem uma espessura de 52 cm, a Leste de 56 cm, diminuindo também aqui a sua largura até atingir, após 2 metros, 52 cm. Descendo em direcção a Oeste e até ao canto semidestruído, os restos do muro que limita o pátio são menos altos. A sua espessura, a Oeste, é de 56 cm. Um pouco a Sul, este muro assenta num outro mais espesso, de 70 cm de largura. Supõe-se que o canto Sudoeste tenha sido completamente destruído, pois tanto ele como uma parte da parede Sul são de construção moderna. Desta última resta pouco mais do que os alicerces. Assim, só

depois de se ver o muro Leste, cuja espessura é de 53 cm, é possível ter-se uma noção do antigo muro de circunvalação, com o seu remate superior. Este muro é formado por pedras de alvenaria e a parte conservada até aos nossos dias eleva-se 85 cm acima do nível actual. A Norte, algumas grandes lajes de arenito assentam sobre este muro, formando um parapeito que tem continuidade para Sul. As lajes têm uma espessura de 11 a 15 cm e estão colocadas de forma a sobressaírem apenas cerca de 1 cm além da superfície da parede. Não existiram portanto aqui mosaicos, como no caso das lajes do muro da galeria, que sobressaem 4 cm. Nestas lajes também não se encontram sulcos ou marcas que indiquem ter existido, por cima delas, uma construção com pilares ou colunas. No ângulo Nordeste do pátio e a seguir ao muro do parapeito, encontra-se uma entrada com a largura de 89 cm. Os seus pilares laterais ultrapassam o parapeito em altura. Junto da entrada o muro continua para Norte, unindo-se à parede de remate do Norte — cuja parte hoje existente tem pouca altura — e forma um canto na zona do caminho. Elevados aterros junto do muro Leste não permitem determinar o decurso do mencionado muro para além deste ponto.

No exterior do muro Norte está a descoberto uma parte da rua, de cujo revestimento antigo restam ainda algumas grandes lajes de pedra na zona da entrada do edifício de culto. A rua desce ligeiramente para Oeste, ou seja, em direcção ao rio, e dirige-se para o local onde hoje se encontra a ponte sobre o Rio Seco. Junto do estreitamento entre os lados do portão da entrada do edifício de culto e a parede anterior, em posição ligeiramente diagonal em relação ao pequeno tanque do lado Norte, a rua tem apenas uma largura de 2,95 m. Quanto à direcção em que se encontra o tanque semicircular, do outro lado da rua, deve aquele ter tido ligação com as casas de habitação e as termas outrora existentes; quanto à sua construção, pertence sem dúvida à zona do edifício de culto. Os restos das paredes do tanque medem mais de um metro de altura. Nos três lados dessas paredes, voltadas para a rua, assim como no interior do tanque, há fragmentos de mosaico que, em tempos, devem ter coberto todas essas superfícies. A parede curva do tanque — como se vê pelo lado exterior — estava originalmente unida a uma outra construção, da qual hoje nada resta. É pro-

vável que tenha havido aí um depósito de água, pois por cima do muro existe um fundo de canal em *opus signinum*, que certamente era o canal de entrada de água. O respectivo tubo de drenagem encontra-se na parte inferior da parede Sul. Pequenas consolas, com arranques de arcos em tijolo sobre a curva do muro Norte, fazem supor ter existido uma abóbada por cima do tanque, a qual seria visível do caminho. Tinha um parapeito em que assentava uma placa de mármore, da qual resta um pequeno fragmento. Nas paredes interiores e exteriores do tanque há restos de mosaico. No interior do tanque conservaram-se tais quantidades de mosaico que se distinguem peixes e conchas. Também no chão existem restos de mosaico que representam, na orla, um ornamento de fitas entrançadas. Na parede exterior da frente há ainda vestígios de uma fita entrançada como remate inferior do mosaico. Supõe-se que esta fita cercava, horizontalmente, toda a construção. As superfícies exteriores, arredondadas, do tanque, tinham somente uma decoração simples com riscos escuros de tipo moldura e pequenos traços. Apesar da escassês destes restos de mosaicos murais, eles dão uma imagem da decoração outrora sumptuosa que se oferecia aos olhos do visitante do edifício de culto.

IV — TENTATIVA DE RECONSTITUIÇÃO DO EDIFÍCIO DE CULTO

Podem ser consideradas como base para a tentativa de reconstituição do estado original do edifício de culto as observações já descritas sobre os restos das construções ainda existentes e ainda as anotações feitas pelas pessoas que escavaram e trabalharam no local, assim como os resultados obtidos através do estudo do espólio.

As averiguações efectuadas mostram que, da instalação original, fazem parte: o compartimento central, quadrado, com a abside; os muros do *podium*, que a cercam a uma distância regular, com o patamar da escada a Norte; os muros circundantes do pátio, com os acessos conservados a Norte e a Leste; e o tanque a Norte, em frente do portal maior. Estes muros — não contando com a sua relação axial entre si — apresentam uma forma de construção tão análoga que se pode afirmar terem sido erguidos simultaneamente.

Os troços de muro, actualmente a descoberto no ângulo Nordeste da galeria, entre o muro do *podium* e a *cella*, devem, por outro lado, ser mais antigos, pois são atravessados pelas fundações do muro do *podium*, assim como pelos alicerces da *cella*.

Quando fiz a sua descrição, observei que todos os túmulos mencionados na planta, bem como o tanque com acesso por duas escadas, na parte ocidental do pátio, e a construção com o pequeno nicho em forma de abside no ângulo Nordeste do pátio, faziam parte de uma utilização posterior do edifício de culto. Mais adiante darei um esclarecimento e uma interpretação destas construções, tão interessantes para a história da arquitectura.

Fazendo comparações entre a presente planta e as anteriormente publicadas por Estácio da Veiga e Pereira Botto, observam-se na planta de E. da Veiga (fig. 3) alguns troços de muro no pátio oriental e ocidental que, 20 anos mais tarde, já não são apontados por Pereira Botto e dos quais actualmente restam apenas vestígios a Oeste, junto do tanque. Dado que E. da Veiga não menciona na sua planta épocas diferentes, torna-se necessário fazer aqui a respectiva referência. Segundo o desenho de E. da Veiga, não há vestígios, nos pontos onde este muro liga ao *podium* e ao muro de remate do pátio, que indiquem terem aí existido construções de muros efectuadas na mesma época. Trata-se, portanto, também aqui de construções certamente mais recentes, o que condiz com a sua posição junto dos túmulos e do tanque. Elas são significativas para o edifício original. De resto, não há nas duas plantas indicações de construções hoje desconhecidas, além de numerosos túmulos, o que leva à suposição que, com base na comparação, o complexo total original tenha correspondido ao inicialmente descrito, tanto quanto dele foi posto a descoberto. Fica por esclarecer se, a Leste, existiam eventualmente compartimentos que fizessem parte do complexo. Em todo o caso, o seu significado devia ser de segunda ordem.

Começarei pela observação pormenorizada e a reconstituição da *cella* e da abside. Uma comparação com o desenho de E. da Veiga (figs. 3 e 6) mostra uma inexactidão importante na representação da abside, além de erros relativos

às dimensões da galeria e do pátio. E. da Veiga desenha a linha interior em forma de curva de ferradura. O levantamento da construção evidenciou, porém, que aqui não se pode, de modo algum, falar de uma forma em ferradura. É necessário chamar especial atenção para esta forma, pois ela representa um papel importante na história da arquitectura e ajuda a datar o edifício. Supõe-se que E. da Veiga tenha errado. Pereira Botto não desenha uma forma em ferradura (fig. 4). Como a sua planta é, no entanto, essencialmente um esquema, ou seja, uma representação dos muros por traços irregulares, de maior ou menor espessura, ela deve ser utilizada com certas restrições como base para uma comparação pormenorizada.

Em ambas as plantas mais antigas é indicado um canal de água, o qual, vindo de Nordeste — ou seja, do exterior — passa por baixo do pátio e entra na *cella*. É aqui ligado a um tanque, assinalado no centro do compartimento e, partindo deste ponto, deixa a *cella* pelo canto Sudoeste. Botto descreve o tanque com as palavras: «Pia lustral, *labrum*, alimentada pelas águas do *dividiculum*; foi ornada de mármore branco»⁽³⁴⁾.

Estas indicações e descrições têm um significado especial para a reconstituição da planta e a interpretação posterior da construção. Como durante as primeiras escavações foi retirada a terra de todo o espaço interior até ao topo das fundações, situado a grande profundidade, Lyster Franco já não pôde ver os canais nem o tanque⁽³⁵⁾ mas, todavia, ainda existem orifícios de caleiras nos pontos das paredes da *cella* em que E. da Veiga aponta a entrada e a saída do canal. Uma das aberturas encontra-se, como já foi descrito, na parede Norte da *cella*, debaixo da entrada, a outra a um nível inferior, na superfície da parede Sudoeste, junto da passagem para a abside. Uma comparação de níveis permite dizer que as partes exteriores do canal podem ter-se encontrado debaixo do pavimento. Não há dúvida que ambas as aberturas do canal foram feitas aquando da construção das paredes. Apesar das dúvidas de Lyster Franco, pode afirmar-se que estes canais foram previstos para utilização no interior da *cella*. Uma vez que os orifícios do canal se encontram a um nível bastante baixo, sob o nível

(34) C. PEREIRA BOTTO, *Ichnographia parcial das construções luso-romanas de Milreu*, o. c., p. 160.

(35) M. LYSER FRANCO, o. c., p. 8.

do pavimento antigo (cerca de 1 m de profundidade), determinado pela soleira da entrada, o tanque no centro da divisão também se deve ter encontrado a esta profundidade, isto é, se a água, ao entrar, não corria através de um tubo de chumbo, podendo assim ser conduzida a um ponto mais elevado, talvez sob a forma de repuxo. Nem E. da Veiga nem Pereira Botto mencionam a altura a que encontraram o tanque. Também não se pode afirmar, com certeza absoluta, que ele tenha pertencido à instalação original. Desenhei, pois, na planta reconstituída, com base no fragmento indicado por E. da Veiga, um tanque hexagonal a tracejado (fig. 17).

É difícil a interpretação do cabouco, em forma de poço, no alicerce separador da abside⁽³⁶⁾. Quando fiz a descrição das construções, afirmei que ele fazia parte da instalação original. O seu fundo, 3 m abaixo da soleira da entrada, e a existência de um arranque de uma cobertura de tipo abóbada ao nível do topo das fundações da *cella*, mostram que só pode ter tido função técnica para uma construção pertencente à abside. Como o solo do cabouco é de terra e não existem vestígios de reboco, ele não foi certamente planeado para conter água e a sua situação a baixo nível não permite considerá-lo como base para uma construção pesada, ou uma elevação tipo pódio para a abside. A estrutura por cima dele deve ter sido removida no decorrer das alterações do edifício, efectuadas na época que se seguiu à Antiguidade. Como nada se pode pois dizer acerca da estrutura superior, desenhei o cabouco a tracejado. Nada se pode dizer também de outras construções interiores. Pereira Botto fala de ossadas encontradas na abside que, em sua opinião, pertenciam a três corpos. Acrescenta supor tratar-se de enterramentos cristãos luso-romanos⁽³⁷⁾. Botto fez esta observação certamente por considerar que os túmulos não pertenciam à construção original. Posteriormente, na sua descrição, o mesmo autor exprime a hipótese de ter existido um altar na abside. Não tem, contudo, provas para tal afirmação⁽³⁸⁾.

Há a certeza absoluta quanto à altura da divisória da *cella*, da abside e da sua cobertura (fig. 18). A *cella* tinha uma abóbada de arestas e a abside uma semiesfera. A descrição da construção faz referência aos arranques de ambas as abóbadas.

Lamentavelmente, nem a actual abertura da entrada nem os restos de janelas superiores permitem uma determinação exacta da sua forma e posição. Já foi mencionado, na descrição da construção, que o lado da porta, hoje visível, foi erguido apenas depois da abertura antiga ter sido completamente destruída, não sendo, pois, possível medir a largura original daquela porta. Supõe-se que tenha sido de 8 pés, o que corresponde à largura da galeria, ou seja, a uma abertura que não era muito mais estreita do que aquela da qual actualmente se mantêm erguidos apenas alguns fragmentos. Esta abertura era certamente fechada em cima por um arco redondo e tinha as mesmas proporções que a abertura em arco frente à abside.

Aberturas de janelas existiam apenas na própria *cella*, nomeadamente dos lados Leste e Oeste, o que é comprovado através da reconstituição da galeria e do telhado sobre a entrada. De acordo com os restos de janelas, devem ter existido aqui, sem dúvida, três aberturas do lado Oeste e três do lado Leste, semelhante ao Templo de Júpiter no vale de Altbach, perto de Trier⁽³⁹⁾. O desenho de secção indica a altura a que se encontravam as janelas (fig. 18). Supondo-se que a sua largura exterior tenha sido de 90 cm (elas são, no interior, cerca de 20 cm mais largas, de acordo com a verificada inclinação do intradorso) e que o seu remate tenha sido um arco redondo, a abertura localizar-se-ia na zona da cornija assente sobre consolas exteriores. Tais cornijas de consolas, em forma de arco redondo, encontram-se em templos do Império Romano oriental como, por exemplo, em Baalbek⁽⁴⁰⁾, onde elas formam uma ponte entre a distância maior das colunas centrais, ocupando a cornija curva uma grande

(36) O poço é desenhado por S. P. M. Estácio da Veiga, não sendo, no entanto, mencionado na planta de C. Pereira Botto, nem por ele referido. A descrição de C. Pereira Botto da abside é a seguinte (ver nota 11): «Fundo semicircular (absis), o santuário, em que se ergueria o altar da divindade, a quem as *thermas* seriam consagradas». Também M. Lyster Franco não menciona esta construção na sua descrição.

(37) As palavras textuais são as seguintes (ver nota 11):

«Em 51, abside — a secção mais liturgicamente nobre dos templos — houve ossadas, que deviam ter pertencido a três cadáveres. Enterramentos cristãos luso-romanos?».

(38) Comparar nota 11, C. PEREIRA BOTTO, o. c., p. 160.

(39) Este templo será discutido mais adiante.

(40) Comparar o desenho de reconstituição em *Baalbek* de T. WIEGAND, vol. I, estampas, 1921, est. 41.

parte da zona do frontão. Quando a cornija acaba por cima das colunas centrais ou entra no espaço interior, o resultado é uma forma diferente, como a existente no mausoléu de Spalato⁽⁴¹⁾. Neste caso, um arco simples estende-se de uma extremidade da cornija à outra. Na situação presente pode ser excluída a primeira hipótese, pois existe ainda no próprio edifício a cornija exterior horizontal, junto da janela destruída. O arranque do arco devia poder ver-se, pelo menos, na parte superior. Resta, pois, a possibilidade de que a cornija fosse interrompida ao chegar às janelas, cuja largura suposta é de 90 cm, e de que o remate tenha consistido em arcos de perfil simples. Como não conheço nenhum exemplo de uma tal solução, baseio-me, para a reconstituição, numa largura de janela muito menor. Elas teriam acabado, nesse caso, horizontalmente de baixo da cornija de consolas, não sendo necessário tomar em consideração a muito invulgar interrupção de uma cornija de frontão (fig. 19). Segundo as averiguações feitas, as paredes das janelas alargavam, pois, ligeiramente, no interior, enquanto que o peitoril apresentava uma inclinação para baixo.

Nada resta do pavimento do compartimento interior. No entanto, os orifícios para um revestimento das paredes, de placas de mármore, começavam, aproximadamente, ao nível da soleira da entrada, o que faz crer ter existido um pavimento a esta altura. Na descrição do edifício foram referidos estes orifícios nas paredes da *cella* e da abside e registados no desenho. Consertos modernos e o facto de alguns buracos nas paredes terem sido tapados, fazem com que a distribuição actualmente visível dos mencionados orifícios seja muito irregular, não me sendo possível tirar conclusões seguras quanto à disposição da decoração em mármore, provavelmente multicolor. Fragmentos de várias destas placas de mármore encontram-se, ainda hoje, junto da escada, de baixo dos escombros do canto da cornija. Restos de placas de mármore mais espesso podem ter pertencido ao pavimento.

Não tenho quaisquer pontos de referência quanto à decoração da abóbada de arestas e da semiesfera. Mas é de supor que a construção, de nervuras de tijolo e de pedras de alvenaria,

tenha sido coberta de estuque e decorada com pinturas.

Tal como no interior, conhece-se também a altura no exterior do edifício, devido ao bom estado de conservação do lado Sul, onde existe ainda a maior parte da cornija de remate superior. Olhando do lado da abside, tem-se ainda hoje uma imagem da relação entre a estrutura da abside e a *cella*. A pouco mais de meia altura vê-se o arranque da abóbada semicilíndrica, cuja forma será descrita aquando do relato da reconstituição da galeria que circunda a *cella*.

O registo da construção da *cella* indica toda a cornija, que tem a mesma forma que a da abside. Já não é, no entanto, possível averiguar se — e de que forma — esta cornija foi coberta de estuque. No desenho de reconstituição indiquei apenas a forma da construção em bruto da cornija de tijolo. A inclinação lateral do frontão, acima dos muros da *cella*, pode ser averiguada, no canto Sudeste, através de um fragmento e ainda através da altura da abóbada de arestas interior. Segundo o registo da construção, estes lados do frontão também terminavam com uma cornija assente sobre consolas. Já se mencionaram, no parágrafo anterior, as aberturas das janelas na parede superior e exterior da *cella*. Supõe-se que terão existido junto da cobertura da abóbada da galeria. Uma vez que não há orifícios nas paredes superior e inferior do muro da *cella* é provável que elas tenham sido revestidas de reboco.

É bastante mais difícil tentar reconstituir a galeria. A sua altura é determinada com base no arranque da abóbada no muro da *cella*. As lajes que se encontram por cima do muro do *podium*, junto das escadas, indicam o nível do chão. As marcas existentes nas mencionadas lajes, assim como vestígios de pontos de apoio nas pedras superiores das escadas, constituem a base para a reconstituição dos elementos construtivos que serviam de suporte para a abóbada da galeria. Devem ser aqui mencionados os já descritos achados de colunas, fragmentos de meias colunas e capitéis (figs. 3 e 16; fot. 11).

É importante notar que as pedras do estilobato sobre o muro do *podium*, junto do patamar da escada, representadas no meu desenho, se

(41) G. NIEMANN, *Der Palast Diokletians in Spalato*, 1910. No desenho de reconstituição, na est. XIV, foi reproduzido o arco por cima da sacada do pórtico do mausoléu. Do lado direito vê-se o frontão do átrio do vestíbulo com outro exemplo da cornija assente sobre consolas, de arco redondo.

encontram *in situ*. É possível reconhecer, pelos sulcos existentes nestas lajes, que se tratava de uma disposição simétrica a Leste e a Oeste, junto da escada. Para uma melhor compreensão repito aqui, em poucas palavras, as observações feitas aquando da descrição das construções existentes. No degrau superior da escada, duas saliências pouco elevadas, quase rectangulares, indicam terem aqui existido bases de colunas. Tratava-se das duas colunas centrais de um frontispício, de cujos suportes laterais restam apenas vestígios de saliências no estilobato. A superfície, muito danificada, deixa somente supor a existência de meias colunas, junto de um troço de muro avançado. A distância entre eixos das colunas centrais deve ter sido de cerca de 1,72 m, a das colunas laterais de cerca de 1,38 m. Na parte lateral Oeste do patamar da escada, as pedras de cobertura estão inteiramente conservadas. Aproximadamente no centro das lajes existe uma ranhura estreita, onde provavelmente encaixavam as placas de balaustrada. Do lado Oeste existe parte de uma ranhura semelhante. Obtém-se uma ideia mais exacta do aspecto do patamar, com base nestas observações, em ligação com a interpretação das marcas que se encontram nas outras pedras do estilobato.

A Leste e a Oeste, logo a seguir ao patamar da escada, encontra-se, em cada uma das pedras do estilobato, um grupo de três marcas quase rectangulares (fot. 9), simetricamente dispostas e ligadas entre si por uma estreita ranhura. No centro de cada grupo há uma marca quase quadrada, enquanto que as marcas exteriores são rectangulares e apresentam um alargamento gradual. Isto só pode significar que no centro se encontrava um plinto quadrado de uma base de coluna e que, por cima de cada uma das marcas rectangulares, existiam duas bases de meias-colunas. As colunas eram ligadas entre si por meio de placas de balaustrada. É evidente que as meias-colunas se encontravam em frente de pilares de muros pois, caso contrário, a ranhura das placas de balaustrada continuaria até aos cantos. Um fragmento de mármore, encontrado preso a argamassa de cal, numa das mencionadas depressões do lado Oeste, confirma a suposição de se tratar aqui de pontos onde assentavam peças arquitectónicas de mármore, como as que se encontram na parte Leste do pátio. Trata-se, como já foi mencionado, de dois fragmentos maiores de meias-colunas, ligadas a uma placa de már-

more, de vários fragmentos de colunas inteiras de mármore e de uma coluna conservada em todo o seu comprimento. Falta a sua base, que é, no entanto, fácil de completar. Para a reconstituição da posição das colunas obtém-se aqui uma distância entre eixos de 1,52 m, tomando em consideração pequenos deslocamentos das pedras do estilobato.

A pedra do estilobato, sobre o muro ocidental, é determinante para a reestruturação da galeria. Ela encontra-se no local onde E. da Veiga desenhou, na sua planta, vestígios de apoio de colunas. Esta pedra foi, lamentavelmente, colocada em argamassa nova durante o restauro. No entanto, marcas ao lado, deixadas pelas placas na argamassa antiga, indicam que a pedra foi colocada praticamente no local onde se encontrava originalmente. Estácio da Veiga indica aqui, na sua planta (fig. 3), três pontos de apoio de colunas. A sua escala pequena não permite, no entanto, averiguar as medidas exactas. Identicamente às observações feitas no lado Norte, no lado Leste e, simetricamente, também no lado Oeste, a posição das colunas deve ter sido entre as pilastras junto ao muro, situadas nos cantos. É evidente que, nesse caso, também se deve supor a existência de uma fila de colunas no lado Sul da galeria. Aí, porém, como no lado Oeste, o muro do *podium* está de tal forma destruído que já não é possível avançar mais do que uma simples hipótese. Assim, para uma reconstituição da distância entre eixos das colunas, torna-se necessário tomar como base as marcas no estilobato totalmente conservadas, do lado Norte. A Leste, obtém-se uma distância entre eixos de 1,62 m, tomando-se simultaneamente em consideração a pedra do estilobato existente. Também aqui se encontram meias colunas face aos cantos dos pilares.

A Oeste, a distância entre eixos deve ter sido um pouco maior, ou seja, de 1,65 m, devido ao troço de muro mais comprido. Esta diferença pode, no entanto, também ter em parte origem em deformações por pressões ou deslocções no interior do muro muito deteriorado. No muro curvo da galeria Sul, reconstituo uma distância entre eixos de 1,50 m, baseando-me na suposição da existência de um intercolúnio no eixo central. Devido à difícil construção da abóbada cilíndrica, por cima dos cantos e do encaixe da abside, penso que os dois pilares de canto do lado Sul estavam ligados directamente aos de Leste e de Oeste e que não havia espaço entre eles.

A descrição da estrutura de construção da galeria deve ser feita, antes de mais, com a ajuda da sua secção transversal. Escolho pois o lado Leste e a altura da pedra do estilobato que aí se encontra (fot. 3). Deste nível até ao arranque da abóbada cilíndrica, junto do muro da *cella*, existe uma diferença de altura de cerca de 3,45 m. Por cima da pedra do estilobato deve ter existido a base de uma coluna, em cima dela o fuste, o capitel e, finalmente, um vigamento. Apenas a altura do fuste da coluna, de 2,19 m e a do capitel, de 0,29 m, podem ser comprovadas, servindo de modelo para a sua reconstituição o capitel coríntio que se encontra no museu de Lagos⁽⁴²⁾ (fot. 11).

Deste capitel sabe-se apenas que provém de Milreu. Encontrei, porém, num monte de entulho, perto do edifício de culto, um capitel de uma meia-coluna (fig. 24), que é semelhante ao de Lagos e que certamente pertencia ao mencionado edifício de culto. Reconstituindo o rebordo superior das colunas, obtém-se uma largura um pouco maior do que a largura inferior do capitel de Lagos. Se se admite, ainda, uma altura da base da coluna de 0,22 m, obtém-se a altura total de base, coluna e capitel de 2,70 m. Resta assim uma diferença de 0,70 m até à altura onde começa a abóbada da galeria. Como se conhece também o remate superior da construção da abóbada na parede da *cella* e como a sua face superior se prolongava quase horizontalmente (indicação obtida através de um fragmento encontrado), a aresta superior da cornija da galeria ficava certamente também a este nível. A aresta superior da cornija encontrava-se, portanto, a cerca de 4,80 m acima da pedra do estilobato. Obtém-se, assim, da aresta superior do capitel até à aresta superior da cornija, uma diferença de 2,10 m. Em comparação com a altura de coluna, capitel e base, uma tal altura não é pensável para uma construção de arquivada normal num edifício romano.

Para a solução desta questão deveria admitir-se a existência de um pedestal debaixo das bases de colunas, para tornar maior a proporção de colunas e vigamento, ou uma cobertura das colunas em forma de arcos⁽⁴³⁾. Uma vez que em todos os fragmentos de colunas se encontram pequenos orifícios de encaixe, para a fixação superior das placas de balaustrada — que, juntamente

com a base, dão uma altura das mesmas placas de balaustrada de, pelo menos, 96 cm —, a primeira solução, ou seja, que as colunas com as suas bases se encontravam em cima de um pedestal, não é utilizável; nesse caso as placas de balaustrada deveriam ter uma altura impossível. Além disso, as estreitas ranhuras sobre as placas do estilobato indicam que as placas de balaustrada não possuíam pedestal, o qual seria uma condição previa para a existência de um soco especial debaixo das bases das colunas. Reconstituo, pois, uma série de arcos por cima dos capitéis, mesmo que nem as outras pessoas que se ocuparam das escavações (E. da Veiga, Botto e Lyster Franco) nem eu tenhamos encontrado partes desses arcos. Sob blocos de muros caídos, junto da escada, encontrei três tijolos que me parecem estar numa posição cuneiforme. As juntas em argamassa tinham praticamente desaparecido, não me permitindo, pois, afirmar com segurança que pertenciam a arcos. É do conhecimento geral que arcos de tijolo, quando caem, se desfazem com facilidade e que construções arquivadas em tijolo se conservam melhor. Destes últimos, porém, não foram encontrados quaisquer restos entre as partes de construções caídas, em bom estado de conservação.

Junto do resto do muro superior da *cella*, face ao canto Nordeste do muro do *podium*, há um troço de muro em tijolo, que apresenta, de um dos lados, uma forma abobadada e, do outro, parte de um perfil de cornija (fot. 3, fig. 15). O seu desenho ajusta-se de tal modo à forma de abóbada cilíndrica reconstituída da galeria, que este fragmento deve ser considerado como parte da cornija superior de um canto de pilastra junto ao muro. Serve, simultaneamente, de indicação aproximada para a altura a que se encontrava a cornija da galeria. No entanto, fica por esclarecer como se deve reconstituir a sua forma exacta.

De uma distância entre eixos das colunas de 1,62 m e um apoio dos arcos de tijolo com uma largura de 0,30 m, resulta o raio da construção em arco de 0,66 m. Para a reconstituição da restante estrutura por cima dos arcos, torna-se necessário comentar brevemente a forma especial deste tipo de construção no âmbito da história da arquitectura romana. Já em Pompeia existe um pórtico, na «Casa de la Fortuna», cujos arcos

(42) No capítulo seguinte será discutido o capitel e feita uma tentativa para o datar.

(43) Exemplos para ambas as soluções encontram-se no mausoléu e nas arcadas do vestibulo, no palácio de Spalato. Com parar nota 41.

assentam directamente sobre colunas⁽⁴⁴⁾. Neste caso, o apoio não tem base nem capitel, mas apenas uma placa de mármore entre arco e coluna. Outro exemplo de monumento encontra-se nos pórticos do *forum* de Leptis Magna, da época Severiana⁽⁴⁵⁾. Aqui as colunas têm capitel, os arcos são construídos em pedra talhada e apresentam, por cima das arquivoltas, um travejamento completo com arquitrave, friso e cornija. Mais tarde, aparecem arcos por cima de capitéis, como no palácio de Diocleciano em Spalato⁽⁴⁶⁾. Também aqui foi colocado um travejamento completo sobre as arquivoltas.

Enquanto que é raro encontrarem-se arcos sobre colunas em construções romanas do século I, eles são comuns na Antiguidade tardia, especialmente em igrejas dos primeiros séculos da era cristã. Conhecemos, no entanto, poucos casos em que as arcadas estão ligadas a abóbadas. Em Praeneste construíram-se já pórticos com arquitrave lisa e, por cima deles, abóbadas cilíndricas⁽⁴⁷⁾, o que passou a ser um tipo de construção vulgar até à época dos imperadores. A ligação de abóbadas com pórticos, porém, aparece somente na Baixa Antiguidade. Numa zona com sepulturas, perto de Side, existem pequenas abóbadas de cúpula, por cima das arcadas das galerias do pátio⁽⁴⁸⁾. A instalação data do século IV. Outro exemplo é o mausoléu de Santa Constança em Roma⁽⁴⁹⁾, onde se encontra um elemento completo de travejamento sobre os capitéis de uma disposição de colunas duplas. Este elemento serve de suporte aos arcos, sobre os quais se elevam os muros de tambor com a construção da cúpula, assim como a abóbada cilíndrica, circular.

O esquema de reconstituição (fig. 21) mostra a base da abóbada cilíndrica aproximadamente ao nível do vértice das arcadas. A construção em tijolo dos arcos da galeria já pertence, consequentemente, à parte inferior da abóbada cilíndrica. É possível que esta consideração torne também compreensível a existência de uma ca-

mada de «bipedais» que pode ser observada nos restos da abóbada cilíndrica, no muro exterior da parede da *cella*. Esta camada situa-se a cerca de 70 cm acima do arranque da abóbada cilíndrica e suporta pequenos arcos de tijolo (nervuras), que subdividem esta abóbada. É possível que as pequenas nervuras em tijolo na abóbada cilíndrica assentassem sobre uma camada de «bipedais», colocada a um nível devidamente elevado, sobre os arcos da galeria. A reconstituição da galeria, com arcos, daria então uma explicação para a colocação da camada de «bipedais» a um nível tão elevado na abóbada.

Junto do canto do muro que se encontra caído, ao lado do patamar da escada e por cima do remate construtivo propriamente dito da abóbada cilíndrica, a qual foi erguida simultaneamente com o muro da *cella*, há um pavimento inclinado em argamassa e pequenas pedras, que se eleva 0,45 m junto do mencionado muro da *cella*. Por cima, talvez tenha existido uma cobertura de telhas, para a qual não há, no entanto, quaisquer indicações. O desenho mostra, pois, a reconstituição da forma de telhado simples.

O desenho da galeria indica, portanto, a distribuição das colunas e, por cima delas, arcadas que se unem a pilares nos cantos da galeria. Com base no que foi dito, deve reconstituir-se um travejamento completo por cima das arcadas. Como exemplo, menciono aqui o pórtico do peristilo no Palácio de Spalato⁽⁵⁰⁾, onde as arcadas também se unem a pilares laterais do muro. No nosso caso, o perfil encontrado na cornija da galeria começa por uma orla diagonal que, como demonstram comparações com outros perfis de cornija, deve fazer parte ainda do acabamento superior do friso. Tanto a arquitrave, como o friso e a cornija, devem ter correspondido às proporções habituais. No meu desenho da cornija da galeria, baseei-me nos restos ainda existentes no muro superior da *cella*. É de supor que as arquivoltas, perfis e feixes da arquitrave, fossem de estuque. Também as restantes super-

(44) A. MAIURI, *L'ultima fase edilizia di Pompei*, Istituto di Studi Romani, 1942, XX, p. 127.

Fig. b da est. XXXII.

Outra figura encontra-se na publicação *La tecnica edilizia romana* de G. LUGLI, II, 1957, est. CXCVI, 5.

(45) B. M. APPOLLONJ, *El foro e la basilica Severiana di Leptis Magna*, I Monumenti Italiani, VIII-IX, 1936, est. XXIV, XXV.

(46) G. NIEMANN, o. c., figs. 61 e 62. Publica-se aqui uma vista da ala Leste do peristilo com arcos sobre colunas.

(47) F. FASOLO-G. GULLINI, *El tempio della Fortuna Primigenia a Palestrina*, 1953.

(48) A. M. MANSEL, *Die Grabbauten von Side (Pamphyl en)*, «Archäologischer Anzeiger», vol. 74, 1959, pp. 364 e ss., fig. 23. A. M. MANSEL, *Die Ruinen von Sidi*, Berlin, 1963, 18 f., fig. 153 f.

(49) F. W. DEICHMANN, *Frühchristliche Kirchen in Rom*, 1948, figs. 7-10.

(50) G. NIEMANN, o. c., fig. 63, em que se assinala um pormenor da ligação do arco à pilastra angular.

fícies de tijolo devem imaginar-se com revestimento de estuque.

De acordo com a imagem assim obtida, reconstituo também as fachadas da galeria dos lados Norte, Sul e Oeste, não sendo de peso para a impressão geral que a distância entre eixos seja ligeiramente diferente, nem que a altura dos arcos varie um pouco. No mencionado Palácio de Spalato também existem tais diferenças. Apenas a cobertura do patamar da escada pode dificilmente ter sido efectuada sob forma de uma abóbada cilíndrica. Um resto da abóbada cilíndrica da galeria, caído a Norte junto do patamar da escada, demonstra claramente que ela acabava com um corte no mencionado patamar. De acordo com a largura do patamar da escada (os seus lados eram formados por pequenas pilstras) ela deve ter tido uma cobertura de madeira. A sua restante disposição exterior, como também a configuração do frontão por cima da zona da fachada correspondente ao patamar da escada (fig. 20), estavam certamente em conformidade com as outras partes da galeria e estão reproduzidas no respectivo desenho⁽⁵¹⁾.

Reconstituindo as placas de balaustrada, tomei como modelo uma peça originária de Milreu, que se encontra no Museu de Faro⁽⁵²⁾. A largura da placa corresponde à largura dos vestígios de sulcos nas colunas de mármore, na parte Leste do pátio. É possível que as formas das placas não fossem todas iguais. Também em Spalato devem ter existido placas de balaustrada entre as colunas das arcadas⁽⁵³⁾.

A parede do *podium* apresentava, a toda a volta, uma decoração de mosaicos, representando peixes. Os restos de mosaico não dão uma única indicação de representações de outro tipo. Utilizando os peixes inteiramente conservados (fot. 10) e tomando em consideração fragmentos de desenhos de peixes, tentei reproduzir o aspecto desta forma especial de decoração colorida, num dos pódios.

O nível do chão do pátio é indicado pelo acabamento inferior da fita entrançada dos mosaicos murais e pela saliência das fundações no muro do *podium*. Restos de pequenas pedras, coloca-

das em argamassa, fazem supor que o chão do pátio tenha talvez tido uma cobertura de *opus signinum*. Encontrava-se a um nível de cerca de 15 cm abaixo do da construção de tipo ponte, que liga a entrada à escada. Assim, até é possível que o pátio tenha sido coberto temporariamente por uma fina camada de água, na qual se reflectiam os mosaicos dos peixes.

Do muro de remate do pátio apenas se conservaram alguns troços do lado Leste, com as suas placas de balaustrada. Fazendo a sua reconstituição, supõe-se que esta balaustrada cercava, a Leste, a Sul e a Oeste, toda a zona do edifício de culto. O lado Norte, confinando com o caminho, deve ter consistido num muro mais elevado, o que se verifica através do canto Nordeste do muro do pátio, com a estreita entrada a Leste. Também a reconstituição do portão pressupõe um muro mais elevado. Este portão de entrada para a área do edifício de culto apresenta paredes laterais tão espessas que não é difícil a reconstituição de um arco (fig. 22). Não é possível, no entanto, averiguar se sobre o arco existia um frontão ou um pequeno ático. A entrada fechava com portas, de cujos pontos de fixação ainda se encontravam vestígios do lado interior.

Face ao portão de entrada, do outro lado do caminho, existem ainda, do tanque, os restos suficientes para nos permitirem propor a existência de uma abóbada com pequenos arcos em tijolo. Esta pequena construção era alimentada de água pelo lado Norte, a qual escoava em direcção ao caminho. As ruínas indicavam que ela estava completamente revestida, por fora e por dentro, de mosaicos. O seu aspecto exterior, para o lado do caminho, deve ter correspondido aproximadamente à estrutura do portão de entrada, que seria eventualmente emoldurado por pilastras angulares e um pequeno frontão. Existe ainda um fragmento de uma placa de mármore do parapeito do pequeno tanque, que nos indica a sua altura. Por cima encontrava-se, provavelmente, um arco, cuja largura correspondia ao interior do tanque.

⁽⁵¹⁾ A inclinação do frontão teve ter correspondido à dos frontões por cima da *cella*. Devido à altura do frontão, que toca a *cella*, não reconstituo aqui janelas na parede da *cella*.

⁽⁵²⁾ C. PEREIRA BOTTO já mencionava (ver nota 11, p. 160) «porticus» com «columnas com balaustradas». Não se depreende se ele encontrou aí o fragmento da placa de balaustrada que se conserva no Museu de Faro.

⁽⁵³⁾ G. NIEMANN, o. c., p. 52. As balaustradas foram descritas por Adams como tendo a forma de gradeamento.

A absoluta falta de fontes de informação antigas e as escassas alusões feitas na literatura faz com que, para a tentativa de uma classificação do edifício de culto quanto à época em que foi construído, apenas possamos utilizar, como ponto de partida, as construções encontradas, os resultados da reconstituição e alguns achados.

Começamos pela observação da planta com base nos desenhos de reconstituição. Mostra um esquema rigorosamente simétrico, cujo eixo se prolonga para o exterior e inclui o tanque semi-circular de água. Sendo o centro, a *cella*, cercado por um peristilo que, por sua vez, é limitado pelo pátio, forma-se um todo fechado, pleno de tensão devido aos efeitos alternados; por esse motivo, sobressai como algo de especial na Península Ibérica e indica conexões e influências mais extensas.

A planta e, especialmente, o alçado do edifício, mostram o tipo de templo de galeria que mais adiante será descrito pormenorizadamente. Quanto à sua construção, o edifício afasta-se, no entanto, de tal forma do grupo gaulês de templos e santuários de galeria, que não é possível vê-lo nem datá-lo apenas sob este ponto de vista. É bastante raro, na arquitectura romana, o tipo de templo períptero desligado de outras construções, no qual se baseia, em parte, o tipo de templo de galeria⁽⁵⁴⁾. Edifícios com galeria abobadada encontram-se apenas a partir do século III na Itália (o chamado Templo do *Portumnus* em Ostia, que apresenta uma galeria coberta por abóbadas de aresta)⁽⁵⁵⁾.

Para a tentativa de datação não posso servir-me da particularidade e da data da galeria com arcadas, pois esta reconstituição por mim escolhida foi apenas deduzida com base em alguns indícios no edifício e em achados, e não totalmente comprovada.

Um outro argumento muito mais importante para a determinação da idade do edifício é obtido

através de observações feitas nos muros de tijolos. As mais recentes investigações de Lugli dos muros de tijolos na área de Roma permitirão, talvez, encontrar uma solução também aqui na Província da Lusitânia, embora longínqua mas ligada à metrópole pelo Mediterrâneo. Aprofundarei, pois, mais pormenorizadamente, as possibilidades de datação dos muros.

Na Península Ibérica conservaram-se poucas construções romanas de tijolos e estas não foram ainda relacionadas entre si⁽⁵⁶⁾. São, no entanto, úteis — como se verificará mais adiante — para um exame da datação. Em primeiro lugar, quero referir-me às investigações italianas, muito exactas. Dos dez pontos evidenciados por Lugli para uma apreciação de construções de tijolos, que se baseiam essencialmente em exames anteriores feitos por van Deman⁽⁵⁷⁾, o último, quer dizer, a indicação da altura média das camadas, é de maior peso para uma determinação aproximada da época⁽⁵⁸⁾. Serve aqui como base a medida de cinco camadas de tijolos e cinco camadas de juntas com argamassa. Esta medida mantém, pois, uma certa constância, não obstante todas as irregularidades das diversas alturas de tijolos e juntas numa construção, podendo assim ser relacionada com outras medidas correspondentes de construções de épocas diversas. Em Estoi, ela foi averiguada através de várias medições, tanto no interior como no exterior, sendo de 35 cm e 33,3 cm, respectivamente. Esta diferença deve-se talvez ao facto de as medições terem sido efectuadas, no interior, nas partes inferiores dos muros, e, no exterior, por causa dos restauros, na parede de tijolo superior. Em todo o caso, a medida base é de mais de 30 cm e corresponde assim às construções pós-constantineanas em Roma, o que foi demonstrado pelas investigações de Appolonj-Ghetti⁽⁵⁹⁾. Mesmo tomando como base os estudos de muros da Antiguidade tardia, efectuados por Töbelmann⁽⁶⁰⁾, chega-se aos mesmos resultados. Töbelmann baseia-se na medida de um metro e conta as camadas de ti-

(54) Um óptimo exemplo é o templo de Vénus e de Roma, em Roma.

(55) L. CREMA, *L'architettura romana*, «Enciclopedia Classica», vol. XII, 1959, p. 563, fig. 745.

(56) Não existe, até à data, um trabalho especial relativo a construções de muros em Espanha ou Portugal. I. Puig i Cadafalch fez alguns estudos iniciais em *L'arquitectura romana a Catalunya*, Barcelona, 1934.

(57) E. BOIS VAN DEMAN, *Method of determining the date of Roman concrete monuments*, «American Journal of Archaeology», XVI, 1912, pp. 230-251 e 378-432.

(58) G. LUGLI, *La Tecnica Aedilizia Romana*, 1957, pp. 583 e ss. Comparar F. RAKOB, *Romische Mitteilungen*, 68, 1961, 134 f.

(59) B. M. APOLLONJ-GHETTI, G. DE ANGELIS D'OSSAT, *Le strutture murarie delle chiese paleocristiane di Roma*, «Revista di Archeologia Christiana», 1945, pp. 223-248.

(60) F. TOEBELMANN, *Der Bogen von Malborghetto*, 1915, pp. 10-13.

jolos nele contidas, sendo aqui a medida-base o número de camadas. Menciono aqui também a sua observação de diferenças das medidas-base das paredes interiores e exteriores, semelhantes às encontradas no edifício de culto em Estoi. Aqui, um metro de superfície de parede interior contém, em média, 14,5 e, no exterior, 15 camadas de tijolos e juntas com argamassa. Este número diminui continuamente, sobretudo no século IV. Ele é, pois, nas termas de Diocleciano ainda cerca de 18, na Basílica de Maxêncio de 16,5 e, no decorrer do século IV, baixa ainda mais. Consequentemente, os muros de Estoi deviam datar da segunda metade do século IV.

Comparando o edifício de culto com outras construções do século IV na Península Ibérica, por exemplo, o conjunto de casas de habitação de Centcelles (meados do século IV), a chamada Basílica de Mérida e o Mausoléu de Sádaba⁽⁶¹⁾, que apresentam uma forma de construção e qualidade consideravelmente diferentes, a datação tão tardia parece pouco provável. A questão é se construções de tijolos na cidade de Roma e nos seus arredores próximos poderão, de facto, servir de exemplos para a apreciação de construções de tijolos na Península Ibérica. Através de exames de outros elementos construtivos e decorativos do edifício de culto poderemos obter esclarecimentos suplementares.

Ainda mais difíceis de datar são os muros de pedras de alvenaria do *podium* e os que limitam o pátio com o portão da entrada, junto dos muros da *cella*. Não são, por essa razão, analisados aqui. O pequeno tanque, do outro lado do caminho, é construído por camadas de pedras de alvenaria e de tijolos e apresenta, no seu muro curvo, os já descritos arranques, do tipo de consola, de nervuras de tijolo. Estas nervuras eram visíveis do interior e devem ter apoiado a pequena abóbada. Como falta a decoração, só se podem fazer suposições quanto ao aspecto do tanque. Ele assemelha-se a ninfeus como, por exemplo, o bem conservado Ninfeu da Casa dell'Orso em Pom-

peia⁽⁶²⁾. É possível que as nervuras tenham formado uma abóbada do tipo concha, como se verifica frequentemente em decorações de estuque e na pintura, ao longo de toda a época imperial⁽⁶³⁾. Em todo o caso, nem os simples muros de pedras de alvenaria, nem o arranque da semiesfera do pequeno tanque, podem dar um critério mais exacto quanto à data de construção, do que a parede de tijolo do edifício principal. Também a abóbada cilíndrica da galeria, junto do edifício de culto, é imprópria para uma datação mais precisa. Os arcos em tijolo, tais como se apresentam na abóbada, são já muito divulgados pelo menos desde o século II. Apenas a disposição envolvente, com uma abóbada cilíndrica e de forma circular, indica a época romana tardia⁽⁶⁴⁾. Uma abóbada de arestas, tal como a que se encontra na *cella* do edifício de culto, já é habitual no início da época imperial. Todavia, edifícios de culto com abóbadas só se conhecem a partir do século II (*Hadrianeum* em Roma)⁽⁶⁵⁾. Obter-se-ia uma certa indicação quanto à época da construção, se fosse possível identificar com segurança nervuras de tijolo na abóbada de arestas de Estoi. Conservaram-se, no entanto, apenas nos cantos interiores, os arranques da abóbada de tijolos. Só a observação de nervuras de tijolo na abóbada da abside permite deduzir tratar-se de uma construção semelhante à da abóbada de arestas, solução muito praticada na época romana tardia⁽⁶⁶⁾.

Existem ainda hoje, na parede exterior superior da abside e nos muros contíguos da *cella*, grandes partes da antiga cornija, assente sobre consolas. Uma vez que originalmente toda a parede de tijolos deve ter sido rebocada, supõe-se que também esta cornija apresentasse uma fina camada de estuque pintado. O seu estado actual mostra, lamentavelmente, apenas a forma bruta do elemento arquitectónico, tão importante para a impressão geral. Tal facto dificulta muito a tentativa de datação, pois ela depende essencialmente de pequenos detalhes, sobretudo tratan-

(61) TH. HAUSCHILD e H. SCHLUNK, *Vorbericht über die Arbeiten in Centcelles*, «Madriider Mitteilungen», 2, 1961, pp. 119 e ss. J. R. MÉLIDA, *Excavaciones de Mérida. Una casa basilica romano-cristiana*, «Memorias», Junta Superior de Excavaciones y Antigüedades, 1917, com planta.

A. GARCÍA Y BELLIDO, *La Villa y el Mausoleo Romanos de Sábada*, «Excavaciones Arqueológicas en España», n.º 19, 1963.

(62) H. STERN, *Origine et début de la mosaïque murale. Études d'archéologie classique II* (Annales de l'Est. publ. par la Fac. Lettres Univ. Nancy, Mémoire n.º 22), 1959, pp. 101 e ss.

(63) M. BRATSCHKOWA, *Die Muschel in der antiken Kunst*, «Bulletin de l'Institut Archeologique Bulgare», XII, 1938, pp. 1 e ss.

(64) Ver abóbada de arestas no exterior do templo do Portumnus, em Ostia (séc. III).

(65) V. PASSARELLI, *Atti III. Conv. Naz. di Storia d. Arch. Roma*, 1938, pp. 123 e ss.

do-se de cornijas. Existem muitos exemplos de cornijas de consolas de tijolo em Ostia e em túmulos na Via Appia. Trata-se, sobretudo, de construções pertencentes aos séculos II a III. A composição do perfil varia sempre um pouco. Em Estoi há, talvez, uma variante especial, podendo falar-se de subdivisões em forma de barras ou blocos, como as que se encontram, por exemplo, em construções da Antiguidade tardia, ou seja, nas Termas de Diocleciano ou em Santa Constança⁽⁶⁷⁾. A proporção total, acentuadamente vertical, e o alinhamento das saliências numa recta imaginária, indicam, na verdade, uma época posterior; porém e por si só a proporção da cornija — e mais ainda tratando-se da sua forma em bruto — não permite a determinação segura da sua data, na época romana.

Emil Huebner publicou, no ano de 1892, a reprodução de um selo redondo, de tijolo, proveniente de Milreu-Estoi, com a inscrição VER FRONTINIANI⁽⁶⁸⁾, observando que a descrição por ele efectuada datava de 1881, isto é, quatro anos após o início das primeiras escavações. Um selo de tijolo idêntico, de Milreu, é mencionado em 1895 por Santos Rocha⁽⁶⁹⁾. Lyster Franco refere-se a este facto aquando da publicação relativa aos trabalhos de limpeza na zona das ruínas, em 1941⁽⁷⁰⁾. Nenhum deles, todavia, menciona o local exacto do achado, nem faz um exame mais pormenorizado do selo. Mesmo Huebner não faz quaisquer comparações nem considerações sobre a origem da inscrição. É, no entanto, evidente que os três se referem aos dois selos expostos no Museu de Faro, um dos quais ainda se encontra em bom estado de conservação (fig. 23). Para se averiguar a origem do selo, estabeleceu-se uma comparação das medidas do respectivo tijolo com os tijolos no edifício de culto em Milreu, verificando-se uma semelhança acentuada. A certeza absoluta foi obtida quando fiz novos achados na zona do edifício de culto. Um fragmento de um selo de tijolo foi encontrado a pouca profundidade, na parte Oeste da galeria, e outro preso à construção da cornija, caída a

Leste, ao lado da escada junto da entrada. Mesmo tratando-se apenas de fragmentos de selos redondos, pode afirmar-se que são idênticos aos do Museu de Faro. Pode, pois, admitir-se que o selo intacto, que também se encontra no Museu de Faro, provém igualmente do edifício de culto, tornando-se assim em mais um argumento para a datação da construção.

Não se conhece nenhum selo de tijolo com o nome do fabricante Frontinianus⁽⁷¹⁾, nem provindo do Algarve⁽⁷²⁾ nem de outro qualquer lugar. O nome de FRONTINIANUS aparece apenas uma vez em Astigi (Espanha)⁽⁷³⁾ e supõe-se pertencer à Antiguidade tardia⁽⁷⁴⁾. A certeza quanto à determinação da data obtém-se com base na forma do selo e dos tipos de letras. O selo simples, redondo, e as letras nítidas, podem ser comparados com os selos de tijolo da época de Diocleciano e de um período um pouco posterior⁽⁷⁵⁾.

Antes de se falar nas decorações de mosaico das paredes do *podium*, como elemento decisivo para a datação, deve mencionar-se o capitel por cima das colunas da galeria, por mim utilizado na reconstituição. Serve como exemplo um capitel existente no Museu de Lagos (fot. 11, fig. 24), o qual se sabe ter vindo de Milreu-Estoi. Lamentavelmente não existem indicações precisas sobre o local em que foi encontrado, não se sabendo, pois, se pertencia ao edifício de culto ou ao núcleo de construções das termas. Em primeiro lugar, será examinado mais pormenorizadamente este problema, já referido ao comentar a reconstituição. Deve ter-se em consideração que, especialmente na época romana tardia, era muito frequente voltar a utilizar elementos de arquitectura mais antigos. À minha pergunta quanto à proveniência do capitel de Lagos, obtive uma resposta ao encontrar, num monte de entulho na área das termas, o fragmento de um semicapitel ligado a uma placa de mármore (fig. 24). Dado que fragmentos de meias-colunas ligadas a uma placa de mármore se encontram junto do edifício de culto e tiveram aí o seu lugar fixo e comprovado, nas pilastras angulares da galeria, deve poder conside-

(66) O início deste tipo de construção data já do século II.

(67) Comparar nota 60. Do trabalho aí citado faz parte uma lista de perfis de cornija.

(68) E. HUEBNER *CIL* II, supl. 1892, n.º 6252,9.

(69) A. DOS SANTOS ROCHA, o. c., p. 205.

(70) M. LYSTER FRANCO, o. c., p. 11.

(71) H. BLOCH, *Bolli laterizi e la storia edilizia romana*, 1947.

(72) Um selo redondo de outro tipo é reproduzido por E. HUEBNER, *CIL* II, supl. n.º 2252,8.

(73) E. HUEBNER, *CIL* II, n.º 1481.

(74) Segundo informação verbal do Dr. Untermann, Reutlingen.

(75) H. DRESSEL, *CIL* XV, 1.

rar-se que o mencionado fragmento de capitel tenha pertencido ao edifício de culto. É mesmo provável que este capitel de meia-coluna tenha sido executado para o edifício e que não se trate de um elemento mais antigo reutilizado, pois a placa a que está ligado corresponde às usadas nas meias-colunas. É de importância para a continuação da análise que o fragmento do capitel de meia-coluna seja análogo ao capitel do Museu de Lagos. Tanto as folhas como os cálices sob os hélices e volutas se assemelham de tal forma, que ambos os capitéis, que têm também a mesma altura, devem ser considerados como pertencentes ao mesmo edifício.

Para a tentativa de uma datação descrevo aqui apenas o capitel em melhor estado de conservação, o do Museu de Lagos (fot. 11, fig. 24). Estando os cantos inferiores do capitel truncados e estando o próprio capitel incorporado na construção, a sua altura de 29 cm e a largura inferior de 27 cm são apenas medidas aproximadas. O círculo inferior de folhas tem uma altura de 9 cm, o superior de 16 cm. A folha tem cinco lóbulos; cada lóbulo é tridentado, partindo de um nervo central redondo, plástico, cuja espessura aumenta para baixo e apresenta um encaixe. Desconhece-se a dimensão das folhas, pois todas elas estão quebradas. O caule é dividido em três partes. As sépalas a ele ligadas cobrem quase totalmente os hélices e as volutas. Os lóbulos das sépalas têm também encaixes. Todas as folhas sobressaem de forma muito plástica do *kalathos* e dão uma impressão muito carnuda. Falta o caule da flor do ábaco.

O presente tipo de capitel é um caso particular nesta província. A forma da folha, porém, assim como os hélices e as volutas praticamente deitados e, também, a falta do caule da flor do ábaco, indicam a época romana tardia. Não se conhecem peças comparáveis na Península Ibérica. Em todo o caso pode afirmar-se, com base em todos os conhecimentos de capitéis da era pós-constantineana⁽⁷⁶⁾, que este capitel é certamente mais antigo, datando provavelmente da primeira metade do século IV. Deve aguardar-se a conclusão das mais recentes investigações de

Arturo Díaz Martos, que podem trazer resultados mais exactos. No seu último artigo sobre capitéis romano-coríntios de Espanha, anuncia um trabalho extenso sobre este assunto⁽⁷⁷⁾.

Da decoração antiga do edifício apenas se conservaram, até aos nossos dias, alguns restos de mosaicos murais em redor do *podium*. Com as suas cores ainda luminosas e a representação de peixes e outros seres marinhos, transmitem algo do esplendor de outrora e dão, simultaneamente, um indício para a sua interpretação. Também aqui, todavia, só é possível uma datação aproximada.

Além de golfinhos, estão representados peixes que chegam a ter o tamanho natural e cujo contorno é sempre executado em tesselas mais escuras (fot. 10). Sobretudo o golfinho que se encontra a Leste, junto à escada, mostra bem a matização alcançada através de fiadas de tesselas mais escuras. Além disso, não está coberto com concreção calcária, como os restantes peixes e é, por essa razão, de salientar como exemplo de qualidade e técnica excelentes do mosaico mural (fot. 10). Como os pequenos detalhes e todos os restos de mosaico à volta do *podium* já foram referidos na descrição, resta-me mencionar aqui que não se encontraram figuras humanas nem cenas isoladas. Tudo indica que este friso, cercado superior e inferiormente por uma fita trançada dupla, apenas indicava seres marinhos nadando sobre um fundo mais claro.

Nem H. Stern⁽⁷⁸⁾ no seu artigo sobre mosaicos murais, nem P. H. L'Orange e P. J. Nordhagen⁽⁷⁹⁾, entre os exemplos que dão, mencionam mosaicos encontrados no *podium* de um edifício de culto. Além dos mosaicos existentes em Praeneste, há vários em Pompeia, em pequenos repuxos de jardim de tipo nicho e em pequenos ninfeus. Tornam-se mais frequentes nos séculos II e III e aí também em construções de maiores dimensões e em abóbadas (Canopus, na villa adriana, em Tivoli). A maioria deles, porém, encontra-se em pias de água e instalações de termas. Conhecem-se, sobretudo, muitos exemplos na África do Norte, mesmo cenas dispostas em friso representando a pesca. Até em Portugal,

(76) R. KAUTZSCH, *Kapitellstudien*, 1936.

(77) A. DÍAZ MARTOS, *Los capiteles romanos de orden corintio en España*, «Ampurias», XXII-XXIII, 1960-61, pp. 223 e ss.

(78) H. STERN, o. c., pp. 101 e ss.

(79) P. H. L'ORANGE e P. J. NORDHAGEN, *Mosaik, von der Antike bis zum Mittelalter*, 1960, pp. 48 e ss.

(80) Uma fotografia é reproduzida na *História da Arte em Portugal*, de A. DE LACERDA, vol. I, 1942, p. 76, fig. 63.

A publicação especial é: *Estação romana de Canelas (Poiães da Régua)*, de C. TEIXEIRA, «Trab. da Soc. Port. de Antrop. e Etnol.», vol. IX, fasc. I, Porto, 1939.

em Canelas (Poiars da Régua), existe um tanque com mosaicos que representam peixes⁽⁸⁰⁾. Mosaicos idênticos vêm-se num tanque na zona das termas, junto do edifício de culto de Milreu-Estoi. Estes são tão semelhantes aos do edifício de culto, que é permitido supor que ambos tenham sido executados aproximadamente na mesma época. O nosso mosaico mural, pois, é a sequência de uma tradição que começa com a decoração de tanques de água e que aqui, na época romana tardia, foi colocado, por alguma razão especial, na face exterior da elevação do *podium*, manifestamente sob influência da utilização frequente de mosaicos em paredes e cúpulas. A posição e o tema das representações dos mosaicos estão certamente ligados ao fim a que se destinava o edifício. Como já foi dito, é muito difícil determinar com exactidão a data dos mosaicos. Devido às suas características não é provável, porém, que datem da segunda metade do século IV. Diferem claramente dos mosaicos da grande cúpula monumental em Centelles, perto de Tarragona⁽⁸¹⁾, pertencentes, aproximadamente, aos meados do século IV. Podem ser, todavia, comparados de certa maneira com mosaicos que se conhecem em Piazza Armerina. Exames mais precisos virão a ser possíveis depois de os mosaicos terem sido limpos das concreções calcárias, de modo a permitirem reproduções nítidas.

Ainda que, de início, pela comparação dos seus muros com exemplos do território italiano, parecesse que o edifício datava, pelo menos, da segunda metade do século IV, os estudos feitos nos restantes elementos de construção e nas decorações indicam antes a primeira metade do século IV. Esta suposição é confirmada quando se tem presente a situação histórica e as condições necessárias para uma grande actividade de construção na província ocidental, durante o século IV. Verifica-se que, na generalidade, houve grandes destruições em cidades e vilas durante a segunda metade do século III, causadas pelas invasões dos Francos. Na Lusitânia, a cidade de Conímbriga constitui um excelente exemplo relativo ao facto de sectores completos de uma cidade terem sido abandonados e elementos de

construção mais antigos incorporados em instalações de defesa⁽⁸²⁾. Não é possível provar, no entanto, que a actividade construtiva redobrada, que se verificou na Itália e no Leste do Império, precisamente sob o domínio de Diocleciano, se tenha estendido também até ao Ocidente. Não conhecemos praticamente monumentos dessa época. Faltam sobretudo indicações relativas a novas instalações de edifícios de culto, como o presente. Datadas com maior segurança são construções dos primeiros séculos cristãos concebíveis apenas após a proclamação da liberdade religiosa relativa ao cristianismo feita por Constantino. Já me referi diversas vezes neste texto a tais construções. Além da chamada Basílica, em Mérida, refiro-me especialmente à construção da cúpula em Centelles, perto de Tarragona. Foi recentemente descoberta uma casa de habitação, nas imediações de Sádaba, que deve datar do século IV⁽⁸³⁾. Tudo isto não chega, no entanto, para formar um critério de validade generalizada sobre a qualidade das construções executadas, na Península Ibérica, durante os primeiros dois terços do século IV.

Nestas circunstâncias, o nosso bem executado edifício de culto ganha um significado especial junto dos exemplos do século IV, na Península Ibérica. Deve ser talvez qualificado como pertencente a uma época anterior à das construções acima mencionadas. Segundo os achados feitos até à data, parece que, a partir da época de Constantino, praticamente não foram erguidos, na Província Ocidental, monumentos significativos além dos cristãos. Seria até muito estranho se após o concílio de Elvira ou mesmo após o de Niceia, o nosso edifício de culto tivesse sido construído a uma distância relativamente pequena de Córdoba, sede episcopal de Hosius, conselheiro e amigo de Constantino⁽⁸⁴⁾. É sem dúvida impensável a construção de um templo pagão de maiores dimensões após o ano de 341, quando o imperador Constâncio proibiu todos os sacrifícios pagãos e ordenou o encerramento dos templos pagãos ou, ainda mais concretamente, após o ano de 346, em que foi mesmo decretada a pena de morte para os mencionados

(81) TH. HAUSCHILD e H. SCHLUNK, o. c.

(82) Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, *Ruínas de Conímbriga*, 1948, n.ºs 52-53.

(83) A. GARCÍA Y BELLIDO, *La Villa y el Mausoleo Romanos de Sádaba*, o. c.

(84) Dado que não se conhece a data certa do concílio de Elvira, província da Baética, é preferível contar-se com uma maior influência de Hosius, de Córdoba, a partir do concílio de Niceia (ano 325). Hosius foi, durante o concílio, o mais destacado dos bispos do Oeste. Sobre este assunto, ver *Geschichte des spätromischen Reiches*, Viena 1928, I, p. 160.

sacrifícios⁽⁸⁵⁾. Foi precisamente Hosius de Córdova quem se impôs contra os costumes pagãos, com força e eficácia e com o apoio do Imperador. Desejo pois dar especial peso a estes argumentos e indicar, por agora, como data da construção do edifício de culto de Milreu-Estoi, os princípios da época constantineana.

VI — AS CONSTRUÇÕES POSTERIORMENTE INCORPORADAS

Pretende-se investigar aqui, em breves palavras, a data em que foram incorporadas as construções posteriores, mencionadas na descrição do edifício. Parecem estar ligadas às transformações do edifício em igreja. Naquela época deveria existir ainda toda a galeria com as colunas, pois, de outro modo, dificilmente se compreenderia por que razão a pequena câmara, no ângulo Nordeste do pátio, se encontra tão perto do muro derrubado que aí existe (fot. 3, fig. 6). Este, apoia-se sobre uma camada de destroços, a qual, ao que parece, cobria também a ruína da pequena câmara. Pode observar-se ainda que tanto esta câmara, como o pequeno tanque de água, na parte Oeste do pátio, se encaixavam com bastante exactidão entre os muros mais antigos, que o tanque é revestido de *opus signinum* sólido, provavelmente romano, e que existe um pavimento em *opus signinum* no exterior da câmara, do lado da pequena abside. Todas estas observações indicam que as duas construções talvez não tenham sido executadas muito mais tarde do que o complexo do edifício de culto.

O pequeno tanque com os degraus estreitos, que se encontra na parte ocidental do pátio, é, sem dúvida, uma piscina baptismal (fot. 12). Conhecem-se, na Península Ibérica, mais duas pias baptismais com esta forma rectangular⁽⁸⁶⁾. Uma delas encontra-se ao lado do chamado *Martirium* da casa romana em La Cocosa⁽⁸⁷⁾ (província de Badajoz), que também pertencia à Província da Lusitânia. Não ficou aí esclarecido o resultado das escavações. No entanto, a pia parece ser um anexo do chamado *Martirium*, cuja construção

data do século iv. A segunda pia foi descoberta na área da necrópole perto de Tarragona, no local da basílica⁽⁸⁸⁾. É dada como datando do início do século v.

Conhecem-se ainda um maior número de piscinas baptismais desta forma na África do Norte. Mencionam-se aqui apenas dois exemplos: a pia de Hiponna, na Argélia⁽⁸⁹⁾, datando do século iv, e a piscina baptismal em Sabratha (Tripolis)⁽⁹⁰⁾, da segunda metade do século iv. Parece, pois, que piscinas baptismais com a mencionada forma podem, geralmente, ser considerados como datando do século iv ou v. Isto significaria que as transformações do edifício de culto de Estoi teriam sido efectuadas talvez já na segunda metade do século iv.

Uma vez que Mário Lyster Franco, no seu relatório sobre os túmulos junto do edifício de culto, menciona apenas achados visigóticos⁽⁹¹⁾, eles não podem ser tomados em consideração para determinação de uma data anterior. Em todo o caso, revela-se interessante o facto de a igreja ter sido utilizada ainda na época visigótica. Abel Viana publica, no fim do seu artigo sobre Ossónoba, a reprodução de uma pequena venera que diz ter sido encontrada num dos túmulos. Esta peça provém, sem dúvida, da Idade Média. Além desta pequena venera não foram, até à data, feitos achados medievais, supondo-se ter sido o edifício destruído pelos árabes. Nada se sabe sobre uma eventual utilização posterior para fins eclesiástico-culturais. Fotografias recentes mostram o edifício rodeado de velhos estábulos.

VII — A CLASSIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO DE CULTO NA HISTÓRIA DA ARQUITECTURA

Para se compreender o edifício e como resultado da reconstituição, é importante esclarecer melhor a expressão várias vezes usada «templo de galeria», que na história da arquitectura é utilizada apenas para um tipo de templo muito especial. A *cella* é cercada por uma galeria mais baixa, cujo nível do solo corresponde aproxima-

(85) Ver E. STEIN, o. c., p. 205.

(86) A. KHATCHATRIAN, *Les Baptistères paleochrétiens*, Paris, 1962.

(87) J. DE C. SERRA RAFOLS, *La villa romana de la Dehesa de la Cocosa*, 1952.

(88) SERRA VILARÓ, *Anacleta Tarraconensia*, 1931, pp. 351 e ss.

(89) M. LEGLAY, *Actes V^e Congrès International d'Archéologie Chrétienne 1954*, pp. 404 e ss.

(90) P. ROMANELLI, *Actes IV^e Congrès International d'Archéologie Chrétienne, 1938*, I, p. 262.

(91) M. LYSER FRANCO, o. c., p. 7.

damente ao do da *cella*⁽⁹²⁾. A galeria pode ter a forma de um pórtico com colunas ou pilares e é mais larga do que um períbolo normal em templos. Esta forma especial de templo pode ser verificada através da respectiva planta mesmo que, como acontece na maioria dos casos, a estrutura do edifício não tenha subsistido.

Este tipo de templo existe na parte central e Norte da Gália, na Bretanha e na Germania romana. O mapa publicado por Koethe⁽⁹³⁾ apresenta apenas um número muito pequeno de exemplos no Sul da Gália. Não se conhecem estes templos nem na Itália, Espanha, África, nem na parte oriental do território sob o domínio romano.

Para uma compreensão e classificação do edifício de Milreu, farei aqui uma breve referência às investigações fundamentais efectuadas sobre o assunto.

O templo de galeria baseia-se geralmente em templos celtas. Existem trabalhos resumidos sobre este assunto escritos por Koethe, Oelman e Wirth⁽⁹⁴⁾. Um exemplo excelente consiste no templo de Janus, em Autun, cujos muros altos foram a indicação decisiva para o reconhecimento da forma especial do templo. A forma da planta pode ser quadrada, rectangular, redonda ou também poligonal. Oelmann indica 21 variantes diferentes. Para uma comparação com Milreu-Estoi, menciono apenas as duas construções cuja *cella* é quadrada e tem uma abside. Uma delas encontra-se perto de Caerwent, Inglaterra, a outra é um templo de Júpiter, no vale de Altbach, perto de Trier⁽⁹⁵⁾. Aqui, a abside apresenta uma parede exterior rectangular, tendo a galeria, portanto, também a forma rectangular. Os desenhos de reconstrução da última construção, executados por Mylius, são na sua generalidade bem conhecidos⁽⁹⁶⁾. Mostram um edifício que se eleva por cima de um *podium*, com uma sacada que sobressai na vertical a toda a altura da construção. Em lugar das colunas habituais, a galeria é aqui fechada por paredes sólidas,

com grandes janelas. Nas paredes da *cella* que se eleva sobre a galeria, Mylius indica no desenho a existência de janelas. É espantosa a semelhança deste desenho de reconstrução, feita por Mylius apenas com base nos poucos muros de fundações existentes — galeria, janelas, patamar com três degraus —, com o edifício de culto de Milreu. Existem desenhos de reconstrução de outros templos, executados por Mylius⁽⁹⁷⁾, que dão uma boa noção das formas possíveis dentro da variante. Mesmo que da grande maioria dos templos encontrados restem apenas as fundações, estas permitem, em todo o caso, tirar conclusões quanto à estrutura daqueles. É evidente que ninguém ousa reconstituir a abóbada da *cella* ou da galeria. Pensa-se que também em Autun nunca tenha existido uma cobertura abobadada. Pode afirmar-se que, na generalidade, os templos de galeria não eram abobadados.

Para o edifício de Milreu é importante esta observação e também verificarmos que a época em que foram erguidos os templos de galeria mais conhecidos se situa nos séculos I, II e III da era cristã. Não conheço nenhuma nova construção de um templo de galeria no século IV.

Assim, existem também para o edifício de culto de Estoi, não obstante a semelhança na forma exterior com os templos de galeria gauleses — também entre estes há construções dentro de pátios —, diferenças muito importantes quanto à execução construtiva do tecto e quanto à data de construção. Levanta-se a questão de sabermos se a construção e, eventualmente, também a forma do edifício, deve ser atribuída a outros modelos. Efectivamente, o exemplo do chamado templo do *Portumnus* em Ostia é uma construção do início do século III⁽⁹⁸⁾, apresentando uma galeria coberta por abóbada de arestas, que cerca um elemento construtivo circular, mais elevado. Dos fins do século III existe outro exemplo monumental de uma construção central sobreelevada, à volta da qual se estende um pórtico — que aqui não é abobadado —, no túmulo

(92) Descrições resumidas dos templos de galeria pertencentes aos templos celto-gauleses, nas publicações: *Die keltischen Rund- und Vielecktempel der Kaiserzeit*, «Bericht der Römisch-Germanischen Kommission», 23, 1933, de H. KOETHE; *Zum Problem des gallischen Tempels*, «Germania», 17, 1933, de FRANZ OELMANN; *Die quadratischen gallischrömischen Tempel*, Dissertation der Univ. Wien 1931, de H. WIRTH.

(93) H. KOETHE, o. c., p. 12.

(94) Comparar nota 92. Publicações mais recentes constituem sempre apenas estudos isolados de templos de galeria.

(95) J. WARD, *Roman-British Buildings and Earthworks*, 1911, p. 239; S. LOESCHKE, *Der Tempelbezirk im Altbachtal zu Trier*, Berlin, 1938.

(96) S. LOESCHKE, o. c.

(97) S. LOESCHKE, o. c., folheto 2, est. 32.

(98) Comparar nota 55.

de Diocleciano, em Spalato⁽⁹⁹⁾. Santa Constança pode incluir-se também nesta série de exemplos da primeira metade do século IV. Aqui certamente continua a viver a ideia do templo periptero que, no entanto, já só raramente é encontrado na época imperial romana (um exemplo monumental é o templo de Vénus e de Roma, em Roma⁽¹⁰⁰⁾, do século II; na Península Ibérica conhecem-se templos peripteros com *podium* em Évora, Mérida e Barcelona).

É conhecida, em construções profanas, a elevação da divisória central, o que já se utilizava há muito no grupo das basílicas. Aqui deve, todavia, referir-se que a necessidade, decisiva, da entrada de luz não é tão premente nas mencionadas construções circulares. Em todas estas construções trata-se — supõe-se que também no caso do «Templo do Portumnus», em Ostia — de mausoleus. Como, porém, não devemos, de forma alguma, ver no edifício de Estoi um túmulo — basta recordar os canais de água e os mosaicos com peixes que circundam o *podium* — e como não se conhece na Itália, até à data, nenhum edifício de culto pagão com esta forma e construção, também não é possível, devido à sua forma construtiva, colocá-lo ao lado de construções circulares da época romana tardia existentes em Itália.

Finalmente, existe ainda a possibilidade teórica de ver o edifício de culto de Estoi integrado numa tradição nacional, datando da colonização céltica do Norte da Península Ibérica, ou seja, do século III a. C. Como até à data não se conhece, porém, em Portugal, nenhum exemplo anterior de um templo de galeria, não se pode, pois, pelo menos por enquanto, falar de uma tradição local. A construção em Frades⁽¹⁰¹⁾, dada a conhecer por Abel Viana e por ele comparada com a de Milreu, apresenta, de facto, uma *cella* quadrada, de dimensões semelhantes às de Milreu. No entanto, ainda não se sabe se o troço de muro hoje visível, em forma de *podium* circundante, foi a

base de uma galeria, visto não existirem, na parede da *cella*, quaisquer vestígios de uma cobertura de galeria, nem outros pontos de referência que só se poderiam obter depois de efectuados os necessários trabalhos de escavação. É possível que a construção do muro date da Antiguidade tardia, mas é ainda mais difícil datar, com exactidão, este edifício, do que o de Milreu. Assim, ele não faz parte, por agora, da discussão.

Só depois de novas escavações junto do edifício de culto de Milreu-Estoi e de novas eventuais descobertas de construções semelhantes, se poderá talvez esclarecer em que medida tenha existido uma influência tanto da própria região e da ideia cultural dos templos de galeria na Gália, como também da série de construções da época romana tardia na Itália.

VIII — A INTERPRETAÇÃO DO EDIFÍCIO DE CULTO

Todos os que até à data tentaram fazer uma interpretação deste edifício lhe deram a designação de templo, partindo da existência de um *podium* e da posição das colunas. Enquanto Pereira Botto não se preocupa com a divindade que nele teria sido venerada, Lyster Franco tenta ligá-lo ao culto de Vénus. Como, porém, a forma especial do templo de galeria não é uma condição prévia para um culto determinado, podemos contar apenas com as instalações de água e as decorações com mosaicos representando peixes, para a sua interpretação⁽¹⁰²⁾. Venerava-se aqui, com toda a certeza, a água, sendo «ninfeu» a designação geral atribuível a uma tal construção. Suponho que o pequeno tanque de água, à entrada, tenha sido o «ninfeu» propriamente dito, quer dizer, uma fonte de água para os transeuntes; toda a área com o seu pátio, o átrio de arcadas que se eleva por cima do *podium* e que, talvez, nalguns dias se reflectisse na superfície da

(99) G. NIEMANN, o. c.

(100) A *cella* foi reconstruída nos fins do século III. L. CREMA, o. c., p. 584.

(101) A. VIANA, *Ruínas do Mosteiro de São Cucufate em Vila de Frades*, «Arquivo de Beja», vol. XIV, Beja, 1957, pp. 45 e ss., com esboço da planta.

(102) Os outros achados de Milreu-Estoi, que se encontram no Museu de Lagos, e no Museu Etnológico Português de Leite de Vasconcelos, em Lisboa, não podem servir de base para uma interpretação do edifício de culto, pois não se conhece o local da sua proveniência na vasta zona de ruínas. A pedra com inscrição, encontrada nas termas, não pode ser tomada em consideração para uma interpretação do edifício de culto. Como mostra uma fotografia do *Guia-Album do Algarve*, I, Lisboa, 1932, p. 25 (fig. 46), ela encontrava-se na divisória 43, junto ao tanque com os mosaicos de peixes. Como já foi escrito por L. Wickert (ver nota 8), falta o principal na inscrição, ou seja, o nome da divindade à qual foi consagrado este pequeno altar. O nome legível *Acilius* aparece várias vezes na Hispania, porém apenas uma vez na Província da Lusitânia, muito longe de Milreu-Estoi, precisamente em Villar, perto de Capera (E. HUEBNER, *CIL* II, 1896, 844).

água que cobria o pátio, com a *cella* e o tanque, teria sido dedicada a uma veneração, a um culto especial da água.

Lamentavelmente não é possível averiguar se na abside da *cella* existia uma estátua, ou onde se encontrava um altar de sacrifícios. O facto de ter havido uma conduta de água para a divisória da *cella* poderia levar-nos à conclusão de que se tratava, por exemplo, de um santuário de nascente⁽¹⁰³⁾. Esta suposição é reforçada pela situação da construção perto de nascentes e terras férteis e, ainda, pela proximidade do mar, rico em peixe.

Foi, certamente, o proprietário da grande vivenda ao lado do edifício de culto quem mandou erguer este santuário. Talvez tenha sido um rico comerciante ou pertencido a uma das famílias importantes da nobreza da época romana tardia. Enquanto não tiverem sido levadas a termo as escavações da vivenda — podendo encontrar-se ainda material epigráfico — e enquanto não tiver sido também examinada a construção em Frades, de planta semelhante, é difícil

dizer quais os objectivos e as necessidades que levaram o arquitecto e construtor a erguer um ninfeu, aqui na província mais ocidental do Império romano, com tanto luxo e cuidado. Este edifício de culto representa, pelo menos na Península Ibérica, um tipo de construção até à data singular, quando comparado com os templos de galeria gauleses, o que o torna extremamente interessante no âmbito da história geral da arquitectura.

Se se provar ser exacta a afirmação de que o edifício data da primeira metade do século IV, este facto torná-lo-á especialmente significativo no conjunto das construções deste tipo conhecidas até à data em Portugal e Espanha, pois seria o único edifício de culto pagão de maiores dimensões erguido numa época em que o cristianismo se impunha cada vez mais, sobretudo no Sul da Península. Isto seria imaginável se a pessoa que o mandou construir tivesse pertencido à nobreza romana de espírito pagão conservador⁽¹⁰⁴⁾. Neste contexto, é digno de menção que, possivelmente ainda no século IV, o edifício tenha sido transformado numa igreja.

⁽¹⁰³⁾ É interessante o facto de haver alguns santuários de nascente entre os templos de galeria (ver HERMANN WIRTH, o.c., parágrafo VI). Um exemplo bem visível de um santuário de nascente, embora não sob forma de templo de galeria, encontra-se em Nîmes (R. NAUMANN, *Der Quellbezirk von Nîmes*, 1937).

⁽¹⁰⁴⁾ O. SEECK, *Geschichte des Unterganges der antiken Welt*, I, 1897, p. 59.

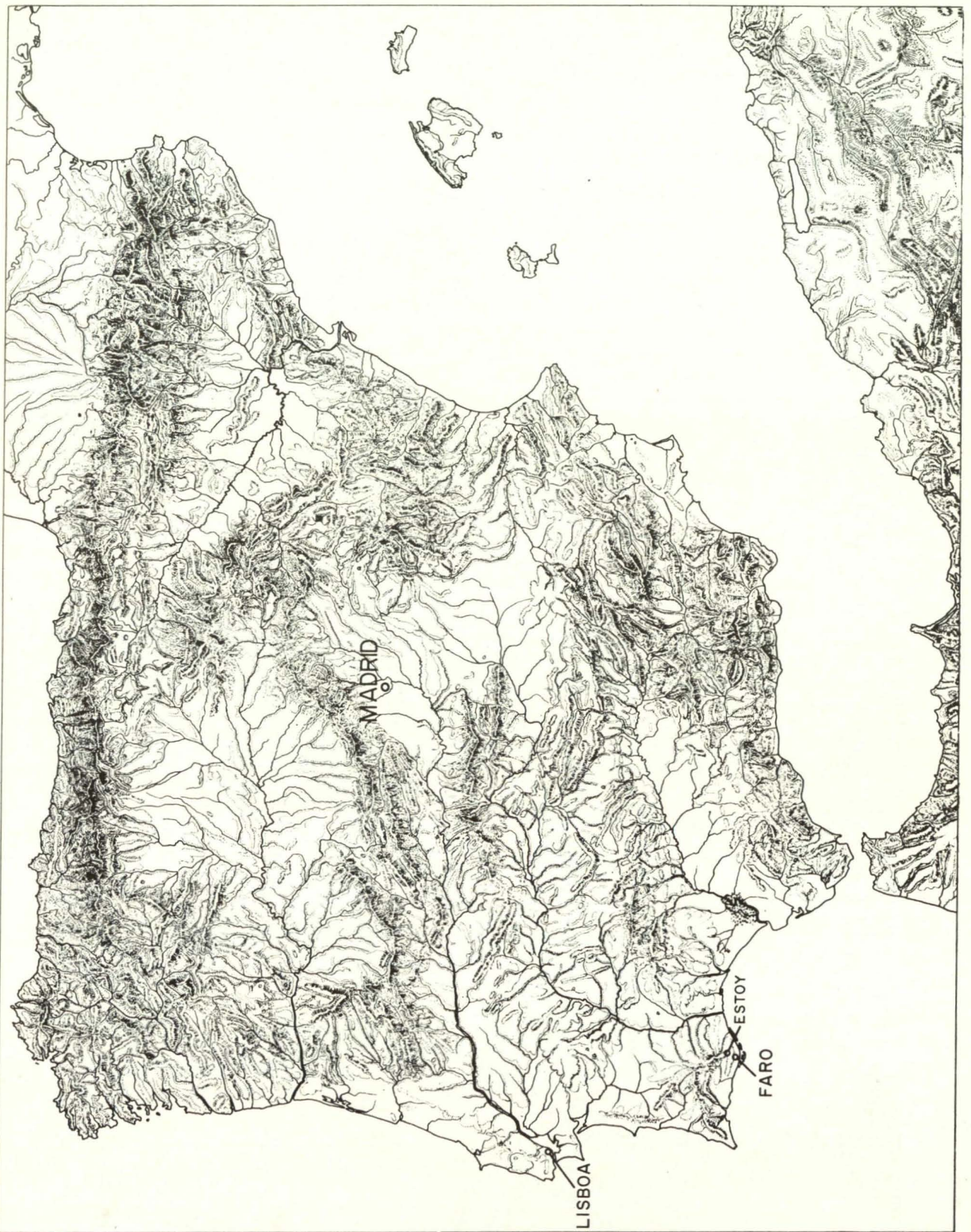


Fig. 1 — Mapa da Península Ibérica

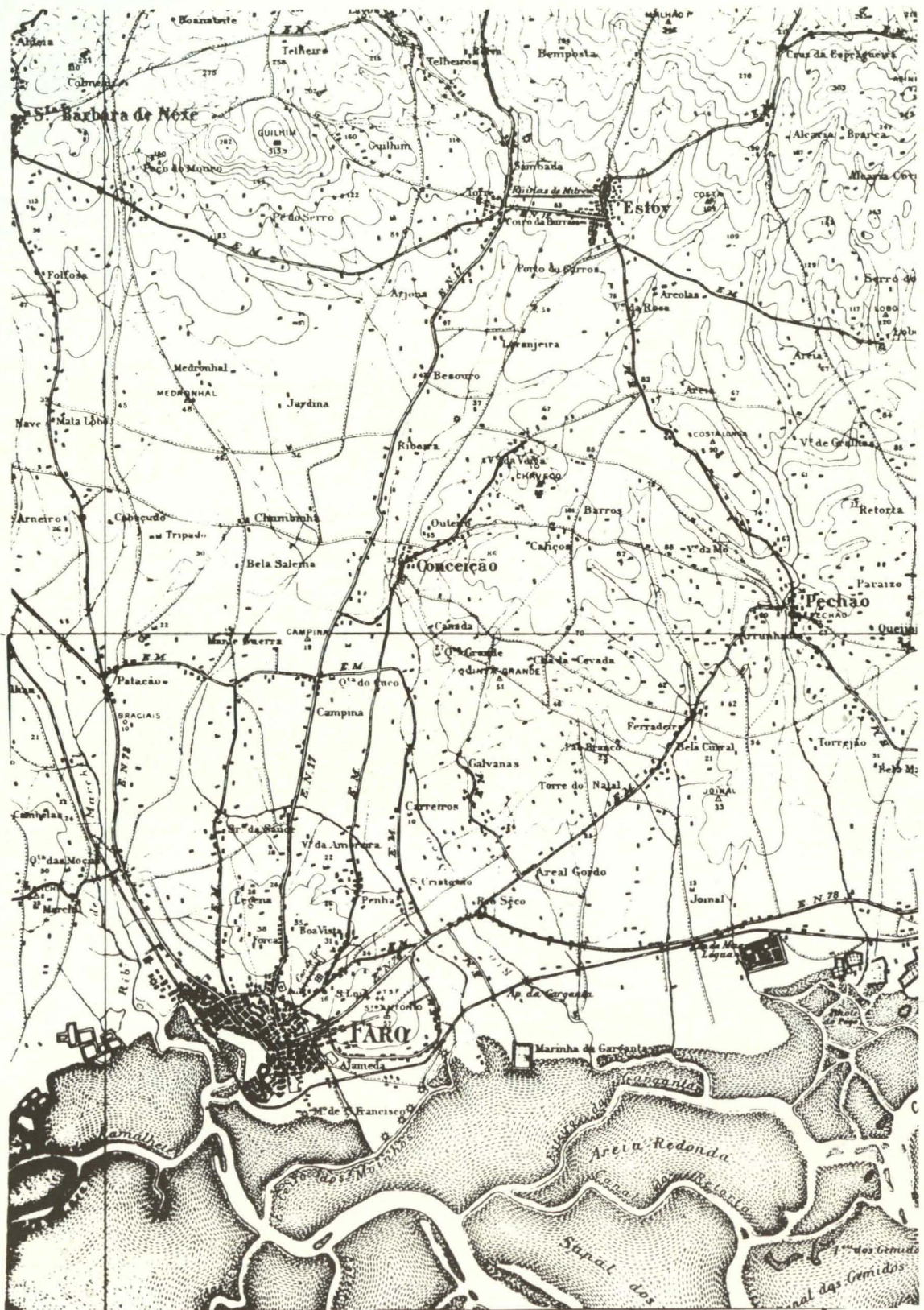


Fig. 2 — Aspecto da Carta Corográfica de Portugal, Instituto Geográfico e Cadastral, n.º 53 A

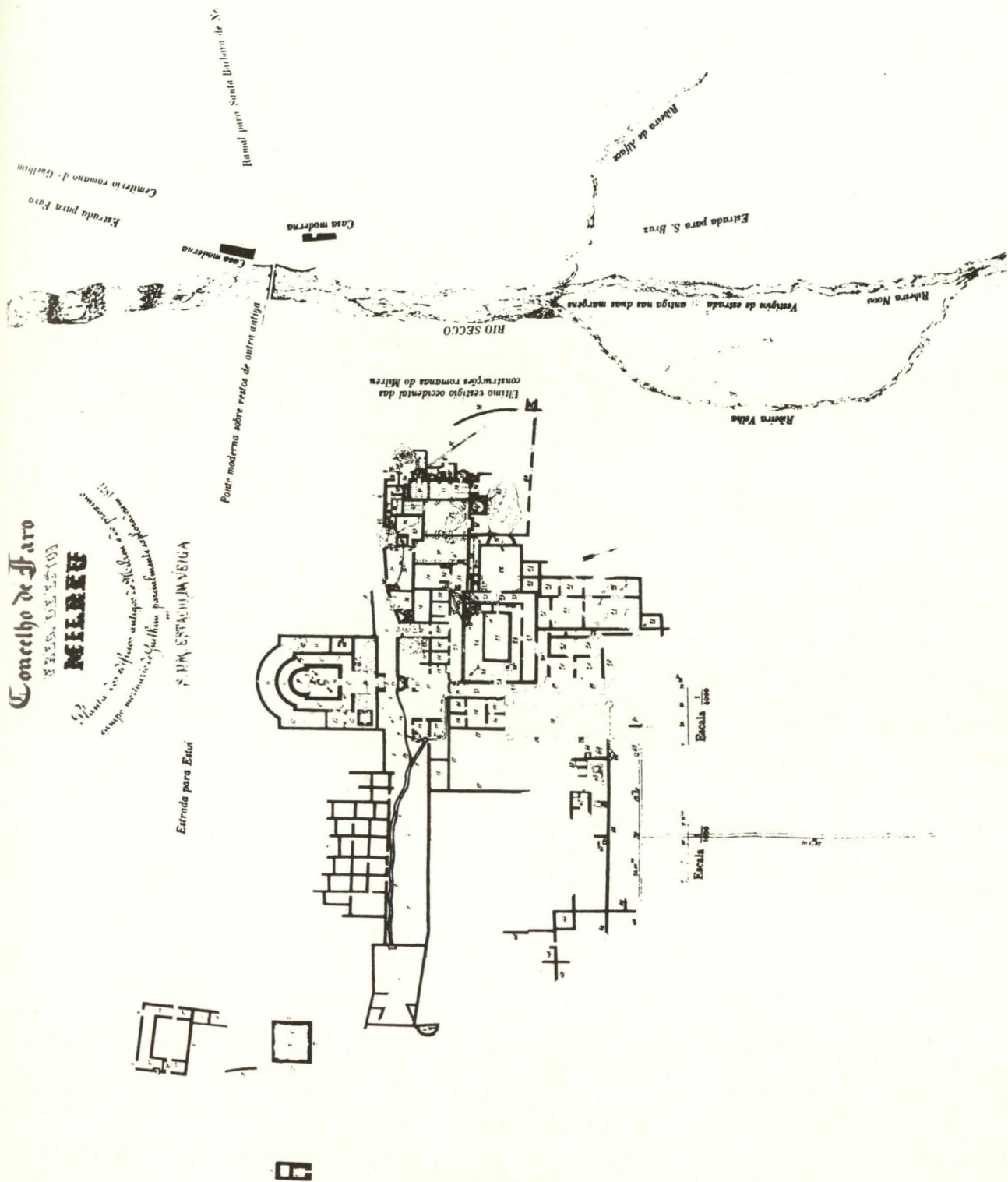


Fig. 3 — Cópia fotográfica da planta publicada por Estácio da Veiga, em 1880, n.ª tabula de bronze de Aljustrel — (ver nota 10)

São

São Bras

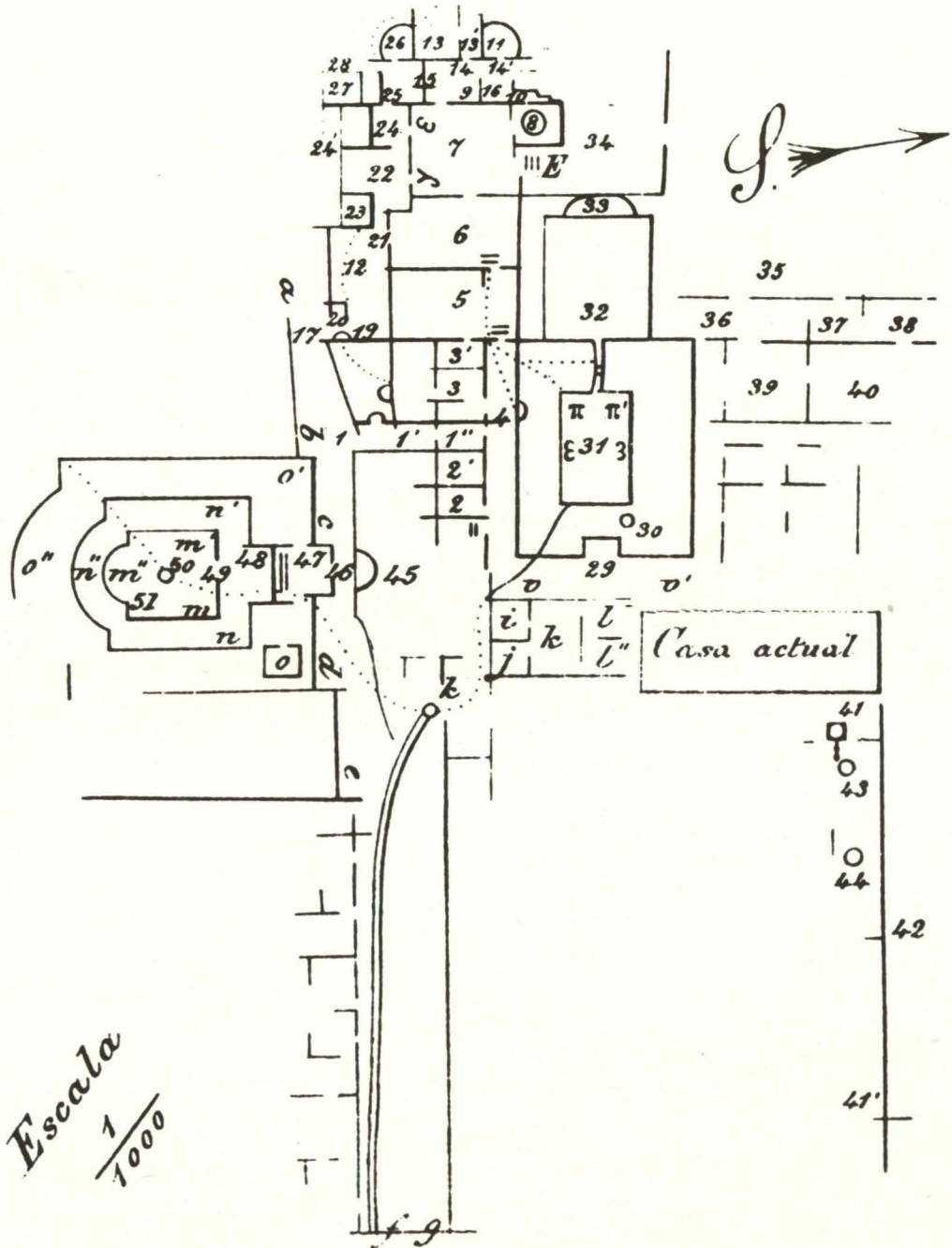


Fig. 4 — Cópia fotográfica da planta publicada por Pereira Botto, em 1898 — (ver nota 11)

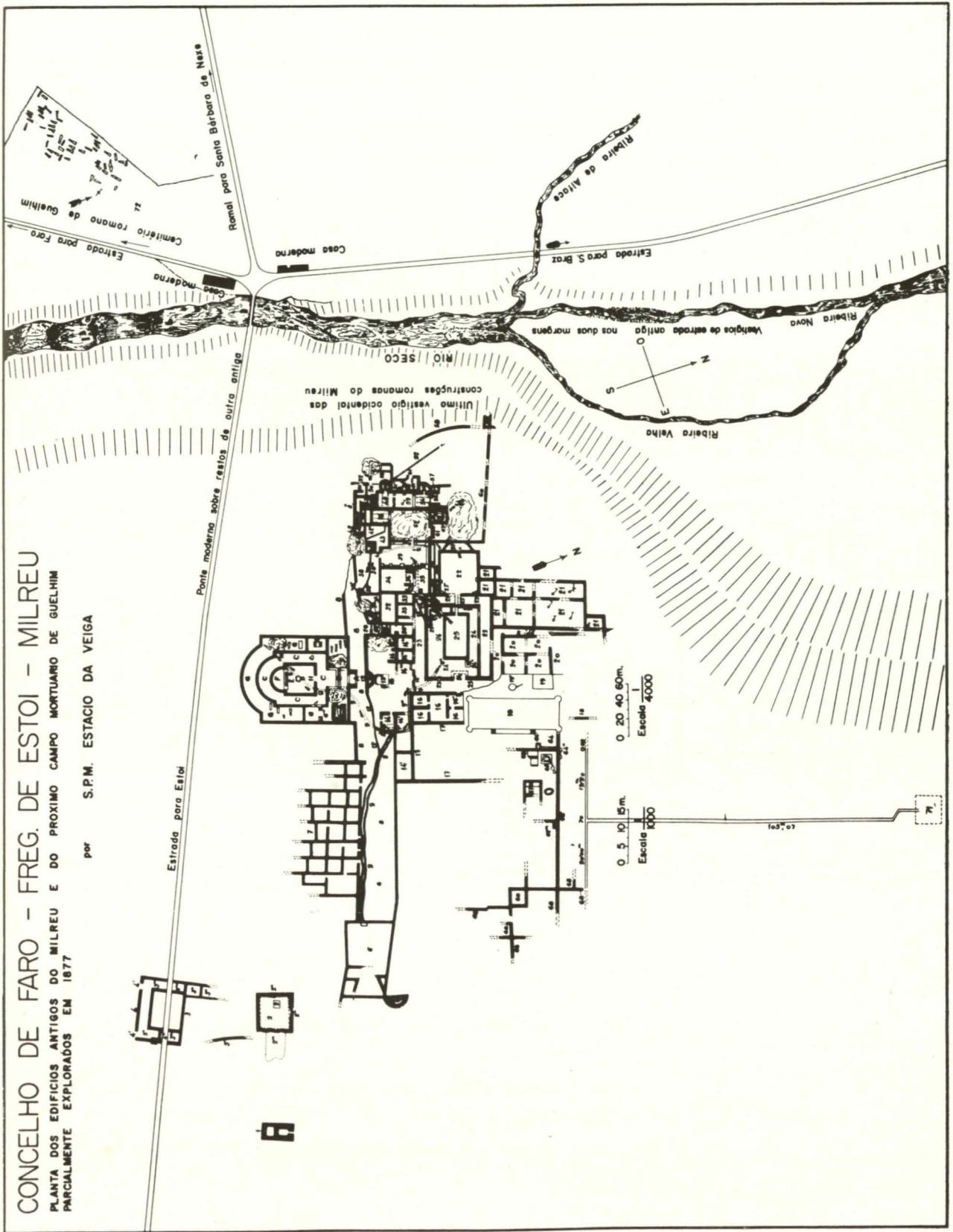


Fig. 5 — Cópia da planta de Estácio da Veiga, com legendas mais legíveis e indicação do declive do terreno junto ao rio

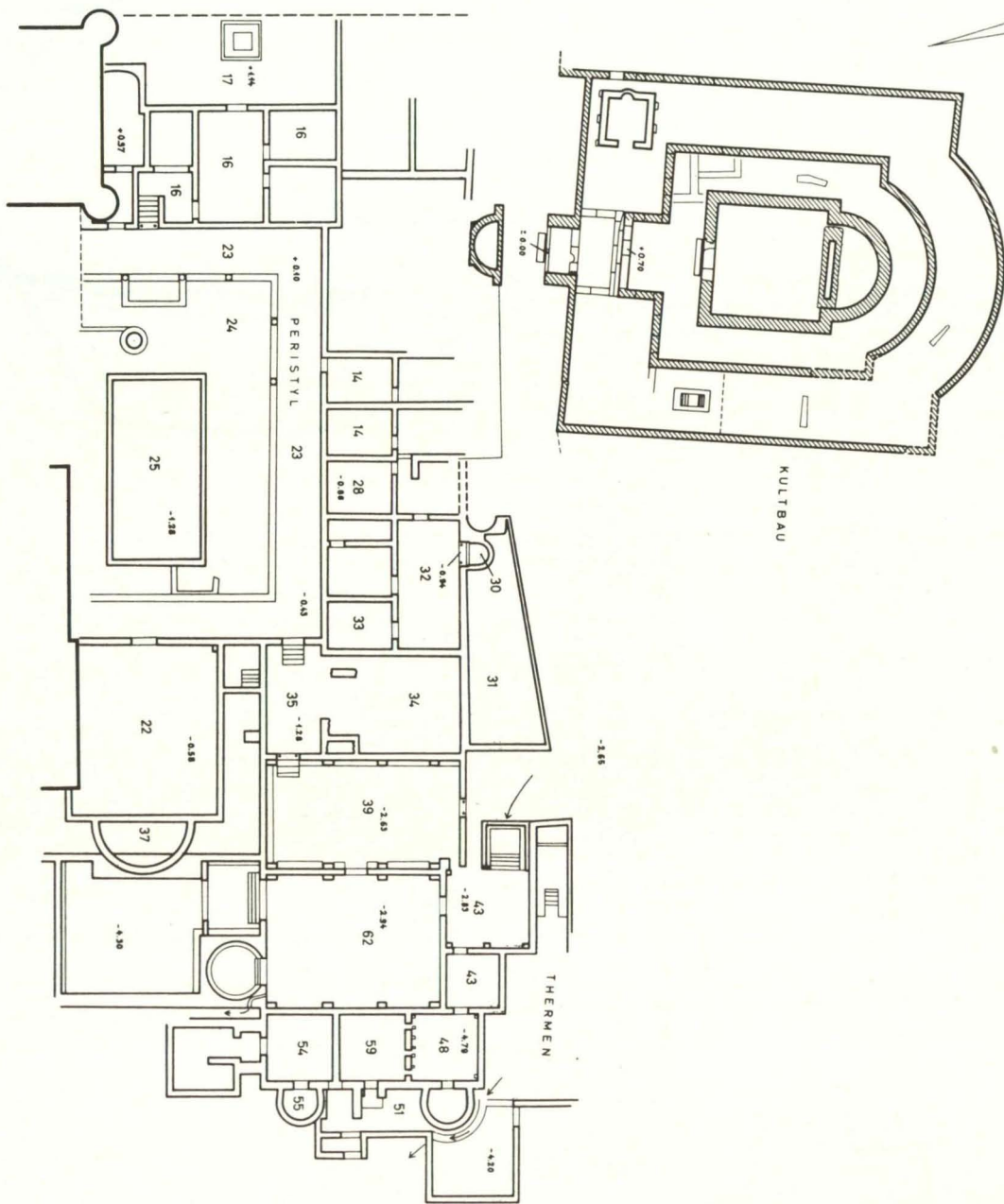


Fig. 6 — Planta das ruínas de Milreu-Estoi. Situação em 1962

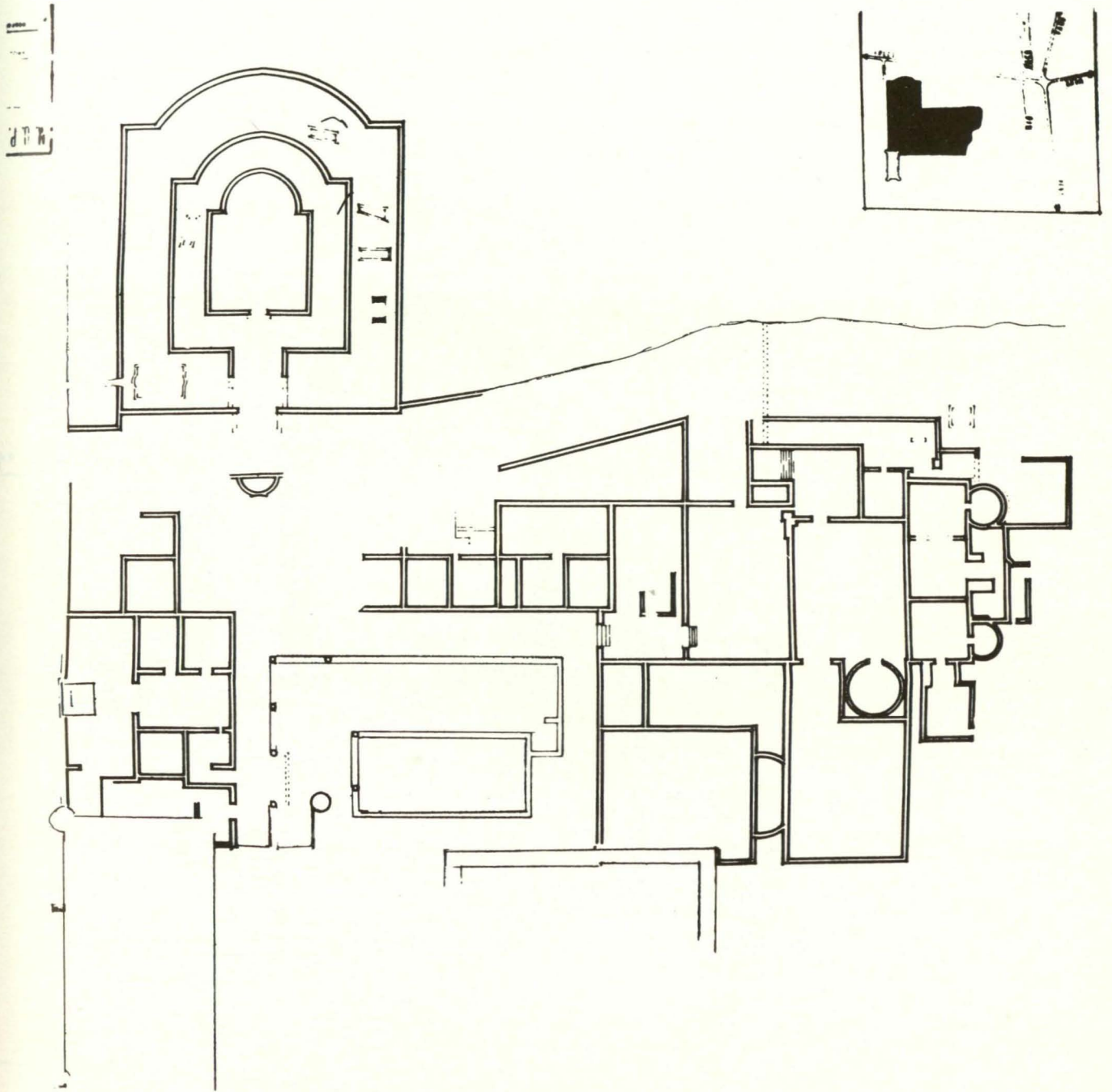


Fig. 7 — Cópia fotográfica da planta elaborada pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, por volta de 1950

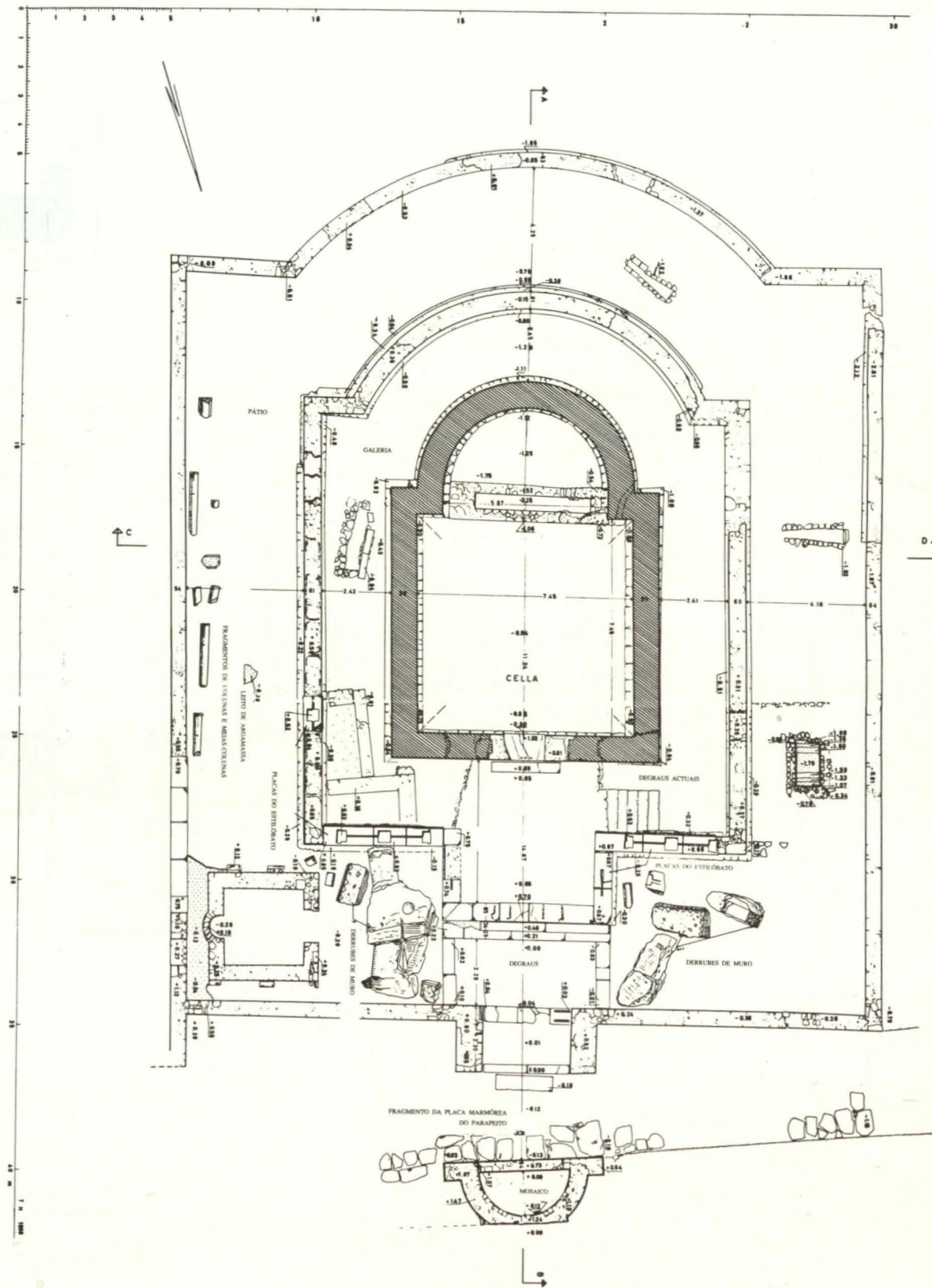


Fig. 8 — Planta do edifício de culto. Situação em 1962

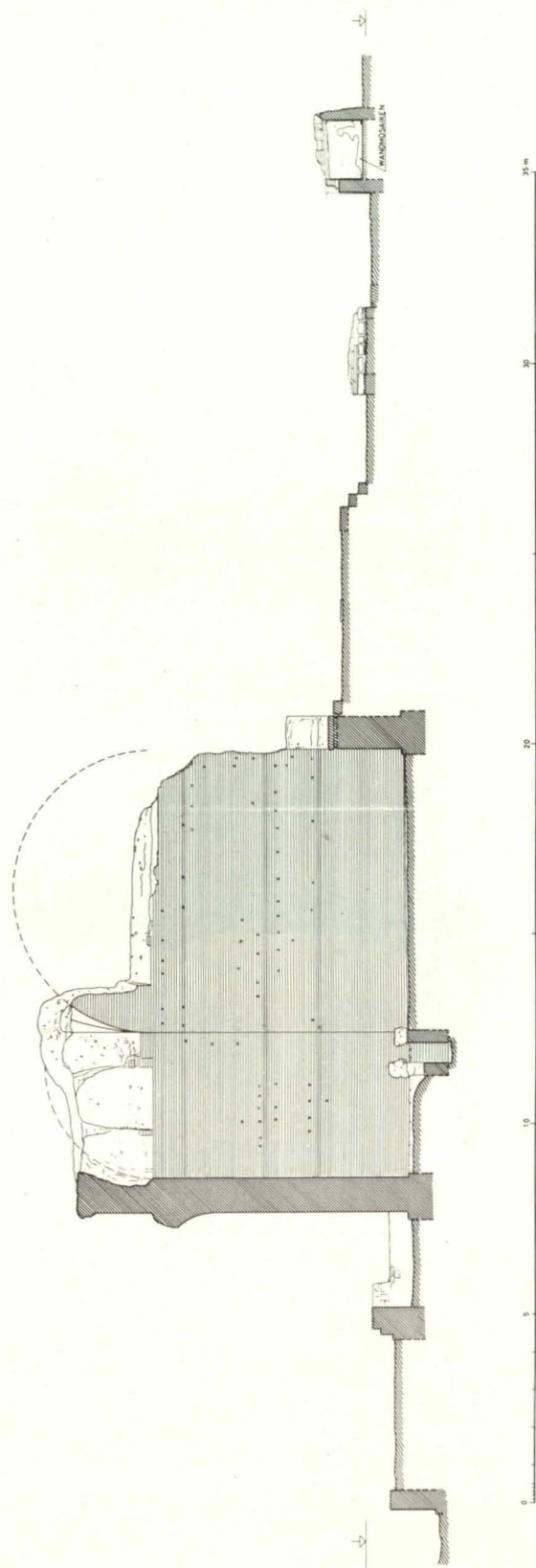


Fig. 9 — Corte longitudinal através do edifício de culto

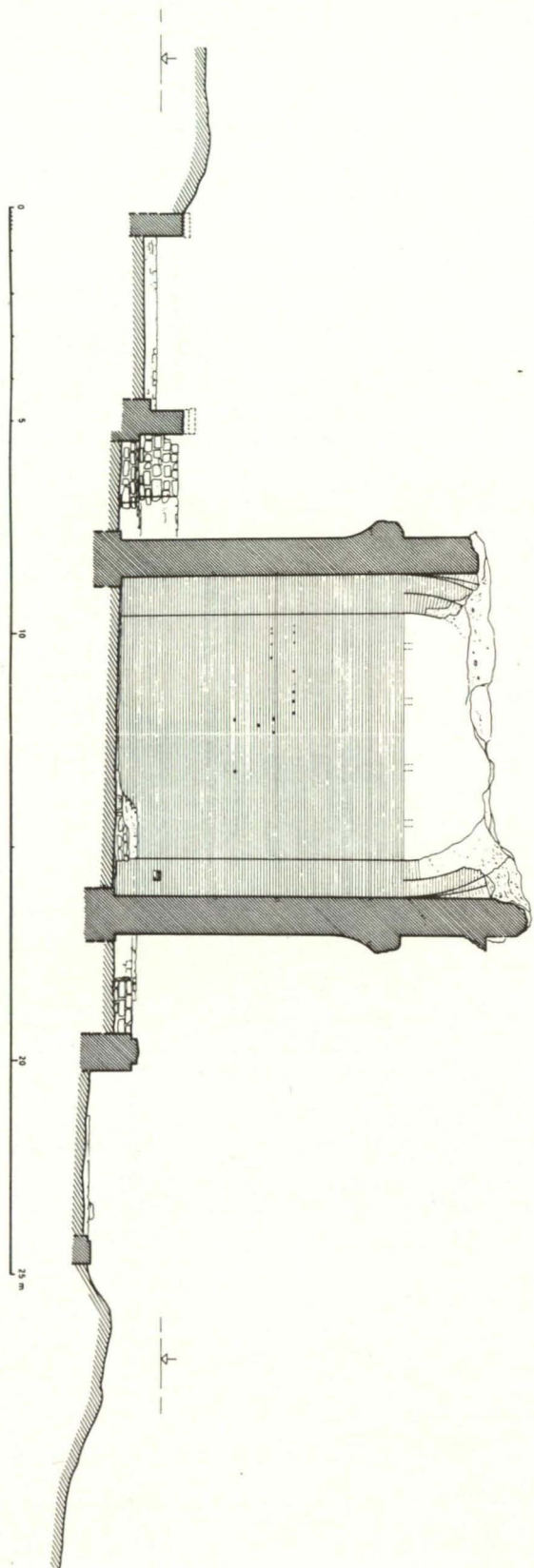


Fig. 10 — Corte transversal através do edifício de culto

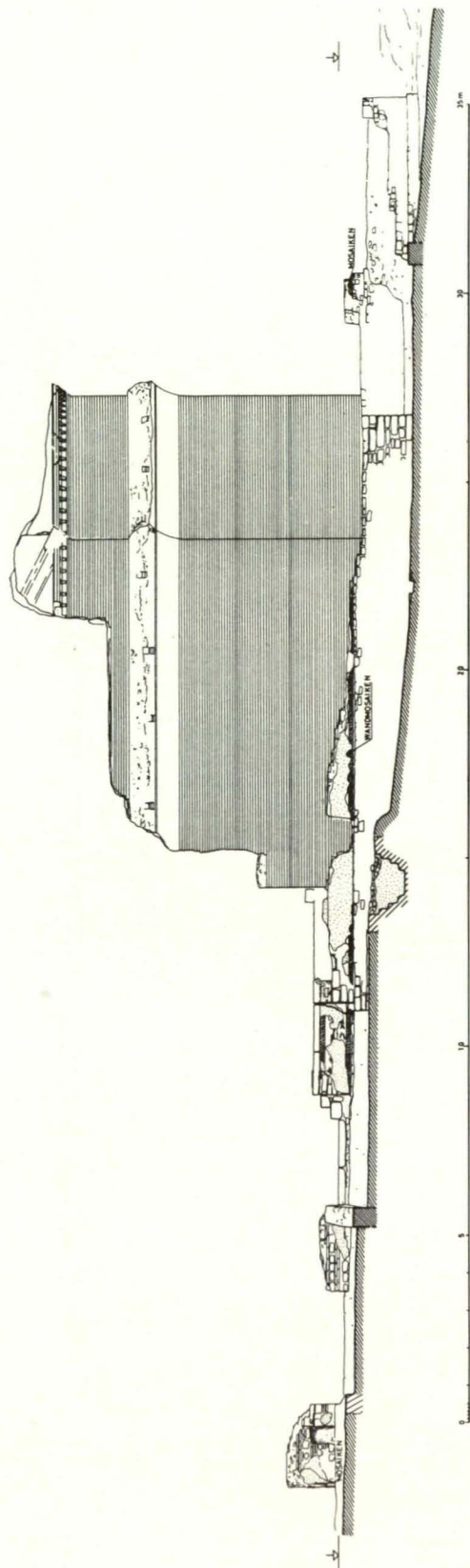


Fig. 11 — Vista do lado Oeste do edificio de culto

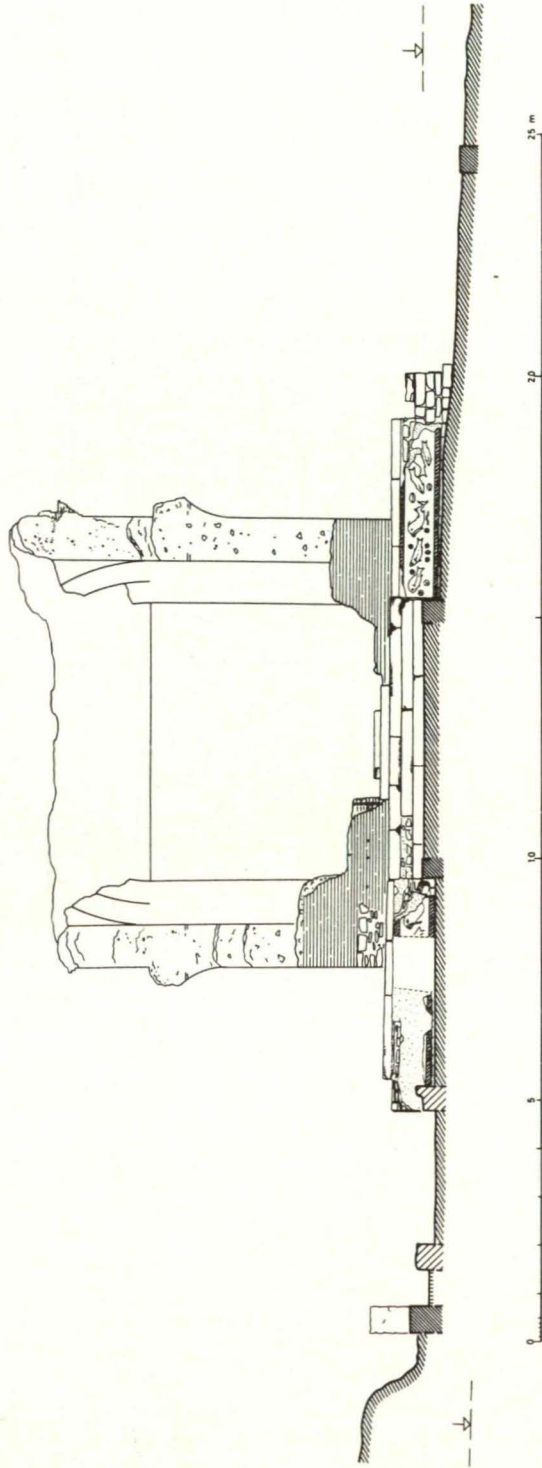


Fig. 12 — Vista do lado Norte do edificio de culto

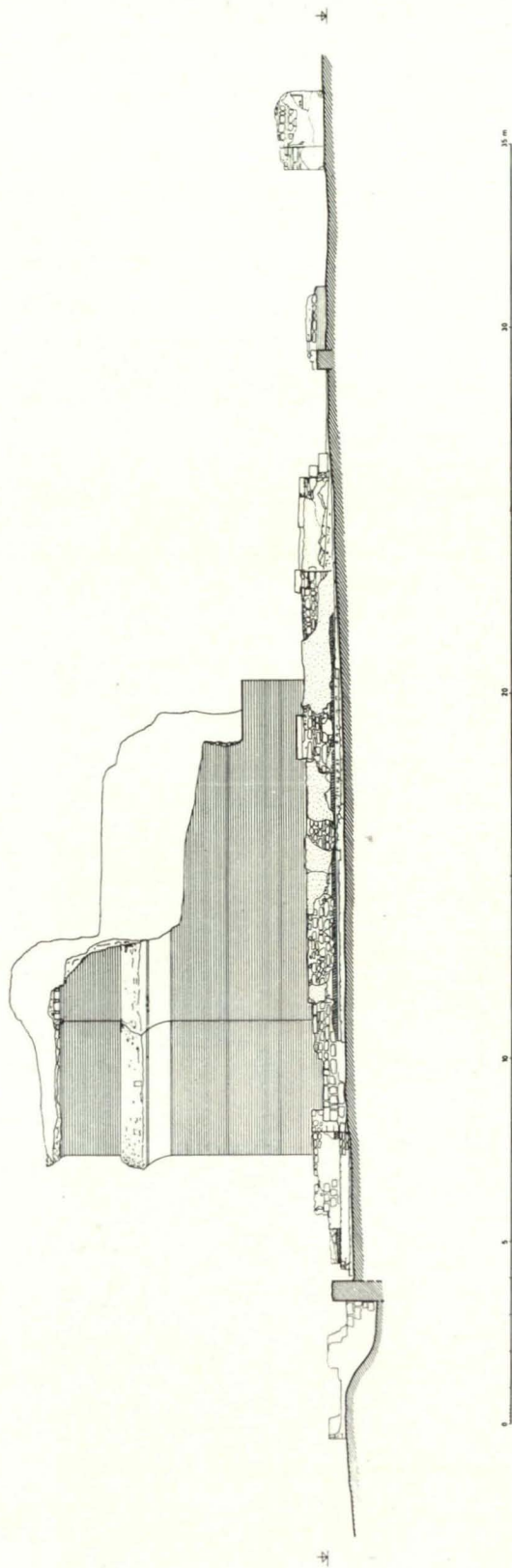


Fig. 13 — Vista do lado Leste do edificio de culto

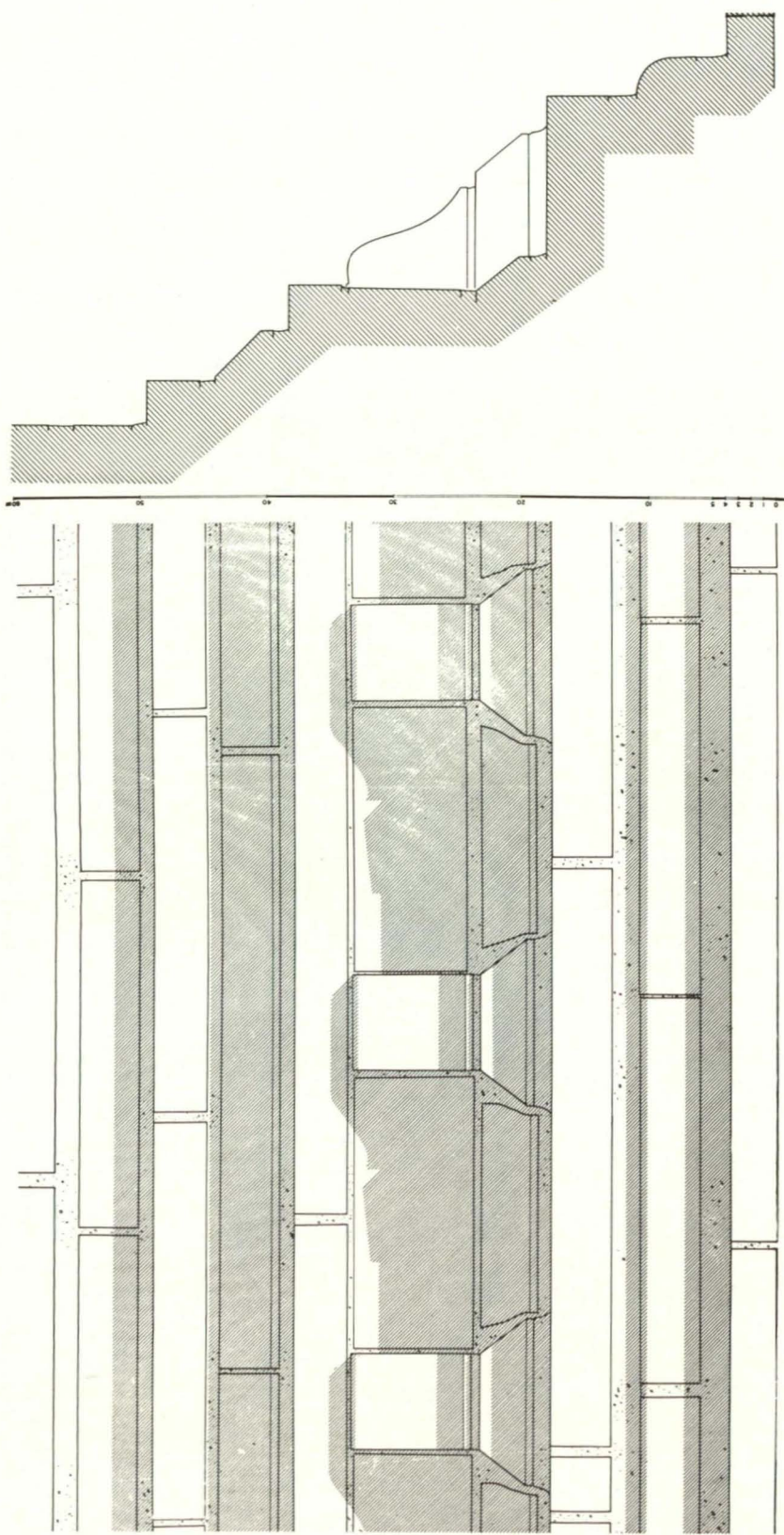


Fig. 14 — Cornija de tijolo do muro da *cella*

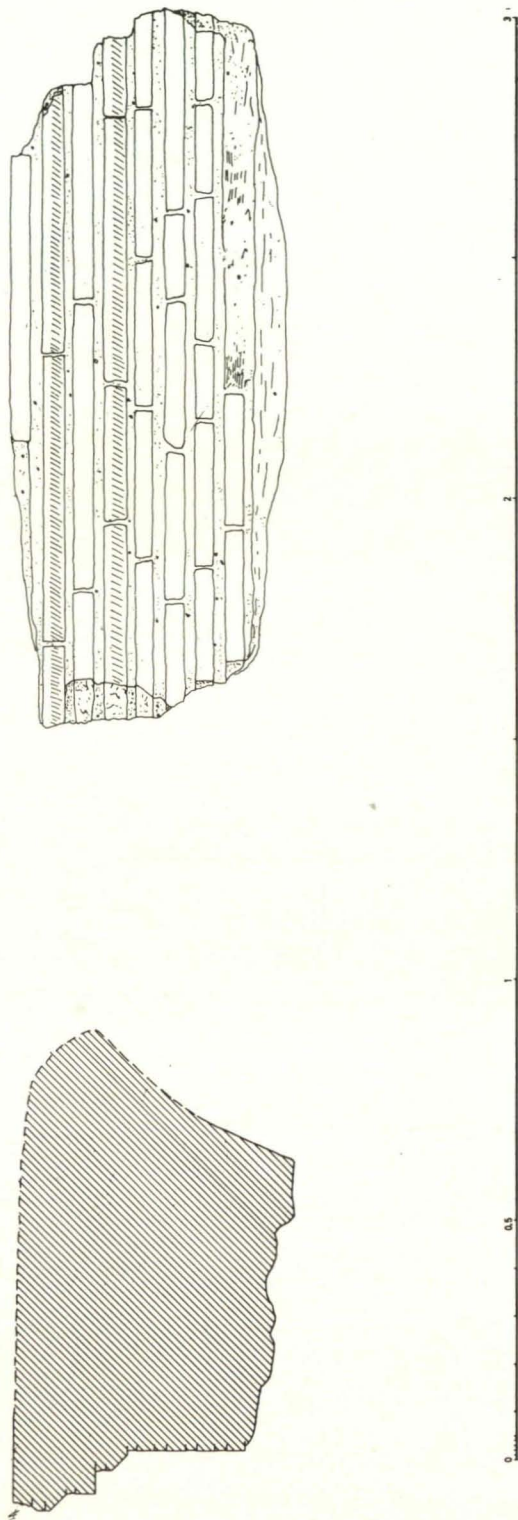


Fig. 15 — Fragmento de comija

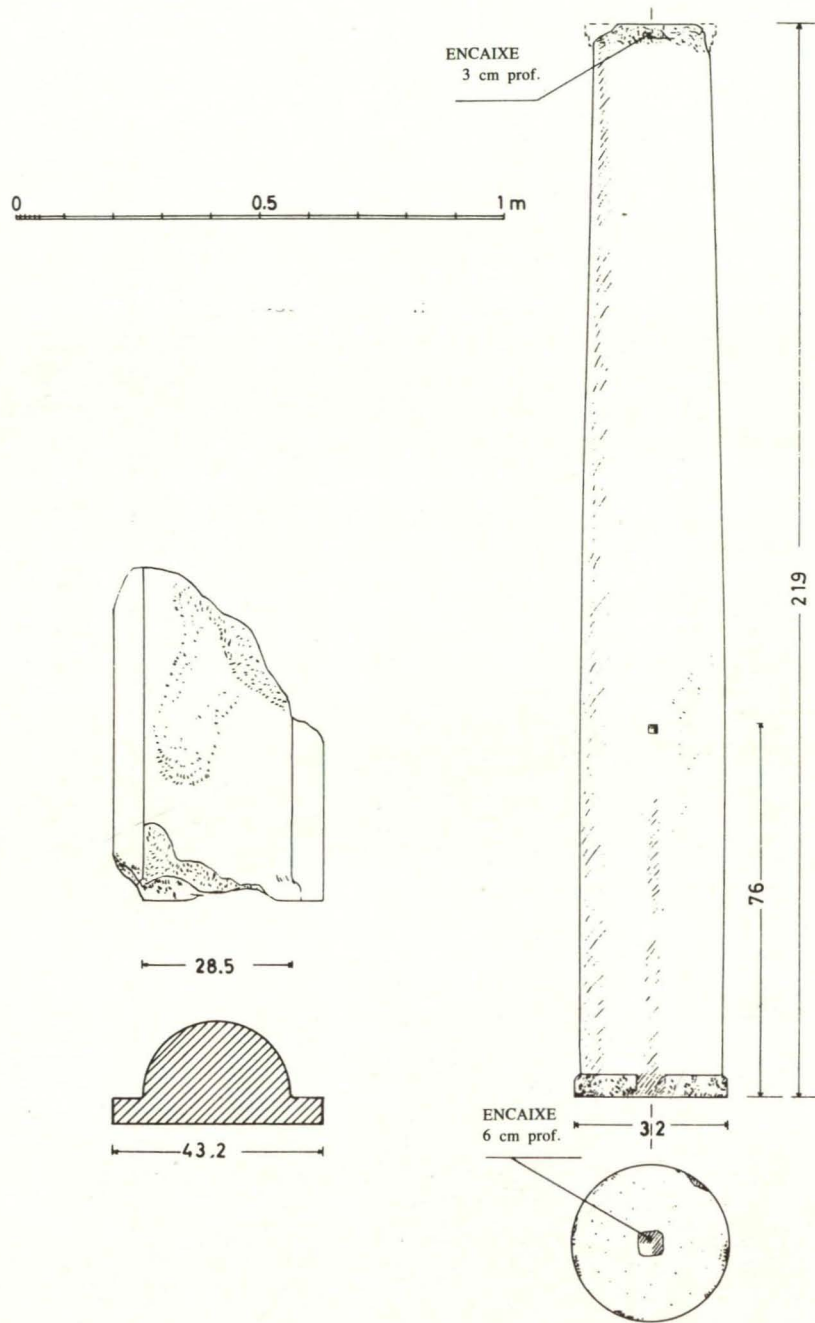


Fig. 16 — Fragmentos de coluna

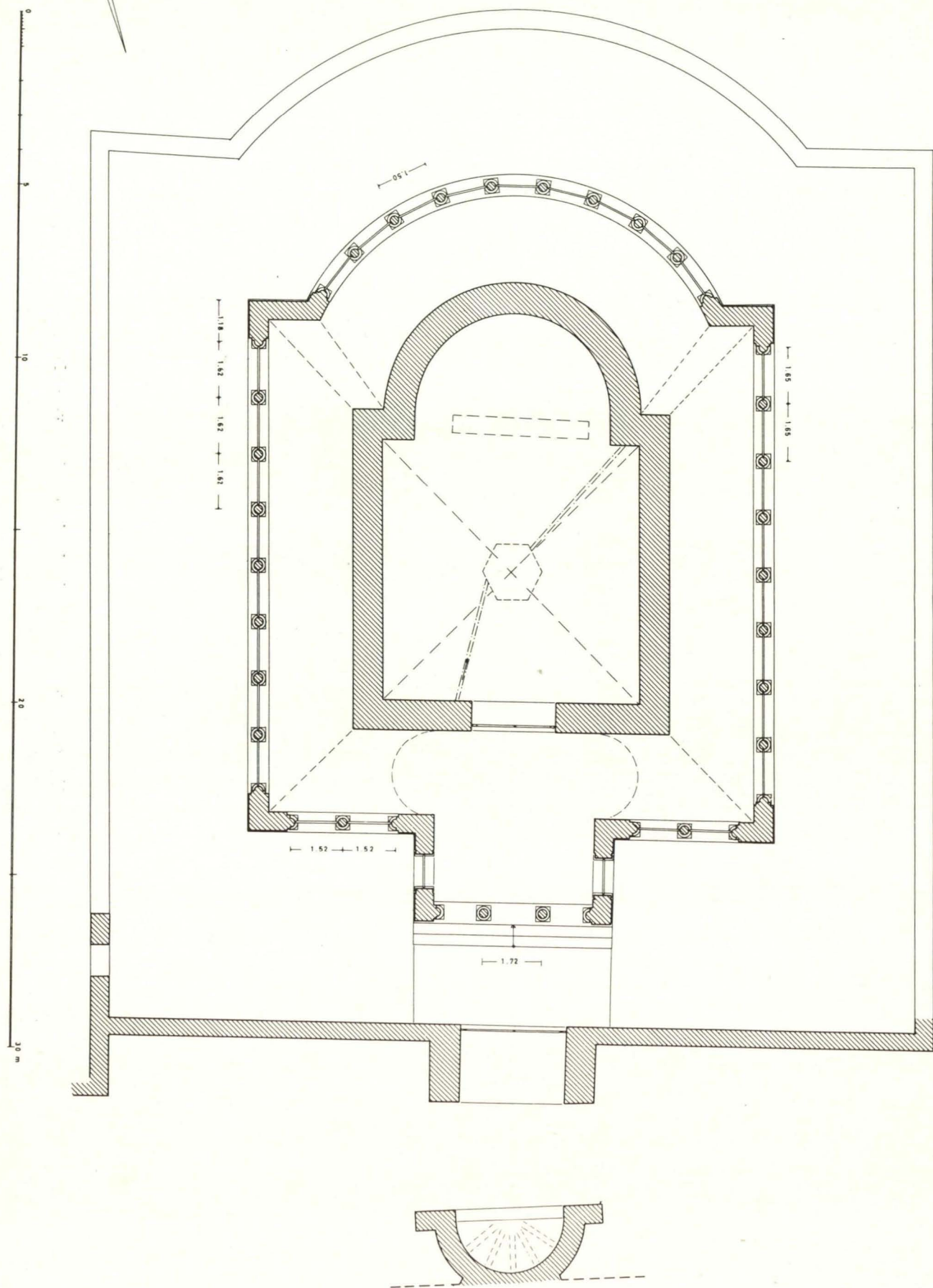


Fig. 17 — Planta reconstituída do edifício de culto

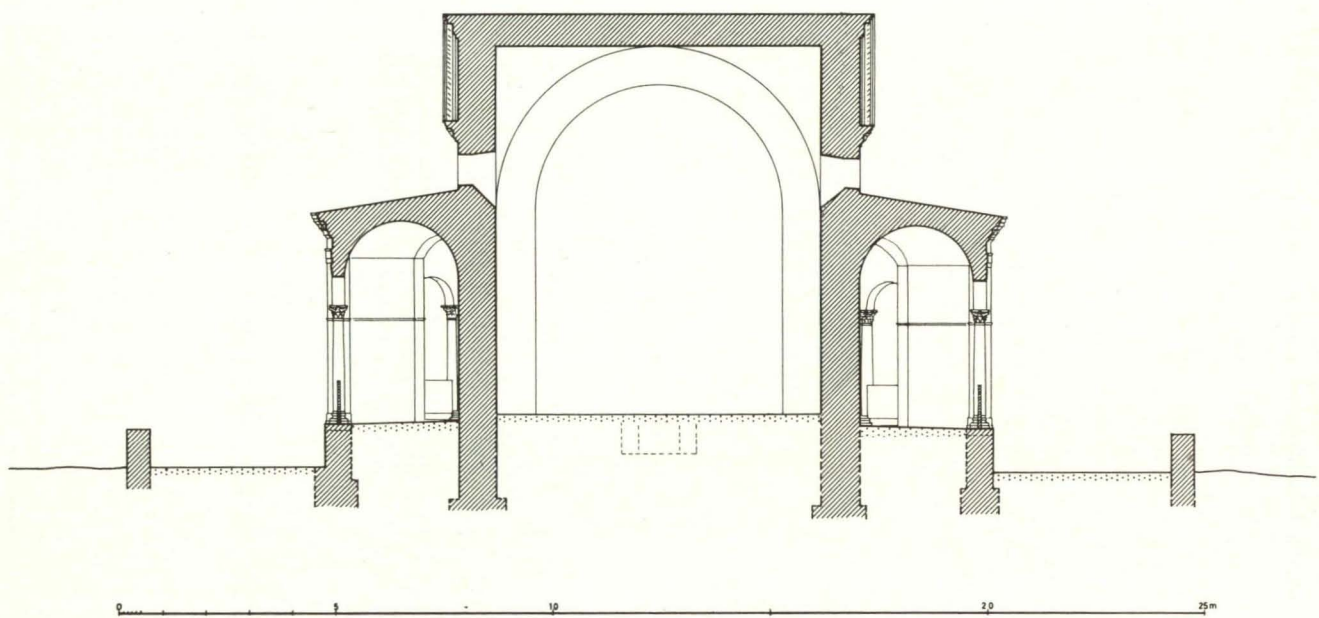


Fig. 18 — Reconstituição do corte longitudinal

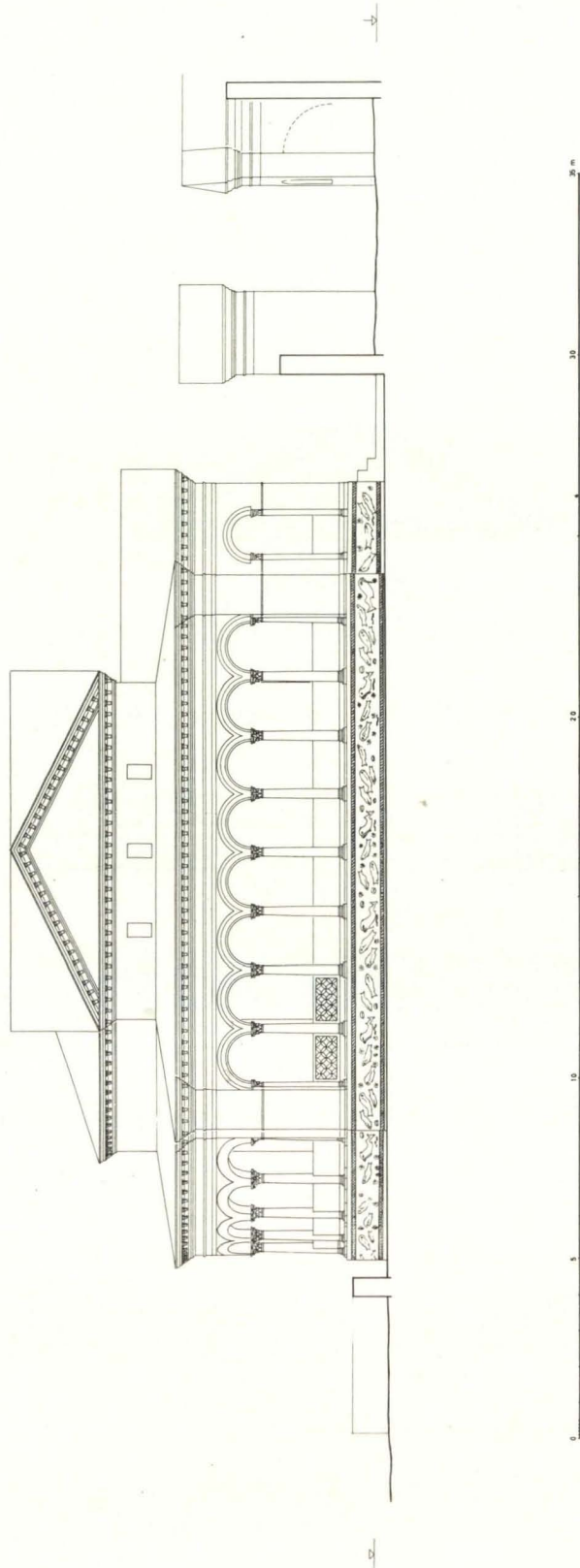


Fig. 19 — Reconstituição do lado Leste do edifício de culto

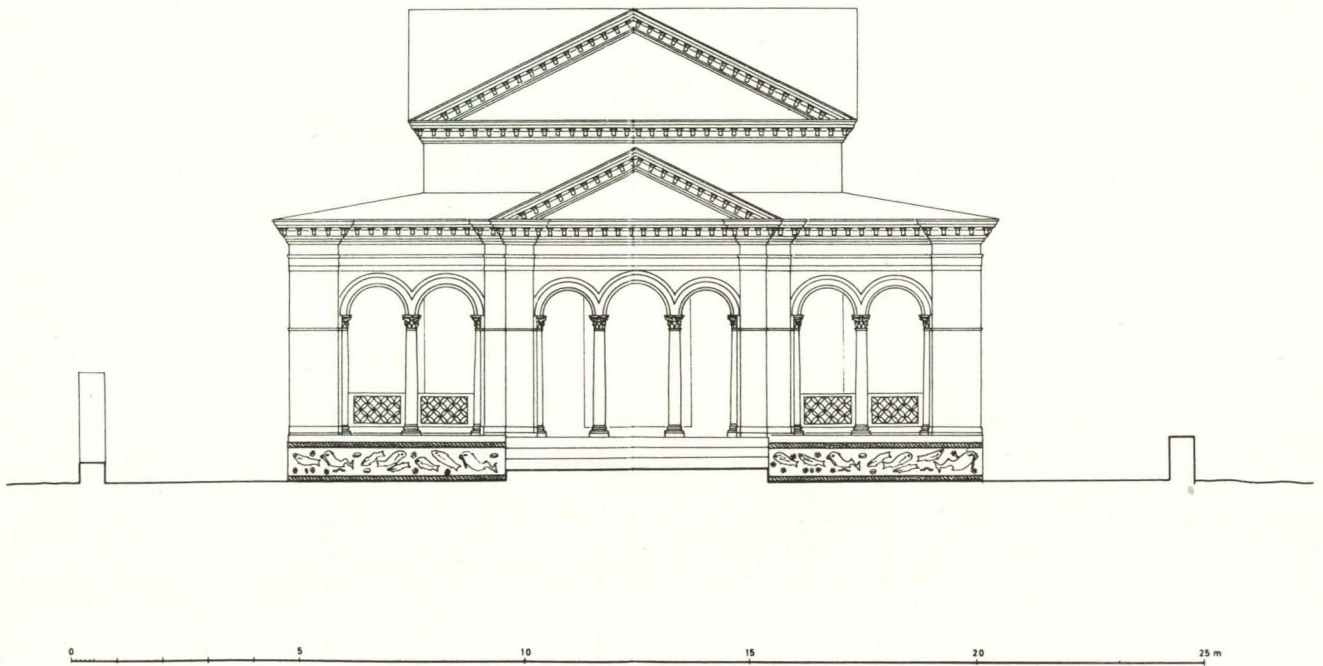


Fig. 20 — Reconstituição do lado Norte do edifício de culto

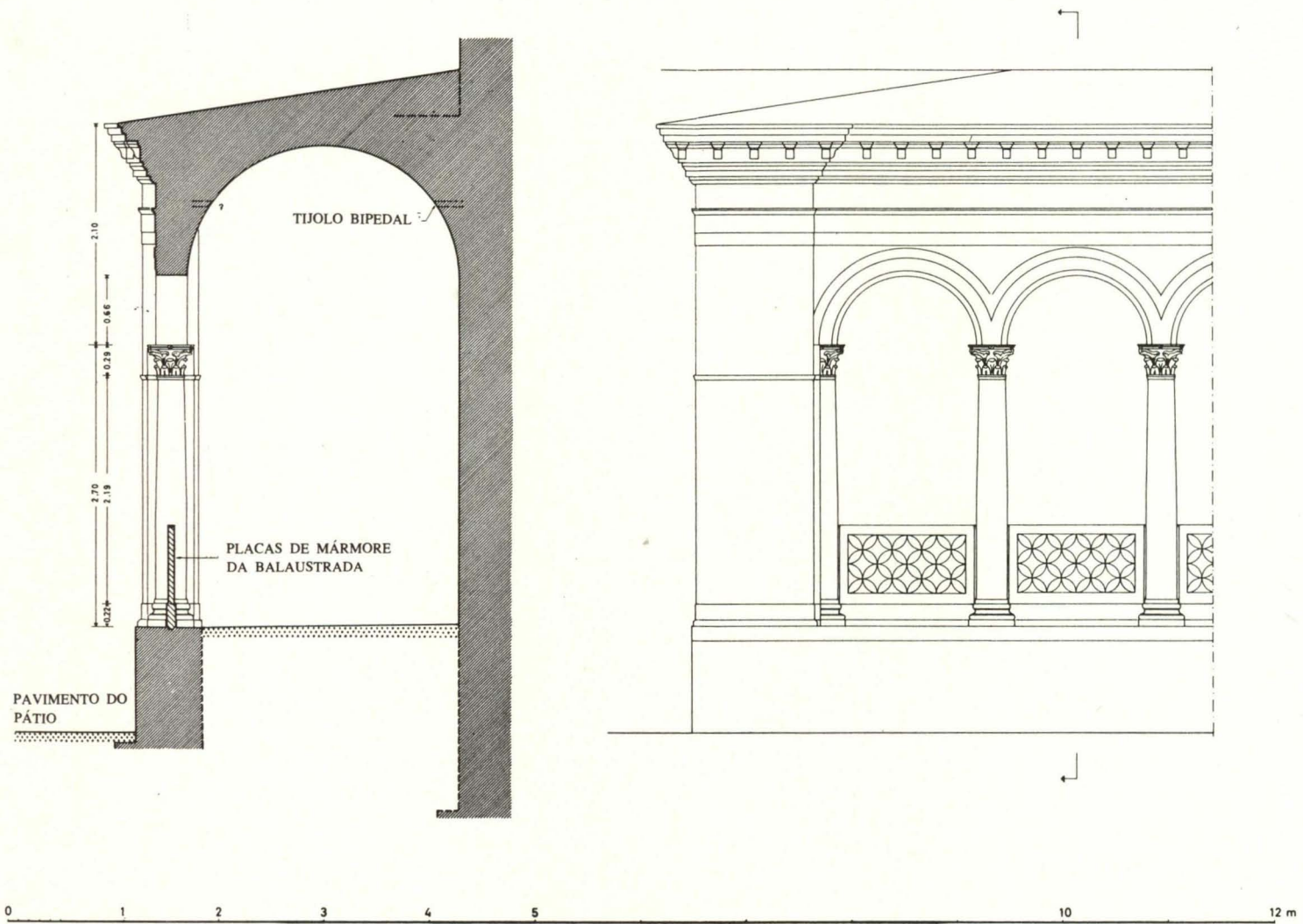


Fig. 21 — Pormenor da reconstrução da galeria

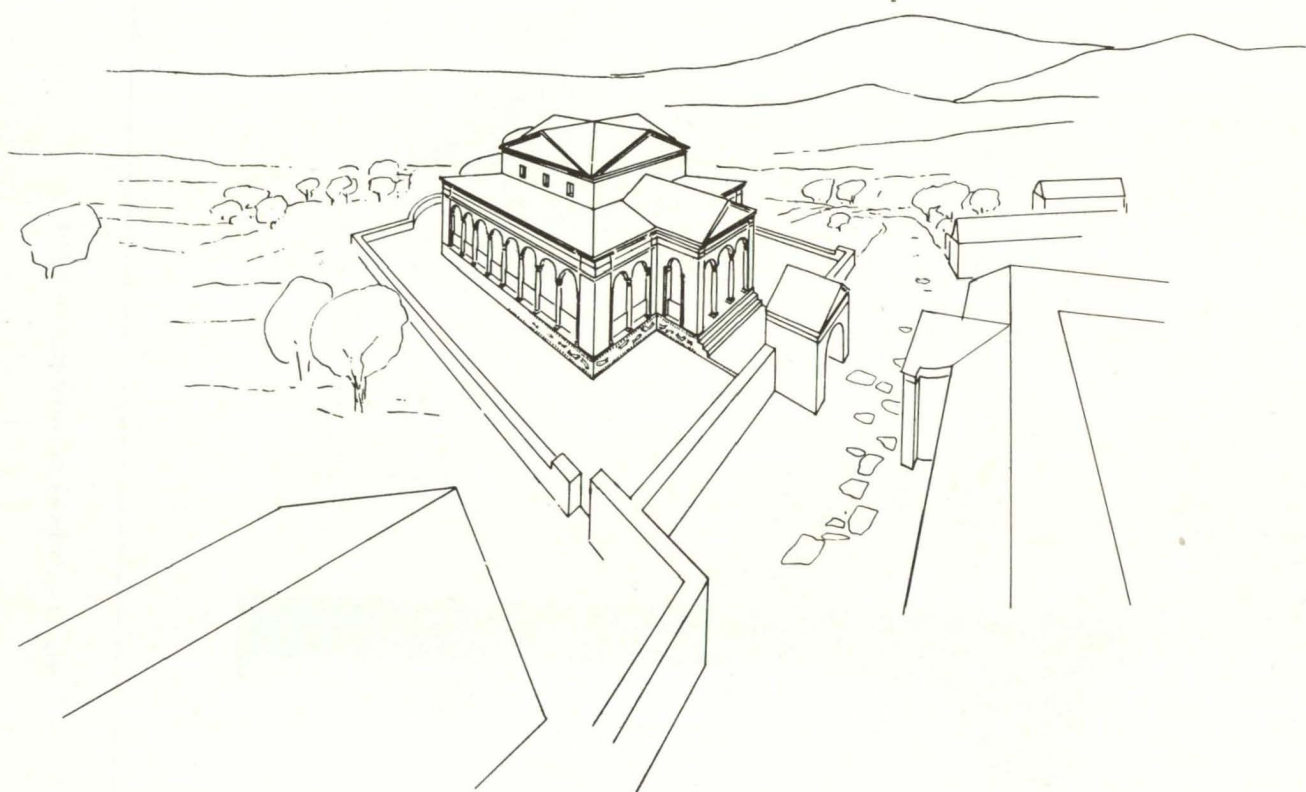


Fig. 22 — Esboço de perspectiva

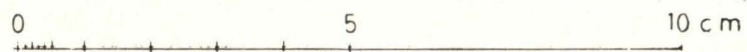
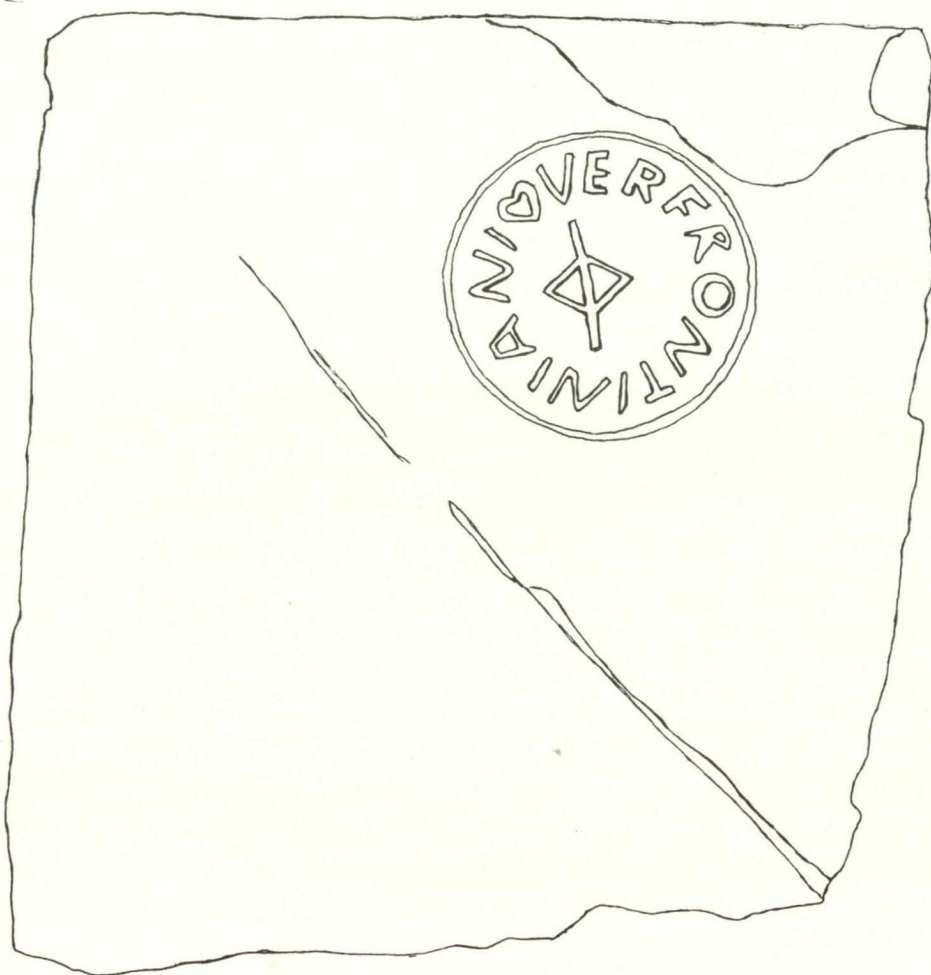


Fig. 23 — Faro, Museu. Desenho de um selo sobre tijolo proveniente de Milreu-Estoi

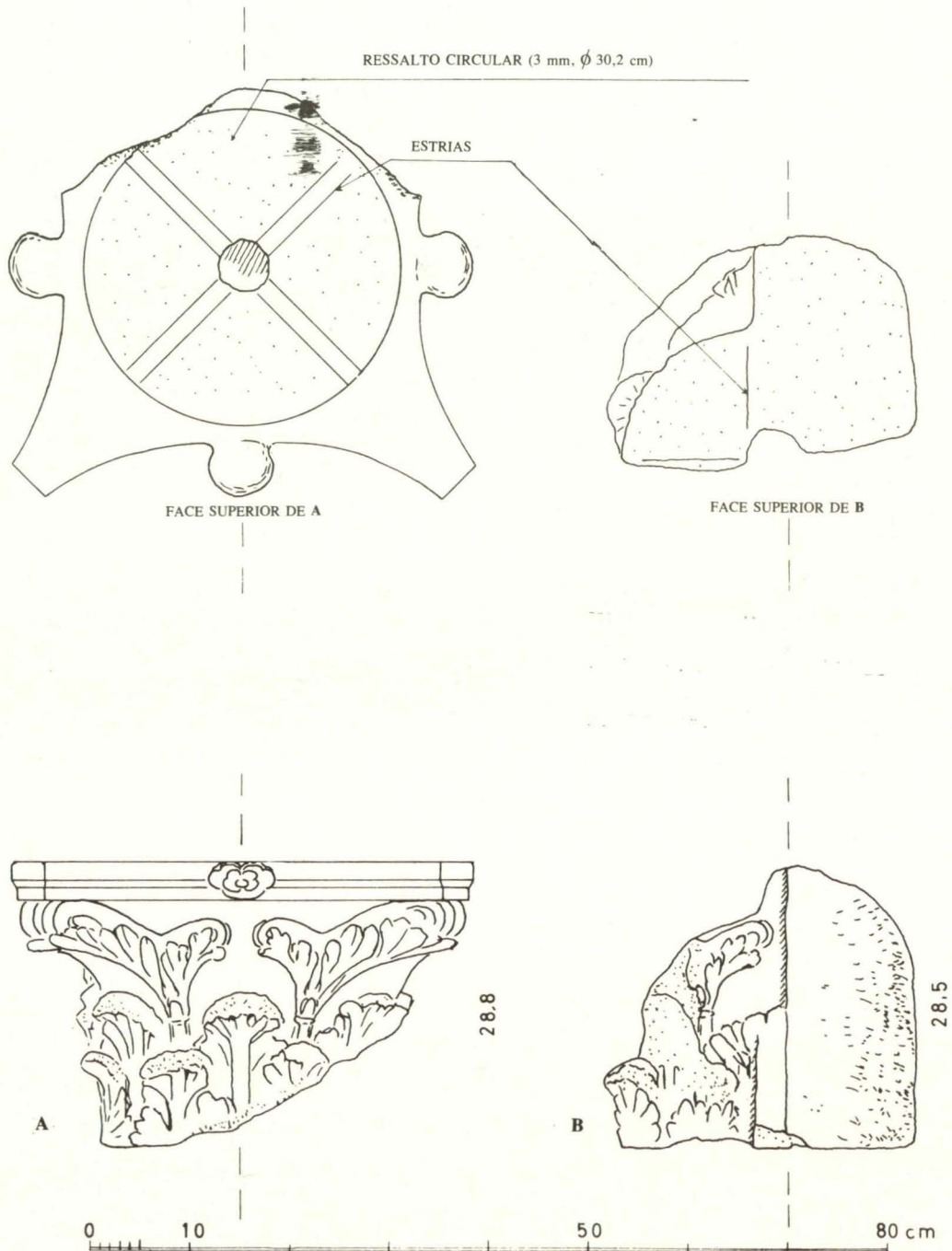


Fig. 24 — Capitéis de Milreu-Estoi



Fot. 1 — Edificio de culto visto de Sul



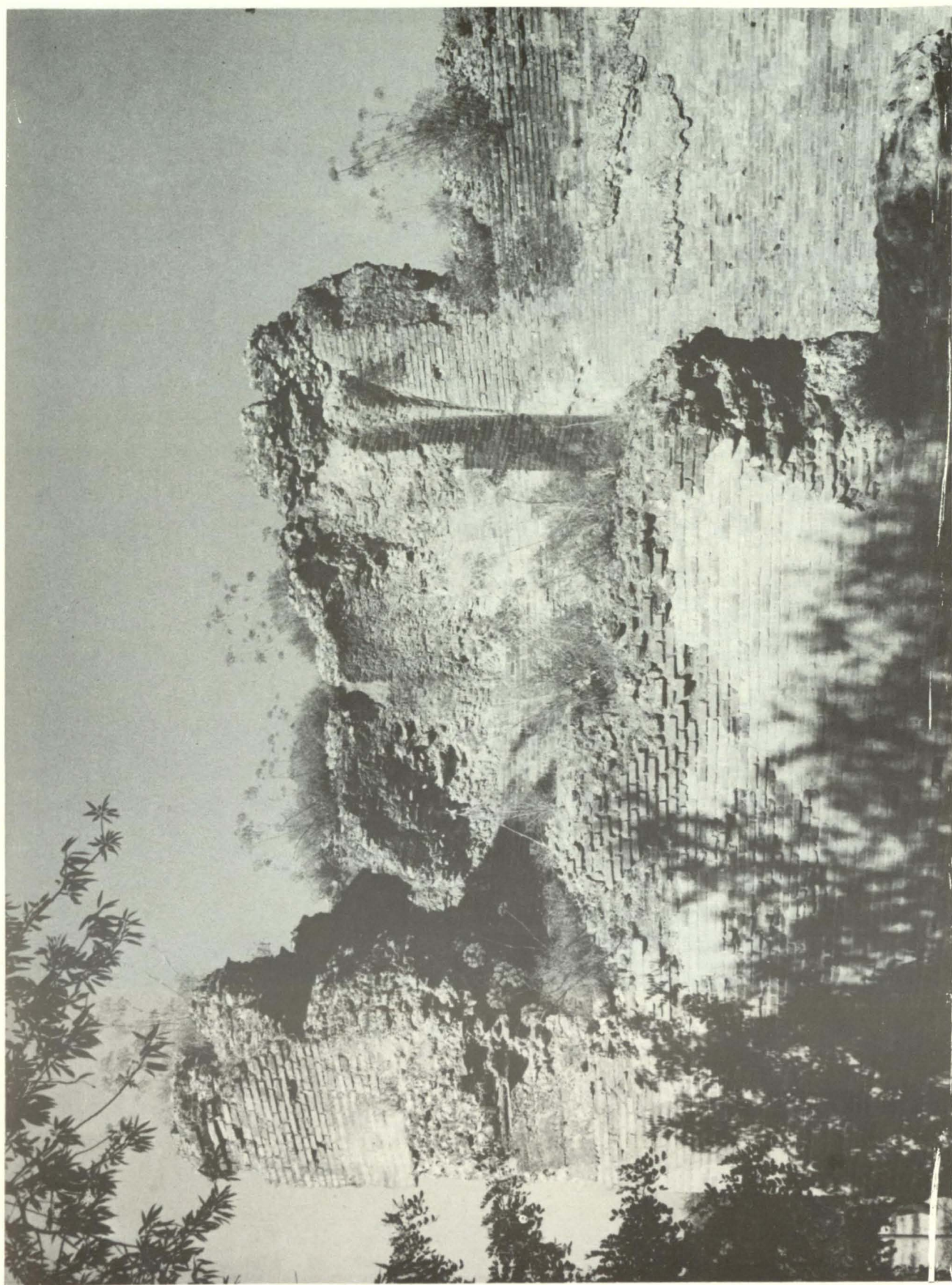
Fot. 2 — Divisórias das termas e, ao fundo, a sua entrada pelo lado do peristilo



Fot. 3 — Edificio de culto visto de Nordeste



Fot. 4 — Edificio de culto visto de Norte



Fot. 5 — *Cella* vista de Leste



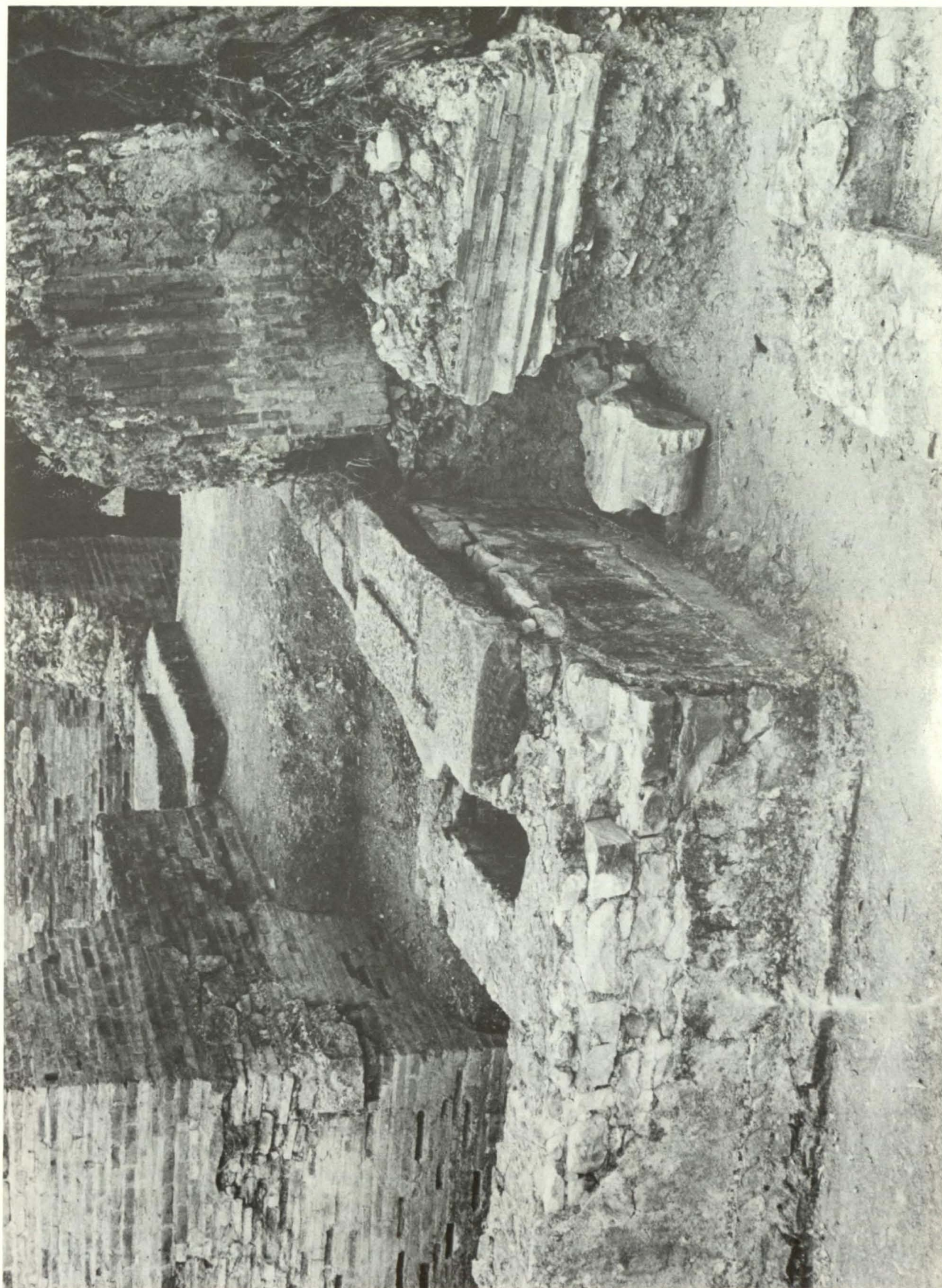
Fot. 6 — Arranque da abóboda ocidental na *cella*. À direita vê-se o resto do canto da janela



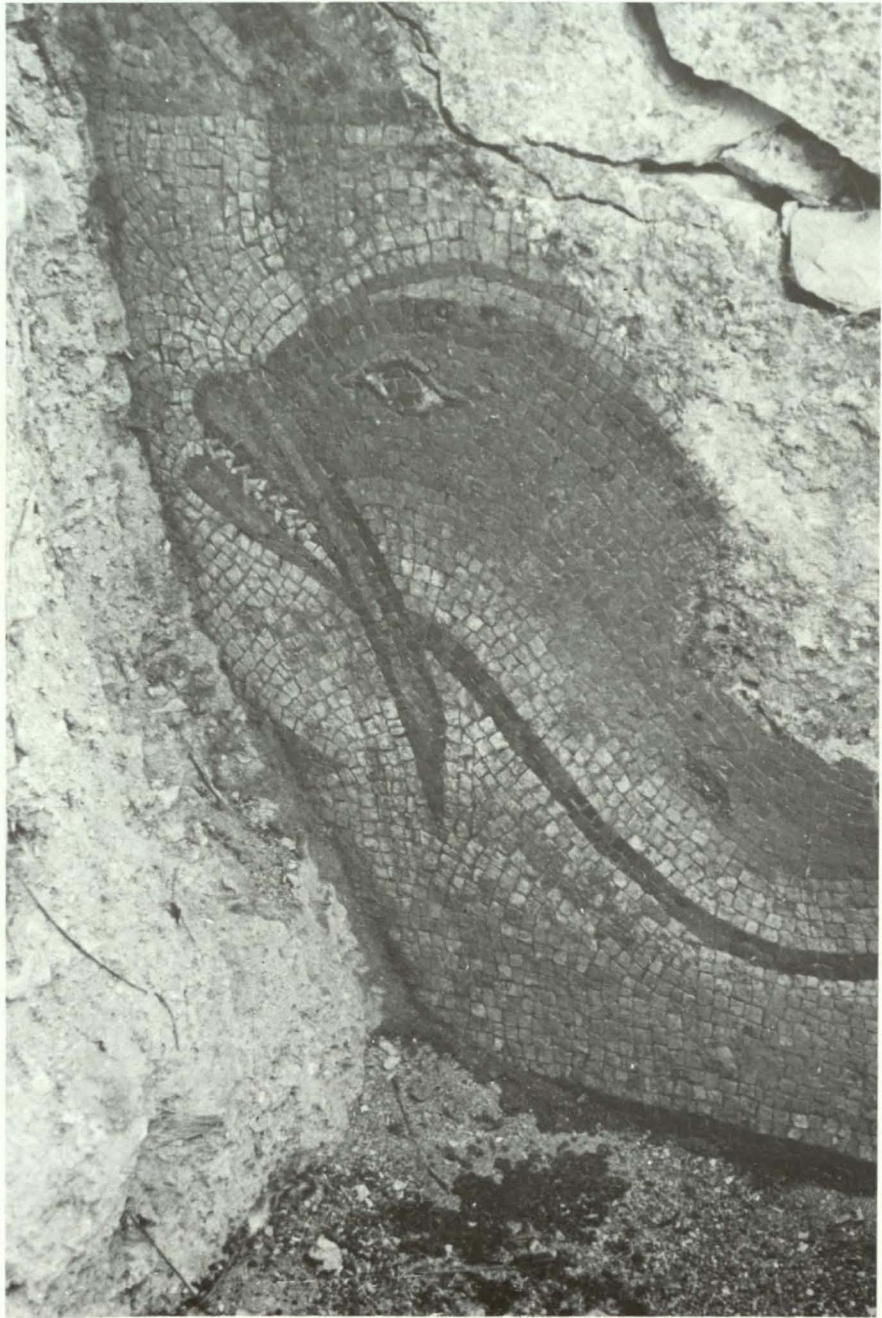
Fot. 7 — Lado Sul do edifício de culto



Fot. 8 — Cornija no canto Sudoeste da *cella*



Fot. 9 — Muro da galeria do lado Norte e parte de muro caído com perfil de cornija



Fot. 10 — Mosaicos murais a Leste, junto do patamar da escada



Fot. 11 — Capitel do Museu de Lagos



Fot. 12 — Tanque no pátio Oeste

José RODRIGUES MARINHO

UM TRIENTE VISIGODO DE SALAMANCA

ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA
Sér. X - Vol. I/II (1) - 1984/88

UM TRIENTE VISIGODO DE SALAMANCA

José RODRIGUES MARINHO

Recentemente foi-nos entregue para estudo um triente visigodo do governo conjunto de Egica e Wittiza, por conseguinte batido entre cerca do ano 698 e o ano 702, que se nos afigura de um tipo não conhecido. É um espécime de ouro amarelo-pálido, com o peso de 1,27 g mas com falta de parte da orla, e o diâmetro entre 19 e 20 mm. O reverso está orientado na mesma posição do anverso.

As legendas marginais são:

anverso:

✠ I · D · INMEGICAPP ✠

(In DeI NoMine EGICA Pius ReX)

reverso:

✠ INDINMEVVITTIZAR

(IN DeI NoMinE WITTIZA Rex)

Os campos da moeda têm:

anverso:

Sobre um altar representado por um grande traço horizontal, a forma estilizada de dois bustos confrontados e, entre eles, ceptro encimado por uma cruz, colocado a meio do altar;

reverso:



Creemos que este monograma não foi ainda referenciado. Apresenta, contudo, grande semelhança com outro monograma num triente pertencente à Hispanic Society of America, cuja interpretação — SALMANTICA — foi sugerida por Pio Beltrán, segundo referiu George C. Miles em *The Coinage of the Visigoths of Spain Leovigild to Achila II*, a p. 429. Um outro triente pertencente à colecção Reinhart e que, com o anterior, constituem os únicos deste período atribuídos a Salamanca, tem no entanto um monograma diferente.



Para a nova moeda, a interpretação do seu monograma afigura-se, de igual forma, *Salman-tica*, mas os traços têm um outro arranjo que, em nosso parecer, dão uma diferente distribuição das letras, a qual será: *S* à direita, \wedge (*A*) e *I* em cima, à esquerda a letra *N* também identificada com *M* e ainda *T*, e em baixo a representação de *L* e *C*. Todavia, noutros monogramas ou em palavras com letras ligadas, o *I* tem-se entendido

como ligado à letra *N*, o que também aqui poderá acontecer.

No anverso, o traço único que interpretamos como altar é raramente figurado noutras espécies.

As moedas de Salamanca, dos reis visigodos, são escassas, sendo apenas 14 as referenciadas por Miles, e que vão precisamente até ao governo conjunto de Egica e Wittiza, do qual este novo espécime passará a ser o terceiro conhecido.

Gonçalo LYSTER FRANCO — Cap. 1
Eduardo da CUNHA SERRÃO — Caps. 2, 3, 4
Marília GUERREIRO e Aniceto AFONSO — Cap. 5

ESCAVAÇÕES NO ANTIGO HOSPITAL DA CONFRARIA
DO ESPÍRITO SANTO DOS PESCADORES
E MAREANTES DE SESIMBRA

ESCAVAÇÕES NO ANTIGO HOSPITAL DA CONFRARIA DO ESPÍRITO SANTO DOS PESCADORES E MAREANTES DE SESIMBRA

Gonçalo LYSTER FRANCO
Eduardo da CUNHA SERRÃO
Marília GUERREIRO
Aniceto AFONSO

Some documents kept in Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisbon), the first one dated 1516, inclose visitations (Visitações) made by the religious Order of Santiago da Espada (Espartários) to Sesimbra, and describe us that beneath the Chapel of Confraria do Espírito Santo of that village, was set an inn for invalid and poor sailors and fishermen. Recently in this chapel was settled the Municipal Library, and in 1973, cuttings made under the pavement, recovered the remains of the ancient inn. During 1978/1981, excavations were made in this place and it was found there: The chambers and rooms described in the Visitações of 1516 and 1553; some interesting sketches of ancient ships from 16th to the 18th centuries, painted on the walls (black over white); many artefacts, among them coins (chiefly ceitis of 14th and 15th cc); ware fragments; beads; crucifixes; medals; English and Dutch clay pipes of the 17th and 18th cc., similar to the ones found in sinken ships in Caribbean Sea. For instance, it was possible to recognize one made by Edward Rantall II, at Bristol (1680-1710) and another one at John Stephens factory, Newport (Hampshire), 1708-1751. The excavation became interesting because for the first time we can appreciate in Portugal a small hospice belonging to a confraria established for poor and invalid sailors and fishermen, of the 16th-17th cc.

INTRODUÇÃO

As escavações que, desde os finais de 1979 a meados de 1981, se realizaram nas infra-estruturas da «Capela do Espírito Santo», muito conhecida em Sesimbra pela sua discreta mas típica fachada barroca (fig. 4) e ainda por nela ter estado instalada, depois de encerrada ao culto, a Biblioteca Municipal, não tiveram como ponto de partida o interesse de qualquer erudito em confrontar o que as escavações revelassem com as descrições constantes de várias «visitações» feitas pela Ordem de Santiago (*) à quatrocentista Capela da Confraria do Espírito Santo dos Mareantes e Hospital anexo. Essas «visitações» eram acessíveis aos interessados pela história da Vila e seu concelho, pois estavam e estão, depositadas no «Arquivo Nacional da Torre do Tombo», narrando a «Visitação» de 1516³³ que na Ribeira, por baixo de «uma casa sobradada com um altar do Espírito Santo», estava «outra tamanha casa» onde vivia a «espiritaleira com seus leitos e camas para os pobres», descrição esta que não dava lugar a dúvidas sobre a localização da zona destinada a hospitalizar os pescadores e mareantes.

Mais elucidativa é a «Visitação» de 1553³⁴ que define uma Ermida em cima e, por baixo, «uma casa grande térrea por ladrilhar com um repartimento de um arco, com duas chaminés. Oito leitos com seus repartimentos e guarda-pós de tovoado de pinho, nos quatro deles umas coberturas sem colchões nem enxergões nem lençóis. Três casas dentro terras em que pousa o espirtaleiro e espirtaleira».

Não obstante quanto seria fascinante a verificação destas e outras descrições posteriores, não se impunha qualquer outra razão ainda mais forte que estimulasse o dispêndio da elevada quantia necessária para uma escavação, que até poderia não ter sucesso suficientemente compensador.

Aconteceu porém que, em 1973, a Câmara Municipal de Sesimbra procedeu a uma sondagem no pavimento da antiga capela para avaliar a que ponto poderia encontrar aí espaço para expansão da Biblioteca; *milagrosamente*, a sondagem incidiu onde estavam um arco ogival de cantaria e uma embarcação latina de três mastros (figs. 7 e 11) esboçada na parede perpendicular ao plano do mesmo arco, revelações estas animadoras para que se procedesse a uma escavação metódica, como Eduardo da Cunha Serrão sugere

(*) Sondagens, com fundamento no texto da «Visitação» de 1516, realizaram-se em 1972, quando o signatário, com os Drs. Susana e Vítor Oliveira Jorge, quiseram verificar se as fundações da Casa do Alcaide do Castelo de Sesimbra confirmavam, ou não, a estrutura do andar térreo descrito naquele documento quinhentista²⁵.

riu, na qualidade de delegado que então era, no Concelho de Sesimbra, da hoje extinta Junta Nacional da Educação; porém, as entidades competentes e com meios para a realizar (Câmara Municipal, Junta Distrital de Setúbal, Estado), não se manifestaram receptivas para arcar com as despesas inerentes.

Teríamos portanto ficado pelo arco ogival e o esboço da embarcação, que foram devidamente estudados e publicados³⁰, se outra revelação não viesse chamar mais uma vez a atenção para o que poderia estar ali subterrado com probabilidades de constituir destacado motivo para o desenvolvimento da cultura e turismo regionais. Tal revelação resultou de obras efectuadas nas instalações da Biblioteca, as quais puseram a descoberto novas estruturas com interesse, destacando-se um arco de volta redonda (fig. 8), parecendo então evidente que se impunha uma escavação em ampla escala.

A Câmara Municipal suspendeu os trabalhos e solicitou a intervenção de técnicos da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Direcção-Geral do Património Cultural e do Museu da Marinha, cujos pareceres foram favoráveis a uma exploração exhaustiva, tendo-se finalmente atribuído a classificação de monumento nacional à Capela seiscentista e aos restos do hospício quatrocentista, por decreto n.º 129/17 de 29-9-1977.

Finalmente, iniciaram-se as escavações nos finais de 1979 sob a orientação do Arq.^{to} Gonçalo Lyster Franco, da primeira Direcção-Geral citada, com a assistência do Director do Museu Arqueológico Municipal de Sesimbra, E. Cunha Serrão.

Nesta tarefa distinguiu-se a dinâmica acção estimuladora do Senhor João Martelo, então Vereador do pelouro da Cultura, e a constante presença do recepcionista do Museu, Senhor João Pinhal, que actuou como valioso assistente dos dois orientadores das escavações.

Terminada a exploração, foi então possível reconhecer quanto havia sido positiva, pela originalidade de muitos documentos que nos ofereceu, avultando podermos apreciar, pela primeira vez, o ambiente de uma albergaria portuguesa dos finais da Idade Média, das mais modestas certamente, onde se acolhiam pescadores e marreantes pobres e incapacitados pela doença e

idade avançada. Tais documentos podem agrupar-se nas seguintes categorias:

1. Estruturas arquitectónicas.
2. Esboços de antigas embarcações de alto mar.
3. Moedas.
4. Cerâmicas de vários tipos e épocas.
5. Outras pequenas antiguidades de diversas matérias-primas.
6. Cachimbos de argila, categoria que individualizamos pela sua originalidade.

Fácil é avaliar quanto o estudo exhaustivo de cada categoria referida carece da intervenção de um especialista, pelo menos de um arquitecto, de um técnico de arqueologia naval, de um numismata, de um perito em arte antiga, de um medievalista, etc.

Não se nos tendo proporcionado, até hoje, reunir uma equipa assim tão completa, e tardando já darmos uma satisfação pública pelo menos dos resultados mais destacados das escavações, G. Lyster Franco e E. Cunha Serrão resolveram aproveitar a oportunidade que lhes foi dada pela publicação deste volume de *Arqueologia e História* para nele divulgarem as suas hipóteses e conclusões sobre as matérias enunciadas em 1, 2 e 6 (além de umas considerações muito breves sobre as categorias 3, 4 e 5). É certamente que vem enriquecer o nosso trabalho o estudo feito pelos então alunos da Faculdade de Letras de Lisboa, D. Marília B. da Costa G. Afonso e Sr. Aniceto Henrique Afonso, sobre as visitas da Ordem de Santiago (cap. 5), o qual constitui um complemento de grande utilidade, por dois motivos: Oferta da documentação fundamental aos estudiosos que sobre o tema quiseram atingir uma primeira aproximação; descrição de muitos pormenores e do ambiente geral de um caso histórico que nestas notas abordamos quase só do ponto de vista arqueológico.

E. C. S.

1. A ESTRUTURA DO EDIFÍCIO

1.1. *Considerações Preliminares*

Quando fomos incumbidos do acompanhamento da escavação da Capela do Espírito Santo

de Sesimbra, género de trabalho, aliás, que pela sua característica arqueológica desde sempre nos motivou, não previmos o interesse de que o mesmo se revestia porquanto apenas conhecíamos os elementos aparecidos em 1973 e descritos em «Vestígios da Antiga Capela do Espírito Santo dos Mareantes de Sesimbra», por Eduardo da Cunha Serrão e Vítor Manuel Serrão, *Actas das III Jornadas Arqueológicas 1978*³⁰.

Com esta escavação (fig. 1) mais uma vez confirmámos a necessidade de se ter um conhecimento de antigas descrições dos imóveis e da validade de que se revestem os trabalhos de sondagem que deverão anteceder qualquer intervenção a levar a efeito nos mesmos.

O conhecimento total das «Visitações de Santiago» ter-nos-ia permitido a «leitura» passo a passo dos elementos arquitectónicos que nos iam aparecendo. Tal conhecimento, que só tivemos no final da escavação, através do trabalho de Aniceto Henrique Afonso e Marília B. da Costa G. Afonso, veio confirmar não só as nossas deduções, como esclarecer pontos que se mostravam obscuros. No primeiro caso, da existência de «oito leitos no hospital com seus repartimentos e guarda-pós». No segundo, do alojamento dos hospitaleiros que em princípio suposemos tratar-se de casas mortuárias ou de «quarentena» dadas as grossas camadas de cal que revestiam as suas paredes (fig. 2) e da grande chaminé (fig. 3) na parede nascente do edifício, por nós admitida como uma porta deitando para um logradouro uma vez que não retirámos a alvenaria que a entaipava para não destruir os restos de pintura existentes nos seus rebocos.

Todavia, a conjugação dos elementos aparecidos na escavação com a descrição das «Visitações» não nos permitem formular uma dedução cronológica da Capela do Espírito Santo.

Muitas dúvidas subsistem e delas passamos a dar uma ideia com as sugestões que se nos afiguram mais lógicas.

1.2. A Estrutura Arquitectónica da Capela e do Hospital

A actual capela, com cerca de 17 × 7,5 m interiormente, correspondendo à medição das visitas, é uma estrutura de seiscentos, fachada principal constituída por uma porta encimada por uma fenestração, ladeada por duas janelas

térreas (fig. 4) e um altar-mor, de trono, com as duas portas de acesso, são bem características da época.

O altar-mor fora em obras muito recentes totalmente encoberto. Os elementos da fachada encontram-se bastante alterados no aspecto decorativo. Na mesma fachada, de referir entre outros vãos o de acesso ao tabuleiro de pedra, voltado a Sul da capela, mencionado nas visitas de 1553.

Supomos que a estrutura de 1516 tenha sido reformulada em relação à de 1553. Efeitos do terramoto de 1531?

Pela leitura da visita de 1516 somos informados de que no sobrado funcionaria o hospital com um altar sob invocação do Espírito Santo e inferiormente eram os aposentos do hospitaleiro e dos pobres.

Em 1553 já o hospital funcionava nos baixos do imóvel.

A escavação pôs a descoberto uma compartimentação que se coaduna, no essencial, com a descrição de 1553 (ver planta, fig. 5).

«Casas e espirital por baixo da ermida»

«item Uma casa grande térrea por ladrilhar com um repartimento de um arco com duas chaminés».

«item Oito leitos com seus repartimentos e guarda-pós de tovoado de pinho, nos quatro deles umas cobertas sem colchões nem enxergões nem lençóis».

«item Três casas dentro terras em que pousa o espirital e espiritalera».

Os oito leitos de que nos fala esta visita lá estão bem assinalados na parede Norte da construção (fig. 5-b).

E é tudo quanto a certezas.

Vejamos as dúvidas.

As escavações permitiram-nos detectar uma anterior existência de quatro fortes espeques de madeira. Dois na parede do arco e dois na que lhe fica perpendicular. De um resta a base de pedra com o rebaixo onde assentaria. Todos os outros são assinaláveis pelos buracos arredondados existentes nas paredes, ainda com restos de madeira.

Corresponderiam estes espeques a uma primitiva estrutura, que não de alvenaria e que aguentaria o sobrado da primeira construção?

Estamos em crer que sim. Mas de que época? Certamente que anterior a 1553.

Seria esta a estrutura que permitiria a existência de cómodos para os hospitaleiros e para os pobres com divisórias incorporadas nas paredes hoje existentes?

Com a reformulação do imóvel entre 1516 e 1553 foram levantadas as actuais paredes de alvenaria, sem demolição, certamente, do sobrado e nelas embebidos os espeques de que falamos. Mas, adiante.

Corresponderia a parede Sul do imóvel, dando para a Rua da República, à actual? Pensamos que não.

Os três vãos postos a descoberto na parede que interiormente, a cerca de 1,70 m, lhe corre paralela são vãos para o exterior.

O vão que daria acesso às dependências do hospitaleiro (fig. 6), embora de dois batentes, bastante estreito, é de cantarias chanfradas. A padieira é formada por uma pedra única com aproximadamente 0,60 m de largura. O que se lhe segue, no sentido poente-nascente (fig. 7 a. e b), de volta quebrada, mais amplo, é também de dois batentes e ambos tinham portadas.

O outro, de volta redonda (fig. 8), de arestas exteriores e interiores chanfradas, não tinha batentes. É um acesso directo e permanente da sala da lareira para o exterior.

Mas como se justificaria que dois vãos dando para «uma casa grande térrea com um repartimento de um arco», um fosse pleno para o exterior e outro com portadas?

Não sabemos como justificar esta anomalia.

E onde se apoiava o tabuleiro lajeado voltado para sul?

Haveria, paralelamente a esta parede dos vãos, uma arcaria servindo de base a esse tabuleiro, de que se não encontram hoje vestígios, correspondendo à actual parede exterior?

Esta parede do imóvel com os restos dos arcos botantes de que fala a visitação de 1553 é, quanto a nós, do século XVIII, como aliás o atesta a sua alvenaria constituída por materiais de aproveitamento (fig. 9).

A comprovada decadência do Hospital que terá levado ao seu encerramento e a reconstrução da Capela após o terramoto de 1755, justifica a construção de uma parede cega, para um pavimento que se abandonou e se entulhou com materiais de várias proveniências e deitados a esmo.

A nossa achega para a análise do problema, com todas as dúvidas que a mesma contém, aqui fica.

G. L. F.

2. ESBOÇOS DE ANTIGAS EMBARCAÇÕES

Sem dúvida que a mais original revelação que resultou da sondagem de 1973 e das escavações, de 1979/81, foi o aparecimento de vários esboços de navios antigos tendo como suportes as paredes de alguns compartimentos do Hospital, sem obediência, ao que parece, a qualquer plano de distribuição, notando-se no entanto que não os vemos nos compartimentos que os hospitaleiros ocupavam.

Os esboços foram executados a linhas simples que se destacam sobre o fundo branco (hoje muito degradado), tendo-se utilizado com mais probabilidades um pincel mergulhado em tinta negra.

As dimensões dos esboços mais definidos podem avaliar-se nas figs. 11, 14 e 15, nas quais se indica o comprimento de cada, medido da proa à ré.

As razões que levaram os autores dos esboços a executá-los, quem foram eles, quando o fizeram, são incógnitas que, *mutatis mutandis*, levantam problemática equiparável à que enfrentam aqueles que pretendem interpretar a arte rupestre de qualquer época, sendo necessário recorrer ao que os temas sugerem, paralelos pertinentes, sobreposições e outros motivos associados.

Os esboços de Sesimbra fazem parte de uma muito particular categoria etnográfica, cujos mais típicos atributos são: feição artística desvinculada de eruditismo, desprezenciosa, espontânea consoante a habilidade de cada autor; suportes sem prévia preparação, preferindo-se obviamente as superfícies planas, lisas, pelo que serviam optimamente as paredes de edificações; motivos náuticos em que as embarcações fazem ou não parte de composições. As técnicas de produção variam com os meios de que, no momento, os autores tinham à disposição (corantes, gravadores, carvão); e as intenções dos artistas terão sido diversas, como gestos rituais, manifestações gratulatórias, evocações saudosistas.

Portanto, estas produções, que aparecem ocasionalmente, dispersas, são documentos do maior interesse etnográfico e para a Arqueologia naval.

Sem pretender atingir a exaustão, que nem estaria ao meu alcance, recordarei apenas alguns casos que se distribuem cronologicamente num amplo lapso de tempo. Assim, vemos barcos reproduzidos com fins rituais, transportando homens e símbolos solares, na arte rupestre da Idade do Bronze escandinávica e, na mesma idade, composições de galés pintadas em cortejo procissional (1500 a. C.), detectadas em Akrotiri (Thera); um grafito de Khirbet Rafi (Israel), desenha, muito esquematicamente, uma galé romana de combate (fig. 22-a); da época medieval, são os esboços detectados na Bulgária - Pliska (fig. 22-b), Basarab (fig. 22-c), Nikopol (fig. 22-d), Preslav (fig. 22-e.f); contemporâneos dos mais recentes esboços do Hospício do Espírito Santo de Sesimbra, são os *graffiti de la Vieille Roche* (commune d'Arzal - França), feitos com instrumento de ponta metálica na parede de uma casa do século XVIII desocupada, notando-se, nestes esboços, grande preocupação de fidelidade (fig. 22-g.h).

Mas, pelos seus atributos, quase em tudo paralelos aos de Sesimbra, merecem especial referência os que foram encontrados no Bastião de S. Mateus do Forte de Jesus de Mombaça, dos finais do século XVI¹⁹. As paredes estucadas desse bastião estavam cobertas por esboços de navios portugueses dos séculos XVI e XVII (além de outros símbolos como figuras humanas, peixes, edifícios, etc.), desenhados a negro de carvão e ocre vermelho. Não se trata de composições, nem todos os esboços tiveram o mesmo autor; são desenhos ocasionais, espontâneos, como os do hospício de Sesimbra, presumindo-se que os autores fossem marinheiros e soldados.

Os esboços do Forte de Jesus evocam mais fielmente os tipos de navios que os autores pretendiam reproduzir (fig. 22-i.j), não se verificando, por exemplo, a anomalia do excesso de pano redondo em cada mastro que comento a propósito dos n.ºs 3 e 4.

Este caso de Mombaça foi-me revelado pelo arqueólogo subaquático francês Dr. Jean Yves Blot, que também me informou de que os suportes foram retirados do bastião e colocados num museu, para melhor preservação dos desenhos, facto este que deve alertar a Câmara Municipal de Sesimbra para os cuidados que deve ter com os raros e preciosos esboços que tão inesperadamente vieram enriquecer o património histórico-artístico do seu Concelho.

2.1. *Interpretação funcional*

No caso em questão, os temas são bem expressivos, assim como a sua relação com as funções desempenhadas pelo imóvel, não sendo portanto difícil imaginar que foram executados pelos mareantes e pescadores que ali se acolhiam quando em situação de incapacidade por doença ou idade avançada, ao evocarem os barcos que tripularam, ou nos quais teriam naufragado, servindo os esboços de apoio às mais variadas narrativas verídicas ou fantasiadas.

Estas propostas de interpretação difere da que foi formulada em 1978 por mim e pelo Dr. Vítor Serrão³⁰, segundo a qual, aliás a propósito do único esboço que comentávamos, este representaria «ex-voto» ou composição gratulatória, cumprindo-me portanto apresentar os novos argumentos, aliás muito pessoais, que contrariam esta inicial opinião, argumentos que são:

1.º O mais importante é a ausência, em todas as composições, das forças sobrenaturais (invocação) que teriam atendido os apelos feitos pelos autores dos esboços, classicamente Cristo, a Virgem, ou qualquer santo.

2.º Também acontece que em nenhum caso se identifica o autor do voto, pelo menos figurativamente; apenas podem contrariar este argumento as legendas, aliás pouco claras, que se vêm junto de algumas embarcações (n.ºs 4 e 6). A um paleógrafo compete a leitura destas legendas, para mim obscuras; seriam os nomes dos que agradeceram o favor recebido, ou os nomes dos navios esboçados?

3.º Os barcos representados nunca tiveram, a meu ver, cores a dar-lhes maior expressão, como é costume acontecer no apreciável número de «ex-votos» conhecidos (por exemplo, nas caravelas votivas pintadas nas colunas da Igreja de Santiago de Sesimbra³⁰ - v. Ests. 8, 9 e 10).

No Hospital do Espírito Santo de Sesimbra, o *barco* é a única preocupação do desenhador, para que sobre ele incida a total atenção do observador; o *barco* é aqui o motivo único que o autor do respectivo esquema pretendeu impor àqueles a quem, por palavras também, o descrevia; ao mesmo tempo, talvez subconscientemente, lhe prestava assim saudosa homenagem ao evocar o seu vulto.

2.2. Tipologia

Examinando os navios esboçados, ficamos por vezes perplexos com a inexactidão de alguns pormenores, indesculpáveis a homens certamente com grande experiência do que eram os barcos do seu tempo, e principalmente o que eram aqueles a cuja tripulação pertenceram.

Seja como for, a temática transporta-nos a uma fase fascinante da nossa história, quando os veleiros constituíam importantíssima alavanca do progresso da geografia e de outras ciências naturais, assim como da nossa economia e soberania.

Mas não esperem os especialistas em arqueologia naval que estes desenhos sesimbrenses lhes tragam importantes elementos novos; a falta de habilidade umas vezes, outras o entusiasmo para sobrevalorizar os barcos que estavam em causa, levaram os artistas a delinear exemplares deturpados, principalmente quanto à sobrecarga de pano redondo num só mastro, quando pretendiam evocar principalmente naus e galeões.

Observando a degradação dos suportes (as paredes rebocadas e caiadas), consciencializamo-nos de que alguns exemplares dos desenhos se perderam em contacto com os entulhos e a humidade. Portanto, os espécimes significativos não passam de sete, logo aqueles que comento nestas notas — destinadas apenas, insisto, à reflexão construtiva dos especialistas, que não devem estar por mais tempo privados de tais documentos, que podem possuir mais valor do que aquele que lhes atribuo.

Analisarei cada esboço quanto possível por ordem cronológica de tipos.

N.º 1 — Fig. 11 — Navio de três mastros envergando outras tantas velas triangulares; lembra uma caravela latina portuguesa dos primórdios dos descobrimentos^{3. 14. 15. 18. 24/1940}. O esboço foi descoberto na sondagem de 1973, e levanta muito atraente problemática. Já foi descrito nas *III Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, de 1978³⁰, proporcionando-se-me manifestar hoje, a seu respeito, um ponto de vista novo em consequência de exame minucioso da grande bandeira hasteada à ré, cujos símbolos se relacionam iniludivelmente com a origem que o autor quis atribuir ao barco.

Esses símbolos são: no centro, um crescente, em cuja zona côncava toca um segmento de recta (que pode ser uma arma branca simplificada),

conjunto este cercado por cinco pequenas estrelas, três junto à haste da bandeira.

Ora, tais símbolos de maneira alguma definem uma bandeira portuguesa de qualquer época, mas sim islâmica, e vejamos porquê.

É sabido que o crescente = *HILĀL* (termo árabe que me foi ensinado pelo Prof. Doutor António Dias Farinha, assim como o importante dado bibliográfico constante da nota²²), foi, e é, elemento em grande plano nas concepções do mundo muçulmano, por simbolizar a Lua nova, marcante fase do nosso satélite na lei religiosa islâmica, uma vez que, no calendário lunar, determina, entre outras coisas, a data da *Peregrinação*, assim como o princípio e final do *Ramadão*.

Portanto, acompanhado, ou não, por uma ou mais estrelas ou outros símbolos, o *hilal* teve e tem, ampla gama de aplicações, nos campos religioso, decorativo e de soberania, que só muito resumidamente exemplificarei.

Mas, a utilização do crescente vem de épocas pré-islâmicas e, assim, vêmo-lo em moedas de bronze bizantinas da época imperial, como símbolo de Artemisa (deusa da Lua na mitologia grega, a que corresponde a Diana dos romanos), e também em moedas de soberanos da Ásia ocidental dos finais do I milénio a. C., como as de Mitridate II e Mitridate Eupator (o *Grande*, terrível inimigo dos romanos que o venceram, pelo que se suicidou em 65 a. C.).

No período propriamente islâmico, acompanhado por uma estrela com cinco ou seis pontas, vemos o crescente em moedas árabo-sassânidas (695) e noutras, mais numerosas, cunhadas pelos governadores omíadas do Oriente (até 703) e abássidas do Tabaristán (até cerca de 812), uso devido, como se julga, a transformações de tipos pré-islâmicos, nos quais este emblema era habitual.

São numerosos os exemplos do crescente utilizado nas artes muçulmanas, e assim vêmo-lo ornamentando mosaicos de Jerusalém (Qubbat al-Sakra), 691; enfeitando jóias dos séculos XI e XII; representado em pedras incrustadas nas paredes de Santa Sofia de Trebizonda (igreja aliás bizantina, revelando forte influência seldjúcida); em representações simbólicas de planetas; nas cerâmicas fatímidas do século XII da Síria e do Egipto; em vasos de cobre e bronze incrustados de prata (século XIII); como ornamentos religiosos (na mesquita do século XI que substituiu a catedral de Ani) e nos minaretes das mesquitas

dos Omíades em Damasco e Sulaymánya de Istambul (miniatura num manuscrito de 1579); ornamentando armas diversas e lanternas de barcos do século XVI (Palácio Ducal de Veneza); e até, muito curiosamente, mas não se lhe podendo atribuir qualquer significado religioso, surge como elemento decorativo numas calças de seda do Sultão Suleimão o Magnífico²² (o Grão-Turco dos nossos cronistas do século XVI), sendo este o mais antigo exemplar de tecido onde figura o *hilal*.

Até o Cristianismo tão impregnado está por influências de várias outras religiões orientais, que não desprezou, em certos momentos, o simbolismo do crescente; vêmo-lo aos pés da Virgem em espécimes de arte sacra, como por exemplo num célebre quadro de Murillo (Louvre), também em esculturas da arte indo-portuguesa e, ainda mais paradoxalmente, utilizado como modelo para um utensílio de ouro ou prata, servindo de repositório da Hóstia sagrada em cerimónias litúrgicas. Noutros ambientes do mundo ocidental, a expressão simbólica do crescente também se manifesta em certos momentos e por razões diversas, aparecendo como emblema de Catarina de Médicis, figurando nas armas de Henrique II de França e sendo também utilizado na heráldica portuguesa e espanhola, na qual o uso do crescente nos brasões constituía alusão a vitórias sobre mouros.

Detenhamo-nos agora, como mais nos interessa, na utilização do *hilal* em bandeiras muçulmanas, citando também apenas alguns exemplos: isolado ou em grupos, conjugado ou não com outros símbolos, como estrelas, armas, figuras geométricas, vêmo-lo em estandartes de Selim I (século XVI), nos capturados na batalha naval de Lepanto (1571), nos tomados no cerco de Viena (1683) e na batalha de Slankamen (1691); eu próprio detectei alguns exemplos de crescentes figurando como emblemas de barcos muçulmanos representados em cartas geográficas antigas, uma delas atribuída a Lopo Homem-Reineis (encontra-se na Biblioteca Nacional de Paris), datada de 1519, neste caso figurando não em bandeiras, mas no velame de navios navegando no Índico, e marcando muçulmanismo, como as cruzes de Cristo, representadas nas velas dos nossos barcos, definiam cristianismo (fig. 12-a); e também pude ver o desenho de um navio semelhante a um galeão europeu do século XVI (fig. 12-b), hasteando um pavilhão azul no mastro grande mos-

trando um crescente com as pontas para cima⁶. Noutras publicações (destaco o artigo *Alam*, termo equivalente a bandeira, em *Encyclopédie de l'Islam*²² e as obras referidas em Bibliografia 11 e 31), vemos reproduções de diversos tipos de bandeiras ostentando o *hilal*, legendadas de várias maneiras, tais como: «Pavillon du Grand Turc»; «P. du Grand Mogol»; «P. d'un Bacha»; «P. des galères turques»; «P. de Tripoli» e «de Salé en Barbarie», etc., etc.

Em muitos casos, inclusive nos da carta de Reinéis, e porque as reproduções dos símbolos emanam de autores europeus, há que entrar em linha de conta com um interessante fenómeno que se verificou a partir do século XV, segundo o qual, enquanto o *hilal* não era, no mundo muçulmano, emblema de carácter oficial (nem mesmo sempre de cariz religioso), vêmo-lo como se tal fosse quando utilizado por artistas europeus, em vistas de cidades orientais (Jerusalém, Constantinopla, Alger), encimando os principais edifícios (exemplos típicos, as pinturas de Carpaccio), em bandeiras de barcos turcos participando em batalhas navais, em ceptros ostentados por sultões²², etc., etc. Este aspecto que recorro, sublinha, parece-me, que a bandeira do esboço n.º 1 em causa é um bom exemplo de como o autor, à maneira muito europeia, quis registar, sem preocupações de rigor, estar desenhando um barco muçulmano; isto dado o exagero das dimensões da bandeira e o esquematismo dos símbolos que para tal escolheu: o crescente e as 5 estrelas, como que se tivesse utilizado um *carimbo* de significado acessível.

Só tardiamente, no início do século XIX, quando Selim III criou uma organização militar em moldes europeus, o crescente inicia então, na Turquia, a sua carreira oficial como emblema de nacionalidade; o segundo país a adoptá-lo foi a Tunísia, seguindo-se-lhe o Egipto e vários outros, alguns a partir de não há muito tempo.

Provado como ficou o amplo uso do crescente principalmente na simbologia islâmica, resta interpretar a bandeira que vemos no esboço n.º 1, qual o tipo da embarcação, e encontrar uma justificação para o gesto do respectivo autor.

Sobre a bandeira já declarei o principal, isto é, tomo-a como que uma *legenda* com a qual o autor quis exprimir ter esboçado um barco muçulmano. Sobre se o tipo de barco corresponde tecnicamente ao *cárvao* de velas triangulares (ao qual fazem referência Azurara, na *Crónica do*

Conde D. Pedro de Menezes, e Rui de Pina, na *Crónica do Conde D. Duarte de Menezes*, cujas características de pormenor «escapam ao nosso conhecimento»¹⁵), ou se é o esboço de um *chavenco* ou *enxambeque*, embarcação dos corsários argelinos que, com frequência e até tão tarde, ameaçavam, em missões de pirataria, os navios e as costas dos reinos cristãos, sobre estoutro problema, o tipo, convenhamos que não sou suficientemente perito em Arqueologia naval para o resolver definitivamente; e é até possível que o autor tivesse querido representar qualquer outro tipo de navio que tivesse visto em viagens pelos mares orientais, tendo perdido a noção dos respectivos pormenores tipológicos e deixando-se influenciar subconscientemente pela estrutura da caravela latina, que muito melhor conhecia.

Mas mais difícil ainda é decifrar porque se teria esboçado aqui uma embarcação muçulmana, ainda que discutível do ponto de vista tipológico.

Em todas as facetas deste processo de interpretação estamos como que em presença de uma equação em que quase todos os seus termos são incógnitas, permitindo apenas opções com probabilidades em vários graus. Porém, aventuro que se o desenho nos quer mostrar um navio de infiéis, desenhado por um cristão (parto destes dois conceitos, que me parecem mais lógicos), a motivação do autor deve ter sido:

a) Recordar um navio muçulmano cujo navio português, do qual ele era tripulante, capturou, afundou, ou afugentou, depois de perseguição ou combate;

b) Para evocar a embarcação pirata onde ele, o autor, esteve prisioneiro, tendo sido mais tarde libertado por resgate, naufrágio, ou após combate em que triunfou um navio cristão (espécie de «ex-voto», se o esboço exprimia gratidão por milagre solicitado: a libertação do cativo);

c) Recordando um momento de perigo que o porto e Vila de Sesimbra, ou simplesmente o navio que tripulava, correram, em consequência da aproximação de piratas berberes que infestavam as águas portuguesas ainda nos finais do século XVI.

Não discuto aqui outras hipóteses, muito menos prováveis, pois tornar-me-ia muito extenso e estaria fora dos três marcos que considero quase certos (bandeira e barco, muçulmanos,

autor português), apenas não devendo omitir quanto seria estranho o desenho ser obra de um muçulmano que a Sesimbra viesse parar por ter sido capturado por cristãos, ou em consequência de naufrágio; não que tal fosse impossível, mas parecendo sim impossível, que, num ambiente e época tão euforicamente cristãos, se tolerasse a um infiel a manifestação dos seus saudosismos ou actos gratulatórios, precisamente à entrada do albergue de uma Confraria que tinha como orago o Espírito Santo.

O navio hasteia outra bandeira no mastro grande cuja simbologia é difícil de interpretar, por se confundir com a flâmula da verga do traquete, distinguindo-se apenas um pequeno círculo no centro; a sua interpretação poderia constituir importante dado para melhor esclarecimento do caso; e também há, ou quase se adivinham, outros esboços, sobre ou subpostos (desenhos? caracteres?).

Curiosamente, tanto as bandeiras como as flâmulas desdobram-se no sentido da proa para a popa, como se o vento soprasse pela proa, pormenor este frequente em desenhos de veleiros executados por autores pouco atentos, uma vez que só navegando de bolina as bandeiras, galhardetes e flâmulas se mostrariam em tal posição. Ora, não é de crer que o desenhista tivesse querido sublinhar essa famosa faculdade dos veleiros latinos de poderem navegar «a cavalo no vento», contra o vento, de bolina em suma, faculdade tão expressivamente explicada, a propósito das caravelas latinas portuguesas, por D. Jerónimo Osório em *Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, nos finais do século XVI, traduzidas por Filinto Elísio¹⁵; acresce que esta maneira irreflectida de representar bandeiras e flâmulas se repete nos outros esboços, como veremos.

Junto da parte superior da vela triangular do mastro grande, do lado esquerdo, distingue-se uma data, 1546, que considerariamos coerente com a época da execução do esboço, e com o tipo do navio; porém, esta data foi delineada a traço muito mais fino do que os restantes, parecendo até que com outro instrumento, levantando-se, portanto, dúvidas sobre ser contemporânea do motivo principal e de ter sido executada pelo mesmo autor.

Também esclareço que não há qualquer vestígio que nos permita admitir fazer a embarcação parte de uma composição mais ampla, de um combate naval, por exemplo.

Impõe-se, por último, sublinhar quanto é excelente a execução deste esboço sob o ponto de vista artístico, pois foi dado ao casco sugestivo movimento, elevando-se à popa, como que sob a acção de vento forte e deslizando sobre as ondas apenas apontadas por esquemática e sugestiva linha sinuosa.

N.º 2 – Fig. 13 — Esboço de uma caravela bastante perturbado pela degradação do suporte e por vestígios de outros desenhos. O casco e duas velas triangulares desenham-se com nitidez, uma terceira idêntica, ainda que deformada, parece evidente, admitindo-se uma quarta à ré.

Muito confuso é o velame que foi esboçado à proa, lembrando a giba, a bujarrona e a vela de estai dos veleiros dos séculos XIX e XX (fig. 21). A tratar-se do pano redondo muito mal desenhado e colocado, ter-se-ia então pretendido esboçar uma caravela redonda do início do século XVI, hipótese esta muito menos provável do que estarmos, sim, perante uma fantasiosa composição em que se misturaram noções náuticas anacrónicas.

As flâmulas hasteadas no extremo superior das vergas também se desdobram como se o barco navegasse de bolina, vindo a propósito as mesmas considerações feitas sobre o n.º 1 na parte aplicável.

N.º 3 – Fig. 14 — Estranha e mal desenhada composição, dos pontos de vista técnico e artístico, tendo como motivo principal um navio de três (?) mastros virando ligeiramente a roda da proa para o observador. No gurupês, uma vela redonda; nos mastros de vante (que só se acusa pela vela que enverga) e da ré, uma vela triangular em cada. As 5 velas (pelo menos) redondas que enverga no mastro grande, ficariam bem num clipper do século XIX ou princípios do XX; voltarei a este assunto.

Eis aqui um aspecto para atento estudo por parte de um especialista de Arqueologia naval, que, se pudesse ter confiança na fidelidade do desenho, nele encontraria um dado novo sobre o velame das caravelas redondas, naus e galeões.

À popa, amarra-se um batel e, por cima deste, ou num plano para além, vê-se um casco desmastroado, que parece virar um esporão (próprio dos galeões) para a direita.

Este esboço assume a forma de um quadro em que figuram três embarcações, sendo portanto bastante curioso neste aspecto.

N.º 4 – Fig. 15 — Esboço com preocupações de pormenor que pretende representar uma nau de três pontes dos finais do século XVII.

O termo *nau* (de *nave*, em francês *nef*, do latim *navis*) foi usado durante um amplo lapso de tempo para designar navios de vários tipos quanto a tonelagem, morfologia do casco, mastreação, velame, armamento.

Entre nós, o termo começou a ser utilizado desde a primeira dinastia, designando-se ainda por *naus* navios de guerra do século XIX, sendo a última nau portuguesa a «Vasco da Gama» (1841-1873).

Na fig. 16, esquematizou-se uma nau de três pontes do século XVII, do tipo que o artista do Hospital do Espírito Santo teria querido evocar, baseando-se esta interpretação na estrutura do casco, mastreação, velame, quantidade e distribuição de artilharia. Simplesmente perturbam a pureza de um espécime de tal tipo naval a falta de habilidade do autor e a excessiva quantidade de pano redondo nos mastros grandes e do traquete (6 velas), já notado e comentada a propósito do esboço n.º 3; mas, como a anomalia é neste caso mais flagrante, proporciona-se-me comentar ainda que, na abundante iconografia de que dispomos sobre o velame das naus e galeões portugueses^{3, 24/1940}, vemos predominantemente representadas duas e três velas redondas em cada mastro que as tinha; veja-se, por exemplo, o velame da nau «S. Gabriel» (1497) da frota de Vasco da Gama, e dos galeões «Trindade», «S. Martinho» e «S. Mateus», estes três do século XVI (fig. 18).

Quatro velas redondas são frequentes em navios posteriores, ainda que não em todos, pois envergam só três algumas naus do século XVIII, como a «Nossa Senhora da Conceição», «St.º António» e a «Rainha de Portugal», que em 1833 esteve presente na batalha do Cabo de S. Vicente (esquadra miguelista)³.

Apenas 3 ou 4 velas redondas envergavam navios de guerra estrangeiros célebres, como o «Sovereign of the Seas» (1637), com 3 velas redondas; «Le Soleil Royal» (século XVII) com 3; o «Victory» de Nelson (3500 ton. e 104 canhões) só com 3 em cada mastro; o «Valmy» (1847), com 4; a fragata americana «Sussex» (1820), com 4; e até o navio de guerra misto «Napoléon» (1850) só com 3^{6, 7, 9, 13, 17, 20, 28}.

Nos tipos clássicos dos veleiros redondos portugueses do século XIX e princípios do XX, só a

galera, a barca (fig. 21), o brigue, o patacho, a polaca e o lugre-patacho envergavam 4 velas redondas nos mastros que as tinham^{24/1948}.

Depois, aparecem então os clippers, que chegam a envergar 6, como o «Flying Cloud», o «Taeping», o «Ariel», o «Cutty Sark», o «Thermopylae», considerados autênticos «galgos do mar»^{6, 8, 9, 20}.

É sobejamente sabido que sobre navios antigos existe abundante documentação em painéis gratulatórios marítimos portugueses¹². Ora acontece que, embora nem sempre neles se tenham respeitado com rigor os pormenores correspondentes aos tipos de navios representados, a anomalia de excesso de pano redondo, a que me estou referindo, está praticamente ausente. Pelo contrário, houve, em quase todos os casos que conheço¹², a preocupação de se reproduzirem navios tecnicamente correctos; mas, a execução de quase todos esses barcos em pinturas, gravuras e desenhos foi entregue, na grande maioria dos casos, a artistas (a vários níveis), o que não seria o caso dos executantes dos esboços do Hospital do Espírito Santo de Sesimbra, embora lhes cumprisse ultrapassar a sua falta de habilidade para o desenho através do conhecimento directo dos navios do seu tempo; só se foram outros que os esboçaram — quem e para quê?

São interessantes pormenores deste esboço n.º 4: a ostensiva representação do «pau-de-surriola» perto da proa do navio e em perspectiva, ao qual se amarravam as pequenas embarcações e outros cabos para serviços vários; ter-se desenhado o cordame, distinguindo-se as enxárcias reais, principalmente as do mastro grande (sem indicação dos enfrechates), aliás excessivamente atrofiadas.

A grande bandeira à ré e as flâmulas estão desfraldadas, como de costume, contrariamente à normal direcção do vento.

Na parte inferior do desenho há legendas que não decifro.

N.º 5 — Fig. 17 a — Muito ornamentado castelo de popa de uma nau ou galeão, vendo-se uma vela latina e uma vela redonda caçadas, assim como a enxárcia de estibordo do mastro grande.

Como é sabido, os castelos de popa destes navios assumiam formas complicadas e vistosas, podendo confirmar-se este comentário pelo exame da respectiva iconografia, assemelhando-se o

exemplar em causa aos castelos de popa do Galeão «S. Mateus» (numa representação da *Historien der Königsreich Hispanien, Portugal und Africa*, 1589),^{3 p. 32} (fig. 18 c) e outros galeões e naus numa obra sobre o Brasil de Hans Staden, de 1592;^{3 p. 33} no galeão português «Santa Teresa»,^{3 p. 42} um dos mais notáveis navios do seu tempo, que naufragou na batalha das Dunas; nestes navios, os castelos de popa assumiam as proporções de verdadeiros palácios (v. quadro a óleo de Villen van de Velde, no Museu de Amsterdão)³; o mesmo comentário é pertinente relativamente ao «Sovereign of the Seas», lançado à água em 1637, ao qual os holandeses chamavam o «Diabo Dourado», pela exuberância da decoração com esculturas douradas que exhibia^{6 pp. 54, 55}.

N.º 6 — Fig. 19 — Quase que só se distingue a elegante silhueta de um navio com 4 mastros, cuja vela triangular no mastro da gata o coloca, com muitas probabilidades, no século XVIII. As flâmulas desdobram-se, como era de esperar, no sentido proa-ré, a mais nítida ondulando com elegância.

Este esboço encontra-se na face interior do arco que liga os dois maiores espaços do hospício. Por cima do barco vêem-se legendas que não decifro.

N.º 7 — Fig. 20 — Uma só vela triangular cercada por traços confusos, não se podendo avaliar qual o esboço global em que a vela se incorporava, dada a degradação causada pelos entulhos e humidade.

2.3. Cronologia

A execução dos barcos que tentei interpretar cabe, cronologicamente, num lapso de tempo situado entre os finais do século XVI e o XVIII, período em que também cabem os tipos representados, não entrando em linha de conta para esta avaliação cronológica com a anomalia, notada e comentada, do excesso de velas redondas desenhadas em alguns exemplares.

Com todas as suas qualidades e defeitos técnicos e artísticos, esta pequena série de esboços vem, de certa maneira, enriquecer a iconografia relativa à Arqueologia naval, com a particularidade saborosa de serem produções de arte po-

pular; mas estes documentos funcionam como espada de dois gumes, porque, à virtude da sua sinceridade, se opõe a despreocupação quanto a rigor. Logo, o seu valor documental absoluto é ultrapassado pela iconografia emanada das fontes eruditas, onde houve maiores preocupações de fidelidade, fontes tais como gravuras, pinturas em quadros e «ex-votos», cartas geográficas em que tantas vezes se representam navios antigos, esculturas e insculpturas.

Mesmo assim, a colecção é um precioso e raríssimo documento etnográfico, que deve ser muito estimado e preservado, aspecto este para o qual alerto as entidades responsáveis pela vigilância e conservação do património cultural português (Estado e Câmara Municipal de Sesimbra).

Simultaneamente, pela natureza dos temas e ambiente em que se inserem, estas produções evocam um dos momentos mais altos da nossa história, e este de tal estatura que nos podemos hoje ainda orgulhar por ter sido o diminuto e pobre povo de Portugal aquele que mais contribuiu para melhor conhecimento da morfologia dos continentes e dos mares, e até da própria Terra, que definitivamente se revelou como planeta isolado no espaço (primeira viagem de circum-navegação)^{4, 13, 27, 32}.

3. CACHIMBOS DE ARGILA DOS SÉCULOS XVII E XVIII

Ninguém duvidará de que os esboços dos navios que descrevi no Cap. anterior estão vinculados aos restos do Hospital do Espírito Santo; mas algumas dúvidas poder-se-ão levantar sobre a proveniência do espólio aí exumado, e já expliquei porquê (entulhos vindos de outros lados?). No entanto, arrisco-me a ter como quase certo que os muitos fragmentos de cachimbos de argila, predominantemente branca, recolhidos, foram utilizados pelos marinheiros e pescadores aí internados durante apreciável lapso de tempo.

Represento-os nas figs. 23, 24 e 26, e comento que se trata de peças muito raras entre nós e até no estrangeiro; provêm quase sempre de naufrágios, constituindo excelentes dados para datação dos barcos onde aparecem e cujos restos submersos estão a ser estudados^{16, 23}.

Confesso que só depois da recolha dos fornilhos dos cachimbos encontrados nesta escavação

me foi possível reconhecer que já havia encontrado pequenos fragmentos dos tubos de outros em algumas jazidas, curiosamente até no Castelo de Sesimbra.

Pouco depois da conclusão das escavações, tive a oportunidade de, por motivos muito diferentes, estabelecer relações com o Dr. Robert F. Marx, arqueólogo dos U. S. A. e com a sua colaboradora a Dr.^a Marie Louise Blot, os quais me prestaram preciosos esclarecimentos sobre a problemática dos cachimbos de argila dos séculos XVI e seguintes, e classificaram alguns de Sesimbra que lhes mostrei, informando-me também sobre a abundante bibliografia que, no estrangeiro, há sobre o assunto^{5, 10, 16, 23, 26}.

Sabemos todos perfeitamente que o tabaco era desconhecido na Europa anteriormente à descoberta do Novo Mundo; porém, o seu uso no nosso Continente só se tornou corrente a partir do último quartel do século XVI.

Na Inglaterra, e segundo Robert Marx²³, a primeira referência a um cachimbo data de 1573; depois, o uso do tabaco generalizou-se ao resto da Europa, opondo-se a este pernicioso vício os países essencialmente católicos, facto que justifica estarem quase ausentes em restos de navios espanhóis naufragados. Na Dinamarca e na Suíça, segundo o mesmo especialista, o fabrico de cachimbos inicia-se em 1655 e 1697 respectivamente, mas ainda hoje nada se sabe quanto ao seu início nos outros países europeus.

Quando foram exumados os cachimbos de Sesimbra não conhecia eu qualquer publicação que tratasse de utensílios destes provenientes de estações portuguesas, subaquáticas ou não; mas, em 1983, foi publicado um exemplar encontrado num ossário da Igreja de S. Vicente de Fora (Lisboa).

Considera o respectivo autor²⁹ que é de tipo holandês, e diz-nos que tem as iniciais *T D* na traseira do fornilho e, na protuberância da base, num lado um *W* e no outro um *G*, mas não tenta qualquer interpretação.

Nós identificámos 16 exemplares, apenas guiados pelos fornilhos, mas é de admitir que os abundantes restos de tubos tivessem pertencido a muitos mais. São de argilas finas, predominando as brancas (caulino), mas algumas têm colorações avermelhadas resultantes de óxido de ferro e de outras substâncias incorporadas, como o carbonato de cálcio; de magnésio, etc.

De sublinhar a sua relação muito coerente com os esboços dos navios e as profissões dos internados (homens do mar), aspecto que nos fez sentir, em certa medida, estarmos efectuando uma escavação submarina... *a seco*.

Justifica serem estas peças óptimos elementos de datação, como já esclareci, o facto de ser possível situar cada exemplar dentro de um lapso de tempo aproximadamente de 20 anos.

O Dr. Robert Marx datou alguns exemplares de Sesimbra entre os anos 1640 e 1720, sendo alguns de fabrico inglês (fig. 24) e, mas em minoria, de proveniência holandesa. Não admira que aqui os vejamos aparecer um tanto tardiamente, principalmente porque sendo Portugal um dos países de catolicismo mais arreigado só teria aceite o uso do tabaco com relutância, sendo até possível que o hábito de fumar cachimbo manifestado pelos utentes deste hospital tivesse sido adquirido durante as viagens que fizeram por regiões extra-europeias.

Apresento alguns esboços de cachimbos (fig. 25) encontrados em Port Royal (perto de Kingston - Jamaica, cidade em parte submersa, em 1792, depois de um terramoto)¹, na Grã-Bretanha (no «Dartmouth», navio de 1792¹ e ainda no leito do rio Tamisa²), e faço-o apenas com o intuito de que não haja dúvidas sobre a interpretação funcional que atribuo, nestas notas, aos espécimes sesimbrenses, que se encontram todos no provisório Museu Arqueológico Municipal, hoje na Vila.

Deter-me-ei nos dois exemplares que são mais curiosos, porque é possível identificar os respectivos fabricantes.

Um deles tem impressas no forninho, dentro de um círculo, as iniciais *E. R.* (fig. 24). Este exemplar, segundo interpretação do Dr. Robert Marx, foi fabricado em Bristol (Inglaterra) por Edward Randall, e a sua particular forma data-o entre 1680 e 1710. R. Max encontrou pessoalmente, na referida cidade submersa de Port Royal, nas ruínas de uma taberna, 89 exemplares desta marca e tipo.

No outro, vemos *STEPHENS* impresso num fragmento de tubo (fig. 26). Ora, são conhecidos vários fabricantes de cachimbos de argila identificado uns por Stephen (nome próprio), outros por Stephens (apelido). Pois de apelido Stephens estão registados 7 fabricantes no período de 1639 a 1834, instalados em Londres, Bristol, Hampshire, Somerset, segundo Adrian Oswald^{26/1975}.

Mas, no fragmento em causa, distingue-se parte de alguns caracteres sobre o apelido Stephens, e só parte porque a fractura apenas deixou intacta a letra *O*. Também se sabe que os nomes dos fabricantes com tal apelido eram: James, Humphrey, Jacob, Edward, John, R., e William. Tentando decifrar o nome gravado no fragmento que nos ocupa, verifico que a letra *O* é a única evidente, e só figura nos exemplos 3.º e 5.º.

Portanto, e se a lista de nomes que possuo está correcta e completa, o fabricante seria *Jacob Stephens*, que fabricou cachimbos de 1739 a 1759, ou *John Stephens*. Mas os caracteres, aliás incompletos, que antecedem o *O*, são favoráveis à leitura *John*. Tratar-se-á então do fabricante *John Stephens* que, entre 1708 e 1751, actuava em Newport - Hampshire^{26/1975}.

Ao concluir esta notícia preliminar sobre o aparecimento destes utensílios no Hospital da Confraria do Espírito Santo de Sesimbra, direi que deles se podem tirar as duas seguintes principais conclusões:

1.ª A sua relação com o Hospital é coerente, pois uma das poucas distrações dos hospitalizados seria fumar, distração aliás não muito acessível então, dado o elevado preço do tabaco nessa época.

2.ª A cronologia que lhes é atribuída corresponde a uma fase avançada da utilização do Hospital (2.ª metade do século XVII até inícios do XVIII).

O Conservador do Museu Arqueológico Municipal de Sesimbra deve zelar pela segurança destas peças, pois, pela sua fragilidade e raridade, são vulneráveis, acrescendo que tendo-as eu apresentado sem as ter submetido a um estudo exaustivo, podem ainda contribuir para uma revisão dos meus comentários por parte de um especialista, que para tal tem de as observar em bom estado de conservação.

4. CONSIDERAÇÕES SUMÁRIAS SOBRE O RESTANTE ESPÓLIO

Dada a quantidade e variedade do restante espólio exumado, nestas notas só é possível (mas indispensável) darmos uma sumária ideia do espólio correspondente aos n.ºs 3, 4 e 5 da Intro-

dução, na qual, aliás, apenas prometemos debruçarmo-nos mais atentamente sobre as questões enunciadas nos n.ºs 1, 2 e 6.

CERÂMICA — A enorme quantidade de fragmentos de recipiente exumados, revela espécies destinadas à confecção de alimentos e outras utilizações grosseiras, e também para serviço de mesa, obviamente que de qualidade inferior os da primeira categoria, ainda que muitos vidrados parcial ou totalmente; os tipos principais são: pratos, gamelas, certãs, canecas, cangirões, etc.

Nas da 2.ª categoria abundam os ornatos pintados a azul sobre fundo branco (fig. 27), sendo mais raro o uso de outras cores (amarelo, castanho, verde).

Há fragmentos que acusam loiças brasonadas e outros com legendas, reconhecendo-se num destes últimos a terminação ...RITO da legenda que seria *SANTO ESPRITO* (fig. 28).

Mas um exemplar merece destaque: trata-se de um belo prato ao qual poucos fragmentos faltam, no centro do qual foi pintado a azul (sobre branco) o «Cordeiro de Deus» (*Agnus Dei*), segurando o crucifixo e o estandarte (fig. 29). É uma peça de simbologia religiosa (ainda que essa simbologia tenha raízes arcaicas ante-cristãs), provavelmente relacionada com práticas litúrgicas.

Um pequeno apito de barro, simulando um lagarto, é um artefacto com apreciável interesse, tanto mais que funciona fazendo ouvir um silvo muito agudo, que lembra o peculiar usado nas manobras dos navios; só que para tal me parece frágil demais (fig. 32).

Uma família de loiças também a destacar é a das finas porcelanas orientais; mas estes exemplares estão em notável minoria, como seria de prever e ou eram privativos dos hospitaleiros ou, alguns também, seriam peças trazidas por quaisquer dos albergados como recordações das suas viagens pelo Oriente.

Também apareceram fragmentos de azulejos de *tapete* policromos (branco, azul e amarelo; raro o verde e o avinhado), típicos do século XVII, assim como elementos das respectivas molduras.

Obviamente que fazem parte do espólio cerâmico os fragmentos de cachimbos de argila, mas estes já foram tratados no cap. 3.

Como se viu, a maior parte do espólio cerâmico cabe plenamente no período da ocupação

do Hospital, ou seja nos séculos XVI (final) ao XVIII, embora haja casos esporádicos de loiças mais recentes.

Não faltam ainda alguns ladrilhos e tijolos de barro, materiais de construção perfeitamente coerentes no local, mas não abundantes como se poderia prever.

VIDRO — Os *recipientes de vidro* são acusados por fragmentos muito estilhaçados e algo raros, de copos, garrafas e outras espécies indecifráveis.

MOEDAS — Como seria de esperar foram recolhidas moedas (350), até hoje ainda não estudadas por um numismata, pelo que apenas me compete adiantar ser a maioria constituída por ceitis tardios (167 reconhecíveis).

A presença destes numismas nas ruínas do Hospital do Espírito Santo, cuja raridade ou vulgaridade só um perito de ceitis pode avaliar, coincide com a fase mais antiga do respectivo funcionamento. Mas também apareceram espécies mais recentes, ainda que poucas, até dos finais da monarquia, e da 1.ª República, obviamente que nos níveis superiores, onde se devem ter processado remeximentos pelos mais variados motivos.

OUTROS ARTEFACTOS — Na categoria que na Introdução designei por *outras pequenas antiguidades de várias matérias-primas* (figs. 30 e 31), cabe grande variedade de artefactos, tais como:

Alfinetes metálicos, botões, contas de colar e de rosário, cavilhas de ferro, crucifixos, cabos de facas, dedais, dados, fivelas, furadores e utensílios de costura de osso por vezes com cabeças torneadas, imagens de santos (destaca-se um Santo António minúsculo de metal — fig. 31), medalhas, pregos de metal para enfeitar mobiliário, assim como de ferro vulgares (carpintaria e construção civil).

Todas estas peças, muitas com paralelos flagrantes no espólio proveniente do Castelo (estão no Museu Municipal), são os testemunhos arqueológicos da intensa vida que animou esta zona de Sesimbra, principalmente desde os finais da Idade Média ao século XVIII, testemunhos esses para sempre perdidos se a investigação arqueológica sobre eles não tivesse feito incidir a sua acção.

Os esboços dos navios, os antigos cachimbos e o restante espólio que acabo de resumir, são imagens visíveis, palpáveis, como que iluminuras a animar a severidade das descrições dos textos e a superá-los no que estes últimos, pela sua própria natureza, não nos podem esclarecer.

E. C. S.

5. ALGUNS ELEMENTOS PARA O ESTUDO DO HOSPITAL E ERMIDA DA CONFRARIA DO ESPÍRITO SANTO DE SESIMBRA, PRESTADO PELAS VISITAÇÕES DE SANTIAGO

5.1. *Introdução*

O nosso estudo constitui a continuação da pesquisa documental já iniciada por Eduardo da Cunha Serrão e Vítor Manuel Serrão, em 1978³⁰.

A investigação que pudemos levar a cabo centralizou-se sobre as *Visitações de Santiago* do século XVI, fonte de importantes informações sobre o espólio artístico-cultural da vila de Sesimbra. Delas pudemos destacar as referências à Ermida do Espírito Santo e ao respectivo Hospital, anexo à Ermida, assim como as informações sobre a Confraria do Espírito Santo e do seu Compromisso.

Quanto ao aspecto actual da Ermida limitámo-nos a breves referências, pois que necessita de mais profunda reflexão.

5.2. *As Visitações de Santiago*

5.2.1. *A vila de Sesimbra nas visitasões*

As *Visitações de Santiago* constituem uma importante fonte de informações históricas, ainda insuficientemente conhecidas. Foi nossa principal intenção destacarmos, destes documentos, as referências directas ao Hospital e Capela do Espírito Santo da Ribeira da vila de Sesimbra, assim como alusões a outros factos com estes relacionados e que contribuísssem para o conhecimento do seu papel, da sua evolução e das suas transformações.

A mais antiga destas visitasões, referenciada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo

(ANTT) com o número B-50-159, é de 1516. Existe, porém, uma cópia deste documento com a referência B-50-163, cujo texto é idêntico àquele, como adiante referiremos com mais pormenor.

O livro B-50-159 tem falta de algumas folhas imediatamente antes de se iniciar a narrativa da visitação de Sesimbra, folhas que seriam numeradas de 134 a 158, começando a de Sesimbra a folhas 159. A visitação é feita por D. Jorge, filho de D. João II e inicia-se na Igreja «da dita vila aos 12 dias do mês de Setembro do ano presente de 1516».

Embora haja outras referências, como adiante melhor explicitaremos, procurámos centrar a nossa atenção na descrição das visitas ao hospital do Espírito Santo, da Confraria do Corpo Santo e de um outro hospital igualmente do Espírito Santo, edificado «em cima na vila».

No que respeita à cópia atrás referida, arquivada sob o número B-50-163, convém dizer que nela existem documentos de datas variadas relativas a visitasões e despachos das mesmas. Na verdade, este livro, independentemente desses documentos que se lhe juntaram em data posterior, está incompleto, já que, na sua primeira página, diz o seguinte: «Título da prata e ornamentos que estão em poder do ermitão», ficando-se sem conhecer o que antecedia a enumeração que se segue. Após uma visita à Ermida de S. Pedro de Azeitão, aparece finalmente a numeração das folhas, iniciada em XXIII, quando apenas são passadas cinco. Verifica-se, para além disto, que a numeração dos fólhos é recomeçada várias vezes. Contudo, o livro apresenta, até próximo do seu final, uma inegável uniformidade de caligrafia.

Concretamente, são os seguintes os títulos das diversas partes contidas neste grosso volume:

- Título de prata e ornamento que estão em poder do ermitão.
- S. Pedro de Azeitão.
- Determinações gerais — Sesimbra (folha XXXIII).
- Das posturas do Concelho.
- Sesmarias.
- Rendas da fábrica da Igreja Matriz de Sesimbra.
- Visitação da Igreja de Santa Maria da Consolação da dita vila.

- Visitação do Hospital do Espírito Santo edificado na Ribeira da dita vila.
- Visitação da Confraria do Corpo Santo situada na dita casa do Santo Espírito.
- Visitação do Hospital do Santo Espírito edificado em cima na vila.
- Título das propriedades do dito Hospital.
- Visitação da Ermida de Santa Ana.
- Visitação da Ermida de S. Sebastião.
- Visitação de Santa Maria do Carmo.
- Visitação da Ermida de Nossa Senhora do Cabo.
- Visitação da Fortaleza e Castelo da dita vila.
- Visitação de S. Lourenço de Azeitão.
- Conta tomada ao recebedor da fábrica.
- Título dos officios.
- Rol das propriedades, foros, possessões que a Ordem tem nesta vila de Sesimbra e seu termo.

Este conjunto de títulos será provavelmente da autoria total de Pero Coelho que, abrindo o tomo a 12 de Setembro, o encerra a 22 de Setembro de 1516.

Seguem-se contudo outras folhas, com várias determinações, várias caligrafias e datas que oscilam entre 1524 e 1528, parecendo ser, sobretudo, despachos diversos.

Finalmente, incluídos também neste volume, sem fazerem parte do livro, estão outros documentos de variada importância, um dos quais, datado de 1533, é o alvará para a construção, na povoação da Ribeira de Sesimbra, da sua «Igreja nova Matriz», de que falaremos adiante.

A visitação seguinte, no que respeita a Sesimbra, está incluída num livro de visitas de Santiago, arquivado com a referência B-50-176, e que contém, na capa, o seguinte título «Santiago, provimento e visitação do Mestrado de Santiago do ano de 1527», aparecendo a data escrita em algarismos árabes. Esta visitação, iniciada em 17 de Fevereiro, chega a Sesimbra a 24 de Junho do mesmo ano de 1527, sendo efectuada pelo provedor do Mestrado de Santiago e prior da vila de Palmela, Afonso Roiz. Ocupam apenas seis páginas (folha 104 a 106 verso) os assuntos relativos a Sesimbra, parecendo prender-se sobretudo com questões administrativas

relativas aos funcionários das confrarias e respectivas contas.

No dia 28 de Julho de 1553, inicia-se nova visitação a Sesimbra, estando o respectivo «tombo» arquivado no ANTT sob a referência B-50-195.

À sua importância teremos oportunidade de nos referir nos capítulos seguintes, cabendo aqui apenas mencionar as partes que interessam:

- Visitação da Igreja de Santiago — folha 97.
- Visitação da Ermida do Espírito Santo situada no meio da vila com seu hospital — folha 109.
- Inventário da prata e ornamentos da Ermida — folha 110 verso.
- Confrades — folha 112.
- Casas e hospital por baixo da Ermida — folha 113 verso.

O livro que contém a visitação seguinte, realizada em 1564 (e terminada em 1565), está arquivada com a referência B-50-205. É feita às ermidas, capelas e confrarias de Sesimbra e engloba determinações várias para o seu funcionamento.

No que respeita à vila de Sesimbra, diz terem sido feitas as seguintes visitas:

- Confraria do Santíssimo Sacramento;
- Confraria do Espírito Santo;
- Confraria de S. Pedro;
- Confraria de S. Sebastião;
- Confraria de Santa Ana e sua Ermida;
- Ermida de S. Sebastião;
- Casa do Espírito Santo e hospital.

Os assuntos que respeitam à Ermida do Espírito Santo começam no verso da folha 36, após as determinações de carácter geral sobre as confrarias e as que se destinam especificamente à Confraria do Santíssimo Sacramento. Contudo não se encontram neste livro todos os assuntos enumerados.

Por fim, a última visitação por nós referenciada está arquivada com o número B-50-219 e data de 1570. É efectuada por D. Diogo de Gouveia, Prior-mor do Convento e Ordem de Santiago, por mandato do rei D. Sebastião. Começa a 7 de Novembro, pela Igreja de San-

tiago de Sesimbra. Depois, no verso da folha 3, diz:

«Foram visitadas as Ermidas, Capelas e Confrarias que são as seguintes:

- A Confraria do Santo Sacramento;
- A Confraria do Espírito Santo com sua Igreja e Hospital;
- A Confraria de S. Pedro;
- A Confraria de S. Sebastião com sua Ermida;
- A Confraria de Santa Ana com sua Ermida.

E foram visitadas as ditas Ermidas, Confrarias e Capelas, prata, ornamentos e cera e o mais que nelas havia, tomando-lhe conta aos mordomos por seus inventários e tudo ficou carregado e entregue aos mordomos presentes».

O visitador faz então incluir um rol de determinações destinadas a remediar o mau cumprimento das obrigações respectivas por parte do prior, confrades, beneficiados, etc. Recordando a visitação de 1565 e as determinações de então, o visitador constata que não foram cumpridas por quem disso estava encarregado.

Na folha 10, começa, a 16 de Novembro, a visitação de Santa Maria do Castelo de Sesimbra, acrescentando-se:

«Foram visitadas as Confrarias e Ermidas anexas à dita Igreja paroquial de Santa Maria do Castelo, que são as seguintes:

- A Confraria dos Sábados das mulheres;
- A Confraria do Espírito Santo e seu Hospital;
- A Ermida de Nossa Senhora do Cabo;
- A Ermida de Santa Ana;
- A Ermida de Nossa Senhora do Carmo».

Refere finalmente o visitador que a prata e ornamentos destas confrarias e Ermidas ficaram carregados aos mordomos por seus inventários, tendo igualmente tomado «conta dos recebimentos de dinheiro e o que ficaram devendo se carregou sobre eles por continuarem seus cargos».

Termina, assim, esta última referência à vila de Sesimbra, a 24 de Novembro de 1570.

5.2.2. Referências históricas

Quando as preocupações dominantes da época medieval, que se prendiam sobretudo com a segurança, começaram a ceder o passo a actividades de maior dinamismo e de mais estreita ligação com o mar, a população de Sesimbra, antes concentrada no Castelo, começa a descer à Ribeira, transferindo, com maior ou menor ritmo, o seu habitat para uma zona de mais fácil acesso ao mar, nessa época transformado já no principal meio de vida dos seus habitantes. A transferência levantou, contudo, alguns problemas. E se não é possível — nem tal é nossa intenção — descobrir as adaptações a que a população teve de recorrer para criar, no novo lugar, as condições que aí possibilitassem a sua permanência, torna-se fácil compreender que uma das primeiras preocupações dos habitantes da Ribeira, à medida que a sua transferência se tornava efectiva, foi a criação de estruturas religiosas e lugares de culto, condição indispensável à sua maneira de estar no mundo.

As visitações que atrás deixamos enunciadas, fonte principal da nossa pesquisa, não nos transmitem informações dessa primeira fase da organização comunitária da Ribeira. Contudo, podemos nelas buscar alguns elementos de interesse, esclarecedores de algumas condições que possibilitaram o desenvolvimento da Ribeira da vila de Sesimbra (incluindo mesmo a informação, embora de 1553, de que «há na dita freguesia da vila quinhentos e trinta e seis fogos» tomando na comunhão mil quinhentos e quarenta, contando com alguns escravos»).

Em 1491, D. João II concedera a D. Jorge, seu filho natural, os mestrados de Avis e de Santiago. À jurisdição desta última ordem pertencia a vila de Sesimbra, que tinha por comendador D. Duarte de Menezes, capitão da cidade de Tânger. D. Jorge mandou reunir capítulos para aprovar novos estatutos e restabelecer as antigas regras grandemente esquecidas. Estes estatutos vieram a ser publicados em 1509 e é, decerto, à sua nova luz que D. Jorge decide visitar pessoalmente a vila de Sesimbra, no âmbito de uma mais larga inspecção a todos os lugares do mestrado de Santiago, em Setembro de 1516. Esta visita tem por fim eleger todo o capítulo da ordem, reformando e corrigindo o que fosse necessário, tanto no que dizia respeito às «pessoas dos cavaleiros e clérigos» como aos

«bens, possessões, jurisdições e direitos» da dita Ordem (Visitação B-50-159, preâmbulo). Aliás, D. Jorge não se esquece de frisar que estas regras andavam bastante esquecidas porque «havia muitos anos e tempo» que não eram feitas visitas, havendo por isso muita necessidade de se fazerem.

É assim que D. Jorge, visitador de Sesimbra, em companhia do licenciado Francisco Barradas, chanceler-mor da Ordem e seu Juiz, dá conhecimento, através do tombo que fica lavrado, do modo e maneira como decorreu a visitação, a fim de que D. Duarte de Meneses e os outros interessados atentem nas determinações que no seu entender se tornam necessárias.

Nesta primeira visitação era prior da Igreja de Santa Maria de Sesimbra, Pero Vaz, clérigo e freire professo da Ordem de Santiago, que haveria uns trinta anos professara no Convento de Palmela. O prior tinha de rendimento seis mil quinhentos reais, dois moios de trigo e dois de cevada. A sua Igreja, embora de construção muito antiga, apresentava-se completamente restaurada, sendo nela tudo praticamente novo (é citada, do lado esquerdo do altar-mor, uma capela da devoção de Nossa Senhora dos Anjos, onde existe um retábulo velho, em comparação com um outro, tendo ao meio uma imagem de pedra de Nossa Senhora).

D. Jorge visitará, para além de Santa Maria da Consolação, as seguintes capelas e igrejas:

- Hospital do Santo Espírito edificado na Ribeira da Vila, assim como a sua confraria do Corbo Santo.
- Hospital do Santo Espírito edificado em cima na vila.
- Igreja de Santa Ana.
- Ermida de S. Sebastião.
- Santa Maria do Carmo.
- Ermida de N. S. do Cabo.
- Castelo e fortaleza da vila.

Deixando para os capítulos seguintes referências mais pormenorizadas, não deixaremos de enunciar pontos de interesse histórico, pela importância de que se revestem estas primeiras notícias de algumas ermidas e igrejas de Sesimbra. Assim, relativamente à Ermida de S. Sebastião, o visitador refere que:

- Tem um altar forrado a azulejos;

- Por cima do dito altar, tem uma imagem de pedra «muito boa»;
- As paredes da charola onde se encontra esta imagem são de azulejos.

No que respeita a N. S. do Cabo, o visitador destaca:

- Capela-mor — tem um altar de alvenaria com quatro degraus forrados a azulejo;
- No altar, está uma imagem de Nossa Senhora com um menino feito de madeira;
- Ao fundo existe um retábulo «pequeno» com suas portas, em que estão pintados os Reis Magos.
- Da parte do Evangelho existe um altar onde está uma imagem de Nossa Senhora com o Menino ao colo.
- Neste, existe igualmente um retábulo, também «pequeno», tendo de um lado pintada a imagem de Santa Catarina e, do outro, a de Santa Luzia.
- No altar que fica do lado contrário está a imagem da Trindade numa charola velha, em madeira, em que estão pintados alguns Santos, tendo o altar, para além disso, um Menino Jesus.
- Existe ainda, a meio da Igreja, uma capela com outro retábulo dourado, ainda «pequeno», com uma imagem de Nossa Senhora.

Relativamente ao Castelo e Fortaleza da Vila, o visitador informa que não havia artilharia nenhuma, pois fora mandada retirar pelo Rei. Parece restarem apenas as armas pessoais do alcaide, encontrando-se as construções em bastante mau estado.

Interessa, por fim, fazer uma referência à última visitação por nós detectada, com data de 1570, como atrás ficou dito. Desta, aliás, pouco haverá a acrescentar, já que ela possui um relativo interesse. Apenas alude à informação de que era comendador de Sesimbra o Duque de Aveiro, com todas as rendas a ela pertencentes, sendo também alcaide-mor. Confirmando a advertência feita mais de 50 anos antes, na Fortaleza do Castelo (as casas estavam postas por terra) lembra o visitador as determinações anteriores para que tudo se renove e se torne ao seu primeiro estado.

Um último apontamento: Como atrás fica enunciado, verifica-se que em 1570 continua a existir, no Castelo, a Confraria do Espírito Santo e seu Hospital, simultaneamente com o seu homólogo na Ribeira da vila. O que, não sendo de surpreender pela continuação dos dois agregados populacionais, significa que o primitivo hospital, situado no Castelo, continuou a manter a sua importância.

5.2.3. *Funcionamento da Confraria do Corpo Santo dos Mareantes e Pescadores*

As confrarias eram nesta época uma forma de associação com o objectivo de ajuda mútua, especialmente na doença — pelo que se lhes associava muitas vezes a manutenção de hospitais adequados à sua dimensão —, na morte — pelo que, nas obrigações dos confrades, se incluíam um certo número de acções devidas aos mortos da confraria —, e na assistência religiosa.

A confraria do Corpo Santo foi fundada pelos pescadores de Sesimbra, para o que edificaram de novo uma casa destinada à sua instalação.

A visitação de 1516 fornece bastantes pormenores acerca da Confraria, elucidativos do seu funcionamento. Assim, o visitador informa que a dita confraria foi feita debaixo de um compromisso, assumido pelos pescadores, de lhe darem a redízima dos direitos pagos. Por outro lado, os confrades obrigam-se também à sua administração, nomeando para esse efeito, todos os anos, os seus mordomos.

Entretanto, por carta de D. João II foi-lhes concedida licença para levantarem altar na casa onde funcionava o hospital da confraria, assim como para terem um capelão que lhes diz uma missa cada quinta-feira e que eles pagam das suas esmolas.

Da renda conseguida pelo pagamento da redízima atrás referida, a confraria manda igualmente dizer uma missa rezada, aos domingos, na Igreja de Santa Maria, antes da missa do dia. A confraria possui círios e tochas próprias para o acompanhamento das cerimónias religiosas. Os confrades são obrigados «a ir com alguns defuntos à dita Igreja, aos enterramentos, segundo mais declaradamente se contém em o dito compromisso,

que é em poder dos juizes da dita confraria, que são seis, elegidos por todos os confrades».

Mas é sem dúvida a visitação de 1553 que melhor esclarece o funcionamento da Confraria do Espírito Santo, decerto com as alterações que entretanto foram introduzidas no «compromisso». Na verdade, segundo o visitador de 1553, «todos os mareantes, arrais e pescadores serão confrades do Espírito Santo e poderão ser até quatrocentos confrades», o que significa um notável alargamento do âmbito da sua acção.

O pagamento da redízima mantém-se — «de cada mil reais, dez reais cada um» —, sendo agora extensivo aos mareantes, mestres e senhorios do navio e a todos os ganhos conseguidos. Assim, o mestre do navio é desde logo «obrigado a arrecadar o dinheiro e o entregar ao mordomo perante o escrivão para lho carregarem em receita».

Por outro lado, os arrais que pescam com rede reservam um quinhão para o Espírito Santo e seu hospital «e o entregam ao mordomo perante o escrivão para se lançar em livro», assim como fazem os restantes pescadores.

A administração da Confraria é assegurada por dois mordomos, um escrivão e um juiz, que à data desta visitação eram, respectivamente, Álvaro Martins e Gomes Seromenho, João Nemen-des e Manuel Farto.

Finalmente, o visitador explicita quais são, concretamente, as obrigações da confraria, obrigações normalmente cumpridas através da acção dos mordomos. Assim, são estes obrigados a mandarem dizer, todas as semanas, duas missas rezadas — uma à segunda-feira pelo Corpo Santo e outra à quinta-feira pelo Espírito Santo, devendo contudo ser esta missa cantada, com pregação e trombetas, quer no dia do Corpo Santo, quer no dia do Espírito Santo.

Por outro lado, embora antigamente a missa fosse rezada na igreja de N. S. do Castelo, em 1553 ela é já dita na própria Ermida, onde, como vimos, foi levantado um altar.

São ainda os mordomos «obrigados a darem ao dia de enterramento do confrade quatro tochas e cinco círios de mão que ardem ao officio e missas que o defunto manda dizer», incluindo-se, na mesma obrigação, a de os mordomos darem a cera, «sem por isso pagar nada para a Confraria e hospital», aos familiares do defunto que queiram dizer missa «aos trinta dias e ano e a todo o tempo». Por tudo isto têm os mordomos «um capelão a quem pagam em cada ano três

mil reais por dizer as missas que são obrigados a mandar dizer».

Finalmente, os mordomos e confrades que se encontrarem na vila devem integrar-se nas duas procissões de «Corpus Christi» e no Domingo da Confraria, levando a sua cruz, bandeira, tochas e círios acesos, sendo que nas restantes procissões apenas levarão a cruz e a bandeira. Esta é «de damasco branco, com umas barras de veludo cremesim ao de redor, seus cordões, borlas, franja de retrós branco e vermelho».

5.3. Hospital e Ermida do Espírito Santo

5.3.1. Hospital

5.3.1.1. Aspectos gerais

O hospital do Espírito Santo pertencia à Confraria do mesmo nome. Como já vimos, a casa tinha sido construída de novo pelos pescadores, concebida por forma a servir de hospital e de residência dos hospitaleiros. Mas tendo sido, entretanto, os pescadores autorizados — como ficou atrás referido — a levantarem um altar na dita casa, acabou por se concentrar nesta um lugar de culto, uma área com camas e uma outra para residência.

A visitação de 1516 não é suficientemente esclarecedora, parecendo que o hospital funcionava num andar sobradado onde se situa também o altar, existindo por baixo a habitação dos hospitaleiros e camas para os pobres:

«Visitamos o dito espirital o qual é uma casa sobradada com um altar do Espírito Santo e tem as paredes de pedra e cal, forrado o tecto de madeira e pintado, muito bom, e tem umas grades de pau, pintadas, e quatro janelas e uma porta; e tem de comprimento quinze varas e de largo sete varas.

E de baixo é outra tamanha casa em que vive a espiritaleira com seus leitos e camas para os pobres, e ora estão por espiritaleiros Lourenço Anes e Isabel da Gama sua mulher, postos pelos mordomos, os quais costumam pôr os espiritaleiros».

Contudo, a visitação de 1553 anuncia em título que foi visitada a «Ermida do Espírito

Santo situada no meio da vila com seu espirital», correspondendo decerto a uma evolução relativamente à simples «visitação do espirital de Santo Espírito edificado na Ribeira da dita vila» indicado como título na visitação de 1516.

Parece portanto que o hospital se transferiu unicamente para o andar de baixo, reservando-se o superior, sobradado, para lugar de culto.

Assim, o hospital ocupa, «por baixo da Ermida», «uma casa grande, térrea, por ladrilhar, com um repartimento de um arco, com duas chaminés». Existem «oito leitos com seus repartimentos e guarda pós de tovoado de pinho», constatando-se que quatro deles têm cobertas, embora não possuam «colchões, nem enxergões, nem lençóis». Finalmente há ainda «três casas, dentro terras, em que pousa o espiritaleiro e espiritaleira».

Em 1564, somos colocados perante o crescimento da importância da Ermida, face ao apagamento do hospital. Na verdade, o título respectivo refere apenas «visitação da Ermida do Espírito Santo» e o texto limita-se a uma ligeira alusão ao hospital: «visitámos a dita ermida a qual está em um sobrado, e por baixo um espirital de pobres, a qual achamos estar muito bem concertada de todo o necessário».

Por outro lado, em 1516 o hospital não tinha propriedades nem outra renda, para além das esmolas dos pescadores e de duas casas que andavam alugadas, das quais uma fora antigo hospital e outra se situava «nas costas desta».

Em 1553, porém, o visitante encontra uma situação que reflecte algum abandono da administração da confraria e hospital. Na verdade, vários grupos de confrades estavam devendo as suas quotas, pois «se achou por conta dos livros que estavam na confraria» que não tinha sido pago o seguinte: «os cedeiros, pescadores que pescam com os cedares», 42.750 reais; os navegantes, 13.500 reais; os mordomos do ano anterior 250 reais. O que «faz tudo em soma, que ficaram carregados sobre os mordomos, cinquenta e seis mil e quinhentos reais».

As medidas tomadas em 1553 parece terem sido eficazes, já que o visitante de 1564 dirá que «os ditos mordomos trazem a dita casa e espirital muito bem concertada e provida de todo o necessário», embora o rendimento continue a ser apenas aquele que os pescadores tiram de entre si, para provimento da confraria e do hospital.

5.3.1.2. *Inventário do recheio*

A forma como é inventariado o recheio do Hospital mais confirma a hipótese colocada anteriormente. Na verdade, na visitação de 1516 e sob o «título dos ornamentos que tem o dito Espirital», aparecem-nos não só as alfaias religiosas completamente discriminadas, como, debaixo de um subtítulo «roupa das camas», aquilo que respeitaria propriamente ao hospital. Já em 1553 se destaca nitidamente o título «Inventário da prata e ornamentos da Ermida» de uma breve referência ao hospital e seus pertences, aliás bem diminutos. Também em 1564 se distingue, no capítulo referente à «visitação da Ermida do Espírito Santo», o «título da prata e ornamentos da dita casa» do simples «fato do hospital». Sem dúvida que a importância relativa ao hospital, em 1516, é perdida em favor da Ermida nas visitas seguintes, o que confirma não só uma separação efectiva da Ermida e do Hospital, mas também a primazia da primeira aos olhos dos visitantes de Santiago, não só pela sua função, mais no âmbito da Ordem, como sobretudo pela maior riqueza e importância do seu recheio.

Vejamos por agora a relação dos haveres do Hospital, deixando como pertencentes à Ermida as alfaias religiosas que em 1516 estão lançadas como ornamentos do Hospital.

Na primeira visitação é referida a seguinte «roupa das camas»:

- Almadragues novos quatro
- Almadragues velhos quatro
- Chumaços três
- Cobertas quatro
- Lençol um
- Manta branca uma
- Bancal de Flandres um
- Tapete um
- Mantas da terra quatro

A situação em 1553 parece ter piorado, já que é apenas feita uma breve referência a oito leitos, em quatro dos quais existem cobertas, mas «sem colchões, nem enxergões, nem lençóis».

Já em 1564, a par de «outro muito fato velho de pobres», decerto o que restava do recheio anterior, existiam:

- Meios colchões novos cinco
- Cobertor novo branco um

- Meios chumaços novos dois
- Almofadinhas com suas fronhas ... duas

5.3.2. *Ermida*

5.3.2.1. *Apontamentos sobre a arquitectura e decoração*

A visitação que melhor relata as características arquitecturais e decorativas da Ermida do Espírito Santo é, sem dúvida, a de 1553. Nela se pode constatar que a Ermida é um edifício rectangular com paredes de alvenaria. Na parede norte há uma janela de pedraria, em cruz, de apreciáveis dimensões. Nos lados poente e sul existem dois portais. O principal, no poente, é de pedraria, com portas de madeira «de bordo» fasquiadas, com postigos, aldrabas e fecho mourisco. Junto a este encontram-se dois poiais de alvenaria, encostados à parede, cada um de seu lado. O portal secundário é também de pedraria, quadrado, com portas de castanho novo, ferrolho e chave.

Defronte da Ermida existe um grande «tabuleiro» quadrado, lajeado, ocupando toda a frontaria e caindo sobre a rua, do lado sul, cercado de meio peitoril. Sobee-se a este tabuleiro por cinco degraus com «seus mainéis, tudo de pedraria».

Do lado sul há um corredor, «que toma toda a ermida de poente a levante», ladrilhado, com um peitoril de alvenaria sobre a rua. O acesso a este corredor faz-se «por outro portado de pedraria quadrado, que está da banda sul no tabuleiro da porta principal», utilizando-se para entrar na ermida pelo portal secundário.

É ainda de salientar a existência, «da parte de fora», de dois botaréis «com arcobotantes arriba, e cunhais, tudo de pedraria».

No interior da Ermida existe um altar de madeira «de bordo» sobre um tabuleiro a que se tem acesso por três degraus de madeira de pinho. O espaço é dividido por umas grades de madeira antigas, de parede a parede, com uns suportes de ferro para círios e candeias, situando-se logo abaixo dos degraus do meio, para além das quais se passa através de umas portas com fechadura e chave, tendo-se assim acesso à sacristia. Esta é uma casa pequena, situada do lado sul, onde existem duas arcas para guardar os ornamentos comuns e a cera.

Relativamente à decoração constata-se a existência, por cima do altar, de um retábulo com três painéis pintados a óleo. Nestes pode observar-se: no do meio, «um encasamento com a imagem da Santíssima Trindade, de vulto de madeira, em pontifical com sua tiara, entronizado, com os braços estendidos e a cruz nas mãos com o Cristo de vulto de madeira, grande, uma pomba de madeira, branca, dentro no encasamento, no ombro esquerdo». O que fica do lado da Epístola tem a imagem de Nossa Senhora do Rosário, e o do lado do Evangelho, o Espírito Santo, orago da Ermida.

Por fim, a descrição do interior completa-se com a existência de três cadeiras «para os ministros», situadas do lado da Epístola, e de duas pequenas arcas pintadas, pelo lado de fora das grades, com fechaduras de duas chaves, «uma que tem o mordomo e outra o escrivão», e onde os fiéis põem as suas esmolos. Existe ainda uma pia de água benta de jaspe que está encostada à parede, «entrando pela porta principal, à mão direita».

5.3.2.2. *Inventário das alfaias religiosas*

Os visitantes dedicam normalmente uma atenção especial à inventariação dos ornamentos e objectos de prata existentes nos diversos lugares de culto que estão sob a alçada da sua jurisdição. Em cada uma das visitas é elaborada uma relação de toda a existência, por forma a poderem responsabilizar-se os respectivos mordomos, chegando-se por vezes a mencionar o peso das peças mais importantes.

Relativamente à Ermida do Espírito Santo, e como já vimos, em 1516, o seu recheio aparece atribuído ao hospital e com a indicação, à margem, relativamente à maior parte das peças, de «gastado», embora em caligrafia diferente, o que decerto significa uma anotação posterior. Destacam-se três cálices de prata, quatro galhetas de estanho, cinco castiçais de afofar, várias vestimentas (decerto destinadas aos ofícios religiosos) e outras pequenas coisas de menos importância.

A visita de 1553 é, também neste aspecto, bastante mais completa e elucidativa. Na verdade, a pormenorização do inventário é uma permanente preocupação do visitante, como pode constatar-se pela transcrição do documento em apêndice. E não deixa de vir a propósito cha-

mar a atenção para a importância desta visita (assim como da sua completa transcrição) para um mais profundo conhecimento do património de Sesimbra no século XVI.

Relativamente ao inventário da Ermida, é referida, entre outros objectos de menor importância, a existência de uma cruz em flor de lis com uma aspa e um pé, tendo esta decoração com elementos arquitectónicos e pesando, no total, 33 marcos (cerca de 8,2 kg); uma custódia de prata toda dourada de cor vermelha, com o peso de 4 marcos e 2 onças (cerca de 1 kg); uma coroa de prata, do Espírito Santo, com o peso de 2 marcos, 4 onças e 4 oitavas (cerca de 640 g); ainda um outro cálice pequeno com a sua patena e dois mais velhos e amolgados, dos quais o visitante mandou fazer «um só calix para as festas». O inventário prossegue com os ornamentos, frontais, toalhas de altar, pedra de ara, corporais, livros e cera da confraria. No final, o visitante relaciona novamente as pratas e refere os ornamentos, para declarar que tudo foi entregue, conforme o costume, aos mordomos Álvaro Martins e Gomes Seromenho, para de tudo tomarem conta.

Nas visitas de 1564 e 1570 não são referidas alterações significativas, já que a de 1564 enumera aproximadamente os mesmos objectos e ornamentos e a de 1570 não procede a um inventário discriminado.

5.4. *Referências ao Hospital do Espírito Santo Edificado no Cimo da Vila*

Os visitantes que mais pormenorizadamente se debruçam sobre o Hospital do Espírito Santo, edificado no Cimo da Vila, são, sem dúvida, os de 1516 e 1553. O de 1516, decerto por se tratar da primeira visita após um longo interregno e, o de 1553, pelo espírito metuculoso que revela ao longo de toda a visita.

O hospital está também associado a uma ermida, situando-se no castelo, «abaixo da Igreja da parte do Norte». A ermida é uma casa quadrada com paredes de alvenaria «esgonça a parede ao norte» (B-50-195, f. 124 v.), tendo uma fresta do lado sul. No interior existe um altar de pedra e cal, a que se sobe por dois degraus de alvenaria. Sobre este estão dois retábulos — um com «a imagem da Santíssima Trindade, pintada, com Cristo nos braços, atravessado, e

uma pomba nos peitos» (ibidem); no outro, «está pintado o baptismo de Nosso Senhor» (B-50-163, f. 13). O chão é ladrilhado, tendo por dimensões «de comprido sete varas e meia e de largo cinco varas e quarta» (ibidem), sendo o tecto forrado de madeira «de bordo».

Do lado poente, a ermida possui uma janela «de pedraria com uns varões de ferro por onde ouvem missa os peregrinos», com portas de castanho, à qual se sobe por um degrau de pedra; do lado Norte tem ainda uma porta secundária, que dá para um quintal, onde se situam duas casas térreas. Nestas vive o hospitaleiro, sendo ambas de alvenaria e com asnas em madeira. Existe ainda uma outra casa, pegada à ermida, com chaminé, onde estão alguns agasalhos destinados aos peregrinos.

A confraria do Espírito Santo, que sustentava este hospital, tinha por mordomo, em 1553, Estêvão Afonso, e por juiz Nuno Fernandes. Possuía 30 confrades, o que, comparado com os possíveis 400 da confraria homóloga da Ribeira, dá bem a ideia da dimensão relativa das duas confrarias. Pagam os confrades dez reais cada um.

É obrigação dos mordomos (aliás neste caso eleitos por dois anos) mandarem dizer uma missa rezada cada domingo, e cantada no dia do Espírito Santo, para além de uma outra no domingo a seguir ao dia de Todos os Santos, «com seu responso pelos defuntos confrades (B-50-195, f. 126).

O hospital tem uma renda anual de 78 alqueires de trigo e 6 alqueires de centeio, pagos pelos foreiros, além de 1530 reais em dinheiro. Desta renda são dados, ao hospitaleiro, 20 alqueires de trigo e os 6 de centeio; ao escrivão e mordomo, 10 alqueires de trigo cada um; o restante é vendido «em pregão na praça» (ibidem).

No que respeita ao inventário da prata e dos ornamentos, constata-se que parece de maior riqueza o recheio de 1516. Na verdade, embora em 1553 subsistam alguns objectos inventariados em 1516, a maior parte dos ornamentos deste ano não são referenciados em 1553. De qualquer forma podemos destacar, em 1516: um cálice de prata com patena, dois castiçais, duas galhetas de estanho, vários frontais (um dos quais pintado com a imagem de Nossa Senhora e uma nau) e umas vestimentas, sem considerar alguma roupa de cama para os pobres e a cera. Em 1553 a relação do recheio é substancialmente menor,

restando, por exemplo, como roupa de cama, apenas um enxergão, duas cobertas e uma manta.

Contudo, e como já atrás deixámos dito, esta confraria e o seu hospital continuam a existir em 1570, visto terem sido neste ano novamente visitados, embora sem transcrição dos inventários levados a efeito.

5.5. Igreja de Santiago.

Notícia Histórica da sua Construção

O minucioso visitador de 1553, a propósito da nova igreja matriz em construção na Ribeira da vila, refere que «há na dita freguesia da vila quinhentos e trinta e seis fogos» confessando-se e tomando a comunhão «mil quinhentos e quarenta contando com alguns escravos». O que, fazendo conta com crianças e outros habitantes provavelmente impedidos da confissão, nos aproximará dos dois mil habitantes para a Ribeira da vila de Sesimbra neste meado do século XVI. Número suficiente para justificar que vinte anos antes, exactamente em 23 de Setembro de 1533, o mestre de Santiago e duque de Aveiro, lavre um alvará onde, a quantos o virem, faz saber que «nós ordenamos ora como se fará na povoação da Ribeira de Sesimbra sua Igreja nova matriz em que se celebram os ofícios divinos», aproveitando o mestre para justificar tal decisão «pela opressão grande que o povo recebia em os ir ouvir à Igreja que está no Castelo da dita vila». É para que haja na Ribeira «quem, aos domingos e festas, diga missa aos moradores do termo», o mestre ordena «que haja um beneficiado que tenha esta obrigação» (B-50-163, documento separado no início do livro).

A nova igreja de Santiago, mandada construir em 1533, está, aquando da visitação de D. António Preto, em 1553, por acabar. Situa-se no cimo da vila, tendo sido construída no sentido leste-oeste, como é, aliás, habitual.

Em virtude de se encontrar inacabada a nova igreja paroquial, o Santo Sacramento está guardado na ermida do Espírito Santo, «por a Igreja matriz não ter nenhum retábulo nem sacrário». Contudo, apesar de as obras continuarem, o visitador faz uma interessante descrição da Igreja, a que não queremos deixar de nos referir. As dimensões desta, informação que bastantes vezes o visitador nos transmite, são, de comprido, «da

porta principal ao arco do cruzeiro, vinte e cinco varas a meia de cinco palmos a vara» e de largura «catorze varas de cinco palmos a vara». A planta é de três naves «grandes e espaçosas», embora o chão não esteja ladrilhado (à margem, o despacho «ladrilhe-se»).

Os arcos são de volta redonda, sendo feitos em pedraria da terra, com suas «vazas, pilares, capitéis grossos e as voltas em riba chanfradas». As paredes são de alvenaria, de empenas, «com quatro frestas de pedraria», ficando «duas no norte e duas ao sul, pequenas e baixas, que não dão muita claridade, com seus ferros». Quanto ao tecto, ele é «madeirado, de asnas e de águas furtadas, para se forrar de bordo», possuindo «tirantes de ferro» e sendo telhado e cintado «por riba».

A continuação dos trabalhos efectuados no tendo «de comprido quatro varas e terço e de largo quatro e três quartas». As paredes são de alvenaria, com «uma fresta de pedraria, com sua grade de ferro, sem vidraça, nem encerado, ao sul, que dá bem claridade» (à margem, o conveniente despacho: «ponha-se»). O tecto é abobadado «todo de pedraria, de nove chaves», constatando-se que o arco do cruzeiro «esconza um pouco» do lado norte.

Possui a capela-mor «um altar, todo de pedraria, com sua mesa de riba sobre um tabuleiro», subindo-se a ele por cinco degraus, sendo o tabuleiro do primeiro degrau e o arco do cruzeiro «da mesma pedra, lavrado e moderno».

A sacristia situa-se do lado do Evangelho, entrando-se nela através de um «portado de pedraria quadrado», com «portas de castanho e ferrolho e chave». Trata-se de «uma casa quadrada, prolongada a levante», não sendo ladrilhada.

Relativamente aos altares travessos, eles estão «arrimados às paredes do cruzeiro», não tendo retábulos. São construídos em madeira de pinho que, à altura da visitaçã, estava ainda «em branco».

No altar da Epístola existe «uma imagem de São Brás, de vulto de alabastro» e, no do Evangelho, existe uma «imagem de Santo António, de vulto de madeira».

O Coro estava inacabado em 1553, situando-se «sobre a porta principal, na nave do meio, madeirado de castanho». Por cima do Coro, a poente, está uma janela quadrada «com uma

grade de ferro», dando «muita claridade ao coro».

No interior da igreja pôde o visitador destacar alguns aspectos mais notáveis. Assim, D. António Preto «visitou a pia de baptizar, que está debaixo do campanário que se há-de fazer, no cunhal ao Norte, entrando pela porta principal à mão esquerda, dentro em uma capela de abóbada de alvenaria, de berço, o solo lajeado». A pia de baptizar é um vaso redondo assente sobre um peão, sendo tudo de jaspe, e tendo «boa largura e altura».

Merece ainda destaque um púlpito amovível, feito em castanho, de forma oitavada e que está «arrimado ao pilar», do lado norte e a meio da igreja.

Finalmente, constatando o visitador que ainda não há «bancos, para se sentar a gente», refere a existência de «duas pias de água benta de jaspe», situando-se uma à entrada da porta principal, à direita, e a outra, também à direita, para quem entra pela porta travessa.

Exteriormente, as paredes estavam ainda «por guarnecer», tendo o visitador dedicado a sua atenção aos dois «portados de pedraria» que a igreja possuía. O da porta principal era quadrado, com moldura de pedraria, «com seu frontespício e o hábito de Santiago no tímpano de dentro». As portas eram novas, de castanho, com dois postigos lavrados com umas rosas. Existia um outro hábito no exterior, sobre a janela do coro. O «portado travesso» tinha moldura redonda também de pedraria, situando-se a meio da parede sul e ao qual se subia por dois degraus de pedraria.

Em outros pormenores se demora ainda o visitador, embora o essencial da descrição aqui fique referida. Finalmente, e de novo se insiste, a visitaçã de 1553 é de notável precisã e de abundante informaçã, pelo que se julga imprescindível o seu pormenorizado estudo no levantamento do património artístico da Sesimbra do século XVI.

5.6. *Aspecto actual da Ermida*

A capela-mor é aproximadamente quadrada, andar térreo da Capela do Espírito Santo dos Mareantes veio pôr a descoberto a área correspondente ao antigo Hospital, situado por baixo

da Ermida numa «casa grande térrea, por ladrilhar, com um repartimento de um arco». A planta da área agora visível parece corresponder à descrição feita pelo visitador de 1553. Na verdade, para além dessa casa grande, repartida por um arco, ele refere ainda a existência de «três casas, dentro terras, em que pousa o espri-taleiro e espi-taleira». De facto, esta descrição aproxima-se daquilo que pode observar-se hoje, embora careça de se aprofundar o estudo comparativo, já que subsistem algumas dúvidas.

O que poderá constituir um motivo de mais demorada reflexão, para além do aspecto geral do andar posto a descoberto e da sua confrontação com as descrições dos visitantes do século XVI, prende-se com alguns pormenores desde logo detectáveis. Assim, é possível realizar uma observação sobre o exterior da parede sul onde, após a retirada do reboco, se podem notar alguns elementos de interesse — o aproveitamento de materiais que teriam pertencido provavelmente à edificação anterior e vestígios das bases de dois contrafortes dessa primitiva construção.

No lado Norte, e embora já no edifício contíguo à Capela, verifica-se a existência de uma grande chaminé, que talvez possa vir a apresentar alguma ligação com as chaminés referidas no texto da Visitação de 1553.

Já no interior, e no lado Sul, aparece um arcobotante que poderá repetir o aspecto da construção primitiva, igualmente descrita pelo mesmo visitador.

No interior parece-nos ainda susceptível de análise a configuração geral da planta, assim como a apreciação do distinto tratamento que mereceram as paredes do resto do edifício em comparação com as de dois compartimentos situados no ângulo sudoeste, onde estas se apresentam com sucessivas camadas de cal, que poderão apoiar as hipóteses de se tratar de casas mortuárias ou, simplesmente, da habitação dos «hospitais».

Talvez seja possível também distinguir, ao longo da parede Norte, a localização dos leitos para os pobres descritos nas visitas, já que no texto de 1553 se refere a existência de «oito leitos com seus repartos e guarda pós de tavoado de pinho», e nessa parede se encontram vestígios que induzem a essa conclusão.

Quanto às dimensões do andar térreo não se torna difícil a confirmação da correspondência da actual área descoberta com a do primitivo hospital, visto que o visitador de 1516 fornece as suas dimensões — 15 varas por 7 varas — e o de 1553, a propósito da Igreja de Santiago, refere, como dimensão de uma vara, cinco palmos, o que a aproxima do comprimento que normalmente lhe é atribuído: 1,10 m. Teríamos assim, como dimensões do antigo hospital, 16,5 m × 7,7 m, pelo que deverá tratar-se apenas da área já posta a descoberto.

5.7. Conclusão

No final do nosso trabalho, podemos destacar alguns pontos que nos parecem susceptíveis de representar o seu conteúdo.

Assim:

As Visitações de Santiago do século XVI constituem documentos essenciais ao levantamento artístico-cultural da vila de Sesimbra. Destas merecem destaque, pela abundância de informações, as que foram efectuadas nos anos de 1516 e 1553.

A Confraria do Corpo Santo dos Mareantes e Pescadores, largamente referida nas visitas, teve um importante papel social na vila de Sesimbra do século XVI, papel que justifica um aprofundado estudo que especificadamente lhe diga respeito.

As referências ao Hospital e Ermida do Espírito Santo, contidas nas visitas, são bastante precisas e suficientemente abundantes para que se torne possível estabelecer a ligação entre elas e a actual Capela do mesmo nome, ligação facilitada pela descoberta do andar térreo correspondente ao antigo hospital.

O «espiritual», no sentido que parece ser-lhe atribuído pelos visitantes do século XVI, funcionava sobretudo como casa de pobres e de acolhimento de peregrinos (termo referido a propósito do «espiritual» situado no cimo da vila), mais do que como hospital, no sentido de casa destinada aos doentes.

M. G.

A. A.

APÊNDICE I

VISITAÇÃO DE SANTIAGO B-50-159 (ANNT) 1516

Visitação da vila de Sesimbra feita por D. Jorge filho del-Rei Dom João o segundo, mestre de Santiago e de Avis, Duque de Coimbra, Senhor de Montemor e de Torres Novas e das beetrias, no ano de Nosso Senhor Jesus Cristo de IV^o XVI

Dom Jorge filho del-Rei Dom João meu Senhor que Deus haja, por graça de Deus mestre de Santiago e de Avis, duque de Coimbra, senhor de Montemor e de Torres Novas e das beetrias etc., fazemos saber a vós muito honrado Dom Duarte de Meneses, capitão da cidade de Tânger, comendador desta vila de Sesimbra e ao Prior e beneficiado e aos juizes vereadores oficiais e vassallos dela e a quantos a presente visitaçào virem, que visitando nós ora pessoalmente o dito mestrado de Santiago para eleição dos definidores e de todo o capítulo segundo está declarado na eleição que no começo do tombo fica, o qual havia muitos anos e tempo que não fora visitado e tinha muita necessidade de haver mester corregimento e reformatão assim nas pessoas dos cavaleiros e clérigos da dita ordem, como nos bens, possessões, jurisdições e direitos dela que ao presente andavam muito enlheados.

Visitamos esta nossa vila de Sesimbra no modo e maneira seguinte, a qual visitaçào começámos de fazer na Igreja da vila aos XII dias do mês de Setembro do ano presente de mil e V^o VI, com o licenciado Francisco Barradas, comendador de Mon-guelas nosso chanceler-mór e das ditas ordens e juiz delas que tomamos para connosco fazer a dita visitaçào.

Visitação do espirital do Santo Espirito edificado na Ribeira da dita vila

Visitamos o dito espirital o qual é uma casa sobradada com um altar do Espirito Santo e tem as paredes de pedra e cal forrado o tecto de madeira e pintado muito bom e tem umas grades de pau pintadas e quatro janelas e uma porta; e tem de comprido quinze varas e de largo sete varas.

E debaixo é outra tamanha casa em que vive a espiritaleira com seus leitos e camas para os pobres; e ora estão por espiritaleiros Lourenço Anes e Isabel da Gama sua mulher, pos:os pelos mordomos, os quais costumam pôr os espiritaleiros.

Título dos ornamentos que tem o dito Espirital

Item	Um cálice de prata com sua patena dourada	<i>I cálice</i>
Item	Dois cálices mais de prata com suas patenas scilicet um grande dourado e outro branco pequeno	<i>II cálices</i>
Item	Quatro vestimentas, scilicet uma de chamalote preto com savastro verde e duas brancas de pano de linho e outra de pano pintado	<i>III vestimentas</i>
<i>Gastados</i>		
Item	Outra vestimenta nova de cetim de Bruges com savastro vermelho	<i>I vestimenta</i>
<i>Gastado</i>		
	As quais vestimentas são de todo compridas.	
Item	Quatro galhetas de estanho	<i>IIII peças</i>
<i>Gastado</i>		
Item	Cinco mesas de mantres que servem no altar	<i>V peças</i>
<i>Gastado</i>		
Item	Um as toalhas de mesa e duas lavradas que servem no altar e um pano de Guiné pintado que é frontal	<i>IIII peças</i>
<i>Gastado</i>		
Item	Uma pedra de ara	<i>I peça</i>
Item	Cinco castiçais de aofar pequenos de altar	<i>V peças</i>
<i>Gastado</i>		
Item	Um espelho velho e duas cruces velhas e duas estantes e uma bacia e caldeirinha	<i>VI peças</i>
<i>Gastado</i>		
Item	Dois círios	<i>II círios</i>
<i>Gastado</i>		

Roupa das camas

Item	Quatro almadragues novos e quatro velhos e três chumaços e quatro cobertas e um lençol e uma manta branca e um bancal de Flandres e um tapete e quatro mantas da terra.	<i>Roupa</i>
Item	Uma campainha pequena e nove olhos e quatro corações de prata e mais uma coroa de prata e um pano de algodão.	<i>Outras coisas</i>
	Segundo tudo está escrito em seu livro.	

Achamos pela visitaçào passada e por informaçào dos mordomos e outras pessoas que a dita casa foi feita e edificada de novo pelos pescadores da dita vila por sua devoçào, pelo qual eles são obrigados ao corregimento e fábrica dela, e o fazem muito bem; e ordenam cada ano seus mordomos e nós assim lho encomendamos que o façam cada vez melhor.

Têm por costume os ditos pescadores mandarem dizer cada quinta-feira uma missa rezada no Espírito Santo que lhe diz um capelão que eles pagam de suas esmolas. E têm uma carta del-rei meu senhor que Deus haja sendo governador e perpétuo administrador do dito mestrado, por que lhe deu licença para alevantarem altar na dita casa e terem o dito capelão etc., segundo mais largo em a dita carta é conteúdo.

Não tem o dito espirital propriedades nem outra renda senão as esmolas dos ditos pescadores que por suas devoções folgam de ter disso bom carregio.

Somente tem uma casa que foi espirital antigo que anda alugada. E outra casa nas costas desta que também anda de aluguer.

Visitação da Confraria do Corpo Santo situada na dita casa do Santo Esprito

E visitamos a dita confraria a qual achamos ser feita pelos pescadores desta vila por um compromisso por que os ditos pescadores darão à dita confraria a redizima que eles por assim soiam de arrecadar dos direitos que pagam.

Da qual renda mandam dizer cada domingo uma missa rezada na dita casa de Santa Maria da dita vila, ante da missa do dia e há aí certos círios para os confrades e duas tochas para o levantar a Deus e ao Evangelho.

São obrigados os ditos confrades a ir com alguns defuntos à dita Igreja aos enterramentos segundo mais declaradamente se contém em o dito compromisso que é em poder dos juízes da dita confraria que são seis enlegidos por todos os confrades.

Visitação do espirital do Santo Esprito edificado em cima na vila

Visitamos o dito espirital o qual é uma casa em que está um altar de pedra e cal, e em cima dele está um retábulo pequeno velho em que está pintado o Esprito Santo, e outro retábulo em que está pintado o batismo de Nosso Senhor. As paredes são de pedra e cal, e é ladrilhada e bem madeirada de novo; e tem de comprido sete varas e meia e de largo cinco varas e quarta.

Tem mais duas casas, uma da espiritaleira em que ela vive, e outra em que está uma cama para os pobres; e esta casa tem de comprido cinco varas e meia e de largo três varas e meia, e a outra de comprido seis varas e meia e de largo três.

Título dos Ornamentos

Item	Uma vestimenta de cetim cremesim de todo comprida	<i>I vestimenta</i>
Item	Outra vestimenta de chamalote preto com seu savastro de brocadilho de folhagem	<i>I vestimenta</i>
Item	Um cálice de prata de um marco e meio com sua patena	<i>I cálice</i>
Item	Dois castiçais de açofar	<i>II peças</i>
Item	Um missal pequeno romano	<i>I peça</i>
Item	Duas galhetas de estanho	<i>II peças</i>
Item	Um frontal de pano de Guiné azul	<i>I peça</i>
Item	Outro frontal de pano pintado com a imagem de Nossa Senhora e uma nau	<i>I peça</i>
Item	Outro frontal de pano com o Esprito Santo	<i>I peça</i>
Item	Um toalhas francesas, alguns mantos de linho e umas toalhas de ponto real e um pano da Índia	<i>III peças</i>
Item	Um sobrecéu com o Esprito Santo e com os Apóstolos	<i>I peça</i>
<i>Gastado</i>		
Item	Uma estante de pau.	
<i>Gastado</i>		
Item	Um coração de prata e uma lâmpada com sua bacia	<i>I peça</i>
	O coração não há conta dele.	
Item	Um pano da Índia pintado para frontal que deu Maria Leitoa	<i>I peça</i>

Roupa dos pobres e cera

Item	Duas mantas da terra, uma usada e outra velha	<i>II peças</i>
<i>Gastado</i>		
Item	Uma coberta nova de almafega e um enxergão novo	<i>II peças</i>
<i>Gastado</i>		
Item	Vinte e quatro círios de mão e dois grandes de levantar a Deus	<i>XXVI círios</i>
Item	Mais um manto de pano da Índia forrado de pano azul, franjado e com sua estole e manípulo todo novo	<i>I peça</i>

APÊNDICE II

VISITAÇÃO DE SANTIAGO B-50-195 (ANTT) 1553

Visitação da ermida do Espírito Santo situada no meio da vila com seu espirital leste-oeste, com sua confraria dos mareantes e pescadores

- Item Um altar de madeira de bordos sobre um tabuleiro com três degraus de madeira de pinho por que sobem a ele. Sobre ele um retábulo de três painéis pintado a óleo de moderno sobre um banco de alto de medalhas, os pilares extremos charola dourada, o guarda-pó azul. No painel do meio um encasamento com a imagem da Santíssima Trindade, de vulto de madeira, em pontifical com sua tiara entronizado com os braços estendidos e a cruz nas mãos, com o Cristo de vulto de madeira grande, uma pomba de madeira branca dentro do encasamento no ombro esquerdo. Os outros dois painéis, no da Epístola, Nossa Senhora do Rosário. No do Evangelho o Espírito Santo sobre os discípulos cujo orago é a dita ermida.
- Item Da parte do Evangelho, fora do altar está o sacrário.
- Item É forrada a parede do retábulo e ilhargas quanto a tabuleiro de riba altura de doze palmos de bordos. Da parte da Epístola estão três cadeiras de bordos pegadas no forro para os ministros.
- Item Uma das grades da parede a parede de madeira de bordos, antigas, com uns ferros para círios e candeias, abaixo dos degraus meãos e serventia da sacristia, pintadas com portas fechadura e chave.
- Item Da banda sul arrimado às cadeiras, um portado de pedraria de ponto para a sacristia com as portas de castanho sua fechadura e chave.
- Item É uma casa pequena prolongada ladrilhada por baixo da alvenaria, forrada de bordos de trouxa telhada sintada por riba; Tem duas arcas velhas em que metem os ornamentos comuns e cêra.
- Item Pegado às grades da banda de fora, duas arquinhas pintadas, uma do Santo Sacramento e outra do Espírito Santo, cada uma tem sua fechadura de duas chaves, uma tem o mordomo e outra o escrivão, em que se botam as esmolas que os devotos dão, abrem-se de mês em mês.
- Item Duas lâmpadas de açofar velhas, uma está sempre acesa diante do Santo Sacramento das esmolas e outra da confraria que se acende às missas que são obrigados a mandar dizer os mordomos que é segunda e quinta-feira.
- Item Uma pia de água benta de jaspe com sua vasa e pilar em que está do mesmo arrimada à parede da banda do sul, entrando pela porta principal à mão direita.
- Item É a ermida quadrada, prolongada, sobradada de baixo o espirital com suas oficinas e serventia dele. As paredes de alvenaria de empenas; uma janela de pedraria em cruz, grande, ao norte no meio da ermida. O tecto forrado demgado (*sic*) com linhas antigas, bonecas tudo pintado. Tem a ermida dois portados.

O portado principal

- Item É de pedraria de ponto com suas portas de bordos fasquiadas antigas quebradas de postigos com aldrabas e fecho mourisco.
- Item O portado travesso de pedraria quadrado, as portas de castanho novas com ferrolho e chave.
- Item Um tabuleiro grande quadrado todo lavrado de pedra, to na toda a frontaria da ermida e cai um pedaço sobre a rua da banda sul cercado de meio peitoril lavrado de lavras por riba. Sobem a ele por cinco degraus com seus maineis tudo de pedraria.
- Item Dois poiais à porta principal de alvenaria lavrado de tijolo arrimados à parede da porta, cada um de sua parte.
- Item Um corredor da banda do sul que toma toda a ermida de poente e levante, ladrilhado e lavrado em partes com seu peitoril de alvenaria sobre a rua lavrado por riba de lavras. Servem-se por ele para a ermida por a porta travessa e por outro portado de pedraria quadrado que está da banda sul no tabuleiro da porta principal, tem suas portas novas de castanho e aldraba pelo corredor.
- Item Dois botaréis da parte de fora com arbotantes (*sic*) arriba e cunhais tudo de pedraria.

Inventário da prata e ornamentos da ermida

- Item Uma aspa da cruz nova de flor de lis lavrada de ramos de alcachofras e remates de florões. Um crucifixo encarnado com diadema dourado de dentro com uma cruz de São João, na traseira uma imagem de Nossa Senhora enlevada esmaltada as vestiduras e manto de azul, uma pombinha em cima branca; pesou, com a forma de pau que tem dentro, onze marcos e meio.
- O pé da cruz de crastaria com pilares encasamentos neles em que estão imagens suas charolas capiteis por riba e por baixo seis campainhas, em riba seus barocos e encaixamento de ramos e arbotantes (*sic*), pesou, com o cano de cobre que tem o pé, vinte e um marcos e meio; faz todo em soma, aspa e pé da cruz, trinta e três marcos. É nova tem suas caixas de banheiro XXXIII marcos
- Viu o visitador o livro da confraria e achou pesar esta cruz sem o cano de cobre e forma de pau, vinte e sete marcos seis onças.

Custódia

- Item Uma custódia de prata toda dourada de cor vermelha, o pé oitavado de bicos e redondos, lavrado de moldura e sobre o pé de imaginária o noete quadrado sobre ele o nó do meio de crastaria de pilares de moderno.
- O vaso de riba redondo de macho fêmeas cerra-se por cima com uns cordões suas vidraças lavrado de bastiões. Dois pilares quadrados de moderno grandes nas ilhargas e dentro meia lua em que vai o Santo Sacramento. O remate de cima, um botão redondo com um crucifixo pequeno; pesou com as vidraças quatro marcos, duas onças; tem uma caixa de banheiro III marcos e II onças

- Item Outro cálice todo dourado com sua patena, o pé oitavado de redondos chão com uma cruz de calvário e no do meio com noetes extremos. O vaso liso e a patena lisa com um cordeiro no meio. Pesou, com a patena, um marco duas onças três oitavas I marco, II onças, III oitavas
- Item Dois cálices quebrados e velhos amolgados com uma patena pesaram ambos dois marcos, três onças e quatro oitavas. Dos quais serão de fazer deles um só cálice para as festas e Pero de Ceivale disse que ele pagaria o feitiço deste cálice II marcos, III onças e IIII oitavas

Coroa

- Item Uma coroa de prata velha do Espírito Santo dourada, lavrada de ramos abertos e por baixo uns vidros azuis e jacintos de Belas encastoados, e pelo meio outros pequenos nos ramos, e no ramo dianteiro uma pomba. Pesou dois marcos, quatro onças e quatro oitavas II marcos, IIII onças e IIII oitavas

Ornamentos

- Item Uma vestimenta de todo comprida -sã e usada de damasco da Índia branca, savastro do mesmo azul, franjada de retrós azul e vermelho, forrada de bertangil.
- Item Outra usteda (*sic*) roxa sã e usada, savastro da mesma alio da Índia branca savastro do mesmo vermelho, franjada de retrós verde amarelo e encarnado forrada de bertangil.
- Item Outra usteda (*sic*) roxa sã e usada, savastro da mesma alionada franjada de retrós vermelho e branco forrada de pano de etopa azul.
- Item Duas vestimentas usadas e velhas com que dizem missas comuns.

Frontais

- Item Um frontal de pano de seda da Índia listrado de vermelho.
- Item Outro de godomecin dourado.

Toalhas dos altares

- Item Duas toalhas de Flandres sãs e usadas.

Pedra de ara

- Item Uma pedra de ara que está no altar com sua fronha.

Corporais

- Item Uns corporais com sua guarda.
- Item Dois pares de cortinas de pano da Índia brancas que servem do altar e diante do Santo Sacramento.
- Item Dois castiçais de açofar meãos de bicos.
- Item Uma estante pequena de pau do altar.
- Item Uma tábua das palavras da consagração.
- Item Quatro galhetas de estanho.
- Item Uma bacia de oferta de latão.
- Item Uma campainha pequena.

Livros

- Item Dois missais Romanos meãos usados.

Cera da confraria

- Item Seis tochas que pesaram XXXII arrateis.
- Item Sessenta círios de mão de arrátel cada um.
- Item Têm mais os confrades uma bandeira de damasco branco, com uma barras de veludo cramesim ao de redor, seus cordões bolras franja de retrós branco e vermelho, que levam nas procissões.

Confrades

- Item Todos os mareantes e arraias e pescadores serão confrades do Espírito Santo e poderão ser até quatrocentos confrades e pagam à confraria por esta maneira que se carrega sobre o mordomo pelo escrivão da confraria.
- Item Os mareantes, scilicet, o mestre do navio ou senhorio se vai nele por mestres e marinheiros e a mais campanha de cada viagem que fazem para qualquer parte que seja com o navio de todo o que ganhar com o navio, pagam para a confraria de cada mil reais, dez reais cada um; soldo a libra como herda no frete, e o mestre do navio é obrigado a arrecadar o dinheiro e o entregar ao mordomo perante o escrivão para lho carregarem em receita.
- Item Os arraias das barcas que trazem redes fazem sua repartição com a campanha e sempre fazem mais um quinhão o qual é para o Espírito Santo e seu espirital e o entregam ao mordomo perante o escrivão para se lançar em livro.
- Item Tem mais o espirital e confraria a redzima da dízima do pescado da ordem que era dos pescadores arrais e a deram à dita confraria e espirital do Espírito Santo para se sustentar.
- A qual redzima se tira do livro da despesa da ordem do pescado por verba que dá o escrivão da dízima e o mordomo é obrigado a arrecadá-lo dos arraias com o escrivão, para se lançar da confraria sobre ele.

Mordomos

- Item Achou o visitador por mordomos da confraria e espirital do Esprito Santo Álvaro Martins e Gomes Seromenho por escrivão João Nemendes e juiz Manuel Farto.

Obrigaçãõ da Confraria

- Item São os mordomos obrigados a mandarem dizer cada semana duas missas rezadas uma segunda-feira pelo Corpo Santo e outra quinta rezada pelo Esprito Santo.
- Item E o dia do Esprito Santo mandam dizer uma missa cantada com sua pregação e suas trombetas como é costume.
- Item E pelo dia do Corpo Santo fazem a mesma festa os mordomos.
- Item A missa que os mordomos mandam dizer, rezada à segunda-feira do Corpo Santo, mandavam dizer ao domingo primeiro que se dissesse a missa do dia em Nossa Senhora do Castelo, porque na vila não havia outra Igreja e depois que se fez a Igreja de Santiago a mandam dizer na ermida à segunda-feira por um capelão que a casa tem.
- Item São mais obrigados a darem ao dia de enterramento do confrade quatro tochas e cinco círios de mão que arde ao officio e missas que o defunto manda dizer.
- Item E aos trinta dias e ano e a todo o tempo que a mulher ou filhos e parentes do defunto confrade quiserem mandar fazer officio ou dizer algumas missas lhe dão os mordomos a dita cera sem por isso pagar nada para a confraria e espirital.
- Item Têm os mordomos e espirital um capelão a quem pagam em cada ano três mil reais por dizer as missas que são obrigados a mandar dizer.
- Item Vão os ditos mordomos e confrades que estão na vila nas duas procissões de «Corpus Christi» e no domingo da confraria com sua cruz, bandeira, tochas círios acesos nas mãos.
- E nas outras com a cruz e bandeira sem cera.

Casas e espirital por baixo da ermida

- Item Uma casa grande térrea por ladrilhar com um repartimento de um arco com duas chaminés.
- Item Oito leitos com seus repartimentos e guarda pós de tovoado de pinho, nos quatro deles umas cobertas sem colchões nem enxergões nem lençois.
- Item Três casas dentro terras em que pousa o espriteiro e espriteira.
- Item Foi tomado conta pelo dito visitador aos mordomos do dito espirital sendo presentes o juiz escrivão e confrades segundo seu bom costume, e se achou por conta dos livros que estavam na confraria, de contas dos mordomos passados de muitos anos que não tinham pago ao dito espirital o seguinte: os acedeiros pescadores que pescam com os acedares se achou deverem ao espirital e confraria quarenta e dois mil setecentos e cinquenta reais e dos navegantes treze mil e quinhentos reais os quais assim os XII mil e VII^o e L reais como os XII e V^o reais o dito visitador mandou carregar sobre os ditos mordomos para os arrecadarem e dar deles quando lhos pedirem para se comprarem e repararem certas coisas que a casa e espirital têm necessidade. E assim se carregou mais sobre os ditos mordomos dois mil e quinhentos reais que os mordomos do ano de LIII ficaram devendo à confraria e hospital que junto uns e outros fazem soma digo, que os mordomos do ano de LIII não ficaram devendo mais de duzentos e cinquenta reais que faz tudo em soma que ficarão carregados sobre os mordomos cinquenta e seis mil e quinhentos reais que ficarão carregados sobre o mordomo e assinou no livro da conta da receita e despesa do dito hospital. LVI V^o reais.
- Item A qual prata neste inventário atrás escrita nos seis itens feito na volta CIII, da ermida e espirital do Esprito Santo, e os mais itens adiante até folhas 112 se entregaram aos mordomos do Esprito Santo e espirital por esta maneira: a cruz de prata com sua caixa que pesou com o cano de cobre em forma de pau, trinta e três marcos, se entregou a Álvaro Martins mordomo e toda a outra prata nos itens que pesou XXII marcos quatro onças e três oitavas, se entregou a Gomes Seromenho com todos os mais ornamentos e cousas da casa que são dezanove itens como atrás... por estarem assim em costume de ter tudo os mordomos, os quais receberão toda a prata por peso, feições, estado dela e assim dos ornamentos e se houveram e do mais por entregues perante mim Belchior Fernandes escrivão da visitaçãõ e perante Rui Pais Meirinho dela e Joane Nemendes escrivão do dito espirital e confraria que tresladou os itens todos da prata e ornamentos e assim e da maneira que neste livro, está assentado no livro da confraria para andar sempre em boa arrecadação e assinou o dito visitador que lha mandou entregar e houve por boa e dita entrega digo que são dezanove itens de ornamentos.

Alvaro Nunes
Antônio Sermento João Mendes
Rui Pegas

BIBLIOGRAFIA

- 1 — *Archaeology under water — An Atlas of the World's Submerged Sites*, 1980, General Editor, Keith Muckelroy, New York — London, pp. 101 (sobre Dartmouth), 147 (sobre ort-Royal).
- 2 — BASS, GEORG F., 1969, *Arqueologia Subaquática*, História Mundi, vol. 13.º, Editorial Verbo (Lisboa — Cacém), p. 43, fig. 3 (Tamisa).
- 3 — BRITO, NOGUEIRA DE, *Caravelas, naus e galés de Portugal*, Enciclopédia pela Imagem, Lello Lda., Porto (V. Iconografia).
- 4 — BROCHADO, COSTA, 1958, *Descobrimento do Atlântico*, Coleção Henriquina; 1960, *Historiôgrafos dos Descobrimentos*, Coleção Henriquina.
- 5 — BRONGAS, G. A., 1954, *Nicotina Tabacum*, Amsterdam.
- 6 — GANBY, COURTLAND, 1965, *História da marinha*, coleção A Ciência Ilustrada, Morais Editora. Cfr. pp. 54 e 55, sobre «Soverein of the seas (O Diabo Dourado) e pp. 78 e 79, sobre clippers Ariel e Taeping.
- 7 — CASTELLE, DANIEL, 1979, *Histoire de la marine*, Larousse, Paris.
- 8 — CROSSE, JOHN, 1968, *Thermopylae and the age of clippers*, Historian Publishers, Vancouver, London.
- 9 — CUCARI, A., 1976, *Les grands voiliers — du moyen âge à nos jours*. Elsevir Sequoia, Paris-Bruxelles. Le Clipper, pp. 241/259.
- 10 — DUNHILL, ALFRED, 1924, *The pipe book*, New York.
- 11 — ERASMUS, D., 1719, *L'art de bâtir les vaisseaux et d'en perfectionner la construction... Les pavillons de divers Etats*, vol. I.
- 12 — *Ex-Voto*, 1983, *Primeira exposição nacional de painéis votivos, do rio, do mar e de além-mar*, Edição do Museu da Marinha. Veja bibliografia citada nesta obra, pp. 59/69.
- 13 — FARRÈRE, CLAUDE, 1936, *Navires, Voir et Savoir*, Flammarion, a pp. 37, 43, 47 e 49; sobre as navegações dos portugueses, pp. 19 e 20.
- 14 — FILGUEIRAS, OCTÁVIO LIXA, 1969, «Da caravela portuguesa», *Anais do Club Militar Naval*, vol. XCIX, t. 10 a 12, figs. 1 a 5 e «bibliografia» pp. 40 a 42.
- 15 — FONSECA, QUIRINO DA, 1958, *Os navios do Infante D. Henrique*, Coleção Henriquina, pp. 57, 65, 73, 75, 76 e 90.
- 16 — HARRINGTON, J. C., 1954, «Dating stem fragments of 17th, and 18th century tobacco pipes», *Bul. Archaeological Society*, vol. 4.
- 17 — IRELAND, BERNARD, 1978, *Warships from sail to the nuclear age*.
- 18 — IRIA, ALBERTO, 1963, *As caravelas do Infante e os caiques do Algarve; subsídios para o estudo da Arqueologia naval portuguesa*, Edição da Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- 19 — KIRKMAN, JAMES, 1974, *Fort Jesus. A portuguese Fortress on the East African Coast*, Oxford University Press, pp. 59, figs. 15 a 18.
- 20 — LANDSTRÖM, BJÖRN, 1961, *O navio*, Publicações Europa América (v. caravelas, galeões e clippers).
- 21 — *Las artes de la mar*, 1966, Enciclopédia Náutica Ilustrada, Editorial Blume, Tuset, Barcelona.
- 22 — LEWIS, B.; MÉNAGE, V. L.; PELLAT, CH.; SCHACHT, J., 1960 e 1971, *Encyclopédie de l'Islam*, Nouvelles Éditions, ts. I e III, Paris, Maisonneuve. Veja *Hilal* = crescente, e *Alam* = bandeira.
- 23 — MARX, ROBERT F., October 1, 1967 — March 31, 1968, *Clay smoking pipes recovered from the sunken city of Port Royal*, Jamaica National Trust Commission, Kingston; 1975, *The underwater dig; an introduction to marine archaeology*, U. S. A. pp. 189 a 191.
- 24 — OLIVEIRA, JOÃO BRAZ DE, 1940, *Os navios da descoberta* (reimpressão da conferência feita em 23-11-1894 no Club Militar Naval, em comemoração do quinto centenário do Infante D. Henrique, com 15 desenhos à pena traçados pelo conferente); 1943, *Aparelho e manobra dos navios*, Lisboa (sobre velame, v. pp. 15 e 43/57).
- 25 — OLIVEIRA JORGE, SUSANA MARIA; OLIVEIRA JORGE, VÍTOR MANUEL; SERRÃO, EDUARDO DA CUNHA, 1975, «Castelo de Sesimbra; relatório de uma sondagem preliminar realizada na área da antiga casa de habitação do Alcaide-Mor (princípios do século XVII)», *Setúbal Arqueológica*, pp. 181/197.
- 26 — OSWALD, ADRIAN, 1967, *English clay tobacco pipes*, London; 1975, «Clay pipes for the archaeologist», *British Archaeological Reports* — 14, Oxford.
- 27 — PERES, DAMIÃO, 1959, *História dos descobrimentos portugueses*, Coleção Henriquina.
- 28 — RAMPAL, G. CLERK, 1928, *Les navires*, Encyclopédie par l'Image, Libr. Hachette S. et O., pp. 9, 12, 14/18 e 63.
- 29 — RODRIGUES FERREIRA, F. E., 1983, «Escavações do ossário de S. Vicente de Fora», *Revista Municipal*, ano 44.º, 2.ª série, n.º 4, 2.º t., Lisboa.
- 30 — SERRÃO, EDUARDO DA CUNHA; SERRÃO, VÍTOR MANUEL, 1978, «Vestígios da antiga Capela do Espírito Santo dos Mareantes em Sesimbra», *Actas das III Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Lisboa, pp. 387/407.
- 31 — SMITH, W., 1976, *Les drapeaux à travers les âges et dans le monde entier*, Paris.
- 32 — VISCONDE DE SANTARÉM, 1958, *Prioridade dos descobrimentos portugueses*, Coleção Henriquina.
- 33 — *Visitação da Vila de Sesimbra por D. Jorge, mestre da Ordem de S. Tiago*, em 1516 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ordem de S. Tiago, B: 50: 159).
- 34 — *Visitação de 1553, por D. António Preto* (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ordem de S. Tiago, B: 50: 195).



Fig. 1 — Um aspecto da escavação

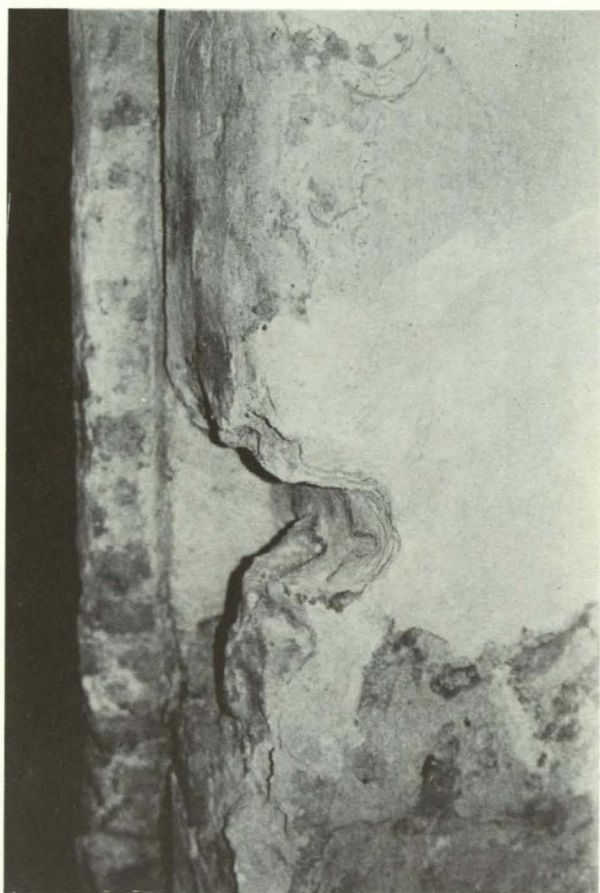


Fig. 2 — Ombreira da porta de comunicação entre o alojamento dos hospitaleiros e a «casa grande térrea»



Fig. 3 — Restos da grande chaminé

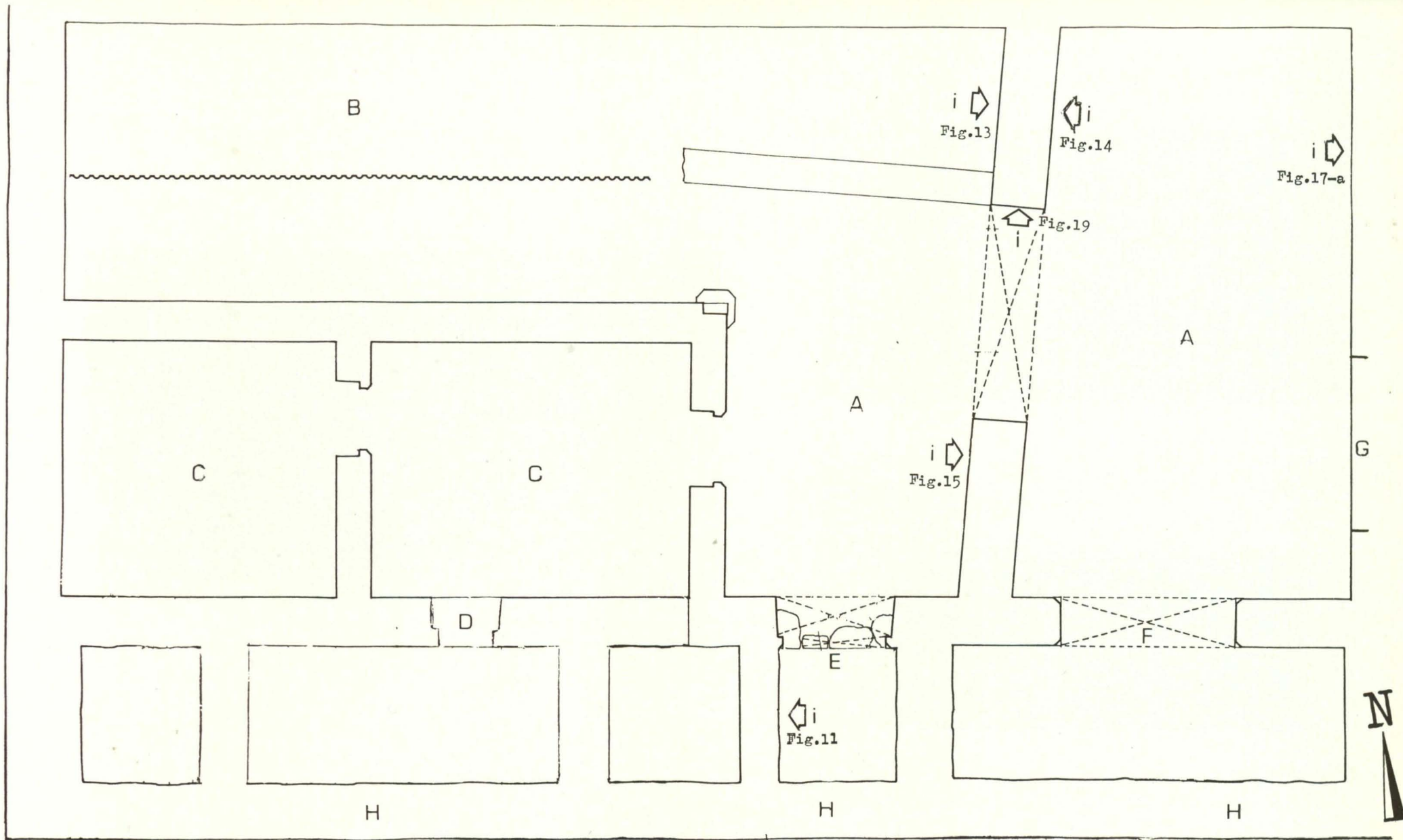


Fig. 4 — A fachada seiscentista da «Capela do Espírito Santo»: aspecto actual

Fig. 5 — Planta da estrutura posta a descoberto:

- A - «A casa grande térrea ... com um repartimento de um arco»
- B - Zona onde ficavam os «leitos com os seus repartimentos e guarda-pós de tovoado de pinho...»
- C - Alojamento dos hospitaleiros
- D - Vão que dava acesso ao alojamento dos hospitaleiros - (ver fig. 6)
- E - Arco de volta quebrada — (ver figs. 7-a e 7-b)
- F - Arco de volta redonda — (ver fig. 8)
- G - Grande chaminé (?) — (ver fig. 3)
- H - Parede do imóvel, provavelmente do século XVIII — (ver fig. 9)
- I - Paredes onde se vêem os mais importantes esboços de embarcações antigas

R. CÂNDIDO DOS REIS



R DA REPÚBLICA

ESCALA
1:50

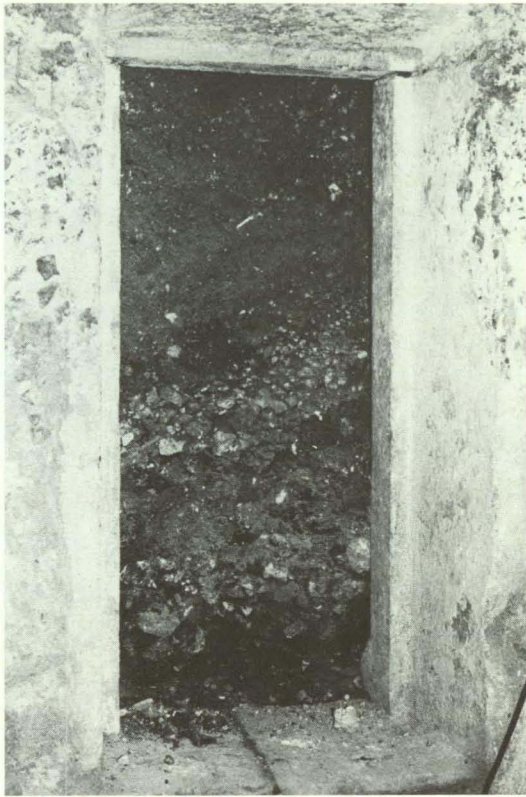


Fig. 6 — Vão que daria acesso ao alojamento dos hospitaleiros

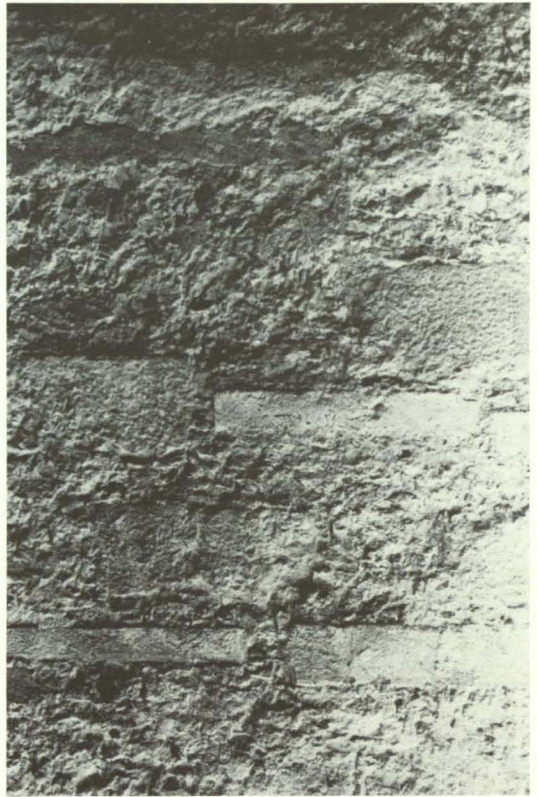


Fig. 9 — Parede constituída por materiais de aproveitamento; face a R. da República, depois de retirado o reboco

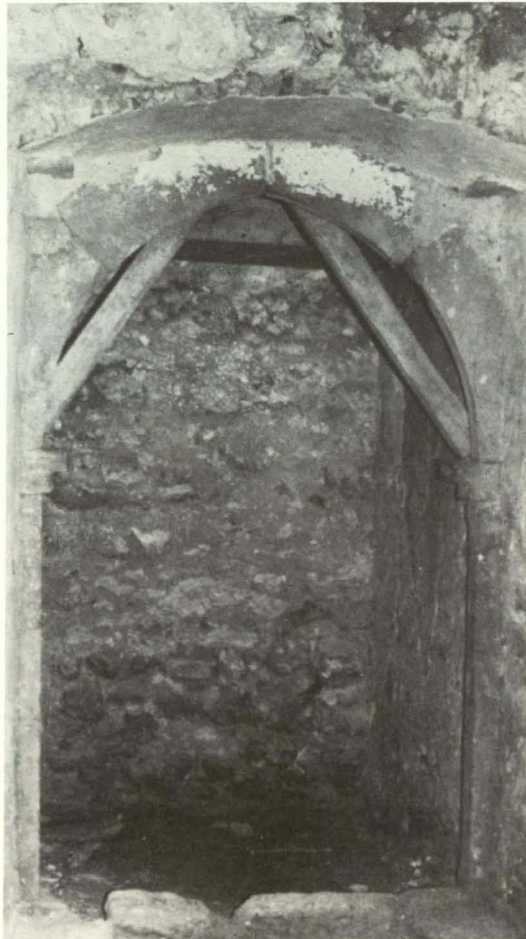


Fig. 7-a — Arco de volta quebrada: visto do interior da «casa grande térrea»

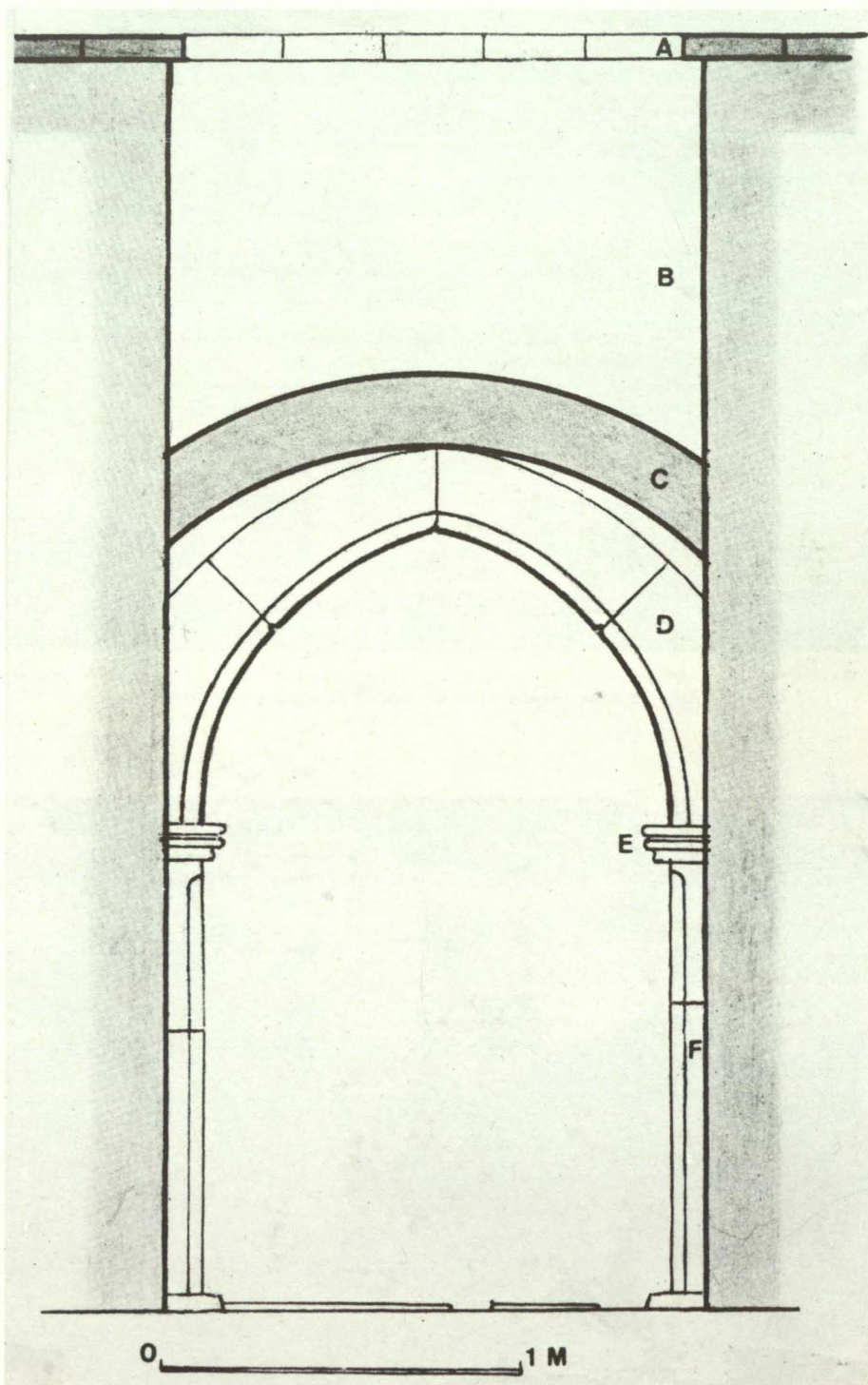


Fig. 7-b — Arco de volta quebrada: visto do exterior da «casa grande térrea»



Fig. 8 — Arco de volta redonda visto do interior da «casa grande térrea»



Fig. 9 — Parede constituída por materiais de aproveitamento: face voltada à R. da República, depois de retirado o reboco

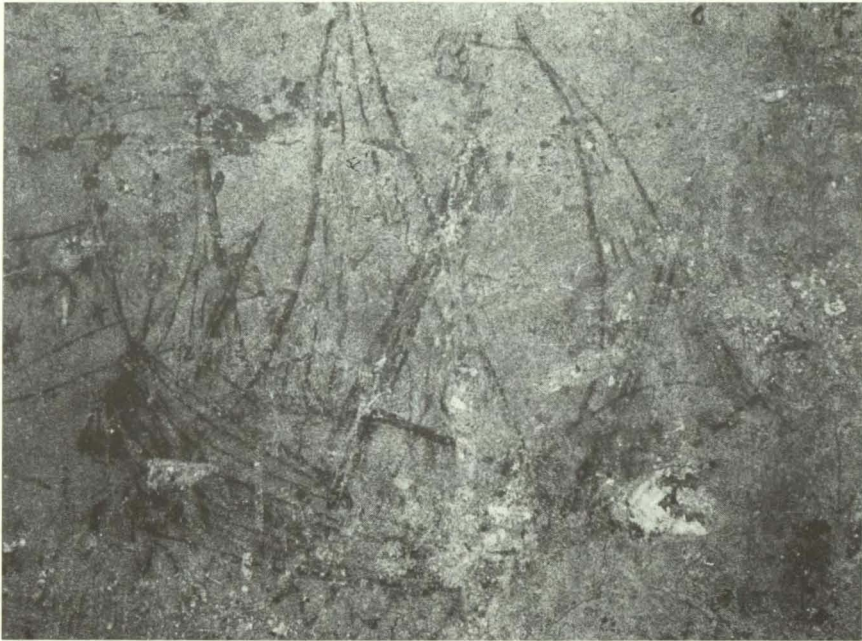


Fig. 10 — Arco que divide a «casa grande térrea» em duas zonas;
à direita vê-se o esboço n.º 4 — (ver fig. 15)

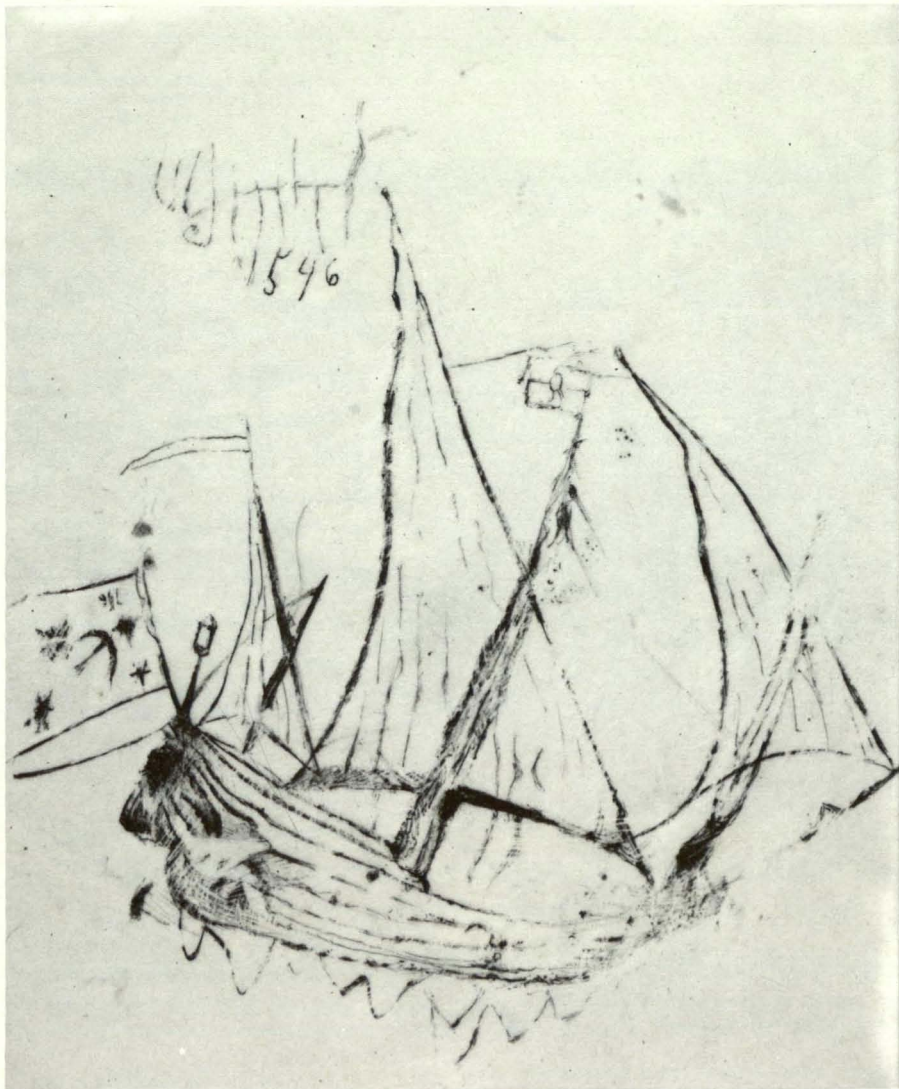


Fig. 11 — Esboço n.º 1. Navio latino de 3 mastros, arvorando à ré uma bandeira com símbolos muçulmanos; alt. 51 cm., comp. 36 cm

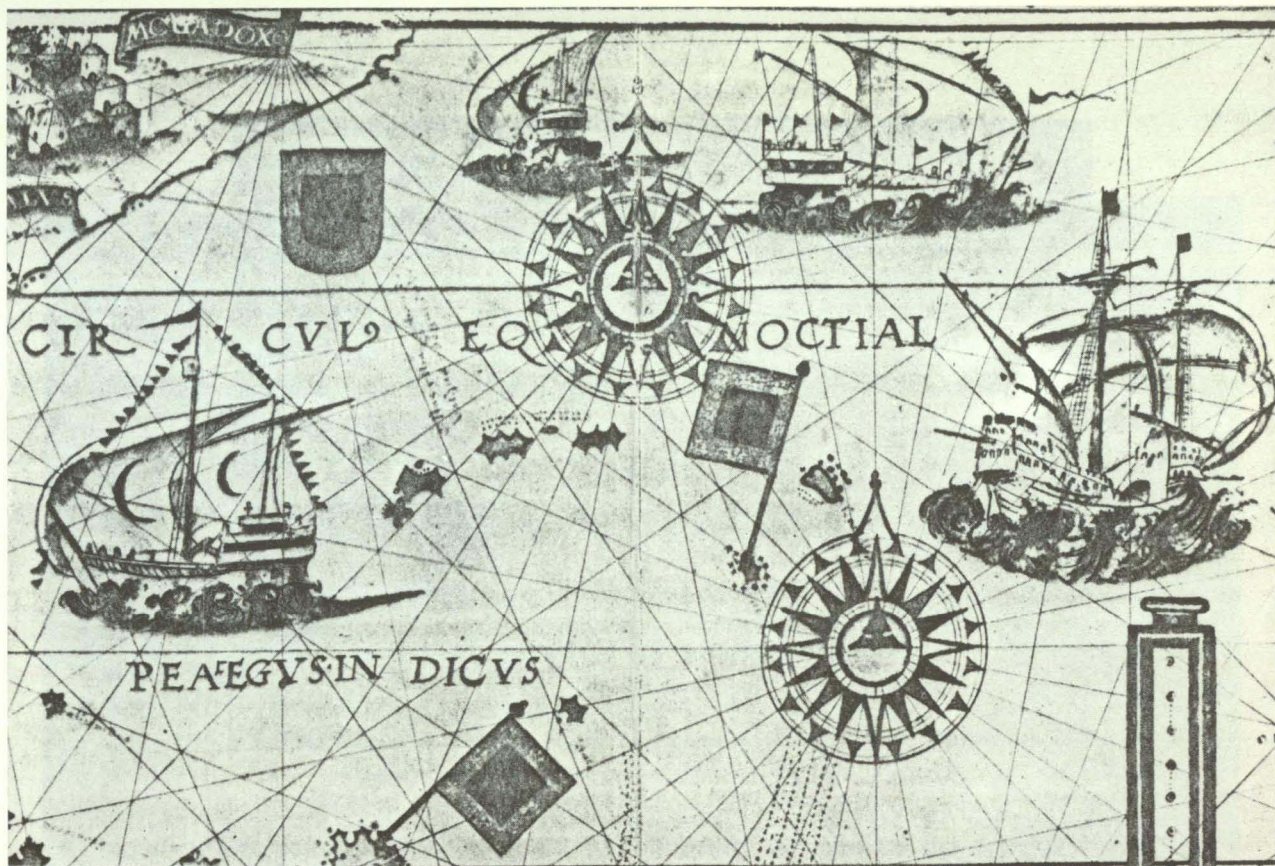


Fig. 12-a — Navios muçulmanos e galeão português, numa carta geográfica de Lopo Homem-Reineis (1519)

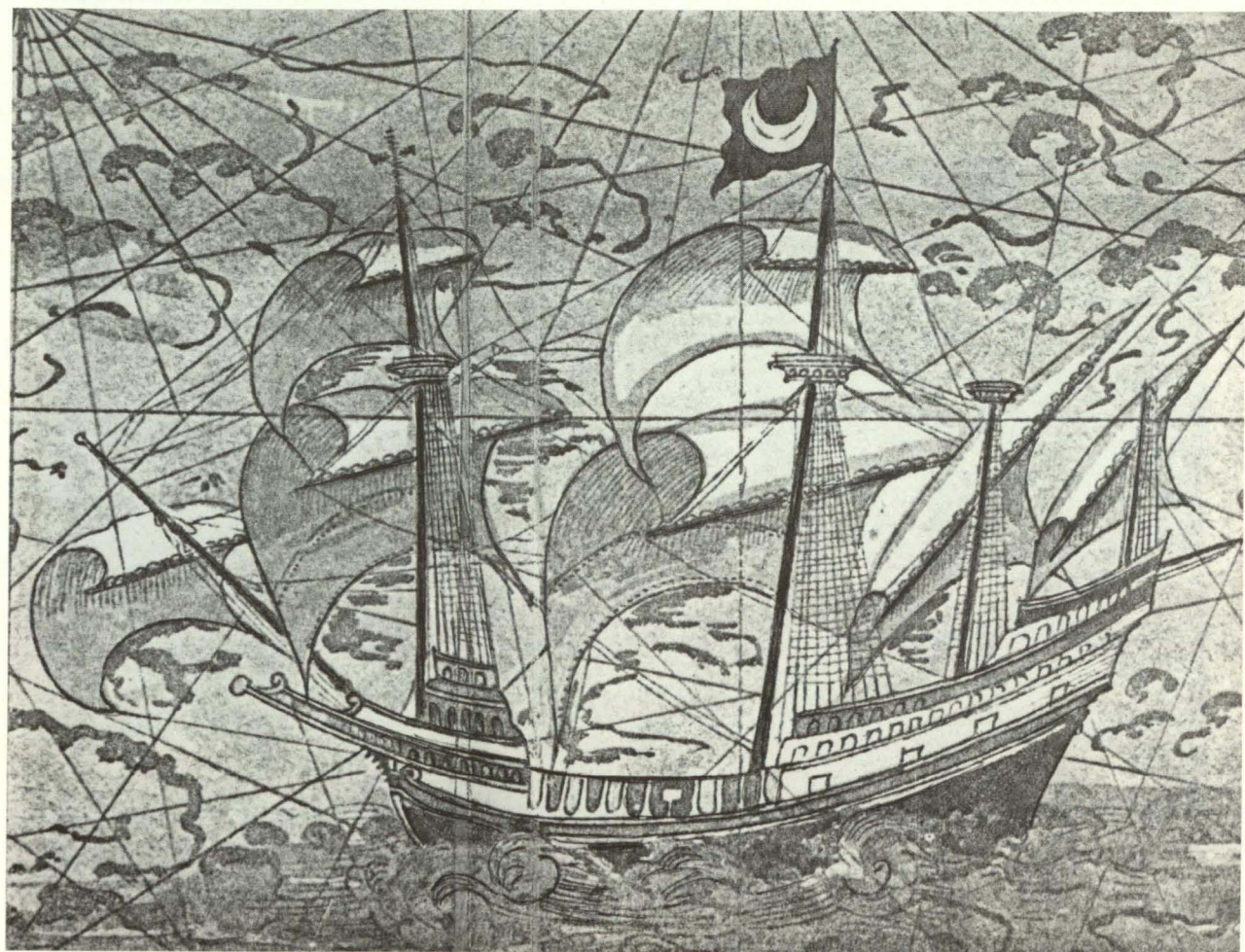


Fig. 12-b — Navio muçulmano numa carta geográfica reproduzida por Courtland Gamby-(ver Bibliografia, 6)

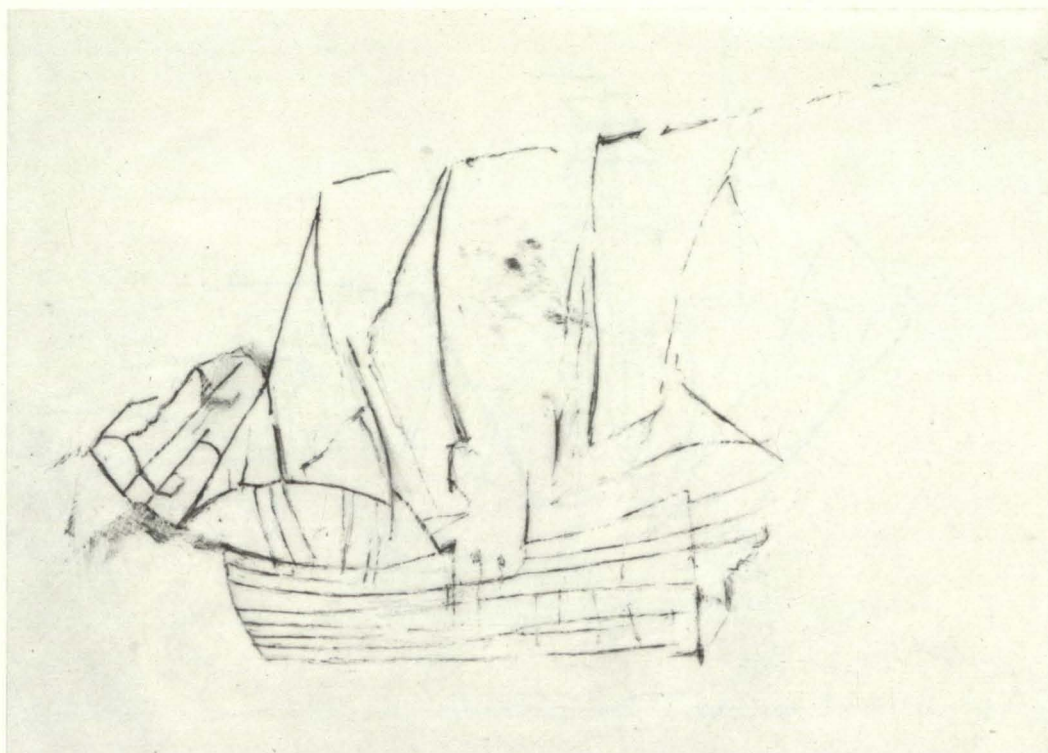


Fig. 13 — Esboço n.º 2. Caravela com velame à proa de difícil interpretação

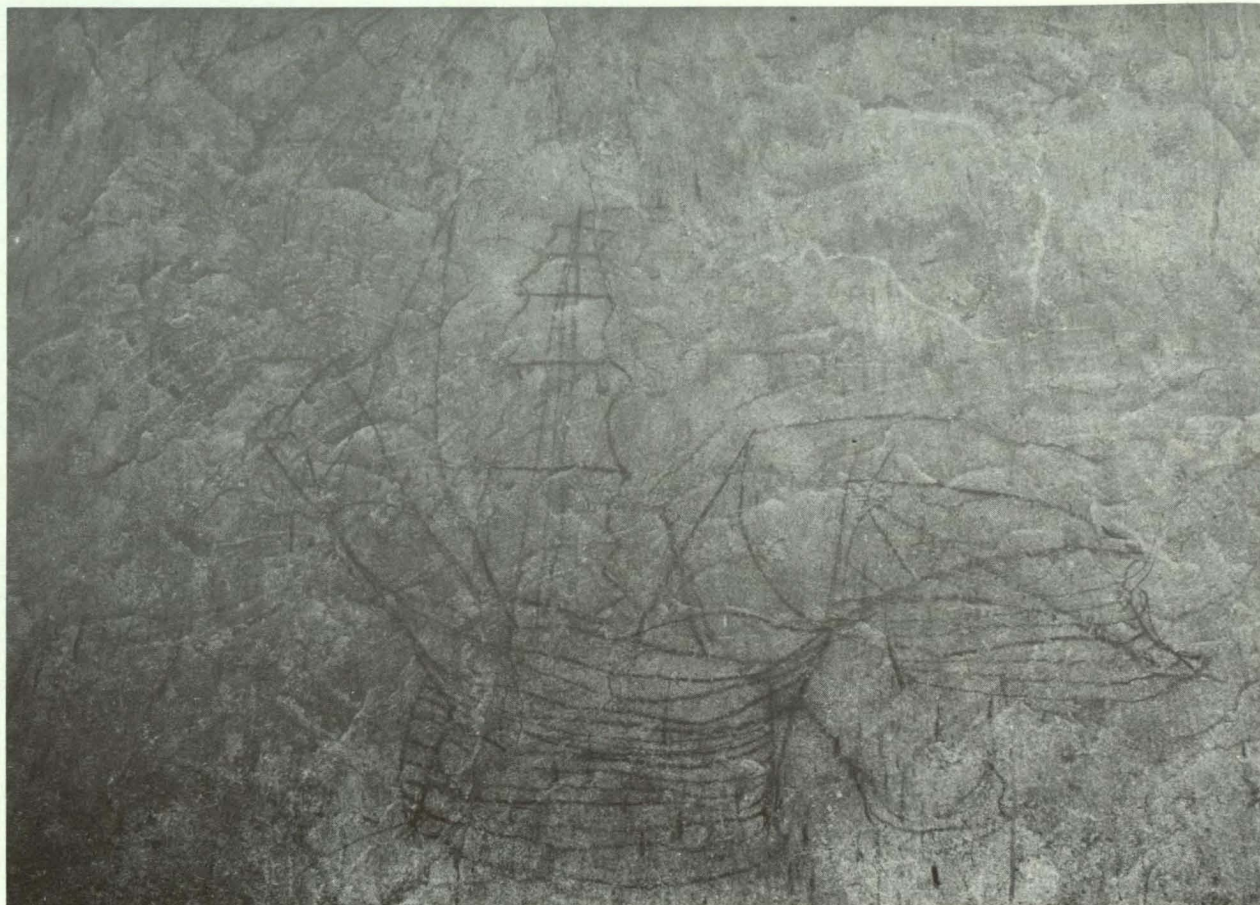


Fig. 14 — Esboço n.º 3. Navio com velame latino e redondo, batel amarrando à ré e, ao fundo, casco desmastreado com esporão; alt. 84 cm., comp. 50 cm

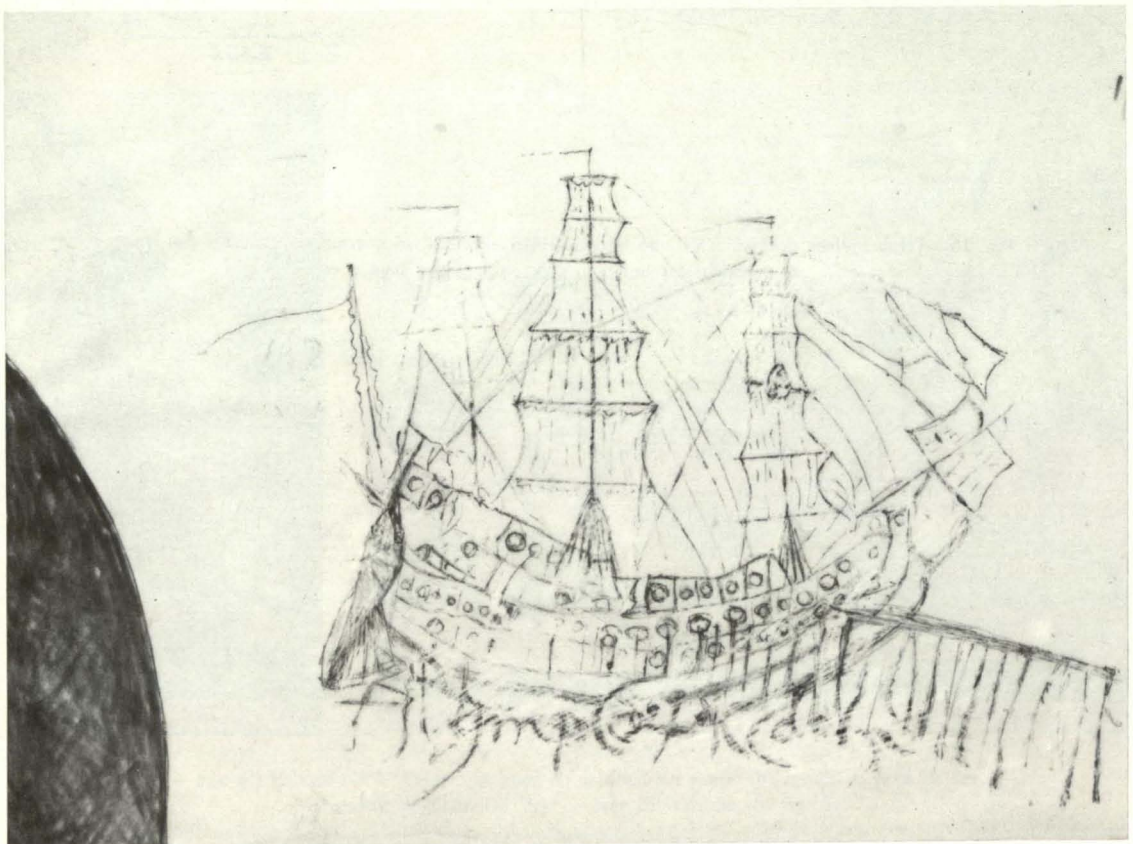
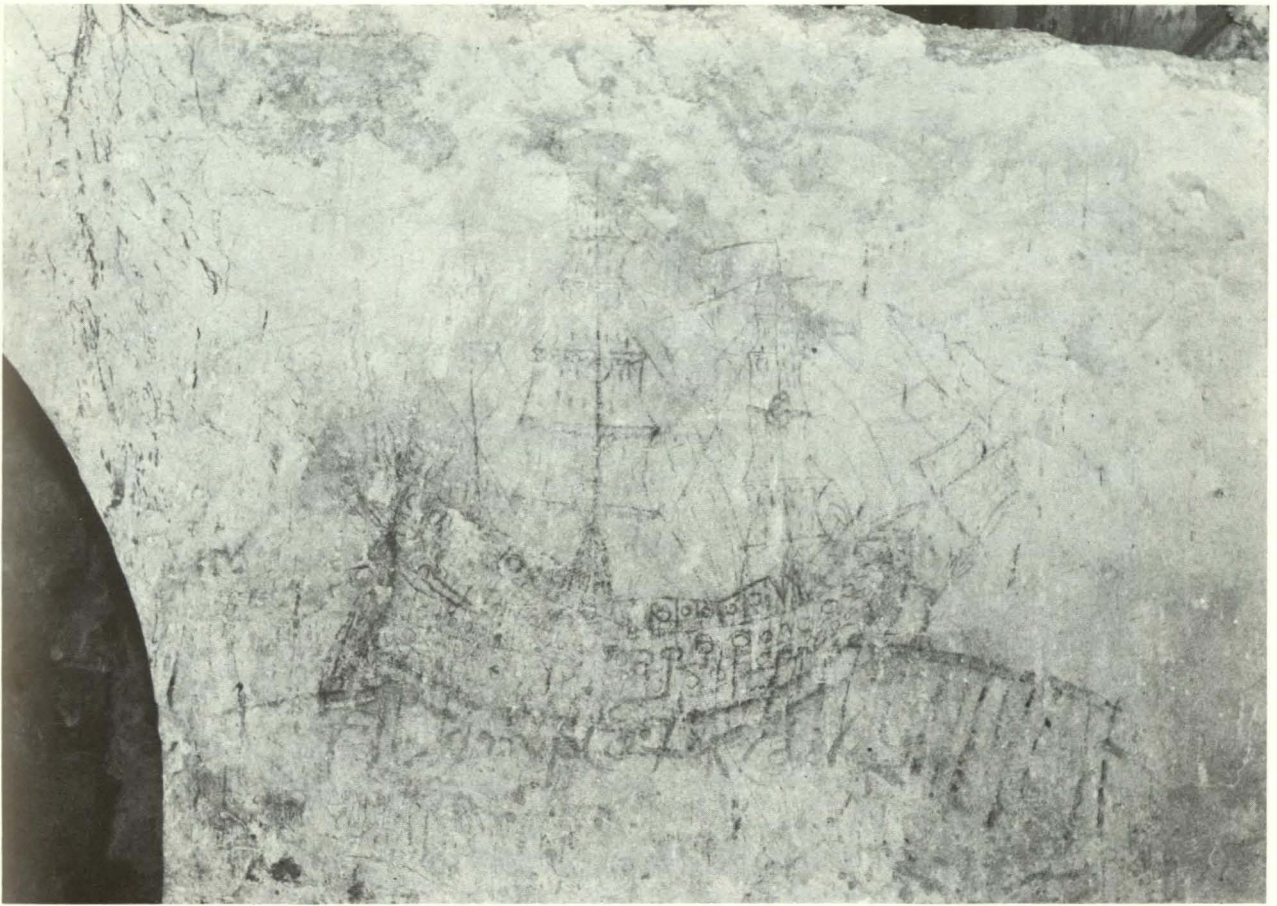


Fig. 15 — Esboço n.º 4. Nau de três pontes, dos finais do século XVII; comp. 115 cm., alt. 105 cm — (ver fig. 16)

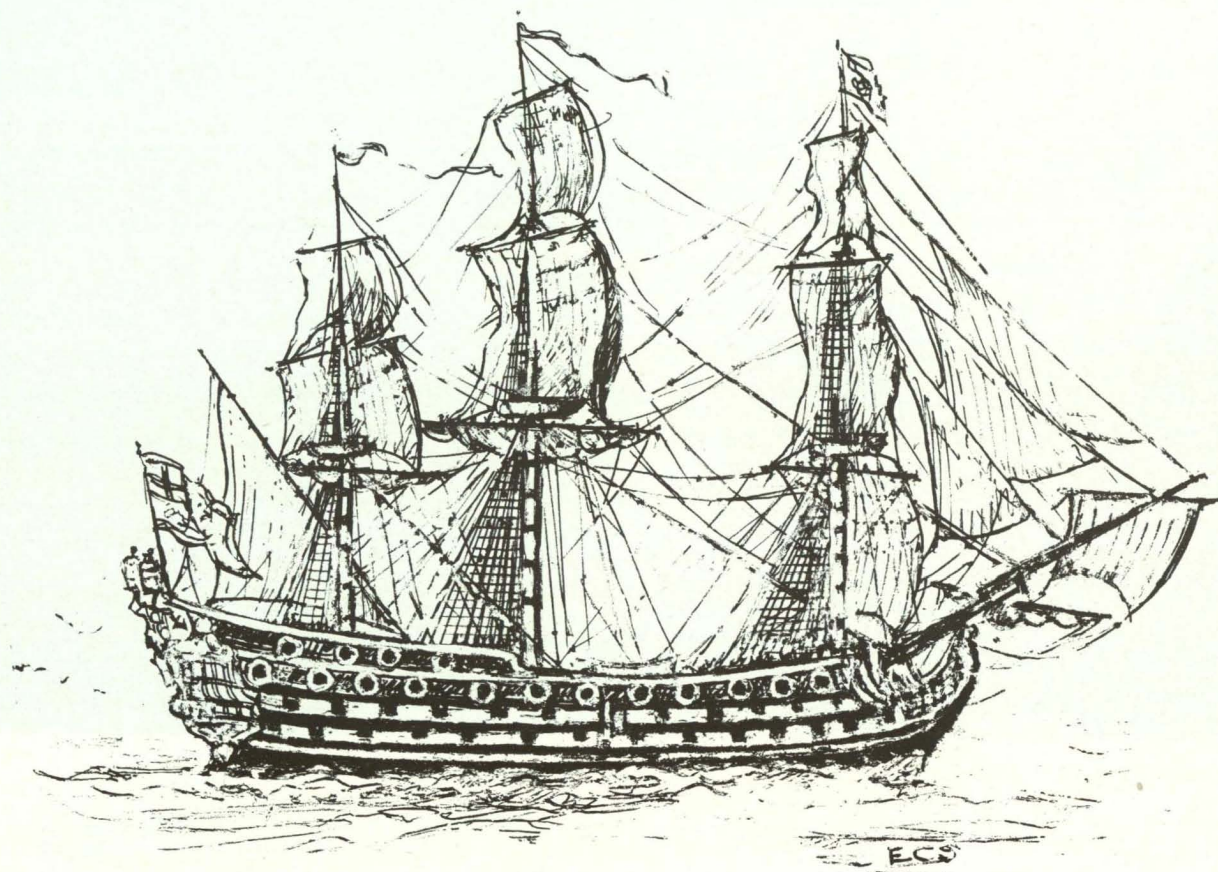


Fig. 16 — Nau inglesa do séc. XVII, do tipo da HMS «Prince»; as guarnições circulares das canhoiras podem ser um bom dado cronológico para o esboço n.º 4

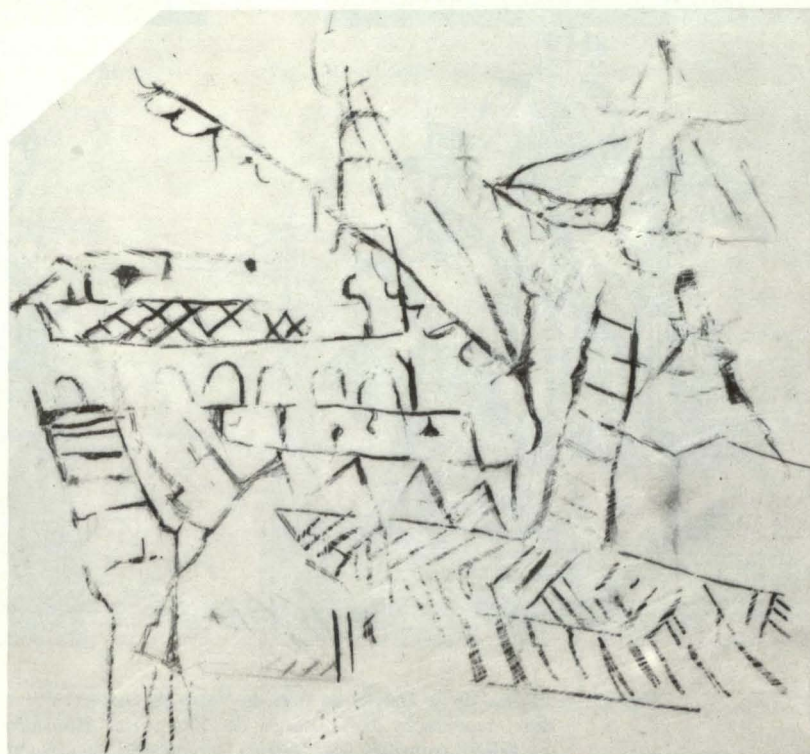
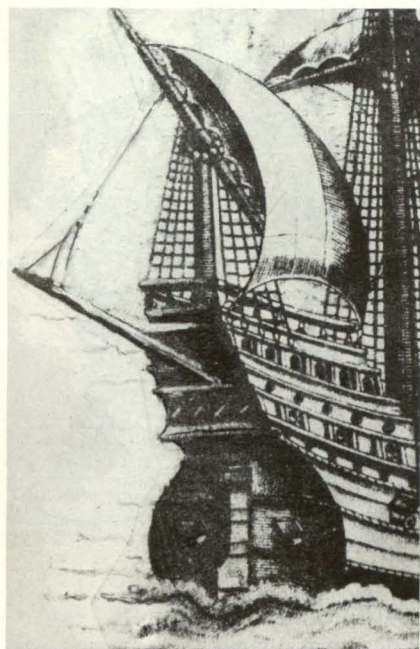
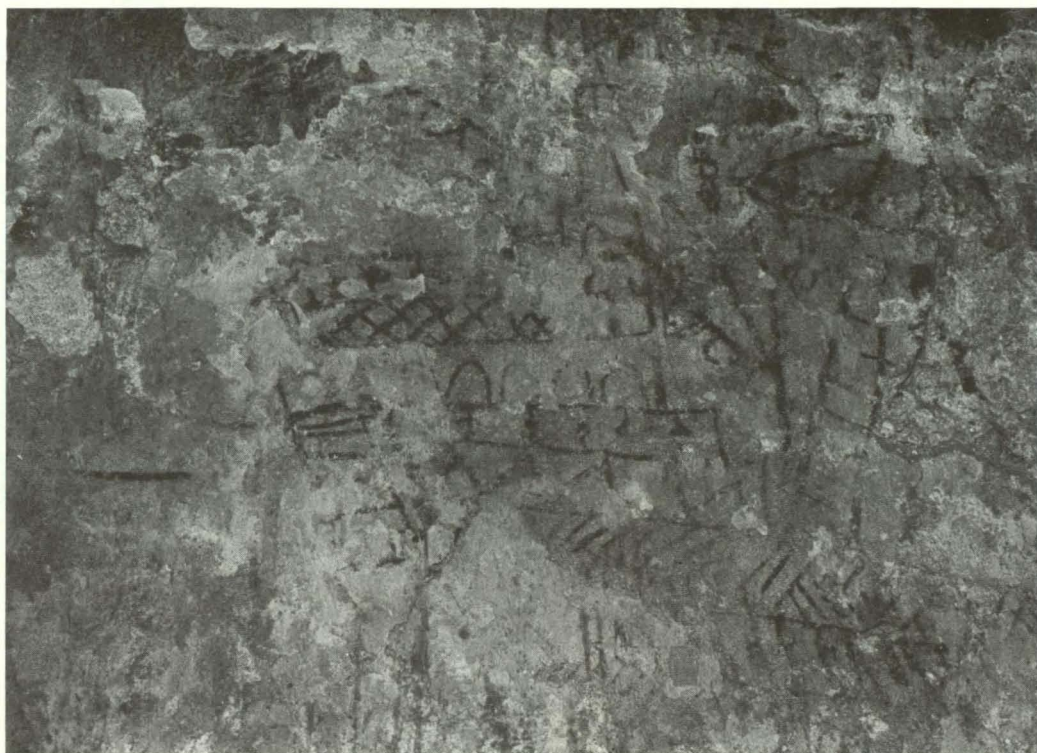


Fig. 17 — a) e a') Esboço n.º 5. Castelo de popa de uma nau ou galeão; b) castelo de popa de um galeão segundo De Bry — (ver Bibliografia, 6, fig. 5)

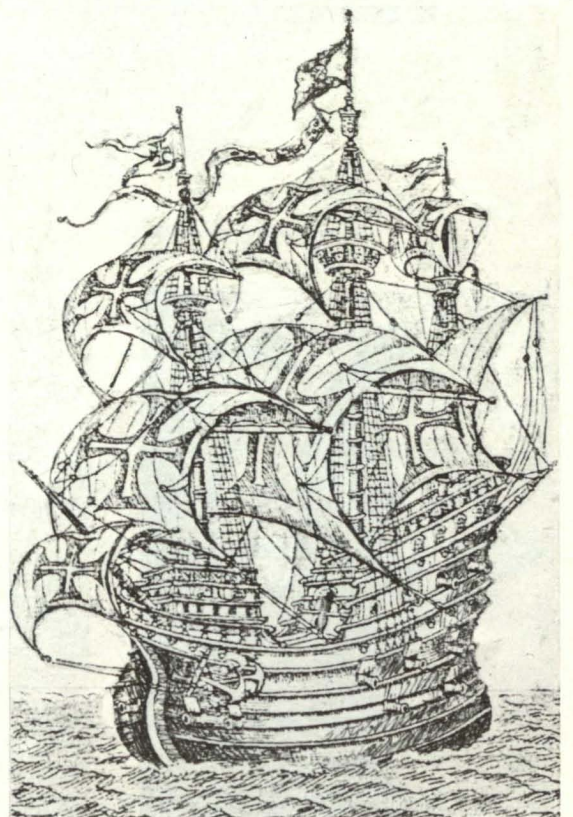
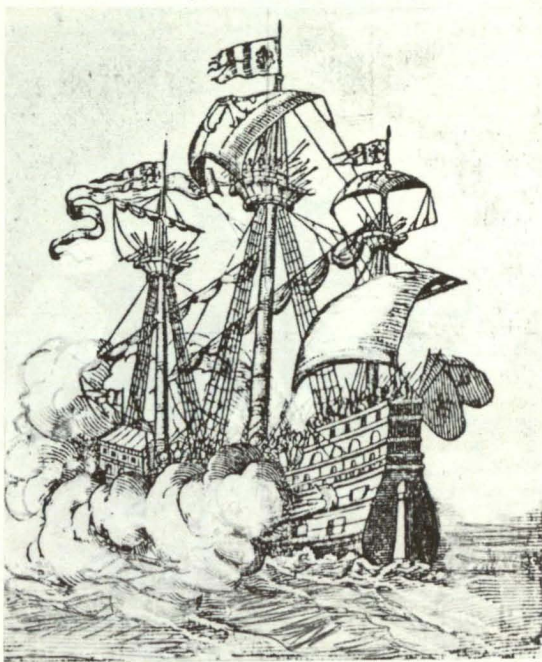


Fig. 18 — (a) Nau de S. Gabriel da frota de Vasco da Gama (1497); (b) galeão português «S. Martinho», reprodução da «Historien der Königreich Hispanien, Portugal und Africa», 1589; (c) galeão português «S. Mateus», reprodução da «Historien der Königreich Hispanien, Portugal und Africa», 1589; (d) galeão «Trindade». Século XVI. (Do «Roteiro de Malaca»)

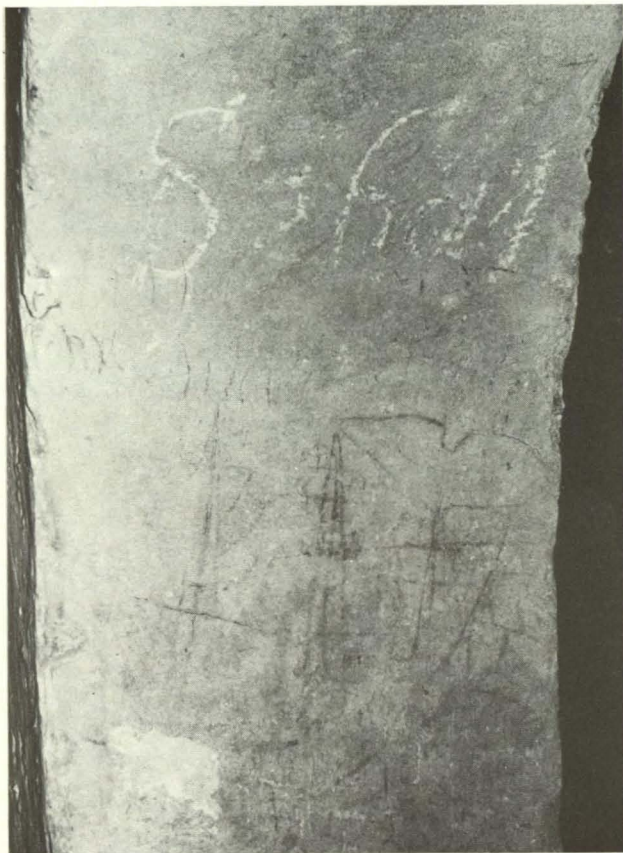


Fig. 19 — Esboço n.º 6. Navio do Séc. XVIII



Fig. 20 — Esboço n.º 7. Vela triangular e vestígios de outros esboços

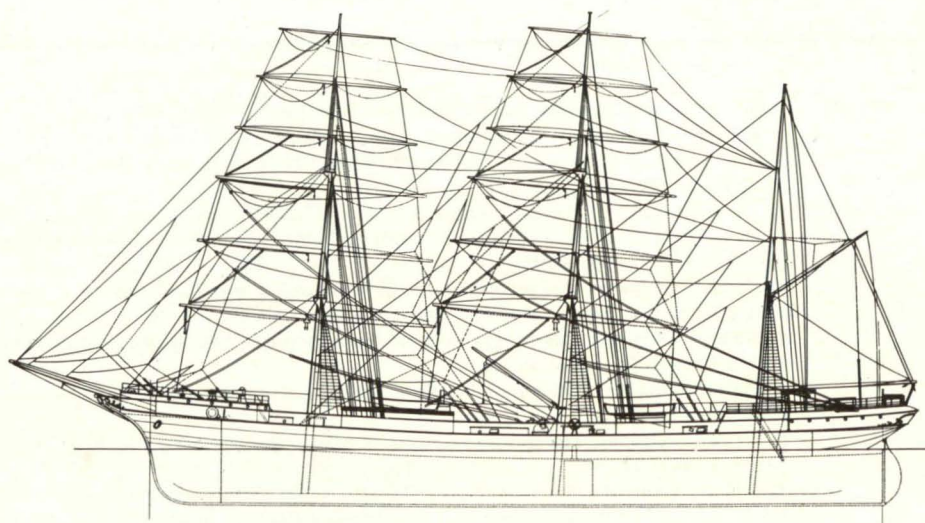
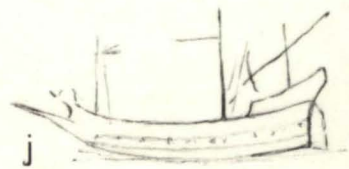
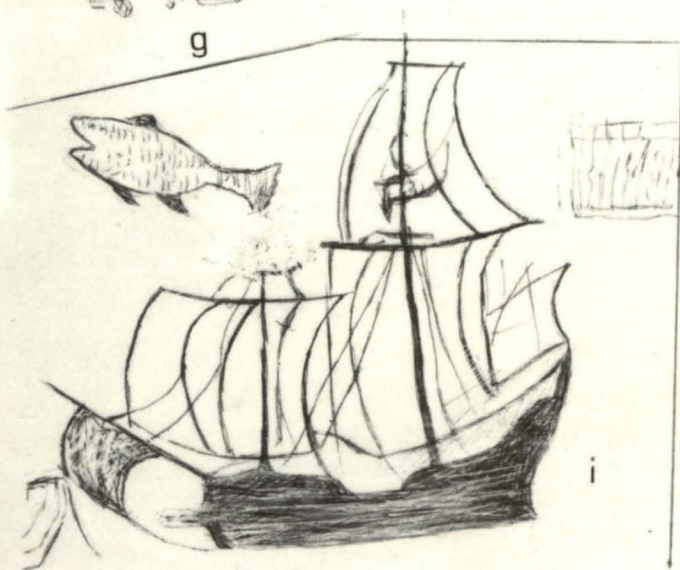
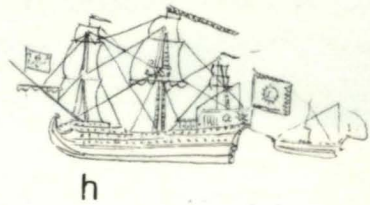
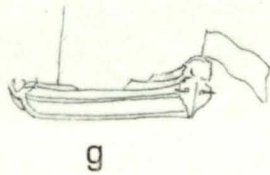
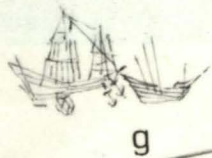
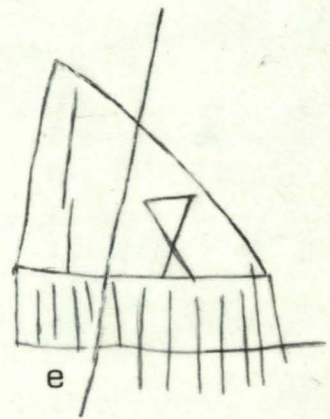
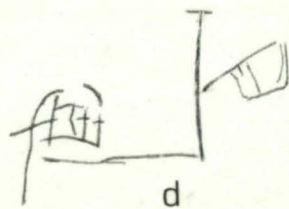
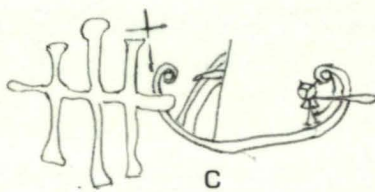
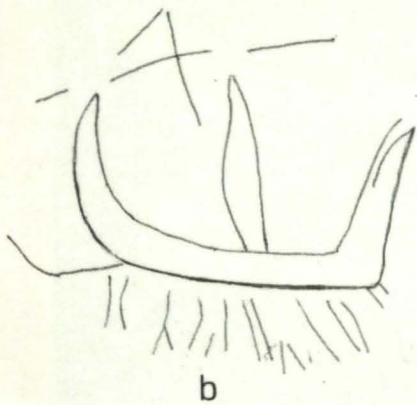
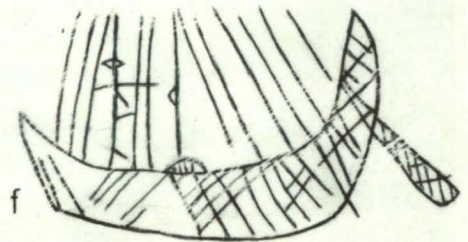
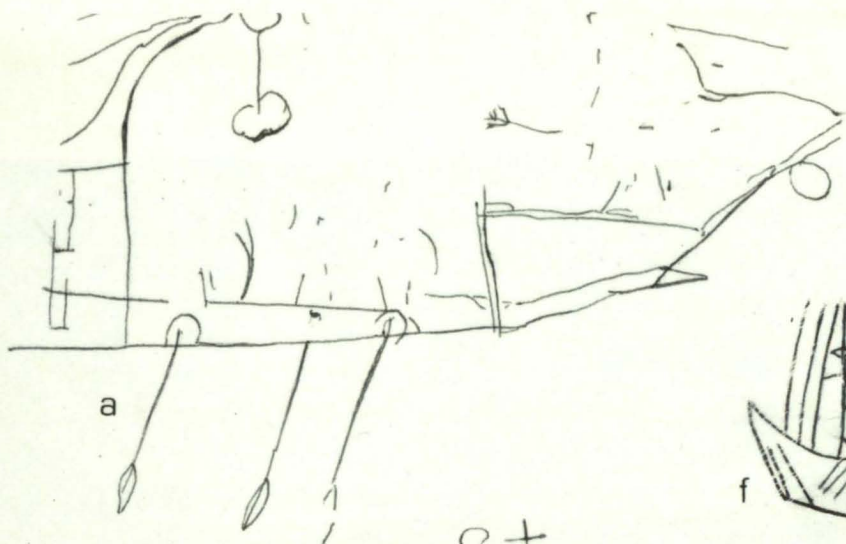


Fig. 21 — Barca dos finais do séc. XIX, início do XX

-
- Fig. 22 — Alguns esboços de embarcações descobertos noutros países — (ver início cap. 2)
- a) Khirbet Rafi (Israel). Galé romana, segundo A. Kloner e S. Wachsmann, em *A ship graffito from Khirbet Rafi (Israel)*, «The International Journal of Nautical Archaeology and Underwater Exploration» (1978), 7.3:227-224, pp. 227/232
 - b) Pliska (Bulgária). Esboço medieval, segundo Dimitar Ovcharov, em *Ship graffiti from medieval Bulgaria*, The «Inter. J. of Nautical Archaeology and Underwater Exploration» (1977), 6.1:59-77, pp. 59/61
 - c) Basarab (Bulgária). Embarcação medieval, conjugada com outros símbolos independentes, segundo o mesmo autor e a mesma bibliografia citada em Fig. 22-b
 - d) Nikopol (Bulgária). Embarcação medieval muito esquematizada, segundo o mesmo autor e a mesma bibliografia citada em Fig. 22-b
 - e) Preslav (Bulgária). Embarcação medieval, segundo o mesmo autor e a mesma bibliografia citada em Fig. 22-b
 - f) Preslav (Bulgária). Embarcação medieval, segundo o mesmo autor e a mesma bibliografia citada em Fig. 22-b
 - g) e h) La Vieille Roche (Arzal, França). Navios do séc. XVIII, segundo *Graffiti de la Vieille Roche*, em *Le Chasse-Marée*, «Revue d'Histoire et d'Ethnologie Maritime», n.º 5, 1982, p. 61
 - i) e j) Mombaça (Forte de Jesus). Navios portugueses dos séculos XVI e VIII — (ver Bibliografia, nota 9)



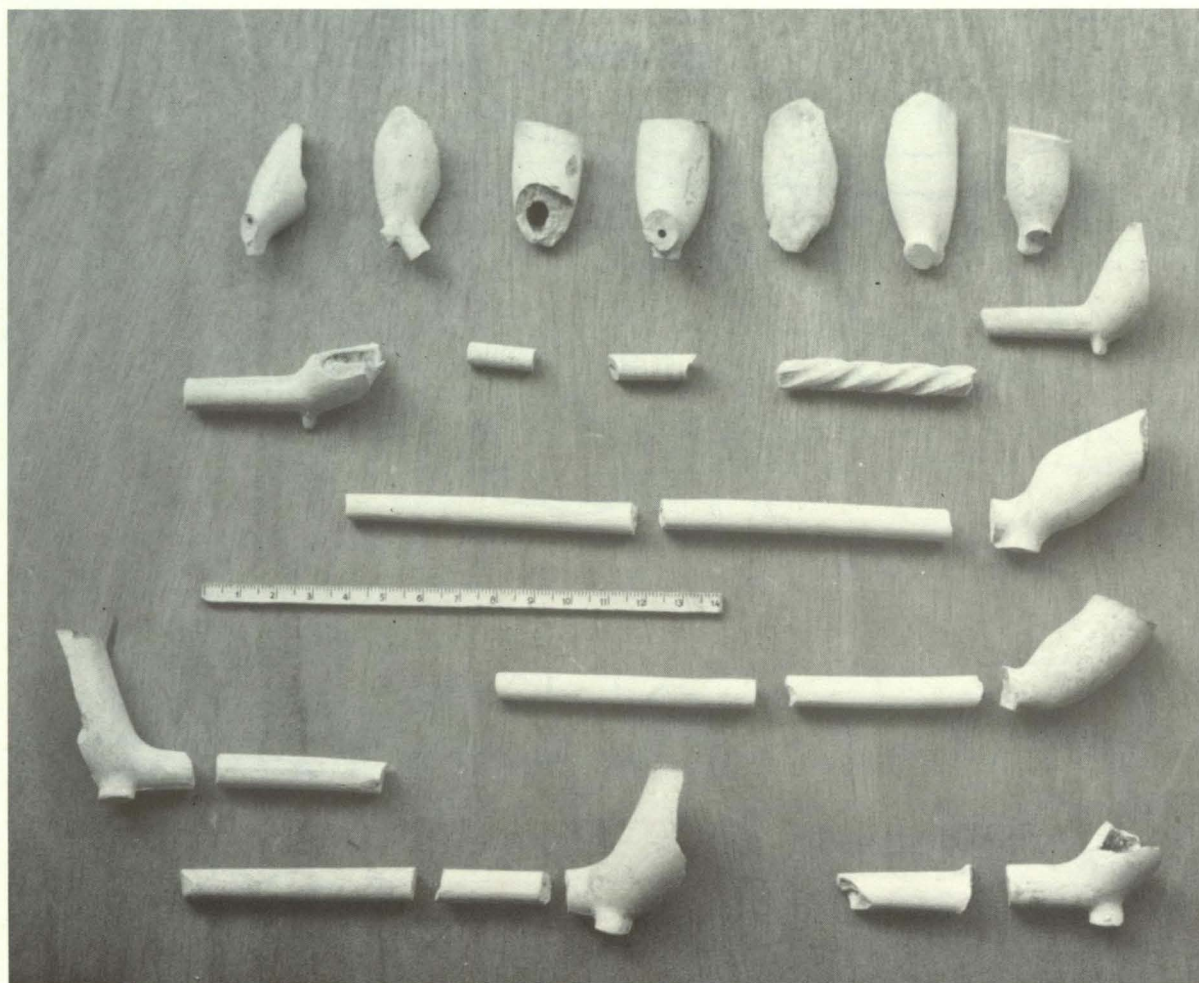


Fig. 23 — Cachimbos de argila encontrados na escavação

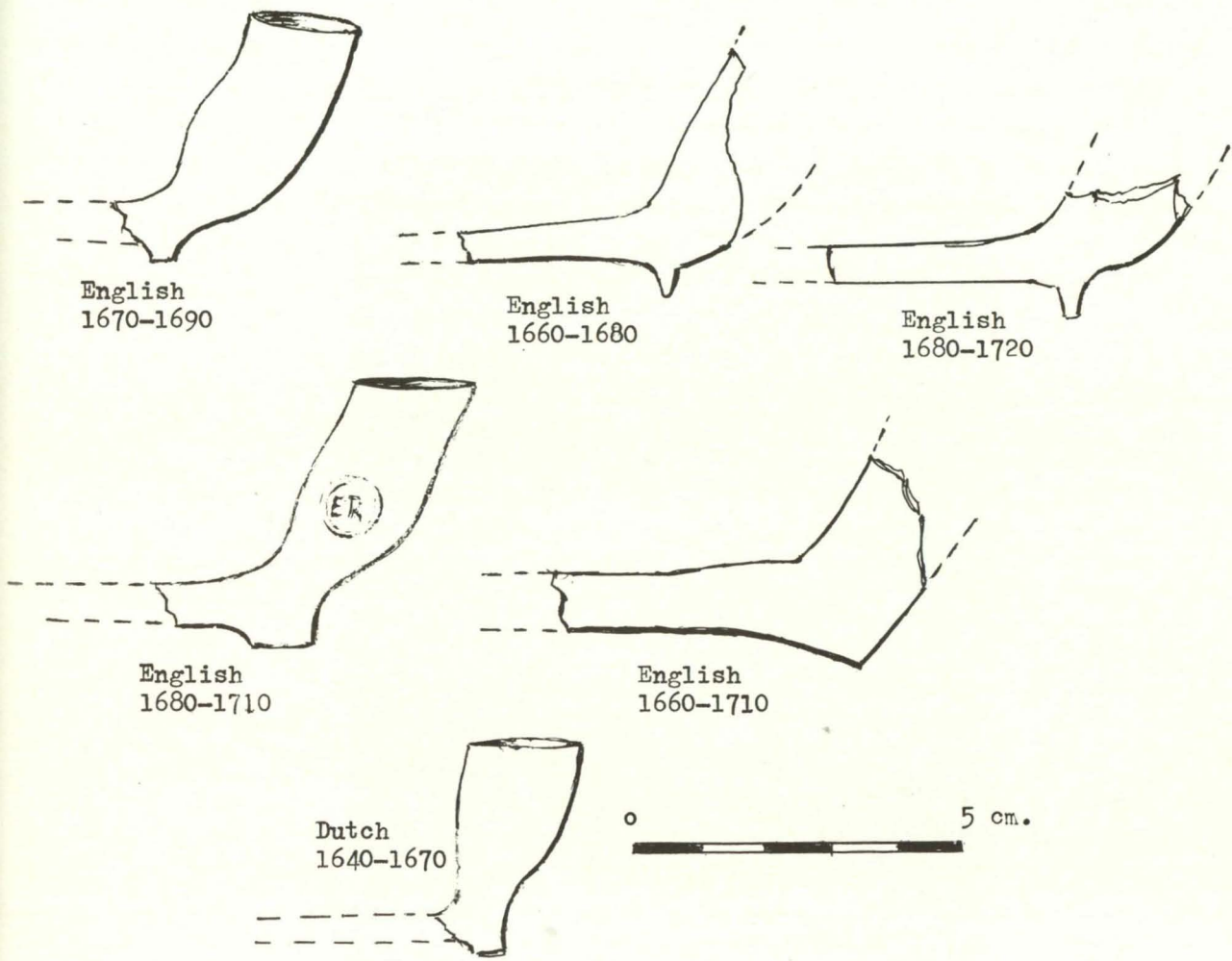


Fig. 24 — Cachimbos de argila

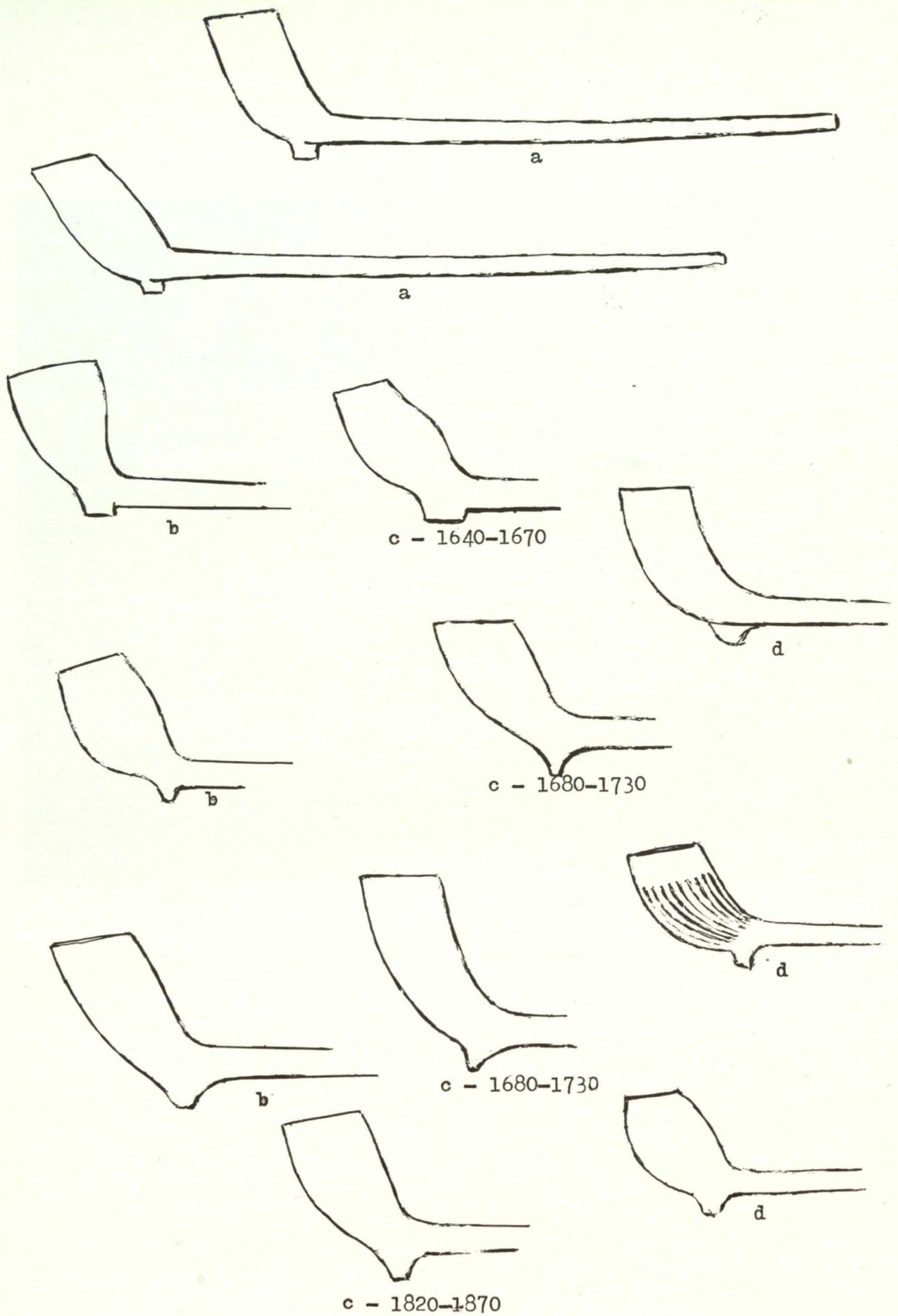


Fig. 25 — Vários exemplos de cachimbos de argila:
 (a) provenientes da zona submersa de Port Royal (Mar das Caraíbas), segundo uma fotografia, 1, p. 147; (b) do Dartmouth, navio de guerra naufragado na costa ocidental da Escócia, em 1690, 1, p. 101; (c) de várias proveniências, segundo Robert Marx, 23, 1975, p. 189; (d) do Rio Tamisa, segundo Forrest-Webb, 2, fig. 3, p. 43

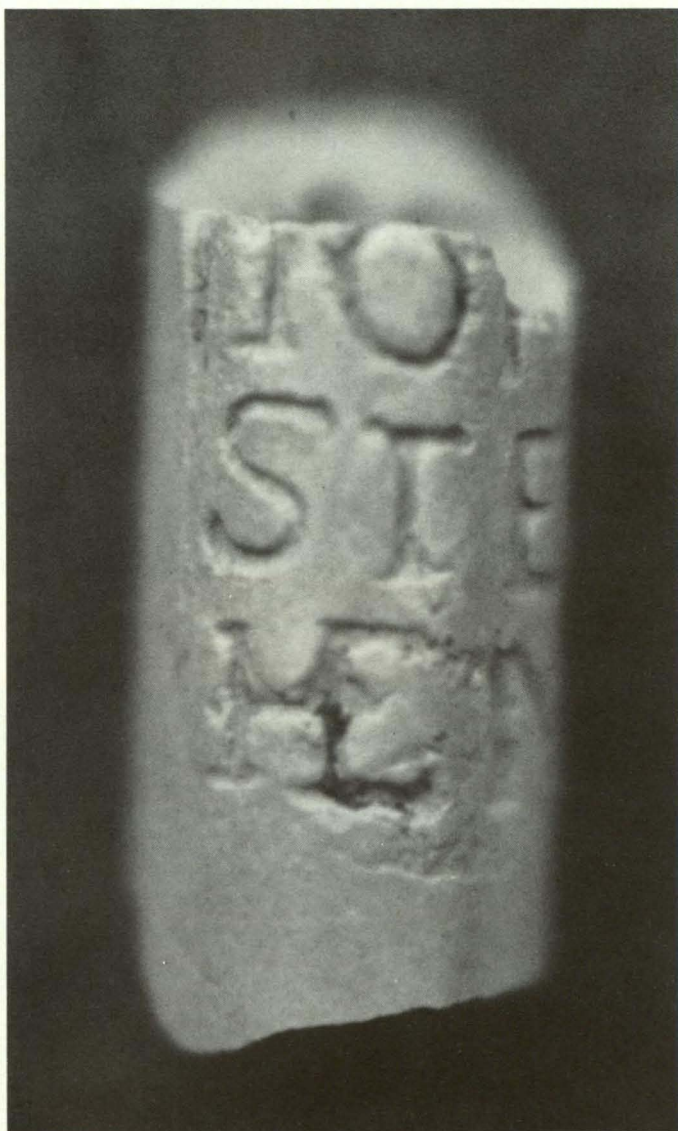


Fig. 26 — Fragmento de cachimbo da oficina de John Stephens, Newport (Hampshire); 1708-1751



Fig. 27 — Loiças com ornatos azuis

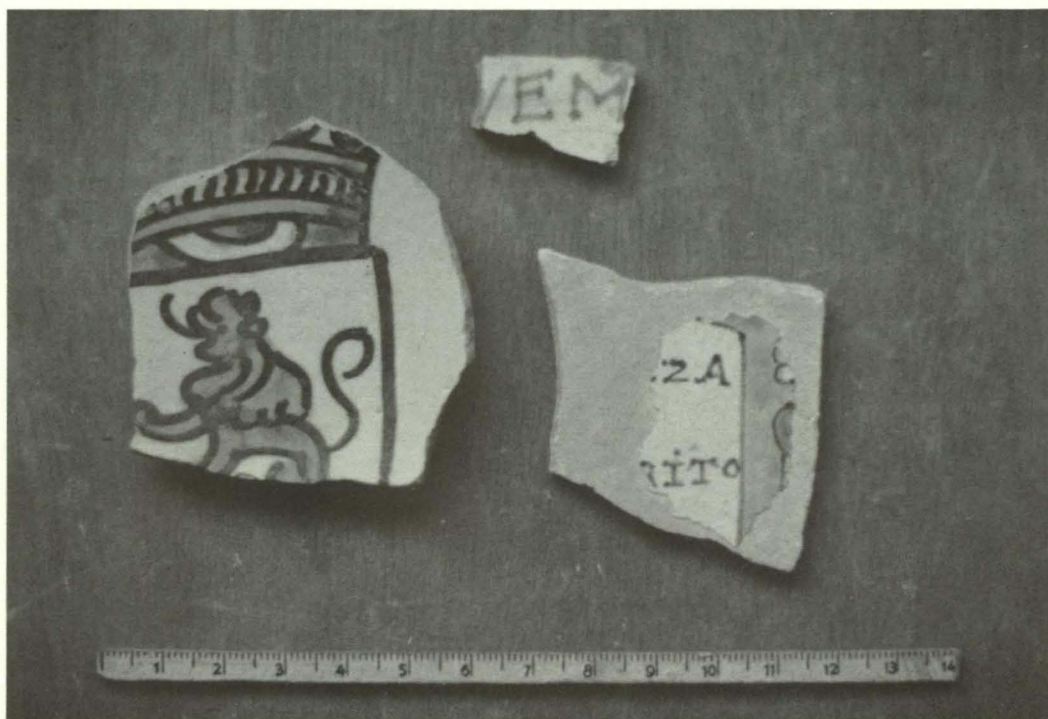


Fig. 28 — Fragmentos de loiças com legendas e brasonadas



Fig. 29 — Prato fragmentado mostrando, no centro, «Cordeiro de Deus»



Fig. 30 — Vários utensílios, destacando-se dois pequenos crucifixos, contas de colar, cabeças de furadores, etc.



Fig. 31 — Pequeno Santo António e seta, de metal

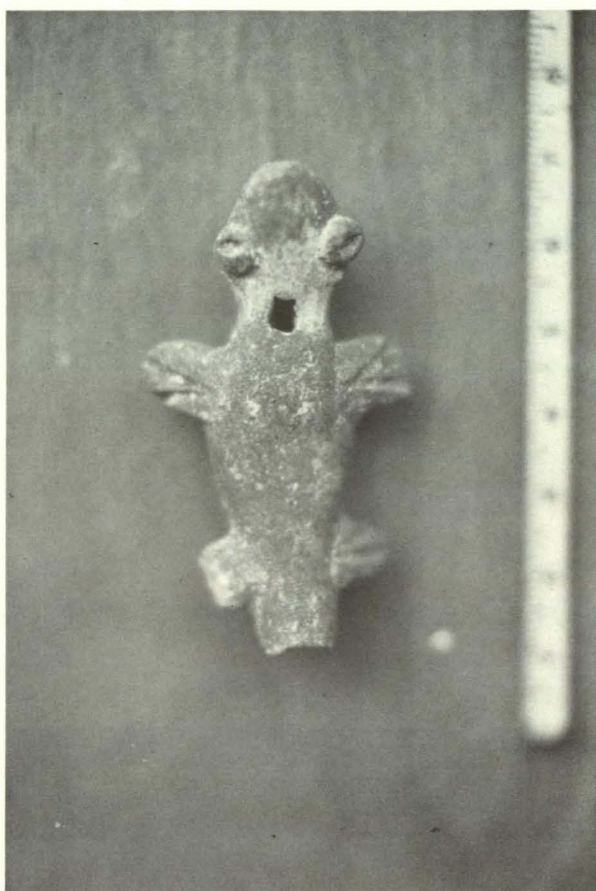


Fig. 32 — Apito de barro simulando um pequeno lagarto

Durval PIRES DE LIMA

GASPAR BARREIROS
OU FR. FRANCISCO DA MADRE DE DEUS,
CURIOSO ADMIRADOR DE ANTIGUIDADES

ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA
Sér. X - Vol. I/II (1) - 1984/88

GASPAR BARREIROS OU FR. FRANCISCO DA MADRE DE DEUS CURIOSO ADMIRADOR DE ANTIGUIDADES

Durval PIRES DE LIMA

Uma das feições do Humanista do Renascimento foi a sua admiração quase sem limites pelas antigualhas cujas ruínas o cativavam ou cujas notícias dos antigos, mesmo absurdas, o atraíam. É o caso de André de Resende bem como de Fr. Bernardo de Brito. Aos dois acrescenta-se o cónego Gaspar Barreiros.

Nascido no primeiro quartel do século XVI e falecido em 1574 parece haver tido Viseu por berço. Perto de Viseu se finou, no Mosteiro de S. Francisco de Orgens. Nos começos do século XVIII o corpo foi trasladado para o convento de Santo António (ou da Conceição) da mesma cidade. Filho de Rui Barreiros de Seixas, cavaleiro da casa real; pela mãe parente muito próximo do autor das *Décadas* e do primeiro bispo de Leiria e reformador dos Cruzios Fr. Brás de Barros ou de Braga; estimado do erudito André de Resende, dos reis e dos infantes D. Henrique e D. Maria; protegido do discutido bispo D. Miguel da Silva, o contestado «cardeal de Viseu»

no dizer dos Romanos, o P.^o Barreiros frequentou na Universidade de Salamanca os cursos de Retórica, Direito eclesiástico e Teologia, de 1528 a 1531. Na mesma escola estudaram seus irmãos António Barreiros e Lopo de Barros⁽¹⁾.

As notícias arqueológicas que nos deixou foram ou fruto de uma primeira viagem a Roma em 1546 ou de leituras sobre a Lusitania⁽²⁾. O relato da viagem à Itália, que não vai além de Milão, foi impresso em 1561, em Coimbra, por João Álvares, com o singelo título de *Chorographia*; as notícias acerca do Portugal protohistórico figuram na *Summa e discripçam da Lusitania*, pequeno estudo que se conserva manuscrito⁽³⁾.

A viagem à Itália fê-la em missão oficial de D. João III, a fim de apressar a conclusão do contencioso do Santo Ofício; por parte de D. Henrique a agradecer a Paulo III a concessão do capelo; e da rainha, por assunto de natureza privada⁽⁴⁾. «Outra causa tive de me ocupar n'estas investigações (escreveu na introdução a

(1) Gaspar Barreiros foi também fidalgo da casa do infante D. Henrique, seu capelão e auxiliar na instituição do Santo Ofício, talvez a partir de 1542. Sua mãe, D. Maria de Barros, era irmã do historiador e do bispo de Leiria. O irmão António bacharelou-se em Leis e depois licenciou-se, respectivamente em 24 de Maio de 1534 e 18 de Setembro de 1543; Lopo cursou igualmente Leis, bacharelou-se e doutorou-se, exerceu funções na diocese de Leiria e foi cónego em Évora por desistência do P. Gaspar. A estadia deste em Salamanca foi, pelo menos em parte custeada pelo cabido de Viseu a rogo do bispo D. Miguel (BARBOSA MACHADO, *Bibliotheca Lusitana*, 3.^a ed., vol. 2.^o, pp. 333-336; Fr. FERNANDO DA SOLEDADE, *Historia Serafica Chronologica da Ordem de S. Francisco da Provincia de Portugal*, Lisboa, 1721; J. VERÍSSIMO SERRÃO, *Portugueses no Estudo de Salamanca*, Coimbra, 1962, pp. 181, 229-230 e 236; M. LOPES DE ALMEIDA, «Notas de História e Bibliografia — Cartas referentes a Gaspar Barreiros», *Arquivo Bibliográfico Português*, ano I, n.^o 4, Coimbra, 1955, pp. 223 e 283; ANTÓNIO BAIÃO, «Documentos inéditos sobre João de Barros», *Boletim da 2.^a Classe*, vol. XI, Coimbra 1917, pp. 54 e 55; *Corpo Diplomático Português*, vol. VI, Lisboa, 1884, p. 383; *Enciclopédia Verbo*, t. III, col. 671

(2) A *Enciclopédia Verbo* dá o ano de 1543 como o da partida de Gaspar Barreiros para a Itália; o P.^o Soledade, 1546. Este último parece o acertado visto a segunda bula *Quanti Ponderis* ser de 15 de Outubro desse ano.

(3) A *Summa* preenche as folhas 1-39 v. do ms. do F. G. da Biblioteca Nacional n.^o 8457. Além das duas obras referidas restam as *Censuras* ao *De Originibus* de Marco Pórcio Catão, comentadas por Berósio, Manethon e Quinto Fábio Pictor, impressas em Coimbra, 1561 e Heidelberg, 1598 e o *Commentarius De Ophyra regione*, Coimbra, 1561, Antuérpia, 1600 e Heidelberg, 1637. Barbosa Machado cita igualmente uma carta para D. João III sobre a actividade do bispo do Porto, D. Baltasar Limpo, em Roma, em favor da Inquisição. Está publicada na *Historia ecclesiastica dos Arcebispos de Braga*, de D. RODRIGO DA CUNHA, Braga, 1635, cap. lxxxii. E igualmente dois manuscritos, *Vita Beati Francisci Assiensis*, já desaparecido ao tempo do abade de Sever, e *Summa Chronologica Lusitana* que se conserva na Biblioteca da Academia das Ciências (ms. 269, ant.^o 155). É efectivamente um sumário de 23 fls. ao qual se seguem cinco escritos genealógicos sobre os reis de Portugal e as famílias Cadaval, Farnésio e Parma. As notícias atingem o ano 1746. Letra do século XVIII, 115 fls., 210 x 155 mm. A *Enciclopédia Verbo* indica como existindo na Biblioteca da Universidade de Coimbra uma «Carta política a seu sobrinho», com a autoria atribuída ao P. Gaspar Barreiros. Por informação do Dr. Almeida e Sousa o signatário não é Gaspar Barreiros mas um Fr. Gaspar Barreto, beneditino, sobre quem Dom Gabriel de Sousa prepara um trabalho (ms. 78, pp. 34-42).

(4) D. Henrique recebeu a dignidade cardinalícia pelas duas bulas *Quanti Ponderis*, de 16 de Dezembro de 1545 e 15 de Outubro de 1546. O «assunto privado» da carta da rainha D. Catarina de Áustria respeitava a um certo Pedro de Miranda, e era de interesse para ela e para D. Henrique. A destinatária era D. Maria, filha do rei D. Manuel I, consorciada com Alexandre Farnésio, duque de Parma.

propósito da descrição da jornada) pedir-me meu tio João de Barros que lhe descreuesse muito particularmente, todos os lugares d'este meu caminho [...] por quão speraua de se aproveitar de minha informaçã na sua Geographia, que muitos annos á tẽ começado de todo o vniuerso».

Em 1549, já em Portugal, tomou posse de uma conezia em Évora que lhe foi concedida por intermédio de Paulo III mas de que viria a desistir em favor do irmão Lopo, fãmulu do bispo leiriense seu tio. Fascinado pela palavra de S. Francisco de Borja pretendeu ingressar na Companhia de Jesus. Com tal intenção partiu para Roma pela segunda vez em 1560. Mal chegou ao termo da viagem logo se preparou para o noviciado o que contrariou o papa Pio IV⁽⁵⁾. Recebeu o hábito de S. Francisco dois anos depois. Adstrito à Província de Portugal em 1564 passou a leccionar Teologia moral nos mosteiros da Ordem, de Alenquer e de Santarém, ensino que abandonou pela idade e moléstias. Estas circunstâncias ou outras, te-lo-iam levado a declinar o convite de continuar a 4.^a *Década*.

O itinerário começou em Badajoz donde o P.^o Gaspar se dirigiu para nordeste até Saragoça. Galgou os Pirinéus, atravessou o sul da França apontando aos Alpes e terminou em Milão. As distâncias entre as localidades atravessadas dá-as em léguas. A caminhada para Mérida fez-se por Talavera. A antiga capital da Lusitania mereceu-lhe especial atenção, tamanha que o descritivo ocupa uma dezena de páginas. Riquezas da comarca, povos que a habitaram em tempos remotos, homens ilustres, tradições, velharias, tudo perpassa no escrito do viajante:

«Auia – escreve – n'esta cidade dous aquaeductos, dos quaes inda agora stam arcos inteiros em muitas partes boas & lustrosa architectura, hũ delles trazia agoa (segũdo algũs dizẽ) para moer no veram, quãdo faltaua á do Guadiana, á qual vinha de hũa Albohera quista legoa pouco mais ou menos da cidade [...] D'estes aquaeductos aparecen muitos arcos alevantados jũto da cidade â parte do rio chamado Albarrêgas [...] Auia outros por onde vinha agoa a dicta cidade de hũa fonte q̃ esta mea legoa de Merida em hum valle chamado oje, valle de Mariperez»

Depois são o teatro e o anfiteatro que descreve «[...] õ qual tẽ forma de hum Hemicyclo, digo isto por causa dos q̃ virã os de Roma, de Verona & de Puzzol em Italia, ou os de Frejús & de Nimes ã França, q̃ sam Amphiteatros. s. hũ circulo cõ suas stancias & assentos ordenados, õde muito numero de gente se assentaua sem hũs impedirẽ á vista aos outros [...] Tem sete stancias armadas sobre arcos como o de Roma, posto que comparado cõ aquelle pode chamar casa de hũ rustico á respecto dos paços de hũ principe [...]. Nesta cidade á outra antigualha illustre que ê hũa Naumachia das melhores que tenho visto, porq̃ nem em Roma nem em outra algũa parte creio se possa achar outra melhor [...]. A figura d'este campo ê oval de M. cccc. pes em comprimento, & á largura conforme â proporçam de longura. Era cercada de mui grossos muros de pedra & argamassa feito em arcos, segundo ã algũs lugares mostram vestigios d'elles: nos quaes muros auia assentos como nos amphiteatros d'onde se podiam ver as dictas batalhas nauaes»⁽⁶⁾.

O relato da jornada prossegue pela Estremadura espanhola, rumo a Madrid e ao vale do Ebro. Atravessa a Catalunha passando por Lérida e Barcelona. Aponta aos Pirenéus orientais pelo actual caminho de Le Perthus. Entrado no Russilhão alcança Narbona que o extasia. A leitura dos Clássicos fá-lo citar um panegírico de Sidónio Apolinário: «Saluo Narbo potens salubritate, / Vrbe & rure simul bonus videri, / Muris, ciuibus, ambitu, tabernis, / Portus, porticibus, foro, theatro, / [...]»⁽⁷⁾. Da albigense Bessiers e de Montpellier atinge Nimes, que aos olhos de Barreiros assumia outro valor:

«Ao tempo q̃ passei por esta cidade morriam de peste, & por esta causa nam alogei n'ella, membrandome á nuuem de Plinio, em cuja speculaçam lhe hia por ventura tã pouco, como á mim é curiosidade do amphiteatro de Nimis. Com tudo aventureime a entrar dentro para ver a sua forma que te entam nam tinha visto, saluo a de Merida q̃ afora ser theatro sta arruinado como dixẽ, o qual tem inda muitos assentos inteiros, que o de Roma tem ia gastados, todo seu ambito sta inteiro, mas a mor parte do terreiro esta ocupada con casas do pouo. Sta junto dos muros da cidade, por cima dos quaes se alleuanta

(5) O papa tê-lo-ia encarregado de corrigir um mapa pintado num dos salões do palácio pontifício com a representação da Geografia Universal de Ptolomeu.

(6) *Chorographia*, fls. 13 v. - 28.

(7) *Id.*, fl. 166 v.

dous ou tres couados com que se ve dos que passam polla strada»⁽⁸⁾.

Passada Avinhão e Carpentras, entrando no Delfinado, Gaspar Barreiros vai galgar os Alpes. Fala naturalmente na expedição de Hanibal, discute o trajecto do Cartaginês apoiando-se nos escritores antigos e deixando-nos a impressão do maciço montanhoso com uma citação: «Diz Seruio Grammatico que tem este nome principio da lingoa Gallica antiga, que chamaua aos montes altos Alpes. Os quaes Plinio [...] & Polybio lhe chama fortaleza de toda Italia, porque nam somente a deuide das outras prouincias vezinhas a ella, mas seruemlhe de muro mui alto & forte contra os que por elles a quizerem entrar, como se vio no trabalho que Annibal teue, pois com força de fogo & vinagre amolentou algũas rochas para passar os dictos mōtes. Onde dizem Polybio e Liuio que lhe morreram do rio Rhodano te chegar á Italia mais de XXX mil homens, & muito numero de cauallos & azemolas com os frios & aspereza d'estas montanhas»⁽⁹⁾.

Segue-se longa descrição da Itália com notícia copiosa sobre o Pó. Faz «pouca detêça» acerca do Milanês e em Milão termina o tão interessante roteiro da jornada. Apenas uma observação mais, fora do âmbito desta curta notícia: são curiosas as comparações feitas de Madrid, Barcelona e Milão em relação a Lisboa⁽¹⁰⁾. Aliás por toda a *Chorographia* surgem referências a casos e pessoas portuguesas. Em toda ela também, acerca de topónimos, acolhe, a par de testemunhos históricos válidos, os da fábula tomando-os como seguros.

Concluindo aponta-se a justificação do roteiro como foi dada por ele na dedicatória a D. João III: «quis tãbem q̄ soubesse, em que despêdió o caminho. O qual posto q̄ de muitas pessoas seja cada dia tam trilhado como vemos, perque parece nam auer n'elle cousas tam occultas que continoaçam & numero dos caminhantes, nam teuesse ia descubertas, cõtudo muitas á cuja sciencia nam alcançam todos os que por elle caminham por serem de tal qualidade q̄ nam somente requerẽ natural inclinaçã mas ainda algũas letras para se poderem perfectamente descubrir». Para visitar as povoações e para delas bem falar não se deve pôr de parte os antigos

que delas escreveram. E cita entre outros Políbio, Estrabão, Salústio e Santo Anselmo, que antes das suas viagens se preparavam buscando leituras onde se ilustravam.

*

Não menos interessante é o escrito do cónego Barreiros sobre a Lusitania pré-romana e romana quer pelas notícias epigráficas e históricas quer pelas tentativas de identificação, nem sempre conseguidas, das antigas povoações, resolvendo problemas etimológicos de maneira fantasista. Pouquíssimos apontamentos de natureza propriamente arqueológica.

Seguiu, na descrição pela beira-mar, da foz do Guadiana até à do rio Douro sem se internar pelo «sertão», salvo uma vez por outra⁽¹¹⁾.

A *Summa* começa pela definição de Lusitania: «Auendo descreuer os termos da Lusitania na mor parte da qual estan oje os regnos de Portugal e do Algarue, diremos tã bem os termos dos ditos regnos pera q̄ o lector entenda que couza he Lusitania E que couza he Portugal, e te donde se estendem os termos dambas». Assim faz, baseado na divisão de Ptolomeu, indicando as póvoas que no seu tempo eram espanholas e espraiando-se na descrição do Tejo e do Guadiana. Fala em pormenor nos itinerários encostando-se a Antonino.

Sobre a ponta de Sagres anotou Barreiros: «Sacrum Promontorium. Este promontorio sacro couza mui notoria he oie o cabo de Sanct Vicente onde ainda perceuera e dura a uilla de Sagres situada no dicto cabo, na qual se conserua o nome antigo deste promontorio Sacro porq̄ Sagres he nome corrupto de Sacro, polla semelhança q̄ tem pronunciaçam [...]. E por tanto nam será necessario gastar palauras pera prouar isto. He cabo mujto celebrado de todos os geographos por ser hũa baliza, e hũ termo mui ilustre e insigne occidental, nam somente de Europa, mas de todo uniuerso como diz Strabo nestas palauvras» [...]. Segue-se o passo correspondente do geógrafo grego.

Acerca do rio Sado deduz: «Caliopodis fluminis ostium. Este rio Caliopis de Ptolomeu nam ha duuida ser oie o nome de Alcaçere, q̄

(8) *Id.*, fls. 170-171.

(9) *Id.*, fl. 182.

(10) *Id.*, fls. 54, 126 v. e 242.

(11) Ms. cit., fls. 8, 9, 11 e ss. e 17 v.

tem a sua boca em Setuual, porq̄ não ha aqui outro rio que entre no mar senam este».

Discutindo depois a localização de Cetobriga, que afirma com argumentos não poder ser Sesimbra, diz ser povoação a par de Tróia e de Setúbal. Divaga sobre Tróia onde se vislumbram «muitos uestigios de cazas e outros edefficios q̄ se mostram debaixo dagoa, tam claros q̄ os uem os pescadores cada dia, ou os q̄ por ali acertam de passar porq̄ pello tempo spraiou o mar pera aquella banda e cobrio estas dictas ruinas e desabafou a parte de Setuual, e outra parte em Setuual arruinada pois a pouoaçam da banda de Troia, tambem a da banda de Setuual se ueo a despouoar, com q̄ a misera Cetobriga se extinguió, como aconteceu a outras muitas cidades, somente ficou da banda de Setuual hũa pequena pouoaçam de choupanas, e outras cazas palhaças, em que os pescadores se recolhiam que ali vinham pescar, por ser este pedaço de mar fertilissimo de pescado [...]. E alem das ruinas das casas q̄ se uem debaixo dagoa remaneçeram inda no dito lugar de Troia hũas salgadeiras feitas dargamassa em que salgam o peixe de q̄ faziam pera fora grande carregaçam». E ensina mais que o povoamento de Cetobriga, da banda de Setúbal, começara com D. Afonso IV.

É parcimonioso nas referências a Olisipo e seus arredores. Quase apenas se preocupa em denunciar erros cometidos por autores antigos. Ao tratar do cabo da Roca e da serra de Sintra cita Ptolomeu que lhe chamou Lunae Montis e que outros designaram por Monte Artabro, donde tira o topónimo moderno, Artabro → Sartabro → Sintra. Sobre o cabo ensina que, separando

dois climas (para o Norte «arrefecem os ares»), «divide os mares porque da parte do norte começa nelle o oceano Gallico, da parte sul acaba nelle o oceano Atlantico occidental».

A completar este apontamento dão-se algumas das identificações indicadas pelo erudito eclesiástico viseense controladas, em parte, pelo estudo do Dr. Jorge Alarcão, *Portugal Romano*, Lisboa, 1974:

Araudis — Arronches (Gavião ou Colos)

Balsa dos Cúneos — Luz de Tavira

Bretoleum — Grândola, na via Mirobriga-Salacia

Concordia — Tentugal

Ossonoba, a *Exomba* mourisca. A propósito cita Rais, «home curiozo mas idiota» — Estombar

Lacobriga dos Túrdulos ou *Portus Anibalis* — Lagos

Mirobriga — Marvão (Santiago do Cacém)

Mirtilis — Mértola

Ossonoba Pompono — Estoi

Piana ou *Cepiana* — Panóias

Salacia ou *Urbis Imperatoria* (Plínio) — Alcácer do Sal

Talabriga — ? (Gavião ou Colos)

Turres Albae — Elvas (na via Terrugem-Caia)

CHOROGRAPHIA DE ALGVNS LV
gares que stam em hum caminho, que fez Gaspar Barrei
ros ó anno de M.D.xxxxvj. começado na cidade de Ba
dajoz em Castella, te á de Milam em Italia, cõ al
gũas outras obras, cujo catalogo vai scripto
com os nomes dos dictos lugares, na
folha seguinte.



Impresso em Coimbra por Ioã Alvarez impressor da
Vniuersidade, & por mandado do doctor Lopode Bar
rosdo desembargo d'elreino sñõ senhor, & conc
go na Se d'Euora. M.D.LXI.

Vendense à dous tostões em papel.

Meine da Grãth. Indias de B.

SUMA DE SCRIPCAM DE IVSITANIA

De João de Barros. (sc. João de Barros)

Quando descrever os termos da Lusitania, na maior parte da qual estão hoje os reynos de Portugal, e do Algarve; diremos também os termos dos ditos reynos, por se entender da que couza he Lusitania, e que couza he Portugal, e donde se estendem os termos de ambos. //

Toda Espanha segundo Ptolomeo e todos os outros geographos he diuisa em tres prouincias principaes. Scilicet Bética, Lusitania, e Tarraconense quanto aos termos da Bética já dixeremos em seu lugar, e todas estas tres prouincias comprehendem elles em duas. Scilicet Citerior, e Ulterior, a Citerior contém toda a Tarraconense, a Ulterior contém a Bética

e a Lusitania; os termos da Lusitania segundo os ditos Autores são os seguintes. Da parte do norte o rio Douro e da parte do meiodia o rio de Guadiana, da parte do occidente o mar oceano, e do oriente a Tarraconense.

Para sabermos quaes são os termos do oriente tem de ella a corria de ambas as partes do norte, e do sul por dentro dos ditos rios Douro e Guadiana faremos hũa mais particular descripçam. Estes dois rios correm quasi de oeste a este, saluo q̃ Guadiana quando chega à cidade Merida deixa o curso q̃ se tinha occidental, e faz aucta contra o meio dia entrando no mar oceano austral entre as Villas de Castomarim, e de Axmonte. Esta do Reino de castella, e a quella do Reino de Portugal, e começando a correr da parte de Guadiana



12.12.1671

Isaías da ROSA PEREIRA

O QUE SABIAM OS CRISTÃOS DAS PRÁTICAS
E COSTUMES JUDAICOS

UM CURIOSO PROCESSO NA INQUISIÇÃO DE LISBOA

O QUE SABIAM OS CRISTÃOS DAS PRÁTICAS E COSTUMES JUDAICOS
UM CURIOSO PROCESSO NA INQUISIÇÃO DE LISBOA

Isaías da ROSA PEREIRA

Os processos da Inquisição revelam muitos aspectos da vida social que não têm sido até hoje estudados. Quando se fala da Inquisição, pensa muita gente em certos fantasmas que lhe meteram na cabeça através dos muitos «romances» a que o malfadado tribunal tem dado origem. Mas um estudo sério e científico dos casos, das pessoas, dos acontecimentos, das expressões usadas pelos inquisidores e das que o vulgo utilizava e entendia, ou pensava entender, está, normalmente, fora das preocupações das pessoas que deste assunto falam ou escrevem. Daí os equívocos, as fábulas e os erros que se propalam.

No pequeno processo que editamos aparece um caso curioso e anedótico relativo a uma expressão usada pelos judeus e que muitas pessoas, a julgar pelos processos já encontrados em que isto se refere, interpretavam de maneira verdadeiramente pitoresca.

Os cinco primeiros livros da Bíblia, em grego o pentateuco, designam-se em hebraico por *Torah* (transcrevendo aproximadamente em caracteres latinos o vocábulo hebraico), isto é a «Lei».

Os cristãos em Portugal tinham ouvido falar muitas vezes na *Torah* e como os judeus não eram bem vistos, como a prática da Lei de Moisés era considerada um crime, essa expressão era altamente suspeita.

Mas que entendia o vulgo por *Torah*? Nada mais nada menos que uma *toura*, ou seja, uma vaca ou uma bezerra!

Várias pessoas foram acusadas de terem em sua casa uma *toura* e de a adorarem. Como se sabe, a Bíblia (para os judeus o Antigo Testamento; para os cristãos, além desse, o Novo Testamento) é objecto de especial veneração, não propriamente de adoração.

Ora, Manuel Gil, moço da Câmara del-rei, estando adoentado recebeu em sua casa certo Pedro Nunes, lavrador, morador no Tojal. Este

lavrador tinha arrendado um olival pertencente a Manuel Gil e havia uma pendência entre ambos por falta de pagamento da renda.

Ao entrar na câmara onde o doente estava deitado, Pedro Nunes reparou nuns objectos que estavam em cima de uma arca, cobertos com toalha branca, um dos quais era, segundo ele, «uma toura com uma sobrepeliz vestida, com cornos dourados». Nem mais nem menos!

Passados uns dois anos, devido à demanda que havia entre eles, Pedro Nunes difamava Manuel Gil, dizendo que era judeu, que tinha em sua casa uma toura, etc.

A pedido de Manuel Gil, que desejava que a Inquisição averiguasse o assunto e ilibasse a sua pessoa de tais suspeitas, foram ouvidas várias testemunhas e no fim de tudo, apurado o que se passara, era o seguinte: Manuel Gil fora tesoureiro, nos anos de 1546/1547, da Confraria de Nossa Senhora da Vitória; por esta razão guardava em sua casa os objectos mais valiosos da Confraria, como a prata, os ornamentos e as figuras que se costumavam colocar no presépio pelo Natal, entre as quais havia um boi e uma mula, de madeira pintada, e dois anjos dourados.

O acusado sentia-se incomodado e preocupado com tal difamação. Por este motivo requereu aos inquisidores de Lisboa o esclarecimento do caso para «que se satisfaça a honra dele suplicante», mandando castigar Pedro Nunes a fim de que «a ele seja castigo e a outros exemplo por evitar outros inconvenientes».

Manuel Gil faz o pedido, alegando a necessidade de satisfazer a sua honra porquanto «era pessoa de muita qualidade e criado de menino del-rei nosso senhor e servir muitas vezes de capitão em naus da Índia e sua mulher criada de menina no paço e donzela da Marquesa de Vila Real». Era um mercador honrado, filho de Duarte Tristão, cujas naus faziam a carreira da Índia.

As testemunhas ouvidas foram as pessoas seguintes:

António Álvares, cirieiro, que sucedera na Confraria a Manuel Gil no cargo de tesoureiro;

João Fernandes, alfaiate, que fora mordomo da dita confraria;

Pedro Fernandes, sapateiro, também mordomo com o anterior;

Pedro de Jaen, alfaiate, confrade da confraria;

Pedro Álvares, guadamecil;

Afonso de Ucanha, sirgueiro, que fora escrivão da confraria quando Manuel Gil fora tesoureiro;

António Fernandes, vinhateiro, mordomo da confraria;

Lopo da Costa, vinhateiro, procurador da confraria quando Manuel Gil fora tesoureiro;

Francisco Ferrão de Castel Branco, escudeiro fidalgo da casa del-rei, morador no Tojal.

Este último conversara com Pedro Nunes que lhe dissera das suas suspeitas acerca de Manuel Gil, mas a testemunha esclarecera-o dizendo que «os judeus não tinham bezerra senão crer na Lei

de Moisés e que aquilo que diz que vira que seria alguma figura para brincarem os filhos».

Todas as testemunhas, confrades do acusado na Irmandade de Nossa Senhora da Vitória, confirmam o facto de aqueles objectos serem entregues anualmente ao tesoureiro, responsável por eles. Era um acto banal da vida religiosa do tempo. Por outro lado, todos atestam ser Manuel Gil pessoa honrada e insuspeita.

O processo não teve seguimento, porquanto os inquisidores compreenderam a ignorância de Pedro Nunes e já tinham conhecimento de casos semelhantes a este.

Que interesse terá, então, a publicação deste documento? No nosso entender esclarece este e muitos outros problemas em que a ignorância do significado das palavras, das atitudes das pessoas e das suas acções, levava (e ainda hoje assim acontece) à difamação e à desonra de pessoas inocentes. Esclarece ainda um pouco, por se tratar dum acontecimento banal, como julgavam os inquisidores. Não eram tiranos que condenavam todo e qualquer acusado. Julgavam segundo as normas jurídicas do tempo e a mentalidade da época, mas sabiam distinguir o que era simples ignorância, maldade e má fé. A leitura de mais de 2500 processos autorizam-nos a fazer estas considerações

CÓPIA INTEGRAL DO PROCESSO

Contra Manuel Gil, morador em Lisboa, por se dizer que tinha uma Toura em sua casa. Não se processou.

Diz Manuel Gil, moço da câmara del-rei nosso senhor que servindo ele de tesoureiro de Nossa Senhora da Vitória e sua Confraria e Irmandade no ano 546-47 tinha em seu poder os ornamentos da dita Confraria, entre os quais tinha um boi e uma mula e dois anjos que soem poer na dita casa de Nossa Senhora no presépio por dia de Natal, e tendo-os em sua casa guardados e cobertos com uma toalha por amor do pó sobre uma caixa em a qual tinha a prata e ornamentos de Nossa Senhora, na câmara onde dormia. E tendo-os assim veio a entrar dentro em sua casa um Pero Nunes, lavrador e morador no Tojal, e o suplicante o mandou entrar na dita câmara por estar doente e desde que viu o dito boi se calou e saído da dita sua casa andou logo difamando dele suplicante e dizendo que era um judeu e que tinha em sua casa uma Toura com uma sobrepeliz vestida, com cornos dourados, e que dado caso que algumas pessoas discretas lho estranhavam por o suplicante ser homem honrado e de qualidade para se não crer dele tal cousa, o qual o dito Pero Nunes andou

dizendo e difamando e por ser pessoa a que o suplicante tinha mandado para o penhorar por certo azeite de um olival que o suplicante lhe arrendou e lhe ter má vontade, porque se fora com zelo da fé o fora logo descobrir e dizer ao Santo Ofício, pois há tanto tempo que o caso passou que diz que o viu, pede ele suplicante a Vossa Reverendissima Senhoria que havendo respeito ao que dito é e ele ser pessoa de muita qualidade e criado de menino del-rei nosso senhor e servir muitas vezes de capitão em naus da Índia e sua mulher criada de menina no Paço e donzela da Marquesa de Vila Real, se mande informar dele e de seu viver e do dito caso se passa assim. E sendo assim mande castigar o dito Pero Nunes em modo que se satisfaça a honra dele suplicante para que a ele seja castigo e a outros exemplo por evitar outros inconvenientes, no que fará serviço a Deus e a ele mercê.

Manuel Gil

Perguntem-se testemunhas pelo conteúdo nesta petição.

João de Melo

Aos XIX dias do mês de Fevereiro de mil quinhentos quarenta e nove anos, em Lisboa, na casa do despacho da Santa Inquisição, estando aí os senhores doutor Manuel de Almada e os licenciados Ambrósio Campelo e Jorge Gonçalves Ribeiro, deputados da Santa Inquisição, por eles foram perguntadas as testemunhas seguintes.

Item António Álvares, cirieiro, morador em esta cidade de Lisboa ao Poço do Chão, na entrada da Rua Nova del-rei, testemunha perguntado por o juramento dos santos Evangelhos por o conteudo em esta petição atrás que lhe foi lida. Disse que era verdade que ele conhecia Manuel Gil e que haverá dois anos que serviu de tesoureiro na Confraria de Nossa Senhora da Vitória por espaço de um ano, segundo costume, e que era verdade que o dito Manuel Gil tinha em sua casa as vestimentas e ornamentos da dita Confraria. E que isso mesmo era verdade que o dito Manuel Gil tinha isso mesmo em seu poder um boi e uma mula e dois anjos, os quais se punham no presépio pelo Natal, e que lhe parece que o boi e mula são de pau pintados e os anjos dourados. E que tudo isto tinha em seu poder em cima de uma caixa coberto tudo com um pano branco, e que ele testemunha uma vez entrara em sua casa e vira o sebredito. E que depois de ele Manuel Gil acabar seu ano entregou todas estas coisas a ele testemunha por entrar por tesoureiro, somente o boi, mula e anjos levaram a casa de Brás Afonso, carpinteiro do Almazem que aquele ano entrou por mordomo na dita Confraria. E que do mais conteudo na petição não sabia, somente ouvira dizer ao dito Manuel Gil que um homem viera dizer dele que tinha uma Toura em casa, por lhe demandar certo dinheiro ou azeite, e se assim é ou não que o não sabe, somente de lho ouvir como dito tem. E que o dito Manuel Gil está havido por mercador honrado e filho de Duarte Tristão, e que foi já à Índia, que não sabe se foi por capitão.

E al não disse e do costume disse nada, somente que eram todos amigos e irmãos da dita Confraria.

António Rodrigues o escrevi.

Ambrosius

António Álvares

Item João Fernandes, alfaiate, morador em esta cidade a Nossa Senhora da Oliveira, testemunha perguntado por o juramento dos santos Evangelhos por o conteudo na dita petição, disse que ele conhece a Manuel Gil conteudo na dita petição e que sabe que foi tesoureiro na Confraria de Nossa Senhora da Vitória vai em dois anos e serviu um ano de tesoureiro e que em sua casa tinha todos os ornamentos da dita Confraria por ele testemunha lhos entregar o ano dantes, por ser mordomo, e que também lhe entregaram um boi e uma mula que lhe parece serem de pau pintados e que isto era para se pôr no presépio por o Natal, e que isto tinha ele Manuel Gil em sua casa coberto com um pano sobre uma caixa, e que um dia que ele testemunha em sua casa entrou lhe viu estar tudo como dito tem. E que ele Manuel Gil é havido por homem de bem e honrado e vive por sua fazenda e que foi

já à Índia, que dizem que foi por capitão, e que a mulher do dito Manuel Gil se nomeava por criada do Marquês de Vila Real, e que quando se há-de fazer alguma coisa que o dito Manuel Gil dava o seu quinhão.

E al não disse e do costume disse que é amigo do dito Manuel Gil.

António Rodrigues o escrevi.

João Fernandes

Ambrosius

Item Pero Fernandes, sapateiro, morador em esta cidade a São Gião, testemunha perguntado, por o juramento dos santos Evangelhos por o conteudo na dita petição, disse ele testemunha que conhece a Manuel Gil e que sabe que foi tesoureiro na Confraria de Nossa Senhora da Vitória um ano, e que haverá dois anos que ele testemunha foi mordomo na dita Confraria e que entregou, ele testemunha, com seus companheiros todos os ornamentos ao dito Manuel Gil, e assim também lhe entregaram uma mula e um boi e anjos que se punham no presépio pelo Natal. E que tudo isto viu estar em cima de uma caixa coberto com um pano em casa do dito Manuel Gil por uma vez ou duas que foi a sua casa.

E al não disse, somente que o dito Manuel Gil é havido por homem de bem e honrado e que quando se pedia alguma coisa ou esmola para a igreja que ele a dava e que ele se nomeia por criado del-rei nosso senhor e que já foi à Índia por capitão da nau de seu pai.

E do costume disse que era seu amigo.

António Rodrigues o escrevi.

Ambrosius

Pero + Fernandes

Item Pero de Jaen, alfaiate, morador em esta cidade a São Miguel de Alfama, testemunha perguntado por o juramento dos santos Evangelhos por o conteudo na petição atrás, disse ele testemunha que ele conhece a Manuel Gil e sabe que foi tesoureiro da Confraria de Nossa Senhora da Vitória o ano de quarenta e seis e lhe foram entregues todos os ornamentos da dita Confraria. E assim lhe foi entregue um boi e mula e dois anjos, e que isto tudo estava posto em riba de uma arca encourada em casa do dito Manuel Gil, coberto com uma toalha. E que ele testemunha tem ao dito Manuel Gil por homem de bem e bom cristão e que folga de dar qualquer esmola que lhe pedem para a dita igreja e que é homem que vive por seu trato e que já foi à Índia por capitão das naus de seu pai, e que a sua mulher foi criada da Marquesa de Vila Real.

E al não disse e do costume disse nada.

António Rodrigues o escrevi.

E que isto sabe ele testemunha por seu irmão da dita Confraria e fá a sua casa por qualquer ornamento quando vinha alguma festa de Nossa Senhora.

IHS Pero de Jahen 1549

Ambrosius

Item Pero Álvares, guadamecil, morador em esta cidade na Rua Nova del-rei, testemunha perguntado por o juramento dos santos Evangelhos por o conteúdo em esta petição, disse ele testemunha que não sabia outra cousa, somente ouvia dizer que Manuel Gil foi um ano tesoureiro da Confraria de Nossa Senhora da Vitória e que é costume na dita Confraria entregarem os ornamentos dela ao tesoureiro e assim um boi e uma mula e dois anjos, que são do presépio que se faz pelo Natal, e que isto ouviu dizer a seu sogro e que o dito Manuel Gil parece homem de bem e honrado segundo o que dele compreende. E que assim ouviu dizer que fora já à Índia e que era criado del-rei nosso senhor.

E al não disse e do costume disse nada.

António Rodrigues o escrevi.

Pero + Álvares
Ambrosius

Item Afonso de Ucanha, sirgueiro, morador em esta cidade na Rua dos Calceteiros, testemunha perguntado por o juramento dos santos Evangelhos por o conteúdo na petição, disse que era verdade que Manuel Gil fora tesoureiro da Confraria de Nossa Senhora da Vitória um ano, que lhe parece foi no ano de quarenta e sete, e que ele testemunha fora escrivão aquele mesmo ano da dita Confraria, e que fora entregue ao dito Manuel Gil todos os ornamentos dela e que assim lhe fora entregue uma mula e boi e dois anjos, que se põem pelo Natal quando se faz o presépio, e que ele Manuel Gil tinha tudo em sua casa. E que o dito Manuel Gil é havido por homem de bem e honrado e que ouviu dizer que ele era criado del-rei nosso senhor e sua mulher criada da Marquesa de Vila Real, e que o dito Manuel Gil fora já à Índia, segundo ouviu dizer.

E al não disse e do costume disse que era amigo do dito Manuel Gil.

António Rodrigues o escrevi.

Ambrosius
Afonso de Ucanha

Item António Fernandes, vinhateiro, morador em esta cidade à Porta de São Gião, testemunha perguntado por o juramento dos santos Evangelhos por o conteúdo em esta petição, disse ele testemunha que ele conhece a Manuel Gil e que sabe que foi tesoureiro da Confraria de Nossa Senhora da Vitória, por ele testemunha ser mordomo aquele ano, e que lhe parece que foi no ano de quarenta e sete e serviu assim de tesoureiro um ano. E que sabe ele testemunha que que foram entregues ao dito Manuel Gil os ornamentos da dita Confraria e assim lhe foi entregue um boi e uma mula e dois anjos que se põem quando se faz o presépio pelo Natal. E que o dito Manuel Gil é havido por homem de bem e que dizem que é criado del-rei nosso senhor e que assim dizem que foi à Índia.

E al não disse e do costume disse *nihil*.

António Rodrigues o escrevi.

Ambrosius
António Fernandes

Item Lopo da Costa, vinhateiro morador na Rua dos Fornos, testemunha perguntado por o juramento dos santos Evangelhos por o conteúdo em esta petição, disse ele testemunha que ele conhece a Manuel Gil e que sabe que foi tesoureiro da Confraria de Nossa Senhora da Vitória por ele testemunha ser procurador o ano que ele foi tesoureiro, que lhe parece que foi no ano de quarenta e sete, e que sabe que lhe foram entregues os ornamentos da dita Confraria, e assim lhe foi entregue um boi e uma mula e dois anjos que se põem por o Natal quando se faz o presépio, e que ele tinha isto em sua casa. E ele testemunha por os ver estar em casa dele Manuel Gil descobertos lhe disse que seria bem cobrirem-se e que então o dito Manuel Gil cobrira o dito boi e mula e anjos com uma toalha. E que ele Manuel Gil é havido por homem de bem e que dizem que é criado del-rei nosso senhor e que fora já à Índia.

E al não disse e do costume disse nada.

António Rodrigues o escrevi.

Lopo da Costa
Ambrosius

Aos XXVIII dias de fevereiro de mil quinhentos quarenta e nove anos, em Lisboa, na casa do despacho da Santa Inquisição.

Item Francisco Ferrão de Castel Branco, escudeiro fidalgo da casa del-rei nosso senhor e morador no lugar do Tojal, testemunha perguntada por o juramento dos santos Evangelhos por o conteúdo em esta petição atrás, disse ele testemunha que ele conhece a Manuel Gil e o tem por homem de bem e bom cristão, segundo as mostras que nele vê, porque quando vai ao Tojal o vê na Igreja e fazer actos de bom cristão. E que é verdade que haverá dois anos pouco mais ou menos que estando ele testemunha no lugar do Tojal em um celeiro e casa de tulha da igreja medindo azeitona estava aí também um Pero Nunes, lavrador e morador no mesmo lugar. E que estando aí ambos vieram a praticar acerca da ida dos cristãos novos deste Reino e como se iam todos e que o dito Pero Nunes dissera: «Parece-me que Manuel Gil não será muito ir-se», porque ele fora um dia destes a sua casa e entrara na câmara onde estava sua mulher e que vira sobre uma arca estar uma figura de bezerro com os cornos dourados ou prateados e coberto com um pano branco de linho que parecia sobrepelizia. E que ele testemunha lhe dissera então que não cresse naquilo que os judeus não tinham bezerra senão crer na Lei de Moisés e que aquilo que diz que vira que seria alguma figura para brincarem os filhos. E que ele testemunha lhe disse que todavia o viesse dizer à Santa Inquisição, e que lhe dissera que sim, viria. E depois daí alguns dias topara com o dito Pero Nunes e lhe perguntara se viera à Santa Inquisição, e que lhe dissera que não. E ele testemunha lhe disse então que falasse com um seu irmão que era religioso e gramático e que lhe desse conta disso. E que nunca mais falou com o dito Pero Nunes e por ele testemunha ter isto por nada não veio dizer e que

nunca mais ouviu dizer ao dito Pero Nunes isto, somente aquela vez que dito tem, e que não estava presente a isto somente ele testemunha e o dito Pero Nunes o disse a outra alguma pessoa.

Item perguntado se sabia se ao tempo que o dito Pero Nunes disse o sobredito, o dito Manuel Gil estava de quebra com o dito Pero Nunes. Disse que não sabia e porém que se falavam. E que ouviu dizer que o dito Pero Nunes lhe devia ao dito Manuel Gil vinho e azeite e que eram amigos e lhe encarregava ele Manuel Gil sua fazenda. E que isto ouviu ao dito Manuel Gil falando com ele antes que isto passasse.

E al não disse e do costume disse que era compadre de ambos de dois. E que lhe parece que o dito Pero Nunes não disse o sobredito por injuriar a Manuel Gil senão por lhe parecer que seria assim por o não entender.

António Rodrigues o escrevi.

Ambrosius

Francisco Ferrão de Castel Branco

(ANTT — *Inquisição de Lisboa* — Processo n.º 13-342)

Francisco SANTANA

A INTRODUÇÃO DA MÁQUINA A VAPOR
EM PORTUGAL

ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA
Sér. X - Vol. I/II (1) - 1984/88

A INTRODUÇÃO DA MÁQUINA A VAPOR EM PORTUGAL

Francisco SANTANA

Efectuei recentemente uma sondagem num determinado fundo documental tendo em vista a pesquisa de manifestações de inovação na indústria portuguesa.

O fundo documental utilizado foi o cartório da Junta do Comércio o que, de imediato, assinala à pesquisa feita uma delimitação cronológica uma vez que a Junta, como é sabido, foi criada por decreto de 30 de Setembro de 1755 e extinta por alvará de 30 de Junho de 1834. Sublinhe-se que este lapso de tempo tem a dupla vantagem de corresponder a uma decisiva viragem na vida da comunidade portuguesa, viragem perfeitamente caracterizável nos domínios político como social, cultural como económico, e de coincidir quase exactamente com aquele em que se verifica a emergência da Revolução Industrial em Inglaterra.

Consideremos duas limitações no que à base documental escolhida respeita. A certa altura verifica-se um vazio informativo correspondente à década em que a Junta não superintendeu nas actividades industriais, isto é, entre a criação, por alvará de 18 de Julho de 1778, da Junta da Administração das Fábricas do Reino e Águas Livres e a sua extinção, por carta de lei de 5 de Junho de 1788. Outra limitação consiste em que, num cartório constituído por centenas de livros e de maços e disperso por vários arquivos, foram colhidos elementos unicamente numa série de livros do fundo da Torre do Tombo. É evidente que perante um tão volumoso acervo documental um investigador isolado não poderia abalançar-se a um trabalho que se pretendesse exaustivo. O que fiz, portanto, foi uma sondagem, mas uma sondagem que, porque feita no que considero uma «amostra representativa» de todo o fundo documental, julgo que ladeia satisfatoriamente a limitação apontada. A documentação analisada é constituída pelos livros do cartório da Junta a que na Torre do Tombo estão atribuídos os números 104 a 177. Trata-se de copia-

dores em que estão registadas as consultas que a Junta fazia subir, os decretos que lhe diziam respeito, os avisos que lhe eram dirigidos, a correspondência trocada com diversas entidades: no conjunto de todo o cartório, são estes livros os que permitem, com mais exactidão e economia de tempo (não obstante tratar-se de 68 livros com entre 20 a 30 mil páginas) acompanhar os quase 80 anos de vida da Junta e as suas actividades.

Apontarei, tão rapidamente quanto possível, as pistas ou os factos que mais claramente emergem na documentação que analisei e deter-me-ei um pouco mais naquilo que corresponde ao título deste trabalho: a introdução da máquina a vapor em Portugal (e esclareça-se desde já que não será considerada a aplicação do vapor à navegação mas só à actividade industrial).

Numa pesquisa como a efectuada não é irrelevante o aspecto quantitativo, o escalonamento ao longo do tempo dos documentos relacionados com inovações técnicas: a sua maior ou menor abundância pode servir como um dos índices de efectivo progresso industrial ou, ao menos, dar a medida de como se consolidam ou diluem uma mentalidade mais favorável à ultrapassagem de rotinas e um condicionalismo social mais propício aos inventores e aos empresários ousados. As verificações feitas não são de modo nenhum surpreendentes: estão nitidamente assinaladas as consequências das circunstâncias políticas imediatamente desfavoráveis, as invasões francesas e as lutas civis; a década iniciada em 1820 atinge, comparativamente, um valor elevado; os valores encontrados para os últimos anos do século XVIII e primeiros do século XIX, digamos, para os dez anos compreendidos entre 1797 e 1806, confirmam o que é sabido quanto ao surto do progresso económico verificado nos anos à roda da mudança do século.

Uma pista, esta de cariz político, que poderia ser de explorar é a apontada pela comparação

quantitativa entre os documentos emanados da Junta do Comércio e os que significam uma intervenção directa do poder central: esta intervenção acentua-se muito marcadamente nos anos entre 1810 e 1819 e, sobretudo, na década seguinte.

Os sectores a que respeitam os novos inventos (ou os aperfeiçoamentos que se pretendem importantes ou a introdução em Portugal de processos aqui desconhecidos) são extremamente variados. Mas os que atingem números que, na sua modéstia, possam considerar-se significativos são, por ordem decrescente, os relacionados com a indústria textil, a moagem de cereais, o fabrico de loiças e vidros, a navegação a vapor, os processos de destilação, a elevação de águas e a conservação de alimentos.

Registe-se que, além de Portugal Continental, só aparecem três documentos respeitantes aos Açores e à Madeira e catorze ao Brasil.

Outro aspecto que esta documentação permite detectar e que também só confirma o que já sabemos é o da relevância numérica de estrangeiros ou seus descendentes entre os inventores ou introdutores de novos processos ou novos maquinismos.

A mão-de-obra feminina na indústria terá entre nós sido pela primeira vez utilizada em fábricas de estampanaria estabelecida em Alenquer por Guilherme de Rure; é pelo menos o que consta de consulta de 28 de Maio de 1800.

E termino esta apressada parte introdutória do meu trabalho mencionando que também encontrei textos interessantes, alguns da autoria de nomes prestigiados, como José Acúrcio das Neves e José Bonifácio de Andrade e Silva, apontando os males da nossa indústria ou sugerindo alguns meios para os debelar.

★

Nos princípios do século XIX a realidade que Portugal era estava mais significativamente polarizada no Brasil. Por isso não admira que esse símbolo e agente da Revolução Industrial que é a máquina a vapor tenha sido empregue primeiramente em terras brasileiras: em data não muito facilmente determinável um ou mais moinhos movidos a vapor foram instalados no Rio de Janeiro, conforme consta de consulta de 10 de

Janeiro de 1826; uma outra, de 12 de Dezembro de 1820, refere que, para o descasque do arroz, já algumas haviam sido estabelecidas «em alguns portos do Brasil»; em 1815 estabeleceu-se, pela primeira vez, uma máquina a vapor num engenho de açúcar baiano⁽¹⁾. Mas aqui, no Reino?

Seria fácil enumerar autores que afirmam que a nossa primeira máquina a vapor foi instalada em 1835, como fácil seria também acrescentar-lhes aqueles que, de modo menos preciso mas, sem dúvida, menos incorrecto, fogem a cronologias muito exactas e aceitam 1835 só como um limite aproximado ou situam a introdução da máquina a vapor entre esta data e 1820.

Lamentavelmente só estrangeiros deram nesta matéria alguma informação exacta: deu-a Adrien Balbi, a pág. 450 do seu *Essai Statistique (...)* («Dans la fonderie près du couvent de Bom Successo, à Belem, on fond des pièces de toute qualité; il y a aussi une forge où l'on fait toute sorte d'ouvrages en fer au marteau et à la lime; on y a établi dernièrement une machine à vapeur») e deu-a Albert Silbert que o cita (*Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Regime*, vol. I, pág. 123).

Vejamos mais aproximadamente onde seria a «fonderie près du couvent de Bom Successo», confirmemos se a máquina a vapor aqui estabelecida terá sido a primeira, averiguemos quem a terá instalado e quando.

Uma portaria de 12 de Dezembro de 1826, manda consultar requerimento de Francisco António Ferreira respeitante à «sua Fabrica movida por vapor sita no Bom Sucesso». Temos portanto que em 1826 existe ali já uma «Fabrica movida por vapor sita no Bom Successo». Temos portanto consulta de 2 de Maio de 1825 refere a afirmação de Ferreira de ser «Proprietario de huma grande Fabrica de Molinage e fundição de ferro e bronze movida por vapor sita no Bom Successo», e em uma outra, que subiu com data de 10 de Janeiro, consta referência ao modo como o requerente aumentara «a sua Fabrica movida por Maquinas de Vapor»; um aviso de 20 de Novembro de 1824 manda consultar requerimento «de Francisco Antonio Ferreira Negociante da Praça de Lisboa pedindo licença para unir á sua fabrica de fundição de ferro movida por maquinas de vapor estabelecida no sitio do Bom Successo, huma fabrica de vidro (...)».

(1) Cfr. officio de 2-4-1815 do conde dos Arcos, governador da capitania da Baía, para o marquês de Aguiar (está transcrito no *Mensário do Arquivo Nacional*, n.º 7, de Julho de 1978).

Citemos ainda outros elementos merecedores de atenção: de consulta de 20 de Fevereiro de 1823 constam declaração de João Baptista Ângelo da Costa e C.^a de que «elles forão os primeiros que em 1820 se propozerão a sobremaneira arriscada empreza de introduzir em Portugal as Maquinas de vapor» e referênciã ao privilégio obtido não só para a navegação a vapor mas também para «a Fabrica que estabelecerão no sitio do Bom Sucesso»; e em consulta de 29 de Julho de 1823 são transcritas afirmações dos mesmos empresários, «Proprietarios das Maquinas de Vapor», de terem «sido os introductores deste interessante maquinismo em Portugal» e a esclarecedora declaração de que, «quando em Novembro de 1819 se deliberarão a lançar mão de tal empreza», limitaram «a pertença do Privilégio á Fabrica que estabelecerão no Bom Sucesso, e á Navegação: que aquella foi logo estabelecida, offerecendo as primicias dos trabalhos a beneficio do Estado; o que effectivamente se cumpriu com a offerta de humã maquina feita na quella fundição para o Leme de humã Corveta Real, e a redução gratuita de 200 Moyos de trigo a farinha para o fornecimento do Exercito: que quanto porem á Navegação, logo em 1821 apromptarão a sua primeira Embarcação (...)».

Este texto permite-nos estabelecer várias certezas e faz surgir uma dúvida. São as seguintes as referidas certezas: a navegação a vapor não teve prioridade sobre a utilização do vapor na indústria: em 1821 já estava em laboração uma fábrica que utilizava a força do vapor, essa fábrica pertencia a João Baptista Ângelo da Costa e C.^a e estava estabelecida no Bom Sucesso e sabemos, até, quais foram os primeiros trabalhos nela levados a cabo.

O problema é o de sabermos se, no Bom Sucesso, à fábrica de Costa, já estabelecida em 1820, se vem acrescentar, pelo menos em 1824, a de Ferreira ou se se dará o caso de se tratar de uma só instalação fabril. E parece que se complica o problema se atentarmos em consulta de 12 de Dezembro de 1820, referente a uma memória de António Julião da Costa em que este afirmava estar «colocando no sitio do Bom Sucesso» uma máquina de vapor destinada a «descascar arros, moer toda a qual.^e de grão, serrar madeiras, fundir todas as peças de ferro e cobre, e até fazer os mesmos engenhos de vapor».

Adiante-se desde já que não se trata de instalações fabris diversas mas de uma só, provavelmente aquella ao adiantamento de cujos primórdios procurava obstar o barão do Sobral ao requerer que se suspendesse «na continuação do Edificio, que se está erigindo na praia do Bom Sucesso para nelle se levantar humã Maquina de vapor» (requerimento remetido à Junta com aviso de 11 de Dezembro de 1819).

Vejamos o que foi possível apurar mais quanto ao estabelecimento desta fábrica pioneira.

António Julião da Costa e sócios cujo nome não é indicado, afirmam em requerimento mandado consultar por aviso de 4 de Outubro de 1819 a sua intenção de estabelecer em Lisboa uma máquina de descascar arroz, «unindo-lhe engenhos de moer Trigo, e vários outros, por processos novos e athe agora não practicados em Portugal, dando moção a estas máquinas hum Engenho de vapôr da força de trinta Cavallos».

Esclareça-se desde já que acabou por ser instalada uma máquina de maior potência e não só uma mas duas, como se verifica pelo texto da apreciação, em 12 de Julho de 1821, de um requerimento apresentado às Côrtes: «Antonio Julião da Costa, Consul portuguez em Liwerpool, e seus socios, João Baptista Angelo da Costa e João Pedro de Carvalho, negociantes nesta Praça, emprenhenderão um grande estabelecimento, que tem no sitio do Bom Sucesso. Este estabelecimento consta de um moinho de quatro pedras para moer grão; de um engenho de serrar madeira, e outro para descascar arroz, e cevada, reduzindo-a a forma em que he conhecida pelo nome de cevadinha de França; tudo isto movido por uma grande maquina de vapôr, da força de quarenta cavallos. Alem disto consta de uma officina de serralharia, e de uma fundição de metaes, em que se acha empregada uma pequena maquina de vapor de alta pressão, sem condensador. Os mesmos socios mandarão vir um barco de vapor, bem conhecido nesta capital, e que presentemente se acha empregado na navegação desta cidade para a cidade do Porto»⁽²⁾. E poucos anos mais tarde, quando (adiantemo-lo também) Ferreira era já proprietário único da fábrica, pelo menos uma outra máquina nela terá sido instalada: por resolução de 7 de Agosto de 1824 o rei concede a isenção de que tratavam consulta da Junta, de 19 de Julho e uma outra, de 12 de

(2) *Diário das Cortes Geraes Extraordinarias, e Constituintes da Nação Portuguesa*, 1822, t. VI, pp. 962 e 963.

Setembro do ano anterior, do Conselho da Fazenda, «acerca da pertença de Francisco Antonio Ferr.^a exigindo livre de Direitos hum Engenho de vapor, contheudo em sete pacotes, e cento e tres pessas, incluindo huma Caldeira de ferro, e nove barricas de barro de fundição vindo de Liverpool, e bem assim huã Cupula quadrada e seus pertences, huã Chapa de ferro fundido com dez canços de ferro forjado, trez Caldeiras fundidas com Cabos de ferro forjado, para levar o ferro depois de derretido, 64 arrateis de aço de bexiga, e 214 Chapas de ferro, tudo para laboração da sua Fabrica de maquinas movidas por Vapor, erecta ao Bom Successo»⁽³⁾.

Vejamus agora o surgir das instalações da fábrica. Em 3 de Janeiro de 1820 João Baptista Ângelo da Costa e João Pedro de Carvalho alugam às freiras do Bom Successo «huns Armazens e Cazas Adjacentes q̄ possuem junto ao seu Convento do Bom Successo»⁽⁴⁾, autorizando-os as senhorias a que «possão alevantar os predios arrendados tanto quanto seja bastante para Manobrar as Maquinas q̄ nelles se hão de colocar».

Um requerimento de António Julião da Costa e sócios (João Pedro de Carvalho e João Baptista Ângelo da Costa), mandado consultar por aviso de 30 de Outubro de 1820, refere «que no dia 13 do corrente mez de Outubro chegara ao porto desta Capital hum Barco movido por Vapôr, o qual se construhio com o destino de o fazer navegar, assim no interior do Tejo, como fora da Barra»; alegam os requerentes «serem os primeiros, que se abalançarão a introduzir neste Reyno as Maquinas de Vapôr, tanto com esta Embarcação, como com o Estabelecimento, que estão erigindo, e se acha quazi prompto, no Sitio do Bom Successo em Bellem».

A consulta de 12 de Dezembro de 1820 foi efectuada em virtude de aviso de 16 de Novembro sobre uma memória de António Julião da Costa. Nesta memória afirma-se:

«O uzo das Maquinas de Vapôr (...) não tinha ainda chegado a Portugal até à prezente Epoca (...)

Antonio Jullião da Costa, Consul Geral Portuguez em Liverpool foi o primeiro, que des-

pertou do Letargo, em que a Nação jazia a este respeito. Comprando huma das mencionadas Maquinas, e fazendo-a conduzir a Lisboa, a qual se está erigindo no Sitio do Bom Successo em Bellem, e brevemente principiará a laborar».

Destaque-se ainda a informação seguinte: «Em Novembro de 1819, hé que chegarão a Lisboa os primeiros objectos, relativos a este Estabelecimento, e tem continuado a vir successivamente».

Em requerimento⁽⁵⁾ que terá sido feito em princípios de 1821 (foi despachado em 22 de Março) os três sócios afirmam estar «proximo a ultimar-se o Estabelecimento, que estão formando no Sitio do Bom Successo», achando-se «já promptas as Officinas de Serralharia, Fundição, e onde se tem feito diversas peças pertencentes às mesmas Maquinas».

Em 22 de Junho de 1822 João Baptista Ângelo da Costa, João Pedro de Carvalho e António Julião da Costa, «Senhores e possuidores de huma Fabrica de varias manufacturas cujas maquinas são movidas por vapor, estabelecida no Edifício do Convento das Relligiozas Dominicanas no Sitio do Bom Successo em Bellem», vendem uma quarta parte da fábrica a Francisco António Ferreira e com ele estabelecem uma sociedade⁽⁶⁾.

Entre Outubro e Dezembro de 1822 os restantes associados foram vendendo as suas posições a Ferreira⁽⁷⁾, podendo este, ao requerer a extinção do convento das dominicanas, apresentar-se como «proprietario unico da Fabrica de Vapor, e fundição de ferro, estabelecida no Sitio do Bom Successo, primeira, e unica por hora neste Reyno»⁽⁸⁾.

E Ferreira, que assim se jactava de ser proprietário da primeira fábrica movida por vapor estabelecida em Portugal, foi ainda o erector de outra e isto também antes de 1835. Provam-na: a resolução de 9 de Maio de 1825 sobre consulta respeitante a requerimento em que Ferreira pedia isenção de direitos sobre carvão de pedra para a sua «Fabrica de Molinage, e Fundição de Ferro, e Bronze, movida por Vapor» (para a qual estavam atribuídas 185 pipas anualmente e

(3) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Cartório da Junta do Comércio, L.º 179, fl. 175.

(4) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Cartório Notarial 9 B (J. M. A. Barbosa), L.º 210, fl. 31 v.

(5) Os três requerimentos acima referenciados bem como a memória de António Julião da Costa podem ser consultados no Arq. do Min. da Hab. e Obras Públicas (JC-9).

(6) A. N. T. T., Cart. Not. 5 B (João Caetano Correira), L.º 182, fls. 85 v. e 86.

(7) A. N. T. T., Cart. Not. 5 B, L.º 183, fls. 64, 68, 96, 98, 113 v. e 120 v.

(8) Requerimento consultado em 25-2-1823 pela comissão encarregada de preparar o plano para a execução da lei de reforma dos regulares (A. N. T. T., Min. da Justiça, maço 285).

«para a laboração da Fabrica de Vidros, que posteriormente lhe acrescentou mais quatrocentas e cincoenta Pipas»⁽⁹⁾; a consulta de 2 de Abril de 1827, sobre requerimento seu, como proprietário de uma fábrica de vidros «movida por vapor, sita no Bom Sucesso»⁽¹⁰⁾; a seguinte passagem da consulta de 22 de Março de 1831 sobre o encabeçamento das fábricas da freguesia da Ajuda: «Pelo que respeita às duas fabricas movidas por Maquinas de Vapor, das quaes he proprietario Francisco Antonio Ferreira, erectas no sitio do Bom Sucesso, avançarão-se a de manufacturas de vidros, em 60\$000 rs. e a de Ferraria, em dezanove mil e duzentos reis»⁽¹¹⁾.

Tendo-se apurado com razoável precisão qual foi a primeira instalação fabril onde entre nós se utilizou a máquina a vapor, determinada muito aproximadamente a data em que tal ocorreu e identificados os empreendedores empresários que a instalaram em Portugal, ficamos no limiar de uma outra tarefa: a de localizar exactamente a fábrica do Bom Sucesso e a de apurar as suas características e as vicissitudes por que, até aos nossos dias, tenha passado.

Não poucas pesquisas será necessário realizar para atingir estas ambiciosas finalidades. Mas alguma coisa é possível, desde já, avançar.

Os livros de registo da cobrança da décima⁽¹²⁾ dão algumas valiosas indicações.

Em 1819, na Rua do Bom Sucesso, encontramos menção, caminhando de Oriente para Ocidente, do palácio do marquês de Marialva, de propriedade de Sua Majestade (cedida para assistência do marquês de Alvito) e, depois, sob o n.º 2026, da «Propriedade do Mosteiro do Bom Sucesso», constituída pelo mosteiro (com o n.º 8), duas lojas e uma barraca devoluta (n.ºs 8A a 8C) e, sob os n.ºs 9 a 15, três lojas arrendadas (9 a 11), duas devolutas (12 e 13), um andar (14) e uma loja (14A) e um armazém (15) devolutos.

Já em 1820 a parte da propriedade indicada pelos n.ºs 9 a 15 está arrendada em conjunto, por renda bem mais vantajosa (400\$000, quando

no ano anterior os andares e lojas não devolutos só atingiam 45\$600) e com novo destino: «As Casaz que tinhaõ os N.ºs em frente se deitaraõ abaixo, e se arrendou o Terreno p.^a a construcão de hum Moinho de vapor».

Em 1821 o «Moinho de vapor» já está instalado e a nova unidade fabril amplia-se (o antigo n.º 8C, indicado como correspondente a uma barraca devoluta, está integrado no conjunto, embora a renda, em vez de aumentar, diminua para 350\$000). A indicação correspondente aos n.ºs 8C a 15 é agora a seguinte: «Os N.ºs em frente saõ de Casaz que se deitaraõ abaixo em que se fabricou o Moinho de Vapor e se acha arend.º aquele Terreno a João Bap.^{ta} Angelo da Costa».

Verifica-se que em 1822 a fábrica continua a aumentar a sua extensão, desta vez, provavelmente, para Ocidente (ou para Sul?): às instalações anteriores, indicadas como «O Edifício em que se acha o Moinho de Vapor arend.º a João Baptista Angelo da Costa», acrescenta-se, com o n.º 15A, uma propriedade do mesmo Ângelo da Costa, que era, no ano anterior, um quintal de José Garcia da Cunha.

«Achase em obras», está indicado em relação a este quintal. Mas, no ano seguinte, 1823, parece que tais obras estão já concluídas e deram ao terreno uma bem especificada utilização: ao indicar a renda esclarece-se que é «A Fundição incluída» (e a fundição corresponde ao 15A, antigo quintal). Este quintal fora desanexado de uma propriedade de José Garcia da Cunha e na parte que continua a pertencer a este está alugado, por 33\$600, um andar; quem assim continua a ampliar as dependências da fábrica é o seu novo proprietário, o nosso já conhecido Francisco António Ferreira.

Interrompamos por um pouco a análise dos livros de registo da décima e analisemos outras fontes que algumas informações facultam.

Em 12 de Setembro de 1822, Ferreira, que ainda não era único proprietário da fábrica e comprara a José Garcia da Cunha um terreno

(9) A. N. T. T., Cart. da Junta do Com., L.º 179, fl. 225.

(10) A. N. T. T., Cart. da Junta do Com., L.º 161, fls. 262. É de 10-1-1825 consulta sobre requerimento em que Ferreira alegava pretender juntar uma fábrica de vidro à «sua fabrica movida por Maquinas de vapor». Neste requerimento propunha-se estabelecer «huma Fabrica de vidro em tudo identica às de Inglaterra com os mesmos Fornos que trabalhaõ com Carvão de Pedra, e com Mestres Inglezes, que á custa de grandes e extraordinarias despezas pertende mandar vir dos quaes aprenderaõ os Nacionaes a Sciencia da mesma laboração taõ necessaria, util, e proveitoza huma vez que seja aperfeiçoada, e se possaõ fazer no Paiz vidros, e cristaes iguaes aos que se fabricaõ em Inglaterra».

(11) A. N. T. T., Cart. da Junta do Com., L.º 166, fl. 136 v.

(12) Arquivo do Tribunal de Contas, Décima da Cidade, Freguesia da Ajuda, Livros de «Arruamentos» dos anos indicados no texto.

foreiro ao convento, fez com as freiras acordo respeitante à inutilização de uma serventia existente nesse terreno⁽¹³⁾. Este acordo foi ratificado em 21 de Agosto de 1823, quando do aforamento feito pelas freiras a Ferreira⁽¹⁴⁾. O terreno comprado a Cunha é identificado como «Terreno junto ao Convento (...) místico ao qual se acha huma Travessa q no principio da mesma p.^{te} do Norte tem desesseis palmos de larga, e incluindo as duas hobreiras de pedra, as quaes se lhe pozeraõ p.^a servir de marco e na boca q fas frente p.^a o mar da p.^{te} do Sul tem vinte e tres palmos de larga e hum cotovello q. alarga p.^a a parte do terreno das d.^{as} Relligiozas». A pretensão de Ferreira consistia em «tapar a servidaõ da d.^a Travessa e daquelle terreno se servir obrigando-se a abrir huma nova Travessa p.^a serventia de carro em terreno seo, e q̃. taõbem p.^{te} com o d.^o Joze Garcia da Cunha» (as freiras anuíam, mas só enquanto Ferreira estivesse ligado à «Fabrica de Vapor, situada no Terreno immediato a ellas d.^{as} Relig.^{as}» e enquanto a fábrica mantivesse «os Armazens antigos q̃. estaõ arend.^{os} a elle Franc.^o Ferr.^a»).

O aforamento mencionado é de um terreno «Situado na frente dos Armazẽs que o d.^o Ill.^{mo} Fran.^o Ant.^o Ferr.^a tras de renda» bem como do «Terreno ocupado p.^r hua Travessa, q as m.^{mas} haviaõ aberto entre o mencionado Terreno, e o terreno comp.^{do} por elle Ill.^{mo} Ferr.^a a Joze Garcia da Cunha». O terreno situado em frente dos armazẽs do convento alugados por Ferreira tinha «de Largura na Estremid.^e da Terra sete varas e na do Mar desenove, tendo de comprim.^{to} da Terra ao Mar trinta varas». Destaque-se duas das «clauzullas e condições do Afforam.^{to}» impostas pelas freiras: «conservará sempre aberta e capas de serventia de carro a outra Travessa, q̃ ja se acha aberta e q̃ comfronta com Joze Garcia da Cunha»; «poderá fazer o uzo que quizer destes dous terrenos, comtanto q̃. naõ embarace a Serventia dos nossos Armazaẽs; conservando a Fabrica do Vapõr q̃. actualm.^{te} se acha estabellecida no m.^{mo} sitio, naõ poderá exceder a Altura em q̃. se acha, nem aproximar fugoens, ou fornalhas aos Armazaẽs do nosso Conv.^{to} e no cazo de se naõ continuar a Fabrica do Vapõr e fazer do d.^o Terreno outro uzo, ainda m.^{mo} q̃. seja edificar cazas, estas nunca poderaõ

exceder a altura em q̃. se acha actualm.^{te} o Laboratorio da Fabrica, antes seraõ de tal modo construidas, q̃ nunca possaõ devassar o nosso Convento, nem privar da lus, nossa Igreja (...)».

Será também de registar uma outra escritura («de venda e quitação, Reconhecim.^{to} de Foreiro, e Obrig.^{am}») celebrada em 1 de Outubro de 1824⁽¹⁵⁾. Por este instrumento se legaliza a compra feita por Ferreira a Cunha, por 800\$000, «de hum Terreno sito à beira-mar perto do Mosteiro das Relig.^{as} do Bom Sucesso, a q.^m o m.^{mo} Terreno he foreiro, o qual fas parte de hum Terreno em vidas, que elle Outg.^{te} havia tomado de Aforam.^{to} as d.^{as} Relig.^{as} por Escriotr.^a celebrada nesta Cid.^e e Notas do T.^{am} Thomas d'Aquino e Souza Pereira Vallente no dia seis de Outubr.^o do anno de 1807; cujo Terreno foi desmembrado de outro Terreno, q̃ elle Outg.^{te} havia vend.^o ao pred.^o Ill.^{mo} Francisco Antonio Ferreira por Escriotr.^a taõbem celebrada nesta Cid.^e nas Notas do T.^{am} Joze Manoel d'Antas Barboza (...) no dia 9 de Ag.^{to} do anno de 1822; cujos dois Terrenos constituiaõ hum so Prazo, do qual se pagava de foro anual as d.^{as} Relig.^{as} a quantia de 50 alq.^{es} de Trigo, ou 800 r^s p.^r cada hum alq.^e, e o laudemio da Decima no cazo das vendas; e q̃. em virtude da d.^a venda, haviaõ ellas Revd.^{as} Relig.^{as} Senhorias reduzido o dito Prazo de vidas, a fatiozim perpetuo (...) ficando por esta devizaõ do Terreno pagando elle Outg.^{te} som.^e de foro anual as d.^{as} Relig.^{as} vinte alq.^{es} de Trigo; e elle Ill.^{mo} Francisco Antonio Ferr.^a trinta alq.^{es} (...)». Eram as seguintes as confrontações do terreno: «parte do Norte com Rua pub.^{ca}, e tem por esta p.^{te} setenta e oito palmos, athe bater na parede dos Armazens delle Outg.^{te} (...) do Poente parte com Armazens delle Outg.^{te}, e tem por este lado setenta e sete e meyo palmos; e pelo Nascente p.^{te} com a Travessa q̃ da Serventia ao Mar, e tem por esta parte cento e quinze palmos (...)». E registe-se ainda uma convenção entre comprador e vendedor contratada, que poderá também contribuir para a identificação dos terrenos ocupados pelas instalações fabris: «fica elle Ill.^{mo} comprador obrigado a abrir huma Travessa no fim deste Terreno, q̃. por esta compra, para por ella se dar servidaõ p.^a o Mar, da m.^{ma} forma q̃ a havia entre o d.^o Terreno q̃. elle Ill.^{mo} Comprador já possuia, e o

(13) A. N. T. T., Cart. Not., 9 B, L.^o 220, fl. 26.

(14) A. N. T. T., Cart. Not., 9 B, L.^o 223, fl. 118.

(15) A. N. T. T., Cart. Not., 9 B, L.^o 228, fl. 122.

q̃ por esta compra, afim de ficar a nova Travessa encostada à parede dos Armazens delle Outg.^{1.º} vendedor».

Voltemos aos registos da décima. Em 1824 continua Ferreira inquilino de um andar de Cunha e aparece agora como proprietário do edifício da fábrica (pagando, no entanto, ao mosteiro uma reduzida renda de 175\$000 e um foro em trigo); à propriedade está atribuído o n.º 2039 e sob os n.ºs 8 a 15A, sem qualquer outra discriminação, indicam-se «O Moinho de Vapor e Fundação de ferro e Bronze (...)». Registe-se, de passagem e a propósito das instalações da fábrica e seus proprietários, o modo como Ferreira, *pro domo sua*, ao propor a extinção do convento, descreve como a fábrica tinha sido formada «em hum terreno, ou pardieiros, de que se diziaõ proprietarias as Freiras do Bom Successo (...) e taes pardieiros se tornaraõ logo em excellentes armazens de dois andares, onde se colocou o Moinho, e se fez para a fundiçaõ de ferro hum barracaõ (...)»⁽⁸⁾.

Em relação a 1825 os livros de Arruamentos da Décima da Cidade apontam-nos para nova ampliação das instalações da fábrica: armazéns de José Garcia da Cunha devolutos no ano anterior aparecem integrando «O Armazem e Andares» (15B a 15D) arrendados a Francisco António Ferreira por 100\$000.

Uma alteração surge em 1827, que é a substituição do nome de Cunha pelo de Bento Fernandes.

Em 1828 e 1829 o conjunto de instalações fabris é, respectivamente, assim indicado: «O Moinho de Vapor, Fabrica de fundiçaõ de Ferro e Bronze com armazens de recolher o Carvaõ de Pedra»; «O Moinho de Vapor, Fabrica de Fundiçaõ de Ferro e Bronze com os seus respectivos Armazens de recolher o Carvaõ de Pedra e Fabrica de Vidros».

Até 1834, além de alterações na avaliação das instalações, só haverá a assinalar, como possível indício de retracção, o facto de, a partir de 1831, deixar de se verificar o aluguer a Bento Fernandes.

Outros documentos respeitantes à cobrança da décima⁽¹⁶⁾ indicam, em relação aos anos de

1837/1838 e 1838/1839, sob os n.ºs 8 e 9 a «Propried.º das Religiosas Irlandezas» na qual estavam sujeitos a colecta elas próprias, um taberneiro e Francisco António Ferreira, «Inq.º dos Armazẽs» e, sob os n.ºs 9A a 12, uma propriedade deste, que «consta de huma Fabrica de Vidros». Estes dados permitem concluir que, ou o critério de numeração das propriedades foi alterado, ou a extensão das instalações de Ferreira diminuíu; e parece que se reduziram também só ao fabrico de vidros ou, pelo menos, que este se tornara o mais importante.

Sobre a fábrica de vidros e outros aspectos são também esclarecedores os mapas das fábricas estabelecidas no Bairro de Belém, que tive a possibilidade de consultar⁽¹⁷⁾.

No primeiro, de 13 de Março de 1823, sob a denominação de «Fundição de Ferro, Bronze, Serralharia, e Ferreiro, etc.», aparece a fábrica de Ferreira, que estaria em estado «Sofrivel», empregava seis mulheres, dez operários, um aprendiz e dezasseis serventes e não estava «em mais opulencia p.º falta de Commercio (...)». Os géneros que empregava eram «Ferro, Chumbo, Madeira, Lenha, Carvaõ de pedra, e outros m.ºs Artigos» para fazer os trabalhos assim indicados: «Moe Trigo, descasca Arros, funde Obras de ferro e bronze, fas obras de Serralhr.ª e Ferreiro».

Por qualquer razão não aparece relacionada no mapa datado de 12 de Julho de 1826 mas torna a aparecer no de 7 de Novembro de 1829, o último que encontrei. É indicada a «qualidade» da fábrica («Fundição de ferro, e Bronze, fazer Vidros, e moer Trigo»), indicação que praticamente se duplica sob a rubrica «Obras que a promptaõ»: «Obras fundidas de Ferro, e Bronze, Vidros, e Far.ª de Trigo, que móe». Indica os materiais consumidos («Ferro, Bronze, Areia, Potassa, Azarcão, e diversas Drogas em peq.ª quantid.º») bem como os combustíveis («Carvaõ de Pedra e Lenha»). Indica como pessoal dois caixeiros e dois moços mas, em «Observações», regista-se: «Saõ 68 pessoas empreg.ºs entrando trez mulheres, não ha destinaçaõ de Off.ºs nem Aprendizes, mas tem os vencim.ºs conforme o seu prestimo»⁽¹⁸⁾.

⁽¹⁶⁾ A. T. C., Comissão do Tesouro Público, L.º n.º 125 — Caderno de cobrança da décima e impostos anexos respeitantes a 1837/1838 e 1838/1839.

⁽¹⁷⁾ Arq. Hist. do Min. da Hab. e Obras Públicas (JC-12).

⁽¹⁸⁾ Em consulta de 22-10-1832, no parecer da Junta, parecer que, note-se, é um tanto polémico (a consulta é sobre requerimento em que Ferreira pedia para ser isento da importância em que fora colectado), é feita referência às «grandes Fabricas do Bom Successo» em que o requerente ocupava «muitos Operarios».

Sobre a fábrica de vidros estabelecida por Francisco António Ferreira recordemos alguns dados de índole cronológica que já foram referenciados e completemo-los. A primeira notícia que temos de querer Ferreira estabelecê-la é o já mencionado aviso de 20 de Novembro de 1824⁽¹⁹⁾. Os registos de pagamento da décima só no-la indicam em 1829 e é também nesse ano que aparece mencionado o fabrico de vidro no referido mapa das fábricas (o que, aliás, é demasiado fraco indício de que ele não se verificasse já). Para esta fábrica são contratados operários vidreiros em 21 de Junho e 26 de Julho de 1826 (sem que se tivesse ainda iniciado a laboração), em 17 de Setembro de 1828 (data na qual, pelos termos do contrato, parece poder concluir-se que a fábrica já estava em actividade) e são-no também em 21 de Junho de 1830 e 2 de Novembro de 1831⁽¹⁹⁾. A omissão nos livros da décima não pode inibir-nos de a considerar em funcionamento na data indicada de 1828 e mesmo no ano anterior, conforme consta da já citada consulta de 2 de Abril de 1827⁽¹⁰⁾.

O mais recente documento citado traz-nos até 1839. Em 1841 morreu Francisco António Ferreira⁽²⁰⁾, o que, se a fábrica se mantinha na sua posse, além da mudança de proprietário, poderá ter acarretado outras. Correspondem hoje àquelas primeiras instalações fabris as com os

n.º 7 a 11 da Rua da Praia do Bom Sucesso e é possível, além de outros aspectos, determinar-lhes as sucessivas transferências de posse desde 1867.

Este vazio de quase três dezenas de anos pode supor-se parcialmente preenchido com indicações constantes da *Revista Universal Lisbonense*, para as quais o Senhor Dr. Jorge Custódio teve a amabilidade de me chamar a atenção: em 1842, indicando as poucas máquinas a vapor existentes em Lisboa e arredores, lá se regista «Bom Sucesso-moinho»; em 1850 existiam no Bom Sucesso duas máquinas, uma de 20 cavalos e outra de 6, aplicadas, respectivamente, ao descasque de arroz e ao fabrico de estearina⁽²¹⁾. A indicação de 1842 estará incompleta ou, de facto, nesse ano só existia no Bom Sucesso uma máquina a vapor? E esta máquina e a que parece acrescentar-se-lhe em 1850 estariam instaladas nas fábricas que haviam pertencido a Francisco António Ferreira, ou algures?

Termino com a afirmação de uma dupla esperança: a de ser possível encontrar documentação escrita que constitua o *missing link*, o elo ainda não descoberto; a de que o próprio terreno, as próprias instalações, depois de devidamente interrogados, tenham também alguma coisa para nos dizer.

⁽¹⁹⁾ A. N. T. T., Cart. Not., 5 B, L.º 197, fl. 32 v. e fl. 80, L.º 205, fl. 42 v., L.º 210, fl. 80 e L.º 214, fl. 105, respectivamente.

⁽²⁰⁾ Em 27-8 (A. N. T. T., L.º 7 de Óbitos de S. Sebastião, fl. 204 v.).

⁽²¹⁾ *Revista Universal Lisbonense*, tomo I, 1841-42, n.º 40, 7-7-1842, p. 484 e 2.ª Série, tomo III, 1850, n.º 7, 24-10-1850, p. 73.

Composto e impresso nas oficinas gráficas de
RAMOS, AFONSO & MOITA, LDA.
R. de A Voz do Operário, 5-A - 1100 LISBOA

Depósito Legal N.º 40 334/90

